

REVISTA ELETRÔNICA

REDM

DOCUMENTO MONUMENTO 21

ISSN: 2176-5804 - Vol. 21 - N. 1 - Jul/2017

NDIHR

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICA REGIONAL - NDIHR
www.ufmt.br/ndihr/revista

EXPEDIENTE

Ministério da Educação
José Mendonça Bezerra Filho
Ministro da Educação

Universidade Federal de Mato Grosso
Reitora
Myrian Thereza de Moura Serra
Vice Reitor
Evandro Aparecido Soares da Silva
Pró-Reitor Administrativa
Bruno César Souza Moraes
Pró-Reitora de Ensino de Graduação
Lisiane Pereira de Jesus
Pró-Reitora de Assistência Estudantil
Erivã Garcia Velasco
Pró-Reitor de Pesquisa
Germano Guarim Neto
Pró-Reitora de Planejamento
Tereza Christina Mertens Aguiar Veloso
Pró-Reitora de Pós-Graduação
Ozerina Victor de Oliveira
Pró-Reitor de Cultura, Extensão e Vivência
Fernando Tadeu de Miranda Borges
Pró-Reitor do Câmpus de Rondonópolis
Analy Castilho Polizel de Souza
Pró-Reitor do Câmpus do Araguaia
Paulo Jorge da Silva
Pró-Reitor do Câmpus de Sinop
Roberto Carlos Beber
Pró-Reitor do Câmpus de Várzea Grande
Mauro Lúcio Naves Oliveira
Diretora do Instituto de Geografia, História e Documentação
Tereza Cristina Cardoso de Souza Higa
Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional
Marcus Silva da Cruz - Supervisor do NDIHR

REDM
Revista Eletrônica Documento/Monumento

Conselho Editorial
Nileide Souza Dourado (NDIHR/IGHD/UFMT)
Paulo Silva Ribeiro (NDIHR/IGHD/UFMT)
Elizabeth Madureira Siqueira (UFMT)
Fernando Tadeu de Miranda Borges (FE/UFMT)
José Serafim Bertoloto (MACP/UFMT)
Maria Adenir Peraro (IGHD/UFMT)
Otávio Canavarros (IGHD/UFMT)

Conselho Consultivo
Alexandra Lima da Silva (PPGE/UERJ e PPGHIS/UFMT)
Ana Maria de Almeida Camargo (USP/FFLCH)
Ana Virginia Teixeira da Paz Pinheiro (Biblioteca Nacional/RJ)
Antonio Rubial García (Universidad Nacional Autónoma de México – UNAM)
Arturo Aguilar Ochoa (Benemérita Universidad Autónoma de Puebla – BUAP/México)
Bismarck Duarte Diniz (FD/UFMT)
Cândido Moreira Rodrigues (IGHD/UFMT)
Carlos Edinei de Oliveira (UNEMAT)
Carmen Fernández-Salvador (Universidad San Francisco de Quito/Equador)
Chiara Vangelista (Università degli Studi di Genova/Itália)
Ignacio Telesca (CONICET–IIGHI/Argentina)
Isabelle Combès (Instituto Francés de Estudios Andinos/Bolívia)
Joana A. Fernandes Silva (UFG)
João Eurípedes Franklin Leal (UNIRIO)
José Manuel C. Marta (PPGHIS/UFMT)
Leny Caselli Anzai (IGHD/UFMT)
Leonice Aparecida de Fátima Alves (UFSM)
Luiza Rios Ricci Volpato (IGHD/UFMT)
Marcelo Fronza (IGHD/UFMT)
Marcus Silva da Cruz (IGHD/UFMT)
Marcos Prado de Albuquerque (FD/UFMT)
Maria de Fátima Costa (IGHD/UFMT)
Mário Cezar Silva Leite (IL/UFMT)
Michèle Sato (IE/UFMT)
Nicolas Richard (Université Européenne de Bretagne, Rennes 2/França)
Pablo Diener (IGHD/UFMT)
Rafael Sagredo Baeza (Pontificia Universidad Católica de Chile)
Renilson Rosa Ribeiro (IGHD/UFMT)
Ricardo Padron (University of Virginia/EUA)
Sara Emilia Mata (CONICET-Universidad Nacional de Salta/Argentina)
Suíse Monteiro Leon Bordest (IHGMT)
Teresinha Rodrigues Prada Soares (ECCO/IL/UFMT)
Tiago C. P. dos Reis Miranda
(CIDEHUS: Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora/Portugal)
Vitale Joanoni Neto (IGHD/UFMT)
Vitor Manoel Marques da Fonseca (UFF)

Copyright (c) Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional - Todos os Direitos Reservados

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte.

R454 Revista eletrônica Documento/Monumento [recurso eletrônico]. –

Vol. 21, n. 1 (Jul 2017) – . – Cuiabá : Universidade Federal de Mato Grosso, Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional, 2009- Semestral.

Modo de acesso: internet

<http://www.ufmt.br/ndihr/revista/>

ISSN 2176-5804.

1. História - Aspectos sociais. 2. Memória (História). 3. Pesquisa Histórica. I. Universidade Federal de Mato Grosso. Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional.

CDU 94(81):002

EDITORES

Nileide Souza Dourado
Paulo Silva Ribeiro
Elizabeth Madureira Siqueira

ARTE

Terêncio Francisco de Oliveira

DIAGRAMAÇÃO

Kenny Kendy Kawaguchi

CONTATO

Revista Eletrônica Documento/Monumento
Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional
Avenida Fernando Corrêa da Costa, nº.2367 – Cuiabá – MT.
Bairro: Boa Esperança
CEP: 78060-900

Tel.: (0**65) 3615-8473 / 3615-8494

E-mails:

revistandihr@ufmt.br

nileide@ufmt.br

paulor@ufmt.br

O PORQUÊ DA IMAGEM

A imagem da capa estampa a fachada da Igreja de São Gonçalo do Porto, na cidade de Cuiabá. A torre, coroada pela emblemática estátua de Cristo, marca a paisagem de uma das mais antigas localidades de Cuiabá, o antigo 2º Distrito, Porto. A imagem imponente do estilo neoclássico não passa despercebida aos olhos daqueles que transitam pela Av. XV de Novembro, transformando-a num importante ponto de referência da região. No entanto, sua história é ainda pouco explorada. Com 100 anos recém-completados, se faz necessário lançar luz sobre ela, pois a igreja de São Gonçalo do Porto é significativa para o registro da memória, história e identidade do povo cuiabano. A imagem faz um registro do templo da década de 1990, presente no seu processo de tombamento, e o desenho da fachada resultou de levantamentos mais recentes.



Cristina Marafon
Graduanda em Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal de Mato Grosso,
Faculdade de Arquitetura, Engenharia e Tecnologia, Departamento de Arquitetura e Urbanismo.
cristinamarafon@hotmail.com

Priscila Wolff Sampaio
Graduanda em Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal de Mato Grosso,
Faculdade de Arquitetura, Engenharia e Tecnologia, Departamento de Arquitetura e Urbanismo.
priscilawolffsampaio@gmail.com

EDITORIAL

A Revista Eletrônica Documento/Monumento – REDM - promovida pelo Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional – NDIHR, da Universidade Federal de Mato Grosso, apresenta em sua edição – Volume 21, n.1 – de julho de 2017, integra os festejos comemorativos dos *41 anos do NDIHR*, momento especial para dar prosseguimento ao percurso do periódico, apresentando o conjunto de investigações realizadas por professores e pesquisadores de diferentes instituições de ensino e pesquisa, públicas e particulares, sem perder de vista o propósito do debate técnico-científico, essencial para o amadurecimento do conhecimento. Trata-se de revista *on-line*, um meio amplamente democrático, acessível no meio intra e extra-acadêmico. O Periódico cria e oferece aos leitores – alunos, professores, técnicos e demais pesquisadores – condições para que possam não apenas apreciar os diferentes textos, mas publicar seus trabalhos e investigações científicas. Neste volume 21 são estampados artigos, fontes inéditas comentadas, de autoria de professores, alunos e técnicos de várias instituições de ensino superior do país, de empresas públicas e privadas e de particulares, a respeito de temáticas e abordagens diferenciados. No primeiro texto, a proposta de trabalho de *Cristina Marafon; Priscila Wolff Sampaio; Raphael Henrique Costa Silva; Rafaela Lima da Silva; Ricardo Silveira Castor*, que investiga os **CEM ANOS DE HISTÓRIA: INFLUÊNCIAS E INTERFERÊNCIAS ARQUITETÔNICAS SOBRE A IGREJA SÃO GONÇALO DO PORTO EM CUIABÁ (MT)** e as origens históricas e características arquitetônicas da Igreja de São Gonçalo, construída no final do século XIX nas proximidades do antigo porto fluvial da cidade de Cuiabá. A construção da primeira capela deu-se em meados do século XVIII, com a simplicidade construtiva e estilística típica da arquitetura de origem portuguesa, então praticada nas províncias mais remotas da colônia. Em **A AMÉRICA POBRE E CATÓLICA: A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DA AMÉRICA LATINA NA TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO (1968-1979)** *Mairon Escorsi Valério* evidencia o modo como as identidades de América Latina foram construídas pela teologia da libertação, a fim de legitimar uma alternativa político-pastoral para o catolicismo latino-americano entre 1960 e 1990. Já *Sandro Ambrósio Alves* com o texto **VIA DE MÃO DUPLA NA AMÉRICA: A RELAÇÃO BRASIL - BOLÍVIA E BRASIL -ESTADOS UNIDOS NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA**, busca compreender como as relações entre Brasil e Bolívia e Brasil e Estados Unidos, numa perspectiva de via de mão dupla, são representados nos livros didáticos de Gilberto Cotrim, autor ainda bem utilizado pelos professores de Ensino Fundamental e Médio, e que alterações foram realizadas nesses livros a partir da publicação dos PCN, S em 1997, analisando-se livros de 1991 à 2009. Com o estudo **AS INTERVENÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE VILA MARIA DO PARAGUAI NA POLÍTICA URBANÍSTICA SÉCULO XIX** *Maria de Lourdes Fanaia Castrillon* aponta alguns aspectos das intervenções dos vereadores de Vila Maria do Paraguai (hoje Cáceres) no âmbito do traçado urbano, do mercado econômico e da vida social, mediante a formalização dos Códigos de Posturas no século XIX. A autora, *Alexandra Lima da Silva,* em seu artigo **PELA LIBERDADE E CONTRA O PRECONCEITO DE COR: A TRAJETÓRIA DE ISRAEL SOARES**, procura dar visibilidade à trajetória de Israel Soares, filho de pais africanos e nascido em 19 de agosto de 1943. Na condição de escravizado, criou uma escola noturna, fundou a sociedade de dança Bela Amante e presidiu a Caixa Libertadora José do Patrocínio. Liberto, integrando ainda a rede abolicionista, composta por José do Patrocínio e Ernesto Sena, dentre outros. Em **FEDERALISMO, CORONÉIS, REVOLUÇÕES E POLÍTICA: O coronelismo em Mato Grosso durante a Primeira República Brasileira (1889-1930)**, *Lauro Virginio de Souza Portela* propõe nova definição do conceito de *coronelismo*, analisando a estrutura política de Mato Grosso durante a Primeira República (1889-1930). **O "MOMENTO CÍVICO" COMO UM LUGAR DE DISPUTA: ENTRE OS RESQUÍCIOS DITATORIAIS E A CONSTRUÇÃO COTIDIANA DE UMA PRÁTICA DEMOCRÁTICA** é tema do estudo *de Mauro Henrique Miranda de Alcântara,* que apresenta o "Momento Cívico" enquanto ritual semanalmente realizado pelo Campus Colorado do Oeste, do Instituto Federal de Rondônia, cujo objetivo principal é o de reverenciar as bandeiras municipal, estadual e nacional, bem como cantar o Hino Nacional e narrar os principais acontecimentos e datas históricas da semana. O artigo **A CRIMINALIDADE EM MATO GROSSO: UMA DESCRIÇÃO DO PERÍODO 2006-2014**, de autoria de *Hozano José Delgado* e *Adriano Marcos Rodrigues Figueiredo,* aborda a criminalidade em Mato Grosso entre 2006 e 2014. Para tanto, utilizam-se dados secundários de homicídios dolosos, latrocínio, lesão seguida de morte, estupro e roubos de



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICA REGIONAL NDIHR

veículos encontrados no Estado de Mato Grosso, comparado com os dados nacionais. Em **DINÂMICA TERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE SORRISO: ESTUDO DA SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL**, as autoras, *Ieda Terezinha Domingues* e *Sonia Regina Romancini*, analisam aspectos da formação do espaço urbano de Sorriso, os quais contribuíram para que a cidade apresente segregação socioespacial. O texto de *Júlia Farah Ribeiro* e *Regina Andrade Tirello*, intitulado **A TRANSFORMAÇÃO DOS CONCEITOS DE PRESERVAÇÃO: PENSANDO A PRESERVAÇÃO ARQUITETONICA E URBANA DE ESPÍRITO SANTO DO PINHAL**, visa contribuir para ampliação do conhecimento do conjunto histórico arquitetônico da cidade e estudo das possibilidades de proteção e reutilização contemporânea, em consonância com os valores identitários da memória local. Já em **A DANÇA COMO FORMA DE EXPRESSÃO E CONTEÚDO ESCOLAR**, os autores, *Gabriel Gomes de Souza Silva; Miguel Sales da Costa; Cilene Maria Lima Antunes Maciel e Cleonice Terezinha Fernandes*, procuram evidenciar o quanto a dança pode contribuir para melhoria na integração, socialização, desenvolvimento motor/cognitivo, além do ritmo e da musicalidade das crianças. Em se tratando de infância, algumas danças são mais valorizadas que outras, entendendo-se, no senso comum, que o *ballet* clássico é sinônimo de qualidade e superioridade em relação, por exemplo, às danças folclóricas. Com o artigo **CONQUISTADORES DO INÚTIL: HISTÓRIA DA AMAZÔNIA E NARRATIVA CINEMATOGRÁFICA**, *Renan Nascimento Reis* ilustra suas reflexões tendo por base os filmes *Aguirre, A Cólera dos Deuses* (1972) e *Fitzcarraldo* (1982), dirigidos pelo cineasta alemão Werner Herzog (1942) e filmados na Amazônia entre os anos 1970 e 1980. Revela o autor que os longas-metragens são resultados da experiência de filmagens feitas pelo diretor na região, tendo como fundo histórico a dominação colonial e a modernização durante a economia da borracha, no início do século passado. O autor de **UM LEVANTAMENTO BIBLIOMÉTRICO A RESPEITO DA PRODUÇÃO DE AMARTYA SEN NO BRASIL**, *Cassiano Ricardo Martines Bovo* apresenta um levantamento bibliométrico a respeito da produção acadêmica (composta por livros, capítulos de livros, teses de doutorado, dissertações de mestrado, artigos publicados em periódicos e em anais de eventos) que envolvem as ideias, conceitos e teorias do economista indiano Amartya Sen, publicada no Brasil, assim como de brasileiros que o fizeram no exterior. O artigo de *Tiago de Jesus Vieira,* **POR UMA TEORIA DO PUNK: UMA ANÁLISE HISTÓRICA DAS OBRAS "GRUPOS DE ESTILO JOVEM: O ROCK UNDERGROUND E AS PRÁTICAS (CONTRA) CULTURAIS DOS GRUPOS PUNKS E TRASHS EM SÃO PAULO" E "CENAS JUVENIS: PUNKS E DARKS NO ESPETÁCULO URBANO***"*, tem por finalidade analisar as obras "*Grupos de estilo jovem: O Rock Underground e as práticas (contra) culturais dos grupos punks e trashs em São Paulo*" de Kênia Kemp (1993), e "*Cenas Juvenis: Punks e Darks no Espetáculo Urbano*", de Helena Abramo (1994), procurando brevemente ambientá-las a partir das condicionantes que compuseram seu lugar social de inserção, no momento de desenvolvimento das pesquisas, visando focalizar os elementos que eventualmente exerceram influência na constituição das peculiaridades dispostas nos referidos textos. Já em **HIBRIDISMO E DEVIR NA POETICA DE MARCOS ALAN,** as autoras, *Luciana Rodrigues* e *Teresinha Prada*, procuram discutir a produção musical do violonista e compositor carioca Marcos Alan (1956-1973), fundamentando-se nos conceitos do hibridismo cultural (CANCLINI, 1997; BURKE, 2003) e do devir das artes (DORFLES, 1992). O estabelecimento de referências – que perfazem o que virá a ser o processo de criação musical desse jovem compositor – é apresentada juntamente com o momento histórico de grande difusão da música instrumental para violão, no Brasil. Em **VIOLÊNCIA SIMBÓLICA CONTRA A MULHER NO DISCURSO DO PERFIL "O POETEIRO"**, *Juliana Lima Façanha* analisa, pautada nas discussões de Bourdieu, *posts* publicados pelo perfil "*O Poeteiro*", no Instagram, enquanto instrumento que perpetua a violência simbólica contra a mulher, promovendo as relações de desigualdade de gênero. As autoras *Juliana Abonizio* e *Eveline Baptistella,* com o artigo **PETS E PETISCOS: O CONSUMO ALIMENTAR COMO MEDIADORES DE AFETO ENTRE TUTORES E ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO**, discutem acerca das relações entre animais e humanos a partir da articulação entre afeto e consumo, investigando como tais elementos contribuem para a inserção do animal na categoria de membro da família. No artigo **MONTEIRO LOBATO: ENTRE A UTOPIA E MODERNIZAÇÃO**, *Neide Moraes de Mello* examina o contraste da atuação e a vida pública de dois renomados intelectuais – Mário de Andrade e Monteiro Lobato – que tiveram papel de destaque em meio às discussões que trataram da modernização do Brasil, comparando projetos de países com os quais se envolveram durante as décadas de 20 e 30 do século passado. Já com o artigo **A INFÂNCIA NA PERSPECTIVA DA PSICOLOGIA E HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO**, as autoras *Daniela Barros da Silva Freire Andrade*; *Elizabeth Figueiredo de Sá* e *Paula Figueiredo Poubel*, abordam sobre a experiência do Grupo de Pesquisa História da Educação e Memória (GEM) e do Grupo de Pesquisa em Psicologia da Infância (GPPIN), ambos do Instituto de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso, que têm a infância como objeto de estudo em perspectivas difereciadas: a da história da educação da infância e a da psicologia da educação. Em **CULTURA E EXPERIÊNCIA EM COMUNIDADES TRADICIONAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO: UM OLHAR A PARTIR DE E. P. THOMPSON,** *Ana Paula Bistaffa de Monlevade* e *Edson Caetano* buscam refletir sobre a cultura e experiência das trabalhadoras e dos trabalhadores de comunidades tradicionais do estado de Mato Grosso a partir do olhar de E. P. Thompson, entendendo que tais comunidades são consideradas tradicionais, por se reconhecerem enquanto grupo que possui sua própria forma de organização e preserva historicamente seus costumes e tradições. Com o texto intitulado **ANÁLISE DE COINTEGRAÇÃO NO MERCADO DE TRIGO INTERNACIONAL E BRASILEIRO NO PERÍODO DE 2004 A**

2012, *Soraia Araújo Madeira; João Eustáquio de Lima; Diogo Brito Sobreira e Fabiano Luiz Alves Barros* buscam identificar em que medida os preços de trigo no mercado internacional e nacional resultam em alterações de preço em outros mercados, nos anos de 2004 a 2012. Já em **DOENÇA HOLANDESA E DESINDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL: DE VOLTA A UM PAÍS PRIMÁRIO-EXPORTADOR?** *Rafael Fernandes Mafra* e *José Alderir da Silva* investigam se o processo de desindustrialização teve continuidade após 1995, tendo como fonte principal a doença holandesa. Com o texto **EVOLUÇÃO DAS POTENCIALIDADES LOCAIS A PARTIR DE POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL,** *Marciele de Freitas Oliveira; Madalena Maria Schlindwein e Pedro Rodrigues de Oliveira* privilegiam as mudanças ocorridas na renda e na produção dos assentados a partir da implantação de um projeto de assistência técnica e extensão rural, no assentamento Barra Nova, localizado na cidade de Sidrolândia-MS. Já o texto intitulado **O DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS MINEIROS: UMA ANÁLISE DO ISDM 2000 e 2010**, de autoria *de Gabriel Teixeira Ervilha; João Eustáquio de Lima e Tiones Ediel Franzen*, busca verificar quais são os determinantes do desenvolvimento municipal em Minas Gerais, através do Indicador Social de Desenvolvimento dos Municípios (ISDM) para os anos de 2000 e 2010. Os autores *Leticia Aparecida Lavoratto* e *Arturo Alejandro Zavala Zavala* apresentam o texto **POBREZA MULTIDIMENSIONAL DO BRASIL: CONSTRUÇÃO DE UM INDICADOR DE POBREZA UTILIZANDO A ANÁLISE FATORIAL EM 2014,** identificam como se dá a distribuição da pobreza multidimensional no interior das famílias, utilizando dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do ano de 2014, através de indicadores de baixa renda, vulnerabilidades e de pobreza. O texto intitulado **SETOR CERVEJEIRO E SUA COMPETITIVIDADE NO MERCADO INTERNACIONAL**, de autoria de *Alice Giovani de Oliveira* e *Elaine Aparecida Fernandes*, tem por objeto a competitividade da indústria cervejeira no mercado internacional, no período compreendido entre os anos de 2010 e 2014. Os autores *Ana Paula da Silva; Madalena Maria Schlindwein e Alexandre Bandeira Monteiro e Silva,* com o texto ***O* MERCADO DE CELULOSE DE FIBRA CURTA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL – BRASIL: UMA ANÁLISE DA INTEGRAÇÃO E DA CAUSALIDADE ENTRE OS PREÇOS**, buscam mensuram e analisam a influência dos preços da celulose exportada de outros estados com o preço da celulose exportada do estado de Mato Grosso do Sul, por meio de análise estatística, de correlação, testes de estacionariedade, teste de regressão linear, cointegração e causalidade. Em **A EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO CIENTIFICO SOBRE A POBREZA COMO UM EXEMPLO DE RETÓRICA NA ECONOMIA**, *Henrique Rogê Batista* analisa o conceito de pobreza ao longo da história de sua construção, de Rowntree a Sen, restringindo o debate aos conceitos das abordagens absoluta, relativa e da privação das capacidades, no sentido de contextualizá-las enquanto exemplo da retórica na economia, tal como a definição aristotélica. Com o artigo **AS FACES DO MUNICÍPIO MATO-GROSSENSE DE SORRISO NA HISTÓRIA ORAL,** *Arthur Ricardo Pinheiro de S. Moraes* apresenta as diversas faces do município de Sorriso. Sua história repleta de relatos de vidas de migrantes que ali chegaram em busca de mudanças. Impactada pelo agronegócio, ou melhor, pela cultura da soja, o município encontrou uma base econômica com que pudesse dialogar.

Como podem observar, este número está quase exclusivamente, dedicado às pesquisas embasadas em fontes documentais, sendo seus colaboradores, em sua grande maioria, adstritos às áreas das humanidades, porém o espaço está aberto para receber contribuições de todos os campos do conhecimento, sintonizando ainda mais o NDIHR com a diversidade de áreas científicas que timbra a trajetória histórica da UFMT ao longo dos 47 anos de existência.

Os Editores

SUMÁRIO

10 **Cem Anos de História: Influências e interferências Arquitetônicas sobre a Igreja São Gonçalo do Porto em Cuiabá (MT)**
Cristina Marafon, Priscila Wolff Sampaio, Raphael Henrique Costa Silva, *Rafaela Lima da Silva e Ricardo Silveira Castor.*

23 **A América Pobre e Católica: a construção da identidade da América Latina na Teologia da Libertação (1968- 1979)**
Mairon Escorsi Valério

38 **Via de Mão Dupla na América: A Relação Brasil-Bolívia e Brasil – Estados Unidos nos Livros Didáticos de História**
Sandro Ambrósio Alves

50 **As Intervenções da Administração Pública de Vila Maria do Paraguai na Política Urbanística século XIX**
Maria de Lourdes Fanaia Castrillon

58 **Pela Liberdade e contra o Preconceito de Cor: A Trajetória de ISRAEL SOARES**
Alexandra Lima da Silva

74 **Federalismo, Coronéis, Revoluções e Política: O coronelismo em Mato Grosso durante a Primeira República Brasileira (1889-1930)**
Lauro Virginio de Souza Portela

88 **O "Momento Cívico" como um lugar de disputa: Entre os resquícios ditatoriais e a construção cotidiana de uma prática democrática**
Mauro Henrique Miranda de Alcântara

97 **A Criminalidade em Mato Grosso: uma descrição do período 2006-2014**
Hozano José Delgado e Adriano Marcos Rodrigues Figueiredo.

115 **Dinâmica Territorial do Município de Sorriso: Estudo da Segregação Socioespacial**
Ieda Terezinha Domingues; Sonia Regina Romancini

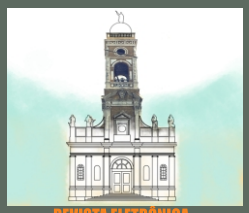
128 **A transformação dos conceitos de preservação: pensando a preservação arquitetônica e urbana de Espírito Santo do Pinhal**
Júlia Farah Ribeiro; Regina Andadrade Tirello

141 **A Dança como forma de Expressão e Conteúdo Escolar**
Gabriel Gomes de Souza Silva; Miguel Sales da Costa; Cilene Maria Lima Antunes Maciel e Cleonice Terezinha Fernandes

156 **Conquistadores do Inútil: História da Amazônia e Narrativa Cinematográfica**
Renan Nascimento Reis

172 **Um Levantamento Bibliométrico a respeito da produção de AMARTYA SEN no Brasil.**
Cassiano Ricardo Martines Bovo

186 **Por uma Teoria do Punk: Uma Análise Histórica das obras "Grupos de Estilo Jovem: O Rock Underground e as Práticas (Contra) Culturais dos Grupos Punks e Trashs" e "Cenas Juvenis: Punks e Darks no Espetáculo Urbano"**
Tiago de Jesus Vieira



REVISTA ELETRÔNICA DOC MONUMENTO UMENTO 21 ONUMENT
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICA REGIONAL - NDIHR

195 **Hibridismo e Devir na poética de Marcos Alan**
Luciana Rodrigues; Teresinha Prada

206 **Violência Simbólica contra a Mulher no Discurso do Perfil "O POETEIRO"** *Juliana Lima Façanha*

213 **Pets e Petiscos: o consumo alimentar como mediador de afeto entre tutores e animais de estimação**
Juliana Abonizio; Eveline Baptistella

225 **Monteiro Lobato: entre a utopia e a modernização**
Neide Moraes de Mello

233 **A Infância na perspectiva da Psicologia e História da Educação**
Daniela Barros da Silva Freire Andrade, Elizabeth Figueiredo de Sá e Paula Figueiredo Poubel

243 **Cultura e Experiência em Comunidades Tradicionais do Estado de Mato Grosso: Um Olhar a partir de E.P.Thompson**
Ana Paula Bistaffa de Monlevade; Edson Caetano

258 **Análise de cointegração no mercado de trigo internacional e brasileiro no período de 2004 a 2012**
Soraia Araújo Madeira; João Eustáquio de Lima; Diogo Brito Sobreira; Fabiano Luiz Alves Barros.

275 **Doença Holandesa e Desindustrialização no Brasil: de volta a um país primário-exportador?**
Rafael Fernandes Mafra; José Alderir da Silva.

295 **Evolução das potencialidades locais a partir de politicas de assistência técnica e extensão rural.**
Marciele de Freitas Oliveira; Madalena Maria Schlindwein; Pedro Rodrigues de Oliveira.

308 **O Desenvolvimento dos municípios Mineiros: Uma análise do ISDM 2000e 2010**
Gabriel Teixeira Ervilha; João Eustáquio de Lima; Tiones Ediel Franzen

328 **Pobreza Multidimensional do Brasil: Construção de um indicador de pobreza utilizando a Análise Fatorial em 2014.**
Leticia Aparecida Lavoratto; Arturo Alejandro Zavala Zavala

348 **Setor Cervejeiro e sua competitividade no mercado internacional.**
Alice Giovani de Oliveira; Elaine Aparecida Fernandes

365 **O Mercado de Celulose de Fibra Curta no Estado de Mato Grosso do Sul – Brasil: Uma Análise da Integração e da Causalidade entre os Preços**
Ana Paula da Silva; Madalena Maria Schlindwein; Alexandre Bandeira Monteiro e Silva

383 **A evolução do pensamento científico sobre a pobreza como um exemplo de retórica na economia**
Henrique Rogê Batista

400 **As Faces do Municipio Mato-Grossense de Sorriso na História Oral**
Arthur Ricardo Pinheiro de S. Moraes

CEM ANOS DE HISTÓRIA: INFLUÊNCIAS E INTERFERÊNCIAS ARQUITETÔNICAS SOBRE A IGREJA SÃO GONÇALO DO PORTO EM CUIABÁ (MT)

Cristina Marafon
Universidade Federal de Mato Grosso, Faculdade de Arquitetura, Engenharia e Tecnologia, Departamento de Arquitetura e Urbanismo
Graduanda em Arquitetura e Urbanismo
cristinamarafon@hotmai

Priscila Wolff Sampaio
Universidade Federal de Mato Grosso, Faculdade de Arquitetura, Engenharia e Tecnologia, Departamento de Arquitetura e Urbanismo
Graduanda em Arquitetura e Urbanismo
priscilawolffsampaio@gmail.com

Raphael Henrique Costa Silva
Universidade Federal de Mato Grosso, Faculdade de Arquitetura, Engenharia e Tecnologia, Departamento de Arquitetura e Urbanismo
Graduando em Arquitetura e Urbanismo
raphaelhique@hotmail.com

Rafaela Lima da Silva
Universidade Federal de Mato Grosso, Faculdade de Arquitetura, Engenharia e Tecnologia, Departamento de Arquitetura e Urbanismo
Graduanda em Arquitetura e Urbanismo
rafaals62@gmail.com

Ricardo Silveira Castor
Universidade Federal de Mato Grosso, Faculdade de Arquitetura, Engenharia e Tecnologia, Professor adjunto do Departamento de Arquitetura e Urbanismo
Doutor em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo - USP
rscastor@gmail.com

RESUMO

Este artigo resulta de uma pesquisa em torno das origens históricas e das características arquitetônicas da Igreja de São Gonçalo, construída no final do século XIX nas proximidades do antigo porto fluvial da cidade de Cuiabá. A construção da primeira capela de São Gonçalo deu-se em meados do século 18, com a simplicidade construtiva e estilística típica da arquitetura de origem portuguesa, então praticada nas províncias mais remotas da colônia. O atual templo de São Gonçalo do Porto foi construído em linhas neoclássicas entre os anos 1894-1916 em substituição à velha capela.

Palavras-chave: Arquitetura Neoclássica. Igreja de São Gonçalo. Patrimônio Histórico.

ABSTRACT

This article results from a survey of the historical origins and architectural features of the Church of São Gonçalo, built at the end of the 19th century near the old fluvial port of the city of Cuiabá. The construction of the first chapel of São Gonçalo took place in the middle of the 18th century, with the constructive and stylistic simplicity typical of the architecture of Portuguese origin, then practiced in the most remote provinces of the colony. The present temple of São Gonçalo do Porto was built in neoclassical lines between the years 1894-1916 to replace the old chapel.

Keywords:Neoclassical architecture. São Gonçalo's Church. Historical Patrimony.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICA REGIONAL NDIHR

INTRODUÇÃO

A Igreja de São Gonçalo está localizada na Avenida XV de Novembro, na região do Porto em Cuiabá-MT, e foi construída na virada do século XIX para o século XX, época em que o Brasil passava por mudanças no regime político, com a proclamação da República, e buscava uma identidade nacional.Consequentemente, isso se refletiu nos estilos arquitetônicos adotados tanto nas obras civis como nas religiosas.

Nesse período histórico, vigorava na Europa o ecletismo, caracterizado pela coexistência de motivos ornamentais de diferentes procedências em uma mesma obra ou cenário urbano. Assim, nem todo edifício de linhas ecléticas representa, uma colagem de estilos, embora pertença, necessariamente, a uma cultura urbana estilisticamente fragmentada. Pesquisadores costumam separar as manifestações ecléticas em três correntes: a composição estilística, o historicismo tipológico e os pastiches compositivos (FABRIS, 1985).

A composição estilística consiste na imitação dos estilos do passado, com destaque para o neoclássico e o neogótico, sendo bem exemplificado pelo Museu do Ipiranga, em São Paulo. O historicismo tipológico tinha como princípio a escolha do estilo de acordo com a função do edifício - neste grupo se inserem as igrejas em estilo medieval e os edifícios públicos nos moldes renascentistas. Por fim, os pastiches compositivos misturavam de maneira inédita vários motivos históricos. Compreende-se que nessa categoria estejam os edifícios mais facilmente reconhecidos como ecléticos, a exemplo do Palácio das Indústrias, em São Paulo.

No estado de Mato Grosso, a inserção dessas três variantes do ecletismo não foi muito diferente do que se viu no resto do país. As primeiras obras com caraterísticas ecléticas foram financiadas pelo poder público, em sua maioria pertencentes à corrente da composição estilística. Os exemplares mais representativos da arquitetura eclética na capital mato-grossense são o neoclássico Palácio da Instrução e a neogótica Igreja Nossa Senhora do Bom Despacho. Outra referência no acervo eclético da cidade é a Igreja de São Gonçalo, construída com características do neoclássico italiano, conforme os preceitos da vertente eclética conhecida como composição estilística.

Este artigo tem como objetivo realizar um estudo sobre a referida Igreja do São Gonçalo, por meio de um exame da constituição física do edifício, considerando sua tipologia formal, seus componentes estilísticos, bem como sua relação com o entorno urbano. Para tanto, a pesquisa se apoia nos parcos materiais iconográficos, e registros fotográficos documentais e bibliográficos acerca da obra em tela, bem como em medições *in loco* das suas condições atuais.

Mais que um marco visual expressivo na região do antigo porto fluvial de Cuiabá, a Igreja São Gonçalo afirma-se como referência na cultura histórica e social de toda a cidade. As informações sobre a arquitetura da igreja reunidas no presente artigo concorrem para reforçar essa condição. Ao revelar as particularidades históricas e estilísticas da igreja, o trabalho justifica-se ainda como o início de um processo mais amplo de identificação, registro e divulgação dessas mesmas qualidades. Espera-se, enfim, que a análise desta obra sirva de base para trabalhos futuros igualmente comprometidos com a valorização e preservação das suas características originais.

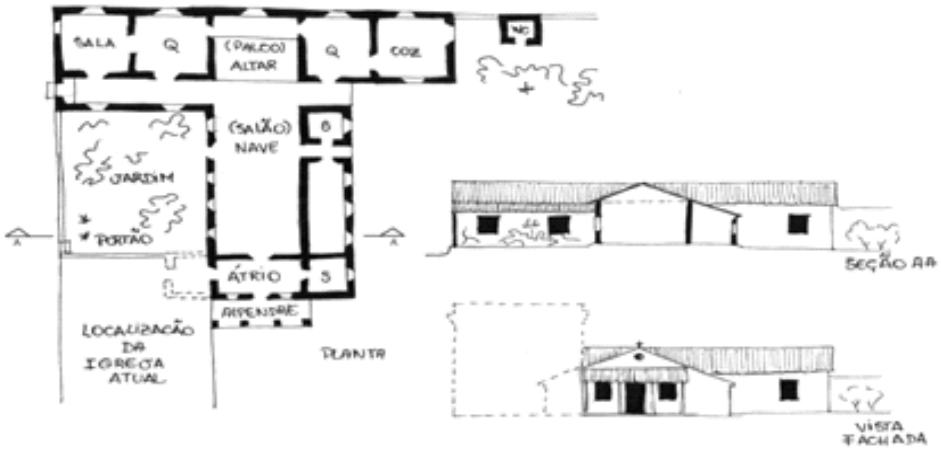
DA CAPELA À IGREJA

De grande importância histórica e cultural para a cidade de Cuiabá, a Igreja São Gonçalo está inserida na paisagem do Porto, tem sua origem em uma humilde capela, idealizada pelo ex-ouvidor Dr. José Carlos Pereira de Souza em 1781.A data de inauguração dessa capela, dia 15 de novembro, dá hoje nome à avenida onde se localiza a Igreja

O arquiteto Moacyr Freitas (1997) já relatava a dificuldade de se obter informações históricas mais minuciosas sobre a capela,cuja imagempode ter sido apagada quando da construção do novo edifício. Analisando a arquitetura da capela, percebemos que ela foi construída nos moldes das primitivas capelas coloniais. Sua planta com forma semelhante ao desenho de uma cruz, rememora uma tipologia comum nas igrejas cristãs.A ausência de uma torre sineira sugere que o sino estivessesustentado por uma estrutura de madeira externa à edificação. Outros elementos

da capela a serem destacados são o alpendre e o óculo (Figura 01) (FREITAS, 1997).

Figura 01 - Croqui esquemático da configuração da capela antiga



Fonte: Moacyr Freitas, 1997 (adaptado)

Desde essa época já havia o interesse de que a Igreja servisse de referência para os viajantes que chegassem a cidade por meio do Rio Cuiabá, no Porto. No entanto, a singela capela com a sua casa de moradia anexa, sem nenhuma torre alta não chamaria atenção de ninguém, conforme relato de Joaquim Ferreira Moutinho (MOUTINHO apud MENDONÇA, 1978) que destacava que "não temos o que admirar nesta igreja de merecimento artístico, mas ela é vasta, simples e asseada, devendo quase tudo aos cuidados de seu pároco".

Duas décadas depois da observação de Moutinho, em 1894, chegavam os padres salesianos a Cuiabá, que seriam os responsáveis por dar novos rumos à história da Igreja. Foi a partir da chegada dos Salesianos que a Igreja começou a tomar a configuração atual. Não foram encontradas maiores informações sobre o responsável pelo projeto, o que se pode afirmar é quepor volta de 1910 a igreja se encontrava pronta, mas sem o globo em seu topo e as estátuas dos evangelistas. A autoria das esculturas dos evangelistas é atribuída ao padre italiano José Solari, e sua colocação ficou sob responsabilidade do construtor italiano Giuliano Capriata, que teve participação emoutras obras históricas de Cuiabá, como a Casa Orlando, o Tesouro do Estado e do Sobrado Alencastro, (GOMES, 2011). Numa entrevista realizada pela pesquisadora do departamento de história da UFMT, Professora Doutora Cristiane Cerzósimo Gomes, o neto de Giuliano, Névio Lotufo, conta que o avô construiu o globo com uma caixa de madeira revestida com uma tela de arame que segurava a argamassa de cal e areia.

Joaquim de Barros, em dezembro de 1908, na revista "Mato Grosso", demonstrava a expectativa com a qual a construção da atual Igreja de São Gonçalo era aguardada:

> Portanto prezadíssimos leitores, apelamos para vosso *espírito progressista*, afim de que em poucos anos as transformações para o progresso se sucedem e o nosso Porto, *nosso árido Porto torne-se revestido de simpatia* nos que chegam, mormente ao contemplar consumada *a emérita obra- a Igreja de São Gonçalo* (BARROS apud FREITAS, 1997) (grifos nossos).

Após a colocação destes elementos, a igreja tomou sua forma atual. Registros iconográficos dão conta de que parte do conjunto da antiga capela permaneceu como anexo da nova igreja até meados do século XX. A igreja foi tombada em 1987, tanto pelo seu valor como edifício, como em memória da antiga capela colonial.

A IGREJA E O ENTORNO

As obras neoclássicas são frequentemente marcadas pela monumentalidade. No caso da Igreja do Porto essa monumentalidade é expressa pela verticalidade da sua torre sineira, em

contraste com seu entorno, este marcado por edificações com gabaritos baixos, de até dois andares. Por se destacar como elemento vertical, ela se encaixa na definição de Gordon Cullen (2009) de ponto focal urbano, definido como símbolo vertical de referência. A torre sineira também pode ser categorizada como marco urbano, tal como definido por Kevin Lynch (1997), devido à visibilidade do edifício, que serve como referência de localização na região do Porto. Essa visibilidade é acentuada pela posição da Igreja em relação à quadra, além do afastamento de sua implantação em relação a calçada.A quadra sofre uma deflexão em relação à via gerando uma curvatura que permite a visibilidade da torre em diversas perspectivas (Figura 02).

Figura 02 - Vista a partir da Avenida Dom Aquino



Fonte: Cristina Marafon, 2015

Além do da igreja, outros edifícios compõe o complexo salesiano no Porto: a paróquia, anexa ao corpo da igreja, mas de construção posterior e o Colégio Salesiano Dom Bosco. Nenhumdeles segue o estilo arquitetônico neoclássico da Igreja, porém a paróquia mantém os pilares destacados ecoando o ritmodas colunas externas da igreja. Já o colégio, mantém suas caraterísticas próprias, se destacando por uso de aço em elementos estruturais e cobogós cerâmicos em algumas vedações.

Não foram encontradas maiores informações sobre a construção desses edifícios. Sabe-se, contudo, que a construção da paróquia é posterior a 1955, pois uma fotografia disponível na biblioteca on line do IBGE revela quenaquele ano a parte posterior da igreja ainda conservava o edifício anterior, de feições coloniais (Figura 03).

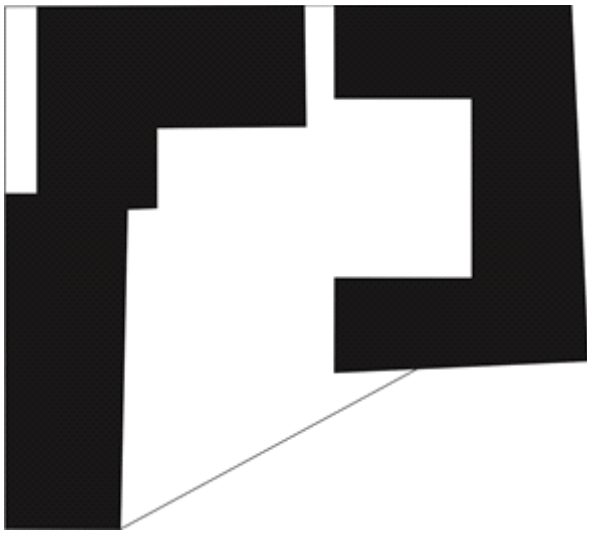
Figura 03. Fachada voltada para a Av. Senador Metello. Ano de 1955 (acima) e dias atuais (abaixo)



Fonte: Biblioteca do IBGE; Priscila Wolff Sampaio, 2015

A relação entre os edifícios configura um pátio lateral à igreja, utilizado como estacionamento no dia a dia e durante as missas, mas também usado quando da realização de festividades pela paróquia (Figura 04).

Figura 04 - Esquematização da ocupação dos edifícios em relação ao terreno, à esquerda o corpo da igreja e a direita o colégio.

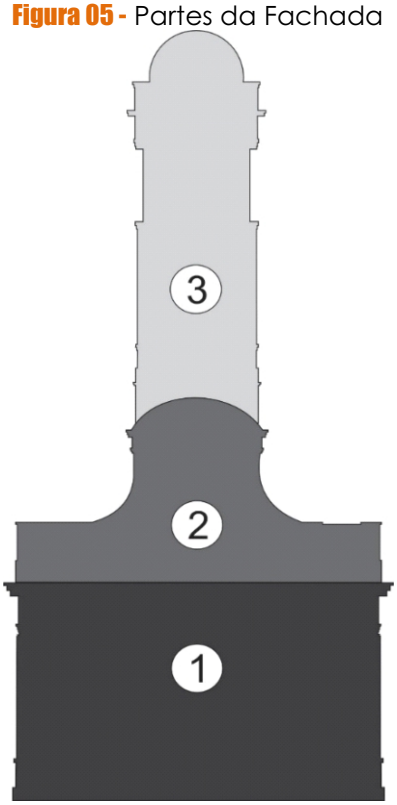


Fonte: Autoria Própria, 2015

CONSTITUIÇÃO FÍSICO-ARQUITETÔNICA

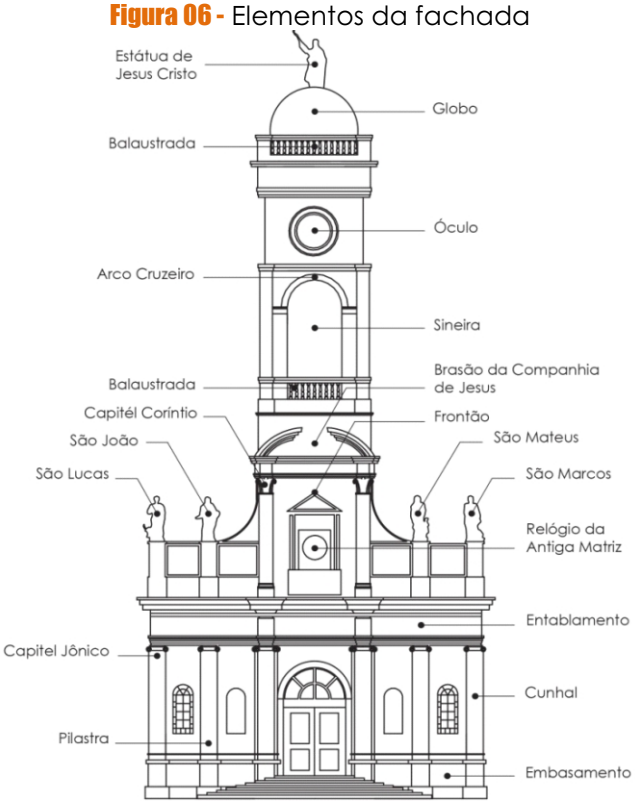
A fachada da Igreja São Gonçalo possui vários elementos típicos da linguagem neoclássica, podendo ser dividida em três partes: uma mais robusta, chamada aqui de base (1), uma composta de platibanda e frontão (2) e outra mais verticalizada, a torre (3) (Figura 05). Ao longo da fachada podemos identificar, ainda, balaustradas e capitéis coroando as pilastras, conforme a figura 06.

Figura 05 - Partes da Fachada



Fonte: Autoria Própria, 2015

Figura 06 - Elementos da fachada



Fonte: Autoria Própria, 2015

A base é cortada por seis pilastras encimadas por capitéis jônicos e compreende a portada e a escadaria de acesso, reforçando o eixo de simetria do frontispício, além de duas janelas e dois nichos igualmente arrematados em arco pleno. A escada possui certo simbolismo ao elevar o prédio do nível da rua e é um elemento bastante utilizado em edifícios neoclássicos, sejam eles eclesiásticos ou civis.

O frontão está delimitado por duas pilastras encimadas por capitéis coríntios. Essa diferenciação no uso das ordens de acordo com o pavimento, o mais robusto na parte debaixo seguido pelos mais ornamentados, faz referência a algumas obras da arquitetura clássica romana, como o Coliseu de Roma. No frontão estão localizados o brasão da Companhia de Jesus e o relógio que estava instalado na antiga Igreja Matriz, realocado após sua demolição em 1968. O frontão é arrematado por quatro estátuas que representam os evangelistas e são obra do padre italiano José Solari. A posição das estátuas corresponde à posição das colunas da base, recurso de projeto utilizado por Andrea Palladio durante o Renascimento.

Por fim, a torre possui três níveis: o primeiro, em arco, é o local do sino, o segundo possui um óculo em cada lateral e o terceiro coroa a fachada com uma balaustrada, além de servir de base para o globo em que está fixada a estátua de Jesus Cristo.

Todos estes elementos podem ser visualizados na figura 07, que apresenta a fachada atual do templo. Ao comparar essa imagem com imagens mais antigas da fachada, constantesdo processo de tombamento da Secretaria de Cultura do Estado (figura 08), é possível perceber uma alteração significativa no embasamento da mesma, que resultou da adição de um revestimento de granito na base e de mármore nas pilastras, com a justificativa de proteger a fachada. Essa ação foi bastante criticada na época de sua execução e ainda o é por aqueles que conhecem as feições antigas do edifício, já que essa mudança no revestimento alterou a percepção da mesma e fere a lei de tombamento. Antes dessa intervenção a fachada era bastante uniforme com a presença de duas cores, destacando os elementos em relevo. A adição do mármore e do granito e a pintura do restante da fachada na mesma cor, gerou um grande contraste na base, destacando-a da fachada e a confundindo com a escada, fazendo com que esta perca o seu efeito original.

Figura 07 - Fachada Frontal (2015)



Foto: Cristina Marafon, 2015

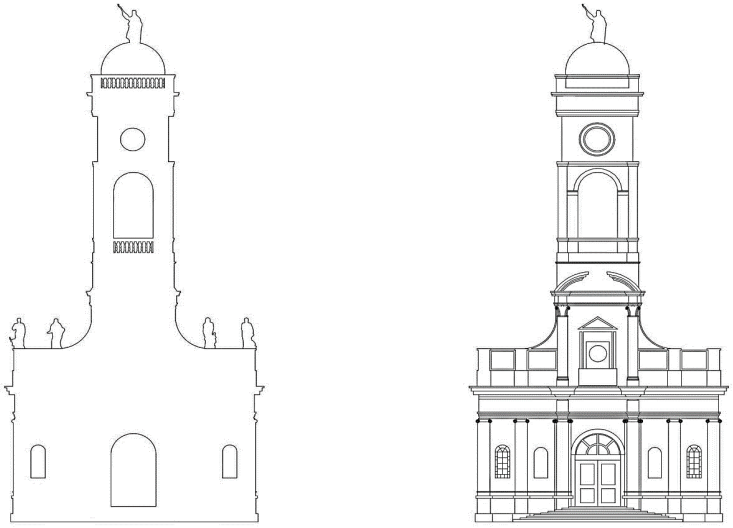
Figura 08 - Fachada Frontal (1996)



Fonte: Processo de Tombamento, 1987

Ainda ao observar a configuração atual da fachada é possível perceber alguns elementos de configuração que podem revelar decisões de projeto, um deles sendo a relação entre cheios e vazios. É possível perceber na figura 09 que a fachada possui poucas aberturas, estas se concentram ao longo da torre e são distribuídas simetricamente. A utilização de poucas aberturas (porta de entrada, janelas laterais e sineira), sugere um sistema construtivo mais robusto.

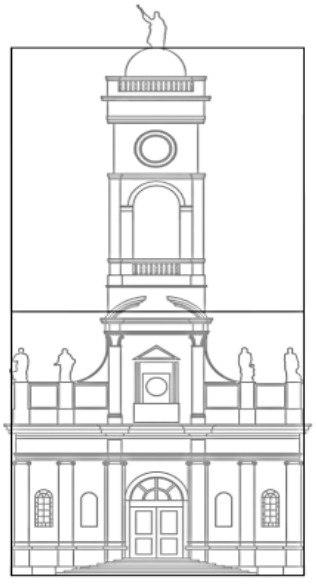
Figura 09 - Cheios e Vazios



Fonte: Autoria Própria, 2015

Além dos cheios e vazios, as relações geométricas presentes na fachada também podem indicar decisões projetuais e reforçar o estilo neoclássico utilizado no edifício. Além da simetria, facilmente percebida, pode-se notar que a altura da fachada é igual a duas vezes a sua largura (Figura 10).

Figura 10 - Relação altura/largura



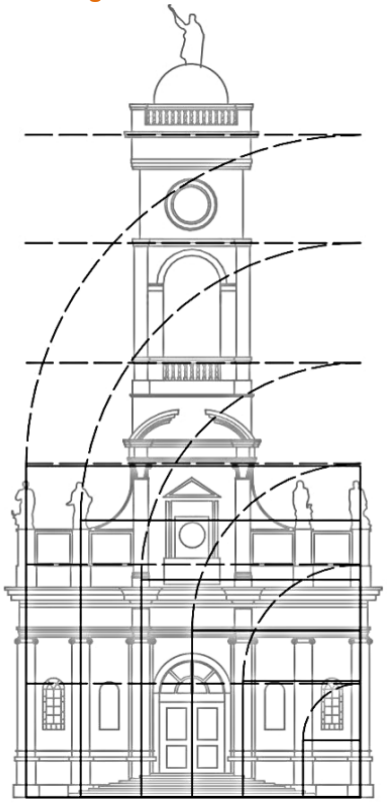
Fonte: Autoria Própria, 2015

Diante dos indícios da existência de princípios regulares subjacentes ao projeto da fachada da igreja, foram realizadas uma série de levantamentose traçados auxiliares a fim de achar relações geométricas ocultas entre seus elementos, vãos, alturas, corpos e ornamentos.

Na figura 11 foram utilizados quadrados a fim de demonstrar a relação entre a largura e a altura na posição de alguns elementos. Ao rebatermos a quarta parte de um círculo com raio igual ao de cada quadrado conseguimos identificar as locações de mais elementos, principalmente da torre, como algumas linhas horizontais de seu frontispício, a tangente do óculo,

a altura do balaústre e a base da cobertura onde se localiza o globo.

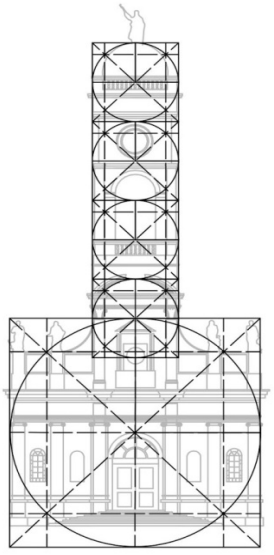
Figura 11 - Estudo 2



Fonte: Autoria Própria, 2015

No estudo 3 foi trabalhado a sobreposição e intersecção de dois elementos, o quadrado e o círculo nele inscrito (Figura 12). Na primeira etapa foi feito um círculo cujo diâmetro é igual à largura do corpo da fachada, alinhando o centro desse círculo no centro da parte alta da portada, verificando-se que a parte alta do círculo define a posição do frontão acima do relógio. A partir do ponto onde o círculo anterior define o frontão, parte um novo círculo, com diâmetro correspondente à largura da torre, que define o arco acima do brasão e a linha horizontal da base das estátuas dos evangelistas. Repetindo o mesmo círculo circunscrito na largura da torre, percebe-se que o tamanho da torre corresponde a 4 círculos. Esse traçado então foi mais aprofundado, ligando as diagonais dos elementos e inscrevendo círculos em quadrados. A partir desse traçado foi percebido uma série de detalhes que com apenas os círculos passavam despercebidos, como a definição da posição de cada evangelista, as alturas das balaustradas, o inicio do arco cruzeiro no patamar dos sinos e o final do globo, que atualmente suporta o Cristo.

Figura 12 - Estudo 3

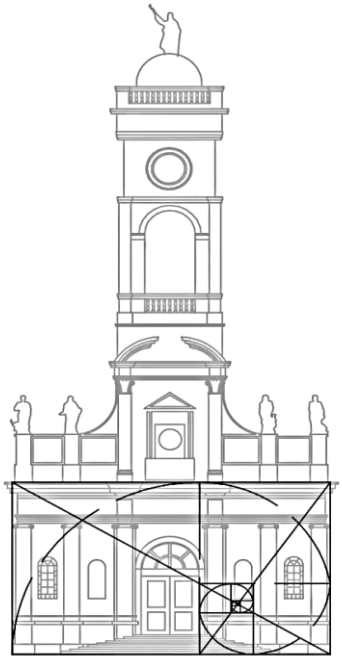


Fonte: Autoria própria, 2015

No estudo 4 foi utilizado o retângulo áureo para demonstrar que toda a primeira parte da

fachada, do embasamento até o entablamento, possui essa proporção. Maiores relações podem ser observadas na figura 13.

Figura 13 - Proporção áurea

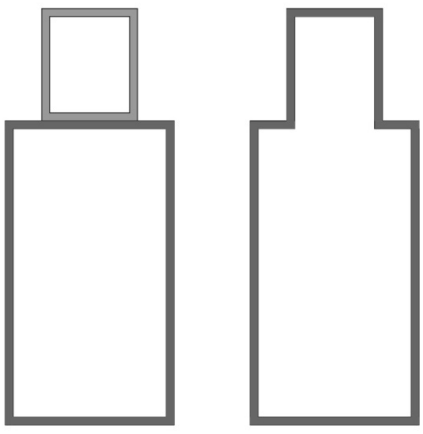


Fonte: Autoria Própria, 2015

Podemos perceber através dessa série de estudos sobre as relações geométricas que a constituição física e morfológica da fachada possui alguns indícios da preocupação clássica com as proporções, como a determinação da posição de elementos a partir de relações matemáticas que regulam toda a composição. Na falta de outros registros comprobatório, não se pode afirmar que todas essas relações foram deliberadamente concebidas pelo projetista da igreja.Há fortes indícios, porém, de que eles refletem de fato uma intenção projetual, o que tende a reforçar a caracterização da igreja como edifício neoclássico, não só pelos seus ornamentos, mas por suas leis de composição.

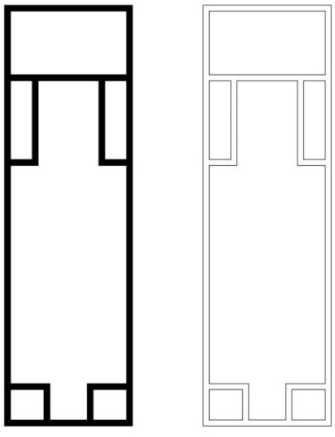
A fim de identificar relações geométricas e analisar a configuração da planta da igreja, foi realizado um levantamento in loco e segundo a classificação de Alvin (1999), a planta da Igreja São Gonçalo apresenta a tipologia retangular e a relação entre a nave e o altar é uma justaposição de retângulos (Figura 14). A presença da forma geométrica retangular também se repete na configuração dos anexos. Em conjunto com o todo, o contorno formado em planta também circunscreve um retângulo que Alvin denomina de "[...] justaposição de retângulos inscritos em um outro maior" (ALVIN, p.30, 1999) (Figura 15).

Figura 14 - Esquema de justaposição de retângulos (nave e altar)



Fonte: Autoria própria, 2015

Figura 15 - Esquema de justaposição inscritos em outro maior

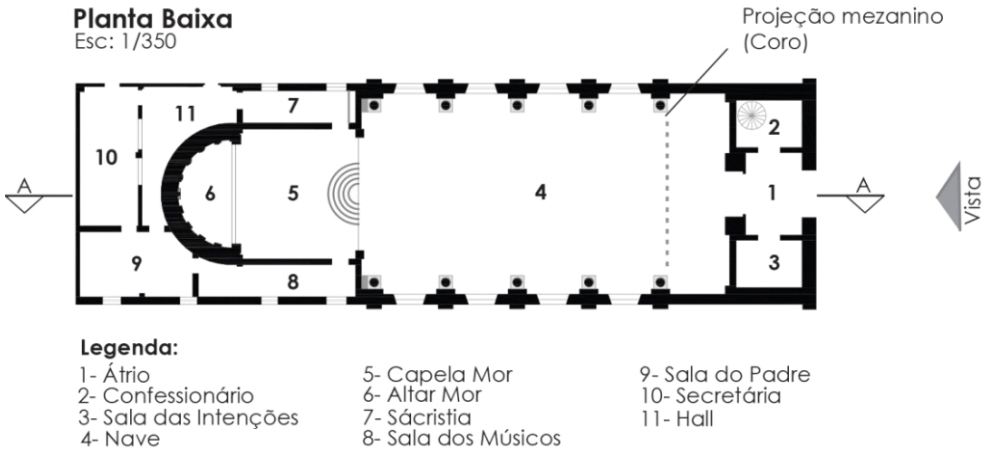


Fonte: Autoria própria, 2015

A figura 16 apresenta a planta detalhada e esta é formada por uma base retangular que

compõem o nartex ou galilé, nave, altar-mor, capela-mor e sacristia. O único elemento em planta que se difere da geometria retangular é o arco presente no altar-mor do templo. Essa configuração destaca o altar-mor, parte do templo que o qual deve convergir o olhar dos fiéis durante as missas, representando a parte principal do interior da igreja.

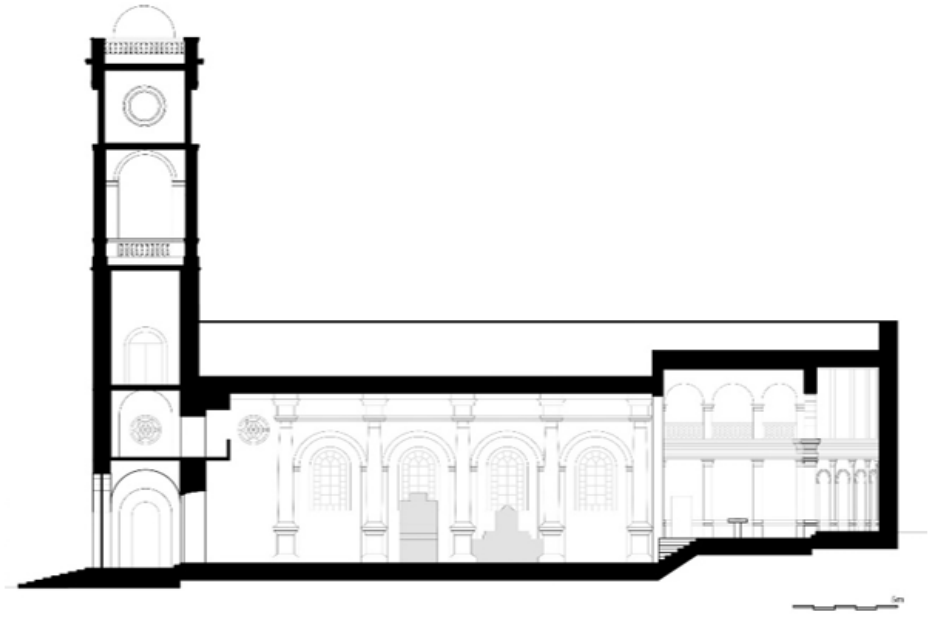
Figura 16 - Planta baixa da igreja – configuração atual



Fonte: Autoria própria, 2015

Ao adentrar o interior da igreja nos deparamos com o nártex (1), margeado pela sala do confessionário à direita (2) e a sala de intenções à esquerda (3). Na sala do confessionário, por meio de uma escada helicoidal de serviço se tem acesso ao coro e a torre sineira. No anteparo, o pé direito é mais baixo do que na nave criando assim um efeito de grandiosidade a partir do olhar do observador, favorecida pelos pilares de sustentação da torre que formam um portal na divisa desses ambientes. Essa diferença no pé direito pode ser observada no corte longitudinal apresentado na figura 17.

Figura 17 - Corte Longitudinal



A nave (4), espaço destinado aos fiéis, é composta por duas fileiras de bancos, dispostos de modo a permitir um caminho direto alinhado à porta e ao altar. As paredes laterais são exatamente simétricas quanto a aberturas de janelas e distribuição das colunas (Figura 18).

Figura 18 - Vista do interior a partir do átrio



Fonte: Cristina Marafon, 2015

Pela espessura das paredes e pilares, podemos concluir que estes possuem função estrutural de sustentação da igreja, uma vez que as paredes abaixo da torre são mais largas que as demais, considerando o peso da carga de compressão suportada neste ponto. Assim sendo, podemos supor que as colunas dispostas nas laterais da nave não exercem função estrutural.

A transição da nave e altar é destacada por um lance de escada e um arco cruzeiro liso, com ornamentação em cornijas, fazendo a divisão entre o semicírculo e as linhas ortogonais de ligação com piso. A partir desse arco, há a presença de um entablamento que circunda o presbitério e o altar-mor (Figura 19). Na transição da capela mor para o altar-mor, o arco cruzeiro se repete, junto ao desnível composto por degraus. O formato do altar-mor em planta é de um semicírculo. Nela, junto a linha da cornija há o elemento ornamental das pilastras, que não seguem uma ordem clássica. As pilastras são intercaladas por arcos cruzeiros, completando a configuração do entablamento do altar-mor.

Figura 19 - Vista do altar a partir da nave



Fonte: Cristina Marafon, 2015

A escada sofreu alterações na reforma de 1990, conforme o projeto anexado ao processo

de tombamento. A escada original era retangular e marcava toda a extensão do arco cruzeiro da entrada do altar. A intervenção consistiu no recortar de parte do altar para a inclusão da escada, que agora segue o desenho circular (Figura 20).

Figura 20 - Vista do altar com escada original (data aprox. 1987) e escada atual (2015)



Fonte: Processo de tombamento 01/87; Cristina Marafon (2015)

Nota-se que as intervenções aqui descritas foram executadas posteriormente ao ano de tombamento da Igreja, 1987, assim como as intervenções da fachada, sendo que ambas geram polêmicas quanto a permissão concedida para tais obras. A justificativa usada para a intervenção na fachada, não se aplica no interior da mesma, desta forma não é possível afirmar o que motivou as alterações realizadas.

CONCLUSÃO

O presente artigo foi resultado de uma investigação histórico/formal da Igreja São Gonçalo. Todos os desdobramentos anteriormente discutidos foram no intuito de demonstrar sua importância simbólica enquanto marco urbano e histórico, considerando suas características arquitetônicas que marcam um período de modernização da cidade de Cuiabá.

As informações aqui apresentadas ainda são preliminares devido à dificuldade em encontrar informações precisas sobre seu passado, que pode estar ligada às polêmicas geradas pelas intervenções realizadas na década de 1990.

A partir do que foi possível levantar, pode-se confirmar as características neoclássicas predominantemente italianas do edifício, haja vista os elementos greco-romanos presentes tanto em sua configuração do espaço e de ornamentação, quanto nas possíveis proporções

matemáticas de sua configuração. A análise baseou-se no método de abordagem tipológica apresentada pela pesquisadora Sandra Alvin (1999).ea utilização de outras estratégias poderia reforçar essa afirmação ou levar a descoberta de outras relações.

Esta pesquisa marca apenas o início da reunião das informações referentes à Igreja do Porto. Pesquisas futuras podem complementar os resultados aqui expostos, com o incremento do acervo de registros históricos acerca da obra, levantadas inclusive por meio de entrevistas com moradores antigos da região.

Em outubro de 2016 a Igreja completou 100 anos desde a sua conclusão definitiva, assinalada pela colocação da estátua do Cristo em seu topo. Antes que sua história se esvaia e caia no esquecimento, a Igreja São Gonçalo do Porto deve ter suas qualidades arquitetônicas originais divulgadas para além do bairro do Porto, já que possui importância na formação da cidade de Cuiabá como um todo e é só a partir de tais conhecimentos que a sociedade poderá lhe atribuirvalor, e lutar pela sua conservação.

REFERÊNCIAS

ALVIN, Sandra. *Arquitetura religiosa colonial do Rio de Janeiro:* plantas, fachadas e volumes. Rio de Janeiro: EdUFRJ; IPHAN; Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, 1999.

AYALA, S. Cardoso; Simon, F. *Álbum Gráphico do Estado de Mato Grosso*.Corumbá/MS: EEUU do Brasil, 1914.

CONTE, Claudio Quoos; FREIRE, Marcus Vinício De Lamonica. *Centro Histórico de Cuiabá – Patrimônio do Brasil*. IPHAN.

CULLEN, Thomas Gordon. *Paisagem Urbana*. Lisboa: Ed. Edições 70, 2009.

FABRIS, Annateresa (Org.). *Ecletismo na arquitetura brasileira*. São Paulo: Nobel: Edusp, 1987.

FREITAS, Moacyr. *Capela de São Gonçalo de Porto*. In: Revista Instituto Histórico Geográfico de Mato Grosso. Tomo CXLV, Ano LXIX, p.107 – 116. Cuiabá: IHGMT, 1997.

GOMES, C. T. do A. C. *Italianos no Mato Grosso: fronteiras de imigração no caminho das águas do Prata.* Cuiabá: Entrelinhas: EdUFMT, 2011.

LACERDA, Leila Borges de. *Patrimônio histórico-cultural de Mato Grosso: bens edificados tombados pelo Estado e União*. Cuiabá/MT: Entrelinhas, 2008.

LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MENDES, F. A. F. M. *Livro Lendas e Tradições Cuiabanas*. Cuiabá: Fundação Cultural de Mato Grosso, 1977.

MENDONÇA, Rubens. *Igrejas e Sobrados de Cuiabá*. Cuiabá: Prefeitura Municipal de Cuiabá. Secção: História. Nº 3, 1978.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira (Org.). Et al. *Cuiabá: Vila e metrópole nascente*. 2º ed. Cuiabá/MT: Entrelinhas, 2007.

Processo de Tombamento 01/87 – *Igreja de São Gonçalo*. Estado de Mato Grosso. Fundação Cultural de Mato Grosso. Coordenação de Patrimônio. Cuiabá, 1987.

A AMÉRICA POBRE E CATÓLICA: A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DA AMÉRICA LATINA NA TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO (1968-1979)

Mairon Escorsi Valério
Universidade Federal da Fronteira Sul/Erechim RS
Doutor em História Cultural
mairon.valerio@uffs.edu.br

RESUMO

Este artigo evidencia de que modo as identidades de América Latina foram construídas pela teologia da libertação a fim de legitimar uma alternativa político-pastoral para o catolicismo latino-americano entre 1960 e 1990. Para tanto, primeiro estabelece uma definição conceitual da teologia da libertação e depois analisa sua diversidade interna e as diferenças suas vertentes que fortaleciam a ideia da América Latina como uma grande comunidade homogênea, com uma história específica, com seus heróis continentais, mito de fundação e narrativa histórica própria, a partir de eixos discursivos estruturadores desta identidade que orbitavam em torno do socioeconômico ou do cultural.

Palavras-chave: Teologia da Libertação. América Latina. Identidade.

ABSTRACT

This article shows that identities of Latin America so were built by liberation theology in order to legitimize a political-pastoral alternative to the Latin American Catholicism between 1960 and 1990. To do so, first establishes a conceptual definition of liberation theology and then analyzes its internal diversity and differences its aspects that strengthened the idea of Latin America as a large homogeneous community with a specific history, with its continental heroes, myth and foundation own historical narrative, from structuring axes of this discursive identity that revolved around socio-economic or cultural.

Keywords: Liberation Theology. Latin America. Identity.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICA REGIONAL NDIHR

INTRODUÇÃO

Dilemas conceituais de definição da Teologia da Libertação

Definir a *teologia da libertação* é uma tarefa complexa. Desde a década de 1970 ela é tema de estudos, publicações e livros. Porém, boa parte desta profícua literatura compõe uma bibliografia militante[1], na qual existe uma confusão da teologia da libertação com suas derivações pastorais e seus antecedentes históricos. Isso acarreta dois problemas de delimitação do objeto: 1) de ordem narrativa, 2) quanto ao seu lugar social.

Em termos narrativos, a teologia da libertação foi muitas vezes analisada como um *amplo movimento social* anterior ao seu próprio surgimento, ao qual se poderia denominar com maior propriedade de *esquerda católica* ou *radicalização do catolicismo social*. Não que não haja relações históricas a serem analisadas e estabelecidas com tal movimento, mas trata-se de uma visão teleológica a que considera a *esquerda católica* do início dos anos 1960 como *teologia da libertação*. Entretanto, esta tem sido a tônica das narrativas históricas produzidas pela bibliografia militante que apresentou a teologia da libertação surgida no final dos anos 1960 como ápice de uma evolução histórica linear e ascendente da esquerda católica.

Quanto ao lugar social, a teologia da libertação foi analisada como um fenômeno amplo, de tessitura popular e laica, concretizado por protagonistas de diversos estratos ou lugares sociais, mas originariamente ligado às bases. Tal abordagem promove uma confusão imediata entre as CEBs e a teologia da libertação e, em segundo plano, cria a ideia de uma penetração popular em larga escala do discurso da teologia da libertação em toda a América Latina.

Assim, primeiro é necessário esclarecer que as CEBs surgiram antes da teologia da libertação como resposta institucional da Igreja brasileira à falta de sacerdotes. Somente a partir dos anos 1970, é que a teologia da libertação adotou as CEBs como forma eclesial privilegiada, uma nova maneira de organizar a Igreja a partir das bases que estariam mais próximas de suas concepções teológicas, o que resultou na adesão de setores populares ao seu projeto de uma prática de vida militante. Além disso, não se está levando em conta as ambiguidades internas da religiosidade católica vivida nestas CEBs, já que algo latente em cada uma delas era a tensão entre o chamado catolicismo popular e a teologia da libertação (MESTERS, 1975, P. 265). Portanto, a percepção de enraizamento social implícita na expressão *amplo movimento social* pode ser questionada.

Michel Löwy destacou a Revolução Cubana (1959) e a eleição do papa João XXIII (1958), que resultou no Vaticano II[2] (1962-1965), como acontecimentos históricos que levaram a um maior comprometimento entre os cristãos e as percepções políticas de esquerda no início dos anos 1960. Assim, a teologia da libertação teria sido resultado da convergência entre fatores históricos internos e externos à Igreja. Internamente destacou o surgimento de novas correntes teológicas a partir da Segunda Guerra, principalmente na França (Calvez Calvez, Congar, Lubac, Chenu, Duquoc) e Alemanha (Bultmann, Moltmann, Metz, Rahner), novas formas de cristianismo social (os padres operários e a economia humanista do Padre Lebret) e uma maior abertura em relação às preocupações da filosofia e ciências sociais modernas (LOWY, 2000, P. 69-70).

Como fator externo, Löwy destacou o processo de industrialização da América Latina nos anos 1950 que "promoveu ainda maior dependência, aprofundou as divisões sociais, estimulou o êxodo rural e o crescimento urbano e concentrou uma nova classe trabalhadora bem como um imenso pobretariado nas cidades maiores" (LOWY, 2000, p. 70) e a Revolução Cubana, que abriu um novo período de intensificação das lutas sociais, surgimento das guerrilhas, uma sucessão de golpes militares e crise de legitimidade do sistema político.

> Foi a *convergência* desses conjuntos muitos distintos de mudanças que criou as condições que possibilitaram a emergência da nova "Igreja dos Pobres", cujas origens, é preciso observar, remontam a um período anterior ao Vaticano II. De maneira simbólica, poderíamos dizer que a corrente cristã radical nasceu em janeiro de 1959, no momento em que Fidel Castro, Che Guevara e seus camaradas entraram marchando em Havana, enquanto que, em Roma, João XXIII publicava a primeira convocação para a reunião do Concílio (LOWY, 2000, p 70)

A análise histórica sobre a gênese da teologia da libertação proposta por Löwy parte da necessidade do autor de compreendê-la como um *amplo movimento social*. Por esta razão, o autor substitui o termo *teologia da libertação*, por *cristianismo da libertação*, termo que considera mais amplo e conveniente para definir um movimento que surgiu alguns anos antes da *teologia da libertação* em si e cuja maioria dos ativistas não era composta por teólogos.

Löwy estabeleceu uma útil distinção entre *cristianismo da libertação* e *teologia da libertação* ao analisar o surgimento histórico e desenrolar do primeiro. A *teologia da libertação* teria sido uma espécie de consequência histórica deste movimento predecessor. Assim, o *cristianismo da libertação* teria surgido cronologicamente primeiro e na periferia institucional, a partir de uma nova espiritualidade surgida nos movimentos leigos que depois evoluiu para o centro hierárquico da Igreja.

Para o autor, foram os grupos localizados na intersecção do campo interno e externo à Igreja, mais precisamente os movimentos laicos (especialmente setores da Ação Católica como a JEC, JOC, JUC; movimentos educacionais como o MEB no Brasil; comitês para a promoção da reforma agrária como na Nicarágua, federação de camponeses cristãos em El Salvador, etc) e alguns sacerdotes, ativos na juventude estudantil e em comunidades mais empobrecidas, que deram início ao processo de radicalização da religiosidade católica identificando seu compromisso social proveniente da fé cristã com a necessidade de mudança da ordem social vigente.

Segundo Löwy, os setores sociais envolvidos no campo religioso eclesiástico que iriam se tornar a força propulsora de renovação eram todos, de um jeito ou de outro, marginais ou periféricos em relação à instituição: movimentos laicos e seus consultores, especialistas laicos, padres estrangeiros e ordens religiosas (LÖWY, 2000, p. 72-74). Os primeiros bispos afetados estavam diretamente envolvidos com um ou outro desses setores. Em alguns casos, o movimento avançava em direção aos órgãos de poder da hierarquia (como no caso brasileiro da CNBB), enquanto em outros permanecia bloqueado na periferia da instituição.

A *teologia da libertação* foi definida então como uma dessas etapas da evolução do *cristianismo da libertação* em direção ao centro da instituição. Löwy considerou as formulações teológicas surgidas no final dos anos 1960 como *expressão intelectual* deste movimento social e histórico mais amplo. Os diversos textos teológicos produzidos a partir de 1968 seriam o corpo teórico-discursivo produzido por intelectuais religiosos que visavam legitimar acadêmica e institucionalmente o *cristianismo da libertação*, algo que já existia e funcionava. Era a tentativa de fazer ortodoxia de uma ortopráxis predecessora.

A segunda distinção, inerente à argumentação de Löwy, se refere principalmente à diferença de atores sociais no primeiro e segundo caso. Assim, enquanto o *cristianismo de libertação* surgiu principalmente no início dos anos 1960, a *teologia da libertação* propriamente dita apareceu só no final da década, quando surgiram os esforços de sistematização teórica por parte de teólogos latino-americanos, como os textos do peruano Gustavo Gutiérrez[3]. Enquanto o *cristianismo da libertação* foi protagonizado por setores periféricos, a *teologia da libertação* foi fruto da atuação de setores mais centralizados, atores intelectuais que estavam à sombra de núcleos de poder hierárquicos e que disponibilizavam de recursos institucionais para viabilizarem seu discurso.

Havia estratégias e interesses diferenciados de cada um desses setores envolvidos. Os teólogos da libertação se viam como representantes institucionais dessa religiosidade surgida na base/periferia. Diante de múltiplas práticas religiosas católicas, estes teólogos se identificaram com o *cristianismo da libertação*, adotaram-no e se posicionaram institucionalmente ao seu favor, pois nele reconheciam uma espiritualidade cristã legítima. Esse movimento, por consequência, tinha uma natureza ambivalente, pois ao mesmo tempo em que reforçava essa concepção de uma relação estreita de identificação com as bases, apontava também para a singularidade do papel representavam institucionalmente como intelectuais religiosos.

A profundidade do compromisso prático com a realidade e o vigor de sua articulação com as bases para os fins de mudança social foi precisamente o que justificou o valor intelectual e religioso da *teologia da libertação*. Estabelecer uma conexão com a base/periferia em termos históricos e sociais e, ao mesmo tempo, não perder de vista a especificidade de seus papéis enquanto intelectuais orgânicos é que tornava a natureza do discurso da teologia da libertação

ambivalente, resultado da tensão entre unidade de intensões e especificidade das ações.

O termo *libertação*, posicionado no centro de todos os comentários, situa a razão de ser da teologia da libertação na finalidade coletiva da mudança social estabelecendo assim sua conexão com a religiosidade libertadora surgida na base/periferia. O termo *teologia* (quase que invisível) indica, a contrapelo, a predominância dos interesses específicos de determinados atores sociais que eram religiosos e intelectuais.

Havia uma relação entre os intelectuais religiosos e as bases ou a periferia da Igreja. Um exemplo são os chamados Encontros Intereclesiais que a partir de 1975 passaram a reunir lideranças das CEBs de todo o país. Nesses encontros, os teólogos da libertação, como Frei Betto, Leonardo Boff, Clodóvis Boff, Carlos Mesters e os demais entravam em contato direto com as bases (ALMEIDA, 2000, P.151-191). Essa relação era necessária e vital para a própria teologia da libertação. Porém, a atuação dos teólogos não se restringia a essa relação, mas também a um embate institucional junto à hierarquia e suas instâncias de poder para a legitimação da teologia da libertação.

O fato de que uma teologia designe todo um movimento deveria chamar mais a atenção. Por isso a distinção proposta por Löwy entre *cristianismo da libertação* e *teologia da libertação* é relevante. O autor evidenciou a intencionalidade colonizadora do próprio discurso da teologia da libertação sem entrar nos méritos desta discussão. A distinção esclarece que a reflexão teológica e intelectual que deu origem à *teologia da libertação* era uma espécie de momento secundário, mas que por sua força discursiva significava essa militância social cristã antecessora a partir de seu próprio léxico interpretativo criado posteriormente, tornando-se uma forma de colonização discursiva do passado.

Roniere Ribeiro do Amaral discordou de Löwy quanto ao termo *cristianismo da libertação*. Seu interesse se voltou para a constituição subjetiva desta religiosidade cristã voltada para ética, comprometida com a mudança social, preocupada com a felicidade pública e assentada em valores fraternais. Porém, considerou que tal fenômeno se circunscreveu aos atores católicos e denominou-o de *catolicismo da libertação*. Mais uma vez a questão cronológica é invocada, pois Amaral trata da gênese dessa religiosidade entre final dos anos 1950 e início dos 1960. Recoloca também em questão os atores sociais, concordando com Löwy na tese da evolução "*da periferia ao centro*", mas sendo específico ao constatar que é no laicato estudantil católico que surge tal religiosidade (AMARAL, 2006, P. 46).

Amaral delimita e restringe seu objeto de pesquisa, e com isso estabelece uma divisão precisa entre *catolicismo da libertação* e a *teologia da libertação*. Para o autor, a *teologia da libertação* é um fenômeno posterior à consolidação do *catolicismo da libertação* que se instala como religiosidade baseada na ética da fraternidade primeiramente entre leigos e bispos. Assim, o autor aproxima-se da perspectiva de Löwy, mas reproduz a estratégia discursiva colonizadora do passado presente na própria teologia da libertação, pois a práxis militante e engajada decorrente da solidificação desta religiosidade anterior ao surgimento da *teologia da libertação* não era adjetivada como catolicismo *da libertação*, mas era geralmente nomeada pelos contemporâneos de *catolicismo de esquerda* (MENDES, 1966, P. 27).

O termo usado no Brasil, antes do surgimento da *teologia da libertação* para definir a militância laica católica, engajada na luta por amplas reformas sociais e na crítica do capitalismo subdesenvolvido da primeira metade da década de 1960, é o de *esquerda católica*. Esta observação é extremamente significativa. Não se trata de uma simples discussão terminológica acerca da melhor forma de nomear uma práxis religiosa, mas da constatação da força discursiva da *teologia da libertação* que estabelece o termo *libertação* ao tipo de religiosidade vivida por leigos e bispos comprometidos eticamente com mudança da estrutura social. As definições cristianismo ou catolicismo *da libertação* para este tipo de religiosidade nos remete a pensar como a narrativa histórica desse movimento está fortemente pautada, ou melhor, colonizada pela própria existência da *teologia da libertação*.

Os esforços dos autores acima mencionados, como Löwy e Amaral, de distinguirem os dois eventos (*catolicismo da libertação/cristianismo da libertação* e *teologia da libertação*) evidencia a força da narrativa enviesada e teleológica, produzida pela própria *teologia da libertação* e por uma bibliografia militante que mesmo sendo o último produto da esquerda católica interpretou os acontecimentos históricos predecessores em função de si.

Teologia da Libertação: movimento discursivo de intelectuais religiosos transnacionais em rede

Assim, faz-se necessário detalhar o contexto cronológico do surgimento da teologia da libertação no final dos anos 1960 definindo-a a partir do seu caráter intelectual, institucional e teórico-discursivo. Ao constatar as tensões entre a teologia da libertação e o catolicismo popular Andre Corten apontou para a especificidade do papel dos teólogos e concluiu que a *teologia da libertação* deveria ser encarada como discurso intelectual de elites católicas transnacionais.

Quando se trata de pensar a gênese da *teologia da libertação* como um corpo teórico de textos do final dos anos 1960, observa-se que o surgimento evolução dela estão mais relacionados por um lado a uma religiosidade vivenciada por leigos e clérigos comprometidos com o *catolicismo social radicalizado* ou a *esquerda católica*, e por outro lado, atrelado a alta hierarquia que por meio de bispos e instituições estimulou os teólogos a uma produção crítica. Todo o processo de discussão produzida pelos teólogos latino-americanos sobre a necessidade do comprometimento cristão com a mudança social em favor dos pobres, excluídos e oprimidos, se deu no âmbito institucional e viabilizado pela estrutura da Igreja (BOFF & BOFF, 1985, P. 112-113).

A própria dinâmica de renovação do Vaticano II criou inúmeras oportunidades de encontros, viabilizados pela Igreja, entre os teólogos latino-americanos. O encontro de 1964, em Petrópolis, considerado por muitos teólogos como início do processo de elaboração teológico-crítica que culminaria na teologia da libertação anos mais tarde, foi convocado e organizado pelo CELAM[4] (DUSSEL, 1999, P. 57):

> 1. Ocasião para que um grupo de teólogos sul- americanos (incluindo o México) se conheçam melhor e troquem suas ideias. 2. Despertar através deste grupo nas diversas Faculdades, nos Professores de Teologia, etc..., uma atitude de interesse ativo, abrindo horizontes e definindo assuntos de pesquisa, de *interesse latino-americano*. A ideia é que este encontro possa ser o ponto de partida de um trabalho de investigação teológica da problemática da Igreja latinoamericana. 3 Fazer um projeto de temas, pessoas a convidar e etc, de um provável curso de 20 ou 30 dias, em Julho de 1964, para professores de teologia latino-americanos, a cargo de três ou quatro dos grandes mestres europeus. Eleger alguns temas – é a sugestão de vários bispos do CELAM – de possíveis cartas pastorais do episcopado latino-americano (OLIVEROS, 1977, P. 52)

Durante os anos 1960, havia uma postura episcopal de incentivar uma produção teológica original na América Latina. Os encontros organizados pelo CELAM mostram que esta alta instância episcopal na América Latina estimulou essa produção teológica. Naqueles dias o CELAM era composto por bispos comprometidos com um catolicismo social e predominava entre eles a percepção de que a tendência de renovação estimulada pelo Vaticano II na América Latina deveria ter uma atuação mais engajada socialmente. Era esta pelo menos a interpelação feita pelos leigos ligados à JUC no Brasil. A convocação da Conferência Episcopal de Medellín expôs esta predominância institucional da questão social.

A ideia da Conferência de Medellín surgiu da intersecção entre as dinâmicas conciliares e os encontros de reflexão teológica e pastoral organizados na América Latina, pelo impulso regional do CELAM. Ele foi proposto a Paulo VI pelo bispo chileno e então presidente do CELAM, D. Manuel Larraín, em 1964, em plena vigência do Concílio Vaticano II.

Observa-se, então, a importância das redes geradas em torno do Concílio, articuladas pelos bispos e teólogos, para a consolidação das redes latino-americanas. Morto em 1967, Dom Larraín foi substituído na direção do CELAM por Dom Avelar Brandão do Brasil, que garantiu a realização da conferência. Juntamente com o Concílio, reuniões de reflexão multiplicaram-se na América Latina, em âmbito local, nacional e regional, marcando também a distância entre o pensamento das redes latino-americanas com os interesses do Concilio.

O primeiro encontro regional foi organizado por iniciativa de Ivan Illich em Petrópolis, Brasil,

em março de 1964. Entre os participantes estavam futuros teólogos da libertação, na época na condição de conselheiros do CELAM, como o peruano Gustavo Gutiérrez, o argentino Lucio Gera e o uruguaio Juan Luis Segundo. Posteriormente, dois encontros se sobrepuseram: em Bogotá (1965), e o de Cuernavaca, no México (1965).

Desde o anúncio da organização da Conferência de Medellín, a atenção focalizou-se nos encontros preparatórios da Conferência, entre 1966 e 1968. O primeiro organizado em Baños, Equador, em Junho de 1966, convocou os departamentos de Educação dos Leigos e de Ação Social do CELAM em torno do tema "*Educação, Ministério e Ação Social*". Posteriormente, vieram os de Mar del Plata, na Argentina, em Outubro de 1966, cujo tema era "*O desenvolvimento e integração na América Latina*"; em Buga, na Colômbia, em Fevereiro de 1967, sob o tema "*Missão das universidades católicas da América Latina*"; Melgar, na Colômbia em Abril de 1968, sob a temática "*Pastoral de missões*", e Itapoã, no Brasil, em Maio de 1968, com o tema "*Igreja e transformação social*".

Na reunião extraordinária de Bogotá, na sede do CELAM, em Janeiro de 1968, os documentos preparatórios da Conferência da Medellín foram elaborados e enviados aos diversos episcopados. Eles foram ratificados e em Junho de 1968 acabaram apresentados à imprensa. A conferência foi realizada entre 24 de agosto e 06 de setembro de 1968, com a presença de 146 bispos, 14 religiosos, 6 freiras, 15 leigos e inúmeros consultores. Suas conclusões oficiais se intitulavam: "A presença da Igreja na atual transformação da América Latina à luz do Concílio Vaticano II".

Eram neste contexto, teólogos e assessores do CELAM: Gustavo Gutierrez, Lucio Gera, José Marins, Segundo Galilea, Joseph Comblin, Cecílio de Lora, Jorge Alvarez Calderón, Edgard Beltran, Gonzalo Arroyo e François Houtart. Eles estavam, então, inseridos e sustentados no âmbito do CELAM por um pequeno grupo de bispos: do Equador, Leonidas Proaño, Panamá, Mark McGrath, Peru, Landázuri Ricketts e Luciano Metzinger, México, Samuel Ruiz e Sergio Méndez Arceo, e especialmente do Brasil, onde setores da CNBB (Conferência Nacional Bispos do Brasil) destacavam-se por sua postura de apoio em relação à mudança social: Avelar Brandão, Hélder Câmara, Aloíso Lorscheider e Cândido Padin. Mesmo aqueles que posteriormente levantaram reservas à teologia da libertação, como o arcebispo de Santiago, Raúl Silva Henríquez e o bispo da Argentina, Eduardo Pironio, foram também considerados parte dessa vanguarda.

Estes bispos ocupavam as posições principais do CELAM. Em 1968, Avelar Brandão, presidente, Mark McGrath, o segundo vice-presidente, e Eduardo Pironio, o secretário-geral, ocupavam três das quatro cadeiras da Presidência. Cândido Padin chefiou o Departamento de Educação e Leonidas Proaño, o de Pastoral. Mesmo não ocupando uma posição de gestão para o interior do CELAM, Helder Câmara exercia considerável influência, especialmente por ter sido o principal protagonista de sua criação, em 1955. No ano seguinte, em 1969, Samuel Ruiz assumiu o comando do Departamento de Missões. Em 1971, Luciano Metzinger assumiu o Departamento de Comunicação Social.

Os futuros teólogos da libertação eram conselheiros dos bispos em reuniões organizadas pela conferência e seus vários departamentos. Aqueles que eram identificados como consultores do CELAM faziam parte da equipe de reflexão teológica, criada em 1969 por Eduardo Pironio. Outros atores do campo, e não necessariamente conhecidos por sua produção teológica, foram também relacionadas aos departamentos do CELAM. O marista espanhol Cecilio de Lora e o salesiano italiano Mario Peresson, por exemplo, trabalharam no Departamento de Educação.

O CELAM tinha vínculos institucionais em todas as conferências episcopais, como vimos nos casos do Chile e do México. Esses teólogos foram também professores do Instituto Pastoral Latinoamericano (IPLA) e estavam sob a responsabilidade do bispo Leonidas Proaño, no Equador. O instituto responsável pela formação pastoral e teológica dos quadros da Igreja Católica na América Latina era então um local de passagem das novas ideias do catolicismo latino-americano. Muitos leigos passaram por seus cursos de formação reiterando a necessidade de engajamento social, aspiração principalmente do laicato proveniente dos grupos estudantis católicos.

Na década de 1960, e sem residência permanente na América Latina, Giulio Girardi,

Casiano Floristan e François Houtart também eram professores do IPLA. Casiano Floristan lecionou em diversos países pelos quais viajam na América Latina, a partir de 1965: México, Equador, Colômbia, Venezuela e Porto Rico. Consultor do Concílio Vaticano II, ele conheceu, no outono de 1963, Gustavo Gutiérrez e Manuel Larraín, juntamente com outros teólogos e agentes pastorais na América Latina, o que levou ao seu convite. O mexicano Raúl Vidales e o nicaraguense Rutilio Grande também foram alunos do instituto.

Segundo Galilea assumiu a direção em 1966-1967[5]. Ele não era novo nas redes do CELAM, pois já havia dirigido o CIP (Centro de Investigação Pastoral), em Cuernavaca, entre 1961 e 1966. Havia também a trajetória de um teólogo mais secundário, o peruano Noé Zevallos que estava ligado a CLAR, da qual mais tarde se tornou presidente.

O fato de estes bispos e teólogos ocuparem posições tão significativas no CELAM indica que a teologia da libertação – como corpo de reflexões e textos que buscavam legitimar a radicalização do catolicismo social, ou, a esquerda católica – nasceu no centro da instituição, não em sua periferia (como o catolicismo da libertação, por exemplo) e encontrou motivação hierárquica para acontecer de cima para baixo. Se por um lado consideramos válida a tese de Löwy que o cristianismo da libertação nasceu na periferia institucional, por outro lado, quando especificamos a própria teologia da libertação verificamos que esta nasceu da vontade institucional, ou seja, no centro da instituição.

Deste modo é possível afirmar que a teologia da libertação é antes de qualquer coisa um movimento intelectual, transnacional, levado a cabo por intelectuais religiosos ligados predominantemente à Igreja Católica na América Latina e suas instâncias de poder institucional. O discurso destes intelectuais, assim como suas ligações institucionais definem o lócus social privilegiado da teologia da libertação, configurando uma elite transnacional de intelectuais em rede compartilhando o mesmo projeto de saber/poder político-religioso. Essa delimitação da teologia da libertação como movimento discursivo de uma elite intelectual religiosa e transnacional ligada à Igreja Católica restringe as ampliações cronológicas e analíticas que a definiram como um amplo movimento social.

Os elementos que autorizam a constatar a natureza transnacional e transcontinental de suas dinâmicas são numerosos: sua genealogia exógena no terceiro-mundismo católico e protestante; a presença importante de atores europeus e norte-americanos bem posicionados no campo – entre os quais muitos residiram de maneira definitiva na América Latina; a formação dos atores em universidades e seminários europeus (Bélgica, França, Alemanha, Áustria) sobre renovação do pensamento cristão e em particular católico, além de estudos na Universidade Gregoriana de Roma e também na Espanha; o papel inicial desempenhado pelo CELAM, as ordens religiosas – representadas pela Conferência Latino-americana de Religiosos (CLAR) – e os movimentos laicos internacionais; a multiplicação posterior de redes de solidariedade internacional e os apoios financeiros e morais resultantes de fora; a regularidade dos encontros teológicos internacionais na América Latina e Europa, com participantes de ambos os continentes; a estreiteza de intercambio entre intelectuais e editoras, pois enquanto na América Latina as revistas, os folhetos e textos da teologia da libertação foram publicados principalmente por centros ecumênicos, especificamente no Brasil, na Europa e Estados Unidos, eram publicados por editoras católicas (VALÉRIO, 2012, P. 120).

A diversidade interna da Teologia da Libertação

Desde o primeiro momento, vertentes variadas compuseram a gama de textos com mediações intelectuais específicas que acabaram constituindo a denominada teologia da libertação. Um exemplo são as diferenças entre teólogos protestantes e católicos, cujas obras apresentavam nuanças consideráveis. Além disso, entre os teólogos católicos se podem observar diferenças significativas. Cada uma dessas correntes deu um peso diferenciado à questão da América Latina. Destaca-se a maior ênfase dada pelas correntes católicas ao dilema da identidade latino-americana e a definição dessa geografia imaginária como espaço-base para o projeto político-pastoral do CELAM e da teologia da libertação. As estreitas relações entre a teologia da libertação e o CELAM no momento de seu aparecimento no final dos anos 1960 e início dos anos 1970 fizeram da teologia da libertação a teologia oficial do CELAM, ou seja,

um discurso teológico de legitimação de um determinado projeto-político pastoral da Igreja Católica para a América Latina.

No cerne desse processo, uma determinada representação da América Latina como um espaço cultural, geográfico, político e histórico, distinto e específico se impôs para o próprio CELAM como instituição, que colocou como condicionante na produção de um saber teológico o peso simbólico deste espaço imaginário que estruturava e delimitava a amplitude de seu próprio poder. Assim, é justamente a partir dessa geografia imaginária comum, da ideia de uma América Latina – base para a estrutura de poder do CELAM e condicionante de uma nova teologia – que se dá a articulação do discurso de saber/poder da teologia da libertação e sua instrumentalização pelo CELAM.

No entanto, a busca pela identidade da América Latina representou um divisor de águas entre os teólogos. O mecanismo de construção dessa identidade obedeceu a nuanças específicas a partir dos diálogos intelectuais que cada um estabeleceu. Neste ponto é que alguns teólogos se aproximam de outros e se constroem duas correntes católicas iniciais da teologia da libertação[6], no período entre 1968 e meados da década de 1970.

A primeira vertente, hegemônica no campo da teologia da libertação e por isso corrente dominante, foi representada no primeiro momento pelos escritos de Gustavo Gutierrez, a Teologia Libertação: perspectivas e Hugo Assmann, Liberación-opresión: desafio a los cristianos, ambos publicados em 1971. Os trabalhos preparatórios dos textos foram anteriores e realizados após o desenvolvimento da expressão multipolar em redes católicas. Eles apontaram as convergências entre a teologia da libertação e a esquerda marxista, baseadas na teoria da dependência, para justificar a opção socialista para uma mudança estrutural nas sociedades menos desenvolvidas da região. Uma segunda corrente se desenvolveu na Argentina, no contexto do peronismo, onde a teologia da libertação se alinhou com a opção do populismo político e não teve a afinidade com correntes do pensamento marxista. Ele desenvolveu acentos diferentes em torno do surgimento de uma questão sociocultural (a nação, o povo), alternativa para a identificação da libertação nacional com o projeto revolucionário do socialismo. Juan Carlos Scannone definiu bem as semelhanças e diferenças da corrente argentina com a corrente dominante da teologia da libertação, em seu livro de 1976, Teología de la liberación y praxis popular. Aportes críticos para una teología de la liberación.

A corrente dominante e a identidade socioeconômica da América Latina

Os textos de Gustavo Gutiérrez e Hugo Assmann tentaram dar conta da singularidade e dos desafios da teologia da libertação no debate teológico e religioso gerado pelo novo termo. Eles se articularam em torno do enunciado central de estabelecer a diferença fundamental da teologia da libertação com a teologia e pensamento religioso anterior afirmando seu ponto de partida "concreto" na maneira de fazer da teologia uma reflexão crítica sobre a "práxis de libertação". O termo práxis era entendido no sentido marxista do pensamento cujo ponto de partida era a ação, um pensamento dirigido para a transformação histórica das sociedades latino-americanas.

Para Gustavo Gutierrez, a práxis era "o lugar mesmo onde o cristão joga com os outros, seu destino de homem e sua fé no Senhor da história" (GUTIERREZ, 1985, P. 69). Ele encarnou o próprio significado da fé cristã e a missão da Igreja Católica. Este ponto de partida não era apenas concreto. Era também dialético. Ele se referia às contradições das sociedades dominadas. Assim, Hugo Assmann anunciou o advento de um "novo modo de fazer teologia na América Latina" como "teologia da realidade", onde o discurso "dialético-estrutural" partia da situação estrutural e dialética da "América Latina dominada" e não de pressupostos abstratos (ASSMAN, 1971, P. 26).

Do ponto de vista da realidade de dominação e opressão, a caridade cristã, tinha o dever de ser politicamente eficaz, para converter os imperativos da ação política, para estar à altura do momento histórico. Em ambos os textos, o principal argumento da radicalização foi a objetivação científica das sociedades periféricas na realidade de dependência construída pela teoria da dependência. Hugo Assmann apresentou o lançamento como uma resposta ao

fracasso das políticas de desenvolvimento, devido à dependência estrutural dessas sociedades e disse que, nesse contexto, o ponto de partida da teologia da libertação foi "a situação histórica de dependência e dominação, que são os povos do Terceiro Mundo" (ASSMAN, 1971, P. 50).

De seu ponto de vista, a teologia da libertação não foi uma teologia latino-americana no sentido paroquial, mas no sentido da sua encarnação em sociedades dependentes da América Latina, a resposta cristã ao desafio da realidade periférica. Para ele, o abandono das ilusões ideológicas do desenvolvimento, que obscureciam os mecanismos políticos de dominação que mantinham os povos latino-americanos no subdesenvolvimento, correspondia a um novo estado de consciência: "Nós tomamos a consciência de que nós somos historicamente povos não só subdesenvolvidos no sentido de ainda não suficientemente desenvolvidos, mas povos mantidos no subdesenvolvimento, povos dominados, que é muito diferente" (ASSMAN, 1971, P. 40).

Por sua vez, Gustavo Gutierrez também baseia na teoria da dependência de apoio a tese de que o expansionismo capitalista gerou uma relação desigual de dependência entre países desenvolvidos e países periféricos no mercado internacional, onde "o subdesenvolvimento das nações pobres" era o "subproduto histórico do desenvolvimento de outros países" (GUTIERREZ, 1985, P. 106), e que esta dependência se tornou "um elemento chave para interpretar a realidade da América Latina" (GUTIERREZ, 1985, P.107) uma vez que se tornou um fator histórico decisivo de sua estrutura política e social interna.

Para os teólogos da libertação da corrente dominante a América Latina se constituiu a partir de uma história de dominação externa. O peso da dimensão histórica dessa dominação e exploração colonial é o elemento chave da definição da realidade latino-americana. A América Latina nunca deixou de ser colônia, sua condição essencial é a condição colonial. A situação inicial de dependência se perpetua. Influenciados pelos diagnósticos dos teóricos da dependência, os teólogos da libertação fizeram uma leitura da história da América Latina a partir do termo chave: dominação colonial e neocolonial. Se até meados do século XIX esta dependência era atrelada aos países ibéricos, posteriormente ela será atrelada à Inglaterra que mais tarde cederá o espaço que será ocupado pelos EUA.

Daí a importância em dizer que América Latina passou por cinco séculos de exploração. Para os teólogos da libertação existe uma permanência histórica da situação de opressão na América Latina. O que a tornou pobre foi o colonialismo que ainda persevera (BOFF, 1992, P 13,53-54) (GUTIERREZ, 1981, P. 118). Essa definição da América Latina como continente historicamente empobrecido, oprimido, explorado e dependente fundamentou a reflexão da teologia da libertação.

No texto de Gustavo Gutiérrez, este fato tomou uma dimensão mais sensível, mais específica para a dimensão religiosa da sua reflexão teológica. Ela caracteriza a experiência de uma "situação insuportável de miséria, alienação e exploração"(GUTIERREZ, 1985, P. 83). O sofrimento dos pobres não era central para o seu pensamento, mas no final de seu livro, ele já dedica um capítulo ao tema. Ele analisou a ambivalência do significado teológico do termo pobreza, e denunciou o escândalo do estado sociológico da pobreza e se referiu à condição subjetiva da pobreza, como a infância espiritual, que Deus tinha se identificado e que continha a promessa evangélica de transformação do mundo. Assim, Gutiérrez deixa claro o significado religioso contido na ideia de pobreza pelo qual a América Latina é definida com base na mediação das ciências sociais na perspectiva da teoria da dependência mais precisamente.

A referência central da teoria da dependência coloca a mediação das ciências humanas no centro da reflexão teológica. Hugo Assmann insistiu nesse ponto reconhecendo, não apenas a importância da teologia em se adaptar ao conhecimento moderno, como um simples dever de se atualizar, mas pela realidade objetivada nas ciências humanas, tais como "dados concretos", a partir do qual a teologia da libertação poderia reivindicar o estatuto de teologia do real (ASSMAN, 1971, P. 65). Para ele, uma teologia do real não renuncia à especificidade das questões religiosas ou a originalidade de sua reflexão epistemológica, mas deve se submeter primeiro ao ponto de vista das ciências sociais sobre a realidade do qual ela parte.

Foi baseado no peso das análises socioeconômicas da teoria da dependência que a América Latina, na percepção da corrente dominante da teologia da libertação vai ser identificada como oprimida, dependente, explorada, pobre. Entretanto, é preciso destacar que, assim como na teoria da dependência, os teólogos concebiam a permanência interna dessa

estrutura de dominação a partir da questão de classe. Não se tratava apenas da ordem mundial do capitalismo, mas da reprodução interna pelas elites latino-americanas dessa estrutura colonial, um colonialismo interno.

É importante lembrar que houve uma importante repercussão institucional na Igreja dessa concepção acerca da realidade latino-americana construída a partir dos referencias da teoria da dependência. A Conferência Episcopal de Medellín, influenciada pelas reflexões de muitos dos teólogos que ocupavam posições chave no CELAM naquele contexto, responsabilizou a permanência histórica desta situação de dependência econômica, política e cultural como fonte das injustiças sociais presentes na América Latina. Condenou tal situação denominando-a de pecado estrutural (BEOZZO, 1996, P. 122).

A teologia da libertação enfatizou a dimensão social da luta cristã contra esta situação de pecado estrutural. Para tanto, se fazia necessário romper com a dependência. Daí a importância do termo libertação, que corroborava com o projeto político da teologia da libertação para a América Latina: o rompimento com o neocolonialismo, a superação da situação de dependência dentro da ordem capitalista internacional.

A defesa da revolução social como meio de superação da dependência da América Latina torna-se um imperativo incorporado pelos primeiros teólogos da libertação, principalmente Gutiérrez, Hugo Assman e Frank Hinkelammert, a partir da percepção de dependentistas como André Gunder Frank que defendia a superação da dependência pela via de uma revolução de libertação nacional.

Neste momento, o sujeito da libertação parecia ser especificamente esse movimento latino-americano da libertação. Não houve realmente uma identificação rigorosa entre a teologia da libertação e o sujeito pobre. Gustavo Gutiérrez se refere bastante à emergência de um sujeito revolucionário, mas sua expressão cristã se dá num sentido muito geral – "Estamos na América Latina, no auge da efervescência revolucionária" - onde situava os grupos e pessoas que "levantaram a bandeira da libertação na América Latina" e cuja opção socialista foi descrita como "majoritárias" e "a mais fecunda e de maior implicação" (GUTIERREZ, 1985, P. 118). Houve referências tanto para a Revolução Cubana, aos movimentos de guerrilhas foquistas como também ao movimento comunitário de conscientização de Paulo Freire. A corrente dominante da teologia da libertação fez opção pelo socialismo, mas oscilou entre a vanguarda revolucionária e a insistência sobre a necessidade de que as massas se tornassem sujeitos de sua própria libertação.

A definição do continente latino-americano pelos teólogos da corrente dominante da teologia da libertação como continente pobre e oprimido evidencia a força da identidade econômica inferior produzida pelas discussões cepalinas e dependentistas no pós-guerra. É interessante notar que a ideia de América Latina trabalhada pelos teólogos da libertação não dispõe de qualquer concepção culturalista, num sentido bem restrito do termo.

A identidade da América Latina construída pelos teólogos é estritamente sócio-econômica e política, apesar da significação religiosa dessa condição indicada especialmente por Gutiérrez em suas referências ao Êxodo e à dimensão espiritual da pobreza. Se tivermos em conta a ideia e concepção de identidade como algo que se define a partir da essencialidade, então a definição identitária da América Latina, para a corrente dominante da teologia da libertação, é de um continente pobre e explorado, economicamente e politicamente dependente.

A restrição do discurso da teologia da libertação à identidade econômica inferior estabelecida pelo discurso das ciências sociais (cepalina e da teoria da dependência) limitava qualquer tipificação culturalista da América Latina. Assim, pode-se concluir que a metageografia da América Latina construída pela corrente dominante da teologia da libertação é definida por seu projeto político-religioso de poder que dá ênfase a um conjunto de conceitos – como pobreza, desigualdade, dependência, miséria, colonialismo, neocolonialismo, exploração – que garantem e estruturam e a legitimidade discursiva do conceito de libertação. A ideia de um continente pobre e oprimido é anteposto à ideia de luta por sua libertação. O binômio, opressão-libertação, é formulador ao mesmo tempo em que é formulado pela representação de um continente pobre e oprimido.

A corrente argentina e a dimensão cultural da identidade da América Latina

A corrente argentina da teologia da libertação optou pelo peronismo e seu projeto anti-imperialista de revolução nacional-populista. Ela se distanciou da corrente dominante que, rompendo com o populismo nacionalista, identificava a possibilidade de uma verdadeira libertação nacional por meio de um socialismo latino-americano. Tal distância também se deu em termos de análise, pois mostrou preferência pela antropologia científica em detrimento da crítica econômica e sociológica, sobretudo marxista, assumida pela corrente dominante cujas análises incidiam sobre os conflitos internos do capitalismo dependente na América Latina.

Em seu livro Teologia da Libertação y praxis popular Juan Carlos Scannone retoma a ideia central do paradigma de que a teologia da libertação se caracteriza por uma nova maneira de fazer teologia como reflexão crítica sobre a práxis histórica. Ele então lembrou suas principais conseqüências de partir de uma realidade, de "pecado estrutural", isto é, "a estruturação do mundo injusto da América Latina em sua organização política, social, econômica e cultural" (SCANNONE, 1976, P. 20).

A teologia da libertação foi entendida como uma contribuição latino-americana para a teologia. Ele retomou os três níveis de libertação e em poucas páginas assumiu todas as instruções fundamentais do paradigma. No entanto, no campo dos debates teológicos em torno da teologia da libertação, ele foi mais contestado por sua posição ambígua em termos políticos (entre a defesa dos interesses das classes populares e da unidade nacional), teológicos (entre o desejo de renovar a linguagem teológica na perspectiva do processo da libertação e resistência à dialética de identificação entre a fé e política) e eclesiais (entre a afirmação de uma identidade pastoral e a defesa das normas institucionais).

O discurso de ruptura paradigmática da corrente dominante operava um trabalho de ocultação de sua proximidade com estas ambiguidades que foram assumidas pela corrente argentina. O discurso socialista de ruptura com o imperialismo e a estrutura interna do capitalismo dependente, relacionado a questões de afirmação de uma identidade latino-americana, recuperava um duplo movimento de nacionalização e radicalização do discurso marxista. A corrente argentina espelhou uma cultura de classe média radicalizada, que em vez de se inclinar para a defesa socialista dos interesses populares, pendeu para o discurso integrador nacional-populista. Ela espelhou sua proximidade com a genealogia intransigente que postulava a recusa de identificar a dialética entre fé e política. A diferença com a corrente dominante foi expressa principalmente em dois campos, no uso das ciências humanas e no assunto da libertação. Eles condicionaram o valor de outras declarações sobre um ponto fundamental: a compreensão da relação entre fé e política na práxis.

Scannone se identificou completamente com a ideia de que a teologia da libertação introduziu uma ruptura epistemológica, relacionada com a utilização teológica das ciências humanas. Esta prática foi iniciada pela nova experiência de fé, que definiu sua teologia, e não como "um trabalho acadêmico de teólogos isolados" (SCANNONE, 1976, P.18), se não como uma reflexão crítica sobre a práxis. A abertura teológica às novidades históricas implícitas numa nova linguagem teológica permitiu a "utilização da mediação das ciências históricas e sociais" a fim de "compreender a realidade histórica da América Latina e discernir numa nova concepção a libertação das ideologias que funcionalizam o benefício da cultura dominante"(SCANNONE, 1976, P.25).

No entanto, Juan Carlos Scannone entendeu, pelo contrário, que a fé devia "criticar e discernir a ideologia que pode se esconder nas ciências históricas e sociais que emprega as mediações, libertando-os" (SCANNONE, 1976, P.25). A renovação científica da teologia devia vir acompanhada por uma crítica teológica das ciências humanas. Deste modo, a corrente argentina apresentou o seu valor como um ponto de vista próprio do cristianismo.

Para Scannone "interpretar o processo de libertação a partir do horizonte da história da salvação", também ofereceu "a oportunidade de livrar-se de um sentido político univocamente pré-determinado pelo tipo predeterminado de análise científica que surge" (SCANNONE, 1976, P. 34). A opção política pelo populismo passava a ser tão legítima quanto a do socialismo. O discernimento teológico não podia conter a opção pré-determinada de um ou outro, devia

antes se ater a experiência histórica que condicionou as suas escolhas.

Scannone colocou a ênfase na dimensão sociocultural, antropológica desta experiência. Para ele, a situação na América Latina tinha sido visto muito do ponto de vista objetivo da teoria da dependência, não sendo suficiente uma vez que havia uma experiência subjetiva da libertação dos povos da América Latina. Ele criticou a corrente dominante da teologia da libertação por reduzir a experiência histórica ao socioeconômico e por não se atentar à cultura popular como "lugar hermenêutico" da práxis de libertação. Ele levantou a questão de que práxis histórica a qual se referia a corrente dominante não era a "dos povos da América Latina", mas a das "vanguardas politicamente conscientizadas" (SCANNONE, 1976, P. 68). Centrou, assim, o sujeito da libertação na categoria histórico-cultural de povo e na singularidade cultural e política das lutas por libertação latino-americanas.

Em suma, a ambivalência do nacional-populismo entre a luta contra a exploração dos pobres e a defesa da unidade nacional, parecia mais fiel a toda a experiência sociocultural de libertação da América Latina que o viés unívoco e contraditório pela defesa dos interesses populares, entendido em sentido estritamente econômico. A ruptura revolucionaria marxista era entendida como exógena. A corrente argentina preocupada com a encarnação do povo de Deus nos povos e suas culturas, revalorizou a religiosidade popular como verdadeira expressão da fé católica e retomou um debate culturalista acerca da identidade mestiça da cultura latino-americana como expressão maior dessa experiência histórica integradora.

Teólogos como Lucio Gera, Enrique Dussel e o uruguaio Juan Luís Segundo desenvolveram temáticas que se aproximavam mais dessa busca pelo universo cultural-popular latino-americano o que refletiu na valorização do catolicismo popular como ponto de convergência cultural latino-americana. Em um texto ainda de meados dos anos 1960, denominado, "América Latina e consciência cristã" Enrique Dussel expressou a preocupação com a unidade civilizacional e cultural da América Latina, e ainda que não colocado de forma explícita, tal unidade é pensada a partir da origem colonial e do papel desempenhado pela Igreja: "Na verdade, a comunidade latino-americana nasce pela função de três polos: a civilização e o mundo hispânico, a Igreja (que muitas vezes agiu de modo autônomo) e as civilizações ameríndias"(DUSSEL, 1985, P 13).

A crítica realizada ao século XIX, como idade do liberalismo, evidencia a concepção negativa de Dussel da fragmentação política da América Latina em diversas nações autônomas e isoladas. A este processo Dussel chama de artificial o que corresponde afirmar a ideia de que natural seria na união, ou seja, um teto político capaz de refletir a unidade cultural e civilizacional da América Latina[7]. Dussel apresenta então a necessidade da América Latina voltar-se a si, estruturar uma identidade que dê coesão e homogeneidade para que uma real emancipação possa ocorrer.

A preocupação de Dussel em encontrar a medula capaz de dar homogeneidade à América Latina desemboca numa busca incessante da resposta à pergunta "quem é o latino-americano?", "qual sua identidade singular?"[8]. Trata-se de esforço intelectual na fabricação ou pelo menos reinvenção da ideia de América Latina e da latino-americanidade. No contexto de produção dos textos acima citados, Dussel participava dos encontros teológicos incentivados pelo CELAM na busca de uma teologia que fosse adequada à América Latina.

Sem dúvida que tal questão acarretou o questionamento do que era essa a América Latina. Mais do que isso, era preciso definir de antemão, como fez Dussel, a ideia de uma integração cultural e civilizacional da América Latina como algo "natural" onde qualquer tipo de "nacionalismo" e qualquer outro tipo de provincialismo se tornavam artificial. Inclusive os heróis dos panteões nacionais são questionados por Dussel, pois retratam essa fragmentação que para ele é, a priore, artificial.

A homogeneização cultural é conditio sine qua non para a construção de uma identidade latino-americana na reflexão de Dussel. Há uma essencialização da cultura latino-americana, um núcleo duro que corresponde a uma espécie de folk, ou como argumenta o próprio Dussel, uma medula. A busca pela originalidade cultural da América Latina, por uma identidade própria do continente latino-americano conduziu os teólogos argentinos à valorização da ideia de mestiçagem e fusão cultural, buscando o homogêneo num cenário tão múltiplo. Era nesse processo de formação do povo latino-americano, nessa característica mestiça que estava a

verdadeira identidade latino-americana.

Em seu tipo de abordagem histórica explicativa da origem da América Latina e do povo latino-americano, a ideia de aculturação ocupa um papel importante. Entretanto, deve-se considerar que o conceito de aculturação aplicado por Dussel não corresponde simplesmente à aniquilação total da cultura indígena, mas uma espécie de subjugação da cultura indígena pela evangelização católica. Para Dussel, na verdade, a originalidade latino-americana se encontra na mestiçagem: um povo mestiço, com uma cultura mestiça, fruto do sincretismo religioso do cristianismo popular medieval com as religiões ameríndias.

Para os teólogos da corrente argentina da teologia da libertação, cultura é sinônimo de ethos, ou seja, um núcleo ético de valores compartilhados que dão fundamento para um estilo de vida comum. Estes valores fundamentais da cultura latino-americana teriam como origem o sincretismo entre os valores cristãos e ameríndios, provenientes do catolicismo popular medieval e das religiões ameríndias, já que ambas é que significavam o sentido último da vida e da morte em cada uma dessas culturas.

Portanto, na concepção da corrente argentina, a cultura popular latino-americana era de sinônimo de catolicismo popular latino-americano. A singularidade, a identidade do povo latino-americano e seu ethos estariam expressos no catolicismo popular. Desse modo, a mestiçagem, o sincretismo e a catolicismo popular seriam por definição a tão sonhada medula comum da América Latina, a essência cultural, ou melhor, o folk (im)puro dessa grande comunidade imaginada

A reflexão de Juan Carlos Scannone sobre a corrente argentina da teologia da libertação aponta para essa definição culturalista da identidade da América Latina. Segundo Scannone, a concepção de povo, prezada pela corrente argentina, supera o corte apenas socioeconômico da vertente dominante da teologia da libertação. Este conceito carrega consigo também uma definição histórico-cultural, aquilo que o autor denomina de sua memória, consciência e projeto histórico. Esta perspectiva, apesar de divergente da corrente dominante possui em comum com aquela a preocupação com a questão América Latina e vai além, ao colocarem no centro de cada uma das formulações a história como elemento fundamental desta definição.

CONCLUSÃO

Se para a vertente dominante, a história da América Latina é de opressão, dominação e exploração e seu resultado é um continente oprimido, para a vertente argentina este continente possui uma essência católica, expressa no catolicismo popular, mas que é resultado de uma ação histórica também: a evangelização.

A formulação de Scannone indica o caminho a ser seguido para a libertação: um projeto político comum. Ora este projeto comum só pode ser pensado a partir da unidade que na concepção da vertente argentina tem uma essência definida: o catolicismo popular. Portanto, não há modo de mobilizar um projeto político libertador na América Latina se este projeto não levar em conta a essência cultural de seu povo: o catolicismo. A formulação amarra a instituição Igreja Católica como conditio sine qua non de qualquer projeto político que se pretenda libertador. A concepção culturalista da América Latina presente no discurso da corrente argentina da teologia da libertação teve grande sucesso institucional. Se internamente ao campo da teologia da libertação esta vertente era acusada de populismo, num campo mais amplo da Igreja Católica latino-americana fez fortuna e influenciou sobremaneira o Encontro de Puebla em 1979.

Seu caráter institucional-pastoral era mais evidente do que o da corrente dominante. Sua opção pelo discurso da unidade nacional em nome da concepção peronista de povo pela concepção homogeneizadora e essencialista da cultura latino-americana e o reforço da catolicidade latino-americana a distanciava da opção socialista e do discurso mais estritamente socioeconômico da corrente dominante que expunha de modo mais claro a influência da luta de classes e do marxismo em suas análises. Num contexto que após 1973 se tornou cada vez mais repressivo, tanto interna quanto externamente à Igreja latino-americana, a vertente argentina, apesar de minoritária no campo, passou a ter maior sucesso institucional que a corrente dominante.

NOTAS

[1]Considera-se como bibliografia militante todo texto de ciências humanas que buscou analisar a teologia da libertação a partir de um *a priori* científico, mas cujo autor era alguém interno ao campo de militância da teologia da libertação: Enrique Dussel, François Houtart, Frei Betto, Leonardo Boff, Clodóvis Boff, Roberto Oliveiros, Samuel Silva Gotay, Philip Berryman, José Oscar Beozzo, Eduardo Hoornaert, José Comblin, José Ramos Regidor, Faustino L. Couto Teixeira, Rodolfo Cardenal, Luiz Alberto Gomez de Souza, Luiz Gonzaga de Souza Lima, Pedro A. Ribeiro de Oliveira, Luiz Del Valle, Roberto Blancarte, Miguel Concha, entre outros. Estas análises tinham mais como intuito divulgar o que era a teologia da libertação ou mesmo destacar sua importância social, política e para a América Latina adquirindo um caráter mais militante, no qual se repetem os eixos discursivos centrais da teologia da libertação sobre si como evento político, social e religioso.

[2]O Concílio Vaticano II gerou uma atmosfera teológica caracterizada pela liberdade e criatividade (pelo menos, essa teria sido a percepção dos teólogos latino-americanos), o que motivou a reflexão sobre os problemas pastorais em vários países. Esse processo de reflexão motivou diversos encontros entre os teólogos latino-americanos que de alguma forma discutiam a relação entre fé e pobreza, espiritualidade cristã e justiça social.

[3]A primeira publicação latino-americana de um texto teologicamente denominado teologia da libertação foi de Gustavo Gutiérrez. *Hacia una teología de la liberación* foi publicada em 1969, em Montevidéu do Uruguai, pela editora MIEC-JECI.

[4]Depois de Petrópolis outros eventos aconteceram: 1965 em Havana, de 14 a 16 de julho, com Luis Maldonado e Segundo Galilea; em Bogotá, de 14 de junho a 09 de julho, Juan Luis Segundo e Casiano Floristán; em Cuernavaca, de 4 de julho a 14 de agosto, com Ivan Illich e Segundo Galilea. Além disso, Enrique Dussel destaca que o CELAM organizou importantes encontros que preparam o terreno para Medellín. O I Encontro Episcopal de Pastoral Conjunto, em Baños (Equador) de 5 a 11 de junho de 1966. O encontro episcopal sobre a presença da Igreja no mundo universitário em Buga, em fevereiro 1967. Esse encontro está na origem de importantes movimentos estudantis. Destaca-se ainda a reunião dos presidentes das comissões episcopais da Ação Social em Itapoã (Brasil), de 12 a 19 de maio de 1968.

[5]O centro inicia suas atividades em 1965. Ele entra oficialmente como organismo do CELAM em 1967, daí a dificuldade de se estabelecer a data de início da direção de Segundo Galilea. Seu primeiro diretor foi Gómez Isquierdo. Segundo Galilea parece ter assumido a direção da instituição em 1966. Entretanto, Enrique Dussel havia sido convidado por Gómez Izquierdo a dar cursos na instituição na mesma época.

[6]Não analisaremos aqui a vertente protestante da teologia da libertação, inaugurada pela publicação da tese de Rubem Alves, *Towards a theology of liberation*, em 1968, em Princeton, e que constituiu a primeira formulação sistemática da teologia da libertação. Escrito em um contexto de validação acadêmica nos Estados Unidos, este texto apresenta um ponto de vista distinto, porém, que fazia parte da trajetória de debates teológicos desenvolvidos no cruzamento das redes protestantes e católicas na América Latina. Rubem Alves participou das reuniões do ISAL, principalmente entre 1970 e 1971. Seu texto partiu da constatação do surgimento de uma nova consciência, associado à sujeição histórica das periferias contra o modelo imposto das sociedades opulentas e alienadas. Ainda assim, foi menos especificamente focada em questões latino-americanas e manteve-se indiferente com a teoria marxista da dependência.

[7]Dussel também critica uma possível história da América Latina que parta do século XIX sobrevalorizando o processo de *emancipação*. Ali se encontram a origem dos liberais criollos, do capitalismo nacional, do político oligárquico, do intelectual positivista, que produziu a universalização e secularização da educação. Para o autor há aí uma negação do tempo colonial e com isto, a Espanha e o cristianismo. Critica também a ideia de construir essa história da América Latina mitificando o século XVI e o purismo hispanista, assim como outra de corte indigenista que sobrevalorize o mundo pré-colombiano e idealize as civilizações ameríndias. Enfim, o argumento de Dussel é de que se faz necessário compreender a América Latina a partir da fusão cultural e civilizacional.

[8]Dussel dá segmento às indagações do filósofo latino-americanista Leopoldo Zea, que em sua obra *América em la história*, afirma que toda vez que se questiona a originalidade da América, se descobre que ela está fora da história.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ivan A. de. 2000. *A Síntese de uma Tragédia: Movimento Fé e Política*. Ouro Preto, Editora UFOP, 283 p.

ALVES, Rubem. 1968. *Towards a theology of liberation*, Princeton, University of Princeton, 246 p.

AMARAL, Roniere Ribeiro do. 2006. *Milagre político: catolicismo da libertação*. Brasília, Tese de Doutorado, UNB, 341 p.

ASSMAN, Hugo. 1971. *Liberación-opresión: desafio a los cristianos*, Montevideo, Tierra Nueva, 208 p.

BEOZZO, José Oscar.1993. *A Igreja do Brasil: De João XXIII a João Paulo II, de Medellín a Santo Domingo*. Petrópolis, RJ, Vozes, 342 p.

BOFF, Clodóvis & BOFF, Leonardo. 1985. *Como fazer Teologia da Libertação*. Petrópolis, RJ, Editora Vozes, 141 p.

BOFF, Leonardo. 1992. *América Latina: Da Conquista à Nova Evangelização*. São Paulo, Ed. Ática, 142 p.

BOFF, Leonardo & BOFF, Clodóvis. "A Concise History of Liberation Theology" In http://www.landreform.org/boff2.html, visita 08/04/2010.

CORTEN, André. 1999. Pentecostalism In Brazil. Emotion Of The Poor And Theological Romanticism. New York, Palgrave Macmillan, 228 p.

DUSSEL, Enrique 1969. El humanismo semita. Estructuras intencionales radicales del pueblo de Israel y otros semitas, Buenos Aires, Eudeba, 177 p.

_____. 1970. América Latina y conciencia cristiana. Ipla, Quito, 1970, 101 p.

_____. 1985. Caminhos da libertação latino-americana (vol I). São Paulo, Ed. Paulinas, 150 p.

_____. 1999. Teologia da Libertação: um panorama de seu desenvolvimento. Petrópolis, Vozes, 120 p.

GERA, Lucio & RODRÍGUEZ MELGAREJO, Guillermo. 1970. Apuntes para una interpretación da la Iglesia en Argentina. Montevideu, MIEC-JEC, 1970.

GUTIÉRREZ, Gustavo. 1985. Teologia da Libertação. Petrópolis, RJ, Ed. Vozes, 451 p.

_____. 1981. A força histórica dos pobres. Petrópolis, RJ, Ed. Vozes, 328 p.

LÖWY, Michael. 2000. A Guerra dos Deuses: religião e política na América Latina. Petrópolis, RJ, Ed. Vozes, 217 p.

MESTERS, Carlos. 1975. "O futuro do nosso passado" In Revista Eclesiástica Brasileira, 35: (138) junho de 1975, p. 261 – 267.

MENDES, Cândido. 1966. Memento dos Vivos: a esquerda católica no Brasil. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 256 p.

OLIVEROS, Roberto.1977. Liberación y teología: génesis y crecimiento de una reflexión 1966-1976, Lima, CEP, 224 p.

SCANNONE, Juan Carlos. 1976. Teología de la liberación y praxis popular. Aportes críticos para una teología de la liberación, Salamanca, Sígueme, 258 p.

_____. Perspectivas Eclesiológicas de la Teologia del Pueblo en la Argentina. In: Biblioteca Católica Digital, Disponível em: http://www.mercaba.org/FICHAS/Teologia_latina/perspectivas_eclesiologicas.html. Acesso em: 08/12/2013.

_____. 2000. Trinta años de teología en América Latina. In: SUSIN, Luis Carlos (org). O mar se abriu. Trinta anos de teología na América Latina. São Paulo, Edições Loyola, pp. 199 – 215.

VALÉRIO, M. E. 2012. O Continente Pobre e Católico: o discurso da teologia da libertação e a reinvenção da América Latina (1968-1992). Campinas, SP, Tese de Doutorado, IFCH/UNICAMP, 320 p.

VIA DE MÃO DUPLA NA AMÉRICA: A RELAÇÃO BRASIL-BOLÍVIA E BRASIL - ESTADOS UNIDOS NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA

Sandro Ambrósio Alves
Professor de História da Escola Estadual Francisca Barros de Carvalho
Mestrando no curso de Mestrado Profissional PROFHISTÓRIA (UFMT)
Pós Graduado em História da América Latina Contemporânea
sandrixproducoes2020@gmail.com

RESUMO

O livro didático enquanto objeto e fonte histórica constitui-se uma ferramenta importante, ainda que não a única, no trabalho do professor de História. Ainda que muito criticado, vemos a sua utilização com muita frequência nas escolas pelo Brasil afora. E para compreendê-lo é necessário perceber as nuances presentes nesse material. Este trabalho tem por objetivo entender como as relações entre Brasil e Bolívia e Brasil e Estados Unidos, uma via de mão dupla, são representados nos livros didáticos de Gilberto Cotrim, autor ainda bem utilizado pelos professores de Ensino Fundamental e Médio e que alterações foram realizadas nesses livros a partir da publicação dos PCN, S em 1997, analisando-se livros de 1991 à 2009. O estudo se deterá na pesquisa investigativa, do quem vem ou não sendo trabalhado nessas relações, buscando analisar a abordagem dada aos eventos ocorridos nesse continente a partir do século XIX, e de que maneira eles interagem com os conteúdos de História do Brasil referentes ao mesmo período. Embora nas últimas décadas e por algumas editoras, exista um esforço para a integração dos conteúdos na tentativa de fortalecer a ideia do regionalismo, as mudanças demoram a ocorrer. Percebeu-se na pesquisa que os manuais didáticos estão sujeitos a diversos situações antes de chegar ao estudante, que podem influenciar positiva ou negativamente a compreensão do continente americano e dos países analisados.

Palavras-chave: Livro Didático. Ensino de História. Brasil-Bolívia-Estados Unidos.

ABSTRACT

The textbook as object and historical source is an important tool, although not the only one, in the work of the History teacher. Although much criticized, we see its use very often in schools across Brazil. And to understand it is necessary to perceive the nuances present in this material. This paper aims to understand how the relations between Brazil and Bolivia and Brazil and the United States, a double way, are represented in the textbooks of Gilberto Cotrim, author still well used by teachers of Elementary and Middle School and that changes were made In these books from the publication of the PCN, S in 1997, analyzing books from 1991 to 2009. The study will focus on research, who is or is not working in these relationships, seeking to analyze the approach given to events in that continent from the 19th century, and in what way they interact with the contents of History of Brazil referring to the same period. Although in the last decades and by some publishers, there is an effort to integrate content in an attempt to strengthen the idea of regionalism, changes are slow to occur. It was noticed in the research that the textbooks are subject to several situations before reaching the student, that can influence positively or negatively the understanding of the American continent and the countries analyzed.

Keywords: Didactic Book History. Teaching. Brazil-Bolivia-United States.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICA REGIONAL NDIHR

INTRODUÇÃO

Abordar as relações entre países das Américas, mais especificamente na relação entre Brasil-Bolívia e Brasil-Estados Unidos, aparentemente parece ser algo que todo mundo já conhece. A forma com que assuntos relacionados a esses países e suas relações aparecem na mídia nos leva a tratar deste assunto pensando na abordagem dentro do âmbito escolar, pois os mesmos são representadosde maneiras diferentes pelo campo midiático, grande influenciador das visões da sociedade. Assim vamos refletir sobre como os livros didáticos de Cotrim abordam essas relações.

Na análise aqui proposta, compreendemos que o livro didático, hoje, constitui-se enquanto resultado de uma série de fatores que atendem a interesses públicos e privados. Estes fatores se estendem desde a sua confecção até a sua distribuição. Mesmo tendo diversas intervenções ao longo de sua produção, ele é de grande importância, pois tem sido em muitos casos o material de apoio que o professor mais utiliza e por isso:"... pode-se afirmar que os livros didáticos são, incontestavelmente, instrumentos privilegiados no cenário educacional brasileiro e internacional, pois são eles que, verdadeiramente, "estabelecem grande parte das condições materiais para o ensino e aprendizagem nas salas de aula."(GATTI JUNIOR, 2004, p.27)

São com essas premissas que analiso algumas edições dos livros didáticos de Gilberto Cotrim, publicados pela Editora Saraiva. Investigaremos o quem vem ou não sendo trabalhado na relação Brasil com a Bolívia e com os Estados Unidos, num período determinado de tempo que abrange antes e depois dos PCN, s (1997) num recorte histórico de 18 anos (1991 a 2009). Acreditamos a partir desse estudo, poder contribuir com uma reflexão sobre o que ensinamos em sala de aula e a percebermos como as abordagens destes conteúdos nos livros reproduzem, em certa medida, conceitos e ideologias dominantes. Além disso, tentaremos perceber as alterações feitas e também as omissões de conteúdos relacionados ao tema.

O Livro Didático como fonte e objeto de pesquisa histórica

Para compreendermos este objeto e fonte histórica, torna-se necessário a percepção de estarmos inseridos em um mundo cada vez mais tecnológico, onde inclusive, já estão sendo disponibilizados livros digitais e o uso de outras mídias vão tornando obsoleto o uso do livro impresso, mesmo assim ainda muito utilizado.

Outro detalhe que temos que compreender é que aspesquisas acadêmicasnessa área são recentes, vê se isso nos últimos 50 anos, desde a década de 1960,abordando diversos aspectos desse objeto, como a crítica as ideologias representadas nestes materiais, posteriormente, na década de 1970 a preocupação são com as questões epistemológicas e didáticas e a partir da década de 1990 o foco são os elementos reveladores de funções ideológicas, como notas de rodapé, resumos,títulos, subtítulos,etc.(CHOPPIN, 2004, p.555-559). Assim,não é objetivo inovar, mais elucidar mais uma questão presente nesse material,em relação a América, que são reproduzidas muitas vezes sem uma análise mais minuciosa sobre esse processoque hora abordaremos.

É sabido, que dentro das escolas existe uma série de outros materiais que o professor pode utilizar com finalidade didática para proporcionar o conhecimento histórico aos estudantes. A historiadora especialista em Ensino de História, Circe Bittencourt, cita como material didático os "filmes de ficção ou documentários televisivos, músicas, poemas, pinturas, artigos de jornal ou revistas, leis, cartas, romance" (BITTENCOURT, 2009, p.297),que podem ser utilizados de diferentes formas e que também se constituem enquanto documento histórico. No entanto, o material ainda muito utilizado é o livro didático escolar, por isso pensar sobre os mesmo e suas concepções é de estrema relevância.

É imprescindível, para que possamos repensar os aspectos que são presentes nesses materiais, termos a consciência que o historiador se baseia em fontes históricas e que elas são de fundamental importância para sua pesquisa, pois são produtos culturais das sociedades, sendo que possuem determinadas intencionalidades por parte dos que a construíram, colaborando ou para a transformação social, ou para permanência de conceitos e estereótipos. Refletindo sobre as fontes históricas, o historiador da escola francesa dos Annales, diz que "tudo que o homem diz ou escreve, tudo que fabrica tudo o que toca pode e deve informar sobre ele". (BLOCH, 2002,

p.79) Neste sentido, o livro didático escolar,implicitamente ou explicitamente, traz muitas informações sobre a sociedade que o utiliza, e asinfluências do nacionalismo, eurocentrismo estiveram e ainda continuam presentes na maioria dos livros didáticos de História escolhidos pelo professor no Brasil.(FONSECA, 2006, p.71-89).

Estudá-lo é entender as implicações que seu uso pode ao longo do tempo representar. Nessa perspectiva, é importante compreender essa fonte também como possiblidadede autonomia em relação ao conhecimento sistematizado, principalmente os de escolas públicas, a partir dos questionamentos em relação ao que está escrito e o entendimento de conceitos básicos, que:

> Possibilita, igualmente, a articulação em suas páginas de outras linguagens além da escrita, que podem fornecer ao estudante uma maior autonomia frente ao conhecimento. Por seu intermédio, o conteúdo programático da disciplina torna-se explicito e, dessa forma, tem condições de auxiliar a aquisição de conceitos básicos do saber acumulado pelos métodos pelo rigor científico. (BITTENCOURT, 2004, p.73)

Nesse sentido, precisamos compreender os aspectos dos discursos que se fazem presentes nestes manuais, que muitas vezes correspondem a ideologias, concretizadas pelo autor do texto, e que estão presentes nas páginas lidas pelos estudantes. Isso é fundamental o professor compreender, pois possibilitará o debate e o diálogo de forma dialógica, pois "a recepção feita pelos usuários [do livro didático] é variada, até porque, o público escolar não é constituído por um grupo social homogêneo". (BITTENCOURT, 2009, p.317)Desta forma, é necessário que os estudantes apreendam os conceitos e métodos fundamentais utilizados pela História, e pelos produtores, editores desse conhecimento sistematizado para que melhor compreendam a realidade em que estão inseridos, como afirma o historiador francês:

> As obras, os discursos, só existem quando se tornam realidades físicas, inscritas sobre páginas de um livro, transmitidas por uma voz que lê ou narra, declamadas num palco de teatro. Compreender os princípios que governam a 'ordem do discurso' pressupõe decifrar, com todo o rigor, aqueles outros que fundamentam os processos de produção, de comunicação e de recepção dos livros. (CHARTIER,1999, p.8)

Devemos considerar que o livro didático constitui-se como uma importante ferramenta de transmissão da pesquisa histórica as escolas públicas. Assim, faz-se necessário analisar a ordem do discurso presente no mesmo, tendo em vista que o livro didático é uma fonte histórica que tem sido uma das únicas formas de transmissão do conhecimento em várias regiões do Brasil, sendo visto, às vezes, como portadores de verdades absolutas.

Em lugares onde a população não possui o hábito da leitura, esta situação se torna ainda mais grave. Os leitores não possuem a capacidade crítica para compreender o teor ideológico do discurso e muito menos para considerar esse material como reprodutor de um saber oficial, fazendo-o como único material para sua formação.

De acordo com Circe Bittencourt, é necessário investigar no livro didático todos seus aspectos e contradições, pois a produção de um livro didático encerra aspectos econômicos, ideológicos e técnicos:

> O livro didático tem sido, desde o século XIX, o principal instrumento de trabalho para professores e alunos, sendo utilizado nas mais variadas salas de aula e condições pedagógicas, servindo como mediador entre a proposta oficial do poder expressa nos programas curriculares e o conhecimento escolar ensinado pelo professor. Mas, para entender o papel que o livro didático desempenha na vida escolar, não basta analisar a ideologia e as defasagens dos conteúdos em relação à produção acadêmica ou descobrir se o material é fiel ou não às propostas curriculares. Para entender um livro didático é preciso analisá-lo em todos os seus aspectos e contradições.(BITTENCOURT, 2004, p.72-73)

É notório que os livros didáticos no Brasil, em sua maioria, são produtos de uma relação de poder e que nem sempre a produção acadêmica está ligada com a distribuição editorial. Eles também possuem um "prazo de validade", ou seja, eles possuem um determinado período de utilização. São produzidos para serem utilizados em determinada série ou grau de ensino, sendo

abandonado na medida em que exerce a sua finalidade escolar. Em grande medida, os livros didáticos contribuem para a legitimação da memória do vencedor, pois a própria educação destinada às classes menos favorecidas do Brasil, esteve – e em certo grau ainda está – ligada a manutenção das relações de dominação, entre elas podemos citar a formação de mão de obra para as indústrias capitalistas. Assim, é elucidativo este trecho da historiadora Thaís Nívia de Lima e Fonseca:

> O livro didático e a educação formal não estão deslocados do contexto político e cultural e das relações de dominação, sendo, muitas vezes, instrumentos utilizados na legitimação de sistemas de poder, além de representativos de universos culturais específicos. Sua elaboração não parte, exclusivamente, de interesses pré-estabelecidos, mas incorpora as concepções de história e os sistemas de valores dos autores e de seu tempo. Atuam, na verdade, como mediadores entre concepções e práticas políticas e culturais, tornando-se parte importante da engrenagem de manutenção de determinadas visões de mundo e de história.(FONSECA,1999,p.204)

O livro didático não é somente uma fonte histórica, mas configura-se no próprio objeto a ser estudado e analisado, pois é sujeito de uma história que há vários anos está presente na realidade escolar. No estudo dos manuais didáticos é importante considerar não apenas o que está sendo registrado pela editora, mas também aquilo que não está, pois em muitas situações aquilo que não é escrito pode ser tão revelador quanto aquilo que o é por isso torna-se essencial a análise, compreensão e percepção de todos os aspectos que envolvem o livro didático. É nessa linha de reflexão que o historiador francês Michel de Certeau afirma:

> No que concerne às opções, o silêncio substitui a afirmação [...] Aqui, o não-dito é ao mesmo tempo o inconfessado de textos que se tomaram pretextos, a exterioridade daquilo que se faz com relação àquilo que se diz, e a eliminação de um lugar ou de uma força que se articula numa linguagem. (CERTEAU, 1982,p.75)

Desse modo, analisar o que não está implícito no texto é necessário para a compreensão do que o escritor quer transmitir e desta forma perceber as sutilezas presentes na pesquisa histórica e apresentada no livro didático, que tendem a uniformidade de pensamento.Assim, as ideias que se tem do que é transmitido pode alcançar diversas linhas de interpretação, visto que o conteúdo de um livro didático não é homogêneo. Sobre o processo de recepção que ocorre na leitura dos livros didáticos, Circe Bittencourt traz a seguinte afirmação:

> Proposto, em geral, para cimentar a uniformidade de pensamento, divulgar determinadas crenças, inculcar normas, regras de procedimento e valores, o livro também pode criar as diferenças porque a leitura que se faz nele ou dele nunca é única. A leitura de um livro é ato contraditório, e estudar seuuso é fundamental para o historiador compreender a dimensão desse objeto cultural.(BITTENCOURT, 2008, p.15)

Desta forma, como objeto cultural, as possibilidades de transmissão de valores são incalculáveis, mas qual será o objetivo que os escritores querem alcançar ao trazer para páginas desses manuais ideias que traduzem valores de um determinado grupo social que muitas vezes é contraditório ao que está sendo direcionado? Para analisar esse aspecto é essencial perceber a dimensão dada pelo autor do texto antes de entendê-lo como um transmissor de conhecimento sistematizado.

No entanto, há que se considerar que o livro didático, por fazer parte de um mercado editorial, possui certa limitação no que diz respeito a inovação, já que as editoras tem a tendência de manter muitos conteúdos e exercícios no livro apenas para agradar seus compradores em potencial: "Trata-se de livro cujo destinatário principal é o professor, sujeito que decide sobre sua compra e formas de utilização". (BITTENCOURT, 2009, p.311) Assim, poucas mudanças são feitas e, quando feitas, acabam restringindo-se a capa e a alguns conteúdos. A apresentação das mudanças e inovações, contudo, nem sempre se confirmam na obra:

> [...] esmeram-se em apresentar o livro como um produto novo, seguidor das últimas inovações pedagógicas o das propostas curriculares mais atuais. [...] um elemento

> que merece atenção é a capa. A análise da capa sempre fornece indícios interessantes, desde suas cores e ilustrações até o título e as informações sobre as vinculações com as propostas curriculares. [...] Tais afirmações da editora nem sempre se confirmam no interior da obra.(BITTENCOURT, 2009,p.312)

Por atender também as necessidades mercadológicas, as novas produções acadêmicas acabam sendo desconsideradas, tendo em vista as dificuldades para incluir as novas produções. Quando surge um material de boa qualidade, sintonizado com pesquisas mais recentes, este não consegue atingir uma significativa parcela da população, porque, como já foi salientado, as editoras tendem a agradar ao gosto dos "compradores", redundando na produção de um material didático com qualidade questionável:

> Ao que parece, o saber contido nos livros didáticos não é a pura e simples transposição do conhecimento desvelado no universo da pesquisa de ponta, mesmo porque os resultados alcançados nesta são quase sempre contraditórios e divergentes. Não parece possível que os antigos manuais escolares e os modernos livros didáticos possam comportar as diversas aquisições da pesquisa de ponta desenvolvida em todo o planeta e expor as divergências dessas investigações para crianças e jovens espalhados pelas escolas de todo mundo.(GATTI JUNIOR, 2004, p.215)

Desta maneira, entende-se que existe uma série de fatores que influenciam na produção desses materiais, não se restringindo a problemática das pesquisas científicas, mas abrangendo também uma série de profissionais ligados à área editorial que, às vezes, alteram até mesmo a ideia apresentada pelos pesquisadores. Por ser objeto de uma indústria cultural, é importante perceber o livro didático como:

> [...] uma mercadoria, um produto do mundo da edição que obedece à evolução das técnicas de fabricação e comercialização pertencentes à lógica do mercado. Como mercadoria ele sofre interferências variadas em seu processo de fabricação e comercialização. Em sua construção interferem vários personagens, iniciando pela figura do editor, passando pelo autor e pelos técnicos especializados dos processos gráficos, como programadores visuais, ilustradores. É importante destacar que o livro didático como objeto da indústria cultural impõe uma forma de leitura organizada por profissionais e não exatamente pelo autor.(BITTENCOURT, 2004, p.71)

Segundo Circe Bittencourt, o livro didático é um produto vinculado ao comércio editorial da indústria capitalista, produzido por técnicos responsáveis pelas suas características materiais. Seus conteúdos estão interligados às propostas educacionais.

O autor (Gilberto Cotrim) e a sua relação com a produção didática

Tendo em vista a dimensão mercadológica que os livros de Gilberto Cotrim têm no Brasil e em Mato Grosso, ou seja, a Editora que o publica está entre as maiores em distribuição no Brasil e vem ampliando seu foco de atendimento. Minha análise se dará em alguns livros didáticos de Ensino Fundamental publicados desde 1991 à 2009 e um de 2016, por esse período abranger antes e depois dos Parâmetros Curriculares Nacionais e ainda as recentes orientações curriculares, atentando para o conteúdo de História da América e em especial com estão sendo tratados ou omitidos os assuntos da relação Brasil-Estados Unidos e Brasil-Bolívia.

O autor dos livros analisados, o professor Gilberto Cotrim é graduado pela Universidade de São Paulo (USP), em Direito (1980) e História (1983), com título de Mestre em Educação, Arte e História da Cultura pela Universidade Mackenzie (2003). Iniciou o curso de Filosofia na década de 1980 pela Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), no entanto não chegou a concluir. Ele também é pesquisador de livros didáticos, desenvolvendo trabalhos acadêmicos acerca dos manuais escolares. É interessante observar o que ele diz sobre sua trajetória, e percebe-se que o autor já possuía uma relação com a Editora Saraiva, além de que segundo relata chegou a ser professor da Educação Básica.

> Quando me formei em direito, em 1980, já trabalhava na Editora Saraiva. Nesta

> época, estudava História na USP. Assim que me formei em História, comecei a dar aulas e também a escrever meus primeiros livros. Este trabalho foi dando certo, e a autoria dos livros e as palestras para os professores começaram a exigir uma dedicação em tempo integral. (SALLES, 2011, p.103)

Percebe-se que Gilberto Cotrim, devido a pouca distribuição de livros didáticos no Brasil no período da década de 1980, ainda conseguir manter vínculos com escolas para lecionar e escrevia os seus livros, no entanto, devido as legislações de distribuição dos livros passam a exigir mais tempo dele. Gatti Júnior mostra que, historicamente, desde o fim da década de 1990, as editoras adotaram estratégias cada vez mais agressivas para a venda de livros didáticos:

> Ao final da década de 1990, uma coleção didática, segundo editores e autores, só tinha continuidade no mercado nacional se fosse revisada ou atualizada em um intervalo de no mínimo três anos. Nesse sentido, a velocidade passou a ser uma das premissas da produção didática de então. Velocidade de produção e distribuição. Velocidade de atualização e de criação de novas coleções, com emprego de estratégias de vendas extremamente agressivas e caras.(GATTI JUNIOR, 2004, p.45)

A indústria do livro didático com o aumento da sua produção, tendo em vista um maior atendimento e distribuição de livros didáticos no Brasil, foi um fator que fez com que o autor deixasse as aulas e se dedicasse mais ao ramo editorial na produção de suas obras e até as palestras aos professores, como forma de divulgar as suas produções. Sobre as produções acrescenta:

> No início, dedicava meu tempo me preocupando basicamente com o texto. O livro cada vez mais é um conjunto de vários recursos: mapas, tabelas, fotos, charges, pinturas, textos complementares. E agora sites. Por isto, meu relacionamento com a editora adquiriu um caráter mais amplo, pois agora em contato com um leque maior de profissionais: editores, revisores, cartógrafos, pesquisadores iconográficos, pareceristas [...](SALLES, 2004, p.104)

Ao longo dos anos e com as alterações nos manuais didáticos, verifica-se a preocupação não somente mais com o texto, mas com outros recursos que surgiram no contexto editorial da produção de livros didáticos, como meio de chamar a atenção de professores e alunos. Segundo Cotrim, os livros dele têm como meta fazer a relação do saber histórico com outros fatores, que podem influenciar na produção desses manuais didáticos, como destaca a seguir:

> Meus livros têm como base do seu conteúdo o chamado saber histórico escolar.Este saber histórico e produz pela confluência de uma série de vetores como, por exemplo: os conteúdos estabelecidos pelos programas oficiais de ensino, a tradição e a inovação do ensino praticado nas escolas, as pesquisas desenvolvidas nas universidades, as discussões veiculadas na mídia etc. Tudo Isto pode integrar o saber histórico escolar e, por sua vez, pode ser conteúdo do livro didático de História.(SALLES, 2004, p.105)

Nota-se na fala de Cotrim, que o saber histórico escolar deve estar intrinsecamente ligada a uma série de fatores, desde os programas oficiais ao que está sendo discutido na mídia, mas não se percebe isso na análise dos livros didáticos, pois a maioria são permanências e poucas alterações são feitas, assim, a fala dele não condiz com os livros didáticos publicados.

Análise decomo são inseridas as narrativas históricas das relações do Brasil com a Bolívia e os Estados Unidos nos livros didáticos de História de Gilberto Cotrim

Em minha análise, observei edições das coleções que vão de antes a depois da publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (1997), que são: História e Consciência do Brasil(v.2), publicado em 1991 e 1996 (6ª série),História do Brasil: Nova Consciência, publicado em 2001 (6º série),Saber e Fazer História: História Geral e do Brasil – Consolidação do capitalismo e Brasil Império, 2009 (8º ano)e Saber e Fazer História: História Geral e do Brasil – Consolidação do capitalismo e Brasil Império,2009 (9º ano). É salutar acrescentar aqui que na que nas últimas edições pesquisadas

(2009), há a participação de outro autor, Jaime Rodrigues, Doutor em História pela Unicamp e professor da Universidade Federal de São Paulo e ex-professor de História das redes pública e particular de ensino. Vale aqui ressaltar, que mesmo com esse acréscimo de autor, não ocorreu nenhuma alteração substancial na produção.

Na experiência que possuo enquanto professor de História da rede pública de ensino do Estado de Mato Grosso, durante nove anos, tem percebido que ainda são tímidas as tentativas de abordar a história da América Latina, até mesmo por que os manuais didáticos não apresentam tantas alterações, principalmente os que pesquisei, tendo o professor que recorrer a materiais paradidáticos, que encontramos nas bibliotecas das escolas e universidades e que abordam temas mais específicos. Nas Orientações Curriculares de História para o Estado de Mato Grosso, há uma preocupação em envolver os debates sobre o local e regional:

> Embora predominem hoje as preocupações do mundo globalizado, a compreensão e o estudo da história brasileira devem ter prioridade por sua especificidade. Estudar o local e o regional é fundamental, pois possibilita que o estudante entenda a história a partir do seu cotidiano, das suas relações sociais, dos seus hábitos e costumes das memórias construídas culturalmente, de maneira que ele contextualize a dinamicidade das organizações sociais, econômicas, políticas, nacionais e mundiais. (Orientações Curriculares de História para o Estado de Mato Grosso, 2008,p.37)

Esta proposta visa possibilitar essa abertura para voltar-se para os estudos do local e regional, de forma que o estudante identifique-se mais com o que está sendo ensinado, pois está mais próximo do mesmo. Essa mudança de enfoque ou perspectiva curricular relaciona-se ao "novo" modelo educacional desenhado desde o século XIX por educadores das pedagogias ativas e concretizado nos ideais escolanovistas, em que o privilégio do particular, local e individual sobrepõe ao geral, global, comungando com o novo" lugar" do aluno, agora ocupante da centralidade do ensino. No caso de Mato Grosso, abordariam-se a História do Estado, das cidades e até mesmo do bairro, ou vilarejo e partindo daí para se pensar o global, e espera-se que o estudante desenvolva a capacidade de:

- Identificar e contextualizar o espaço social local, regional, nacional e mundial;

- Reconhecer a formação e as características identitárias dos diversos grupos, identificando semelhanças e diferenças, de forma a perceber e entender as transformações sociais, espaciais, culturais, históricas e ambientais, incluindo-se especificamente esses conhecimentos concernentes à História de Mato Grosso.
  (ORIENTAÇÕES CURRICULARES DE HISTÓRIA PARA O ESTADO DE MATO GROSSO, 2008, p.39)

O que se pode perceber com essas capacidades desejadas pelas Orientações Curriculares do Estado de Mato Grosso é que este estudante que é a centro do ensino possa através do estudo sobre o espaço social local, saber fazer a contextualização como o regional, nacional e Global, reconhecendo desta forma as diferentes maneiras de expressões culturais,sociais, históricas, possibilitando assim ter o seu espaço social como importante dentro de todo esse contexto.

Com base em todos esses pressupostos, nas edições pesquisadas a abordagem predominante centra-se na história política ordenada de forma linear, tomando por referência a divisão temporal fundamentada na história europeia, ou seja, na maioria dos capítulos tem como diretriz os assuntos relacionados à Europa, e quando se voltam para a América é somente nos momentos que apresenta a colonização e as relações com o Brasil, este, que quando aparece é exaltando seus heróis e feitos e a relação com os outros países ocorre de maneira neocolonialista.

Em relação à abordagem historiográfica de Gilberto Cotrim, apresentada nas edições, pode-se perceber que não há renovações nas temáticas ao longo desses anos, como por exemplo, discussões que levam em consideração as relações sociais. Nesse sentido, acredito que há necessidade de se abordar essas temáticas, pois fazem parte do cotidiano dos estudantes e elas podem trazer muitas outras informações históricas para um melhor entendimento do assunto.

De acordo com Squinelo, mesmo em referência a conflitos podemos pensar para outros momentos o que ocorre na maioria das coleções didáticas é a não exploração do: "[...] universo multifacetado dos sujeitos históricos envolvidos no conflito: mulheres, negros, comerciantes, esposas, filhos, prostitutas etc.; o cotidiano do conflito; e a relevante questão de que a guerra em si não é uma "aventura"; quais os interesses envolvidos? E a quem pertencem tais interesses?"(SQUINELO, 2011, p.15)

Considerando os aspectos ideológicos dessas temáticas e como elas aparecem nos livros didáticos escolares é que observamos como politicamente tem agido e gostaria de ser visto o Brasil. Nesse aspecto percebemos o Brasil aplicando uma política subimperialista com países da América Latina enquanto com os Estados Unidos tem buscado uma aproximação, submetendo-se ao jogo imperialista norte americano. Não irei aqui me estender muito sobre como essa situação ocorre, mas farei alguns recortes que serão essenciais para entendermos como aparecem dentro dos livros didáticos de História.

Iniciamos nossa análise, a partir da relação entre Brasil-Bolívia, um conteúdo que praticamente inexistenas páginas das edições do autor pesquisado e no momento em que aparece (somente na edição de 2009 - Saber e Fazer História: História Geral e do Brasil – Consolidação do capitalismo e Brasil Império, 8º ano), foi apenas como um exemplo para outro assunto que estava sendo abordado, fazendo um pequeno comentário dentro de um texto no capítulo que fala sobre a Formação dos Estados Nacionais na América Latina. O subtítulo do capítulo é representativo da abordagem feita sobre relação Brasil-Bolívia: Guerras e conflitos internos: os latino-americanos enfrentam-se – a guerra do pacífico.

É nessa parte que aborda a relação com o Brasil, pois trata do conflito entre a Bolívia e Chile, então o autor acrescenta esse momento histórico, mostrando que a Bolívia teve perda territorial para o Brasil em 1903 por meio da assinatura do Tratado de Petrópolis. E para isso usa apenas 5 linhas, ou seja, não detalha-se os motivos para tal situação.Essa é a única menção que a edição faz:"Essa não foi a única (nem a última) perda territorial dos bolivianos. O Acre, que também fazia parte de seu país, tornou-se território brasileiro em 1903 por meio do Tratado de Petrópolis e do pagamento de 2 milhões de libras esterlinas, entre outras concessões." (COTRIM,2009, p.223)

É interessante notar que as outras edições de 1991, 1996 e 2001 não fazem nenhuma menção ainda que mínima a este fato, e também pude observar que a História da América é pouco valorizada na forma de escrita desse autor. É interessante que mesmo esse momento histórico e seus desdobramentos são omitidos, como a Revolução Acreana, movimento de grande importância que gera esse Tratado, não se dá nenhum destaque, sendo algo valorizado apenas pelos moradores desse Estado, dando a entender o Brasil como um país sem conflito com seus vizinhos. E até hoje no imaginário de muitos brasileiros é que o Acre é um local que praticamente inexiste, talvez em parte isso se dê pela maneira que os livros didáticos apresentam isso.

Ainda nessa questão, é importante pensar os motivos que levam ao não detalhamento dessa relação entre os dois países, que penso uma das razões podemos destacar a ideia de subimperialismo do Brasil e o sentimento de não pertencimento a essa América, de estar de costas para esses países e volta-se mais para Europa e Estados Unidos.Isso tem seu reflexo nos livros didáticos que privilegiam uma história eurocêntrica e estritamente econômica, caracterizado na ideia de Ruy Marini de subimperialismo que:

> [...] corresponde à expressão perversa da diferenciação sofrida pela economia mundial, como resultado da internacionalização da acumulação capitalista, que contrapôs ao esquema simples da divisão do trabalho – cristalizado na relação centro-periferia,(....) a relação existente entre os meios de produção e força de trabalho, dá lugar a subcentros econômicos(e políticos), dotados de relativa autonomia, embora permaneçam subordinado à dinâmica global imposta pelos grandes centros. Como o Brasil, países como a Argentina, Israel, o Irã, o Iraque e a África do Sul assumem – ou assumiram, em alguns momentos de sua evolução recente – caráter subimperialista, ao lado de subcentros em que essa tendência não se manifestou plenamente ou se insinuou, como, na América Latina, o México e a Venezuela.(MARINI, 1992, P.137-138)

E essa visão nos possibilita entender o Brasil no contexto da América do Sul, não destoando do interesse norte americano de manter o Brasil como um país imitador de seus ideais, ou seja, a implantação de um subimperialismo, no entanto sem chegar ao patamar que ele se encontra, sendo influenciado em suas ações em troca de reconhecimento, mantendo uma relação de dependência com os Estados Unidos, assim, "[...] de um lado se cria uma área de influência regional própria – América do Sul – que corresponde aos interesses da burguesia brasileira, que, de outro lado está submetida aos laços de dependência do capital estrangeiro – principalmente dos Estados Unidos."(BUGIATO, 2012, p.35)

Para compreendermos a situação que se configura na América Latina observemos a história da relação do Brasil com os seus vizinhos, desde o momento da sua colonização:

> As imagens criadas sobre a América, em especial sobre a América Latina, foram assimiladas pelos americanos de modo geral e pelos brasileiros de forma muito particular. O Brasil se colocou e se viu diferente do restante da América Latina. [...] Como única colônia portuguesa na América, o Brasil se manteve isolado das demais colônias hispano-americanas suas vizinhas e sobre elas guardou imagens que até hoje rodam por aí. Apesar de ser uma parte da América Latina não se viu nesse todo. Cultivou o vício de olhar para o Atlântico e sempre de costas para os vizinhos da América hispânica.(GARCIA, 1997,p.42-43)

O Brasil não se sentia e ainda não se sente parte da América Latina, ou seja, em razão do seu isolamento acreditava ser superior às colônias espanholas, espelhando-se sempre nos Estados Unidos e na Europa, confiando que buscando nelas o progresso e o desenvolvimento seria mais importante. Os seus vizinhos eram vistos, de acordo com Ledonias Franco Garcia, como desordeiros, por causa das desavenças entre os caudilhos, que seriam um mau exemplo para as recém-formadas nações:

> O Brasil se identificou com seus vizinhos hispânicos unicamente quando estes defenderam as mesmas idéias suas, aquelas que não destoavam da visão de país pacífico, ordeiro e que buscava na Europa e nos Estados Unidos a inspiração de desenvolvimento e progresso. (...) O Brasil ficou a olhar para o Atlântico como se esperasse o cumprimento de uma profecia – a chegada da civilização.(GARCIA, 1997, p.43)

O sentimento de superioridade que tinha o Brasil em relação aos seus vizinhos sul-americanos foi fruto, provavelmente, do modelo colonizador aqui implantado, o que significou uma maior relação comercial, cultural e social com o continente europeu e, posteriormente, com os Estados Unidos da América.A sua enorme extensão territorial, de proporções continentais e a sua relação com o continente europeu, contribuiu para que os países sul-americanos estabelecessem uma relação ora de temor, ora de rivalidade.

Já em outro extremo e não destoando dessas ideias temos relação do Brasil com os Estados Unidos nos livros didáticos de Gilberto Cotrim, o que pode ser verificado é que em todos fazem referência da relação entre esses dois países, ainda que se referindo as questões estritamente políticas e econômicas, há poucas alterações na forma escrita de uma edição para outra, nas de 1991 á 1996 é o mesmo texto e o mesmo formato de pensamento com algumas pequenas reformulações nas últimas analisadas (2001 e 2009).

Nesse aspecto, pude observar o período republicano no Brasil e alguns momentos históricos, onde essas relações Brasil-Estados Unidos aparecem. Sendo assim comecemos, verificando um desses momentos apresentados - o período que corresponde a Crise de 1929 e a exportação de café, que no livro traz a seguinte afirmação:"Sem poder vender, os Estados Unidos também deixaram de comprar. Isso afetava gravemente a economia dos países que dependiam de exportações para os Estados Unidos. foi o caso do Brasil, que deixou de vender milhões de sacas de café para o mercado norte-americano." (COTRIM, 1991, p.102)

O texto traz toda situação econômica que passava o país e demonstrado que o que ocorreu neste período com os EUA afetou o Brasil, mas especificamente os cafeicultores. Em nenhum momento é demonstrado o que ocorreu com os trabalhadores e com a sociedade em geral nesta crise que afetou economicamente o Brasil.

Na edição de 2001(6º série) e 2009(9º ano), como já afirmei acima são feitas apenas mudanças estéticas, vejamos como a mesma situação é apresentada nos dois livros:"Sem poder vender, os comerciantes dos Estados Unidos também deixaram de comprar. Isso afetou gravemente a economia dos países que dependiam de exportações dos Estados Unidos. Foi o caso do Brasil, que deixou de vender milhões de sacas de café para mercado norte americano."(COTRIM, 2009,p.115)

Em outro momento no subtítulo das edições de 1991 e 1996: O Estado Novo e a Segunda Guerra Mundial reaparece de forma explicita a relação entre os dois países,permanecendo o mesmo texto na edição de 2001 e 2009, com pequenas alterações ortográficas, que se referindo a participação brasileira neste período:

> A partir de 1941, o Brasil começou a fazer acordos internacionais para apoiar os Aliados. Mas em troca de seu apoio Vargas conseguiu arrancar dos Estados Unidos grande parte do financiamento para construção da Usina de Volta Redonda (obra de grande importância para industrialização do país). De sua parte, o Brasil comprometeu-se a fornecer borracha e minérios de ferro para os Aliados e permitiu que militares norte-americanos fossem enviados para as bases militares instaladas no nordeste." (COTRIM,1996, P.112)

Novamente pode-se observar que essa relação ocorre especificamente nos campos econômicos e políticos, onde a base de trocas permanece nesses acordos.Também podemos verificar no período de governo do presidente Eurico Gaspar Dutra a permanência dessas alianças. Já durante o governo de Jânio Quadro a aproximação com a extinta União Soviética não agrada os Estados Unidos, ocorrendo assim um rompimento nessas relações.No governo de João Goulart, por suas posições contrárias ao grande capital, percebe-se o desagrado por parte dos Estados Unidos e a criação de algumas associações políticas conservadoras sustentadas por empresários norte-americanos. (COTRIM, 1991, p.121-132)

Outro momento que é destacado nos livros didáticos analisados é a instalação do governo dos militares no Brasil, quando no governo de Humberto Castelo Branco tem todo apoio dos Estados Unidos para execução do governo, que "em troca assumiu posições favoráveis ao capitalismo norte- americano".(COTRIM, 1996, p.137)

Nos livros de 2001 e 2009, pode se verificar a manutenção da mesma estrutura textual e escrita da História, e nesse sentido a continuidade de uma escrita de caráter linear e eurocêntrico, como pode ser percebido no PNLD de 2008:"Os conteúdos da coleção estão organizados sob um recorte temporal linear e eurocêntrico, que valoriza a periodização tradicional assumida sem maiores questionamentos ou abertura para outras possibilidades de periodização."(PNLD, 2008)

A partir da observação desse recorte histórico nos livros didáticos de Cotrim, percebe-se que os Estados Unidos enquanto país influenciador das políticas internas da América, e o caráter da solidariedade continental oficializado pelo Pan-americanismo tem como frente, os interesses econômicos dos Estados Unidos com os demais países da América, ao estabelecer sua política imperialista no continente, sendo que o discurso da necessidade de se constituir uma solidariedade continental serviu apenas como pretexto para a efetivação da política de dominação econômica dos Estados Unidos em todo continente. Assim os Estados Unidos:

> [...] se utilizou de critérios geográficos de alcance hemisférico, não para unificar politicamente a região americana, mas para intensificar o contato político, o intercâmbio comercial e fomentar a adoção da arbitragem como mecanismo pacífico para resolver conflitos entre os Estados americanos. Seu objetivo principal era estimular a busca por mercados e frear a presença de capitais europeus na América.(DIAS, 1997, p.78)

Dentre os republicanos favoráveis ao Pan-americanismo destaca-se a figura do Barão do Rio Branco. Este via neste acordo a possibilidade do Brasil ampliar suas relações comerciais, que estavam muito fechadas com a Europa e também pela oportunidade de expandir o poder geopolítico do Brasil com os países sul-americanos. Por isso seu total envolvimento nas questões fronteiriças do Brasil com os países sul-americanos a partir de 1893. Neste sentido, desde tempos já havia uma preocupação há uma preocupação em incluir a História dos Estados Unidos nos livros escolares:

> [...] a inclusão do ensino de História da América na segunda série do ginasial, em 1951, faz parte do projeto pan-americano de contruir uma memória e indentidade americana com estratégia para garantir a unidade no continente, baseada em ideais democráticos norte-americanos, mantendo dessa forma a hegemonia dos Estados Unidos sobre a América. (DIAS, 1997,p.89)

A observação realizada até o momento sobre os Estados Unidos mostra que o foco dos livros didáticos produzidos pela Editora Saraiva e de autoria de Gilberto Cotrim e nas últimas edições com a participação de Jaime Rodrigues é o destaque dapresença internacional dos Estados Unidos, representadocomo grande potência internacional, que está a todo momento presente nas relações como o Brasil como grande suporte econômico,por meio da qual a imagem de superpotência econômicaé repassada para todos os que leem, não deixando transparecer as contradições entre os dois países ou mesmo o tipo de política contraditória, que procura dominar os países da América do Sul. Pois para que o estudante tenha uma consciência crítica diante dos fatos é fundamental que seja exercitado esse aspecto e possibilitar o conhecimento dos diversos motivos de suas relações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em que pese às críticas sobre esses manuais e a sua utilização em sala de aula, é importante destacar que muitos educadores não se baseiam somente neles, mas inovam a partir do material que possuem, possibilitando uma "interferência constante do professor e sua mediação entre aluno e o livro didático"tornando o ensino/aprendizagem uma fonte de novos conhecimentos. De qualquer modo, ainda é necessário refletir sobre esse material didático, reinventem metodologias, trazendo para os estudantes novas perspectivas que possibilitem transformar o indivíduo através da leitura dos textos, e não seja somente um reprodutor do conhecimento sistematizado. Nesse sentido afirma Bittencourt:

> O professor é quem transforma o saber a ser ensinadoem saber apreendido, ação fundamental no processo de produção do conhecimento. Conteúdos, métodos e avaliação constroem-se nesse cotidiano e nas relações entre professores e alunos. Efetivamente, no ofício do professor um saber específico é constituído, e a ação docente não se identifica apenas com a de um técnico ou a de um "reprodutor" de um saber produzido externamente. "Dar aula" é uma ação complexa que exige domínio de vários saberes característicos e heterogêneos.(BITTENCOURT, 2009, p.50-51)

Constatou-se que ainda permanecem nos livros pesquisados, visões da história voltadas ao eurocentrismo, pan-americanismo e nacionalismo, que estiveram presentes ao longo da existência dos livros didáticos no Brasil. Embora nas últimas décadas e por algumas editoras, exista um esforço para a integração dos conteúdos na tentativa de fortalecer o regionalismo no contexto global, as mudanças demoram a ocorrer. Nessa perspectiva Dias, afirma que:

> Americanismo e nacionalismo, identidade e memória, Estado e Intelectuais são elementos que estão intimamente relacionados ao projeto de inclusão do ensino da História americana na cultura escolar no Brasil nas primeiras décadas do século XX, interferindo nas mudanças e permanências de conteúdos, finalidades e concepções presentes no interior do ensino de História.(DIAS, 1997, p.71)

Vale salientar, que como professor da Educação e observando os currículos de História, percebo a desvalorizaçãodos conhecimentos referentes àregião central e sul da América que pode ser constatado na pesquisa realizada nos livros didáticos escritos por Gilberto Cotrim. Romper com esse desconhecimento que nós brasileiros temos de nossos vizinhos latino-americanos, e que estes tem de nós, é um dos desafios que deve ser vencido para consolidação de uma identidade que avance para além das fronteiras nacionais.

Os livros didáticos brasileiros ainda possuem muita resistência, quanto a inserção de pesquisas que demonstrem os vínculos da história do Brasil com os vizinhos países latino-americanos com objetivo de mostrar as diversidades culturais existentes.

REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de história*: fundamentos e métodos. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. *Livro didático e saber escolar:* (1810-1910). Belo Horizonte: Autêntica, 2008

_____. *O saber histórico na sala de aula*. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

BLOCH, Marc. *Apologia da História:* ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. *Parâmetros Curriculares Nacionais de História.* Brasília: MEC, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica (SEB). *Guia de Livros Didáticos PNLD 2008*: História. Brasília: MEC, 2007.

BUGIATO, C. M.; BERRINGER T. Um debate sobre o Estado Logístico, subimperialismo e imperialismo brasileiro. *Em Debate*, Florianópolis, n. 7, p. 29-44. 2012.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros:* leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. Brasília: UnB, 1999.

CHOPPIN, Alain.*História dos livros e das edições didáticas*: sobre oestado da arte. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.30, n.3, p. 549-566, set./dez. 2004.

COTRIM, Gilberto. *História do Brasil:* Nova Consciência. São Paulo: Saraiva. 2001.

_____. *História e Consciência do Brasil*–. 9. ed. São Paulo: Saraiva. 1996. (vol.2)

_____. *História e Consciência do Brasil.* São Paulo: Saraiva. 1991. (vol.2)

COTRIM, Gilberto; RODRIGUES, Jaime. *Saber e Fazer História:*História Geral e do Brasil – Consolidação do capitalismo e Brasil Império. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

COTRIM, Gilberto; RODRIGUES, Jaime. *Saber e Fazer História:*História Geral e do Brasil – Mundo contemporâneo e Brasil República. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

DIAS, Maria de Fátima Sabino. *A "Invenção da América" na cultura escolar*. 1997. 175 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

FONSECA, Thaís Nívia de Lima. *História e Ensino de História.* Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

_____. O livro didático de História: lugar de memória e formador de identidades. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 20, 1999. Florianópolis. *História: fronteiras.* São Paulo: Humanitas – FFLCH-USP/ANPUH, 1999.

GARCIA, Ledonias Franco. América: historiografia e ensino. *História em Revista*, Goiânia, v. 2, n. 1, p. 33-50, 1997.

GATTI JUNIOR, Décio. *A escrita escolar da História:* livro didático e ensino no Brasil (1970-1990). Bauru: EDUSC; Uberlândia: EDUFU, 2004.

IOKOI, Zilda Márcia Gricoli; BITTENCOURT, Circe Maria. *Educação na América Latina.* Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: EDUSP, 1996.

MARINI, Ruy Mauro. *América Latina: dependência e integração*. São Paulo: Marco Zero, 1992.

SALLES, André Mendes. *A Guerra do Paraguai na Literatura Didática*: um estudo comparativo. 2011. 164 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

SEDUC - MT. *Orientações Curriculares do Estado de Mato Grosso.* Área de Ciências Humanas. Cuiabá-MT, 2008/2009/2010.

SQUINELO, Ana Paula. Revisões Historiográficas: A guerra do Paraguai nos livros didáticos brasileiros – PNLD 2011. *Diálogos,* Maringá, v. 15, n. 1, p. 19-39, 2011.

AS INTERVENÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE VILA MARIA DO PARAGUAI NA POLÍTICA URBANÍSTICA SÉCULO XIX

Maria de Lourdes Fanaia Castrillon
Mestre em História pela Universidade Federal de Mato Grosso/UFMT
Professora da Universidade de Cuiabá-UNIC
mary_lourdes1996@hotmail.com

RESUMO

O artigo aponta alguns aspectos das intervenções dos vereadores de Vila Maria do Paraguai (hoje Cáceres) no âmbito do traçado urbano, do mercado econômico e da vida social mediante a formalização dos Códigos de Posturas no século XIX. Outro objetivo do texto é mostrar os discursos reveladores das intenções edificuldades dos vereadores na administração municipal eperscrutar as mudanças ocorridas na Vila após o final da Guerra do Paraguai relacionados às atividades econômicas, as categorias profissionais e alterações ocorridas no traçado urbanístico.

Palavras-chave: Vereadores. Administração local.Vila Maria do Paraguai.

ABSTRACT

The article points out some aspects of the intervention of Paraguay Maria Village councilors (todayCáceres) within the urban plan, the economic and social life market by formalizing Postures codes in the nineteenth century. Other paper aims to show the telltale speeches of intentions and difficulties of councilors in the municipal administration and scrutinizing the changes in the village after the Paraguay War end related to economic activities, professional categories and changes in the urban layout.

Keywords: Councilors. Local administration. Vila Maria do Paraguay.

REVISTA ELETRÔNICA DOCUMENTO 21 MONUMENTO
REDM
NDIHR
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICA REGIONAL NDIHR

INTRODUÇÃO

Com a instalação da Câmara Municipal de Vila Maria do Paraguai em 1859, uma nova etapa surgia no município da localidade em estudo. As intervenções dos vereadores no município estavam respaldadas nos Códigos de Posturas de 1860 e de 1888. Esses Códigos eram os regulamentos (dispositivos) utilizados pelos vereadores para então gerenciarem a Vila. Desse modo, as Câmaras Municipais das vilas e cidades pelas intervenções políticas agiam em função do bem comum social do Estado imperial. Lembramos que um dos projetos políticos dos vereadores de Vila Maria compreendia a (re) construção do traçado urbano e com essa proposta idealizavam os seus "bons desejos", embora não conseguissem dar solução para todas as questões administrativas. Essas questões eram quase sempre justificadaspelas "dificuldades orçamentárias", ou pelos "recursos diminutos", que perduraram todo o século XIX. Na tentativa de superar os problemas os vereadores solicitavam auxílio da província:

> Senhores deputados da assembleia legislativa...esta Câmara por si só não pode satisfazer a expectação pública, mas solicita que se torne no desempenho de seus deveres pela nação de ser município nascente em que os pequenos rendimentos não se compadecem com as inumeráveis necessidades que a cada passo nela se encontra...esta Câmara é pobre epobre é o seu município sem rendas não é possível ocorrer as suas vigentes necessidades a não ser auxiliada pelos cofres da província. (Ata da Câmara Municipal de Vila Maria do Paraguai (1862)

Mas o que significava na época uma "Câmara pobre"? Para os vereadores "o município pobre" estava associado com o patrimônio público, que constituía as terras dorossio destinadaspara edificações davila, como por exemplo a cobrança de foros constituídos nas posturas do município geravam as rendas da Câmara.

Nos primeiros anos da administração de Vila Maria, os vereadores diziam para que a vila "progredisse" e para que os problemas financeiros fossem amenizados, que seria necessário recorrer ao cofre do governo provincial para obtenção de empréstimos anuais por três anos, conforme consta na Ata da Câmara de 1862:

> Um empréstimo a esta câmara pelos cofres provincial de dois contos anuais por três anos para a edificação de uma casa de mercado, cuja quantia e seus juros anuais serão pagos e restituídos ao mesmo cofre pelos estreitos [...] do rendimento do prédio projetado ficando este expressamente hipotecado aos mesmos cofres e subsidia que seja a casa de mercado, cuja quantia e seus juros anuais serão pagos e restituídos ao mesmo cofre pelos estreitos e juros prestados a Câmara ser lhe há transferido a posse e domínio direto do prédio que continuará como propriedade sua e legítimo patrimônio. Este bazar é um desiderato que ampare tantas vantagens que a câmara deixa de consignál-las para não si tornar prolixa. Uma outra consignação de dois contos de reis por uma só vez para a varanda no sobrado da casa e cadeia da câmara. Outras muitas necessidades de bastante alcance ficam por dizer.

Na ata de 1864, os camaristas de Vila Maria diziam que embora a "vila progredisse", era possível atenderapenas às necessidades mais urgentes referentes a limpeza dos esgotos, a construção da ponte do sangradouro, a reforma da Matriz, a reforma da varanda no sobrado da casa da Câmara, a construção de uma casa de mercado eoutros mais. Em outras províncias percebemos que nem todas as necessidades do município eram atendidas pelo governo provincial pois, por exemplo, asverbas solicitadas pelos vereadores de Guaratinguetá aos presidentes de província, eram mais recusadas que atendidas.

A respeito da reforma da igreja matriz são frequentes as referências nas atas a respeito do estado de ruína em que se encontrava. Os vereadores explicavam sobre a vila e para tanto, se fazia necessário uma outra capela capaz de acolher aos fiéis, pois a existente havia encontrava-se em perigo de desabar assim diz a Ata de 1862: Infelizmente se celebra os ofícios divinos depõem contra o aumento e prosperidade deste município e é uma perfeita inversão e desrespeito a casa do senhor ... se ali continuar a administrar o espiritual será uma catástrofe.

Maria do Carmo de Mello Rego que esteve em São Luís de Cáceres no ano de 1886 em companhia do seu esposo, presidente de província Rafael de Mello Rego, em seu relato descreveu sobre a igreja dizendo:

> A igrejinha? Pequena, pobre, com o seu sino muito desgracioso, fez-me lembrar de algumas capelinhas nos engenhos do Norte. Estava caiada, mas despida completamente de ornatos, demasiado desguarnecida, singela. A matriz em construção será, quando concluída esse vasto e majestoso templo e com certeza, o maior de todo o Mato Grosso. (REGO, Maria do Carmo. 1993. p. 52. 53)

Verificamos que a reforma da igreja matriz, da Casa da Câmara e da cadeia, a abertura de estradas que ligava Vila Maria à Cuiabá e construção de pontes eram reivindicaçõesconstantes feitas pelos vereadores, ou seja, tais pedidos eram referentes a infraestrutura e estavam prescritos na Lei de orçamentos da província de 1835. (DOLHNIKOFF, Miriam.p.159.)

Vejamos como expressavam-se sobre as receitas diminutas:

> São inumeráveis necessidades que a cada passo nela se encontra [...], portanto o vosso auxílio para com mais força ela dar algum impulso acudindo destas necessidades aquelas que por seu estado e importância exigem mais pronta reparação.(Ata da Camara.1861)

Quanto aos "bons desejos", no mesmo documento acima citado consta:

> A Câmara Municipal desta vila tendo apresentado senhores, por esta forma o relatório das necessidades mais urgentes do seu município, conclui animosa o seu trabalho implorando-vos, sejais benignos e indulgentes em relevar-lhe as imperfeições que ela não pode conseguir como convinha os seus bons desejos

Na década de 1860 deve ter sido mais difícil para os governantes dessa localidade, ajustarem os planos políticos que levariam à concretizaçãodos seus " bons desejos", entendidos como o bom governo, ou ainda, " a governança pelo bem comum social uma vez que, haviam constituído a Câmara Municipal em maio de 1859. Os vereadores, afirmavam que:

> [...] as coletas dos impostos eram insignificantes contribuições a ponto de se tornarem indiferentes a um dever que anuncia o seu cumprimento [...] neutralizando os esforços do agente da câmara que na procura de legítimo incentivo do dever incentiva a mais completa [...] recalcitrante que pouco será e a esperança menosainda. (Ata da Camara.1864)

Na tentativa de resolverem as necessidades da urbanidade da vila e de aumentarem os recursos também apresentavam sugestões ao governo provincial como poderiam resolver o problema de maneira mais amena. Assim diziam em 1888:

> A municipalidade não dispõe de recursos para os serviços de calçamentos da vila devido a sua escassa receita. Em tais circunstâncias sugiro de propor a assembleia legislativa que 10% da exportação da ipecacuanha passe aos orçamentos desta cidade que será incluído como renda especial e aplicado ao calçamento da cidade. A ipecacuanha é um produto privativo deste município parece justo que o tributo sobre ela reverta em benefício exclusivo da localidade, ficando, entretanto, o imposto de maior monta para o orçamento da província. Rogo A v. Eª atender a aludida proposta que é ao mesmo tempo um respeitoso pedido feito em nome da Câmara e de seus munícipes. (Ata da Camara.1888)

Na época, cabia à província, o recolhimento dos impostos de exportação, ou seja, os vereadores de Vila Maria, sugeriam ao governo provincial alterar o que estava estabelecido pelo Ato Adicional com vistas a aumentar as arrecadações do município. Por outro lado, a documentação também revela o esvaziamento dos cofres municipais em razão do repasse do que mais arrecadavam na vila.

Ao enviarem suas correspondências ao governo provincial os vereadores de Vila Maria, expressavam suas preocupações eesperavam boa acolhida pela Assembleia Legislativa, pois tinham fé de que seriam atendidos pelos "dignos representantes" a quem pediam auxílio financeiro.Diante das dificuldades, em 1865, os vereadores explicavam para o Presidente de província que o envio do orçamento com a receita e despesa do local, haviaatrasado porque o procurador, que até então estava em exercício, havia falecido e, não havia prestado contas à Câmara, deixando inclusive uma dívida de 890$ reis conforme a Ata do mesmo ano.

Em Vila Maria do Paraguai, o discurso sobre a política urbanística evidenciava-se sob diversas formas, faziamreverências as riquezas naturais como a flora e a fauna. Em 1875 foram enviadas por parte da Corte, sementes dos eucaliptos para que fossem plantadas nos largos, ruas

e travessas da cidade e distribuídos aos lavradores para que nos sítios fossem igualmente plantados. Nessa política de arborização da vila, observamos que estava implícita a preocupação com a saúde pública.Os vereadores também apontavam preocupações com o clima solo e com as chuvas, provocadorasdo alagamento e da formação de pequenas lagoas com águas estagnadas o que proporcionava doenças, causando os miasmas e exalações.

Tais questões serviam para explicar a falta de canalização do esgoto que deveria ser escoado para o rio, por isso clamavam com veemência a construção da ponte do sangradouro na Travessa meridional da Câmara próxima a rua da Manga[11].Na época as doenças eram explicadas pela variação climática, os médicos mato-grossenses aproximavam-se da medicina hipocrática, reconhecendo no meio ambiente o principal fator patogênico. Segundo Cavalcanti, na concepção dos gregos, adoença e a saúde estavam intimamente relacionadas à natureza, levando-os a desenvolverem explicações naturalistas para a ocorrência das enfermidades.(CAVALCANT, 2001)

Em 1869, o vereador Bernardino de Souza ao tomar posse enquanto oficialcamarista expressou o discurso da salubridade ressaltando que era preciso tomar necessárias providências sobre o espaço urbano, pois a falta de asseio das ruas era um problema que depunha contra os governantes.

Se havia uma preocupação com a delimitação dos espaços dos vivos, osvereadores procuraram também delimitar um outro espaço para a edificação de um cemitério em 1860, que segundo os vereadores localizava-se nos subúrbios da cidade concluído em 1862. Após duas décadas, surgia na localidade, um outro cemitério São João Batista possuía regulamentos próprios construído na década de 1880. Esse espaço consagrado aos mortos foi doado por testamento à Câmara por João Carlos Pereira Leite. Cabe ressaltar que a proposta de construção de cemitérios conjugava com a ideia de separar os vivos dos mortos.Segundo Cavalcanti, os mortos representavam perigo aos vivos ao considerar que o corpo em decomposição, sob a influência de elementos atmosféricos, como o ar, a temperatura, a umidade e a direção dos ventos, formava vapores ou miasmas que comprometiam a saúde da população.(Idem.op.cit.p 65)

Para corrigir as virtualidades no século XIX, além da polícia uma série de outras instituições como as psicológicas ou psiquiátricas, escolas e asilos tentavam enquadrar o indivíduo. Dentre as instituições mencionadas um aspecto muito frequente apontado pelos vereadores de Vila Maria, diziarespeito ao ensino público, cujos gastos eram de responsabilidade do governo provincial. Segundo os vereadores, havia na vila apenas uma escola particular, dirigida por homens que "não tinham qualidades próprias e como muitas meninas se dirigiam para essas escolas, pediam o ensino primário para mulheres. Na época, o discurso da civilidade incitavaque a boa índole e boa moral dependia da educação escolar.

Outro problema mencionado nas atas era a estrada que ligava Cuiabá a Vila Maria cujos reclames constantemente eram dirigidos aos presidentes de província pois segundo os vereadores, asviagens eram longas, e as estradas tornavam-se perigosas devido as enchentes.

Nesse sentido, os vereadores argumentavam que se não fosse resolvido o problema das estradas, Vila Maria tornava-se "uma terra longínqua" quase que intransitável. Uma outra questão discursada pelos vereadores referente à estrada que ligava Vila Maria à Vila Bela da Santíssima Trindade era o ataque dos índios pareci. O cerne dessa questão, era a dificuldade da realização do comércio com outras vilas e cidades da província, pois a manutenção das estradas de responsabilidade do governo provincial eram vias de comunicação que permitiam o crescimento econômico da província.(DOLHNIKOFF, Miriam.p.159)

As dificuldades administrativas apresentadas pelos vereadores de Vila Maria revelam que a vila carecia de infraestrutura apesar dos seus bons desejos acabavam expressando a localidade de forma negativa. Essa mesma visão foi compartilhada, pelo presidente de província de Mato Grosso Augusto João Manoel Leverger:

> Vila Maria do Paraguai é um dos distritos da província que apresenta crescente prosperidade. Tem clima sadio, boas matas, mas é um lugar miserável. A cidade está edificada em um ângulo agudo e reentrante do rio cujas barranqueiras quase aprumo apoiam sobre areias movediças e cujo desmoronamento nas cheias tem destruído edifícios públicos e particulares e ameaça de ruínas mais ou menos

> próximas de alguns que já existem. (MELGAÇO, Barão de p. 61)

Francis Castelnau, ao passar por VilaMaria, no ano de 1845, descreveu, por sua vez, a cidade também de forma semelhante ao do presidente de província mencionado acima:

> Vila Maria está situada na margem esquerda do Rio Paraguai, num lugar em que a barranca não tem menos de uns dez metros de altura. Apesar da situação em que está, toda a região em volta não raro se acha inundada, pois o rio Paraguai, recuando sempre para o lado esquerdo, tende a destruir o terreno em que está construída a cidade.Já várias casas desabaram no rio, enquanto outras se acham de tal modo em risco de cair, que foi preciso abandoná-las. (CASTELNAU,2000. p. 421.)

Uma outra descrição sobre a cidade de Vila Maria, que em parte difere da visão dos vereadores, de Francis Castelenau citado pelo presidente de província encontramos no relato de Maria do Carmo de Mello Rego uma visão mais otimista. Maria do Carmo, comentava que as ruas não eram calçadas e em épocas de chuvas, muitas ficavam impossibilitadasde seremtransitadas; na praça da Matriz estava apequenina igreja e o marco do Jauru local onde aconteciam as festas da cavalhada e as procissões. Dizia Maria do Carmo de Mello Rego que tudo no local era calmo, campestre e poético com muita vegetação o que tornava a cidade cheia de vida descrevia também o local era um doslugares mais pitorescos da província. As ruas bem traçadas e o cemitério colocado em lugar conservado, uma cidadezinha um mimo para quem deseja a paz e a solidão. (REGO, Maria do Carmo1993.p 53).

De fato, a igreja e o marco, do Jauru, estavam localizados no largo da Matriz, sonorizada pelos tambores do quartel que ali encontrava-se localizado e pelos badalos do sino da igreja. Em frente ao largo da Matriz, o rio Paraguai, movimentava a cidade pelas embarcações e pelos apitos dos vapores que ali chegavam, pelos passageiros e mercadorias que iam e vinham. Logo ao lado da praça próximo à rua da Manga, estava a casa da Câmara e a cadeia pública.

No Brasil era comum que em torno da praça principal, se levantassem as construções públicas e privadas mais importantes como a igreja matriz, o edifício administrativo, o quartel além de residências de algum cidadão mais privilegiado. As construções mais importantes localizavam-se, também nas esquinas e ao longo das principais artérias urbanas. As casas eram germinadas, feitas de adobes, cobertas de telhas, alinhadas a 05 palmos da calçada conforme norma prescrita no Código de Posturas. Segundo Volto, em Cuiabá, as casas eram casas simples, caiadas, de adobe e de taipa cobertas de telha, em sua maioria de um pavimento só, compondo-se de sala, alcova, loja, varanda e cozinha. No interior eram quase sem sofisticação.Quanto ao uso e abastecimento da água, em outras cidades das províncias as bicas e os chafarizes tinham principalmente essa utilidade, mas eram locais visados pelas autoridades pois serviam de ponto de encontro dos escravos e livres pobres. Em Vila Maria não havia bica e nem chafariz e em lugar disso, buscar água no rioParaguai erauma das formas de abastecimento. Uma outra forma de abastecimento de água na cidade de Vila Maria do Paraguai eram os "carrinhos de bode" que, tal como na cidade de Cuiabá, serviam para transportar a água utilizadospor pessoas que podiam ser contratadas eventualmente pela casa da Câmara, denominados no período de aguadeiros ouainda, nos quintais das residências podiam ter cisterna ou poços. Segundo Adson de Arruda, em São Luís de Cáceres, os poços normalmente estavam próximos às fossas, o que facilitava a contaminação dos usuários; além disso, no período da seca entre os meses de junho a agosto, a água que passava pela baía tornava-se imprópria para o consumo, pela falta de correnteza.(ARRUDA, Adson 200.p.25)

Contudo, após o conflito bélico os problemas financeiros enfrentados pelo governo local, o projeto político que dizia respeito à urbanidade em parte não ficava somente no discurso, pois nas décadas de 1860 e, principalmente, na década de 1870, o poder público tomava algumas iniciativas em relação à governança citadina, ainda que a infra- estrutura fosse precária, houvemudanças condizentes com a política da urbanidade.

O pequeno traçado urbano existente em Vila Maria do Paraguai desde 1778, referia-se às ruas: Rua d'Albuquerque, Rua de Melo, e as travessas, Pinto e Rego bem como o largo da praça da matriz. No início da segunda metade do século XIX, os vereadores denominaram para Vila Maria um novo traçado urbano, ou seja, provocavam uma (re) organização espacial com as alterações na estrutura urbana e a partir de então, constituíram seis ruas, quatro travessas e dois

largos, como apresentado no quadro que segue;

O traçado urbano do ano de 1879 apresenta alteração indicando maior proporção do número de fogos, de moradores e, consequentemente, um relativo aumento nos impostos recolhidos aos cofres do município e da província conforme pode ser demonstrado no quadro que segue.

Pequenas Atividades comerciais

Segundo Mário Maestria, "as tavernas" urbanas ou rurais eram descritas de forma negativa, apesar de constituírem em locais de lazer e de produção de uma cultura da resistência (MAESTRI, Mário. 1970.p). Uma descrição sobre as tavernas é apontada no romance " As vítimas algozes" de Joaquim Manoel de Macedo:

> Uma pequena casa de taipa, coberta de telha, eventualmente com uma varanda, também telhada. As paredes podiam ser caídas e o piso de chão batido. Como mobiliário, um banco de pau encostado na parede, um balcão tosco e uma grotesca armação de tábua contendo garrafas, botijas, latas de tabaco em pó, além de algumas voltas de fumo em rolo e uma manta de carne seca. (SOUZA, Avanete Pereira2000. p. 255.)

Mas o que era taverna no século XIX? No século XVIII, tavernas eram estabelecimentos comerciais considerados como casas de pequenos negócios e lugares onde era vendido a aguardente embora não fosse regra geral.

No imaginário do grupo político da província tanto a venda como a taverna estavam associados a tudo o que havia de mais perigoso. Eram locais que pertenciam adeterminados espaços da vila onde a convivência dos mais pobres ou dos escravos e forros tornava-se possível; locais onde geralmente faziam-se compras dos gêneros alimentícios, e de aguardente embriagavam-se, encontravam com amigos e amásios. Para Maria Adenir Peraro, no século XIX, as casas que vendiam aguardente, conhecidas como tavernas, constituíam-se em espaços de alegria e lazer de batuques em que se dançava e cantava. (PERARO, Maria Adenir. 2001.p 180)

Entretanto, esse tipo de atividade comercial, regulamentada pela Câmara de Vila Maria, foitambém visada pelas autoridades locais como um espaço que possibilitava os ajuntamentos "ilícitos", geradores de brigas e bebedeiras, considerado também como um local de compra de objetos furtados, frequentados por pessoas munidas de armas ou embriagadas. Se as tavernas ou vendas foram visadas como espaços de prostituição, de outro lado, revelam o papel das mulheres que comercializavam nas pequenas "casas de negócios" contrariando os estereótipos da mulher reclusa e submissa enquadrada na sociedade patriarcal.

À época, o morador deveria obter a licença da Câmara para desenvolver atividades comerciais o que proporcionava rendas aos cofres do município e quando solicitada a licença, os produtos comercializados deveriam ser mencionados. Por outro lado, a Câmara ao conceder tal licença, estabelecia penalidades que constam no estatuto no art. 10°:Todo aquele que consentir em suas tavernas ou casas de bebidas ajuntamentos ilícitos, isto é, de pessoas que não estiverem comprando, e vender bebidas espirituosas aos que estiverem em estado de embriaguez. Possivelmente os vereadores entendiam por "bebida espirituosa" a aguardente, que causava ações consideradas transgressoras tais como brigas e embriagues. Para Avante Pereira, no Brasil colonial, a aguardente trouxe certa rentabilidade às Câmaras, porém, havia controvérsias de natureza moral e comercial, pois os religiosos viam o consumo da aguardente como um dano a sociedade. Muitas propriedades rurais existentes na cidade no período possuíam plantações de cana de açúcar que derivava a produção dessa bebida.

O valor pago por alvará era de 8$800réis a 9$000réis. Geralmente os lançamentos desse imposto eram registrados com os seguintes dizeres: A Sr. ªConstância Pinto de Miranda pagou a quantia de trinta mil reis de licença para vender aguardente ao miúdo em sua taverna no corrente exercício.

Outras atividades econômicas e atividades profissionais

Entre os estabelecimentos comerciais havia as 'lojas" um tipode comércio, que difere das tavernas e das casas comerciais. As lojas não eram, portanto, especializadas e em geral,

recebiam tal denominação por terem grandes dimensões e geralmente por estarem situadas no centro das vilas. As lojas, vendiam além d' aguardente, produtosalimentícios ea poaia. Já as tavernas e vendas eram pequenos estabelecimentos que vendiam a aguardente e gêneros alimentícios.

Das pessoas que possuíam lojas na década de 1860 a maioria eram vereadores como Salvador Jorge da Cunha, Miguel Alves da Cunha, Lucidoro Paes Costa, Antonio Libânio de Barros, José Duarte da Cunha Pontes, Joaquim José da Silva e Luis Pedroso da Silva. No período em estudo, "agentes" ou caixeiro ambulante, significava aquele que exercia algum tipo de profissão ou, algum tipo de negócio, consideradopossivelmente um pequeno estabelecimento comercial chamado de loja. Os proprietários das lojas também financiavam comerciantes menores que revendiam mercadorias no interior da vila sendo que, vários deles não administravam seus estabelecimentos, mantendo caixeiros escriturários.

Outras atividades comerciais como padaria, olaria, mascataria, tendeiros e tabuleiros faziam parte do quadro econômico da vila em estudo na década de 1860. No século XIX, mascate era uma espécie de vendedor ambulante também chamado de bufarinheiro que circulava pelas ruas de uma vila, pelas estradas vendendo manufaturas como tecidos, joias, e miudezas[22].

Quanto ao tabuleiro, era uma peça de madeira ou de outro material, ou ainda uma espécie de bandeja que ficava sob a cabeça dos escravos e homens livres pobresque comercializavam a venda de frutas, bolos e doces. Essa forma de comercializar já era muito comum no período colonial e, de certa forma, os estabelecimentos comerciais classificados como lojas eram composto em sua maioria por homens ao passo que as mulheres compunham a maior parte do comércio feito em tabuleiros. (SILVA, Antonio de Moraes1954. p. 560).

Os tendeiros montavam suas tendas de pano e se movimentavam pela vila e nas tendas exerciam ofícios como de sapateiro, ferreiro além da venda de pequenos produtos[33].(idem.op.cit.p 107).

A Vila era abastecida porgêneros alimentícios provenientes de propriedades rurais e o número de pequenos lavradores na década de 1860, era de aproximadamente 110.

Dentre as propriedades de maior porte, destaca-se a fazenda Jacobina, localizada a 30 km do município de Vila Maria pertencente à família PereiraLeite que já em períodos anteriores ao século XIX era um estabelecimento escravista, auto suficiente, inclusive, abastecendo as guarnições da tropa nacional[44]. Essa propriedade rural produzia a cana de açúcar, seus derivados e os gêneros alimentícios que abasteciam a Vila.Para Domingos Sávioa produção econômica da fazenda Descalvados a partir da década de 1870, foi importante para o mercado externo e interno o extrato de carne, e os produtos derivados da criação do gado como o couro e a carne de gado. O mercado internacional foi possível devido a navegação fluvial da bacia do Prata a partir da década de 1870, a província de Mato Grosso foi integrada ao mercado mundial por meio do desenvolvimento de atividades tradicionais, como a pecuária e o extrativismo principalmente o da poaia.Além disso, juntamente com a navegação fluvial surgiramem Vila Maria do Paraguai as casas comerciais, ligadas ao comércio de exportação e participavam Inglaterra, França, Alemanha, Bélgica e as importações vinham de Montevidéu, Inglaterra, França, Alemanha, Itália e Portugal.

Nesse comércio circulavam tanto na capital da províncíaquanto em Vila Maria as mercadorias vindas do ocidente europeu tais como: sedas, perfumes, porcelanas, chapéus, louças de cristais e outros mais.Diante desse contextohistórico que surgiu a casa Dulce. Além dessa casa referida comercial surgiram outros estabelecimentos comerciais como a casa Campos Widal, fundada em fins do século XIX, que além de comercializar variados produtos noinício do século XX funcionava como livraria.

Diante das mudançasocorridas após guerra do Paraguai, encontrava-se a elevação da vila à categoria de cidade, em 1874 e a abertura de ruas, largos e travessas que reconfiguravam o espaço urbano se comparada ao século XVIII. O aumento demográfico revelatambém as formas de sobrevivênciados moradores que desempenhavam diversas atividades econômicas ou, ainda, porque estavam inclusos nas diversas categorias profissionais.

Dessa forma, a constituição desses espaços foi movida pelas práticas eideias dos homens e mulheres que ali buscavam experimentar vivências, pois movimentavam a vila de várias

maneiras, principalmente, desenvolvendodiferenciadas atividades econômicas e efetuando o pagamento de impostos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No momento em que se constituiu a Câmara na referida vila, de certa forma, as intervenções políticas influenciaram no mercado econômico e consequentemente na vida dos moradores dessa localidade principalmente porque o funcionamento do aparelho fiscal do governo local dependia do recolhimento de impostos.

As Câmaras Municipais dessa ou de qualquer outra vila do país no período Imperial foram órgãos administrativos que davam sustentação à política imperial ainda que encontrassem limitações no governo provincial, eram capazes de conduzir a governança citadina.A diversidade de categorias profissionais, as diferentes atividades comerciais e a alteração do traçado urbano dessa localidade na década de 1870, demonstram as formas de sobrevivência dos homens e mulheres que se encontravam na fronteira oeste do Brasil e que teciam os lugares da vila. O papel das mulheres nas atividades econômicas revela que o espaço da rua não era somente o espaço das "transgressões" como visavam as autoridades políticas, mas sim um espaço público que permitia as socializações tanto de homens livres como de escravos.Em suma, as formas de sobrevivência dos moradores de Vila Maria do Paraguai indicam não só as relações sociais mantidas com os representantes políticos da localidade, bem como maiores intervenções da Câmara Municipal no espaço urbano.

NOTAS

[1]A ponte do Sangradouro foi construída na 1ª República e localizava-se no bairro da Cavalhada, próximo à rua da Manga, destruída na década de 1990 na gestão administrativa de Aluísio C. de Barros.

[2]Sobre mascate, ver SILVA, Antonio de Moraes. Dicionário Língua Portuguesa. Vol. VI. Confluência, 1954. p. 560. Ver também VENÂNCIO, Renato Pinto & FURTADO, Júnia. Ibidem. p. 106.

[3]Idem. Ibidem. p. 107.

[4]Quando faleceu o seu fundador, Leonardo Soares de Souza, a fazenda Jacobina passou à sua filha única e herdeira, Maria Josepha de Jesus Leite, que havia se casado, no ano de 1813, com o coronel de milícias de Portugal, João Pereira Leite, que servia no comando do distrito militar de Vila Maria In: GARCIA, Domingos Sávio da Cunha. Territórios e Negócios na Era dos Impérios. Os Belgas na Fronteira Oeste do Brasil. Op. Cit., p. 88.

REFERÊNCIAS

CASTRILLON. Maria de L. Fanaia. *O governo Local na fronteira Oeste do Brasil*: A Câmara Municipal de Vila Maria do Paraguai. (1859-1889) Dissertação Mestrado.Cuiabá.UFMT. 2006.

DOLHNIKOFF, Miriam. *O Pacto imperial:* origens dofederalismo no Brasil do século XIX. São Paulo: Contexto, 2005.

PECHMAN, Moisés Robert. *Cidades Estreitamente Vigiada*: Odetetive e o urbanista Rio de Janeiro: Casa da palavra, 2002.

PERARO Maria Adenir. *Bastardos do Império; Família e Sociedade em Mato Grosso no século XIX,* São Paulo: Contexto, 2001.

SOUSA Pereira Avanete. *Poder Local, Cidade e Atividades econômicas (Bahia, século XVIII)*. Tese de Doutorado em História.Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo – USP,2000.

VENÂNCIO, Renato Pinto & FURTADO. Júnia Ferreira.*Comerciantes, tratantes e mascate*. IN: PRIORI, Mary Del. Revisão doparaíso 500 anos e continuamos os mesmos. Rio de Janeiro. RJ:Campus, 200. P.105.

VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *Cativos do Sertão*: Vida Cotidianae Escravidão em Cuiabá em 1850-1888. São Paulo: Marco Zero; MatoGrosso: UFMT, 1999.

PELA LIBERDADE E CONTRA O PRECONCEITO DE COR: A TRAJETÓRIA DE ISRAEL SOARES

Alexandra Lima da Silva
Doutora em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro/RJ
Professora da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro-RJ
alexandralima1075@gmail.com

RESUMO

Este trabalho procura dar visibilidade à trajetória de Israel Soares. *Filho de pais africanos, Israel Soares nasceu em 19 de agosto de 1843. Na condição de escravizado, criou uma escola noturna,* fundou a sociedade de dança Bela Amante e presidiu a Caixa Libertadora José do Patrocínio. Liberto, integrou a rede abolicionista composta por José do Patrocínio e Ernesto Sena, dentre outros. Católico, foi juiz na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito do Rio de Janeiro, lutando ativamente contra o preconceito racial nas primeiras décadas da República. O caminho empreendido na busca por Israel Soares foi o mapeamento e cruzamento de fontes diversas, incluindo manuscrito, periódicos e narrativa autobiográfica.

Palavras-chave: Escravo. Liberto. Abolicionismo.

ABSTRACT

This paper attempts to give visibility to the story of Israel Soares, born of African parents in August 19th 1843. In the condition of slave, he created a night school, founded the Bela Amante dance society and presided over abolitionist group Caixa Libertadora José do Patrocínio. As a freedman, he joined the abolitionist network along with names such as José do Patrocínio and Ernesto Saga. A catholic, he acted as a justice of the peace in the Our Lady of the Rosary and Benedict the Moor Brotherhood in Rio de Janeiro, actively fighting against racial prejudice during the first decades of the Republic. The path undertaken in the search for Israel Soares was through mapping and cross-referencing various sources, including manuscripts, newspapers and autobiographical narratives.

Keywords: Slave. Freeman. Abolitionism.

REVISTA ELETRÔNICA DOCUMENTO 21 MONUMENTO
REDM
NDIHR
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICA REGIONAL NDIHR

INTRODUÇÃO

Nascida escrava, Antonia Botelho Soares era casada com Israel Antonio Soares, que, na condição de liberto, lutou pela alforria da amada. Do casamento com Israel Soares, nasceram Antônio Israel Soares e Israel Soares Junior. O presente trabalho versará sobre a trajetória do marido de D. Antonia Soares. Quem foi Israel Soares? Quais foram as lutas deste sujeito?

O "encontro" com Israel Soares aconteceu através da busca por uma instituição de ensino para escravizados. Ao procurar informações sobre a Escola da Cancella, nas páginas do periódico abolicionista *Gazeta da Tarde*, deparei-me com o nome de Israel Soares. Chamou-me a atenção o fato de um liberto proferir um discurso na sessão comemorativa do aniversário da escola, fundada por José do Patrocínio:

> Escola Gratuita da Cancella - a sua sessão solene comemorativa do seu terceiro ano e em honra ao moço escritor à sombra de cujo nome se foi abrigar. Às 8 horas da noite, depois de incorporados terem ido os sócios a casa de José do Patrocínio, buscá-lo, reunidos grande número de convidados, um liberto, Israel Soares, declarou aberta a sessão. O discurso pronunciado pelo ex-escravizado foi sublime e eloqüente, enorme pelo entusiasmo que provocou (Gazeta da Tarde, 20/06/1884, p.2)

A partir da análise do periódico Gazeta da Tarde, foi possível mapear a presença de Israel Soares nas causas da Abolição, sendo, o mesmo, presidente da Caixa Libertadora José do Patrocínio:

> A sessão foi aberta pelo presidente Dr. Israel Soares. Lida a ata da sessão de 11 de fevereiro e o expediente que constou de duas comunicações e da oferta de um tango, música feita pelo amador abolicionista Elpidio da Trindade, passou-se a 1ª parte da ordem do dia. O orador da Caixa deu conta dos trabalhos da organização da Confederação Abolicionista, no dia 12 do corrente, na sala da redação da Gazeta da Tarde. Na 2ª parte da ordem do dia, foram resolvidos alguns assuntos concernentes a administração da Caixa. Falaram diversos sócios, correndo a sessão muito animada e concorrida (Gazeta da Tarde, 14/05/1883, p. 2)

Intrigada para saber mais sobre esse liberto que se tornou abolicionista, iniciei a busca por Israel Soares na produção acadêmica. Não localizei tese ou dissertação de mestrado especificamente sobre ele: um ilustre desconhecido na historiografia, apesar dos interessantes estudos sobre pensadores negros (PINTO & CHALHOUB, 2016), ou especificamente sobre a trajetória de abolicionistas negros, dentre os quais José do Patrocínio (ALVES, 2009; SILVA, 2006), Luiz Gama (AZEVEDO, 1999) e André Rebouças (PESSANHA, 2005).

O nome do liberto Israel Soares apareceu de forma tímida em diferentes estudos. No verbete "Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos", do Dicionário da Escravidão Negra no Brasil, de Clóvis Moura, a menção é a seguinte: "O ex-escravo Israel Soares foi a verdadeira alma da Irmandade" (MOURA, 2004, p. 217). O texto de Higor Ferreira (2013) analisa o protagonismo dos professores negros na Corte Imperial, com destaque para Israel Soares em sua atuação como professor em uma escola noturna para escravos e libertos.

O caminho empreendido na investigação a respeito de Israel Soares foi o mapeamento dos periódicos diversos, bem como a leitura de uma narrativa de cunho autobiográfico publicada no livro Rascunhos e perfis, de Ernesto Sena. No setor de Manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, localizei um bilhete escrito por Israel Soares.

Escravo, liberto, abolicionista: escrita de si e o olhar do outro

A publicação de autobiografias de ex-escravizados não é novidade na língua inglesa. Todavia, no Brasil, são escassas as narrativas de vida de ex-escravizados veiculadas em periódicos ou em livros, embora existam algumas traduções anteriores em inglês. É o caso de Meus anos de cativeiro e de liberdade, autobiografia de Frederick Douglass traduzida e publicada em partes, no periódico Gazeta da Tarde, durante dois meses, em 1883. Em 1940 ocorreu a edição de Memórias de um negro, de Booker Washington e, em 1988, foi lançada a obra Incidentes da vida de uma escrava, contados por ela mesma, de Harriet Jacobs. Por sua vez, *An Interesting Narrative. Biography of Mahommah G. Baquaqua (1854)* é um exemplo de

autobiografia materializada na forma de livro, escrita por um escravo que viveu por um tempo no Brasil.[1]

Depoimentos orais de escravizados no Brasil renderam algumas obras. É o caso do livro Depoimento de escravos brasileiros, de Mario José Maestri Filho, publicado em 1988. No século XIX, o viajante Francis de Castelnau realizou uma série de entrevistas com africanos escravizados na Bahia (CASTELNAU, 2006). No âmbito das pesquisas históricas, o livro *Memórias do Cativeiro* explora relatos orais de ex-escravizados e seus descendentes (RIOS & MATTOS, 2005).

Impressa no livro *Rascunhos e perfis*, a narrativa -em primeira pessoa- sobre a vida de Israel Soares, é um importante documento. O relato foi obtido a partir de entrevista realizada por Ernesto Sena[2] no ano de 1900: "No meio da conversa, pedi que me contasse a sua vida: Israel relutou bastante, mas afinal teve de ceder diante das ponderações que lhe apresentei."(SENA, 1983, p. 139). Israel concordou em falar sobre si por ser tratar de um livro do amigo Ernesto Sena, cujo objetivo era lembrar dos que lutaram pelo fim da escravidão. Ernesto Sena descrevia Israel Soares como sendo "negro, magro, esguio, ossudo, com a carapinha esbranquiçada pela neve dos anos, com aquela curta barba branca, com aquele buço sempre bem escanhoado, formando todo o seu físico a compostura de um homem sério, honesto e digno" (SENA, 1983, p. 139).

Em 1900, Israel Soares estava no auge de seus 57 anos de idade. Filho dos escravizados Rufino, de nação Monjolo, e Luiza, de nação Mina, Israel Soares nasceu em 19 de agosto de 1843. A respeito dos pais, lembrava que a "mãe foi mais feliz do que meu pai, pois conseguiu libertar-se em 1846, graças aos esforços de um preto mina chamado Antonio" (SOARES, In: SENA, 1983, p. 139). Luiza, na condição de preta forra e quitandeira, era maometana. Juntou dinheiro e comprou a liberdade da irmã de Israel em 1856: "mulata, que ainda hoje vive cheia de filhos e netos" (SOARES, In: SENA, 1983, p. 140). Luiza, preta mina forra, optou por comprar a liberdade da filha, em detrimento da alforria do filho, pelo fato de aquela ser mulher e, uma vez que a escravidão seguia o ventre, de acordo com a legislação vigente, e no entendimento de Luiza, a filha merecia proteção maior.

Mas e o menino Israel? Autodidata, "pois não frequentei colégio e aprendi a ler em jornais velhos em um canto da cozinha" (SOARES, In: SENA, 1983, p.145), aos 14 anos seguiu para São Cristóvão, Rio de Janeiro. Lá, contou com a ajuda do farmacêutico Marcelino Inácio de Alvarenga Rosa: "a esse cidadão devo o pouco conhecimento que tenho da vida. Foi com ele que acompanhei toda a questão do Ventre Livre" (SOARES, In: SENA, 1983, p.141).

Neste ponto, há uma aproximação com outras trajetórias no século XIX, a exemplo de Luiz Gama, vendido ilegalmente como escravo pelo pai, mas que conquistou a alforria e tornou-se importante jornalista e advogado no império (AZEVEDO, 1999; SOUZA, 2001). Sem dúvida, para as primeiras letras, Luiz Gama contou com a ajuda de um amigo:

> Em 1847, contava eu 17 anos, quando para a casa do Sr. Cardoso, veio morar, como hóspede, para estudar humanidades, tendo deixado a cidade de Campinas, onde morava, o menino Antônio Rodrigues do Prado Júnior, hoje doutor em direito, ex-magistrado de elevados méritos, e residente em Mogi-Guassu, onde é fazendeiro. Fizemos amizade íntima, de irmãos diletos, e ele começou a ensinar-me as primeiras letras (Gama, 1882 Apud: Schwarcz, 1989, p. 140)

Depois da aquisição da leitura básica, Luiz Gama seguiu estudando de forma autodidata, escrevendo e lendo, conforme demonstrou em sua carta autobiográfica: "fiz versos; escrevi para muitos jornais; colaborei em outros literários e políticos, e redigi alguns" (GAMA, 1882 Apud: SCHWARZ, 1989, p. 140). Saber ler, escrever e contar possibilitou a Luiz Gama a conquista de direitos, para si e para outros sujeitos escravizados, que, como advogado, Gama ajudou a libertar. A experiência do autodidatismo não era algo raro no século XIX; pelo contrário, pois: "somos um país de autodidatas que se aforçuram por formar a própria escola, e nessa construção gasta metade das energias que deveriam servir ao bem da sociedade (...)" (ALVES, 1936, p. 15). Ou ainda, conforme Thompson, as classes trabalhadoras - e aqui incluo também, os próprios escravizados e libertos - não eram simples presas de forças históricas externas e determinantes, tendo desempenhado papel ativo e essencial na criação de sua própria história e na definição de sua própria identidade cultural, uma vez que "o autodidata tinha, muitas vezes, um

entendimento desigual e difícil, mas era seu. Como tinha sido obrigado a encontrar seu próprio caminho intelectual, pouco tomou de empréstimo: sua mente não se movia dentro da rotina estabelecida de uma educação formal" (THOMPSON, 1988, p. 48).

Israel também foi um autor da própria história. E assim criou um curso noturno na casa de quitanda da falecida mãe "e o pouco que eu sabia distribuí com aqueles que nada sabiam" (SOARES, In: SENA, 1983, p.143). A escola era frequentada por libertos escravos:

> Entre os meus alunos, posso citar alguns: Abel da Trindade, Pedro Gomes, Marcolino Lima, Justino Barbosa, Joaquim Vicente, Venâncio Rosa, Estanislau, Fausto Dias, Vitor de Souza, Tomé Pedro de Souza, Martinha Benedita, Antônia, Eugênia, Rosa, Vitória e Joana, escravos e ex-escravos (SOARES, In: SENA, 1983, p.143)

André Rebouças, José do Patrocínio e Manuel Querino foram outros intelectuais negros que conceberam a docência como um caminho para a superação da escravidão e do preconceito de cor (SCHUELER, 2016).

Especificamente sobre a educação de escravos e libertos, ainda há muito o que interrogar e investigar, no sentido de dar visibilidade às experiências diversas. Preto Cosme, que nasceu escravo no Maranhão em 1830, era alfabetizado. Conquistou a alforria e abriu uma escola de primeiras letras para escravizados. Liderou a Revolta da Balaiada (ENGEL, 2002, pp.590-591). Há também estudos sobre pessoas nascidas na escravidão que se tornaram mestres. Foi o caso de Antonio, nascido em 1847, na Província de Pernambuco. "Alforriado, o ex-escravo Antonio escolheu o sobrenome Benvenuto Cellini. Nada mais conveniente, pois esse havia sido um importante escultor, ourives e escritor renascentista" (MAC CORD, 2014, p. 7). Sujeito em trânsito, no ano de 1890, compunha o corpo docente do Instituto Profissional (MAC CORD, 2014, p. 15).

A atual Escola Municipal Luiz Delfino, localizada no bairro da Gávea, Cidade do Rio de Janeiro, é exemplo de instituição centenária que carrega a memória de ter sido "uma escola para escravos", no século XIX. Ainda em atividade, o estabelecimento foi criado em 1861, por Zé Índio, um ex-escravo instruído e que atuava como mestre das crianças da fazenda de Pedro Pereira da Silva. Ainda no século XIX, a escola foi apadrinhada por D. Pedro II, recebendo o título de Escola do Imperador (Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro, 2005, p.45).

A partir da análise da documentação judicial, por exemplo, o historiador Sidney Chalhoub localizou a ordem de investigação de "um preto que reside na rua do Valongo, próximo ao teatro e ao qual muitos outros rendem o maior respeito, e que ali vão iniciar-se em princípios religiosos". A suspeita era que a casa situada na rua Larga de São Joaquim funcionasse como escola, "na qual há reuniões de pretos minas a título de escola de ensinar a ler e escrever" (CHALHOUB, 1990, p. 187).

O problema da escolarização em uma sociedade escravista também foi explorado por Adriana Silva, na análise feita a partir da experiência do professor negro Pretextato e da escola exclusiva para negros e pardos na Corte Imperial (SILVA, 2000). A existência de uma Escola de Música para escravos na Real Fazenda de Santa Cruz, no Rio de Janeiro, foi indicada no estudo de Antonio Carlos dos Santos (2009). Para o autor:

> A Real Fazenda de Santa Cruz funcionou como uma instituição formadora e modeladora do indivíduo (escravo negro) procurando "suavizar" as suas maneiras e especializando-o como mão-de-obra, para suprir as necessidades da própria Fazenda e da aristocracia e comerciantes da cidade do Rio de Janeiro. Essa especialização, datada dos tempos jesuíticos, fez com quem os escravos negros de Santa Cruz fossem requisitados para serviços diversos, inclusive mulheres musicistas eram contratadas (SANTOS, 2009, p. 20)

Voltando à trajetória de Israel Soares, ainda na condição de escravo, ele fundou uma sociedade de dança intitulada Bela Amante, nos idos da década de 1870. Assim como a escola noturna, a Sociedade de Dança também era composta de escravizados, em sua totalidade. Outra iniciativa de Israel Soares, ainda na condição de cativo, foi a fundação da Caixa Libertadora José do Patrocínio, em junho de 1880. Na opinião do próprio Israel:

> De todos os pequenos trabalhos, foi este o de que mais orgulho tenho na minha vida, pois foi nesta ocasião que pude aproximar-me deste grande vulto que se chama José do Patrocínio. Foi aí que pude admirar as suas grandes virtudes, o seu enorme talento para poder dizer que ele foi o Moisés da nossa raça (SOARES, In: SENA, 1983, p.144)

A conquista da própria alforria foi adquirida por Israel Soares pela quantia de 600$000 (seiscentos mil réis). Ele comprou também a liberdade da esposa, pela soma de 800$000 (oitocentos mil réis). Contudo, até 1881, Israel era escravo e presidente da Caixa Libertadora José do Patrocínio:

> A Caixa Libertadora José do Patrocínio celebrou uma assembléia geral, a que compareceram mais de cinqüenta sócios, e elegeu a sua diretoria, que ficou composta dos seguintes membros: presidente, Israel Soares (escravo); vice-presidente, Abel da Trindade; tesoureiro, Capitão Emiliano Rodrigues de Senna e secretário, João Rodrigues Pacheco Vilanova (Gazeta de notícias, 5/07/1881, p.1)

Israel Soares e a rede abolicionista

A narrativa de si, presente em um capítulo do livro de Ernesto Sena, é sucinta e tímida, pois Israel Soares não era muito de falar. Era homem de ação, da prática. Deste modo, a partir da análise dos jornais que circulavam na época, é possível apreender os olhares construídos sobre ele, bem como a rede de sociabilidade da qual fazia parte. Mapeando as páginas dos periódicos abolicionistas Gazeta da Tarde e Cidade do Rio, é possível acompanhar a trajetória de Israel Soares, que nascido escravo, conquistou a alforria e trabalhou em prol das causas da abolição.

A partir dos anúncios da Gazeta de Tarde, vislumbra-se a existência de uma complexa rede abolicionista e suas articulações diversas; além da divulgação de eventos, espaços, conferências, correspondências, escolas, dentre outras questões. Fundado nas dependências da Redação do periódico Gazeta da Tarde, no dia 22 de abril de 1882, como se pode ver no artigo primeiro dos estatutos da entidade, o referido centro se dedicava à causa da liberdade e à educação dos escravos e libertos, o que evidencia a importância atribuída à educação nos projetos de construção de uma nação livre do trabalho escravo:

> Art 1- Libertar e educar o maior número de sócios de condição servil, de ambos os sexos, que a ele se filiem.
>
> -Socorrer esses mesmos sócios, em caso de perseguição;
>
> -Criar uma ou mais escolas primárias noturnas e gratuitas para os sócios ou pessoas estranhas ao Centro.
>
> -Promover festas, espetáculos, concertos, conferências, etc, etc, em benefício da caixa social (Gazeta da Tarde, 11/05/1882, p. 3)

As análises advindas dos periódicos ganham maior sustentação quando dialogamos com a produção acadêmica produzida sobre a temática, que vem realizando interessantes estudos. As pesquisas desenvolvidas por Ana Flávia Magalhães Pinto sinalizam para a existência de muitos jornalistas negros na imprensa oitocentista (PINTO, 2006), e também para a experiência de literatos negros, com destaque para os nomes de Ferreira de Menezes, Luiz Gama, Machado de Assis, José do Patrocínio, Ignácio de Araújo Lima, Arthur Carlos e Theophilo Dias de Castro. Todos participaram da luta contra o preconceito racial e pela ampliação dos direitos de cidadania, a partir dos usos da pena e da palavra impressa (PINTO, 2014). Atualmente, Ana Flávia Magalhães Pinto dedica-se ao projeto de pesquisa *Vicente de Souza - Histórias de um professor, médico e político "mulato" no Império e na República*.

O trabalho de Cláudia Andrade dos Santos (SANTOS, 2000, In: REIS FILHO, 2000), por sua vez, explorou a densa rede abolicionista carioca, indicando experiências de grupos variados, tais como o Club Gutemberg, o Club dos Libertos de Niterói e o Club Abolicionista dos Empregados do Comércio, associações que lutavam pela extinção da escravidão e pela educação de escravos e libertos. As investigações de Humberto Machado (1991; 2014) também se voltam para a imprensa abolicionista e seus projetos, nos quais se destacam análises sobre os periódicos O Abolicionista, Gazeta da Tarde e Cidade do Rio. A abertura de escolas noturnas para libertos e escravos foi uma das ações de clubes abolicionistas situados na cidade do Rio de Janeiro e adjacências.

É possível afirmar que Israel Soares fez parte de uma rede abolicionista na cidade do Rio de Janeiro e promoveu a libertação de muitos escravos:

> Efetuou-se, ontem, nessa caixa, sorteio de um libertando, sem pecúlio. A concorrência de sócios era grande e a sorte, a deusa varia, fez com que fosse tirado da urna, por mãos de uma criança de 1 ano, no n. 82. Após o sorteio e as comoções dos outros 63 não premiados, o Sr. Presidente Israel Soares declarou aberta a sessão. Lidos a ata e o expediente, passou-se a primeira parte da ordem do dia. Ora o Sr. Domingos Gomes dos Santos, que apresenta a sua demissão de orador da sociedade. Vivos protestos levantam-se de todos os lados da sala e não é aceita a demissão pedida pelo benemérito associado. Usando da palavra, o Sr. capitão Senna, secretario da Caixa, explica as razões do incidente. O presidente consulta a casa e é rejeitado unanimente o pedido de demissão (Gazeta da Tarde, 11/02/1884, p. 2)

Havia na cidade do Rio de Janeiro, na década de 1880, luta efervescente pelo fim da escravidão. José Ferreira de Menezes, Serpa Junior, Emiliano Rosa de Sena, Israel Soares e José do Patrocínio compunham a densa rede abolicionista fluminense, que não era homogênea, nem isenta de conflitos e contradições. Seguir os rastros e indícios dos jornais permitiu o entendimento das diferentes práticas e projetos encabeçados pelos abolicionistas. A valorização da palavra escrita é um dos aspectos importantes nesta análise. Afinal, para quem os abolicionistas escreviam? Possivelmente para a elite intelectual, de quem se desejava angariar simpatias a favor da causa; mas também para muitos libertos e descendentes de escravos. O engajamento de Israel Soares na luta acontecia de maneira mais prática, em diferentes ações, como veremos a seguir.

Na promoção de festa dos livres:

> Anteontem solenizou a sociedade, nos salões da escola noturna e gratuita da Cancella, a sua sessão solene comemorativa do seu terceiro aniversário e em honra ao moço escritor à sombra de cujo nome se foi abrigar. Às 8 horas da noite, de incorporados terem ido os sócios a casa de José do Patrocínio busca-lo, reunidos grande número de convidados, um liberto, Israel Soares, declarou aberta a sessão. O discurso pronunciado pelo ex-escravizado foi sublime de eloqüência, enorme pelo entusiasmo que provocou. Israel Soares, em breve frases, fez o histórico da associação que tão brilhantemente preside: descreveu os trabalhos e esforços dos seus companheiros de diretoria, com especialidade os do tesoureiro da Caixa, João Vila Nova e terminou por convidar José do Patrocínio a ocupar seu lugar (...). Ao terminar, abraçou o digno liberto Israel Soares, dando assim um esplêndido exemplo digno de ser imitado. O de um homem político, nobre pelo seu caráter, unir ao seu peito o escravo de ontem, redimido de hoje e que se tornou grande por uma quantidade que nem todos possuem- o ser honesto (Gazeta da Tarde, 26/06/1884, p. 2)

A admiração que Israel Soares nutria por José do Patrocínio foi a motivação para que José do Patrocínio se tornasse o patrono da Caixa Libertadora: "celebra amanhã a festa do seu 4º aniversário a benemérita sociedade libertadora, que tomou por título o nome do redator chefe e proprietário desta folha".

Filho de Justina Maria do Espírito Santo, uma quitandeira negra e de João Carlos Monteiro, homem branco, vigário na paróquia de Campos, José Carlos do Patrocínio nasceu em Campos (RJ), no dia 9 de outubro de 1853 (VASCONCELOS, 2011, p. 22). Com menos de 15 de idade, mudou-se de Campos para a Corte. A partir de uma explicação publicada na primeira página da Gazeta de Tarde de 29 de maio de 1884, é possível saber um pouco mais sobre como José do Patrocínio gostaria de ser visto:

> Perguntam-me como vivo e de que vivo e têm razão. Quem sabe que eu sou filho de uma preta quitandeira de Campos deve admirar-se de me ver hoje proprietário de um jornal e de que eu pudesse fazer uma viagem à Europa. Vamos às explicações. Comecei a minha vida como quase servente, aprendiz extranumerário da farmácia da Santa Casa de Misericórdia, em 1868. Tinha então 13 para 14 anos. O diretor do Hospital da Misericórdia, Dr. Cristóvão Dos Santos, hoje morto, empregou-me por me achar original. Não lhe levei empenho (...) (Gazeta da Tarde, 29/05/1884, p.1)

Nas explicações, José do Patrocínio cita como começou a estudar, também no ano de 1868. É interessante que além de contar com o auxílio de amigos, de associações beneficentes, José do Patrocínio atuou como professor de primeiras letras para manter-se e graduar-se em

Farmácia:

> Desde 1868 comecei a estudar. Ganhava em 1868 a quantia de 2$ por mês, de ganchos, como chamávamos em nosso gíria, isto é, de plantões que eu fazia aos domingos pelos meus companheiros. Tinha também 16$ de mesada, que me era dada pelo vigário de Campos, que não me perfilhou, mas que toda a gente sabe que era meu pai. (...). Mas disse que comecei a estudar. Com que recursos? Com os da bondade extrema do meu exemplar mestre e amigo o Dr. João Pedro de Aquino, que, de graça, franqueou-me o seu externato, onde estudei não só os preparatórios para farmácia, mas os exigidos para o curso médico. (...) Entrando para Faculdade de Medicina, como aluno de Farmácia, recebi da sociedade beneficente um auxílio pecuniário de 20$000. Por outro lado eu tinha alguns alunos de primeiras letras e sobretudo, recebia casa e comida de graça do meu colega Sebastião Catão Callado. Assim vivi durante três anos, até que em 1874 conclui o curso de Farmácia (Gazeta da Tarde, 29/05/1884, p.1)

Em 1881, José do Patrocínio casou-se com Maria Henriqueta, filha do capitão Emiliano Rosa de Sena, que o ajudou financeiramente na compra da Gazeta da Tarde. Antes de casar-se, José do Patrocínio frequentava assiduamente o Clube Republicano de São Cristóvão.

> José do Patrocínio procurava conquistar as simpatias do pai de Bibi, homem abastado, generoso, capaz de grandes gestos. Muitos deviam até mesmo considerá-lo um tanto excêntrico, por manter as suas expensas, na Rua da Cancella, em São Cristóvão, a Escola Noturna Gratuita, tão cheia de pessoas de cor, a maioria escravos, fugidos, que a vizinhança passara a denominá-la o Quilombo da Cancela (MAGALHÃES JR, 1969, p. 92)

A Escola Noturna Gratuita da Cancella, situada em São Cristóvão, também apelidada de Quilombo da Cancela, era mantida e dirigida pelo capitão Emiliano Rosa de Sena. Fora criada por José do Patrocínio, que nela atuava como professor de primeiras letras (Gazeta da Tarde, 23 de junho de 1885, p. 2). Por meio de sorteios mensais, a Caixa Libertadora José do Patrocínio promovia a libertação de escravizados e ações em torno da conquista da cidadania:

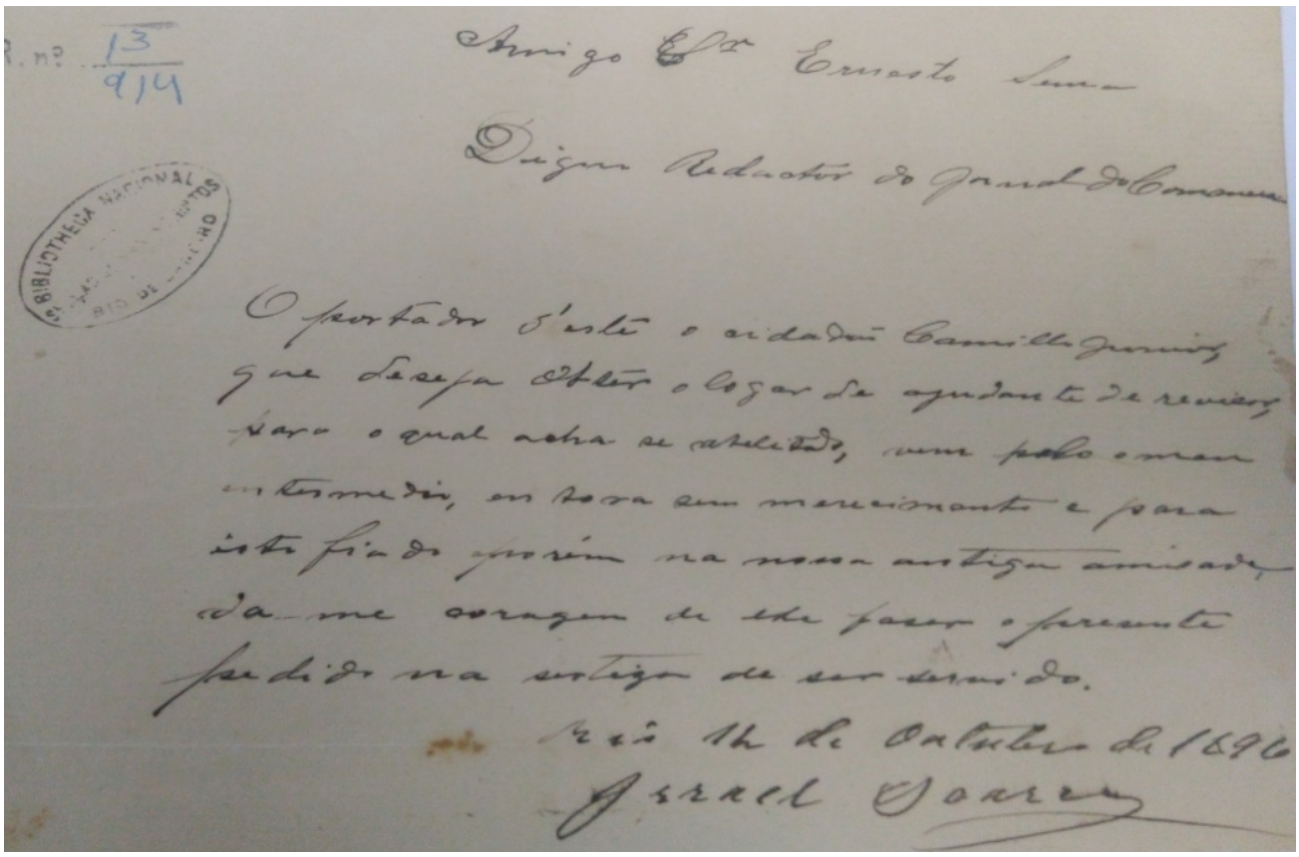
> Quase todos, ou todos os escravizados que, pela Caixa, têm sido entregues à sociedade, dela não tem saído, concorrendo até com o produto do seu trabalho, com as suas economias para tirar do cativeiro os seus companheiros, os seus irmãos pelo sangue e pelo sofrimento.
>
> Libertando homens, formando cidadãos, a sociedade tornou-se, no anseio de fazer desta pátria um país de livres, uma grande força em favor da sua reconstituição e uma esperança para aqueles que jamais tiveram o direito de ter lar e possuir família e que, hoje, à vista do muito que ela tem feito, não medem mais o seu horizonte pelo espaço estreito de uma senzala, mais sim, por essa amplidão vasta, imensa que só é dado enxergar a quem é livre (Gazeta da Tarde, 23 de junho de 1885, p. 2)

No ano seguinte, em 1886, em função das comemorações do quinto aniversário da fundação da Caixa Libertadora José do Patrocínio, "pronunciou o discurso de felicitação o Sr. Israel Soares, presidente da Caixa, e em nome das sócias, sua esposa entregou ao nosso colega um lindo ramalhete de flores artificiais, com grandes fitas branca e preta" (Gazeta da Tarde, 12/07/1886, p.1). Na mesma cerimônia, um representante dos operários proferiu um discurso, solicitando a José do Patrocínio que fizesse da causa dos operários nacionais um prolongamento da campanha abolicionista, pois, "somos milhares de indivíduos, disse ele, uma força que foi crescendo sem que ninguém se apercebesse e que já hoje pôde servir para impulsionar e muito o movimento democrático, porque vós bem sabeis que quem diz operário diz democracia" (Gazeta da Tarde, 12/07/1886, p.1). O operário Antonio Soares, filho de Israel Soares, encerrou a cerimônia recitando uma poesia em homenagem ao pai e ao "sentimento abolicionista com a intensidade do amor à liberdade longamente represo" (Gazeta da Tarde, 12/07/1886, p.1).

Para Ernesto Sena, o nome de Israel Soares deveria figurar entre aqueles tidos como "grandes vultos dessa gloriosa jornada da liberdade, onde figuram José do Patrocínio, Luiz Gama, André Rebouças, Ferreira de Menezes, Miguel Dias e outros defensores da sua raça" (SENA, 1983, p. 145).

Em 1900, Israel Soares concedeu sua narrativa de vida ao amigo Ernesto Sena. Todavia, a amizade entre Ernesto Sena e Israel Soares é perceptível em outros documentos, dentre os quais,

um bilhete datado de outubro de 1896, no qual Israel Soares pediu "ao amigo Ernesto", o emprego para a vaga de ajudante de revisor em favor de Camilo Junior.



(Bilhete de Israel Soares a Ernesto Sena. *Manuscritos*, Biblioteca Nacional, 12/10/1896)

Ernesto Sena faleceu em 1913. Sua morte causou grande comoção, com muitas homenagens prestadas nos órgãos da imprensa. Com emocionadas palavras, Israel Soares também se despediu do amigo:

> Por ocasião de descer o corpo à sepultura, o Sr. Israel Soares, provedor da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, pronunciou algumas palavras de reconhecimento e de saudade. De saudade ao amigo bom, dedicado e prestimoso dos simples e dos humildes, de gratidão e reconhecimento pelo muito que ele fez em favor da abolição da escravatura no Brasil. As palavras do velho Israel Soares comoveram fundamente quantos viram descer o corpo de Ernesto Senna à sepultura (Jornal do Commercio, 24/10/1913, p. 3)

Causas no pós-abolição

No período pós-abolição, o nome de Israel Soares continuou a figurar nas páginas de diferentes jornais, evidenciando o envolvimento dele em causas diversas, como na preservação da memória da Abolição, nas comemorações em torno do 13 de maio:

> O nosso amigo Israel Soares, o glorioso presidente da Caixa Libertadora José do Patrocínio, reuniu no dia 10 à noite, em casa de sua residência, à rua de S. Luiz Durão, n. 75, diversos amigos e famílias do seu conhecimento, para festejar o aniversário da Lei Áurea de 13 de maio. A festa começou pela inauguração do retrato da Excelsa Princesa D. Isabel, a Redentora, sendo por essa ocasião recitadas diversas poesias, achando-se presente ao ato para que foi expressamente convidado o nosso amigo capitão Senna, que proferiu uma alocação. Seguiu-se um modesto lunch e soirée que terminou à hora adiantada da noite, reinando sempre o maior entusiasmo e cordialidade entre todos os abolicionistas presentes (Cidade do Rio, 16/05/1889, p. 2)

É interessante observar a exaltação em torno da figura da Princesa Isabel, representada como "a Redentora", construção endossada por abolicionistas como André Rebouças e José do

Patrocínio (SILVA, 2003, p. 36). Já a instituição do 13 de Maio como feriado nacional, ocorreu em 1890, constituindo o calendário oficial do país até final de 1930, quando Getúlio Vargas extinguiu a data como feriado nacional. Durante este período, as comemorações se "revestiam apenas de um sentido cívico, nacionalista e laudatório dos abolicionistas e da Princesa. Momento singular de construção de uma memória coletiva, a efeméride concomitantemente servia para manter vivas as lembranças da escravidão na sociedade brasileira" (DOMINGUES, 2011, p. 25).

Além do caráter cívico-nacional, as comemorações em torno do 13 de Maio ganharam conotações religiosas, explicitando a complexidade da construção da memória em torno da causa pela liberdade:

> 13 de maio
>
> A venerável Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e S. Benedito torna, de ano para ano, mais solene a comemoração de 13 de maio. A festa tem sempre duas feições, religiosa e cívica, levantando assim a alma e o coração daqueles que tiveram a honra de aquinhoar-se com o glorioso trabalho da Abolição. Da festa religiosa já demos notícia nestas colunas; só nos resta dizer o que foi a sessão solene da Venerável Irmandade (Cidade do Rio, 15/05/1902, p. 1)

A figura de Israel Soares, membro ativo da Irmandade do Rosário e S. Benedito, seguiu na liderança das ações na luta pela liberdade e procurou reunir diferentes profissionais, dentre os quais, professores, advogados, jornalistas, historiadores. Nomes como Soares Dias e Sabino Santos faziam parte desse rol.

Merece ênfase a participação de destacados homens negros, por exemplo, o "Sr. Dr. Sabino Santos Junior é recebido por uma salva de palmas. Orador, de forma primorosa, vem fazer o elogio da mais poderosa das qualidades da sua raça, a raça negra: a resignação". As ideias de luta e resistência permanecem como um sentido do 13 de Maio, uma vez que "não passou ainda para os negros a fase do sofrimento; ainda perdura o cativeiro moral e não é menos áspero que o calvário que ele de novo aponta a raça mártir". Todavia, apesar da defesa na resistência, a defesa da resignação da "raça negra" faz parte de certo movimento de conciliação, no tempo presente:

> É preciso, pois, cultivar com o melhor do espírito e do coração o sentimento criador da raça negra: a resignação, que dá ao pensamento a calma e a energia para arrastar as injurias sociais. Cultiva-se a resignação pelo estudo e pela prática das virtudes cristãs, o orador congratula-se com a Irmandade do Rosário por ver que ela tem no seu próprio templo uma escola, onde as novas gerações aprendem com amor à humanidade as tradições dolorosas, mas épicas, de sua raça. O negro há de vencer, prova entre aclamações o brilhante orador com a sua arma sagrada: a resignação, levantando contra os seus inimigos o livro e a cruz do Nazareno (Cidade do Rio, 15/05/1902, p. 1)

O professor negro Soares Dias também participou dos festejos de 13 de Maio, e também conclamou a conciliação entre a causa do negro com as causas nacionais:

> O seu discurso terminou por um exame das datas nacionais. Três são verdadeiramente populares, o 13 de Maio, o 7 de setembro Setembro e o 15 de Novembro, que formam a pedra angular de nossa nacionalidade, sobre a qual se assentou o edifício de fraternidade e amor, em que se pontifica o nosso progresso. Coberto de aplausos, deixa a tribuna o professor negro (Cidade do Rio, 15/05/1902, p. 1).

O advogado negro Dr. Monteiro Lopes foi outro que também palestrou. Lembrou a importância de seguir lutando pela conquista da igualdade:

> O ilustre advogado negro vem hoje, como em todos os aniversários do 13 de maio, abrir o coração entre os seus irmãos. Nem tudo está feito, apesar da grandeza da data, em cuja comemoração se associam todas as raças do Brasil. A escravidão passou; a tempestade acabou, é certo, mas ao cativo sobreviveu o preconceito de cor, que a ressaca da escravidão (prolongados aplausos). Para essa nova companhia concita as dedicações que se imortalizaram na campanha abolicionista e principalmente do general do 13 de maio, José do Patrocínio. É preciso acabar de dissipar de toda a treva, em que a sociedade tateia, a noite do preconceito, que não deixa ver em toda a pureza o clarão de fraternidade que a 13 de maio se anunciou. À raça negra ainda não foi restituída inteiramente o direito

> que ela tem à vida social: o preconceito ai está ainda a fechar-lhe o caminho da igualdade (Cidade do Rio, 15/05/1902, p. 1)

A fala proferida por José do Patrocínio Filho destacou a importância de preservação da memória dos ditos "mártires" da liberdade:

> Não pense que a raça negra deva continuar a viver de pedir misericórdia: o que ela deve fazer é retemperar-se com o orgulho do serviço que tem prestado à humanidade. As letras de que se orgulha a civilização ocidental pertenceram primeiro aos negros: a Etiópia aclama para si o primeiro brilho da civilização, na tradição bíblica. Não faz política, mas arte, e é sob este ponto de vista que quer encarar a questão da sua raça. Literalmente, 3 negros constelam a mentalidade brasileira. Tobias Barreto, Cruz e Souza e Guterrez, este ainda desconhecido, dão luz para ofuscar quanto as outras raças tenham produzido no Brasil. Raça, que tem tal trindade, não pede, trabalha, não chora, reage (Cidade do Rio, 15/05/1902, p. 1)

Por fim, Antonio Soares, "herdeiro do nome e da glória de Israel Soares, canta o martírio de sua raça e exalta os propagandistas da abolição, com comovedora eloqüência, sendo coberto de aplausos em todo o decurso de sua oração" (Cidade do Rio, 15/05/1902, p. 1).

As irmandades de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito também faziam suas homenagens, realizando missas "pela alma dos cativos", com a presença de "muitas famílias da nossa sociedade, elevado número de homens e mulheres de cor". Além das missas, havia solenidades com discursos em torno da memória de importantes abolicionistas, com ativa presença de um já idoso Israel Soares:

> Em primeiro lugar falou o Dr. Israel Soares Junior, sobre a figura de José do Patrocínio; o Sr. João Amazonas saudou os gabinetes de sete e dez de Março, que elaboraram a lei do Ventre Livre; o Dr. Clodoaldo Lopes, que se referiu à fase histórica do abolicionismo; o padre Olympio de Castro, que recordou os serviços prestados pelo clero brasileiro à causa patriótica e humanitária; o Sr. Vicente Nunes, que exaltou o valor patriótico da raça negra, e o Dr. Jeronimo de Carvalho que, salientando os serviços prestados pelo Dr. Ennes de Souza à causa abolicionista, convidou todos os homens de cor a comparecerem ao ato da sua posse no cargo de Diretor da Casa da Moeda. Eram mais de 3 horas da tarde, quando o velho abolicionista Israel Soares declarou encerrada a sessão. Foram levantados os vivas a Luiz Gama, Macedo Soares, Segurado, José do Patrocínio, Clapp, Joaquim Nabuco e outros batalhadores da causa da abolição no Brasil. O busto do Dr. Vicente de Souza, no cemitério de São João Batista recebeu a visita de uma grande romaria composta de amigos e admiradores do Dr. Vicente de Souza, cujo busto foi inaugurado no túmulo que ali foi levantado para recordar a memória do nosso saudoso morto. Associaram-se a essa homenagem várias famílias, elevado número de cavalheiros (Jornal do Commercio, 14/05/1913, p. 2)

As dimensões cívico-religiosas e a intensa participação de Israel Soares à frente da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito se mantiveram presentes também no ano de 1915. Uma vez mais, após as cerimônias religiosas, ocorreu a sessão cívica:

> Abrindo-a, o juiz da irmandade, Sr. Israel Soares pronunciou sentidas palavras, recordando os companheiros já falecidos, das lutas pela abolição na qual ele tomou parte ativa e tenaz. Prestou homenagens aos sobreviventes da jornada, citando-lhes os nomes e evocando o entusiasmo e sinceridade com que contribuíram para que contasse a história pátria o grande dia redentor, feito pacatamente, entre flores e geral contentamento. Depois disso, concedeu a palavra ao Dr. Ennes de Souza, velho abolicionista, que narrou interessantes pormenores desse tempo, lembrando os seus companheiros Patrocínio, o grande jornalista da causa, André Rebouças, a quem coube a glória de ter levado a propaganda para a tribuna popular, Nabuco, a iniciativa parlamentar e, entre os vivos, João Alfredo, impedido de estar presente. Falaram ainda o Padre Olympio de Castro, Evaristo de Moraes e o professor Vicente Nunes Ferreira (A Noite, 13/05/1915, p. 2)

Além da intensa participação na irmandade religiosa e nas comemorações em torno do 13 de Maio e da preservação da memória dos abolicionistas, outra bandeira bastante presente durante toda a trajetória de Israel Soares foi o combate ao preconceito de cor, algo que preocupava Israel Soares. Na narrativa de si, confere especial atenção à irmã mulata, liberta pela mãe e que gerou filhas e filhos brancos:

> Tenho sobrinhos e sobrinhas tão brancas que sabem que são mulatas porque têm tio preto. Tenho uma sobrinha casada com um mulatinho nas mesmas condições, mas neste ponto sou feliz, nunca vi neles o menor vislumbre de preconceito, pelo contrário, todos me respeitam e me dão o lugar de chefe supremo da família (SOARES, In: SENA, 1983, p. 141)

Na luta contra o preconceito, Israel Soares integrou a comissão que, em 1910, enviou um manifesto ao presidente da República, exigindo a punição para o caso de preconceito de cor envolvendo uma mulher negra, impedida pelo comandante do paquete Rio de Janeiro, do Lloyd Brasileiro de prosseguir viagem em função da intolerância a sua cor:

> Presidente da República. O povo, reunido em grande número, e na sede da União dos Estivadores, protesta energicamente contra o ato procedente do comandante do vapor Rio de Janeiro, fazendo desembarcar em Recife uma mulher, simplesmente por ser de cor, e em obediência a exigências de passageiros norte-americanos. Foram ouvidos muitos oradores, que foram calorosamente aplaudidos. Esperam que V. Ex., supremo magistrado da Nação, faça punir com severidade o autor de tão nefasto atentado.
>
> A comissão: Israel Soares, Tenente Alfredo Sampaio, Dr. Pedro Mateus, Wenceslau Barcelos, Antonio de Menezes, Dr. Jeronimo Cerqueira, Hilario Jovino Ferreira e Baltazar Reis (Correio da Manhã, 5/11/1910, p. 2)

O caso Lloyd ganhou repercussão e mereceu notas em diferentes jornais do período:

> Está ainda latente no espírito público o caso de ter sido expulsa do vapor "Rio de Janeiro", do Lloyd Brasileiro, uma senhora de cor que viajava em primeira classe. Essa senhora, D. Ignez Acioly da Silva, veio ontem, a esta redação, acompanhada pelos Srs. Antonio de Menezes, Wenceslau Barcellos, Dr. Israel Soares, Salustiano Luiz da Costa, José Rufino dos Santos, Balthazar José dos Reis, Pedro Matheus Junior, Alfredo Felix Pereira, Dr. Jeronimo de Carvalho e Sebastião Silva. D. Ignez veio, antes de tudo, agradecer-nos a atitude que tomamos, por ocasião de ser discutido o fato em que se viu envolvida e também nos relatar de viva voz.
>
> Disse-nos que, tomando passagem de 1ª classe, fora para bordo do "Rio de Janeiro" na tarde do dia 31 do mês passado. O seu bilhete de passagem marcava-lhe o camarote n.3, para onde um criado de bordo a conduziu. Nesse camarote, porém, estavam três senhoras norte-americanas, que peremptoriamente se negaram a deixá-la permanecer com elas. Diante disso, o criado conduziu-a ao camarote n. 4, onde, entretanto, havia também um casal yankee.
>
> Repetiu-se a mesma cena. Mas, desta vez, D. Ignez negou-se a abandonar o camarote a que a sua passagem lhe dava direito. Sobreveio a hora do jantar; D. Ignez foi para a mesa e ali, à sua chegada, vários americanos que aí se achavam, levantaram-se acintosamente. Todavia, D. Ignez deixou-se estar e jantou. Mais tarde, porém, o imediato do vapor veio falar-lhe em nome do comandante. Convidava-a a passar para a segunda-classe, visto como a alguns passageiros repugnava tê-la entre si.
>
> D. Ignez, naturalmente, negou-se a passar para a segunda-classe, tendo pago passagem de primeira. Fizeram-lhe então, uma última proposta: ficaria no camarote, sem vir à mesa, nem ao convés. E D. Ignez negou-se ainda, retrucando que estava num vapor brasileiro, que era brasileira e não tinha moléstia contagiosa que tornasse perigoso o seu convívio com os demais passageiros.
>
> À vista disso, cedendo às solicitações dos norte-americanos que se achavam a bordo, o comandante fê-la desembarcar, sem malas, atabalhoadamente, às 9 e 30 horas da noite.
>
> Com a sua viagem toda prejudicada, D. Ignez teve de esperar dois dias pelo vapor Goyas que a trouxe a esta capital. (A Imprensa, 15/11/1910, p. 7)

O caso de "preconceito de cor" no vapor evidencia o engajamento de Israel Soares em torno da luta pela igualdade em tempos de pós-abolição.

Os descendentes de Israel Soares: filho operário, filho doutor

Uma questão importante é se os filhos de Israel Soares nasceram escravos. A partir da data de nascimento de Antonio Israel Soares, é possível afirmar que sim, uma vez que nesse tempo, em

17/11/1869, tanto a mãe como o pai eram cativos. Antonio Israel Soares esteve presente nas ações do pai em torno da Abolição e, ainda muito jovem, o filho de Israel Soares se engajou na causa operária. "Completa hoje 23 primaveras o modesto operário Antonio Israel Soares. Um amigo" (O Paiz, 17/11/1892, p. 3).

Antonio Israel Soares também foi presidente do Partido Operário Socialista no ano de 1895 (Cidade do Rio, 14/10/1895, p. 1) e promovia atividades diversas, dentre as quais conferências sobre os direitos dos trabalhadores, o direito ao voto, etc. "Centro Popular. Rua do Espírito Santo, n. 15. Hoje, 21, às 7:30 horas da noite, efetuará neste centro uma conferência o nosso companheiro Antonio Israel Soares. Tese: O direito ao voto (Jornal do Brasil, 21/05/1894, p. 4)". A luta no combate às fraudes eleitorais foi outra bandeira de intenso engajamento de Antonio Israel Soares:

> Os Srs. Antonio Israel Soares e Antonio Gentil de Oliveira Bueno Parrot estiveram na redação do Jornal do Brasil, a fim de mostra-nos um título de eleitor, que nos disseram ser falso, pertencente ao Sr. A. de Castro Brasil, que com ele votou e serviu de fiscal na Gavea, na 11ª seção (Jornal do Brasil, 6/2/1899, p. 1)

Israel Soares teve uma grande tristeza em 1902, pois o engajado filho, o operário negro Antonio Israel Soares, nascido na escravidão, faleceu jovem, aos 33 anos. A notícia foi divulgada em alguns jornais, com destaque para as missas realizadas pela Irmandade de N. S. do Rosário e S. Benedito da Capital Federal:

> Antonio Israel Soares
>
> De ordem da mesa administrativa, convido os parentes e amigos do inditoso Antonio Israel Soares, filho do juiz de São Benedito, Israel Antonio Soares, bem assim, todos os irmãos desta irmandade, para assistirem à missa do trigésimo dia de se falecimento, que será celebrada com libera-me, sexta-feira, 3 do corrente (Jornal do Brasil, 01/10/1902, s/p)

O outro filho de Israel Antonio Soares, que também teve certa notoriedade nas páginas dos jornais, foi Israel Antonio Soares Junior. Não se sabe se nasceu escravo. Caso tenha nascido após 1871, nasceu livre. Israel Antonio Soares Junior ainda teve intensa participação em questões sociais da época. Integrou o Centro Cívico Moreira Lopes, que em parceria com a Federação Operária promovia palestras e cursos noturnos para os trabalhadores (O Paiz, 24/12/1910, p. 7).

Israel Antonio Soares Junior formou-se médico, após a defesa da tese Estudo crítico do tratamento das fraturas da rótula, trabalho aprovado com distinção pela Congregação da Faculdade. Médico, abriu o seu consultório no bairro de São Cristóvão (RJ), onde também residia.



(Foto: *A imprensa*, 19/08/1913)

Israel Antonio Soares Junior faleceu jovem, "em sua residência, à rua Alves Monte, em São Cristovão, o Dr. Israel Soares Junior, filho do Sr. Israel Soares, juiz da irmandade de Nossa Senhora do Rosário. O extinto deixa viúva e três filhinhos" (O Imparcial, 14/08/1913, p. 6). O velho Israel Soares enterrou outro um filho, agora no ano de 1913.

> Dr. Israel Soares Junior
>
> Marietta Faria Soares e filhas, Israel Antonio Soares e senhora, Celestino Gomes, senhora e filhos, Sizinio Lourenço de Faria, senhora e filhos, Andreza Gonçalves, filhos e mais parentes agradecem a todos que tiveram a bondade de acompanhar na dor que as acabrunha, não só acompanhando a última morada dos restos mortais de seu finado esposo, pai, filho, cunhado, irmão, genro, tio, afilhado Dr. Israel Soares Jr, como também assistindo às missas de 7 dia. (A Imprensa, 12/9/1913)

O falecimento do jovem médico foi bastante noticiado pela imprensa local:

> Dr. Israel Soares Junior
>
> Eis um nome que talvez viesse a atingir à celebridade nos domínios da ciência, se um golpe brutal da Parca não lhe houvesse tão cedo arrebatado a vida. De origem humilde, tendo a cor própria dos descendentes da raça africana, o Dr. Israel Soares, cuja maior aspiração era formar-se em medicina, para que tinha decidida inclinação, conseguiu, com grandes sacrifícios, obter o desejado diploma (...). Após a sua formatura em Medicina, o que vale dizer após a realização do seu mais caro ideal, o Dr. Israel Soares, cujo diploma representava bem uma série ininterrupta de esforços, não teve, infelizmente, senão pouco tempo de vida. A morte não lhe permitiu colher os frutos dos sacrifícios realizados com prazer para fazer-se homem. O pouco tempo que viveu bastou-lhe, porém, para, pelo talento e a cultura científica que possuía, como pela franca inclinação que tinha para a carreira médica, deixar um nome que todos acatarão sempre como o de um competente. Por motivo do seu recente falecimento, a Irmandade de S. Benedito e Rosário faz celebrar hoje, às 9 horas, missas em todos os altares da igreja (A Imprensa, 19/08/1913, p. 4)

No ano de 1916, Israel Soares contava com 73 anos e já tinha enterrado muitos amigos abolicionistas, dentre os quais, José do Patrocínio e Ernesto Sena. Também se despediu cedo de dois filhos, que faleceram jovens. Ao longo dos 73 anos, ainda na condição de cativo, engajou-se na luta pela liberdade. Como livre, seguiu lutando para a libertação de outros tantos; inclusive, obteve a alforria da esposa Antonia. Na irmandade religiosa católica, seguiu promovendo ações e atividades na luta pela igualdade. Faleceu no dia 21 de maio de 1916, após celebrar mais um aniversário do fim da Escravidão no Brasil. A morte do "velho abolicionista" rendeu inúmeras homenagens, com destaque para a presença de representantes das irmandades religiosas; bem como amigos: o Barão de Mello, Fabio Luz, Pedro Couto, Ennes de Souza, Stockel e Maximino Maciel. Os jornais noticiaram as homenagens prestadas a Israel Soares:

> Homenagem cívica
>
> Com extraordinária concorrência, teve lugar na sede do Centro Cívico Sete de Setembro a sessão glorificadora da memória do velho abolicionista Israel Soares, presidida pelo Barão Homem de Mello. Iniciou os trabalhos um breve discurso do diretor do Centro, inaugurando um artístico retrato do saudoso abolicionista. Em seguida usou da palavra o Dr. Pedro do Couto, orador oficial da solenidade, que produziu substanciosa peça oratória, que comoveu o auditório presente (...). A sala achava-se devidamente ornamentada e bem assim o retrato, com uma artística instalação de luz elétrica de cor roxa.
>
> Grande número dos velhos abolicionistas e dos homens notáveis levaram o concurso de sua presença às homenagens de Israel Soares, inclusive a sua digna esposa, que se fez acompanhar da viúva José do Patrocínio. O Sr. Presidente da República conservou-se ontem nos seus aposentos particulares, no palácio do Catete (Gazeta de Notícias, 29/05/1916, p. 2)

É interessante que não há menção ao fato de Israel Soares ter nascido escravo. Apenas à memória do "velho abolicionista" que lutou pela causa de liberdade:

> Na sede social do Centro Cívico Sete de Setembro, realizou-se hoje às 8 horas da noite, a sessão cívica em homenagem à memória de Israel Soares, um dos renomados abolicionistas, na quadra mais eficaz da propagada e que faleceu há

> poucos dias nesta capital. A sessão será presidida pelo Dr. Ennes de Souza, sendo orador oficial o conhecido tribune e homem de letras Dr. Pedro do Couto (*Gazeta de Notícias*, 27 de maio de 1916, p. 5)

Sujeito de ação e de poucas palavras, Israel Soares não foi um "homem de letras". Fazia parte de uma interessante rede de sociabilidade. Todavia, se entre os pares da época obteve o reconhecimento como "renomado abolicionista", foi esquecido ou ignorado por parte da historiografia sobre o tema no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De escravo a abolicionista, a trajetória de Israel Antônio Soares fez parte do movimento de lutas pela liberdade e pela igualdade no Brasil. A partir do estudo da trajetória deste ativista, torna-se necessário problematizar a própria ideia de um abolicionismo de elite (ALONSO, 2016), para além de nomes de homens brancos, como Joaquim Nabuco e Rui Barbosa, dentre outros. Estudos diversos sinalizam para a rica composição do abolicionismo no Brasil, com destaque para a atuação de homens negros, a exemplo de José do Patrocínio, Luiz Gama, Ferreira de Menezes, somente para citar alguns (PINTO, 2014).

Já em relação à experiência dos libertos, por caminhos diferentes, há estudos que partem de diferentes fontes (manuscritos, em grande parte) e que procuram dar visibilidade à trajetória de sujeitos que, nascidos escravos, ascenderam socialmente por meio da educação (MAC CORD, 2014).

Por fim, D. Antonia Soares enterrou os dois filhos. Em 1916, tornou-se viúva do velho abolicionista Israel Soares. Sob os olhos de Antonia Soares e dos descendentes de Israel Soares, muitas lutas, tristezas e esperanças. Silêncio!

NOTAS

[1]Ver: http://www.baquaqua.com.br/

[2]Ernesto Sena nasceu no Rio de janeiro no dia 22 de setembro de 1858 e faleceu em 19 de outubro de 1913, foi coronel da guarda nacional e redator de jornal (Fonte: SENA, 1983).

Fontes

Periódicos

A Noite, 13/05/1915.

A Imprensa, 15/11/1910.

Cidade do Rio, 16/05/1889.

Cidade do Rio, 15/05/1902.

Correio da Manhã, 5/11/1910.

Gazeta da Tarde, 11/05/1882.

Gazeta da Tarde, 20/06/1884.

Gazeta da Tarde, 11/02/1884.

Gazeta da Tarde, 14/05/1883.

Gazeta de Notícias, 5/07/1881.

Gazeta de Notícias, 29/05/1916.

Jornal do Commercio, 24/10/1913.

Jornal do Brasil, 21/05/1894.

O Paiz, 17/11/1892.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Angela. *Flores, votos e balas*. São Paulo: Cia das Letras, 2016.

ALVES, Isaías. *Vida e obra do Barão de Macaúbas*. Rio de Janeiro, 1936.

ALVES, Uelinton Farias. *José do Patrocínio: a imorredoura cor do bronze*. Rio de Janeiro: Garamond/Biblioteca Nacional, 2009.

AZEVEDO, Elciene. *Orfeu de Carapinha: A trajetória de Luiz Gama na imperial cidade de São Paulo*. Campinas, Ed. da Unicamp, 1999.

CASTELNAU, Francis de. *Entrevistas com escravos africanos* na Bahia oitocentista. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.

CORD, Marcelo Mac. Antonio Benvenuto Cellini: a trajetória de um escultor da escravidão à liberdade. Recife/Rio de Janeiro, século XIX. *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, v. 8, 2014, pp. 1-30

DOMINGUES, Petrônio. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 31, nº 62, p. 19-48 – 2011.

DOUGLASS, Frederick. *Narrative of the Life of Frederick Douglass, an American Slave*. BOSTON: PUBLISHED AT THE ANTI-SLAVERY OFFICE, 1845.

ENGEL, Magali. Preto Cosme. In: VAINFAS, Ronaldo. *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002, pp.590-591.

FERREIRA, Higor. O protagonismo social de professores negros da corte na produção de experiência escolares independentes (Rio de Janeiro, século XIX). *Anais do XXVII Simpósio Nacional de História*, ANPUH, 2013.

JACOBS, Harriet. *Incidentes na vida de uma escrava, contados por ela mesma*. Rio de Janeiro, Campus, 1988.

MACHADO, Humberto. Imprensa e abolicionismo no Rio de Janeiro. *Anais do XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA* – João Pessoa, 2003.

_____. *Palavras e brados: José do Patrocínio e a imprensa abolicionista do Rio de Janeiro.* Niterói, EDUFF, 2014.

MAGALHÃES JUNIOR, Raimundo. *A vida turbulenta de Jose do Patrocínio*. Rio de Janeiro: Sabiá, 1969.

MAESTRI FILHO, Mario José. *Depoimento de escravos brasileiros.* São Paulo: Ícone Editora, 1988.

MOURA, Clovis. *Dicionário da Escravidão Negra no Brasil*. São Paulo: EdUSP, 2004.

PESSANHA, Andrea. *Da abolição da escravatura à abolição da miséria.* Rio de Janeiro: Quartet, 2005.

PINTO, Ana Flavia & CHALHOUB, Sidney. *Pensadores negros, pensadoras negras*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2016.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. *Fortes laços em linhas rotas: literatos negros, racismo e cidadania na segunda metade do século XIX*. Campinas: Tese (Doutorado em História), UNICAMP, 2014.

_____. *De pele escura e tinta preta: a imprensa negra do século XIX* (1833-1899). Brasília: Dissertação (Mestrado em História), UnB, 2006.

RIOS, Ana Lugão; MATTOS, Hebe. *Memórias do cativeiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

SANTOS, Antônio Carlos dos. *Os músicos negros. Escravos da Real Fazenda Santa Cruz no Rio de Janeiro (1808-1832)*. São Paulo: Annablume, FAPESP, 2009.

SANTOS, Cláudia Andrade dos. Projetos sociais abolicionistas: ruptura ou continuísmo? In: REIS, Daniel Aarão. *Intelectuais, história e política (séc. XIX e XX)*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000.

SENA, Ernesto. *Rascunhos e perfis*. Brasília: UnB, 1983.

SCHUELER, Alessandra. Trajetórias cruzadas e ação docente em luta por educação: André

Rebouças, José do Patrocínio e Manuel Querino. In: Marcus Vinícius Fonseca; Surya Aarovich Pombo de Barros. (Org.). *A História da Educação dos Negros no Brasil.* 1ed.Niterói: EDUFF, 2016, v. 0, p. 191-216.

SILVA, Ana Carolina Feracin da. *De 'papa-pecúlios'a tigre da Abolição: a trajetória de José do Patrocínio nas últimas décadas do século XIX*. Campinas: Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual de Campinas, 2006.

SILVA, Eduardo. *As camélias do Leblon e a abolição da escravatura. Uma investigação de História Cultural*. São Paulo: Cia das Letras, 2003.

SOUZA, Maria Cecilia. Preto no branco: a trajetória de escritor de Luiz Gama. In: VIDAL, Diana & HILSDORF, Maria Lucia Spedo. *Brasil 500 Anos. Tópicas em História da Educação*. São Paulo: EdUSP, 2001, pp. 97-115.

THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa III*. A força dos trabalhadores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

WASHINGTON, Booker T. *Memórias de um negro.* Traduzido por Graciliano Ramos. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940.

FEDERALISMO, CORONÉIS, REVOLUÇÕES E POLÍTICA: O CORONELISMO EM MATO GROSSO DURANTE A PRIMEIRA REPÚBLICA BRASILEIRA (1889-1930)

Lauro Virginio de Souza Portela
Superintendência de Arquivo Público (SAP/SEGES)
Historiador, Cientista Social e Mestre em História pela
Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)
laurosouza@gestao.mt.gov.br

RESUMO

Este artigo propõe nova definição de coronelismo, analisando a estrutura política de Mato Grosso durante a Primeira República (1889-1930). Após a queda da monarquia, em 1889, o federalismo adotado ocasionou a emergência dos poderes locais. A nova realidade política brasileira encontrou na Guarda Nacional seu principal instrumento de controle eleitoral efetuado por coronéis – a mais alta patente da milícia. Durante a Presidência de Campos Salles (1898-1902), foi instaurada a "política dos governadores", que deslocou as disputas políticas para os estados, estabilizando a República, contudo, criando condições para as disputas violentas entre facções políticas estaduais. Metodologicamente, as noções de figuração, teias de interdependências e equilíbrio das tensões de Norbert Elias foram fundamentais para compreensão dos novos quadros de pressões sobre os indivíduos envolvidos numa política marcada pela inexistência de partidos de âmbito nacional.

Palavras-chave: Coronelismo. Primeira República brasileira. Federalismo

ABSTRACT

This article proposes a new definition of colonelism, analyzing the political structure of Mato Grosso during the First Brazilian Republic (1889-1930). After the end of the monarchy, in 1889, the adoption of federalism brought to the fore state political leaders. The new Brazilian political reality found in the National Guard its main instrument of electoral control carried out by colonels - the highest rank of this militia. During the Presidency of Campos Salles (1898-1902), the "governors' policy" was established, which displaced political disputes to the states, stabilizing the Republic, however it create conditions for violent disputes between state political factions. Methodologically, Norbert Elias's notions of configuration, interdependence webs, and balance of tensions were central to understanding the new frameworks of pressure on individuals involved in a political structure marked by the absence of national parties.

Keywords: Colonelism. First Brazilian Republic. Federalism.

REVISTA ELETRÔNICA DOCUMENTO 21 MONUMENTO
REDM
NDIHR
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICA REGIONAL NDIHR

INTRODUÇÃO

Meu objetivo neste artigo é desenvolver alguns pontos chaves a respeito da Primeira República brasileira (1889-1930) e, principalmente, do coronelismo – fenômeno característico do período. Serão trabalhados, portanto, os aspectos mais característicos dessa quadra histórica: o federalismo emergente a partir do abandono do centralismo monárquico, a 15 de novembro de 1889; a rotinização orquestrada pelo Presidente da República Campos Salles (1898-1902) consagrada posteriormente como "política dos governadores"; e, por fim, a Guarda Nacional como sua principal força eleiçoeira nos estados, particularmente Mato Grosso.

No entanto, gostaria de começar minha exposição pelo folclore político nacional acerca da Primeira República: povoada de coronéis do interior do Brasil; todos vestindo casaca, de trato rude, bigode sisudo, com sotaque "caipira", proprietários de grandes extensões de terra, com "pencas" de agregados e responsáveis pelo roubo dos falidos municípios sertanejos. Os adjetivos vão longe, e preencheriam facilmente muitas páginas.

Esta imagem do coronel foi consagrada na literatura brasileira por Jorge Amado em sua obra já clássica *Gabriela, Cravo e Canela* (JORGE AMADO, 1998). Publicado em 1958, o livro tem como cenário a cidade baiana de Ilhéus dos anos 1920 (bem como os caprichosos predicados do corpo de Gabriela, que tem o perfume de cravo e cor de canela) e contrasta, entre outros, dois tipos de coronéis, principalmente: um, o coronel Bastos, é o típico "machão", controlador, impetuoso e com visão estreita para os negócios; o outro, Mundinho Falcão, é seu oposto com uma visão política mais adiantada, liberal e voltada para o progresso econômico da região cacaueira baiana. Mas, além da beleza de Gabriela, da ousadia das damas do Bataclan, das dores cornas do todo poderoso coronel Jesuíno e do Nacib Saad, bem como das artimanhas machistas de que os dois lançaram mão para não cair na desgraça da chacota social – um recorrendo ao assassinato da esposa adúltera e seu amante, o outro à anulação do casamento, sem perder seus desejos por Gabriela –, o ponto central eram as obras de drenagem na barra para a construção de um porto. Estas obras opunham o "velho" – representado pelo coronel Bastos –, e o "novo" – representado por Mundinho Falcão. No fim, o "novo" vence: as obras do porto se adiantam, Mundinho se elege deputado federal e o coronel Jesuíno se torna o primeiro caso de condenação de um marido que havia matado a esposa.

O romance de Jorge Amado tem um ponto de vista que enfatiza o clã familiar e as relações políticas dele advindas. Seguindo a discussão de José Murilo de Carvalho (2005b) em *Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual*, está bem próximo da tradição "feudalista" da literatura política brasileira. Nestor Duarte (1997) e sua obra *A Ordem Privada e a Organização Política Nacional*, de 1939, é o maior representante desta tradição. Para o autor há uma relação contraditória entre a ordem privada, baseada na família patriarcal, compreendendo tantos os membros consanguíneos como os agregados e escravos, e o Estado, que "há de resignar-se a viver dela e a apoiá-la" (DUARTE, 1997, p. 71). Defende-se, deste modo, a visão rural da organização social brasileira, visão esta bastante explícita no livro *Populações meridionais do Brasil. Paulistas, fluminenses e mineiros*, de Oliveira Viana (2005), lançado em 1920, para quem o latifúndio mono-cultor faz-se o centro de gravitação desta sociedade (OLIVEIRA VIANA, 2005, p. 116). Assim, o "clã rural", disperso e concentrado nos latifúndios auto-suficientes em torno do grande senhor da terra – por isso, patriarcal –, é tido como a única forma de associação desta sociedade, que arrasta consigo, inclusive, a dinâmica urbana. Portanto,

> todas essas outras formas de solidariedade social e política – os "partidos", as "seitas", as "corporações", os "sindicatos", as "associações", por um lado; por outro, a "comuna", a "província", a "Nação" – são, entre nós, ou meras entidades artificiais e exógenas, ou simples aspirações doutrinárias, sem realidade efetiva na psicologia subconsciente do povo. (OLIVEIRA VIANA, 2005, p. 345)

Essa tradição "feudalista" continuará a influenciar, entre as décadas de 1950 e 1980, autores brasileiros e estrangeiros (os brasilianistas), entre os quais aqui merece destaque Maria Isaura Pereira de Queiroz, autora de *O mandonismo local na vida política brasileira*, de 1956 (Cf. CARVALHO, 2005b, p. 140). Mas é seu artigo de 1975, *O coronelismo numa interpretação*

sociológica (QUEIROZ, 1997), que terá atenção mais detida por sua especificidade quanto ao coronelismo. Neste trabalho, a autora considera o coronelismo como um fenômeno datado, sendo uma forma assumida do mandonismo local brasileiro restrito à Primeira República. Entendendo que o mandonismo local tivera várias formas desde a Colônia, sua interpretação concentra-se, pois, nas relações de clientelismo entre o chefe político (o coronel) e aqueles que o cercam: principalmente a família, seus empregados, seus dependentes etc. O coronel era reconhecido pelos que o rodeava como chefe político, e destes dependia o seu prestígio, numa relação de troca. Ou seja, nesta sociedade em que o clã familiar predominava, o coronel era o ponto de referência social, político e econômico. Assim, hierarquicamente, os coronéis subiam dos distantes municípios, aos domínios de estados inteiros, chagando ao reconhecimento nacional que "teve em Pinheiro Machado seu representante mais acabado." (QUEIROZ, 1997, p. 156-157)

Portanto, seguindo as considerações de Nestor Duarte acerca da organização social brasileira focada na família, o coronel é o chefe de uma parentela; é, em outras palavras, a expressão do poder dentro de uma rede de relações de dominação que ultrapassa o político e atravessa a estrutura sócio-econômica, como um todo. Ainda assim, no meio político, a força de um coronel provinha dos eleitores por ele controlados direta ou indiretamente, ou através de uma família que tinha em determinado coronel o cume em sua hierarquia, mas que conseguia, por sua extensão e influência, grande número de votantes. E neste particular, o voto é algo a ser barganhado, numa relação de reciprocidade de dom e contra-dom. Não que a coerção fosse descartada, no entanto, a prestação de favores e proteção a eleitores eram mais comuns. (QUEIROZ, 1997, p. 163-164).

O que Queiroz (1997, p. 171) mais enfatiza com a troca de favores é o fato de o voto ser considerado um bem a ser barganhado. Para tanto, o coronel precisa dispor de meios para barganhar, e a fortuna pessoal é fundamental. Seja aquela conseguida através da herança (principalmente terras), do casamento ou mesmo do comércio. E, neste particular, as atividades comerciais concorriam para um maior prestígio ao coronel do que a posse de terras (QUEIROZ, 1997, p. 173-174).

Para Queiroz (1997, p. 181) a sociedade coronelística encontra sua decadência com o processo de urbanização da sociedade brasileira que, tendo se iniciado em meados do século XIX no sul do Brasil (hoje regiões sudeste e sul), principalmente nas regiões de lavoura do café e criação de gado, pôs fim à dominação política proveniente da parentela, base de sustentação do coronelismo, rompendo com os velhos laços de trocas de favores característicos do mundo rural.

Em obra anterior à Maria Isaura Pereira de Queiroz, Vitor Nunes Leal foi o primeiro intelectual a se deter sobre o coronelismo. Seu texto já clássico *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*, lançado pela primeira vez em 1949, é uma referência importante fora da tradição feudalista, seguindo uma interpretação diferente no sentido de considerar o poder público o elo mais forte da relação entre poder público-privado. Entretanto, seu objeto é a tutela dos municípios pelo Estado e como isso interferiu na estrutura política da Primeira República brasileira. Como asseverou seu principal prefaciador, Venâncio Filho (LAMOUNIER, 2001, p. 276): "O coronel entrou na análise por fazer parte do sistema".

Para Leal (1993), o coronelismo é uma relação de compromisso entre o poder privado decadente (representado pelos coronéis) e o poder público (o Estado) pouco a pouco fortalecido na mesma medida em que centraliza estruturas administrativas que historicamente estiveram nas mãos dos poderes locais: as eleições, o orçamento, o monopólio da violência etc. Compromisso este fundado na troca que é realizada entre estes dois atores: os coronéis trocam os votos que conseguiam arregimentar, em troca o Estado colocava à sua disposição empregos, cargos públicos, benefícios na distribuição da justiça nos municípios. Mas esta relação é historicamente localizada: apenas com a instituição da República, a 15 de novembro de 1889, é que é inaugurada uma base representativa ampla (todo cidadão, sem ter que comprovar renda, excetuando-se as mulheres e os analfabetos, exercia o direito de votar) num contexto de estrutura social e econômica inadequada.

Portanto, o eleitor, principalmente aquele das áreas rurais do interior do Brasil, não conta com vontade própria. Importa, pois, "a influência política dos donos de terras, devido à

dependência dessa parcela do eleitorado, conseqüência direta da nossa estrutura agrária, que mantém os trabalhadores da roça em lamentável situação de incultura e abandono." (LEAL, 1993, p. 253)

Há uma íntima ligação entre poder político e posse da terra. É a posse da terra, o latifúndio, que faz com que clientes, funcionários públicos, agregados rurais e outros fiquem a eles tutelados. Estes invariavelmente votam com ele. Seu poder político consiste, portanto, em utilizar-se de seu prestígio advindo de seu poder sócio-econômico (afinal é ele quem provê as necessidades imediatas dessa população no município) e mando para manipular o eleitorado em troca da complacência do Estado. (LEAL, 1993, p. 53-54)

É explícito que tanto para Victor Nunes Leal, quanto para Maria Isaura Pereira de Queiroz, o voto é a chave para se compreender o coronelismo. Por isso, de acordo com esses autores, era comum aos coronéis recorrerem a falseamento das eleições, na arregimentação de eleitores, na coerção para afastar os eleitores da oposição etc. E, muito embora tanto para Leal quanto para Queiroz a capacidade econômica do coronel em prestar favores seja relevante, para autores como brasilianista coreano radicado nos EUA, Eul-Soo Pang isto é irrelevante.

Em seu *Coronelismo e oligarquias. 1889-1945* – fruto de sua pesquisa sobre as disputas políticas no interior da Bahia – Pang discorda da afirmação de Leal de que a posse da terra era a base do poder dos coronéis. Segundo o autor, a afirmação de que a propriedade da terra é condição *sine qua non* para a aquisição e exercício de poder político, constitui-se num exagero. Na realidade, durante a Primeira República, a posse de terras e os padrões de distribuições, ou títulos de posse, tiveram pouca influência no florescimento do coronelismo. (PANG, 1979, p. 46-47)

Para Pang (1979, p. 20), o coronelismo é "um exercício de poder monopolizante por um coronel cuja legitimidade e aceitação se baseiam em seu status, de senhor absoluto, e nele se fortalecem, como elemento dominante nas instituições sociais, econômicas e políticas." Portanto, para o brasilianista, o exercício de poder do coronel está relacionado ao seu prestígio. Entretanto, Pang se insere na tradição feudalista ao fundamentar o coronelismo no exercício de poder dentro da organização da família extensa, ou o clã, cuja forma de poder era o patriarcalismo, contrapondo a organização familiar, ou o clã, ao Estado. Contrariando Leal, portanto, segundo o autor, em muitos municípios do interior, o Estado não possuía meios de fazer cumprir a lei e o funcionamento da justiça. Esses vazios foram rapidamente preenchidos pela justiça de Salomão do patriarca e de seus exércitos particulares. Na prática, os grupos armados sob o comando de um fazendeiro escapavam ao controle das autoridades reais ou imperiais, que se viram forçadas a dar-lhes um status legal, ou quase legal, como unidades militares (PANG, 1979, p. 25).

Muito embora o exercício de poder do chefe desta família tenha sido baseado na troca de favor em relação aos seus membros e aos outros indivíduos da sociedade brasileira, Pang não vê como característica desta sociedade o patrimonialismo, embora o deixe implícito. Em suas palavras, "a legitimidade desse tipo de controle era obtida pela habilidade do chefe do clã em dispensar favores aos seus membros." Assim, "o poder de extrair votos por parte da oligarquia familiocrática baseava-se, por sua vez, em sua habilidade em conquistar a lealdade social e política de seus dependentes." (PANG, 1979, p. 40-41). Trata-se, pois, de uma relação patrimonial, ainda que de maneira incipiente, onde o peso da comunidade doméstica (a família, mas também os agregados e outros dependentes sócio-econômicos do chefe familiar) e do reconhecimento e exercício do poder patriarcal ainda estejam presentes. Mas já existe a dominação exterior a esta família.

De maneira diferente a esta corrente "feudalista", Raymundo Faoro, em seu monumental *Os donos do poder. Formação do patronato político brasileiro*, cuja primeira edição data de 1958, e compreende o Brasil como uma sociedade patrimonial, com um estamento burocrático, dissociado do restante da nação, que domina a vida política. (CARVALHO, 2005b, p. 141)

Faoro não estudou especificamente o coronelismo, pois sua análise compreende um recorte temporal que vai do período colonial até a Revolução de 1930 e o governo Vargas (1930-1945). Neste sentido, não há um patriarcalismo dominante na sociedade; existe, sim, como é por definição de Max Weber, o Estado patrimonial, uma não distinção entre o que é público e privado, em que "a administração política é tratada como assunto puramente pessoal do senhor, e a propriedade e o exército de seu poder político, como parte integrante de seu patrimônio pessoal, aproveitável em forma de tributos e emolumentos." (WEBER, 1999, p. 253). Segundo

Faoro, há uma relação íntima entre a formação de um estamento burocrático e o desenvolvimento mercantilista no Brasil. Assim,

> o patrimonialismo pessoal se converte em patrimonialismo estatal, que adota o mercantilismo como a técnica de operação da economia. Daí se arma o capitalismo político, ou capitalismo politicamente orientado, não calculável nas suas operações... A compatibilidade do moderno capitalismo com esse quadro tradicional, equivocadamente identificado ao pré-capitalismo, é uma das chaves da compreensão do fenômeno histórico português-brasileiro, ao longo de muitos séculos de assédio do núcleo ativo e expansivo da economia mundial, centrado em mercados condutores, numa pressão de fora para dentro. (FAORO, 2000, p. 367)

Nas décadas de 1960 e 1980, alguns estudos parecem ter se inspirado na corrente feudalista, que, como já foi abordado, enfoca o exercício de poder na estrutura da família brasileira. São os casos de Roberto Cavalcanti de Albuquerque e Marcos Vinícios Vilaça (1978), em *Coronel, Coronéis*, de 1965, em que entrevistam aqueles a quem chamam de "coronéis" nordestinos na década de 1960, e, particularmente, de Ibarê Dantas (1987), autor de *Coronelismo e dominação*, de 1987. Estes autores, que trabalham com o coronelismo em Pernambuco, transpõem as características daquela sociedade coronelística da Primeira República brasileira para os hodiernos coronéis nordestinos.

Em especial, para Ibarê Dantas (1987, p. 15-16), o coronelismo se constituiu a partir de três dimensões: econômico-social, baseada na grande propriedade de terra; a ideológica, que é um conjunto de idéias e representações que reforçam os laços sociais de lealdade e de submissão; e, por fim, a política, que se prende ao controle das massas e à legitimação da sociedade política.

Para o autor, a dimensão política do coronelismo apresenta quatro fases: 1900-1930, 1930-1945, 1945-1964 e de 1964 em diante. Assim, discordando dos autores que dão ênfase ao controle da prática eleitoral por parte dos chefes políticos locais, Dantas caracteriza o coronelismo como o controle das massas e legitimação da sociedade política através do uso da força de milícias pelos proprietários rurais, e não através do controle dos votos dos eleitores.

Durante a Primeira República, o sufrágio eleitoral para todo cidadão do sexo masculino, maior de 21 anos e alfabetizado, tornou-se apenas uma formalidade, o que, para Dantas, fazia com que a decisão final dependesse da capacidade dos coronéis de impor sua vontade. Em sua análise, "a supremacia de um chefe político municipal sobre outros na Primeira República (...) não estava correlacionada com o número de votantes, mas antes com a capacidade de controlar e impor a coerção" (DANTAS, 1987, p. 23).

Um ponto chave para a argumentação de Dantas é a compreensão de que o coronelismo se estrutura a partir da instituição da "política dos governadores", a qual estabeleceu vínculos entre o governo federal e os estados – relações estas hierarquizadas de acordo com sua capacidade de influência, ou seja, medida pelo tamanho da respectiva bancada no Congresso Federal. (DANTAS, 1987, p. 20-21).

Há que se levar em conta as contribuições que estes autores deram aos estudos acerca do fenômeno do coronelismo. No entanto, vejo que, com exceção de Raymundo Faoro que produziu uma obra mais ampliada, há ênfase em apenas algumas características dessa sociedade coronelística: o controle eleitoral (Leal, Queiroz, Vilaça e Albuquerque, e Pang), a posse de terra (Leal e, em grande medida Queiroz), o prestígio (Pang), o poder de coerção (Dantas). Não se atentou para questões como a Guarda Nacional, por exemplo – cuja influência será negada por Pang (1979, p. 20), ou atenuada por Queiroz quando esta menciona sua extinção poucos anos após a Proclamação da República, embora a milícia tenha sobrevivido 29 anos ao evento fatídico de 15 de Novembro de 1889.

Este reducionismo é encontrado nos trabalhos que tratam especificamente da República em Mato Grosso. Cito alguns dentre os principais nomes: Valmir Batista Corrêa (1981), em sua tese *Coronéis e Bandidos em Mato Grosso*, defendida em 1981, cuja naturalização da violência é seu traço mais característico; como Maria Manuela Renha de Novis Neves (1998), em seu livro *Elites Políticas: competição e dinâmica partidário-eleitoral (caso de Mato Grosso)*, de 1998, que, embora tenha como recorte 1945-1965, é citado aqui por fazer um sobrevôo pelo período da Primeira República em Mato Grosso, caracterizando-se por explicar a divisão oligárquica na política mato-grossense entre 1889 e 1930 como resultado de interesses econômicos, insistindo em uma hegemonia do que ela chama de "facção açucareira"; e, por fim, trabalhos como a tese

Elites e práticas políticas na Primeira República em Mato Grosso (1889-1930) de autoria de João Edson de Arruda Fanaia (2006), cuja análise abrange as estratégias (além da prática da violência, o clientelismo, as alianças no âmbito estadual e nacional) utilizadas pelos atores políticos de Mato Grosso, ressaltando o *consenso* como o espaço do possível acordo entre os chefes políticos locais, sem, no entanto, se aprofundar no que diz respeito às relações entre os chefes políticos locais e o eleitorado, as forças paramilitares e as mobilizações de jagunços durante as "revoluções".

Ao contrário destes autores, procuro compreender o coronelismo como um fenômeno social e político, envolvendo uma estrutura social e uma cultura política, apoiado na emergência dos poderes locais (ocasionado pela adoção do federalismo), sustentado pela "política dos governadores", e, principalmente, pela Guarda Nacional. Para tanto, faço uso das noções de *figuração*, *teias de interdependências* e de *equilíbrio das tensões* de Norbert Elias (2001) para apreender o modo como as relações políticas se deram durante a Primeira República brasileira, bem como, as pressões exercidas sobre os indivíduos em suas decisões.

Desta maneira, a questão que aqui se coloca diz respeito ao modo como os indivíduos envolvidos no jogo político lidaram com a realidade política nascida da queda do Império e de seu centralismo, ocasião em que emergem os poderes locais ao cenário político nacional. Trata-se, pois, de abordar três questões fundamentais na análise do coronelismo, enquanto *figuração* específica da Primeira República: o federalismo implantado a 15 de novembro de 1889; a "política dos governadores" instituída durante o governo do presidente da República Manuel Ferraz de Campos Salles (1898-1902) e a Guarda Nacional, extinta oficialmente em 1918.

E, muito embora o "cenário" político seja o distante Mato Grosso, pelo menos na parte em que toca a análise documental, este fazer político pode ser percebido em outras unidades federadas da Primeira República brasileira que envolveu todas as suas unidades federativas, pois os três pontos aqui observados são comuns aos vinte estados de então.

Federalismo e poderes locais

A leitura de autores como Paulino José Soares de Sousa (2002), o Visconde do Uruguai, em seu *Ensaio sobre direito administrativo*, de 1862, demonstra o quanto o centralismo monárquico foi justificado por seus contemporâneos como um meio do Estado Imperial se antepor aos poderes locais e sua influência política na distribuição dos cargos públicos e da justiça. Nas palavras de Uruguai, "a administração é por muitos considerada como um simples e cego instrumento da política para montar e desmontar partidos e influências eleitorais" (SOUSA, 2002, p. 96).

Este ponto de vista é compartilhado por Herbert H. Smith (1922, p. 323), viajante naturalista americano que esteve em Mato Grosso, em 1886. Smith anotou suas impressões acerca da vida política local, escrevendo que "a população lavra politica e vive do dinheiro que o estado paga". Mais adiante o naturalista menciona a importância dada às disputas por empregos públicos e ao revezamento na distribuição desses cargos entre liberais e conservadores.

É verdade que o centralismo monárquico fazia uso também das influências locais. As nomeações de presidentes de província são exemplares neste sentido: eram sempre presidentes alheios aos problemas locais (com exceção do "bretão cuiabanizado" Augusto Leverger, o Barão de Melgaço), sendo nomeados com a máxima missão de conseguir, junto aos chefes políticos locais, as maiorias eleitorais necessárias para o seu respectivo partido. Por isso distribuíam-se os favores, aplicava-se a justiça aos inimigos, e manipulavam-se os postos da Guarda Nacional de modo a garantir os aliados em seus principais comandos.

Tratava-se, nas palavras de José Murilo de Carvalho (2003), de um "teatro de sombras", de um parlamentarismo às avessas cuja chave da organização era o Poder Moderador – atribuição "inviolável, inimputável e irresponsável" do Imperador – em cujo entorno gravitavam os Presidentes do Conselho de Ministros e respectivos revezamentos, numa tentativa de agradar a todos, saquaremas ou luzias.

Contudo, o abandono do Poder Moderador no dia 16 de novembro de 1889 não foi acompanhado a substituição imediata das soluções monárquicas para as claramente republicanas. Como bem ressaltou Renato Lessa (1999, p. 19), a República foi "uma aventura, não contraditada por qualquer esforço sério de restauração monárquica". A República, incapaz de lidar com questões profundas como partidos, governo e legitimidade, viu-se ameaçada em seus dez primeiros anos, perdida entre seu projeto federalista e suas guerras internas – chamados

por Lessa de "anos entrópicos", ou de caos institucional (LESSA, 1999, p. 74).

É nesse período compreendido entre 1889 e 1898 que a República encontrará um sem número de sentidos e de incertezas, mergulhada em guerras internas que ameaçam seu poder central, tais como a Revolta da Armada (1893-1893) e a Revolução Federalista (1893-1895) no Rio Grande do Sul, e profundas clivagens políticas. Em Mato Grosso, esse caos será representado pela "Revolução de 1892", que opôs – da mesma forma que no Rio Grande do Sul – velhos liberais e conservadores, então travestidos de republicanos, numa tentativa desesperada de se obter a legitimidade do presidente da República Floriano Peixoto.

Mas se o projeto de federalismo não era atribuído somente aos republicanos históricos, sendo uma constante nos debates da elite imperial, qual o seu alcance político a partir da Proclamação da República? Em verdade, o federalismo trouxe à tona o país real, escondido em algum lugar sob as barbas brancas e espessas do velho monarca e seu Poder Moderador (CARVALHO, 2005a, p. 169). De maneira mais clara, o federalismo significou a emergência dos poderes locais e o abandono dos partidos políticos de âmbito nacional, como eram os casos do Partido Liberal e do Partido Conservador: canais de discussão das grandes questões e filtros dos interesses locais. O que se viu foi a proliferação de agremiações políticas estaduais interessadas, em sua grande maioria, na distribuição do espólio, pois, diferente da realidade monárquica, os presidentes de estado eram agora eleitos localmente, e não mais nomeados a partir do Rio de Janeiro.

Em estados como Mato Grosso, (diferentemente de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul e seus PRs), essas agremiações terão duração efêmera, guiadas pelos interesses personalistas de algum chefe político local.

Ao contrário dos Estados Unidos, cuja opção pela República e seu governo representativo (como alternativa à democracia) levou em consideração as diferenças entre os estados sem perder de vista o federalismo e a existência de partidos nacionais como barreiras aos interesses de facção e à fragmentação do país (MADISON, 1973, p. 101), o Brasil optou por um federalismo parcial, mais interessado na possibilidade de orçamentos estaduais, numa clara satisfação dos anseios paulistas, esquecendo-se dos riscos que isso representou para o regime republicano, tais como a proliferação das facções. Entretanto, o Poder Central deveria encontrar um meio de lidar com estes poderes, concentrados agora nos estados.

A "política dos governadores"

Sem aquilo que o Visconde do Uruguai chamou de "uma educação que nos habilitasse praticamente para nos governarmos nós mesmos" (SOUSA, 2002, p. 429), federalizar o país significou fortalecer os poderes locais, existentes desde sempre no país real, representados por aquilo que se costumou chamar nos tempos idos do Império de "notabilidades de aldeia".

A partir da República esses poderes locais teriam acesso livre ao cenário político nacional, dominando, em seu respectivo estado, as eleições e os partidos políticos. O caso do coronel Generoso Ponce é exemplar neste sentido: eleito para duas deputações na Assembléia Provincial (1872 e 1889), reconhecido chefe político liberal em Mato Grosso, nunca conseguiu qualquer indicação para representar a província mato-grossense na Corte. Somente na República que sua trajetória política será ampliada sendo eleito senador por duas vezes, entre 1894-1898 e 1898-1902, e presidente do estado entre 1907-1908 (PONCE FILHO, 1952).

Mas se com a República esses poderes locais emergem, como lidar com a diversidade de sentidos que isso representa? Com evitar que os interesses locais tornem impossível (como tornaram nos anos entrópicos) ao Poder Executivo Federal a resolução de questões como o orçamento e o pagamento de empréstimos? Como resposta a essas questões, em meados de 1900 o presidente da República Manuel Ferraz de Campos Salles instituiu a "política dos governadores", num pacto não escrito firmado entre os governadores dos principais estados da época (São Paulo, Minas Gerais e Bahia), cujo envio de deputados comprometidos com a política oficial garantiria um Congresso Nacional "dócil", numa recriação daquilo que tão bem Renato Lessa denominou de "representação burkeana" ou "representação altruística" (LESSA, 1999).

Em estados como Mato Grosso, ameaçados pela intervenção federal, coube seguir à risca

os seus preceitos. A compreensão das "revoluções" – como será vista adiante de maneira mais detida – encontra-se na frágil relação entre Governo Federal e estadual, num momento em que Mato Grosso não representava senão uma possibilidade econômica de um sertão considerado despovoado, distante dos cafezais do Centro-Sul. Esta concepção triste a respeito da posição de Mato Grosso frente a estados como São Paulo e Minas Gerais pode ser colhida nas palavras de seu presidente Caetano Manuel de Faria e Albuquerque, em 1916, ao se referir à condição econômica dos mato-grossenses, como sendo "naturalmente ricos e economicamente pobres" (ALBUQUERQUE, 1916, p. 89).

Em verdade, a "política dos governadores" permitiu a perpetuação de um reduzido grupo no poder dos estados, reconhecidos pelo presidente da República, com a condição única de não se opor às conduções das grandes questões nacionais. Este reconhecimento, do mesmo modo, tornou impossível a sobrevivência das oposições nos estados, deixando a elas como alternativa o caminho da violência – como será visto.

A Guarda Nacional

Entre os instrumentos de controle eleitoral a Guarda Nacional se mostrou o mais eficiente nas mãos dos seus coronéis – dando nome ao fenômeno do coronelismo. De inspiração em sua congênere francesa, sua criação, em agosto de 1831, objetivava tornar realidade os anseios liberais da "nação em armas" na defesa da "a Constituição, a Liberdade, a Independência, e a Integridade do Império" (CASTRO, 1977, p. 275).

Em 1850, com a Lei n. 602 de 19 de setembro, a milícia "cidadã" (ou "cidadôa", como também era chamada) torna-se instrumento de manipulações eleitorais, com as nomeações para seu oficialato e o uso dos guardas em serviços de vigilância das fronteiras e policiamento (principalmente em Mato Grosso, que só passará a contar com uma força policial a partir de 1891).

Após a Proclamação da República, seu uso como instrumento de manipulações eleitorais tornou-se mais eficaz. Embora tenha sempre sido subordinada ao Ministério da Justiça, que inclusive arrecadava os valores do pagamento das patentes, era por meio das nomeações aos comandos superiores e organização de seus batalhões que transformavam as vitórias eleitorais quase em aclamações unânimes, não fosse por um ou outro voto desgarrado.

O revezamento no comando superior de Mato Grosso – criado após a extinção dos comandos superiores nas principais comarcas do estado, em 1897 (BRASIL, 1898, p. 898) – é um indicativo de sua instrumentalização política: passou das mãos do coronel Generoso Ponce (que ocupou o posto do comando superior da capital de 1891 a 1897) para as mãos do coronel Antônio Leite de Figueiredo, em exercício interino devido à incompatibilidade com a situação de Ponce como senador. Em 1899, após a vitória do coronel Antônio Paes de Barros, o posto passa das mãos de Ponce (que após a senatoria retoma o seu comando) e seus aliados, para as mãos daquele primeiro e seus aliados. Tudo com a complacência do Governo Federal que nomeava por decreto os comandantes superiores nos estados.

Mas é nas composições das mesas eleitorais que tem a real noção do controle que a milícia exercia sobre o processo eleitoral. Conforme o Quadro 1 a seguir se observa que todas as mesas eleitorais possuíam oficiais da milícia.

Quadro 1 – Composição das Mesas Eleitorais das seções da Comarca da Capital entre aqueles que se declaram oficiais e suas respectivas patentes e os não oficiais.

Pleito / Composição	1897		1902		1903		1907		1911		1918	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Declararam-se Oficiais	56	53,33	47	69,11	44	63,89	11	73,33	15	100,00	0	0,00
Coronel	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0	0,00
Tenente-Coronel	1	1,79	6	12,77	2	4,55	3	27,27	2	13,33	0	0,00
Major	10	17,86	8	17,02	5	11,36	0	0,00	1	6,67	0	0,00
Capitão	18	32,14	26	55,32	23	52,27	8	72,73	11	73,33	0	0,00
Tenente	16	28,57	3	6,38	7	15,91	0	0,00	1	6,67	0	0,00
Alferes	11	19,64	4	8,51	7	15,91	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Não se declararam Oficiais	40	46,67	21	30,89	28	36,11	4	26,67	0	0,00	25	100,00
Total	96	100,00	68	100,00	72	100,00	15	100,00	15	100,00	25	100,00

Fonte: PORTELA, 2009, p. 70-71.

Observações: As composições das mesas eleitorais foram publicadas na Gazeta Official do Estado de Matto-Grosso, de Cuiabá, em "Edital", a 10 de Abril de 1897, sob o n. 1.117, p. 3-4, trata do pleito para presidente e vice-presidente da República; em "Eleição para Presidente e Vice-Presidente da Republica", a 12 de Fevereiro de 1902, sob o n. 1.857, p. 3; "Editaes. Eleições", a 10 de fevereiro de 1903, sob o número 2007, p. 2; em "Editaes", a 21 de fevereiro de 1907, sob o n. 2.612, p. 3; em "Eleições Estadoaes", a 21 de fevereiro de 1911, sob o n. 3.228, p. 4; e em "Editaes", a 14 de fevereiro de 1918, sob o n. 4.248, p. 5-6. Nos pleitos de 1907 e 1911, apenas foram divulgadas as seções 2.ª, 3.ª e 4.ª.

Analisando o Quadro 1, deve-se tomar cuidado com as lacunas dos dados, pois a publicação das composições das mesas eleitorais é bastante esparsa e incompleta: em algumas eleições publicam-se todas as seções; em outras, algumas apenas. Contudo, o que chama a atenção é a concentração de oficiais. Neste particular, durante as eleições, fica bastante claro o controle eleitoral na composição dos integrantes das mesas eleitorais nos municípios, os quais eram, em sua grande maioria, oficiais superiores da milícia. E entre estes oficiais, os capitães eram a maioria esmagadora. Esta concentração de capitães é explicada pela estrutura de legião da Guarda Nacional: esta era a maior patente dentro das companhias e esquadrões, com maior influência junto aos guardas eleitores.

Outro dado importante que se deve levar em consideração é a ausência, na composição destas mesas eleitorais, dos coronéis, que são naturalmente os candidatos em nome dos quais os capitães, bem como as outras patentes, exercem toda sorte de coerção e falseamentos eleitorais.

Para enfatizar como se dava esse controle, tomem-se os resultados das eleições de 1895. Neste pleito para presidente e 1.º, 2.º e 3.º vice-presidentes do estado de Mato Grosso a 8.ª seção eleitoral da comarca da Capital (mas que compreendia o município de Santo Antônio do Rio Abaixo) funcionou na casa de herança do comendador Joaquim José Paes de Barros, falecido chefe político na região, sendo a mesa presidida por um de seus filhos, o tenente-coronel Joaquim Paes de Barros. A 9.ª seção, também do mesmo município, que funcionou no consistório da igreja de Nossa Senhora das Dores, na então povoação do Melgaço (atual Barão de Melgaço), foi presidida por outro filho do falecido comendador, o então tenente-coronel Antônio Paes de

Barros. Por fim, presidiu a mesa da 7.ª seção eleitoral, esta no consistório da Igreja de Santo Antônio, o major Severo José da Costa e Silva – chefe político do Partido Republicano na região, portanto, aliado político do coronel Generoso Ponce e do seu candidato indicado à presidência do estado como candidato oficial o Dr. Antônio Corrêa da Costa. O resultado das eleições deste ano apenas refletiu o controle: na 7.ª seção, o candidato oficial à presidência, e os candidatos oficiais às 1.ª, 2.ª e 3.ª vices-presidências, respectivamente, coronel José da Silva Rondon, coronel Antonio Cesário de Figueiredo e tenente-coronel Virgilio Alves Corrêa, receberam todos os 155 votos; na 8.ª seção, estes mesmos candidatos receberam todos os 124 votos; na 9.ª seção, todos os 147. (PORTELA, 2009, p. 116)

Em 1918, com o desaparecimento da Guarda Nacional, extinta pelo decreto n. 12.790, de 2 de janeiro de 1918 (BRASIL, 1918), os chefes políticos, impedidos de obterem grande influência sobre as eleições por meio de seus capitães, tiveram que abrir espaço para o *consenso*, em que oposição e situação, em acordo, distribuiriam os assentos no Palácio Alencastro (sede do governo estadual) e na Assembléia Legislativa com um cálculo que permitiria prever com exatidão o número de eleitores. Foi assim que, por exemplo, Dom Aquino Corrêa, em 1918, tornou-se presidente do estado, após a crise gerada pela "Caetanada", que dividiu a política estadual em *perrecistas* (membros do Partido Republicano Constitucional, ou PRC) e *perrengues* (membros do Partido Republicano de Mato Grosso, ou PRMG) – levando à luta armada em alguns municípios do interior e a intervenção federal, em 1917. (PORTELA, 2009, 130)

Deste modo, com o ocaso da milícia cidadã, retiraram-se das mãos dos chefes políticos locais, os coronéis, a voz de comando sobre as tropas e, por extensão, o controle eleitoral, além de vetar uma relação mais estreita com o Governo Federal através das nomeações aos postos dos comandos superiores. Era o começo do fim do coronelismo, cujo sepultamento se daria doze anos depois com a Revolução de 1930, quando do abandono do federalismo, com as nomeações de interventores federais nos estados e a consequente extinção dos partidos estaduais.

As "Revoluções"

Localmente ainda é viva a memória a cerca de exércitos populares comandados por coronéis. Os levantes de homens armados contra o governo ficaram conhecidos em Mato Grosso como revoluções. Aqui é preciso relativizar o uso deste conceito.

O termo "revolução" fazia referência ao movimento cíclico dos astros; depois, no contexto político, como um movimento de retrocesso – o retorno do rei, por exemplo. A partir de 1789, com a Revolução Francesa, passou a designar um "coletivo singular" que legitimava a guerra civil, as ideologias e as aspirações de todos os povos da Terra com um fim em si mesma. Revolucionar, portanto, passou a designar transformações que fugiriam à esfera astronômica e política, atingindo as esferas social e a tecnológica. (KOSELLECK, 2006, p. 68-69)

Deste modo, pode-se afirmar que nunca existiram "revoluções" em Mato Grosso. Os movimentos armados de 1892, 1889, 1906 e mesmo 1916 não constituem um continuum de um decurso planejado. Entretanto, esses movimentos armados nunca encontraram ecos nos anseios dos cidadãos – sejam aqueles que votavam ou aqueles a quem este direito era vetado. E, embora mobilizassem centenas e até milhares de indivíduos advindos de todas as classes sociais (comerciantes, latifundiários, funcionários públicos civis e militares, criminosos, agregados etc.), esses movimentos revolucionários nunca tiveram um significado simbólico e ideológico que desejassem uma profunda transformação social, assumindo, pois, um sentido de rebelião (PASQUINO, 2007, p. 1121-1130).

"Revoluções" deste tipo salpicaram pelo Brasil durante os primeiros 29 anos da Primeira República. Contudo, não se pode caracterizar o coronelismo, como quis Ibarê Dantes (1987, p. 16) como o controle das massas e legitimação da sociedade política através da coerção de milícias pelos proprietários rurais. É preciso ir além dessa simplicidade analítica, sem que, entretanto, se confunda o efeito como a causa do coronelismo.

Ir além significa compreender os mecanismos de funcionamento das "revoluções" no contexto do coronelismo. Em primeiro lugar, nascem como resultado de um profundo dissenso (MORLINO, 2007, p. 361-364), ou seja, de uma polarização entre dois partidos políticos – um situacionista e o outro oposicionista. Este último, sem ter meios legais de chegar ao poder, devido

aos meios "legalizados" de controle eleitoral por parte das situações estaduais, recorre à violência (STOPPINO, 2007, p. 1291-1298).

É importante lembrar que, por um lado, o federalismo implantado pela República e o consequente abandono da rotina institucional do Império e seu Poder Moderador extinguiu a alternância dos partidos no poder; por outro, o único meio de alcançá-lo passou a ser as eleições organizadas e controladas pelos governos estaduais, com o apoio Federal.

Em segundo lugar, as "revoluções" sempre foram comandadas por oficiais da Guarda Nacional. Em 1892, o coronel Generoso Ponce esteve à frente de três mil homens em seu "Exército Popular Floriano Peixoto" formado por quatro brigadas e um regimento de cavalaria advindos das freguesias da Guia, Brotas, Chapada, Santo Antônio do rio abaixo e das vilas de Nossa Senhora do Livramento, Rosário do rio acima e Diamantino além das cidades de Poconé e S. Luiz de Cáceres – todos comandos superiores da Guarda Nacional, à época.

Em 1899, o coronel Antônio Paes de Barros com três mil homens, entre jagunços de suas propriedades em Santo Antônio do rio abaixo e batalhões da Guarda Nacional, entre os quais, 600 homens da 6.ª Brigada de Cavalaria daquela comarca, subiram o rio Cuiabá e sitiaram a capital do estado.

Em 1906, novamente o coronel Generoso Ponce à frente da "Divisão Naval Libertadora" que reuniu, além de jagunços, militares do Exército (presença constante nestes movimentos armados) do 21.º Batalhão de Infantaria e do 2.º de Artilharia, de Corumbá, e do 19.º de Infantaria, de Cáceres e contingentes do 3.º Regimento da Cavalaria da Guarda Nacional em Poconé, sob o comando do coronel Virgilio Alves Corrêa (pai do historiador mato-grossense Virgilio Corrêa Filho). Advindos do norte, das freguesias de Barra do Bugres, Rosário do rio acima e Brotas, sob o comando do coronel Pedro Celestino Corrêa da Costa, a "Coluna do Norte" descia a serra em direção a Cuiabá. Os dois exércitos cercaram a capital por um mês, a partir de junho, culminando, no início de julho, no assassinato do então presidente do estado coronel Antônio Paes de Barros, escondido na Fábrica de Pólvora do Coxipó do Ouro à espera do auxílio Federal.

Em 1916, a eleição do candidato oficial, o coronel Caetano Manoel Faria de Albuquerque, pelo Partido Republicano Constitucional (PRC), levou o estado à luta armada por ter nomeado para seu governo um membro do Partido Republicano Mato-Grossense (PRMG), o partido de oposição, à época. Comandaram colunas armadas diversos coronéis espalhados por todo o estado, destacando-se os coronéis Palmyro Paes de Barros, em Santo Antônio do rio abaixo, e José Morbeck, na região leste mato-grossense. O episódio foi encerrado com a intervenção Federal no estado. (Portela, 2009, p. 82-89)

Em terceiro lugar, o apoio do Governo Federal, principalmente após a instituição da "política dos governadores", foi essencial para garantir a vitória ou a derrota daqueles que levantavam seus exércitos particulares. Com exceção da "revolução" de 1906, que terminou com a morte do coronel Antônio Paes de Barros – um dos apoiadores do presidente da República Rodrigues Alves –, em todos os outros movimentos armados supracitados, o apoio federal garantiu a vitória aos coronéis contra governos indóceis aos interesses Federais, reconhecendo imediatamente os novos situacionismos.

Assim, o apoio de Floriano Peixoto ao presidente do estado Dr. Manuel Murtinho e ao seu vice-presidente, coronel Generoso Ponce, garantiu a punição à oposição derrotada, em 1892. Do mesmo modo, já em pleno funcionamento da "política dos governadores", o apoio de Campos Salles ao coronel Antônio Paes de Barros, graças à intervenção de seu ministro da Fazenda Joaquim Murtinho aliado de Paes de Barros, foi fundamental para garantir a neutralidade do Exército perante as súplicas pelo auxilio Federal do então presidente em exercício coronel Antônio Cesário de Figueiredo, entrincheirado e desde já derrotado, em 1899. Entretanto, o apoio Federal do presidente Rodrigues Alves não foi o suficiente em 1906, mesmo com o envio da Expedição Dantas Barreto, para salvaguardar o coronel Antônio Paes de Barros, então presidente do estado. No caso da luta armada de 1916, após duplicidade de governo, o Governo Federal se viu obrigado a afastar o coronel Caetano Albuquerque e nomear como interventor federal em Mato Grosso o Dr. Camilo Soares de Moura que sofreria tentativa de golpe, em agosto de 1917, por parte do mesmo Caetano Albuquerque, caso que ficou conhecido como "Caetanada". (PORTELA, 2009, p. 89-93)

Além das "revoluções" já citadas, foram bastante comuns escaramuças entre coronéis nas

várias localidades de Mato Grosso. Contabilizando todos os movimentos armados ocorridos entre 1892 e 1918 o historiador Walmir Batista Corrêa (1981, p. 29-32) enumera 22 deles em todo o estado. Como a Guarda Nacional dava aos coronéis o poder militar de comandar tropas institucionalmente subordinadas aos seus coronéis e demais patentes, o fim desta milícia, em 1918, determinou o abandono do uso da violência como estratégia para se chegar ao poder. Após 1918, apenas o movimento armado do leste mato-grossense, envolvendo somente jagunços dos garimpos de diamantes liderados pelos ex-sócios e então inimigos os coronéis José Morbeck e Manoel Balbino de Carvalho. No entanto, tratava-se de disputa econômica, e não política.

É por isso que, em 1917, em vias de ser extinta a Guarda Nacional, os grupos políticos, mesmo que divergentes, tiveram que encontrar no consenso (SANI, 2007, p. 240-242) um meio de distribuir os cargos públicos no Poder Executivo e os lugares na Assembleia Legislativa estadual, culminando com a escolha do bispo de Prusíade D. Francisco de Aquino Corrêa como presidente do estado antes das eleições oficiais.

E é, a partir de 1918, que se permite a liderança política de indivíduos que não eram coronéis da Guarda Nacional, como foi o caso do médico Dr. Mário Corrêa da Costa – eleito, em oposição ao seu tio coronel Pedro Celestino Corrêa da Costa, presidente de Mato Grosso para o quadriênio de 1926-1930. (PORTELA, 2009, p. 128-129)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pontualmente, busco apreender o coronelismo como uma figuração específica da Primeira República brasileira (1889-1930). Para tanto, em primeiro lugar, entendo que o abandono do centralismo monárquico permitiu a emergência dos poderes locais, fazendo surgir o país real escondido sob o manto do Poder Moderador. É neste período que chefes políticos antes restritos à vida política provincial, alcançam e atuam no cenário político nacional, levando consigo os interesses locais e suas disputas – antes filtradas pelos partidos nacionais da ordem: o Liberal e o Conservador.

Em segundo lugar, a rotinização da República orquestrada por Campos Salles e denominada de "política dos governadores" transferiu para os estados as disputas políticas, cabendo ao Executivo Federal apenas o apoio irrestrito aos situacionismos que enviassem ao Congresso Nacional uma bancada completamente alinhada com o governo. Aos estados incapazes de obstar com suas respectivas forças públicas uma intervenção federal através do Exército, como Mato Grosso, cabia acatar tal apoio.

Por fim, a existência da Guarda Nacional possibilitou a reprodução de uma cultura política fundada no personalismo, permitindo a existência de um mundo político em que prevaleceu o uso da violência e da força como meios utilizados para a derrubada de situacionismos ou a manutenção deles no poder. Serviu principalmente como instrumento de manipulações eleitorais através do controle das mesas eleitorais por parte de seu oficialato – particularmente os capitães. Foi o ocaso da milícia, em 1918, que retirou das mãos dos coronéis o poder político de então, obrigando as elites políticas a abandonarem o uso da violência ou da força e passarem a utilizarem o consenso como meio de resolverem suas cisões políticas.

Portanto, caracterizado pela inexistência de partidos de âmbito nacional, num mundo político dominado por agremiações políticas distribuídas nas vintes unidades federativas, controladas pelas elites políticas estaduais, o total desaparecimento do coronelismo da cena política brasileira se deu com o triunfo da Revolução de 1930, quando a nomeação de interventores federais para os governos estaduais retirou das mãos dos poderes locais a possibilidade de domínio político nos respectivos estados, quase como um retorno ao centralismo imperial.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Caetano Manuel de Faria e. (1916), *Mensagem dirigida pelo Exmo Snr. General Dr. Caetano Manoel de Faria e Albuquerque Presidente do Estado de Matto-Grosso a Assembléa Legislativa ao installar-se a 2.ª sessão ordinária da 10.ª. legislatura em 15 de maio de 1916*. Cuiabá: Typographia Official.

ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de e VILAÇA, Marcos Vinícios. (1978), *Coronel, Coronéis*. 2 ed. Brasília: Editora UnB.

BARRETO, E. Dantas. (1907), *Expedição a Matto-Grosso:* A Revolução de 1906. São Paulo: LAEMERT & C.

BRASIL. (1918), *Decreto n. 12.790, de 2 de janeiro de 1918. Approva as modificações feitas na lei n.1.860, de 4 de janeiro de 1908, quanto á parte relativa ao alistamento e sorteio*. In Senado Federal. Subsecretaria de Informação. Disponível em: <www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=47553>. Acesso em: 15/jul./2008.

BRASIL. (1898), Decreto n. 2.697, de 3 de dezembro de 1897. Reorganiza a Guarda Nacional do Estado de Matto-Grosso, in Brasil, *Collecção das Leis da Republica dos Estados Unidos do Brazil de 1897*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, p 898.

CARVALHO, José Murilo de. (2003), Teatro de sombras: a política imperial, in _____, *A Construção da Ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. ed. São Paulo: Civilização Brasileira, p. 247-438.

___. (2005a). Federalismo e centralização no Império Brasileiro: história e argumento, in _____, *Pontos e Bordados:* escritos de história e política. Belo Horizonte: UFMG, p. 155-188.

___. (2005b). Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual, in _____, *Pontos e bordados*: escritos de história e política. Belo Horizonte: Ed. UFMG, p. 130-153.

CASTRO, Jeanne Berrance de. (1977), A Guarda Nacional, in Sérgio Buarque de Holanda e Pedro Moacyr Campos (dir.), *História Geral da Civilização Brasileira*: *O Brasil Monárquico*. 2 ed. São Paulo: DIFEL, vol. 4: 274-298.

CORRÊA, Valmir Batista. (1981), *Coronéis e bandidos em Mato Grosso (1889-1943)*. Tese de doutorado Universidade de São Paulo.

DANTAS, Ibarê. (1987), *Coronelismo e Dominação*. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, PROEX/CECAC / Programa Editorial.

DUARTE, Nestor. (1997), *A Ordem Privada e a Organização Política Nacional*. Brasília: Ministério da Justiça.

ELIAS, Norbert. (2001), *A sociedade de Corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

FANAIA, João Edson de Arruda. (2006), *Elites e práticas políticas na Primeira República em Mato Grosso (1889-1930)*. Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

FAORO, Raymundo. (2000), *Os donos do poder: Formação do patronato político brasileiro*. 10 ed. São Paulo: Globo/Publifolha.

JORGE AMADO. (1998), *Gabriela, Cravo e Canela*. Rio de Janeiro: Editora Record.

KOSELLECK, Reinhart. (2006), Critérios históricos do conceito moderno de revolução, in R. Koselleck, *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos.* Rio de Janeiro: Contraponto / Ed. PUC-Rio, 68-9.

LAMOUNIER, Bolívar. (2001), Vítor Nunes Leal: Coronelismo, enxada e voto, in L. D. Mota (org.), *Introdução ao Brasil: um banquete no trópico*, 1. 3 ed. São Paulo: SENAC, p. 273-292.

LEAL, Victor Nunes. (1993), *Coronelismo, enxada e voto: o Município e o Regime Representativo no Brasil*. 6 ed. São Paulo: Editora Alfa-Ômega.

LESSA, Renato Lessa. (1999), *A invenção republicana: Campos Sales, as bases e decadências da Primeira República brasileira (1889-1930)*. 2 ed. Rio de Janeiro: TOPBOOKS.

MADISON, James. (1973), "Utilidade da União como preservativo contra as facções e insurreições," in A. Hamilton, J. Madison e J. Jay, *O Federalista*. São Paulo: Victor Civita.

MORLINO, Leonardo. (2007), Dissenso, in: Norberto Bobbio *et al., Dicionário de Política*, v. 1. 13 ed. Brasília: Editora UnB, p. 361-364.

NEVES, Maria Manuela Renha de Novis. (1998), *Elites Políticas: Competição e Dinâmica Partidário-Eleitoral (Caso de Mato Grosso)*. São Paulo: Vértice.

OLIVEIRA VIANA. (2005), *Populações meridionais do Brasil. Paulistas, fluminenses, mineiros.* Brasília: Senado Federal/Conselho Editorial.

PANG, Eul-Soo. (1979), *Coronelismo e Oligarquias. 1889-1945*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

PASQUINO, Gianfranco. (2007), Revolução, in Norberto Bobbio *et al.*, *Dicionário de Política,* v. 2. 13 ed. Brasília: Editora UnB, p. 1121-1130.

PONCE FILHO, Generoso. (1952), *Generoso Ponce, um chefe*. Rio de Janeiro: Pongetti.

PORTELA, Lauro Virginio de Souza. (2009), *Uma República de muitos coronéis e poucos eleitores: coronelismo e poder local em Mato Grosso (1889-1930)*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Mato Grosso.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. (1997), O coronelismo numa interpretação sociológica, in B. Fausto, *História Geral da Civilização Brasileira: Brasil Republicano*. 6 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, vol. 1, p. 154-190.

SANI, Giacomo. (2007), Consenso, in Norberto Bobbio *et al.*, Dicionário de Política, v. 1. 13 ed. Brasília: Editora UnB, 2007, p. 240-242.

SMITH, Herbert H. (1922), *Do Rio de Janeiro a Cuyabá: notas de um nativista.* São Paulo: Companhia Melhoramentos de São Paulo.

SOUSA, Paulino José Soares de (Visconde do Uruguai). (2002), Ensaio sobre direito administrativo, in J. M. Carvalho, *Visconde do Uruguai*. São Paulo: Ed. 34, p. 65-504.

STOPPINO, Mario. (2007), Violência, in Norberto Bobbio *et al., Dicionário de Política*, v. 2. 13 ed. Brasília: Editora UnB, p. 1291-1298.

WEBER, Max. (1999), *Economia e sociedade*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília.

O "MOMENTO CÍVICO" COMO UM LUGAR DE DISPUTA: ENTRE OS RESQUÍCIOS DITATORIAIS E A CONSTRUÇÃO COTIDIANA DE UMA PRÁTICA DEMOCRÁTICA

Mauro Henrique Miranda de Alcântara
Professor do Instituto Federal de Rondônia – Campus Colorado do Oeste
Doutorando em História pela Universidade Federal de Mato Grosso
Bolsista FAPERO/CAPES
alcantara.mauro@gmail.com

RESUMO

O "Momento Cívico" é um ritual semanalmente realizado pelo Campus Colorado do Oeste, do Instituto Federal de Rondônia. O objetivo principal é reverenciar as bandeiras municipal, estadual e nacional, bem como cantar o Hino Nacional, e narrar os principais acontecimentos/datas históricas da semana. A proposta de uma educação cívica e moral é possível ser verificada, ao menos, desde o início das primeiras demandas de educação pública com o nascer da República, perpetuando-se durante todo o século XX e chegando até hoje. O atual Estado de Rondônia, e o seu histórico como território federal, acabou por construir uma "cultura militar" que se apresenta fortemente vinculada as práticas escolares contemporâneas. A soma dessas condições históricas/sociais nos permite pensar que o ritual "Momento Cívico" está na tensão entre a cultura histórica e escolar ditatorial/autoritária, mas vivenciando e reinterpretando essa "cultura" a partir de preceitos, propostas e do tempo histórico no qual vivemos a partir de e, em uma cultura democrática. Essa tensão é vivificada e materializada em um espaço aberto a disputa, ainda sem uma identidade e sem um objetivo claro observável, mas que necessário se faz ser problematizado, questionado e se possível, alterado.

Palavras-chave: Cultura histórica. Cultura escolar. Cultura miliar. Cultura democrática.

ABSTRACT

The "Civic Moment" is a weekly ritual conducted by Colorado West Campus, the Federal Institute of Rondônia. The main objective is to revere the municipal, state and national flags and singing the national anthem, and narrate the main events / historic dates this week. The proposal for a civic and moral education can be verified at least since the beginning of the first demands of public education with the birth of the Republic, perpetuating itself throughout the twentieth century and reaching today. The current state of Rondonia, and its history as a federal territory, eventually building a "military culture" that presents itself strongly linked contemporary school practices. The sum of these historical / social conditions allows us to think that the ritual "Civic Moment" is the tension between the historical culture and dictatorial / authoritarian school, but experiencing and reinterpreting this "culture" from precepts, proposed and historical time in which we live from, and a democratic culture. This tension is quickened and materialized in a space open to dispute, even without an identity and without a clear goal observable, but they need to do to be questioned, challenged and if possible, change.

Keywords: Historical culture. School culture. Miliary culture. Democratic culture.

REVISTA ELETRÔNICA DOCUMENTO 21 MONUMENTO
REDM
NDIHR
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICA REGIONAL NDIHR

INTRODUÇÃO

Às 7h10min toca o sino. Os estudantes e trabalhadores (técnicos e técnicas, professores e professoras, e demais presentes) dirigem-se para o pátio do Campus, onde dividem espaços com automóveis. É sexta-feira. Diferentemente dos outros dias da semana, que, quando soa o mesmo sinal, neste mesmo horário, os estudantes devem dirigir-se para suas respectivas salas, neste especificado dia, todos ficam defronte para as escadarias do bloco dos cursos técnicos, local no qual estão alocados os bastões para hastear as bandeiras: municipal, estadual e nacional.

Este ritual, tradicional desde a implantação do Campus Colorado do Oeste, do Instituto Federal de Rondônia, quando ainda se chamava Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste, é convencionalmente e institucionalmente chamado de "Momento Cívico".

Uma síntese do desenrolar desse "momento": é realizada uma escala, no qual, cada turma do Curso técnico em Agropecuária integrado ao Ensino Médio, é responsável por organizar o ritual. Basicamente devem escolher quem serão os que irão hastear a bandeira, convidando-os antecipadamente. Com colaboração de técnicos e técnicas do Departamento de Assistência ao Educando, deverão organizar o som responsável por reproduzir o reverenciado coletivamente hino nacional. Pesquisa-se e elabora-se um pequeno texto, ou até mesmo, apenas elenca-se as principais datas comemorativas e históricas da semana. Claro, realizam um levantamento dos aniversariantes. Dependendo da ocasião, homenagens para pessoas, datas ou marcas são mais "efusivamente" realizadas.

Tradicionalmente, este é o espaço oficial no qual os principais dirigentes da instituição (direção geral e outros diretores, chefes de departamentos, coordenadores, etc.) se pronunciam, dando declarações, avisos, informes e, muitas vezes, fazendo discursos tanto laudatórios, quanto críticos sobre posicionamentos de certas singularidades (tanto de pessoas, quanto de espaços, conquistas, etc.) do Campus e/ou da Instituição.

Tanto é um espaço oficial, que ele é objeto, inclusive, de cobranças e convocações dos servidores e servidoras da instituição. E-mails são enviados reforçando a obrigatoriedade da participação destes.

Mas apesar de um "espaço oficial", é um espaço também de disputa, onde ocasionalmente aparecem oposições a esses atos oficiais. Debates e posições buscando novas formas de ver e pensar o ambiente e a própria função da instituição é apresentado ocasionalmente.

Após essa breve apresentação, e sem maiores delongas, destacamos que o objetivo deste artigo é apresentar este espaço chamado "momento cívico" como um dos resquícios da cultura escolar do regime militar, em um ambiente político, histórico e educacional democrático, ou que ao menos, deveria buscar por essa construção democrática. Este é um espaço singular, pois rememora símbolos de uma cultura ditatorial, mas ao mesmo tempo, apresenta-se como espaço de disputa entre os grupos que frequentam e participam dessa instituição educacional.

Sendo assim, buscaremos através dos textos das professoras Kátia Abud e Selva Guimarães e do professor Paulo Ghiraldelli Júnior, apresentar um breve histórico dos objetivos da formação na educação brasileira desde o governo Vargas até o Regime Militar.

Pensando que essa estrutura escolar é também verificada por uma influência do "lugar" político, social e histórico, não podemos deixar de destacar a "cultura militar" presente na formação histórica e social do Estado de Rondônia. Para isso, os textos dos professores Valdir Aparecido de Souza e Paola Foroni, nos ajudarão a compreender a condição um tanto quanto *sine qua non* vivenciada na relação entre sociedade civil e militar nos antigos territórios federais.

Por fim, apresentaremos os referenciais teóricos que nos faz pensar nesse espaço como uma cultura histórica e escolar que abrange o período ditatorial durante um regime democrático e como um lugar de disputa. Vamos ao texto.

Um breve histórico da "formação moral e cívica" da educação brasileira

A realidade posta em uma instituição educacional brasileira em pleno século XXI, em relação a uma cultura escolar permeada de aspectos simbólicos e rituais típicos de um regime autoritário, e com a função de transformar os espaços educativos, em locais de homogeneização e doutrinação cultural e política, e na modelagem de uma formação cidadã, mais voltada para uma prática econômica, do que social, não é resultado de fracassos da atual educação, acreditamos, e sim resquícios de uma proposta educativa que vem de longa data no Brasil, e ainda hoje angariando frutos.

A educação brasileira sempre esteve envolta com a proposta de uma formação da identidade nacional e na construção de aspectos simbólicos e práticas escolares para atender a essa objetivação. A professora Kátia Abud descreve essa característica:

> Desde as primeiras décadas do século XX, a questão da formação da nacionalidade e identidade nacional brasileira vinha ocupando espaços na produção intelectual e política do país (...). Há um discurso do poder que se pronuncia sobre a educação definindo seu sentido, forma, finalidade e conteúdo (ABUD, 1998, p. 1)

Além dessa característica, a "preocupação" com uma formação moral e cívica também esteve presente na proposta educacional brasileira:

> [...] A formação moral, a transmissão de valores morais e cívicos sempre estiveram presentes na educação brasileira; porém a forma de transmiti-los e a concepção acerca destes valores têm variado segundo o contexto sociopolítico e as forças sociais dominantes do país (FONSECA, 1993, p. 35)

Essa característica nos demonstra o quão forte é o aspecto estético da educação brasileira, provavelmente, sobrepujando os interesses da formação cognitiva, e sendo instrumentalizada por um viés político-econômico. Nos anos de 1930, Abud apresenta um cenário que exemplifica essa relação estética-política:

> [...] A concepção de realidade e de sociedade, que se originava do nacionalismo e do anti-liberalismo, levava à responsabilização do Estado pela formação da nacionalidade e pela direção do povo. Este era considerado simplesmente como "massa" que deveria ser orientada a seguir as elites, verdadeiro motor das transformações pelas quais o Brasil deveria passar para chegar ao desenvolvimento [...]. Os interesses do Estado e da Educação conjugavam-se, na medida em que os indivíduos seriam instruídos nas formas conservadoras de ação e representação (ABUD, 1998, p. 2)

Óbvio. Ao apresentarmos os anos 1930, estamos automaticamente remetendo ao período convencionalmente chamada de "Era Vargas", o qual, a maior parte dos seus quinze anos, fora governado de forma autoritária e ditatorial. Dotar a prática escolar de teorias e metodologias para legitimar a prática desse regime, era uma forma (positiva, para o regime) de buscar uma "conciliação" e maior aceitação por parte da população, e automaticamente, menor rejeição a este *modus operandi*.

O período posterior a este (1945-1964), momento pelo qual o Brasil passou por uma democracia um tanto quanto fragilizada, segundo Ghiraldelli Júnior, "o país manteve determinadas características do regime ditatorial". Fora isso:

> [...] o período passou momentos em que a democracia ficou arranhada, por exemplo, quando ocorreu o episódio da cassação do direito da existência legal do Partido Comunista (PCB) (GHIRALDELLI JÚNIOR, 2009, p. 87)

Essa situação política, claramente, influenciou no projeto educacional brasileiro. E apesar de um "regime democrático", a relação entre estética do discurso e instrumentalização político-econômica continua sendo a tônica:

> O espírito do desenvolvimentismo inverteu o papel do ensino público, colocando a escola sob os desígnios diretos do mercado de trabalho. Daí a ênfase na proliferação de uma escola capaz de formar mão-de-obra técnica, de nível médio, deixando a universidade para aqueles que tivessem vocação intelectual (GHIRALDELLI JÚNIOR, 2009, p. 103)

Agora o discurso liberal entra na política educacional brasileira, no entanto, o Estado

continua sendo o responsável pela formação de uma massa trabalhadora. As mudanças da político-econômica, visivelmente, alteraram a concepção de educação. Mas em nenhum dos dois momentos verifica o Estado instrumentalizando o discurso da importância da educação, sem ser para interesses de ordem político-econômica. Os rituais, os símbolos e as práticas serão permeadas por essa visão[1].

Com o golpe militar de 31 de março de 1964, a educação passou a ser chave para este regime. Afinal, era preciso justificar a implantação de um regime que cerceava o direito de participação política, restringia os direitos civis e sociais. A partir disso, "o Estado passa a se preocupar enormemente com a necessidade de revigorar o ensino de educação cívica sob a ótica da doutrina de Segurança Nacional" (FONSECA, 1993, p. 36). A justificativa para a permanência do regime era a "necessidade de segurança" de uma coletividade.

Essa formação cívica e moral, muito nos interessa. Pois é nosso objetivo principal, compreender os aspectos simbólicos envoltos no ritual do "Momento Cívico", presente ainda hoje no Campus Colorado do Oeste do Instituto Federal de Rondônia. As características educacionais desse projeto, para Selva Guimarães Fonseca, tinham uma conotação doutrinadora, pois:

> A nação, a pátria, a integração nacional, a tradição, a lei, o trabalho e os heróis: esses conceitos passaram a ser o centro dos programas da disciplina de Educação Moral e Cívica, como também deviam "marcar" o trabalho de todas as outras áreas específicas e das atividades extraclasse com a participação dos professores e das famílias imbuídas dos mesmos ideais e responsabilidades cívicas (FONSECA, 1993, p. 37-38)

Por essa descrição, percebemos que havia um programa definido do que e como deveria ser ensinado, e principalmente, que deveria envolver a todos da comunidade escolar. Além disso, o ideal moralizador e cívico transcendia a aula. Atividades extraclasses obrigatoriamente deveriam ser desenvolvidas a partir desse *modus operandi*:

> As atividades cívicas extraclasse são instituídas legalmente dentro das escolas com o objetivo de garantir uma maior "eficiência" da prática educativa. Dentre as inúmeras atividades previstas em lei, os atos cívicos tornam-se presentes no cotidiano escolar. Nestes atos as crianças e jovens cultuavam os símbolos e os heróis nacionais, através de homenagem ao Hino, à Bandeira, aos heróis já tradicionais e aos novos heróis e comemorações, tais como a do 150º ano da Independência do Brasil e a da conquista do tricampeonato de futebol (FONSECA, 1993, p. 38)

Eis que encontramos muito do "nosso" "Momento Cívico". Essa caracterização das atividades cívicas, muito tem em comum ao praticado até os dias de hoje, no IFRO de Colorado do Oeste. Culto aos símbolos e heróis nacionais, ao Hino e à Bandeira, às comemorações... E percebe-se que ela apresenta esse "momento" como consolidador de uma política voltada para a formação moral e cívica, transcendendo a um conteúdo ensinado, para uma narrativa esteticamente desenvolvida para uma prática, quase dogmática.

E o objetivo principal dessa estratégia educacional, seria, ao mesmo tempo, de homogeneizar diferentes discursos, através de conceitos "suprassumo", tais como Moralismo e Civismo, e confundi-los com preceitos "democráticos" e de "liberdade":

> Se a ordem e a moral transmitidas visavam fundamentalmente eliminar as divergências e tornar hegemônico o poder dos grupos dominantes no país representados pelos militares, a dedicação especial ao ensino de Moral e Cívica cumpria a tarefa de reduzir os conceitos de moral, liberdade e democracia aos de civismo, subserviência e patriotismo. Além disso, há uma redução da formação moral à mera doutrinação ideológica, à repressão do pensamento no livre debate de ideias e ao culto aos heróis e datas nacionais (FONSECA, 1993, p. 39)

A transição do regime militar na década de 1980, não ocorreu a partir de uma ruptura tensa e problematizada. O tom conciliatório, por vezes, acabou por trazer elementos novos, de ordem democrática, mas em permanências legais e comportamentais da época da ditadura. Ao narrar sua experiência, a professora Selva Guimarães exemplifica isso:

> Esta experiência é reveladora de dimensões da realidade educacional vivida por nós, durante os anos 80. De um lado, um amplo debate, troca de experiências, um movimento de repensar as problemáticas das várias áreas. Por outro lado, a permanência de uma legislação elaborada em plena ditadura. Educação moral e cívica e Organização Social e Política do Brasil continuaram obrigatórias para o ensino de 1º grau, assim como o Estudo dos Problemas Brasileiros para graduação (FONSECA, 1993, p. 47-48)

Por mais que os aspectos da cultura democrática permeiam a prática educacional brasileira, através de suas legislações, recomendações, organizações, entre outros, aspectos simbólicos e, até mesmo, certos rituais e características institucionais e do "lugar social" acaba por permitir que certos elementos, como o "Momento Cívico", que aqui estamos preocupados em discutir, permaneçam, apesar de, em certo sentido, ser diferente do que ele foi à época do regime militar.

No entanto, como acabamos de argumentar, o "lugar social" e também histórico, acaba por influenciar diretamente na cultura escolar, e dessa maneira, nas permanências e rupturas das práticas cotidianas. Em uma conversa informal com a professora Kátia Abud, quando mencionei o fato de ainda existir um "lugar" institucional no IFRO de Colorado do Oeste, chamado "Momento Cívico", automaticamente ela remeteu ao Estado de Rondônia, e o seu histórico quanto a presença do militarismo devido a sua característica de Território Federal. Sabedor disso, buscamos verificar como a "cultura militar" no Estado, pode ser grande responsável por aspectos simbólicos e ritualísticos do regime militar, na cultura escolar da região.

A "Cultura Militar" e o Estado de Rondônia

O atual Estado de Rondônia, até a década de 1940, era uma região partilhada entre os Estados de Mato Grosso e Amazonas. Devido a uma política de interiorização promovida pelo governo Vargas, realizou-se um desmembramento, formando o Território Federal do Guaporé, posteriormente alterado seu nome para Território Federal de Rondônia (década de 1960). Até a década de 1980, a região do atual Estado de Rondônia era governada por um interventor, nomeado pelo governo central. Algumas personalidades militares ocuparam esse cargo, principalmente, durante o regime militar.

Provavelmente, essa realidade política da região, acabou por influenciar nas práticas cotidianas e também na cultura escolar. Uma descrição do "ambiente militar" encontrado em Rondônia é exemplificado em um trecho de um texto do Professor Valdir Aparecido de Souza, professor da Universidade Federal de Rondônia:

> (...) cheguei a Rondônia (1991) e qual não foi a minha surpresa quando me deparei com uma mística militar disseminada por toda a sociedade. Percebi a reverência para com os militares, pois em qualquer reunião em que se tratava de interesses da comunidade eram chamados coronéis ou majores do Exército e da Polícia Militar (SOUZA, 2014, p. 37)

Essa situação encontrada pelo professor Valdir, é ainda hoje perceptível. Várias cidades, escolas, bairros, ruas, praças, e outros patrimônios públicos possuem nomes de militares. As instituições militares (Polícia Militar, Bombeiros e Forças Armadas) possuí grande simpatia e confiança por parte da população. Vilas militares são encontradas em várias cidades do Estado. E a lembrança/memória, principalmente, do último militar interventor, e responsável pela formação do Estado de Rondônia, Jorge Teixeira, é ainda mais surpreendente. Duas cidades possuem nomes em sua homenagem (Governador Jorge Teixeira e Teixeiropólis), assim como a principal avenida e o aeroporto da capital Porto Velho. No interior, escolas, avenidas, bairros e ginásios, perpetuam essa homenagem.

A figura de Jorge Teixeira é um tanto quanto mitificada para os habitantes do Estado. É figura mais conhecida, provavelmente, do que o de outro militar que dera nome para o Estado: Marechal Cândido Rondon. Paola Foroni descreve uma característica das construções discursivas desse personagem, que pode explicar um pouco dessa imagem mitificadora:

> Através dos discursos, Jorge Teixeira sempre afirmou não ser um político e sim um administrador, ou seja, negava sua condição de político e suas relações como tal. Entendemos que esse discurso é na verdade uma forma, uma estratégia utilizada pelos militares durante o regime, mais presente ainda no fim da ditadura, com a abertura política, nos anos de 1979-1984, para legitimar suas ações e convencer a população do projeto de "democracia" implantado por eles em 1964 (FORONI, 2014, p. 71)

Essa estratégia "democrática" era tomada e vivenciada por uma população que migrara de outras regiões do país (principalmente dos Estados do Sul), onde se encontravam em situações degradantes e encontraram morada e condições de vida e, até mesmo, certa fartura na região [2]. Diante dessa situação, acabaram por criar uma memória positiva diante dos "responsáveis" por lhes dar tais condições. Esse "projeto democrático" acabou por construir no imaginário, e na própria prática da população rondoniense, a projeção dos militares como "homens de moral e civismo". Teixeira, segundo Foroni, incorporava e exaltava essa característica:

> Como representante da ditadura em Rondônia, Teixeira aponta para um tipo de democracia, aquela que deve ser exercida de forma "responsável" e, além disso, quem deve "estrutura-la" são os militares detentores de todo poder e "moral" para tal função, pois para os militares essa suposta democracia estava pautada na legalidade e na ordem social instituída com o golpe (...). (FORONI, 2014, p. 79)

Como a professora Selva Guimarães já havia apontado, as construções simbólicas e ritualísticas em torno dos discursos e práticas dos militares acabavam por instituir uma nova forma de "democracia". Poderíamos dizer, até, uma "democracia às avessas". E esses espaços "moralizantes e cívicos" tinha a função de perpetuar esse *modus operandi*. A "democracia militar" como a única possível, e melhor porque "moralmente irretocável", e ao mesmo tempo, conciliatória com aqueles que desejassem partilhar desse "projeto":

> Essa representação de democracia moldada pelos militares é uma democracia sem espaço para a contestação ou oposição, devendo ser aceita e tomada como única forma possível de governo para o desenvolvimento do país. O discurso da conciliação é outra constante nos discursos dos militares, principalmente no fim do regime, com a abertura política. Percebemos essa característica em vários pronunciamentos do governador Jorge Teixeira, quando indica a população como uma das responsáveis pela transformação do Território em Estado, como o intuito de não obter contestação sobre a forma como ele estava fazendo essa transformação (FORONI, 2014, p. 80)

A partir dessas reflexões, é permitido pensar, e até mesmo, concluir, que o histórico da educação brasileira em desenvolver a formação "moral e cívica", diante de projetos políticos, geralmente, autoritários, bem como o "lugar" social, político e histórico do Estado de Rondônia, onde está localizada a instituição que estamos analisando/pensando, são grandes responsáveis pela perpetuação de espaços físicos e temporais, tais como o "Momento Cívico" dentro de instituições escolares.

Precisamos, ainda, buscar verificar como a cultura histórica e a cultura escolar, são também, de certa forma, "corresponsáveis" por essa situação vivida no IFRO de Colorado do Oeste.

A Cultura Histórica e a Cultura Escolar

Provavelmente, um dos conceitos mais fluídos do Jörn Rüsen, e que nos permite verificar o conhecimento histórico além da interpretação hermenêutica, na qual ele busca sempre apresentar suas percepções, explicações, organizações e conceitos de história, é justamente o conceito de "cultura histórica". Aparentemente, no texto "O que é a cultura histórica? Reflexões sobre uma nova maneira de abordar a História", o alemão está mais preocupado em verificar as dimensões públicas e usuais da história, do que na sua apropriação ou construção de forma acadêmica.

Ao definir a cultura histórica como "articulação prática e operante da consciência histórica na vida de uma sociedade (RÜSEN, 2009, p. 4) [3], claramente ele está preocupado

com essa dimensão pública, ou melhor, de uso da história. Sendo a dimensão acadêmica, ou cognitiva, apenas uma das dimensões:

> A cultura histórica contempla as diferentes estratégias da investigação científico-acadêmica, da criação artística, da luta política pelo poder, da educação escolar e extraescolar, do ócio e de outros procedimentos da memória política pública, como conceitos e expressões de uma única expressão mental (RÜSEN, 2009, p. 2)

Portanto, a cultura histórica é a prática coletiva das consciências históricas de determinado lugar/espaço. O "Momento Cívico", por suas características estéticas, possuí uma função de interpretar e situar a coletividade envolvida a ele, temporalmente. Seja na estrutura fixa do tempo (ou seja, toda sexta-feira há o ritual), seja como um espaço definido para realização de tal atividade. Essa estética do ritual é instrumentalizada politicamente (outra dimensão da cultura histórica) pelos agentes envolvidos direta ou indiretamente com ele. E este trabalho, que busca investigar, problematizar e indagar sobre esses procedimentos, inter-relações e práticas, seria a dimensão cognitiva, ou, científico-acadêmica da História. Para Rüsen, apesar da importância desta, as outras dimensões acabam por direcionar e orientar no tempo os sujeitos históricos mais do que a cognitiva.

Diante dessa definição, podemos pensar que a cultura histórica abarca tanto instituições quanto momentos, tanto a capacidade cognitiva, quanto pré-consciente ou inconsciente dos sujeitos históricos. Resumidamente, ela está presente em todos os "lugares culturais" em suas dimensões estética, política e/ou cognitiva:

> Deste modo, a "cultura histórica" sintetiza a universidade, o museu, a escola, a administração, as mídias, e outras instituições culturais como conjunto de lugares de memória coletiva, e integra as funções de ensino, entretenimento, legitimação, crítica, distração, ilustração e outras maneiras de memorizar, uma unidade global da memória histórica (RÜSEN, 2009, p. 2-3)

O "Momento Cívico", diante dessas colocações, tanto é uma construção histórica-cognitiva, pois como vimos anteriormente, no mínimo desde a implantação da República, a educação brasileira esteve envolta a uma prática cívica e moral, e essa foi pensada, criada e articulada tanto dentro como fora do ambiente acadêmico. Como também é envolvido esteticamente, pois "dar forma a uma vida" de pensar historicamente certos lugares/momentos. E não podemos perder de vista que é um objeto/lugar/momento que é instrumentalizado politicamente tanto pela instituição (e os seus gestores) quanto por uma política de Estado e/ou governo, pois está além de uma perspectiva de ensino-aprendizagem.

Em cima dessa discussão, é sintomático como a cultura histórica acaba por invadir e imiscuir-se na cultura escolar. Esta, vaza muito além aos preceitos legais e/ou disciplinares, há muito de um "não-dito", na cultura escolar. As discussões realizadas pela professora Maria Auxiliadora Moreira dos Santos Schmidt nos trazem essa dimensão da cultura escolar:

> (...) de um lado, encontra-se a cultura escolar evidenciada nas normas e textos relativos ao controle do cotidiano escolar, de outro, a multiplicidade das práticas cotidianas. Trata-se do que Rockwell e Ezpeleta (2007, p. 133) chamam de "a história documentada da escola" que convive com a "história não documentada" da escola e ambas precisam ser olhadas em sua diversidade, sempre na perspectiva da mudança e tomando a escola como uma construção social, ou seja, que "cada escola, mesmo imersa num movimento histórico de amplo alcance, é sempre uma versão local e particular desse movimento" (SCHMIDT, 2012, p. 94-95)

Neste momento buscamos uma síntese. A história da educação brasileira, como reiteradamente afirmamos, vem de uma construção moralista e cívica. A cultura militar do Estado de Rondônia, somada as próprias dinâmicas, história, memória e práticas cotidianas da instituição sediada no município de Colorado do Oeste, acabam por transformar um "simples" ritual (sim, resquícios de uma cultura militar e autoritária brasileira) em um momento/lugar de alteridade, pois é nos estilhaçamentos de memórias, histórias, experiências que esse lugar se perpetua, e como citado, em um lugar de disputa.

Afinal, o processo de discussão, diálogo e busca por uma educação mais democrática, acabou por problematizar e questionar esse lugar de "autoritarismo" do "Momento Cívico". Afinal, quando um professor (a), técnico (a), aluno (a) ou outra pessoa pede a palavra, faz críticas ao que está posto, e não é punido por isso, demonstra que há sim mudanças, por mais que simbolicamente (começando pelo nome do ritual) demonstre a continuidade de outrora:

> (...) enquanto as normas e textos da cultura escolar articulam-se e evidenciam uma escola praticamente imune às contradições e tensões do mundo exterior, a cultura da escola, isto é, as práticas cotidianas da escola que as reinterpreta, de maneira multifacetada, podem ser reveladoras dessas tensões e contradições (SCHMIDT, 2012, p. 94-95)

Este ritual, o "Momento Cívico" é para este texto (talvez um mero ensaio), um lugar de "tensão", entre uma proposta homogeneizadora de uma educação construída de cima para baixo, mas revestida de um discurso democrático e a cultura histórica tanto da educação brasileira, quanto da cultura histórica local (tanto da região como institucionalmente) cortando e reinventando os espaços e práticas escolares. A busca por questionamentos dessa situação por investigações de cunho acadêmico-científica, como o que pretende esse trabalho, é a dimensão cognitiva da percepção da cultura histórica, mas ao mesmo tempo, uma forma de dotar a estética do "Momento Cívico" de uma característica de arquivo, histórica e principalmente, simbólica de tensão do tempo passado e presente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como podem perceber, se conseguiram chegar até a este momento do texto, propus uma estrutura que diverge, em certa maneira, as estruturas de trabalhos acadêmicos da área de História. Estranhamente, o "referencial teórico" vem ao final, e não ao início. Mas por quê? Porque, tanto Rüsen, quanto a professora Schmidt, nos dá condições de enxergar todas as problemáticas encontradas por um caminho trilhado historicamente, a partir de um "símbolo", que trouxemos como um resquício de uma cultura militar brasileira, mas sem ser exatamente isso, em sua prática cotidiana atual.

O "Momento Cívico", buscamos apresenta-lo, como um lugar de disputa, entre memórias, políticas e principalmente, como em um lugar de disputa entre o passado e o presente, e a tensão entre eles abrindo para uma perspectiva de futuro. Poderíamos citar Koselleck, mas Rüsen e a sua definição de história nos satisfaz para contemplar essa nossa ideia: "'História' significa o passado interpretativamente trazido para o presente" (RÜSEN, 2009 p. 6). Ou seja, as tensões dessa interpretação estão materializadas neste ritual, e este ritual, ao ser tomado como "histórico" está sendo, interpretativamente, trazido ao presente por esse instrumento cognitivo-acadêmico.

Não vou me tornar repetitivo neste momento, ao contrário, por ser um profissional da instituição e estar diretamente relacionado com o exposto e (possivelmente) investigado por este trabalho, procurarei ser propositivo neste momento final do texto. Se as colocações expostas aqui possuem alguma pertinência, e conseguiu de uma forma ou de outra, ler a realidade que buscamos analisar, acreditamos que o Instituto Federal de Rondônia - Campus Colorado do Oeste necessita problematizar o "Momento Cívico", bem como outros rituais que remetem a estruturas autoritárias de gestão[4]. Buscar caminhos que apresentem novas propostas de espaços e lugares de diálogo, debates e leituras sobre o que é identidade nacional, regional, símbolos, etc.

Como professor (e de História, o que pensando em um sentido ético da profissão/área, pode ser ainda mais problemático e perigoso) da instituição, minha negligência também pode ser sentida nesse processo. Esse texto pode dizer, foi para mim, uma autorreflexão, tanto do que a instituição é e faz, quanto da minha atuação para permitir a continuidade dessa realidade.

Porque invés de "Momento Cívico", não propusemos nomes mais aglutinadores e capaz de agregar valores diferentes e com espaço para vozes diferentes. Por que não, "Momento do diálogo"?, ou "Espaço democrático"? Enfim, vários são os nomes que

poderiam preencher e modificar a forma de pensar esse ritual. Mas o mais importante é, alterar a forma e a utilização desse espaço, problematizando sempre o que é o civismo e como ele foi historicamente instrumentalizado pelas elites, interessadas em manter as estruturas sociais e econômicas que lhes satisfizessem. O problema não se encontra no ritual em si, e sim no simbolismo de sua prática, e na continuidade de resquícios autoritários e dogmáticos que ainda nele se visualiza.

Uma instituição democrática não se faz nos discursos ou nas titulações dos seus docentes, menos ainda, em palestras motivacionais. Uma instituição democrática, como os documentos norteadores do Instituto Federal de Rondônia preconizam, bem como várias legislações educacionais brasileiras, se efetivam em uma prática real, com estruturas reais e no combate a simbolismos e resquícios daquilo que não fazem parte de uma construção coletiva, dialógica e democrática.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, M. H. M. Os sujeitos, a fronteira e a história: a (re) ocupação de Colorado do Oeste. Revista REDI. V.1. N.1, 2013. Disponível em: revista.ifro.edu.br/index.php/redi/article/view/19.

ABUD, Kátia M. O ensino de história como fator de coesão nacional: os programas de História da Era Vargas. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 13, n. 25-26, p. 163-174, set. 1992/ago. 1993.

FONSECA, Selva G. *Caminhos da História Ensinada*. Campinas: Papirus: 1993 p. 35-48.

FORONI, Paola. O discurso do governador Jorge Teixeira e suas representações. In: BARBOSA, Xênia de Castro; ALCÂNTARA, Mauro Henrique M.; AGUIAR, Verônica Aparecida S. *História, memória e direitos humanos*: 50 anos da ditadura militar no Brasil. Salvador, Editora Pontocom, 2014. p. 69-93.

GUIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. *História da educação brasileira*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

RÜSEN, Jörn. ¿Qué es la cultura histórica?: Reflexiones sobre una nueva manera de abordar la historia. [Unpublished Spanish version of the German original text in K. Füssmann, H.T. Grütter and J. Rüsen, eds. (1994). *Historische Faszination*. Geschichtskultur heute. Keulen, Weimar and Wenen: Böhlau, pp. 3-26], 2009. Disponível em: http://www.culturahistorica.es/ruesen/cultura_historica.pdf . Acesso em 27 mai. 2011.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. Cultura histórica e cultura escolar: diálogos a partir da educação histórica. *História Revista*. Goiânia, v. 17, n. 1, p. 91-104, jan./jun. 2012.

SOUZA, Valdir A. Ditadura, essa nossa velha conhecida: repressão e cotidiano. In: BARBOSA, Xênia de Castro; ALCÂNTARA, Mauro Henrique M.; AGUIAR, Verônica Aparecida S. *História, memória e direitos humanos*: 50 anos da ditadura militar no Brasil. Salvador, Editora Pontocom, 2014. p. 28-43.

A CRIMINALIDADE EM MATO GROSSO: UMA DESCRIÇÃO DO PERÍODO 2006-2014

Hozano José Delgado
Mestre em Agronegócios e Desenvolvimento Regional pela UFMT
SEJUDH-MT
hozanodelgado@gmail.com

Adriano Marcos Rodrigues Figueiredo
Doutor em Economia Aplicada pela UFV. Professor da UFMS
adriano.figueiredo@ufms.br

RESUMO

O presente artigo objetiva descrever a criminalidade em Mato Grosso no período 2006 a 2014. Para tanto, utilizam-se dados secundários de homicídios dolosos, latrocínio, lesão seguida de morte, estupro e roubos de veículos encontrados no Estado comparados com os dados nacionais. Entre os principais resultados destacam-se as elevadas e crescentes taxas de criminalidade, mas deve-se ter cautela nas afirmações, pois existe grande heterogeneidade nos níveis de criminalidade entre os municípios do estado.

Palavras-chave: Crime. Mato Grosso. Homicídios.

ABSTRACT

The present paper describes the crime at Mato Grosso between 2006 and 2014. To do so, secondary data is used regarding willful homicides, robbery, injury followed by death, rape and robbery of vehicles, comparing the State´s and Brazilian data. Among main results it is found rising and high crime indices. Nevertheless, there shall be caution in the conclusions because there is large heterogeneity in crime levels among municipalities in the state.

Keywords: Crime. Mato Grosso. Homicides.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICA REGIONAL NDIHR

INTRODUÇÃO

É encontrada uma crescente criminalidade estadual e nacional com efeitos negativos, perdas sociais e econômicas aos indivíduos. Nesse cenário, o estado de Mato Grosso (MT) tem apresentado alta criminalidade. Em 2002, atingiu a taxa de 33,1 homicídios por 100.000 habitantes e se estabeleceu em nono lugar no ranking das taxas de homicídios dos estados brasileiros (BRASIL, 2013).

Figueiredo e Marta (2012, p. 14), mostraram uma relativa estabilidade da taxa de homicídios dolosos para Mato Grosso no período de 2006 a 2010, em média 28,93 homicídios dolosos por 100.000 habitantes, porém ainda elevada. Os autores citados ainda complementam que conforme os dados do Mapa da Violência esta taxa seria superior, registrando 31,8 homicídios por 100.000 habitantes. As taxas médias de Estados Unidos e Europa são da ordem de 4,2 por 100.000 habitantes, segundo Escritório sobre Drogas e Crime das Nações Unidas (FIGUEIREDO; MARTA, op cit.), o que demonstra a discrepância entre as taxas do estado frente a locais chamados desenvolvidos.

Dados do relatório de Genebra (DECLARATION, 2010) declaram que cerca de 70% dos países classificados como tendo desenvolvimento humano baixo e cerca de 50% dos países caracterizados como desenvolvimento humano médio registram taxas de homicídios acima da taxa de homicídios média global de 7,24 por 100.000 habitantes. De outro lado, é comum encontrar países que exibem desenvolvimento humano baixo com taxas de homicídio acima de 18 por 100.000 habitantes.

Nesse sentido, o objetivo geral deste trabalho é analisar a criminalidade em Mato Grosso no período 2006-2014. Especificamente, objetiva-se: avaliar a evolução dos indicadores de homicídios dolosos, latrocínio, lesão seguida de morte, estupro e roubos de veículos encontrados no Estado com os dados nacionais.

Com uma população estimada de 3.035.122 habitantes e índice de desenvolvimento humano (IDH) de 0,796, o estado de Mato Grosso, localizado na região do Centro-Oeste do Brasil, ocupa uma área de 903.366,192 km², sendo o 3º maior estado em extensão territorial do Brasil, tendo como base econômica a atividade agrícola, mas a atividade pecuária e a industrial destacam-se também. Possui características dos três biomas: amazônia, cerrado e pantanal (IBGE, 2010). Divide-se em 141 municípios, 12 regiões de planejamento e 22 microrregiões, sendo que a capital, Cuiabá, se encontra à margem esquerda do Rio Cuiabá e forma uma conurbação com o município vizinho, Várzea Grande, tendo como limites os municípios de Chapada dos Guimarães, Campo Verde, Santo Antônio do Leverger, Várzea Grande, Jangada e Acorizal (SEPLAN, 2015).

Embora haja um crescimento recente do assunto, a criminalidade não é um tema restrito a contemporaneidade. Essa percepção é destacada na obra Conflitos Sociais e a Formação da Amazônia de Schimink e Wood (2012) onde descreve que os conflitos armados estão presentes desde as primeiras movimentações de colonos tentando se apropriar de terras indígenas conforme o conflito armado entre moradores de comunidades indígenas e o avanço de colonos brancos na década de 1936 a 1940 entre os povos Kaiapó e Xingu.

Neste artigo, apresentam-se os resultados encontrados de criminalidade no estado de Mato Grosso e sua evolução de 2006 a 2014. Os dados apresentados utilizam taxa por 100.000 habitantes, usual para relativizar o número de crimes pela população de cada local. A abordagem da criminalidade compara os dados de homicídios dolosos, latrocínio, lesão seguida de morte, estupro e roubos de veículos encontrados no Estado com os dados nacionais.

Pretende-se verificar o comportamento dos principais crimes ao longo do período como ver sua relação com a criminalidade no país. Ademais, utilizando a amostra de municípios com dados completos será abordada a relação da criminalidade e desenvolvimento, desigualdade, efetivo policial e número de prisões. Espera-se que o nível de criminalidade encontrado no Estado esteja relacionado com os aspectos de desenvolvimento com as microrregiões de Mato Grosso.

Os dados utilizados nesta pesquisa são de natureza quantitativa e se referem aos municípios do Estado de Mato Grosso como informações completas referente ao período de 2006 a 2014. Os dados foram extraídos do sistema de informações de cada órgão: Federação das Indústrias do

Estado do Rio de Janeiro – Sistema Firjan, Secretaria de Estado de Segurança Pública de Mato Grosso, Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso (SESMT).

No tocante aos principais dados registrados pela Secretaria de Estado de Segurança Pública de Mato Grosso (SESP), foram obtidos em números absolutos e convertidos em taxa por 100.000 habitantes, e estão classificados em:

a) Crimes com morte: Homicídio doloso, Homicídio culposo de trânsito, outros homicídios culposos, Lesão corporal seguida de morte, Roubo seguido de morte (latrocínio) e outros crimes resultantes em morte;

b) Outras ocorrências com morte: Mortes acidentais no trânsito (exceto homicídio culposo), outras mortes acidentais (exceto homicídio culposo), Suicídio, Mortes a esclarecer;

c) Crimes contra a pessoa sem morte: Tentativa de homicídio, Lesão corporal dolosa, Lesão corporal culposa de trânsito, outras lesões corporais culposas, outros crimes resultantes em lesão corporal, Ameaça;

d) Outras ocorrências sem morte: Lesão acidental no trânsito (exceto lesão corporal culposa), outras lesões acidentais (exceto lesão corporal culposa);

e) Crimes contra a liberdade sexual: Estupro, Tentativa de estupro, Atentado violento ao pudor, Tentativa de atentado violento ao pudor;

f) Crimes contra o patrimônio: Roubo: Roubo de veículo, Roubo de carga, Roubo de veículo de transporte de valores (carro forte), Roubo à instituição financeira, Roubo à transeunte, Roubo em transporte coletivo, Roubo em estabelecimento comercial ou de serviços, Roubo em residência, Roubo com restrição de liberdade à vítima, outros roubos; Furto: Furto de veículo, Furto de carga, Furto a transeunte, Furto em residência, outros furtos; Extorsão mediante sequestro; Estelionato;

g) Legislação especial: Racismo, preconceito e discriminação, Tortura, Entorpecentes (posse e uso), Entorpecentes (tráfico), Porte ilegal de armas de fogo, Atos infracionais (criança e adolescente), Crimes contra o meio ambiente, Crimes contra o consumidor.

Os dados obtidos são dos registros das ocorrências nas delegacias presentes nos municípios do estado de Mato Grosso. As tipificações criminais apresentadas são inúmeras, o que torna ainda mais difícil uma escolha que represente um indicador de criminalidade consistente. Portanto, adotam-se os vários tipos: homicídios dolosos, latrocínio, lesão seguida de morte, estupro e roubos de veículos.

HOMICÍDIOS

Como pode ser observado na Tabela 1, a taxa média de homicídios dolosos de 2006 a 2014 no estado de Mato Grosso é de 30,88 homicídios dolosos por 100.000 habitantes. Ao comparar com outros dados, constata-se como uma taxa elevada - o anuário de Segurança Pública (BRASIL, 2008; 2010) utilizando dados da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) oriundos de Boletins de Ocorrências apresenta taxas de 20,9; 21,9; e 22,9 homicídios dolosos para o Brasil nos anos de 2006, 2009 e 2010, respectivamente.

Tabela 1 - Estatística descritiva de homicídios dolosos registrados no estado de Mato Grosso de 2006 a 2014.

Indicador	Valor	Indicador	Valor
Média	30,88	Variância	13,93
Erro padrão	1,24	Mínimo	26,01
Mediana	30,05	Máximo	39,57
Desvio-padrão	3,73		

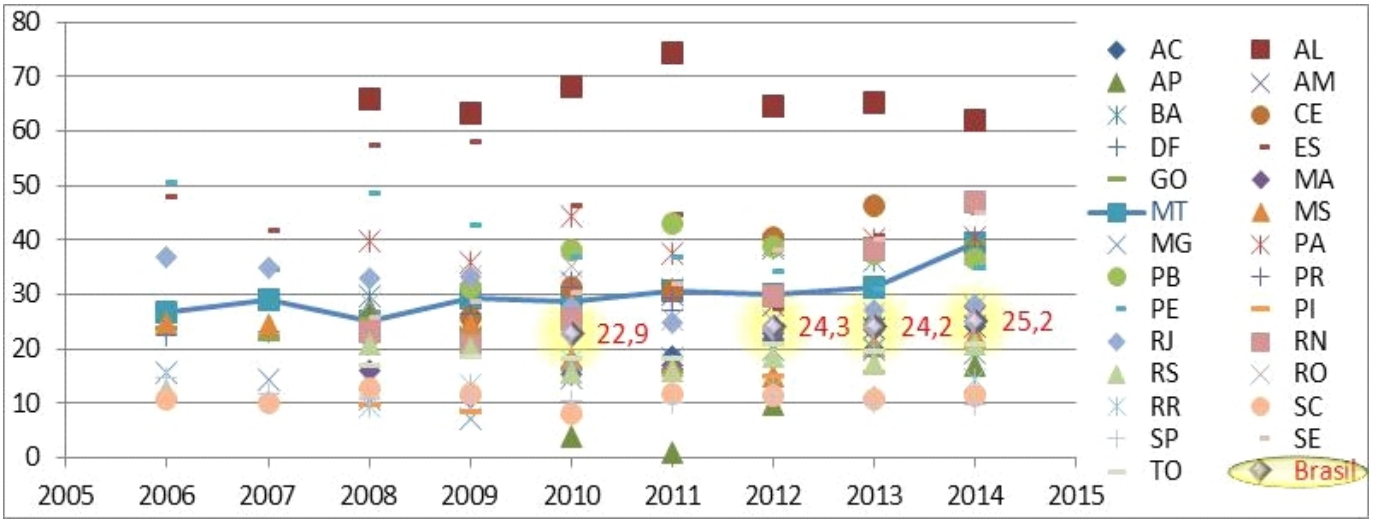
Fonte: Secretaria de Estado de Segurança Pública de Mato Grosso, 2015. Cálculos dos autores.

Em relação ao Centro-Oeste, Mato Grosso apresenta a maior taxa de homicídios quando comparado com as taxas registradas para o mesmo período nos estados de Goiás com taxa média de 29 homicídios dolosos por 100.000 habitantes, Mato Grosso do Sul com uma taxa média de 20,9 homicídios por 100.000 habitantes e o Distrito Federal com taxa média de 25,7 homicídios por 100.000 habitantes (BRASIL, 2008; 2009; 2010; 2012; 2014; 2015).

O valor máximo de homicídios em Mato Grosso corresponde ao ano de 2014 (39,57 homicídios dolosos por 100.000 habitantes), enquanto o valor mínimo registrado corresponde ao ano de 2006 (26,01 homicídios dolosos por 100.000 habitantes). Através desses dados, pode-se concluir que o estado de Mato Grosso apresentou, no período de 2006 a 2014, taxas de homicídios acima das taxas de homicídio nacional como ilustrado na Figura 1.

Embora os dados retirados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2012 e 2015 não apresentem dados completos para todos os estados da federação no período de 2012 a 2014, implicando assim uma limitação na comparação entre os estados, extrai-se desta Figura 1 uma crescente na taxa de homicídios dolosos no estado de Mato Grosso, ficando acima das taxas nacionais (nos anos que possuem registro), como já mencionado anteriormente. Nesse período, houve um crescimento de 52,17% na taxa de homicídios no estado de Mato Grosso, saindo de 26,01 homicídios dolosos por 100.000 habitantes em 2006 para 39,57 homicídios dolosos por 100.000 habitantes.

Figura 1 - Homicídios dolosos nas Unidades da Federação do Brasil de 2006 a 2014.



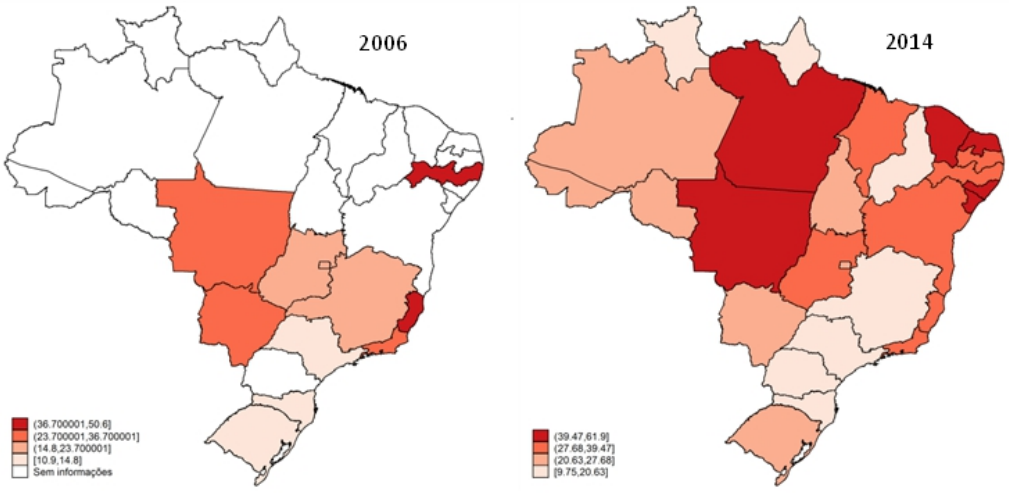
Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2008-2015. Elaborado pelo autor.

Observa-se ainda, que o estado de Mato Grosso está no grupo de estados com as taxas mais elevadas do país (Figura 2).

O Mapa de homicídios no Brasil revela um padrão de heterogeneidade em 2006 e 2014, variando entre taxas de 10,9 a 50,6 homicídios por 100.000 habitantes no ano de 2006 e de 9,75 a 61,9 homicídios por 100.000 habitantes no ano de 2014. Nota-se que, embora exista uma variação elevada entre as taxas mínimas e máximas, são taxas bastante elevadas se comparadas às taxas mundiais, configurando o país em um cenário de alta criminalidade.

Conclui-se a partir desses dados, que no Brasil não possui Unidade da Federação com taxas de homicídios baixas e que possa ser exemplo de sucesso em relação a esse indicador. O estado de Mato Grosso, por sua vez, se destaca pelo padrão elevado de homicídios no período de estudo.

Figura 2 - Mapa de homicídios dolosos no Brasil no ano de 2006 e 2014.

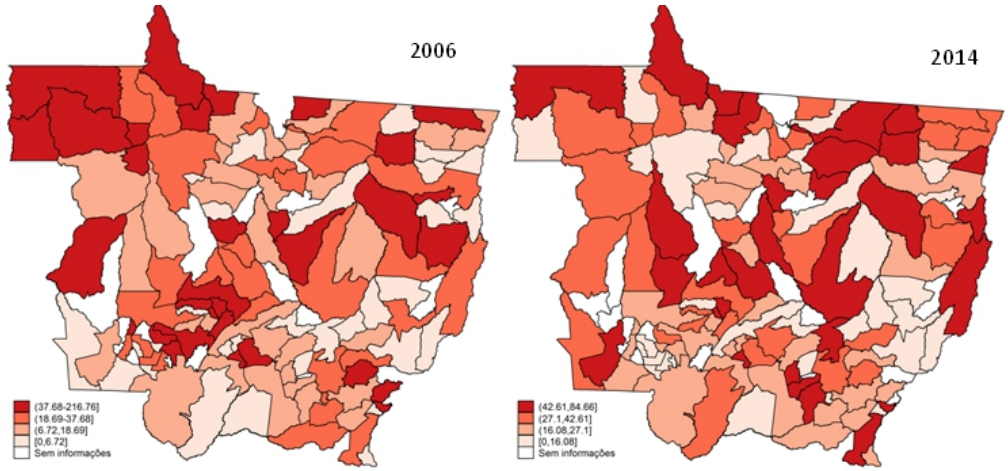


Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2008 e 2015. Elaborado pelo autor. Nota: Para o ano de 2006, o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2008) apresenta dados somente de onze Unidades da Federação, no entanto no ano de 2014 o mapa está completo, apresentando todas as Unidades da Federação.

Em relação ao comportamento da taxa de homicídios nos municípios de Mato Grosso, constata-se uma variação entre os municípios muito acentuada. Em 2006, a taxa de homicídios se comportou entre 0,6 a 216,76 homicídios por 100.000 habitantes, enquanto em 2014 variou entre 0,16 a 84,66 homicídios por 100.000 habitantes. Como se vê Figura 3, ocorreu uma sensível mudança na distribuição espacial das taxas de homicídios de 2006 para 2014.

Como se observa na Figura 3, o estado de Mato Grosso possui criminalidade elevada em relação a taxa de homicídios dolosos, com crescimento acentuado no período de 2006 a 2014, e de padrão heterogêneo entre os municípios. O que pode sugerir que essa elevada taxa de homicídios esteja relacionada com um contexto de escassez e privação, onde impera a desigualdade, a marginalização social e níveis baixos de educação e de desenvolvimento. Diante disso, relacionamos a criminalidade e as diversas variáveis que possam explicar o alto índice de criminalidade do Estado.

Figura 3 - Mapa de homicídios dolosos nos municípios de Mato Grosso no ano de 2006 e 2014.

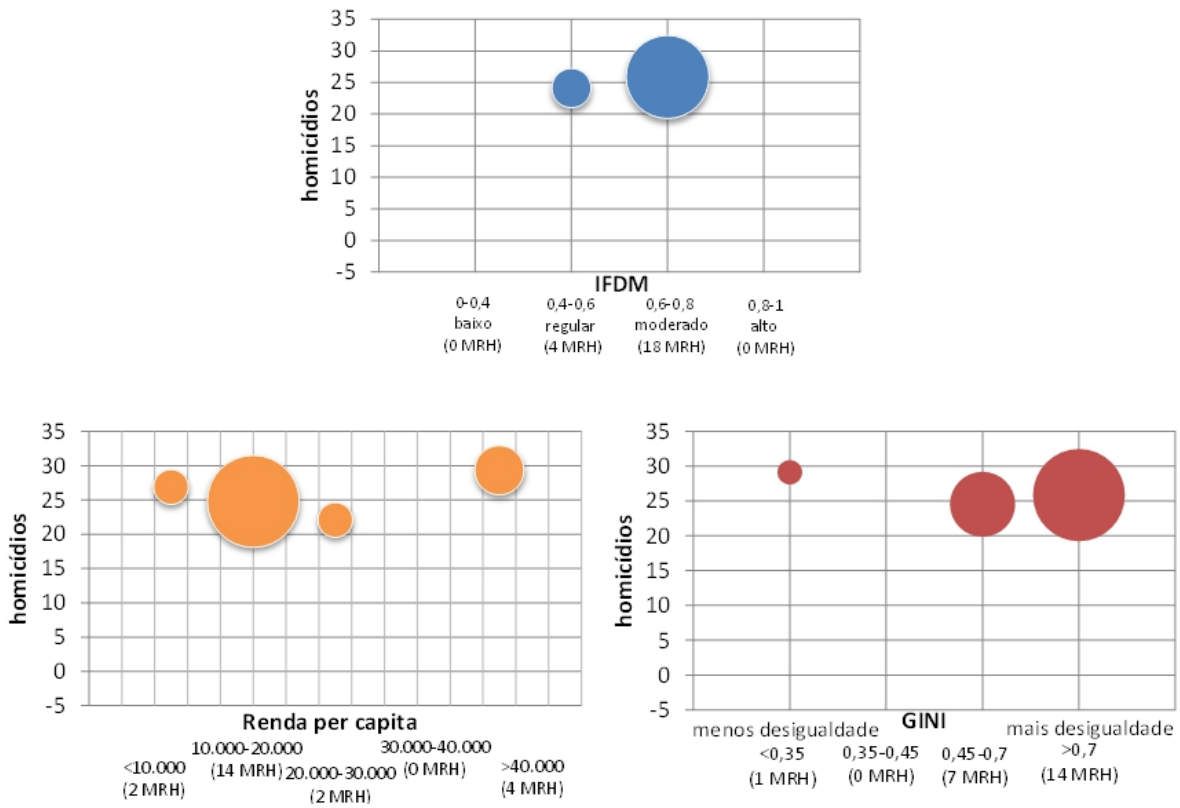


Fonte: Secretaria de Estado de Segurança Pública de Mato Grosso, 2015. Elaborado pelo autor.

A Figura 4 demonstra um padrão divergente do esperado, ou seja, que níveis de desenvolvimento mais baixos possuem alta criminalidade, como também níveis de desenvolvimento mais alto possuem baixa criminalidade. A taxa média no período analisado de 2006 a 2014, tanto desenvolvimento regular, como para desenvolvimento moderado está entre 24,14 e 25,89 homicídios por 100.000 habitantes, isso representa que a alta criminalidade está presente em todas as microrregiões de MT, independentemente do nível de desenvolvimento. As quatro microrregiões que apresentaram índice de desenvolvimento regular (0,4-0,6), obtiveram taxa média de 24,14 homicídios por 100.000 habitantes, enquanto as outras 18 microrregiões apresentaram resultados um pouco superior com taxa média de 25,89 homicídios por 100.000 habitantes. Como se vê, as microrregiões com melhor índice apresentam taxas sensivelmente melhores que as microrregiões com índice mais baixo, revelando no geral padrão divergente do esperado.

No entanto, em relação às quatros primeiras microrregiões, o resultado se apresenta relativamente consistente, tendo em vista que microrregiões com desenvolvimento regular ainda têm um longo caminho a apresentar melhores condições de bem-estar à população, pois potencialmente apresentam dificuldades, em pelo menos alguma dimensão de desenvolvimento, seja na saúde, na educação, desigualdade, pobreza ou até mesmo que a alta criminalidade esteja impactando inversamente no desenvolvimento dessas microrregiões.

Figura 4 - Taxa de homicídios e indicadores de desenvolvimento em MT, no período de 2006 a 2013.



Fonte: Secretaria de Estado de Segurança Pública de Mato Grosso, 2015; Secretaria de Estado de Planejamento de Mato Grosso, 2015; Instituto de pesquisa Econômica Aplicada, 2015. Elaborado pelo autor. Nota: MRH – microrregião homogênea.

Enquanto no segundo caso, em que as 18 microrregiões com desenvolvimento moderado e apresentando taxas maiores do que as de desenvolvimento regular, os dados revelam uma contradição com a teoria. Mesmo o Estado não apresentando microrregiões com alto desenvolvimento é contraditória tal situação, principalmente porque não apresenta microrregiões com baixo desenvolvimento.

Uma explicação provável a presente taxa de homicídios com índices de desenvolvimento encontrados é que o desenvolvimento das microrregiões está sendo alcançado sem impacto da taxa de homicídios, ou seja, a taxa de homicídios não é forte suficientemente para impactar ou

não está associada ao contexto de privação e de escassez das microrregiões do Estado. Outra possível causa é que o Índice Firjan de Desenvolvimento Humano (IFDM) utilizado para sintetizar o desenvolvimento das regiões não seja bom o suficiente para representar o desenvolvimento real das regiões, apresentando sérias limitações principalmente por não considerar a criminalidade em seu cálculo.

Vale lembrar que a taxa de homicídios apresentada pode estar associada com o nível da política de segurança pública executada no Estado, ou melhor, segurança pública com dificuldades é potencialmente um fator que implica menor combate à criminalidade e, assim, desencadeia maior probabilidade de obter taxa de crimes maiores, que é o contexto vivido no estado de Mato Grosso, de alta criminalidade. Diante disso, antes de apresentar outras explicações para averiguar a relação da taxa de homicídios com desenvolvimento sob a ótica do IFDM, vale a pena discorrer sobre outras variáveis que, por último, será a segurança pública.

A relação da renda e da taxa de homicídios demonstra queda na taxa de homicídios à medida que se aumenta a renda *per capita* da população, com exceção das microrregiões que registram taxas acima de 40.000 reais *per capita* anualmente e que apresenta as maiores taxas de homicídios. Esse resultado indica que regiões com maiores rendas possivelmente têm mais chances de investir em diversas políticas sociais e assim propiciar maiores condições para a população e, consequentemente, obter resultados mais satisfatórios na redução da criminalidade.

Porém, as microrregiões que apresentaram alta renda *per capita* e altas taxas de homicídios configuram como um comportamento diferente e que deve ser explicado da seguinte forma: regiões que apresentam maior retorno das atividades criminosas são lugares que propiciam maior renda aos criminosos e potencialmente são mais atrativas. Então, além de propiciar maior renda à população é necessário haver medidas que possibilitem maiores chances de punição e severidade das prisões para haver menos investidas no crime, mas antes, é relevante averiguar a relação com a desigualdade antes de apontar ou fazer conjecturas.

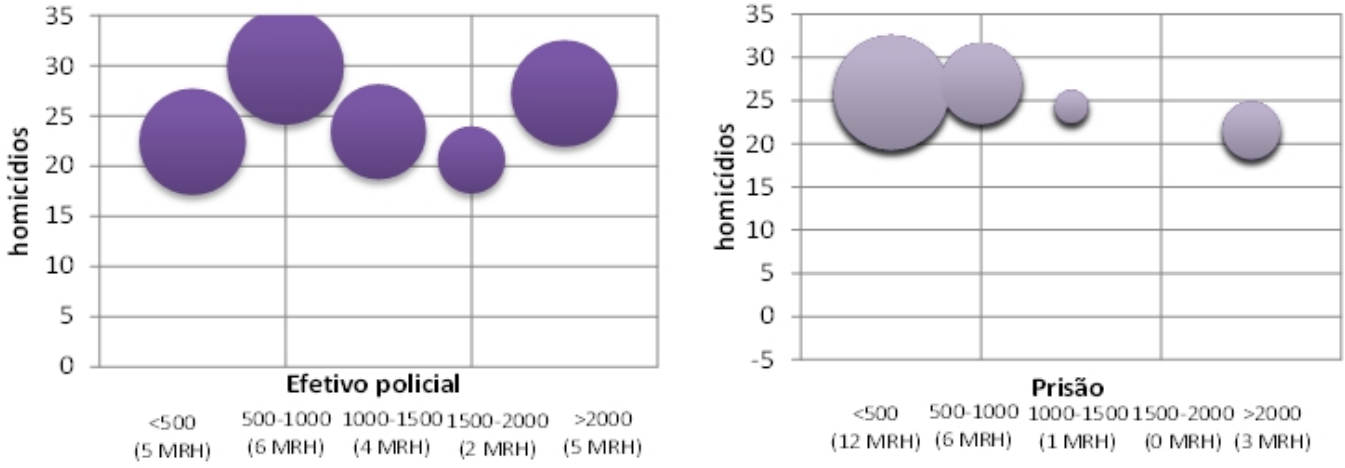
Com a renda apresentada nas microrregiões e sua relação com a taxa de homicídios e abordando a desigualdade para melhor avaliar a situação apresentada no Estado, a desigualdade de renda é muito elevada e concentrada na maioria absoluta das microrregiões. Todas elas apresentam taxas elevadas de criminalidade, inclusive a única microrregião que apresentou menor desigualdade de renda. Percebe-se, então, que a renda *per capita* não está proporcionando melhores condições para a população, pelo contrário, está deixando a população cada vez mais distante de, por meios próprios, romper com as barreiras e condições de escassez e privação de direitos.

Sen (2010) revela que para haver mais desenvolvimento é condição primordial que os indivíduos consigam superar as barreiras de privação de liberdade. A criminalidade está tão generalizada no Estado que permeia as regiões que apresentam resultados mais satisfatórios de mais igualdade de renda. Diante da alta desigualdade apresentada, da taxa de homicídios elevada e de resultados não satisfatórios da segurança pública, é difícil manter a linha de que há desenvolvimento no Estado, e aponta-se também que o indicador apresentado de desenvolvimento (IFDM) não representa o desenvolvimento real no estado de MT.

A abordagem de segurança pública que vai ser discorrida, a seguir, apresenta limitações. Uma delas é não contemplar uma análise profunda do ponto de vista da segurança pública através dos principais indicadores de desempenho como produtividade das polícias, sensação de segurança da população e vitimização. Porém, será vista a relação entre a taxa de homicídios e efetivo policial e taxa de prisões, esses dois últimos apresentam relação direta com a taxa de homicídios e possuem, conceitualmente, o efeito de dissuasão de crimes, ou seja, de inibir práticas criminosas.

A Figura 5 ilustra um padrão heterogêneo do efetivo policial nas microrregiões do Estado, apresentando microrregiões com a proporção de um policial a cada 500 habitantes e que chega até a proporção de um policial para mais de 2000 habitantes. A taxa média de efetivo policial para o período de 2006 a 2013 em MT é de 629,37 habitantes por policial, dessa forma, observa-se uma elevada heterogeneidade, configurando uma distribuição muito desigual do efetivo policial entre as microrregiões no Estado.

Figura 5 - Taxa de homicídios e indicadores de segurança pública em MT, no período de 2006 a 2013.



Fonte: Secretaria de Estado de Segurança Pública de Mato Grosso, 2015. Elaborado pelo autor.

Isso significa que no Estado há uma deficiência na alocação dos policiais, talvez essa deficiência seja justificada por uma estratégia de remanejamento de policiais para regiões que apresentam maior criminalidade. Mesmo que a distribuição desigual no Estado seja de forma racional com o propósito de combater microrregiões específicas no Estado, a proporção de policiais encontrada nas microrregiões é abaixo da referência nacional.

No tocante à relação da taxa de homicídios com efetivo policial, observa que não há um padrão específico, as microrregiões que apresentam menor taxa de criminalidade possuem efetivo policial na proporção de 1:500, de 1:1000-1500 e 1:1500-2000 policial por habitante. As microrregiões que estão na primeira classe de proporção de policial (1:500 policial por habitantes) se justifica em função do lugar onde há maior contingente de força policial, maiores são as chances de combater a criminalidade e obter melhores resultados na taxa de homicídios, no entanto, em relação as outras duas classes (1:1000-1500 e 1:1500-200) se esperava obter taxas maiores do que as microrregiões onde tem menor proporção de efetivo policial e ocorreu de forma diferente. Já às microrregiões que apresentaram taxas maiores de homicídios dolosos estão nas classes de proporção policial de (1:500-1000 e de 1 policial por mais de 2000 habitantes), demonstrando padrão divergente do esperado.

Por mais sensato que seja uma possível explicação para a distribuição desigual entre as microrregiões, observa-se que a proporção de policial entre as microrregiões não foi suficiente para combater a criminalidade e, assim, apresentar melhores resultados de taxa de homicídios. Isso indica que o Estado precisa aumentar significativamente seu contingente policial para apresentar melhores resultados na criminalidade.

A distribuição das prisões está mais concentrada nas microrregiões que apresentam taxas menores de prisão, sendo 18 microrregiões com taxas de prisão de até 1000 prisões por 100.000 habitantes, enquanto as outras 4 microrregiões registraram taxas acima de 1000 prisões por 100.000 habitantes. O que chama atenção na Figura 5 é que as microrregiões que registram maiores taxas de prisão apresentam taxas relativamente menores que as outras microrregiões, evidenciando o efeito de dissuasão que as prisões têm sobre o crime, ou seja, lugares em que apresentam maior produtividade e efetividade da ação policial, principalmente quando se efetua mais prisões, as chances são maiores de reduzir outras possíveis práticas criminosas.

Como a proporção de policiais é alta, ou seja, tem pouco policiais por habitante, em consequência, as microrregiões obtiveram maior concentração nas taxas mais baixas de prisão. Nesse sentido, se o Estado quer elevar a taxa de prisão e conseguir maior redução da taxa de homicídios, além de melhor distribuir o contingente policial entre as microrregiões, é necessário aumentar o efetivo policial.

Com todos os apontamentos realizados, pode-se inferir que alguns indicadores têm

apresentado uma falsa ideia de desenvolvimento no Estado, ou mesmo falsa ideia de estar em processo de ampliação do desenvolvimento. Sem sombra de dúvidas, o crescimento de determinada dimensão do desenvolvimento proporciona melhores condições à população, mas por si só não oferta o total desenvolvimento.

Uma razão para essa afirmação é a criminalidade generalizada nas microrregiões do Estado, inclusive em situações em que a teoria aponta que deveria ter uma menor taxa de criminalidade. Dessa forma, não dá para levar em conta que existe algum desenvolvimento no Estado com tantas condições desfavoráveis e de privação de liberdade. Assim, é prudente afirmar que ainda não há desenvolvimento no Estado e que para almejá-lo, o Estado tem que cumprir com dever de ofertar segurança real às pessoas, com uma política de combate à criminalidade atuante como também resolver seus principais problemas sociais.

LATROCÍNIO

Com relação à Roubo seguido de morte (latrocínio), é interessante observar a reduzida magnitude compondo taxa média de 1,50 ocorrências por 100.000 habitantes (Tabela 2). O valor máximo registrado no período de estudo em Mato Grosso, desta ocorrência, foi no ano de 2008 com taxa de 1,76 casos por 100.000 habitantes e sob taxa de 1,12 no ano de 2006, para o valor mínimo.

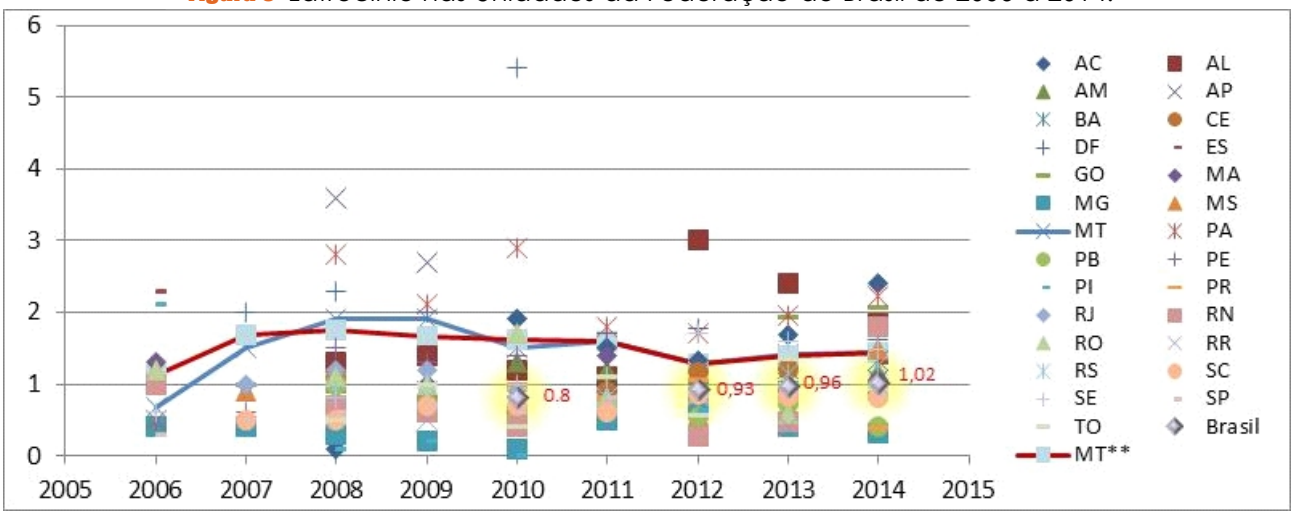
Tabela 2 - Estatística descritiva de latrocínio (roubo seguido de morte) registrado no estado de Mato Grosso de 2006 a 2014.

Indicador	Valor	Indicador	Valor
Média	1,50	Variância	0,04
Erro padrão	0,07	Mínimo	1,12
Mediana	1,59	Máximo	1,76
Desvio-padrão	0,21		

Fonte: Secretaria de Estado de Segurança Pública de Mato Grosso, 2015. Cálculos dos autores.

Ao comparar com outros dados, constata-se como uma taxa elevada, o anuário de Segurança Pública (BRASIL, 2008-2015) que apresenta uma taxa de 0,80, de 0,93, de 0,96 e 1,02 latrocínios por 100.000 habitantes para o Brasil no ano de 2010, 2012 a 2014 respectivamente. Através desses dados, pode-se concluir que o estado de Mato Grosso apresentou no período de 2006 a 2014 taxas de Latrocínio acima das taxas de Latrocínio nacional como ilustrado na Figura 6.

Figura 6 - Latrocínio nas Unidades da Federação do Brasil de 2006 a 2014.

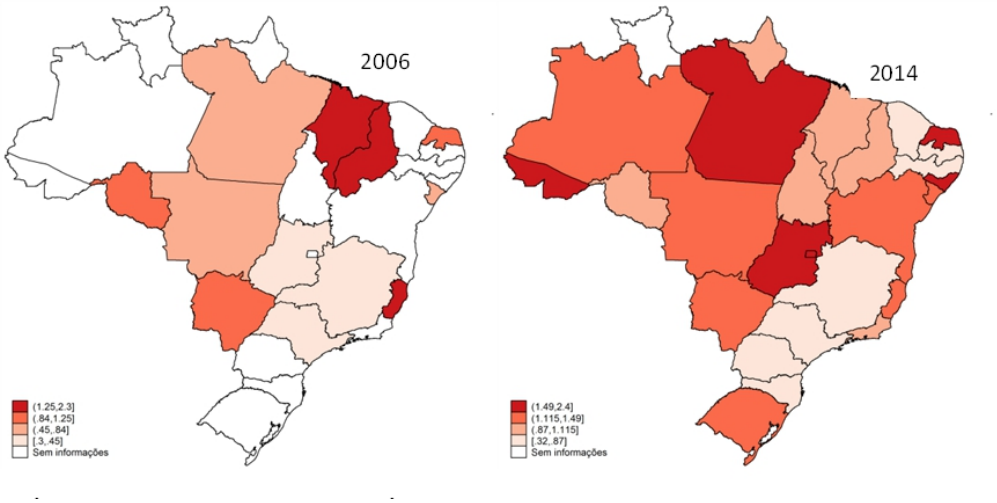


Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2008-2015. Secretaria de Estado de Segurança Pública de Mato Grosso, 2015. Elaborado pelo autor.

Na Figura 6, pode ser observada uma ligeira diferença nas fontes de informação. Segundo o Anuário de Segurança Pública (BRASIL, 2008-2015), o estado de Mato Grosso apresenta um crescimento de 2006 a 2009 e, posteriormente, uma tendência decrescente incipiente na taxa de Latrocínios no estado de Mato Grosso, enquanto dados da Secretaria de Estado de Segurança Pública (MATO GROSSO, 2014) revelam que o estado se mantém quase que estável no nível de registro de Latrocínio. Mesmo com fontes divergentes, se posiciona acima da média nacional.

O Mapa de Latrocínios no Brasil (Figura 7) possui uma reduzida magnitude, variando entre taxas de 0,3 a 2,2 Latrocínios por 100.000 habitantes no ano de 2006; e de 0,32 a 2,4 Latrocínios por 100.000 habitantes no ano de 2014. No entanto, em relação ao comportamento da taxa de Latrocínios nos municípios de Mato Grosso, constata-se uma variação entre os municípios muito alta. Poucos municípios apresentaram registros de latrocínio, o que significa que as altas taxas desses municípios fizeram o estado de MT possuir uma taxa acima da média nacional.

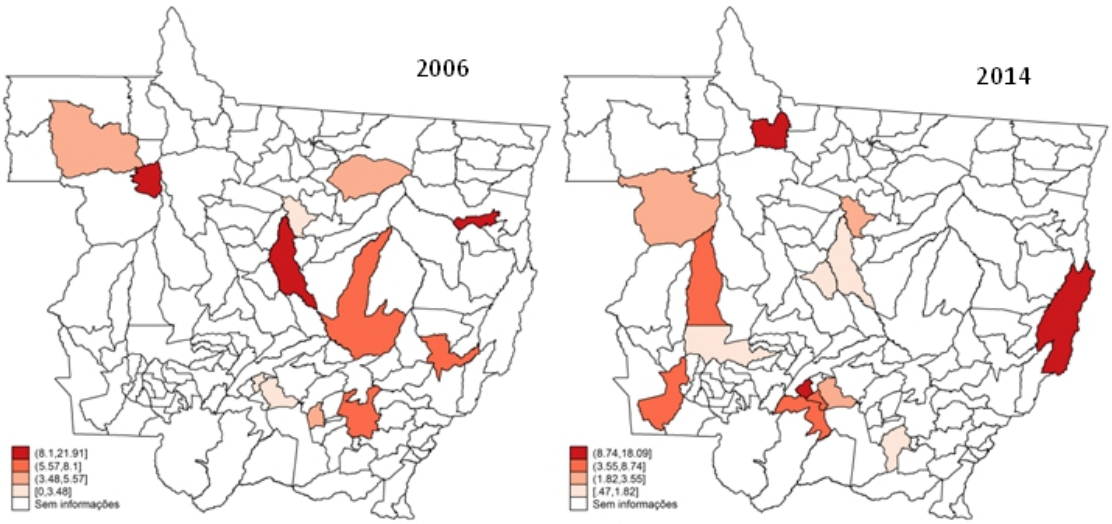
Figura 7 - Mapa de latrocínios no Brasil no ano de 2006 e 2014.



Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2008 e 2015. Elaborado pelo autor. Nota: Para o ano de 2006, o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2008) apresenta dados somente de onze Unidades da Federação, no entanto no ano de 2014 o mapa está completo, apresentando todas as Unidades da Federação.

Em 2006, a taxa de Latrocínios se comportou entre 0,96 a 21,91 latrocínios por 100.000 habitantes, enquanto em 2014 variou entre 0,47 a 18,09 latrocínios por 100.000 habitantes. Como se vê nas figuras abaixo ocorreu uma mudança significativa na distribuição espacial nessas taxas de 2006 para 2014 e a maioria dos municípios que apresentou registro em 2006 não apresentou registro em 2014 (Figura 8).

Figura 8 - Mapa de latrocínios nos municípios de Mato Grosso no ano de 2006 e 2014.



Fonte: Secretaria de Estado de Segurança Pública de Mato Grosso, 2015. Elaborado pelo autor.

LESÃO SEGUIDA DE MORTE

Lesão seguida de morte também se apresenta com uma reduzida magnitude como o Latrocínio e, ao comparar com outros dados do país, constata-se com uma taxa elevada. O anuário de Segurança Pública (BRASIL, 2008-2015) apresenta taxas de 0,60, de 0,58, e 0,38 lesão seguida de morte por 100.000 habitantes para o Brasil no ano de 2012, 2013 e 2014, respectivamente. Infere-se, dessa maneira, que Mato Grosso apresentou no período de 2006 a 2014 taxas de lesão seguida de morte acima das taxas nacionais, conforme ilustração na Tabela 3 e Figura 9.

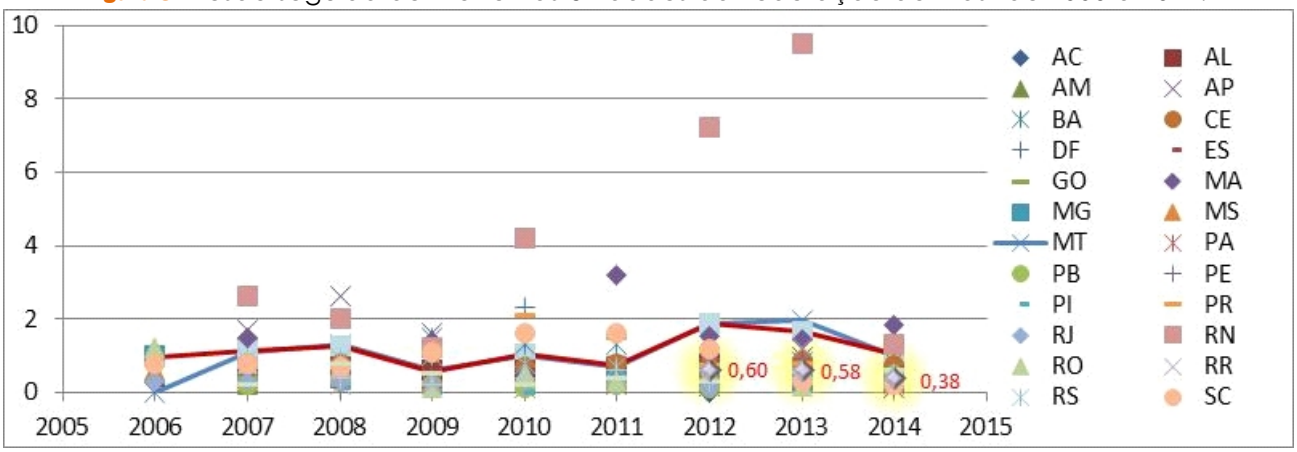
Tabela 3 - Estatística descritiva de lesão seguida de morte registrada no estado de Mato Grosso de 2006 a 2014.

Indicador	Valor	Indicador	Valor
Média	1,13	Variância	0,18
Erro padrão	0,14	Mínimo	0,57
Mediana	1,02	Máximo	1,89
Desvio-padrão	0,42		

Fonte: Secretaria de Estado de Segurança Pública de Mato Grosso, 2015. Cálculos dos autores.

Registra-se uma diferença nas fontes de informação nos anos de 2006 e 2013, nos demais períodos, os valores são praticamente os mesmos. Segundo o Anuário de Segurança Pública (BRASIL, 2008-2015), houve uma ligeira alta no registro de lesão seguida de morte nos anos de 2006 a 2008 e 2011, enquanto que no registro do banco de dados da Secretaria de e Segurança Pública de Mato Grosso (MATO GROSSO, 2015) há um aumento mais expressivo nos anos de 2012 e 2013.

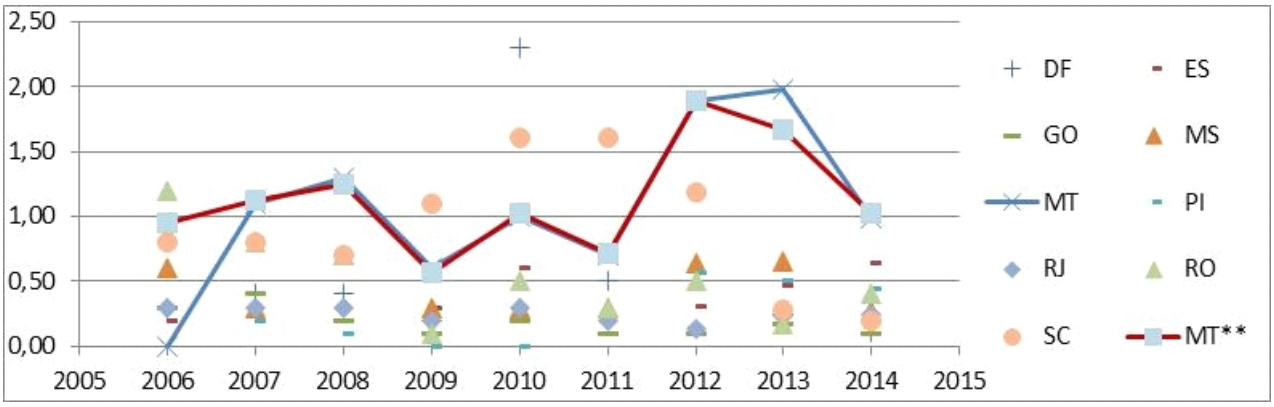
Figura 9 - Lesão seguida de morte nas Unidades da Federação do Brasil de 2006 a 2014.



Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2008-2015; ****Fonte:** Secretaria de Estado de Segurança Pública de Mato Grosso, 2015. Elaborado pelo autor.

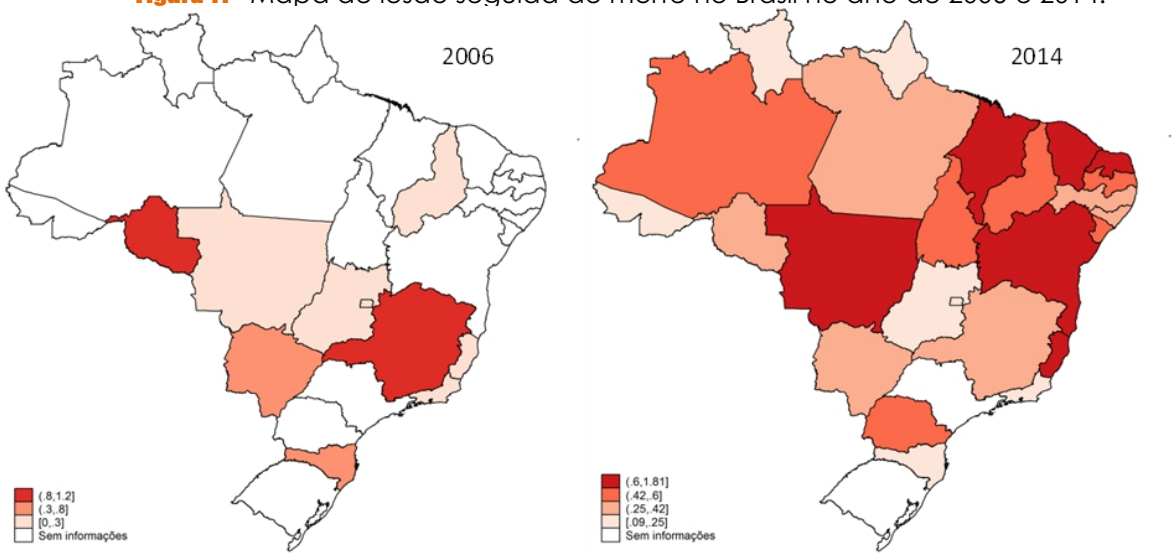
Em comparação as sete Unidades da Federação (DF, ES, GO, PI, RJ, RO e SC) que possuem registros completos de lesão seguida de morte para o período de 2006 a 2014 (BRASIL, op cit), o estado de Mato Grosso possui, somente, taxa menor do que o Distrito Federal (DF) no ano de 2010 com registro de taxa de 2,3 lesões seguidas de morte por 100.000 habitantes e Santa Catarina (SC) no ano de 2009 a 2011, cuja taxa de 1,1 lesão seguida de morte por 100.000 habitantes em 2009, e de taxas de 1,6 nos dois anos seguintes (Figura 10 e Figura 11). Em relação aos demais períodos e demais estados brasileiros, Mato Grosso possui a maior taxa de lesão seguida de morte, com exceção do ano de 2006 em que as fontes divergem.

Figura 10 - Comparação das UF com dados completos de 2006 a 2014 sobre lesão seguida de morte.



Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2008-2015, ***Fonte:** Secretaria de Estado de Segurança Pública de Mato Grosso, 2015. Elaborado pelo autor.

Figura 11 - Mapa de lesão seguida de morte no Brasil no ano de 2006 e 2014.



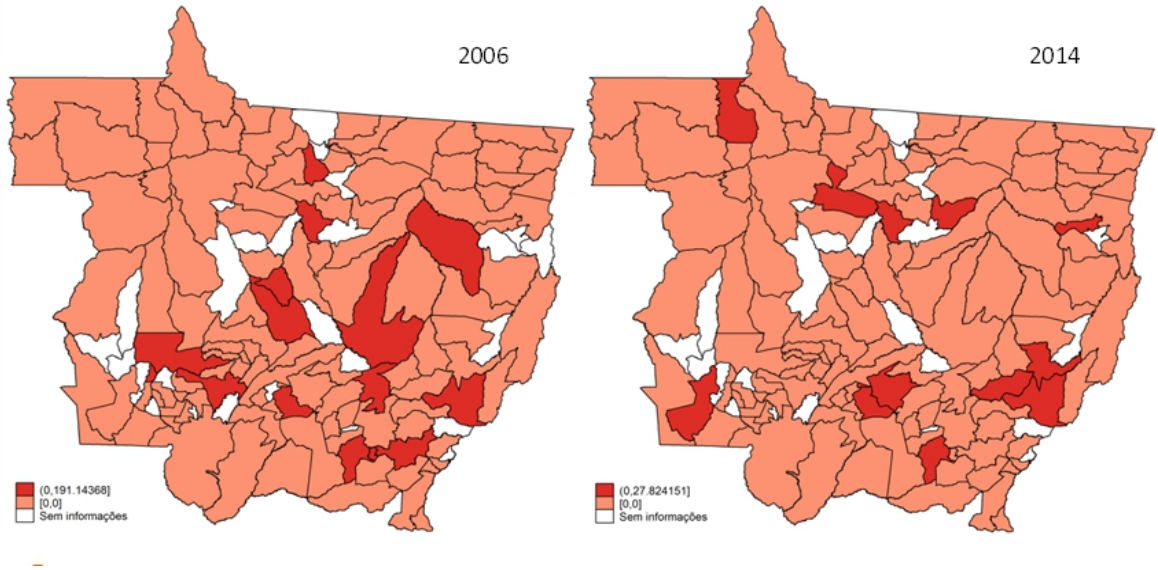
Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2008 e 2015. Elaborado pelo autor.

O Mapa de lesão seguida de morte no Brasil aponta que Mato Grosso sai do grupo dos Estados com menores taxas de lesão seguida de morte em 2006 para o grupo com maiores taxas de lesão seguida de morte em 2014. O Brasil variou suas taxas entre 0 a 1,2 lesão seguida de morte por 100.000 habitantes no ano de 2006 e de 0,9 a 1,81 lesão seguida de morte por 100.000 habitantes no ano de 2014. Observa-se também um aumento no número de Estados que apresentaram registro desse tipo de crime, porém não atingiu a totalidade dos Estados no ano de 2014.

Essas taxas nos municípios de Mato Grosso no ano de 2006 chegaram até a taxa de 191,14 por 100.000 habitantes, e em 2014 a 27,82 por 100.000 habitantes. São poucos os municípios do Estado que registraram taxas diferente de zero, o que demonstra que a taxa encontrada no Estado é em função da concentração desses crimes em poucos municípios. Em relação à distribuição espacial, observa-se padrão diverso nos municípios em que ocorreu lesão seguida de morte.

Dos 115 municípios com registro de lesão seguida de morte, 59 municípios não tiveram ocorrência desse tipo de crime de 2006 a 2014 (Figura 12). Dentre esses municípios, todos possuem população até 50.000 habitantes. Os 56 municípios, que apresentaram pelo menos uma ocorrência de tipo de crime de 2006 a 2014, possuem população acima de 50.000 habitantes permanecendo nesse último grupo. O que significa dizer que nos municípios com mais de 50.000 habitantes teve pelo menos uma ocorrência de lesão seguida de morte de 2006 a 2014.

Figura 12 - Mapa de lesão seguida de morte nos municípios de Mato Grosso no ano de 2006 e 2014.



Fonte: Secretaria de Estado de Segurança Pública de Mato Grosso, 2015. Elaborado pelo autor

ESTUPRO

Dos crimes contra a liberdade sexual, destacamos o crime de estupro. Totalmente abominado pela população, esse tipo de crime foi selecionado em função da comparação com demais Unidades da Federação no período de 2006 a 2014. Na tabela abaixo em que demonstra a estatística descritiva dos principais crimes do estado de MT, nota-se que a taxa média registrada foi de 27,48 estupros por 100.000 habitantes (Tabela 4).

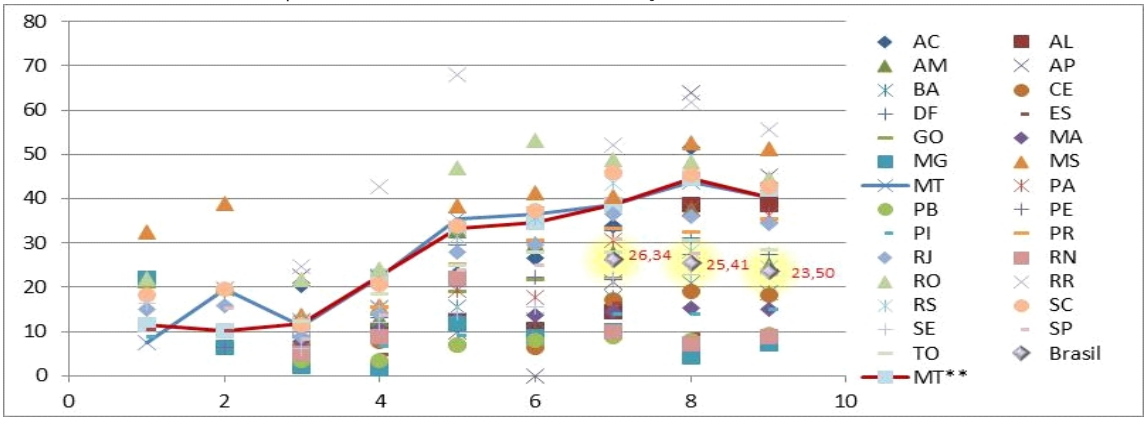
Tabela 4 - Estatística descritiva de estupro registrado no estado de Mato Grosso de 2006 a 2014.

Indicador	Valor	Indicador	Valor
Média	27,48	Variância	187,18
Erro padrão	4,56	Mínimo	10,16
Mediana	33,21	Máximo	44,56
Desvio-padrão	13,68		

Fonte: Secretaria de Estado de Segurança Pública de Mato Grosso, 2015. Cálculos dos autores.

O anuário de Segurança Pública (BRASIL, 2008; 2010) apresenta taxas de 26,34, de 25,41 e de 23,50 estupros por 100.000 habitantes em todo Brasil nos anos de 2012, 2013 e 2014, respectivamente (Figura 13).

Figura 13 - Estupro nas Unidades da Federação do Brasil de 2006 a 2014.



Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2008-2015, **Fonte: Secretaria de Estado de Segurança Pública de Mato Grosso, 2015. Elaborado pelo autor

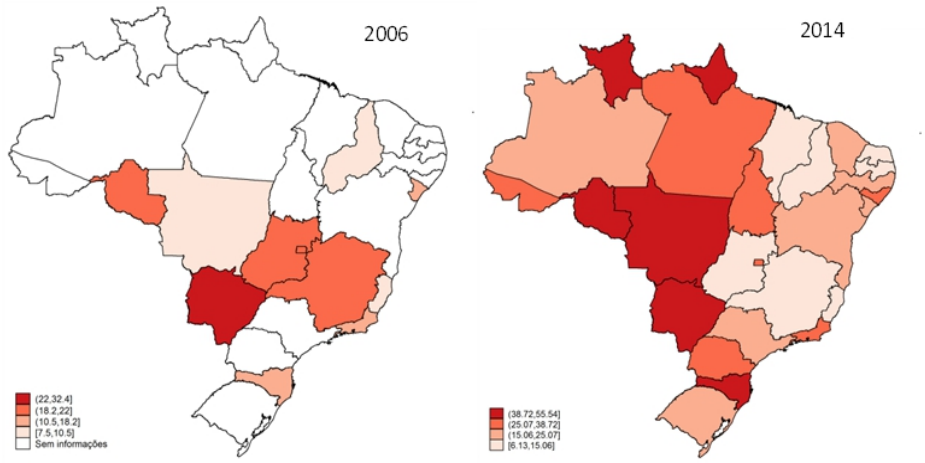
Em relação ao Centro Oeste, as taxas médias registradas no estado de Goiás foram de 15,70 estupros por 100.000 habitantes, Mato Grosso do Sul com uma taxa média de 36,12 estupros por 100.000 habitantes e o Distrito Federal com taxa média de 23,45 estupros por 100.000 habitantes (BRASIL, 2008; 2009; 2010; 2012; 2014; 2015).

Dados da Secretaria de Estado de Segurança Pública de Mato Grosso (2014) apontam que o valor máximo de estupros em Mato Grosso corresponde ao ano de 2013 (44,56 estupros por 100.000 habitantes), enquanto o valor mínimo registrado corresponde ao ano de 2007 (10,16 estupros por 100.000 habitantes).

Nota-se uma diferença nos valores das fontes de informação relativa à taxa de estupro nos anos de 2006, 2007, 2010 e 2013. A diferença mais acentuada está no ano de 2007. Mesmo apresentando alguns dados divergentes, a partir da figura 13, nota-se um crescente na taxa de estupros do estado de Mato Grosso no período de 2006 a 2014.

O Mapa de estupros no Brasil aponta que Mato Grosso sai do grupo dos Estados com menores taxas de estupros em 2006 para o grupo com maiores taxas de estupros em 2014 (Figura 14). O Brasil variou suas taxas entre 7,5 a 32,4 estupros por 100.000 habitantes no ano de 2006 e de 6,13 a 55,54 estupros por 100.000 habitantes no ano de 2014. Observa-se que o registro desse tipo de crime atingiu a totalidade dos estados no ano de 2014, o que não aconteceu o mesmo no ano de 2006.

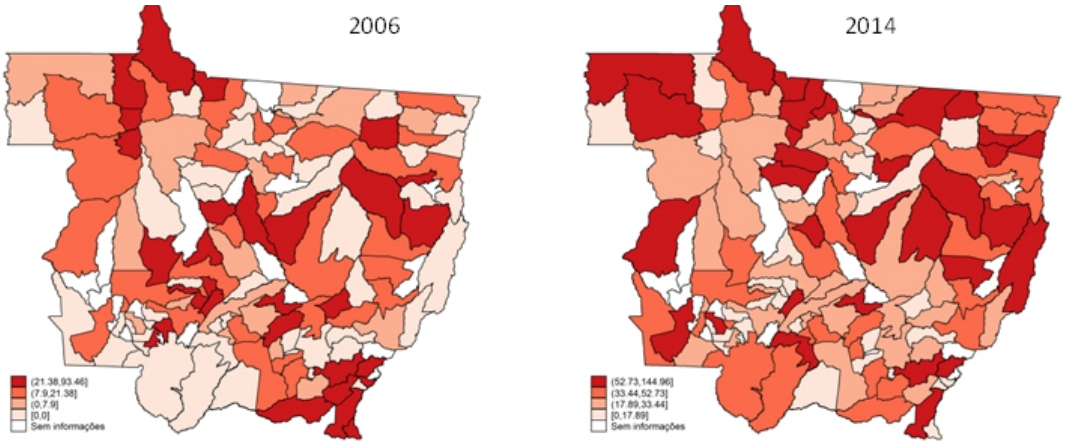
Figura 14 - Mapa de estupros no Brasil no ano de 2006 e 2014.



Fonte: Secretaria de Estado de Segurança Pública de Mato Grosso, 2015. Elaborado pelo autor.

A taxa de estupro nos municípios de Mato Grosso, no ano de 2006, chegou até a taxa de 93,46 por 100.000 habitantes e, em 2014, variou até 144,96 por 100.000 habitantes (Figura 15). Há uma forte variação espacial da taxa de estupro de 2006 para 2014.

Figura 15 - Mapa de estupros nos municípios de Mato Grosso no ano de 2006 e 2014.



Fonte: Secretaria de Estado de Segurança Pública de Mato Grosso, 2015. Elaborado pelo autor.

Do total dos 115 municípios que possuem registros de crimes para o período de 2006 a 2014, nove municípios no estado de MT, que possuem população acima de 50.000 habitantes, registram taxas médias que variam de 19,71 e 33,74 estupros por 100.000 habitantes. Enquanto os outros 106 municípios, que possuem população até 50.000 habitantes, registram taxas médias que variam de zero até 84,31 estupros por 100.000 habitantes para o mesmo período. Trata-se de uma variação muito alta nos municípios menos populosos.

Ao considerar os municípios acima de 50.000 habitantes como populosos e municípios abaixo de 50.000 habitantes como menos populosos, percebe-se que a taxa média de estupros está mais alta nos municípios mais populosos. A taxa média registrada nos municípios mais populosos para o período foi de 29,26 estupros por 100.000 habitantes, enquanto nos menos populosos a taxa média foi de 21,41 estupros por 100.000 habitantes (Tabela 5).

Tabela 5 - Municípios mais populosos e menos populosos e taxa média de estupro de 2006 a 2014.

	Média	Máximo	Mínimo	N. municípios
Municípios acima de 50.000 hab.	29,26	33,74	19,71	9
Municípios até 50.000 hab.	21,41	84,32	0,00	106
Estado MT	27,48			141

Fonte: Secretaria de Estado de Segurança Pública de Mato Grosso, 2015. Elaborado pelo autor.

ROUBO DE VEÍCULOS

Dos crimes contra o patrimônio destacamos roubo de veículos em função da comparação com demais Unidades da Federação no período de 2006 a 2014. Na Tabela 6, em que demonstra a estatística descritiva dos principais crimes do estado de MT, evidencia-se que a taxa média registrada em MT foi de 71,41 roubos de veículos por 100.000 habitantes. Em MT o valor máximo registrado foi de 134,54 roubos de veículos por 100.000 habitantes no ano de 2014 e mínimo registrado foi de 25,46 roubos de veículos por 100.000 habitantes no ano de 2008.

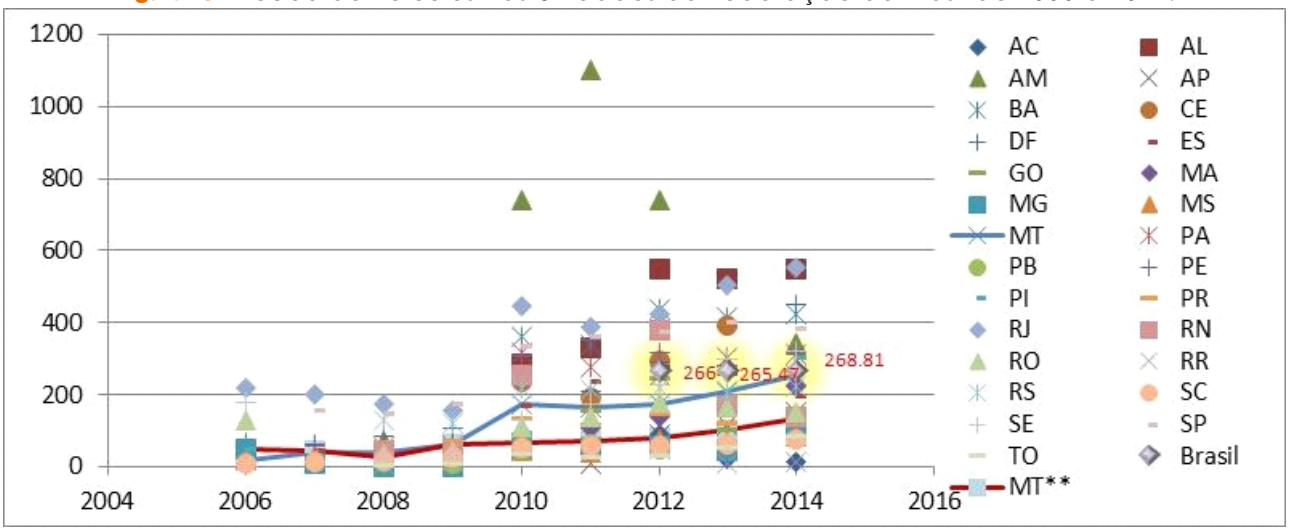
Tabela 6 - Estatística descritiva de roubo de veículos registrado no estado de Mato Grosso de 2006 a 2014.

Indicador	**Valor**	**Indicador**	**Valor**
Média	71,41	Variância	1043,91
Erro padrão	10,77	Mínimo	25,46
Mediana	67,38	Máximo	134,54
Desvio-padrão	32,31		

Fonte: Secretaria de Estado de Segurança Pública de Mato Grosso, 2015. Cálculos dos autores.

Quando se compara com as taxas nacionais, observa-se que as taxas registradas em MT estão abaixo da média nacional, pelo menos nos anos em que possuem essa estatística, conforme Figura 16. O anuário de Segurança Pública (BRASIL, 2008-2015) apresenta taxas de 266, de 265,47 e de 268,81 roubos de veículos por 100.000 habitantes em todo Brasil nos anos de 2012, 2013 e 2014, respectivamente.

Figura 16 - Roubo de veículos nas Unidades da Federação do Brasil de 2006 a 2014.



Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2008-2015, ***Fonte:** Secretaria de Estado de Segurança Pública de Mato Grosso, 2015. Elaborado pelo autor.

Na Figura 16, o que fica mais evidente é a diferença entre as duas fontes de informação utilizadas para comparar as taxas entres as Unidades da Federação de 2006 a 2014. Os dados oriundos do Anuário de Segurança Pública (BRASIL, op cit) mostram uma tendência crescente da taxa de roubos de veículos no estado de MT. Essa tendência também é percebida, porém menos acentuada, nos dados oriundos da fonte da Secretaria de Segurança Pública do estado de Mato Grosso (MATO GROSSO, 2014).

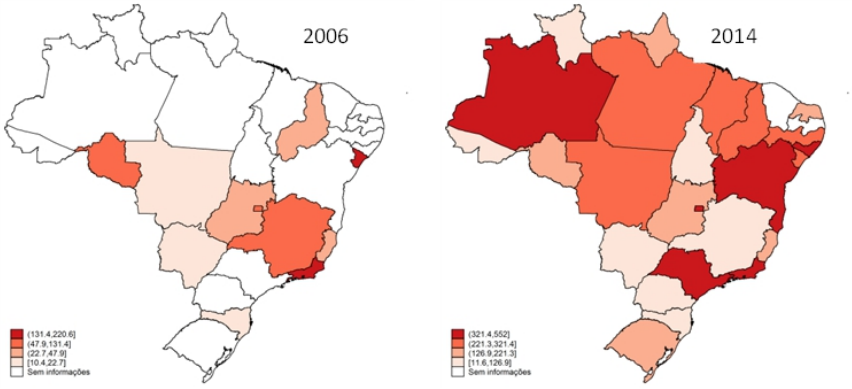
Em relação às Unidades da Federação que compõe o Centro Oeste, a taxa média do Distrito Federal, referente ao período de 2006 a 2014, é a mais alta do Centro Oeste, sendo taxa média de 197,32 roubos de veículos por 100.000 habitantes (Tabela 7 e Figura 17).

Tabela 7 - Roubo de veículos na região Centro Oeste de 2006 a 2014.

Estado	Média	Máximo	Mínimo
DF	197.32	449.13	64.70
GO	96.00	243.45	26.60
MS	46.78	83.17	19.40
MT	127.27	255.58	18.60
MT**	71.41	134.54	25.46

Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2008-2015, **Fonte: Secretaria de Estado de Segurança Pública de Mato Grosso, 2015. Elaborado pelo autor

Figura 17 - Mapa de roubo de veículos no Brasil no ano de 2006 e 2014.



Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2008 e 2015. Elaborado pelo autor.

Desta forma, é possível ver o crescimento da criminalidade em quase todas as modalidades analisadas entre 2006-2014: homicídios dolosos, lesão seguida de morte, estupros, e roubo de veículos. O latrocínio teria um comportamento um pouco diferente, mas não menos preocupante.

CONCLUSÕES

Os dados no período de 2006 a 2014 no estado de Mato Grosso apresentam níveis de crescente e elevada criminalidade. Desta forma, fica evidente que MT está distante de chegar ao desenvolvimento com segurança. Ao comparar os dados das taxas por cem mil habitantes encontrados no estado com os dados nacionais, Mato Grosso tem aparecido entre os cinco maiores índices de homicídios dolosos, de latrocínio, de lesão seguida de morte, estupro e roubo de veículos.

Os mapas municipais dos tipos de crimes no estado de Mato Grosso mostram um espalhamento dos crimes no espaço, mas com maiores índices rumo a região Norte, requerendo uma investigação sobre os fatores determinantes da criminalidade nesses locais, o que não foi objeto desse estudo. Não foi possível associar maior efetivo policial com menores taxas de homicídios e não foi objeto do estudo analisar causalidades entre as variáveis.

NOTAS:

[1]Taxa de homicídios dolosos é igual ao número de homicídios dolosos dividido pela população, utilizando dados da Secretaria de Estado de Segurança Pública de Mato Grosso (SESP).

[2]Taxa de mortalidade com dados do Sistema de Informações de Mortalidade-DATASUS (SIM/SVS/MS),

Waiselfisz (2011) citado por Figueiredo e Marta (2012).

[3]Taxa nacional retirada do Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2012 a 2015 com série apenas no ano de 2010 e 2012 a 2014.

[4]Dos 141 municípios existentes no estado de MT, 121 municípios possuem registros de crimes de 2006 a 2014. Estes municípios representam 97% da população total do estado de MT para o período de estudo. Destes 121 municípios com registros de crimes, 5 não possuem registros de homicídios dolosos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2008-2014. Disponível em: http://www.forumseguranca.org.br/publica/.

_____. MINISTÉRIO DA SAÚDE, *DATASUS: Sistema de Informações de Mortalidade* (SIM/SVS/MS), diversos anos. Disponível em: http://www.datasus.gov.br/.

DECLARATION, Geneva. More Violence, Less Development: Examining the Relationship between Armed Violence and MDG Achievement. *Geneva Declaration on Armed Violence and Development,* Geneva, 2010.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, FIRJAN. *Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM)*. Rio de Janeiro. 2015. Disponível em: http://www.firjan.com.br/ifdm/.

FIGUEIREDO, A. M. R.; MARTA, J. M. C. *Relatório Benchmarck do Município de Cuiabá.* Cuiabá: UFMT-GOVERNO DE MATO GROSSO (SECOPA-MT), 2012.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *Ipeadata*. Disponível em: http://www.ipeadata.gov.br. 2015.

MATO GROSSO. SEPLAN (SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO DE MATO GROSSO). *Anuário Estatístico de Mato Grosso.* 2006-2014.

_____. SESP (SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA DE MATO GROSSO). *Principais ocorrências registradas.* Diretoria de Inteligência. PJC/SESP/MT. 2006-2015.

SCHIMINK, M; WOOD, C. H. *Conflitos Sociais e a formação da Amazônia*. Tradução de Noemi Miyasaka Porro e Raimundo Moura. Belém: Ed. UFPA, 2012. 496 p.

SEN, A. *Desenvolvimento como liberdade*. Companhia das Letras, São Paulo, 2010. Traduzido por Laura Teixeira Motta. Título original Development as freedom.

WAISELFIZ, J. J. *Mapa da Violência 2015*: mortes matadas por arma de fogo. Brasília, 2015. 115p.

DINÂMICA TERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE SORRISO: ESTUDO DA SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL

Ieda Terezinha Domingues
Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia/UFMT
Professora da rede estadual de ensino
itdomingues@hotmail.com

Sonia Regina Romancini
Doutora, Professora do Departamento Geografia – UFMT
Pesquisadora do Grupo de Estudos em Geografia Agrária e Conservação da Biodiversidade do Pantanal (GECA – UFMT/CNPq).
romancini.ufmt@gmail.com

RESUMO

O presente artigo analisa aspectos da formação do espaço urbano de Sorriso que contribuíram para que a cidade apresente segregação socioespacial. O município localizado ao norte de Mato Grosso foi criado durante o governo militar por meio de projeto de colonização particular, para atender às demandas de crescimento econômico e implantação da agricultura "moderna" no país. A cidade, atualmente com grande dinamismo econômico representa a materialização do capital do agronegócio globalizado. Desse modo, desperta questionamentos acerca do sentido dessas transformações sociais, espaciais e de sustentabilidade urbana, visto que sua estruturação produtiva e organização do sistema urbano não contemplam todos os grupos sociais e consequentemente, promove o acirramento das desigualdades. Seu modelo de produção atrai grandes empresas agrícolas e profissionais qualificados, que eleva seus índices sociais médios, mas não impede as desigualdades inerentes ao processo, pois também atrai o imigrante sem qualificação profissional. Esses trabalhadores, desempregados, ocupam, em situação precária, bairros afastados. O uso do território se torna cada vez mais seletivo e com concentração de riqueza, mas, também, com a geração de pobreza. Portanto, a cidade cresceu, prosperou, mas isso não impediu problemas sociais, econômicos e ambientais, e a formação de um espaço segregado.

Palavras-chave: Espaço urbano. Sorriso. Segregação.

ABSTRACT

El presente artículo analiza aspectos de La formación del espacio urbano de Sorriso, que contribuyó para que la ciudad tenga segregación socioespacial. El pueblo, ubicado en el norte de Mato Grosso, fue creado durante el gobierno militar por medio de un proyecto de colonización privada, para atender las demandas del crecimiendo económico e implantación de la agricultura "moderna" en el país. La ciudad, actualmente con grande dinamismo económico, muestra la materialización del agronegocio globalizado. Siendo así, despierta cuestionamientos sobre el sentido de esas transformaciones sociales, espaciales y de sustentabilidad urbana. Su dinamismo en la estructuración productiva y en la organización del sistema urbano, no contempla todos los grupos sociales y, consecuentemente, promueve las desigualdades. En función de su modelo de producción, atrae grandes empresas agrícolas y profesionales cualificados, que suben sus indicares sociales promedio, pero no impide la desigualdad innerente al proceso, pues también atrae el imigrante sin cualificación profesional. Esos, desempleados ocupan en malo situación, barrios alejados. El uso del territorio se vuelve cada vez más selecto y con concentración de riqueza, pero, también, con generación de pobreza. Por lo tanto, la ciudad creció, prosperó, pero esto no impedió problemas sociales, económicos y ambientales, y la formación de un espacio segregado.

Palabras claves: Espacio urbano. Sorriso. Segregación.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICA REGIONAL NDIHR

INTRODUÇÃO

O presente artigo é resultante da dissertação de mestrado "Dinâmica territorial do município de Sorriso: estudo sobre a segregação socioespacial", defendida por Ieda Terezinha Domingues, junto ao Programa de Pós-graduação em Geografia da UFMT, no ano de 2015.

O estudo evidencia que Sorriso, como a maioria das cidades criadas para atender ao agronegócio, se formou através de processo muito rápido, acompanhando as mudanças econômicas, sociais e ambientais do estado de Mato Grosso (ver mapa de localização geográfica figura 1). Isso ocorre em função da promoção de suas potencialidades e de incentivos do governo federal, mediante políticas de desenvolvimento econômico e de modernização da agricultura brasileira. Através deste artigo se analisa como ocorreu a produção desse espaço urbano e os motivos que o levaram a apresentar segregação socioespacial, característica comum em muitas cidades brasileiras, mas com forte tendência local. Considera-se neste trabalho como segregação socioespacial a manifestação da organização do espaço em zonas de forte homogeneidade social interna.

Os primeiros moradores foram transformando seletivamente o espaço conforme suas exigências funcionais e, às atividades mais dinâmicas privilegiaram os locais mais acessíveis, mais atrativos ou então, mais valorizados. Na mesma lógica, as pessoas com maiores recursos se instalaram aonde lhes pareceu mais conveniente, segundo os valores do momento e dessa conformação, pelas contradições decorrentes das diferentes formas de apropriação e uso do solo urbano surge a segregação espacial dos bairros residenciais.

Figura 1 - Localização Geográfica de Sorriso.



Organizado por: Simone Malhado (Dezembro 2014).

A implantação da agricultura moderna – modelo produtivo que se caracteriza, sobretudo pelo emprego intensivo de maquinários e insumos químicos industrializados para a produção de monoculturas – desencadeou um duplo processo de reorganização sócio/espacial, ou seja, o campo reestruturou-se como local da produção mecanizada e as cidades equiparam-se para atuar como suporte para a efetivação desse processo. Esse modelo de produção foi uma das estratégias do sistema capitalista do pós Segunda Guerra Mundial e provocou mudanças sócio/econômico/espaciais que vão além da relação campo/cidade em si mesma, gerando nova articulação rural/urbano.

A modernização do espaço nessas cidades tomou formas e características próprias. A urbanização de Sorriso se deve diretamente a implantação e expansão do agronegócio, onde sua função principal está associada. De modo que se constata, acelerado processo de crescimento, com muitas empresas do setor já instaladas, outras em fase de implementação e muitas obras para atender a essa demanda. Novos moradores, bairros se formando, o perímetro urbano sendo ampliado, isto é, são muitos os investimentos na produção do seu espaço, porém, quando se trata de obras de infraestrutura para a população dos bairros, principalmente os das classes menos favorecidas, constata-se que o poder público não consegue atender a todos, respectivamente.

Por meio de dados qualitativos e quantitativos realiza-se uma avaliação sobre os motivos

que levaram à formação e ao aumento considerável de bairros com moradores de baixa renda e em condições precárias de habitação em uma cidade que apresenta dinamismo econômico com destaque regional, nacional, articulada diretamente à escala mundial, bem como onde se diz não faltar empregos. A sua configuração socioespacial vem confirmar que o espaço produzido de acordo com a lógica capitalista do campo, com expansão do agronegócio, será sempre um espaço desigual, fragmentado, onde o acirramento das desigualdades sociais se reflete através da segregação espacial na cidade.

URBANIZAÇÃO DE SORRISO

Sorriso, que atualmente conta com 82.792 habitantes (IBGE, 2017), revela-se como um espaço onde o uso da ciência, tecnologia e informação fazem parte do cotidiano da cidade e do campo, de tal forma que lhe permite um coeficiente de modernidade encontrado em poucas cidades brasileiras de seu porte. O espaço, assim constituído permite a instalação de atividades hegemônicas que aumentam a necessidade de movimentação, crescendo o número e a importância dos fluxos, demonstrando que participa das cadeias globais de valor de maneira que, impactos são visíveis na configuração de seu espaço urbano, cada vez mais adaptado para dar sustentação a essa acumulação internacionalizada (SANTOS, 1997, p. 127-28).

Região produtora de *commodities* agrícolas, a cidade se desenvolveu para atender A esta atividade e desempenha também o papel de mediação, entre a produção local e o mercado mundial abrigando os mais diversos estabelecimentos empresariais. Desse modo, as empresas para dar suporte ao agronegócio se instalaram ao longo da rodovia (BR-163) – as unidades armazenadoras, beneficiadoras e de comercialização de grãos, de capital nacional ou internacional à margem direita da referida rodovia em direção ao Norte, área que atualmente pertence ao Distrito Industrial. As empresas de insumos, máquinas e implementos agrícolas, entre outras, ocupam os dois lados da rodovia, mas principalmente a Perimetral Sudeste. Apesar de, atualmente, algumas dessas empresas se instalarem no centro da cidade, principalmente entre as avenidas, Natalino João Brescansin e Tancredo Neves.

De maneira contraditória, nas proximidades das empresas agrícolas (que muitas vezes estão conectadas e realizando transações na esfera global), seu modelo econômico concentrador acompanhado do aumento populacional, vem contribuindo para a formação de núcleos residenciais de classes populares, como o que ocorre no grande São Domingos. O bairro São Domingos, originou-se de um conjunto habitacional instalado do outro lado da rodovia BR-163 e distante do tecido urbano na época, para alojar a classe trabalhadora das fazendas, especialmente a oriunda da Região Nordeste. Este bairrocresceu, além do que outros se formaram no seu entorno, perfazendo hoje cerca de dez bairros, entre eles o São Mateus, Novos Campos e Vila Bela, localizados ao longo da Rua São Francisco de Assis, contam com vários estabelecimentos comerciais e de serviços. Assim, o grande São Domingos, como é denominado, vem se revelando nova centralidade, pois oferece um conjunto de serviços, que possibilita menor deslocamento de seus moradores em direção ao centro da cidade para realizarem suas demandas cotidianas.

O centro nuclear da cidade apresenta concentração de praças, igrejas, instituições, atividades comerciais, de serviço, de gestão pública e privada, a Unidade de Conservação Área Verde e algumas residências, remanescentes dos "pioneiros". No que se refere à segmentação urbana é possível visualizar uma divisão econômica e uma divisão social do espaço desde a sua formação.

Porém, a exemplo das grandes cidades brasileiras da atualidade e apesar de ser considerada uma cidade média, Sorriso, apresenta bairros exclusivos para a residência da classe de maior renda, entre eles o Recanto dos Pássaros, Vila Romana, Santa Bárbara, Parque Felicidade, Alphavile, além de condomínios e loteamentos fechados, tais como Porto Seguro, Costa Brava e Cidade Jardim.

No seu entorno, mantendo relativa distância, encontram-se os bairros ocupados pela população de menor renda, entre eles, o São José I e II, Jardim Carolina e União, localizados na perimetral Sudoeste, além dos bairros que fazem parte do grande São Domingos, do outro lado da rodovia BR-163, relacionados anteriormente, revelando a segregação socioespacial.

Sua urbanização é resultante, principalmente da intensa migração atraída pela

reestruturação produtiva da agropecuária. A expansão da agricultura modernamuda a composição técnica e orgânica da terra e também, cria nova divisão territorial do trabalho (SANTOS, 1997, p. 143).

PROCESSOS E FORMAS SOCIOESPACIAIS

Conforme Carlos (2011, p. 37-52), a produção do espaço deve ser analisada conforme a produção da sociedade no movimento (histórico) de sua reprodução. No processo de construção a sociedade transforma a primeira natureza na produção do espaço, e deste à sua reprodução, sendo o espaço resultado do que a sociedade foi capaz de produzir. Nesse contexto, se relaciona a ideia da autora ao espaço objeto deste estudo.

Os "pioneiros", como são chamados os primeiros moradores da agrovila, se defrontaram com muitas dificuldades: a grande distância percorrida, a falta de estradas, os problemas de acesso, as incertezas do desconhecido, o ambiente inóspito encontrado. Mas, nem todostomaramconhecimento de que para ocupar esse espaço, índios, o habitante nativo e/ou famílias que aqui já viviam há muito tempo, foram retiradas e/ou expulsas.

No entanto, ao se deparar com a imensidão da mata, não tinham escolha ou a enfrentavam ou retornavam, muitos decidiram ficar e então, passaram a fazer a sua derrubada e posterior queimada. A primeira natureza éentão transformada para dar espaço de vivência ao homem, que cada vez mais vai incorporando seu conhecimento e transformando o lugar. Ao transformar a primeira natureza numa segunda natureza, o homem, organizado em sociedade o faz por meio da atividade do trabalho. No processo de humanização ocorre a dominação e assim, a apropriação da natureza.

Para analisar esse espaço e compreender seu processo de formação a responsabilidade é grande, principalmente, porque a colonização de Sorriso se dá num momento de grandes mudanças em todo o país, onde a produção do espaço e a extensão do mundo da mercadoria andam juntas, isto é, a extensão da propriedade privada do solo urbano e da terra transforma a cidade em mercadoria vendida no mercado mundial, como estratégia de acumulação.

Na luta contra a natureza, pois esta era desconhecida, muito diferente do lugar de onde vinham os migrantes, o espaço e a história de Sorriso foram sendo construídos como produto desse processo. A sua materialização é dada pela concretização das relações sociais produtoras dos lugares, revelando a dimensão da produção/reprodução do espaço. O acesso aos lugares se dá conforme a forma de troca, definido pelo mercado. Então, o capital chega trazendo as grandes empresas nacionais e internacionais, com sua dinâmica apressada, pois o "tempo é dinheiro" e a produção do espaço cria contornos e conteúdos diferenciados dos momentos históricos anteriores.

Sorriso expande-se territorial e socialmente, incorporando as atividades do homem e se redefinindo sob a lógica do processo de valorização do capital. Invadida pelo capital absorve os conhecimentos técnico/científico/informacional, cresce, se destaca regional e nacionalmente. Torna-se o município do Estado e do País maior produtor de soja (Instituto Mato-Grossense de Economia Agropecuária – IMEA), a cidade se adequa para dar suporte a esse processo de produção. Através do sistema produtivo voltado para o mercado de *commodities* agrícolas a cidade atende a lógica racional do campo modernizado.

A propriedade privada domina a vida de forma definitiva, redefinindo o lugar de cada um no espaço, os acessos aos bens produzidos passam a ser diferenciados. As desigualdades sociais se refletem no espaço urbano de forma fragmentada, gerando em Sorriso segregação socioespacial, assim, se busca entender, nesse trabalho como se deu essa segregação.

Cidade criada no cerrado brasileiro para atender às demandas do capital, jovem ainda, mas que, provavelmente em pouco tempo alcançará os cem mil habitantes – se continuar com o mesmo ritmo de crescimento populacional, rica economicamente, mas onde as desigualdades sociais estão se refletindo no espaço.

As desigualdades sociais se manifestam por meio da concentração e do alto padrão das moradias em bairros para a classe de maior renda – os imóveis são grandes, arrojados, isto é, com características modernas e inovadoras, apresentam mais de trezentos metros quadrados de área construída, os terrenos têm em média oitocentos metros quadrados, normalmente, com piscinas e projetos paisagísticos. Enquanto que os bairros onde se localiza a população de baixa renda

estão no seu entorno, a Sudoeste do centro da cidade ou então, do outro lado da rodovia BR-163. Nestes, as casas são pequenas, baixas, quase sempre com tijolo aparente, sem reboco e os terrenos pequenos, geralmente com duas ou mais casas, ocupadas com pessoas da mesma família, conforme imagem 1.

Imagem 1 - Residência dos bairros Alphaville e União, respectivamente



Fonte: Ieda Domingues (2015)

À medida que ocorre o crescimento econômico se dá a alteração na produção do espaço urbano que valorizado afasta as classes de menor renda para locais mais distantes do centro bem estruturado. A segregação é vivida no cotidiano, mas não só através das diferenças nas formas de acesso à moradia, mas também em relação ao transporte urbano, quando limita o acesso às atividades da cidade e separa o cidadão da centralidade e, também, dos espaços públicos.

Para Corrêa (2013, p. 39), a fragmentação é uma característica do espaço urbano e em qualquer tipo de sociedade será fragmentado, com áreas distintas quanto à sua formação, seu conteúdo econômico e social, sua paisagem e o arranjo espacial de suas formas. "[...] Estas áreas, por outro lado, são vivenciadas, percebidas e representadas de modo distinto pelos diferentes grupos sociais que vivem na cidade e fora dela".

Porém, a segregação também pode ser voluntária, conforme análise de Vasconcelos (2013, p. 27) que utiliza o conceito de autossegregação para a reunião de grupos socialmente homogêneos e cita como melhor exemplo, "os loteamentos e condomínios fechados, com suas entradas restritas, muros e sistemas de segurança" e ainda afirma que: "É uma forma radical de agrupamento residencial defensivo que procura juntar os semelhantes, excluir os diferentes e impedir o acesso dos indesejáveis".

A autossegregação constitui atualmente um fenômeno mundial, também ocorre em cidades médias e pequenas e, inclusive, em diferentes classes sociais. Pode ocorrer no centro da cidade, como também no seu entorno. Em Sorriso, os condomínios Porto Seguro (bairro Recanto dos Pássaros), Cidade Jardim e Costa Brava (localizados em áreas descontínuas e distante aproximadamente cinco quilômetros do centro), todos destinados à elite política e econômica, são demonstrações dessa maneira diferenciada de morar – conforme imagem 2.

Imagem 2 - Fachadas dos condomínios fechados Cidade Jardim e Costa Brava.



Fonte: Ieda Domingues (Janeiro 2015).

Esses espaços, normalmente são divulgados pelos incorporadores imobiliários como loteamentos fechados, mas pela legislação brasileira de uso do solo são ilegais, pois não podem ser fechados ao público em geral. É uma forma de segregação socioespacial única e um produto imobiliário específico, baseado na propriedade privada da terra que agrega a mercadoria

segurança.

As situações que geram a segregação são determinadas, geralmente, pelos agentes responsáveis pela produção do espaço urbano, agentes hegemônicos, que detém a propriedade de terras, incorporadoras, corretores de imóveis, poder público. Na esfera do poder público, o nível municipal é o que tem maior peso, sobretudo depois do Estatuto da Cidade, porque ainda não teve aprovação no Congresso Nacional a nova lei caracterizando e legalizando os espaços residenciais fechados.

Para Sposito (2013), "a segregação vincula-se aos sujeitos sociais envolvidos no processo – os que segregam e os que são segregados". Ainda segundo a autora, é importante para sua compreensão, perguntar: "quem segrega, possibilita ou favorece a segregação, quem a reconhece, quem a sente, quem contra ela se posiciona, quem sequer supõe que ela possa ser superada", pois desse modo, também faz parte de sua reafirmação.

Atualmente essa segregação socioespacial vem ocorrendo como se fosse "natural", a exemplo dos condomínios do programa "Minha Casa, Minha Vida" – com vários conjuntos habitacionais em Sorriso. Estes reproduzem a ideologia do apartamento/separação e vem provocando o aumento das desigualdades socioespaciais, seja pela distribuição desigual dos meios de consumo coletivo, seja pelo baixo grau de mobilidade urbana, principalmente, para aqueles que não dispõem de transporte individual, apesar de que os problemas de tráfego nas cidades têm aumentado para todos.

Na luta para encontrar solução para os problemas de moradia, pelo afastamento espacial ou pela piora das condições residenciais, a produção do espaço urbano se encaminha para situações em que a segregação socioespacialpode se estabelecer ou se aprofundar. Em situações extremas podem ocorrer ocupações, como nas áreas de proteção permanente (APP) nas proximidades dos bairros São José e grande São Domingos em condições inadequadas tanto de habitação, quanto sanitárias, fragmentando o espaço.

As situações que geram a segregação são criadas, geralmente pelos agentes responsáveis pela produção do espaço urbano. Sorriso, no início da formação da agrovila pobre e rico morava próximo ou como diz a entrevistada Z. R.: "no início ninguém era rico, os grandes proprietários não fixavam residência na agrovila, moravam nas fazendas ou as administravam à distância, principalmente os empresários do Sudeste". A construção do conjunto habitacional São Domingos (que originou o bairro de mesmo nome) do outro lado da rodovia BR-163, para acomodar os familiares dos trabalhadores do setor agrícola, foram determinantes para o processo de segregação socioespacial.

Em função da forte concentração fundiária e a partir do momento que o mercado de *commodities* proporciona maior rentabilidade ao setor agrícola favorecendo a concentração de renda, ocorre a formação de bairros residenciais para a elite econômica da cidade. O uso da cidade se altera sob o capitalismo que se impõe, transformando tudo em mercadoria e o espaço sob: "[...] o mundo da mercadoria, [...] invade e redefine a vida, assim como o lugar que o indivíduo ocupa na sociedade". A formação da periferia é a concretização desse processo (CARLOS, 2011, p. 49).

O estudo realizado aponta que Sorriso iniciou seu processo de formação sob a lógica do capitalismo, da propriedade privada da terra e consequentemente do solo urbano e assim, seu cotidiano gira em torno da ideia do lucro, de estratégias econômicas e políticas que viabilizem a acumulação de capital, que impõe usos e funções diferenciados do seu espaço urbano e, como conseqüência, a cidade se fragmenta.

Muitas dinâmicas podem contribuir para o aprofundamento da segregação socioespacial e num processo intenso e complexo pode se combinar com outros: "as condições políticas, os interesses culturais, as possibilidades socioeconômicas, as representações sociais amparadas em velhas discriminações [...]" (SPOSITO, 2013). Para a autora, ainda o incentivo à aquisição do automóvel, nos últimos anos, ampliando o transporte individual em detrimento do transporte coletivo é fator de segregação.

Compreende-se que existe um movimento amplo de mudanças nas relações, tanto espacial, como social e em Sorriso não é diferente. As pessoas estão procurando novas formas de relacionamento, onde, por exemplo, muitos preferem ficar "conversando" nas redes sociais ao invés de efetivamente conversar com um familiar ou um amigo. Ao contrário de tempos atrás,

quando nos finais de tarde as pessoas se sentavam nas calçadas em frente às suas casas para conversar com os amigos e vizinhos, tomando o tradicional chimarrão. Atualmente, essas mesmas pessoas mudaram de bairro e de forma de se relacionar, recebem os amigos em suas mansões muradas, onde, normalmente ninguém os vê e não conhecem seus vizinhos ou então, se autossegregam nos condomínios fechados.

Assim, independentemente de o condomínio ser ou não murado, as pessoas estão se "autossegregando" dentro de suas próprias casas. No entorno não veem ninguém e não são vistas, saem em seus carros fechados e com vidros fumês, do interior das suas garagens com o auxílio do controle remoto e retornam da mesma forma. Essas mesmas pessoas ajudaram a construir a cidade, mas hoje, muitas delas não vivem a cidade, suas rotinas se resumem de casa para as compras e/ou o trabalho e do trabalho para casa, onde têm todo conforto e formas diferenciadas de lazer que dispensam a busca pelo centro da cidade, que frequentavam anteriormente.

Como afirma Carlos (2013), o espaço urbano no capitalismo é a realização do espaço como mercadoria e seu acesso é primeiro determinado pelo mercado imobiliário. Depois do mercado imobiliário vem, por exemplo, o acesso a bens e serviços urbanos, à centralidade, isso tudo de acordo com a distribuição da riqueza gerada. Deste modo, ocorre a produção da segregação e o sentido da cidade em todos os seus elementos é negado. Com a expansão e imposição da esfera privada e o encolhimento da esfera pública, a cidadania fica restrita, empobrece e novos espaços urbanos surgem.

FORMAÇÃO DA SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL EM SORRISO

Ao analisar a produção da cidade deve-se ir além de suas formas e observar os motivos que levam à formação de um espaço diferenciado. Todos querem morar bem, viver com qualidade de vida, muito embora em Sorriso, a realização desse anseio pareça ser de fundamental importância para a permanência do imigrante. Mesmo naqueles bairros ocupados pelas pessoas de menor renda, se constata o desejo e a preocupação com melhorias nas suas casas, o que muitas vezes só acontece com grandes dificuldades ou então, não acontece. Mas, como afirma Carlos (2011, p. 50) "a diferença no uso da cidade demonstra que esse espaço se constrói e se reproduz de forma desigual e contraditória e a desigualdade espacial é produto da desigualdade social".

O crescimento populacional em Sorriso acompanhou o crescimento da agricultura. No início de sua formação atraiu, além dos empresários da agropecuária, grande contingente de mão de obra braçal para os serviços de desmatamento, destoca e catação de raízes das propriedades rurais. Concluída essa fase, as terras passam a ser mecanizadas e com a adoção de novas tecnologias agrícolas, uso de máquinas diferenciadas, essa mão de obra deixa de ser necessária no campo e passa a desempregada e sem qualificação, na cidade. Assim, a expulsão do campo ocasiona o "inchamento" da população no núcleo urbano provocando o surgimento de novos loteamentos regulares e também, irregulares.

O perímetro urbano foi ampliado várias vezes para atender à demanda populacional e às estratégias imobiliárias. Notícias de jornais e televisão divulgando as potencialidades da região continuaram atraindo grande fluxo de trabalhadores, principalmente sem qualificação, das mais diversas regiões e estados do país, contribuindo com o crescimento urbano, que a administração pública não vem atendendo com as devidas obras sociais e de infraestrutura.

Idealizada conforme o modelo de urbanismo racionalista com traçado retangular, ruas largas configurando uma paisagem homogênea, atualmente apresenta-se parcelado em mais de quarenta bairros e/ou loteamentos. O grau de vulnerabilidade de determinado local é dado pela ausência do Estado, dos serviços públicos e da capacidade socioeconômica de quem ocupa o espaço, este, se constituindo elemento básico das diferentes formas na sua apropriação. Desse modo, se procurou identificar a segregação socioespacial no espaço urbano de Sorriso tomando como referência as desigualdades de infraestrutura urbana, de localização e padrão de moradia, de renda mensal e ograu de escolaridade encontrado em alguns bairros.

Ao se fazer esta análise confirma-se a precariedade no atendimento de alguns serviços públicos, não a sua ausência, pois as necessidades básicas de infraestrutura e saneamento são atendidas na maioria dos bairros, à exceçãodas áreas de ocupação – áreas estas carecendo de

solução urgente, pois demonstram a fragilidade da situação. Geralmente, o que está faltando em bairros populares é arborização de passeios e praças, instalação de equipamentos comunitários de ginástica, quadras poliesportivas, centros de lazer, creches e também melhorias no transporte coletivo e na segurança.

O bairro União, por exemplo, resultou de ocupação irregular e posterior doação, só regularizada em 1983. Sua distância do tecido urbano (aproximadamente três quilômetros dos bairros Parque Universitário e Alphaville) e a forma de ocupação foram justificativas para o atraso nos serviços de infraestrutura. Sua regularização só aconteceu depois que a administração pública capitulou nosesforços de remoção dos moradores para local mais próximo de outros bairros.

Considerado por muitas pessoas como o "bairro problema da cidade", se revelou neste trabalho de pesquisa, menos vulnerável do que o bairro São José I e II, ou então, o São Mateus, no Grande São Domingos. Quanto às suas características físicas, as moradias são muito simples, geralmente de três a quatro cômodos, de madeira ou então de tijolos, sem reboco e/ou sem pintura. A maioria dos moradores ganhou a casa e/ou o terreno que hoje possuem energia elétrica, água encanada tratada e os serviços de coleta de lixo, regularmente três vezes na semana.

Como na maioria dos bairros da cidade não tem canalização para esgotos, as casas têm fossa séptica comum. Mas os moradores localizados na última rua do bairro, que faz divisa com área de proteção permanente (APP), não têm fossa séptica em suas casas (esta área permanece alagada na época das chuvas chegando a água na porta das casas, eventualmente) e todo o descarte das águas servidas é canalizado até certa distância, depois fica a céu aberto, revelando-se problema social, ambiental e principalmente de saúde pública, reclamando solução. Os moradores relutam, mas a solução passaria pela sua remoção para local mais apropriado. Também, esta última rua do bairro é a única sem asfalto e sem arborização.

O transporte coletivo atende somente os alunos que frequentam as escolas de bairros vizinhos, dessa forma, a maioria possui bicicleta, motocicleta ou automóvel. Seus moradores vieram de diversos estados brasileiros, com predomínio do Maranhão. A maioria dos homens trabalha como vigilantes ou como autônomos e as mulheres como empregadas domésticas, diaristas ou então, como autônomas. A renda mensal média é de três salários mínimos vigentes no país. Quanto à escolaridade, a maioria dos moradores não completou o ensino fundamental.

Quando questionados se gostam de morar no bairro, todos os entrevistados responderam afirmativamente e não querem mudar, "porque o bairro é tranquilo, é um bairro família", mas, querem mudar a imagem que as pessoas de fora têm sobre o lugar.

O bairro São José I e II formado a partir da instalação de núcleos habitacionais em duas etapas diferentes, está localizado no final do perímetro urbano à sudoeste do centro da cidade, próximo ao Loteamento Colinas. Muito semelhante ao bairro União, a maioria dos moradores ganhou a casa com o terreno, somente a casa ou então, somente o terreno. Todas as ruas são asfaltadas, possui serviços de energia elétrica, água encanada tratada e condições sanitárias adequadas. O transporte coletivo funciona duas vezes ao dia, pela manhã para levar as pessoas para o trabalho e à tarde, para o seu retorno.

A maioria de seus moradores é de Mato Grosso ou do Maranhão. Apesar de ter analfabetos, o nível de escolaridade é melhor do que o do bairro União, pois muitos têm o ensino médio completo e uma das entrevistadas está concluindo o ensino superior. A renda familiar média é quatro salários mínimos, mas têm pessoas desempregadas "porque não querem trabalhar ou não tem qualificação", palavras da maioria dos entrevistados. Também segundo eles, as pessoas que estão sem emprego, normalmente estão envolvidas em pequenos furtos ou tráfico de drogas. Embora com indicadores, relativamente melhores do que o bairro União existe descontentamento, preocupação, pois o lugar não é seguro. Os problemas com o consumo e tráfico de drogas vêm aumentando e em consequência a violência – no mês de janeiro de 2015, dois jovens foram assassinados no local. Alguns entrevistados dizem que ainda mora ali porque ganhou o terreno, a casa ou então foi o que suas posses lhes permitiram adquirir, mas no momento que puderem vão mudar para outro bairro.

O Grande São Domingos abriga famílias vindas, principalmente do Nordeste, em especial do Maranhão. Esta região é muito citada nas entrevistas como sede de inúmeros conflitos, entre

eles o tráfico e consumo de drogas lícitas e ilícitas, o que gera agitação e violência, principalmente no bairro São Mateus. Segundoas palavras de um morador: "Só em novembro (2014) foram assassinadas seis pessoas devido à droga". Outro entrevistado comenta: "O poder público só pensando no voto e não nos problemas da cidade é o culpado disso. São muitos jovens em casa, sem trabalhar e sem estudar, só podem consumir drogas, pois vivem ociosos". Desde a sua formação este espaço vem apresentando vulnerabilidades, a Rua Passo Fundo, por exemplo, com muitos bares, nela ocorrem brigas diariamente e é considerada a mais perigosa do Grande São Domingos. Para o morador Adilson: "isso é devido ao consumo de bebida alcoólica e ao tráfico e consumo de drogas, mas, mesmo assim Sorriso é o melhor lugar em Mato Grosso para se viver e trabalhar".

Os bairros União, São José I e II e a região do Grande São Domingos, apesar de autores discordarem da terminologia, poderiam ser caracterizados como periferias, pois este último está localizado do outro lado da rodovia BR-163 e os outros dois bairros estão distantes e fragmentados do espaço urbano. Ao se analisar esses bairros, percebe-se a expansão da pobreza diretamente associada à relação campo/cidade, onde convergem para a cidade famílias que, normalmente, migraram em busca de trabalho nas fazendas e na falta deste, passaram a ocupar a periferia.

No que se refere às condições de moradia desses bairros, percebe-se uma clara relação entre a localização da pobreza e a precariedade das condições de habitação, demonstrando que o modelo de produção e crescimento da forma como ocorre em Sorriso, reproduz cada vez mais a lógica da desigualdade e homogeneização das paisagens periféricas.

Conforme Corrêa (2011), a fragmentação é decorrente da ação dos diversos agentes modeladores que produzem e consomem o espaço urbano, tais como proprietários dos meios de produção, proprietários fundiários, promotores imobiliários, Estado e grupos sociais excluídos. O mosaico urbano vai se formando pelos diversos fragmentos, continuamente.

O poder financeiro dos habitantes de uma cidade conduz à segregação socioespacial. Os segmentos de maior situação econômicase encontram nas áreas mais valorizadas da cidade, normalmente mais centrais e por sua vez, a população de baixa renda é "empurrada" para as áreas mais distantes, a exemplo do bairro União, que se localiza em área descontínua e distante, em relação aos últimos loteamentos. Mas mostrando que novos padrões de fragmentações e distribuição das classes sociais vêm ocorrendo, em Sorriso se confirma através dos condomínios de luxo Cidade Jardim e Costa Brava, loteamentos fechados, localizados próximos ao bairro União.

No início da colonização de Sorriso, quando poucos eram ricos e não havia tanta desigualdade social e econômica, os pobres e ricos moravam próximos. Mas, à medida que ocorre a concentração de riqueza e a implantaçãodo conjunto habitacional São Domingosdo outro lado da rodovia (BR-163), cria o distanciamento, então a elite também se distancia formando bairros exclusivos, contribuindo para a segregação socioespacial.

Atualmente, com o avanço da área urbana sobre os sítios do entorno da cidade, houve a formação de bairros com alta homogeneidade nas construções, isto é, bairros exclusivos às classes de maior renda, que atendem ao mais alto padrão de construção, comparados às grandes metrópoles, localizado no quadrante considerado o mais valorizado da cidade, isto é, à direita entre as avenidas, Natalino João Brescansin e Blumenau. A Avenida Blumenau, acompanhando o modelo de urbanismo de traçado regular e de ruas largas, tem quarenta e quatro metros de largura – mais larga que as demais que possuem vinte e cinco metros, foi projetada para ser a mais importante via de acesso da cidade, o que ainda não ocorreu.

Em Sorriso, não se observa uma casa ou uma rua com prédios de alto luxo defronte ou ao lado de residências modestas. A arquitetura urbana mantém um padrão, relativamente homogêneo nas formas, caracterizando um espaço segregado. O crescimento econômico e/ou a melhoria na infraestrutura não conduzem à diminuição da segregação, no entanto, não se encontra um centro rico e uma periferia desprovida dos serviços públicos. Observam-se, bairros habitados exclusivamente pela população de menor renda e outros, onde só reside a elite política e econômica da cidade.

Os novos loteamentos e os condomínios fechados de elevado padrão, destinados à elite são lugares segregados ou autossegregados, por se constituírem como isolamentos voluntários e estão contribuindo para a seletividade cada vez maior. Constata-se que as pessoas, à medida

que melhoram sua situação econômica, procuram um 'lugar melhor para morar', condizente com sua nova condição e assim, contribuem para a alta concentração de riqueza. Estaria se formando um novo padrão de desigualdade socioespacial que conduz ao agrupamento das camadas ricas?

Segundo Villaça (2001, p. 342), "embora a infraestrutura seja importante, [...] não é tão determinante como a acessibilidade dos seres humanos às localizações, ou seja, aquela que envolve os deslocamentos espaciais". Em Sorriso, o transporte coletivo para facilitar o deslocamento é praticamente inexistente e então, a maioria dos trabalhadores necessita de transporte particular para vencer a distância até o serviço. De modo que, muitos têm bicicleta ou motocicleta e em consequência, acidentes de trânsito têm ocorrido, inclusive com mortes, envolvendo estes meios de locomoção. Percebe-se que na falta de uma política de transporte de interesse social, os problemas aqui apontados tendem a crescer, comprometendo cada vez mais as condições de mobilidade urbana.

Consideramos, conforme Villaça (2001), que há só um tipo de segregação e, como processo dialético, a segregação de uns provoca ao mesmo tempo e pelo mesmo processo a segregação de outros. Neste trabalho, fez-se a identificação das áreas de maior vulnerabilidade até pela relevância das políticas públicas.

Assim, buscou-se identificar as áreas com segregação socioespacial usando como parâmetros: características gerais do bairro (asfalto nas ruas, passeios calçados, arborização, praças e equipamentos, padrão das moradias, esgotos com descartes nas ruas), acessibilidade ao trabalho e/ou lazer, serviços de saúde e educação no bairro, escolaridade dos moradores, renda familiar.

A partir dessas informações, elaborou-se um croqui dessas áreas de maneira polarizada, isto é, apontando os quinze (15) bairros onde se verificam as situações de segregação por classe social no espaço urbano de Sorriso, portanto, os bairros onde ocorre a concentração significativa de determinada classe social. A classificação desses bairros está descrita a seguir: a) Escala de 1 a 7: os bairros onde se concentram os grupos sociais populares, de segregação involuntária:

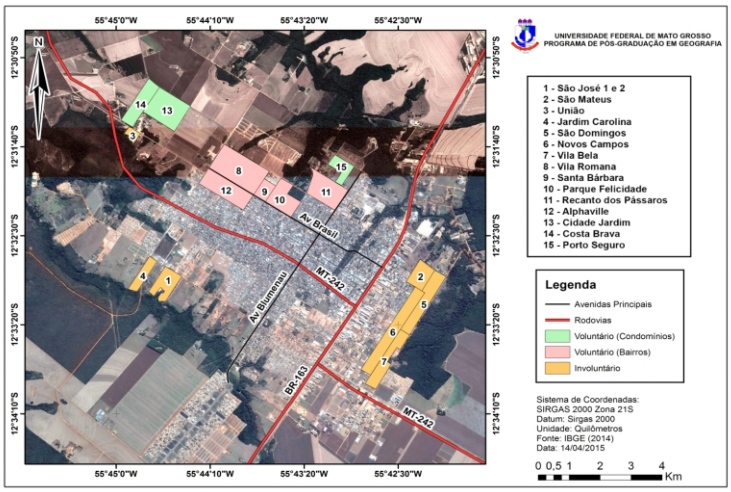
Cor Amarela – São José I e II (1), São Mateus (2), União (3), Jardim Carolina (4), São Domingos (5), Novos Campos (6), Vila Bela (7).

b) Escala de 8 a 15: os bairros e loteamentos fechados das classes de maior renda, de segregação voluntária:

Cor rosa–Vila Romana (8), Santa Bárbara (9) Parque Felicidade (10), Recanto dos Pássaros (11), Alphavile (12). São bairros homogêneos na sua estrutura e no alto padrão das residências.

Cor verde – Cidade Jardim (13), Costa Brava (14), estes dois em fase de implantação, e Porto Seguro (15), já consolidado. São condomínios fechados ocupados pela elite política e econômica. Na Figura 2, verifica-se o croqui do perímetro urbano de Sorriso, demonstrando os bairros segregados:

Figura 2 - Croqui identificando as áreas de segregação socioespacial em Sorriso.



Organizado por: DOMINGUES, I. Ilustração: Xavier, T. (2015)

Através do croqui, também se constata o distanciamento do centro nuclear, dos bairros que abrigam as classes de baixa renda. Os moradores do Grande São Domingos têm o comércio local para suas pequenas compras diária, mas, no entanto, nos outros bairros os moradores precisam se dirigir alugar distante para suas compras, em busca dos melhores preços e promoções. Além da distância, o transporte público é precário ou inexistente, como no bairroUnião. Conforme Villaça (2001), a classe dominante se apropria dos melhores espaços, isto é, das vantagens e dos recursos e considera muito importante 'não perder tempo' nos deslocamentos para a realização de suas atividades, assim às classes de menor renda são destinados os espaços mais distantes e de difícil acessibilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Examinou-se o processo de formação de Sorriso, levando em consideração seu ritmo de urbanização, as influências que vem sofrendo em função de interesses econômicos, políticos e sociais. Região de concentração fundiária, do agronegócio, produtora de *commodities* agrícolas em face da alta especialização técnico-científica, a cidade se forma para atender a este setor produtivo que necessita, contraditoriamente, além de mão de obra especializada, de mão de obra menos qualificada, atraindo imigrantes das mais diferentes regiões do país, mas especialmente sulistas e nordestinos para finalidades específicas e que, assim, entram no processo de formação de um espaço urbano segregado como parte deste contexto.

As contradições são muitas nesse lugar, mas também as peculiaridades como, por exemplo, o "gostar da cidade" e a crença de que vão encontrar o que "vieram buscar", principalmente nas classes de menor renda. O que a cidade tem de especial que faz as pessoas se sentirem "do lugar"? Por outro lado, o que lhe falta quando os jovens, normalmente filhos dos pioneiros, saem para estudar e, ao adquirir novos conhecimentos, não querem retornar?

Sorriso passou pelo processo de intenso desmatamento para implantação de seu modelo produtivo e formação do núcleo urbano, desmatamento que continua ocorrendo, em virtude de novas áreas anexadas ao perímetro urbano; são os agentes imobiliários contribuindo na produção e expansão do espaço urbano.

A cidade apresenta ocupações em áreas de proteção, conflitos estes de ordem social e ambiental que exigem solução. A desigualdade no acesso ao espaço urbano gera a necessidade de ação desses agentes sociais. São ações que mostram as contradições entre o direito da sociedade à moradia e a propriedade privada, este muitas vezes se impondo àquele.

Quanto à qualidade de vida urbana das zonas mais afastadas das áreas centrais, zonas consideradas neste trabalho de pesquisa como de segregação não voluntária, ocupadas por razões socioeconômicas, são áreas onde não se pode falar em ausência dos serviços públicos e sim na sua precariedade. A maioria das ruas é asfaltada, os serviços de energia, água encanada tratada e coleta de lixo estão sendo atendidos regularmente.

A ausência de determinadas obras de infraestrutura, que se verifica nos bairros populares, é intensificada pela dinâmica populacional e também porque os serviços públicos, muitas vezes, estão voltados ao atendimento das necessidades urgentes do setor produtivo e esquecem a relevância das obras sociais. Em administrações anteriores, não houve preocupação no acompanhamentodo crescimento da cidade com obras de saneamento básico, principalmente no que se refere à canalização e tratamento de esgotos – que no momento está em construção com previsão de término para o final do ano de 2016. Mas se questiona se esta canalização chegará até o bairro União, por exemplo, distantestrês quilômetros do tecido urbano e que apresenta sérios problemas de descarte das águas servidas, a céu aberto em área de proteção permanente.

Tal situação envolve questões ambientais e não se pode esquecer que a falta de saneamento básico eficiente contribui para a crise hídrica, pois esgotos não tratados lançados em rios contribuem para sua poluição e assoreamento. É por meio de saneamento básico, também, que muitas doenças podem ser evitadas, daía importância deste sistema que, na sua falta, pode causar a poluição do ambiente, contribuir para o surgimento de problemas de saúde e, por fim, prejudicar a população em geral.

Conforme Villaça (2001), a acessibilidade à infraestrutura não é tão determinante quanto a acessibilidade às localizações, os deslocamentos para o trabalho, escola, compras, lazer. Ainda, segundo o autor, a acessibilidade é influenciada pelo mercado imobiliário, onde é distribuída como instrumento eficaz, conformando separação espacial (hierarquicamente organizada ou não). Sendo assim ou não, o que se observa em Sorriso é que os bairros das classes populares são distantes do trabalho, das áreas de consumo e/ou de lazer. Os moradores desses espaços, se não possuem bicicleta, motocicleta ou automóvel, precisam se deslocar a pé, o que demanda tempo, porque o transporte coletivo é ausente em muitos deles e/ou precário – só tem uma empresa para atender a toda a cidade.

Esta população também carece de acessibilidade ao lazer, que nos bairros é reduzido ou não existe, solicitam mais praças com áreas verdes, espaços lúdicos para as crianças e equipamentos para ginástica, quadras de esportes e/ou ginásio coberto, assim como programas socioeducativos e recreativos voltados principalmente aos jovens.

A saúde e a educação são os fatores dos quais se ouve poucas reclamações. Mas, outro elemento que apresenta problemas e que resulta numa diferenciação, com reflexos na qualidade de vida urbana é a segurança pública. Aspectos básicos do dia a dia, que nesses bairros é muito mais dramático. Segundo moradores, violência doméstica, roubos, assassinatos, tráfico de drogas fazem parte do cotidiano local e são desafios que a cidade precisa enfrentar. Infelizmente, são conflitosque hoje fazem parte da maioria das cidades brasileiras, como resultado do sistema de produção concentrador e excludente.

Constata-se o aumento de bairros ocupados com pessoas de baixa renda, principalmente, nos bairros apontados neste trabalho como de segregação involuntária. São bairros que abrigam as pessoas que estão no contínuo processo de idas e vindas, o que se observa na regularidade do transporte rodoviário com viagens ao Maranhão. Também, se pode citar a baixa escolaridade e a falta de qualificação profissional desses moradores, como é o caso do bairro União, o que dificulta melhores empregos e, consequentemente, melhor renda.

Compreende-se, também, que existe um movimento amplo de mudanças nas relações, tanto espacial como social. Quando se olha o outro lado, o da segregação voluntária, é como se existisse uma tendência das pessoas em se "recolher em seu mundo" ou em evitar as outras, principalmente se forem diferentes delas. Daí o uso dos carros com vidros escuros, os muros altos ou, no extremo, a procura pelos loteamentos fechados, em áreas distantes, como os condomínios Costa Brava e Cidade Jardim. Isso tudo provoca mais distanciamento, isolamento, segregando um grupo do outro, sobretudo os ricos dos pobres.

Em Sorriso, as camadas de mais alta renda tendem a se segregar numa mesma região geral e não a se espalhar aleatoriamente por toda a cidade. Seria importante entender a razão, porque entendendo esta questão tem-se a resposta para o processo de segregação que se instalou de forma tão intensa. As ações resultantes dos agentes imobiliários, em combinação com o Estado, têm contribuído para tal situação.

Os investimentos públicos e privados, no seu conjunto, ajudam a intensificar a segregação socioespacial, tornando cada vez mais diferenciado o uso e o acesso do espaço urbano entre as pessoas de menor renda e os que podem consumir a cidade mercadoria. Mas as áreas de segregação, especialmente a involuntária, são áreas relevantes do ponto de vista das políticas públicas; seja no planejamento ou na execução direta junto à população, não podem e nem devem ser relegadas.

Mas, parafraseando Villaça (2001), conclui-se que a segregação é um processo necessário à dominação social, econômica e política por meio do espaço e encontra em Sorriso, pelo seu sistema produtivo, terreno fértil para sua manifestação.

REFERÊNCIAS

CARLOS, A. F. A. *A condição espacial*. São Paulo: Contexto, 2011.

CARLOS, A. F. A. A prática espacial urbana como segregação e o "direito à cidade" como horizonte utópico. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI,

Silvana Maria. (Orgs.). *A cidade contemporânea*: segregação espacial. São Paulo: Contexto, 2013, p. 95-110.
CORRÊA, R. L. *O espaço urbano*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1995.

CORRÊA, R. L. Segregação residencial: classes sociais e espaço urbano. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria. (Orgs.). *A cidade contemporânea:* segregação espacial. São Paulo: Contexto, 2013, p. 39-60.

IBGE. Cidades. Mato Grosso – Sorriso. Disponível em: http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=510792&search=mato-grosso | sorriso. Acesso em: 15 de maio de 2017.

SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo:* globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1997.

SPOSITO, M. E. B. Segregação socioespacial e centralidade urbana. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria. (Orgs.). *A cidade contemporânea*: segregação espacial. São Paulo: Contexto, 2013, p. 61-94.

SPOSITO, M. E. B. A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. (Orgs.). *A produção do espaço urbano*: agentes e processos, escalas e desafios São Paulo: Contexto, 2011, p. 123-145.

VASCONCELOS, P. A. Contribuição para o debate sobre processos e formas socioespaciais nas cidades. In: VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria. (Orgs.). *A cidade contemporânea*: segregação espacial. São Paulo: Contexto, 2013, p.17-38.

VILLAÇA, Flávio. *Espaço intraurbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001.

A TRANSFORMAÇÃO DOS CONCEITOS DE PRESERVAÇÃO: PENSANDO A PRESERVAÇÃO ARQUITETÔNICA E URBANA DE ESPÍRITO SANTO DO PINHAL

JÚLIA FARAH RIBEIRO
Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais/ *Campus* Poços de Caldas. Atualmente desenvolve pesquisa de mestrado no Programa de Pós Graduação em "Arquitetura, Tecnologia e Cidade" (PPG-ATC) da Faculdade Engenharia Civil Arquitetura e Urbanismo da Unicamp/SP
julia.farah@gmail.com

REGINA ANDRADE TIRELLO
Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo
Professora do curso de arquitetura e urbanismo e pos-graduação em Arquitetura, Tecnologia e Cidade da Universidade Estadual de Campinas/SP

RESUMO

A crescente valorização de conjuntos históricos da arquitetura ferroviária caracteriza-se como importante registro do amadurecimento do conceito de patrimônio cultural no Brasil. Contudo, no campo prático, a preservação desses significativos documentos edificados continua comprometida porque ainda apresenta uma série de lacunas, que em geral permitem a sua descaracterização. A cidade de Espírito Santo do Pinhal, localizada no estado de São Paulo, tem seu núcleo histórico formado por edificações datadas do século XIX, erigidas durante o ciclo do café e protegidas pelo tombamento estadual. Contudo, outras áreas da cidade, com construções que testemunham o processo de desenvolvimento econômico e social da cidade ainda carecem de estudos sistemáticos, como é o caso da Vila Montenegro, bairro fundado em 1890. Considerando que as edificações ferroviárias e residenciais de imigrantes desse bairro tem igual relevância para entendimento da herança arquitetônica e das características históricas da reorganização urbana da cidade, este artigo traz estudos iniciais subsidiários a inventariação desse acervo especifico. Visa-se contribuir para ampliação do conhecimento do conjunto histórico arquitetônico da cidade e estudar as possibilidades de proteção e reutilização contemporânea em consonância com os valores identitários da memória local.

Palavras-chave: Arquitetura ferroviária. Patrimônio histórico. Inventário de bens arquitetônicos. Espírito Santo do Pinhal.

ABSTRACT

The growing appreciation of historic sets of railway architecture is characterized as an important record of the maturation of the concept of cultural heritage in Brazil. However, in the practical field, the preservation of these significant documents continues to be compromised because it still presents a series of gaps, which in general allow its decharacterization. The city of Espírito Santo do Pinhal, located in the state of São Paulo, has its historic center formed by buildings dating from the nineteenth century, erected during the coffee cycle and protected by state tipping. However, other areas of the city, with buildings that testify to the process of economic and social development of the city, still lack systematic studies, as is the case of Vila Montenegro, a neighborhood founded in 1890. Considering that the railway

REVISTA ELETRÔNICA DOCUMENTO MONUMENTO 21
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICA REGIONAL NDIHR

and residential buildings of immigrants from this neighborhood Has the same relevance for the understanding of the architectural heritage and the historical characteristics of the urban reorganization of the city, this article brings initial subsidiary studies to the inventory of this specific collection. It aims to contribute to the expansion of knowledge of the city's architectural history and study the possibilities of contemporary protection and reuse in harmony with the identity values of the local memory.

Keywords: Railway architecture. Historical heritage. Inventory of architectural goods. Espírito Santo do Pinhal.

INTRODUÇÃO

> *(...) A cidade não é apenas um artefato socialmente produzido, nesse campo de forças, como numa máquina. As práticas que dão forma e função ao espaço e o instituem como artefato, também lhe dão sentido e inteligibilidade e, por sua vez, alimentam-se, elas próprias, de sentido. Por isso, a cidade é também representação, imagem.* (MENESES, 2006:36)

O presente artigo traz questões pertinentes as discussões sustentadas em pesquisa de mestrado em andamento, intitulada "*A memória arquitetônica de um passado próximo - Questões de inventário do patrimônio construído em cidades paulistas*" [1], que tem entre seus objetivos principais o desenvolvimento de estudos sobre as mudanças urbanísticas e arquitetônicas pelas quais a cidade de Espírito Santo do Pinhal passou entre os anos de 1920- 1950. Tal recorte foi estabelecido para englobar bairros e edificações tanto ferroviárias como modernistas, que ainda não foram contempladas com inventários de reconhecimento ou medidas preservacionistas pelo órgão de preservação estadual[2] na ocasião do estudo de tombamento do centro histórico da cidade [3], conhecida na região pelo seu conjunto de construções do período áureo do ciclo econômico do café no século XIX.

Considerando que tanto as edificações mais monumentais quanto as menores e mais recentes são testemunhos do processo de urbanização da cidade, verificáveis na ordenação de eixos que a definem atualmente, e que decorrem e se associam a diferentes contextos sociais e econômicos de Pinhal, a pesquisa em curso toma como objeto de estudo duas áreas da cidade que margeiam o nobre centro tombado e que perfazem um extenso arco temporal evidenciado pela especificidade e diversidade de sua arquitetura e traçado. A saber:

1. *Vila Monte Negro* (1890-1920): Bairro cuja fundação data de 1890 e que no decurso do tempo passou a abrigar edificações ferroviárias e residências de imigrantes europeus com características singulares. À estação ferroviária principal somam-se armazéns de estocagem de café e outros edifícios de apoio (Figura 1).

2. *Vila Norma:* Bairro criado na década de 1950 que, a partir da urbanização de áreas rurais, marca um novo período de crescimento do perímetro urbano de Pinhal[4], após a decadência da produção do café, em 1930, que afetou diretamente a economia local. A concentração de residências em arquitetura moderna lá construídas caracteriza esse bairro como um conjunto arquitetônico singular na cidade (Figura 2).



A B C

Figura 1 – Exemplares do conjunto arquitetônico da Vila Monte Negro. A - Antigo armazém, B- Residência do Comendador Monte Negro, C- Estação Ferroviária de Pinhal



A B C

Figura 2 – Exemplares do conjunto arquitetônico da Vila Norma. A e C– Residências projetadas por arquiteto local, B- Residência projetada pelo arquiteto Carlos Alberto Cerqueira Lemos.

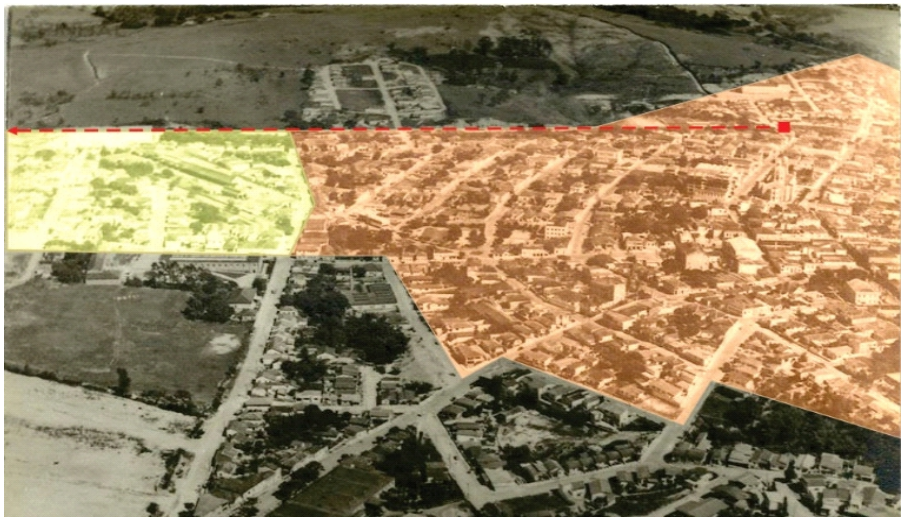
Para ampliar os conhecimentos sobre o acervo arquitetônico pinhalense e avaliar tanto suas características formais e construtivas como estado de conservação atual, este artigo apresentará o estudo do bairro *Vila Monte Negro*. Assim, trata-se de ampliar a amostragem representativa de arquiteturas pouco destacadas na paisagem urbana, perscrutando com maior acuidade a produção arquitetônica pinhalense num universo mais extenso da produção do século XX e incorporando expressões até hoje pouco tratadas na historiografia. Tenciona-se ainda contribuir para a preservação de patrimônio arquitetônico significativo da cidade, estimulando o aprimoramento de políticas de desenvolvimento urbano que incluam esses conjuntos arquitetônicos de interesse histórico.

Os agentes produtores da arquitetura de Pinhal: Breve histórico

A cidade paulista de Espírito Santo do Pinhal, localizada aos pés da Serra da Mantiqueira, próxima à divisa com o estado de Minas Gerais, nasceu em 1849 a partir da doação das terras de Romualdo de Souza Brito. Foi no entorno da Matriz do Divino Espírito Santo e Nossa Senhora das Dores que a cidade prosperou. Ao largo da igreja, com o passar dos anos, foram somando-se ruas que, num desenho de grelha (ou tabuleiro de xadrez), delimitaram o perímetro urbano da então vila. Assim, semelhante em origem a muitas cidades da região do mesmo período, pode-se dizer que Pinhal teve sua fundação relacionada à existência do espaço sacro como marco central.

Contudo, foi a partir de meados de 1870 que o desenvolvimento da cidade toma impulso em decorrência da implantação das lavouras de café no estado de São Paulo, fator definitivo de mudanças urbanas e culturais que trazem à cidade novas formas de vida social, gostos e dinâmicas especificas testemunhadas pelas edificações de orientação eclética de sua área central, que se organizam no entorno e a partir da Igreja Matriz. A grande produção cafeeira que passa a ocorrer a partir da segunda metade do século XIX teve como consequência a demanda de sistemas mais eficientes e modernos de escoamento da produção local. A implantação das linhas férreas da *Companhia Mogiana,* em 1889, associada à chegada dos imigrantes europeus em substituição da mão de obra escrava para trabalhar nos cafezais, significaram substancial mudança no antigo traçado da cidade. A necessária construção de estruturas de trabalho relacionadas às atividades da ferrovia e escoamento do café das lavouras resultou na necessidade de acomodação de uma nova população. Assim, as áreas de acesso à cidade cafezista começam a ser ocupadas pelos negros libertos e imigrantes. É neste contexto econômico e social que nasce a *Vila Monte Negro*, que corresponde à primeira área de ampliação urbana efetiva de Espírito Santo do Pinhal (Figura 3).

Figura 3: Foto aérea de Espírito Santo do Pinhal, 1969. Em destaque estão a área central (em laranja) e o bairro da Vila Monte Negro (em amarelo). A linha tracejada vermelha corresponde a Rua Barão de Motta Paes, principal eixo de ligação entre essas duas áreas.



Fonte: Prefeitura Municipal (disponibilizado por Ricardo Mateus Olivi).

O novo bairro originou-se a partir de iniciativa de João Elisário de Carvalho Monte Negro, importante fazendeiro da cidade [5], em dezoito de junho de 1888. De acordo com o escritor e genealogista pinhalense Roberto Vaconcellos Martins (1986: 763), um dia após a compra das terras, o Comendador Montenegro vendeu alguns de seus terrenos para a Companhia Mogiana, para a construção da Estação Ferroviária de Pinhal. Também, a historiadora Valéria Torres (TORRES et al, 2006: 29) afirma que a Vila Monte Negro "já em 1903, fazia parte do perímetro da cidade, com cerca de duzentos prédios, entre os quais o da Estação do Ramal Férreo Pinhalense e vários estabelecimentos comerciais e industriais".

O traçado do loteamento proposto pelo Comendador apresentava ruas cortadas em ângulo reto (tabuleiro de xadrez) tendo como limite o "Chalé" que ele construíra para ser a sua residência, em 1894. Diversamente do núcleo central onde foram erigidos importantes edifícios públicos, religiosos e grandes residências, a Vila Monte Negro se caracteriza como um conjunto arquitetônico de escala menos "monumental", sendo composta principalmente por armazéns de estocagem de café, estabelecimentos comerciais e pequenas residências de trabalhadores (Figura 4). Contudo, apesar de apresentar características arquitetônicas menos expressivas, o grande valor da Vila Monte Negro reside no fato de este espaço ter sido importante reduto econômico e cultural que possibilitou a transformação urbana e arquitetônica que, a partir do século XX, definiria a identidade de Espírito Santo do Pinhal, com a apropriação da *arquitetura eclética* na cidade (Figura 5).

Figura 4 – Edifícios que compõem conjunto arquitetônico da Vila Monte Negro. A- Estabelecimento comercial, B - Armazém.



A B

Fonte: Álbum de Pinhal, 1903.

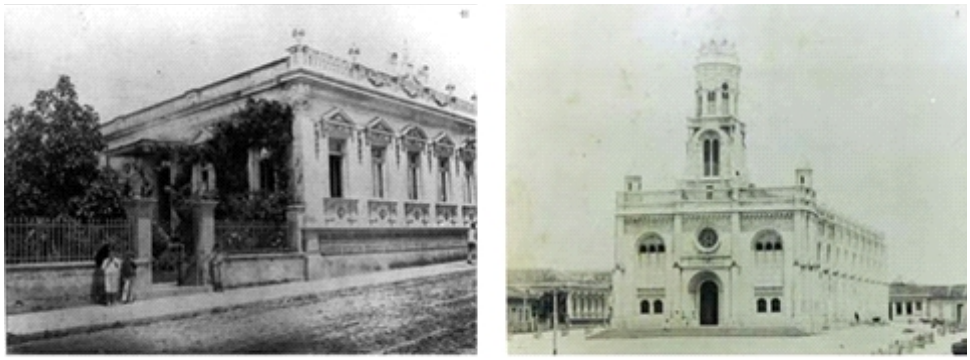


Figura 5 – Exemplares do conjunto arquitetônico construídos na área protegida pelo tombamento estadual. A - Residência, B – Igreja Matriz. Fonte: Álbum de Pinhal, 1903.

A Vila Monte Negro se firmou, ainda, como um novo núcleo de atração populacional, incentivando a construções de edifícios fora da área central e também criando eixos de ligação entre os dois marcos principais de Espírito Santo do Pinhal – a Igreja Matriz e a Estação Ferroviária. Percebe-se que, mesmo que a cidade tenha mantido grandes vínculos com a área central, o novo bairro colocou um fim na relação de exclusividade existente até então e estabeleceu novos limites para a malha urbana de Pinhal – que volta a ser ampliada em meados da década de 1950 (Figura 6) quando da implantação da Vila Norma, o bairro moderno mencionado anteriormente.

Figura 6 – Foto aérea de Espírito Santo do Pinhal, 1969. Em destaque estão a área central (laranja), o bairro da Vila Norma - da década de 1950- (na parte inferior, em verde claro), o bairro da Vila Monte Negro (no canto superior esquerdo, em amarelo), e as principais vias estruturantes (linha vermelha tracejada). Evidencia-se a dinâmica de expansão da malha urbana, sempre a partir do núcleo central.



Fonte: Prefeitura Municipal (disponibilizado por Ricardo Mateus Olivi).

As lacunas na proteção do patrimônio construído pinhalense

Devido à sua importância econômica entre as cidades paulistas no período do ciclo do café, Espírito Santo do Pinhal é detentora de um conjunto histórico arquitetônico de relevância regional, reconhecido com o tombamento estadual. As residências dos "barões do café", os edifícios públicos e religiosos construídos no entorno da Praça da Independência (Praça da Igreja

Matriz) entre os anos de 1850 e 1920 circunscrevem conjunto edificado bem preservado ao qual a população local atribui valores identitários de cultura e que hoje se integram à vida da cidade.

O processo de tombamento do centro histórico teve início em meados de 1985, motivado por anseios de grupos de pinhalenses pela preservação de sua memória edificada, que à época corria sérios riscos de demolição em razão de projetos da municipalidade para adensamento da malha urbana. O estudo para proteção legal foi solicitado ao Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT), que em 1992 tombou o núcleo central da cidade (área mais antiga). O conjunto arquitetônico corresponde a onze edifícios que conformam o *Núcleo Histórico Urbano de Espírito Santo do Pinhal*. De acordo com o Artigo 1º da resolução SC-35, de 16 de novembro de 1992 [6], as edificações protegidas são consideradas como:

> *[...] Representativos da evolução urbana do município, marcos simbólicos do apogeu da economia cafeeira na região, confirmadores das transformações econômicas, políticas e sociais registradas na virada do século, caracterizando os novos equipamentos urbanos decorrentes da ordem republicana.*

Os edifícios legalmente protegidos são: Biblioteca e Museu Municipal, Escola Estadual Almeida Vergueiro, residência de Arnaldo Florence, edifício da atual Prefeitura Municipal, edifício da atual delegacia, edifício do Departamento de Esporte e Cultura (antiga residência na Praça Cardeal Leme), residência Affonso Ruótolo, Cine Theatro Avenida, antiga Farmácia Central, residência na Praça da Independência (atual Cine Casarão) e a Estação Ferroviária de Pinhal (Figura 7).

Figura 7 – Núcleo central e edifícios tombados. A- Museu e Biblioteca Municipal; B- Escola Almeida Vergueiro; C- Prefeitura Municipal; D- Estação Ferroviária; E- Teatro Avenida; F- Residência Arnaldo Florence; G-Cine Casarão (antiga residência); H- Antiga Farmácia Central; I- Departamento de Esporte e Cultura; J- Residência Affonso Ruótulo; K-Delegacia municipal; L-Núcleo delimitado pelo tombamento.



Fonte: Mapa-Thaís H. V. Costa; Fotografias - Acervo pessoal.

Além da salvaguarda, o tombamento estabelece medidas para a conservação física das construções, delimitando um perímetro a ser regido por diretrizes de ocupação mais específicas. O Condephaat define que, "considerando-se a baixa densidade de ocupação no centro, manutenção da trama original da cidade, o equilíbrio urbano entre traçado das ruas e gabarito das edificações, a manutenção dos privilegiados ângulos visuais existentes" (CONDEPHAAT, 26.264/88, 435), futuras construções nos lotes inseridos na área deverão limitar-se a altura máxima de sete metros e respeitar os recuos e alinhamentos preexistentes.

Ao analisar as medidas estabelecidas pelo tombamento do conjunto histórico de Pinhal, apreende-se que a noção de patrimônio da época se restringia ao reconhecimento e valorização de períodos econômicos específicos, considerando os mais significativos para a história de cada cidade e para o Estado, predominando a seleção especial de edificações arquitetonicamente exemplares, conforme verifica-se na listagem final dos edifícios tombados, embora seja implicitamente recomendada a manutenção de fachadas características e gabaritos de edificações de menor dimensão e/ou de produção serial. Em Pinhal, a valoração patrimonial exclusiva ocorreu somente em relação ao núcleo primitivo, com destaque para arquitetura relacionada a ciclos históricos, deixando de fora outras nucleações de interesse, a exemplo do conjunto ferroviário e casas mais singelas presentes na Vila Monte Negro. Não obstante, nas especificidades de um regramento regional no órgão preservacionista paulista ainda predominavam critérios de seleção do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)[7],estabelecidos em seus primórdios para escolha dos bens de interesse à preservação. Discutindo as posturas do IPHAN, relacionadas ao Decreto Lei n^0 25 de 30 de novembro de 1937, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, a arquiteta Lia Motta (MOTTA: 1998; 14) pondera:

> *[...] Esse universo abrangia então, como bens passíveis de preservação, além da arquitetura colonial, exemplares de outras épocas e estilos, desde que monumentais ou excepcionais para a história da arquitetura brasileira, e ainda a categoria de bens considerados monumentos por terem abrigado fatos memoráveis da história, como diz o decreto-lei nº25. Assim, a valorização dos objetos culturais, com base nessa visão, orientou a identificação de acervo que interessava proteger, a partir de suas características estéticas ou de época.*

No estudo preliminar de orientação para o tombamento de Espírito Santo do Pinhal feito pelo CONDEPHAAT constava arrolamento de um número maior de edifícios de interesse para indicação de proteção legal, organizado pela *Associação Pinhalense de Cultura* (em especial pelo *Grupo Preservacionista Arnaldo Florence*, nela inserido), "*considerados exemplos representativos dos vários grupos sociais da história local da ótica dos agentes sociais deste mesmo patrimônio*" (CONDEPHAAT, 26264: 11).

Na listagem inicial [8] os bens imóveis edifícios elencados pela Associação, grosso modo, dividiam-se em 9 (nove) agrupamentos de construções que tem como marco aglutinador edifícios públicos e religiosos . A saber: 1: Igreja Matriz do Espírito Santo, com mais 13(treze imóveis) do entorno ; 2: Igreja Nossa Senhora Aparecida e mais 3(três) edifícios. 3: Igreja São Benedito e mais 1(uma) residência; 4: Escola Estadual Dr. Almeida Vergueiro e mais 8(oito) edifícios; 5: "*Ferrovia*" e mais 6(seis) edifícios; 6: Cine Theatro Avenida e mais 1(um) edifício; 7: Prefeitura Municipal e mais 4 (quatro) edifícios; 8: Câmara Municipal e Delegacia e mais 1(um) edifício; 9: Matadouro Municipal e mais 1(um) edifício.

Sem negar a relevância global do acervo em causa, fornecida pelos interessados para estruturação do pedido de tombamento, o Condephaat ponderou que o estudo pautava-se em "critério exclusivamente arquitetônico" expresso nas fichas técnicas [9] então organizadas e apresentadas pelos solicitantes que "vem desvinculadas da evolução urbana do Município" e da "inexistência de um histórico que de conta do processo de ocupação urbana, percebido do dialeticamente" (CONDEPHAAT, 26264: 12).

Apesar das lacunas identificadas, para o Condephaat o tombamento do Núcleo Histórico de Pinhal justifica-se por tratar-se de um "acervo de núcleo urbano da Mogiana [10] região de Patrimônio pouco estudado e cuja linha férrea, a 3ª ser fundada no Estado, exatamente em 1872 em Campinas, possui características muito particulares" que ainda se encontram preservadas

nesse "conjunto de reconhecida importância histórica e suporte de representação significativo da cidade, mais fáceis de serem reapropriados e reutilizados" (CONDEPHAAT, 26.264/88: 12-14, grifo nosso).

Os técnicos consideram então que os edifícios históricos da cidade não possuíam características únicas ou singulares, sendo necessário analisar com cautela a listagem apresentada pela Associação Pinhalense de Cultura. O arquiteto Adauto Moraes aponta que "nesta abordagem longa, apesar de conhecer os edifícios apresentados, retiro a *atenção individual,* análise de caso por caso, dos vários edifícios do anexo I, porque minha manifestação final é pela *valorização de um inventário sistemático da região*", enfatizando ainda que "[...] é que este processo de tombamento de vários bens imóveis de Pinhal sirva como veiculo para uma analise do Egrégio Colegiado quanto à oportunidade de se realizar um inventario sistemático para a *região da 'Mogiana'*" (CONDEPHAAT, 26.264/88: 23-27, grifo nosso).

Conclui-se que a partir de análises históricas e arquitetônicas, coube ao tombamento estadual o reconhecimento dos exemplares arquitetônicos mais relevantes da arquitetura pinhalense, tendo o Condephaat destacado que "esta proposta embora segmente por pouco tempo a listagem inicial, não se pauta por uma leitura restritiva e distorcida dos equipamentos da cidade" (CONDEPHAAT, 26.264/88: 14). E, dada a abrangência do conjunto identificado, a preservação dos onze edifícios contemplados pelo tombamento estadual visava, de acordo com Ana Luiza Martins (26.264/88: 14), dar início a uma "ação conjunta do município e do CONDEPHAAT, ação que viabilize a correta seleção dos monumentos - bens móveis e imóveis - configuradores das imagens da cidade". Tratava-se, então, de um processo de reconhecimento do patrimônio pinhalense que deveria, ao longo do tempo, envolver não só o Estado, como também o município e sua população.

A Vila Monte Negro: um bairro ainda a reconhecer

O reconhecimento do patrimônio arquitetônico de qualquer cidade é um processo evolutivo, que por meio de constantes revisões tende a se ampliar e abarcar novos aspectos da história local. Para a arquiteta Beatriz Mugayar Kuhl "o interesse pela preservação do patrimônio industrial é relativamente recente, se comparado com a preocupação por outros tipos de manifestação cultural, e deve ser entendido dentro do contexto de ampliação daquilo que é considerado bem cultural" (KUHL, 2008: 37). Ao estudo do acervo histórico ferroviário e das edificações a ele direta ou indiretamente relacionadas presentes na Vila Monte Negro de Pinhal, incluem-se as contribuições para ampliação do repertório acerca do universo construtivo do estado de São Paulo entre final do século XIX e início do século XX. Sua proteção e revitalização vão ao encontro das posturas internacionais voltadas à ampliação da herança cultural dos povos.

Os conjuntos arquitetônicos ferroviários se inserem como parte do patrimônio industrial definido pela Carta de Nizhny Tagil, [11] em 2003 ("Definição do patrimônio industrial", *in* Carta de Nizhny Tagil, 2003):

> *[...] O patrimônio industrial compreende os vestígios da cultura industrial que possuem valor histórico, tecnológico, social, arquitetônico ou científico. Estes vestígios englobam edifícios e maquinaria, oficinas, fábricas, minas e locais de processamento e de refinação, entrepostos e armazéns, centros de produção, transmissão e utilização de energia, meios de transporte e todas as suas estruturas e infraestruturas, assim como os locais onde se desenvolveram atividades sociais relacionadas com a indústria, tais como habitações, locais de culto ou de educação.*

Este documento destaca que os conjuntos arquitetônicos que compõem o patrimônio industrial, mesmo que não sejam detentores de características arquitetônicas singulares ou excepcionais, representam atividades que propiciaram profundas transformações históricas, e por esta razão justifica-se a sua proteção. As residências mais singelas dos imigrantes europeus e os imóveis industriais e comerciais constituem-se em informações tangíveis das transformações nas técnicas construtivas – a exemplo do uso de materiais como tijolo, ferro e vidro – e nos modos de habitar, fatos diretamente relacionados à evolução tecnológica social que marca o século XX.

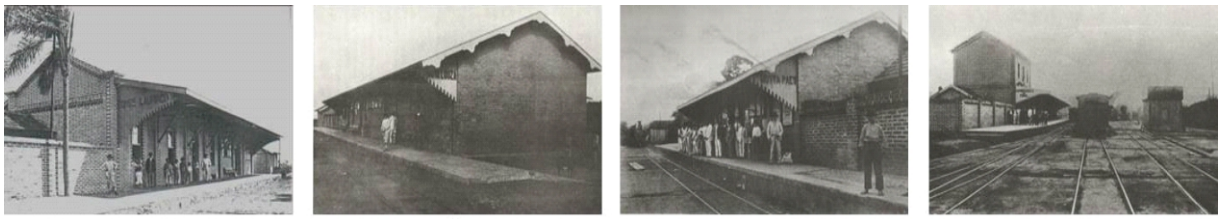
Em relação ao conjunto de prédios associados ao ramal ferroviário de Espírito Santo do Pinhal, nos estudos técnicos que integram o já mencionado processo de tombamento do Condephaat, em sua avaliação de mérito, está claramente indicada a necessidade da ampliação do universo de estudos para qualificação da memória tangível pinhalense. Para além da classificação arquitetônica formal, recomenda-se que a análise das edificações se vincule a outras referências históricas e valores simbólicos conforme expressa o parecer exarado na ocasião pela historiadora Ana Luiza Martins (26.264/88: 13, grifo nosso) que assim se refere à cidade:

> *[...] A cidade não foi uma metrópole regional, como Ribeirão Preto, mas possui papel singular que precisa ser melhor investigado sobretudo como área de constante migração constituindo-se um tecido de influências várias percebido no ecletismo característico de seu acervo. Demarcável na leitura da cidade a existência de Armazéns monumentais (a semelhança das docas de Santos) edificação incomum até então nas cidades cafeeiras.*

Os prédios rústicos que distinguem a área ferroviária em questão testemunham também especificidades das relações econômicas regionais e intermunicipais. Assim como as cidades de Amparo, Serra Negra, Itapira, Mogi-Mirim e tantas outras, a Estação Ferroviária de Pinhal (Figura 8) e o bairro da Vila Monte Negro (onde a estação está implantada) se constituem como parte do acervo arquitetônico resultante do desenvolvimento urbano e econômico impulsionado pelas linhas férreas da Companhia Mogiana. Portanto, pode-se afirmar que a materialidade do patrimônio ferroviário possibilita a compreensão das rotas de circulação de mercadoria, capital e informações no século passado, possibilitando a construção de claros nexos conectores entre a escala arquitetônica, urbana e regional. Sobre o patrimônio da "região da Mogiana", Ana Luiza Martins (26.264/88: 11, grifo nosso) relata que:

> *[...] Curiosamente foram dois núcleos da Mogiana, região menos assistida pelo CONDEPHAAT em relação às demais da trajetória cafeeira, exatamente Amparo e Pinhal, que nos últimos meses, revelando uma maturidade na percepção de seu patrimônio, enviaram a este Colegiado estudos densos que viabilizam a correta atuação do Estado, isentando-o do tradicional paternalismo e permitindo desde logo à comunidade que de inicio, efetiva à apropriado social do patrimônio da qual ela é usuária.*

Figura 8 – Estações ferroviárias do Ramal de Pinhal. A saber: A- Conselheiro Laurindo; B- Nova Louzã; C- Motta Paes; D- Espírito Santo do Pinhal.



Fonte: Estações ferroviárias do Brasil (disponível em: http://www.estacoesferroviarias.com.br – acesso em 04/06/2016).

Nessa perspectiva, há de se considerar que a listagem organizada pela Associação Pinhalense de Cultura, mesmo que de forma assistemática, atribui valores memorais a muitas edificações que permaneceram fora da circunscrição do núcleo central que viria a ser tombado pelo Condephaat em 1992, indicação clara de que interessa aos pinhalenses tanto as edificações ferroviárias como as representantes de "arquitetura menor" a elas correlacionadas, ainda em bom estado de conservação. Cabe, portanto, retomar a listagem para realização de um novo inventário que contextualize os conjuntos arquitetônicos então assinalados na história da expansão da cidade com vistas ao seu reconhecimento, valorização de proteção.

Os inventários de identificação

Toda medida de proteção, intervenção e valorização do patrimônio histórico advém do reconhecimento dos acervos existentes. O inventário de bens arquitetônicos é uma das atividades essenciais para o estabelecimento de ações dentro de uma política de preservação efetiva e gestão do patrimônio. De acordo com a historiadora Glenda Salgado Vieira (VIEIRA et al., 2012: 4), "o inventário enquanto mecanismo de proteção do patrimônio é uma das mais antigas formas de proteção do patrimônio em nível internacional, no qual já possuía uma grande contribuição na tutela da preservação". Nesse sentido, vale ressaltar que a importância dos inventários já era mencionada nas Cartas Patrimoniais, como a Declaração de Amsterdã, de 1975, e a já mencionada Carta de Nizhny Tagil, de 2003 *(*"A importância da identificação, do inventário e da investigação", *in* Carta de Nizhny Tagil de 2003, grifo nosso):

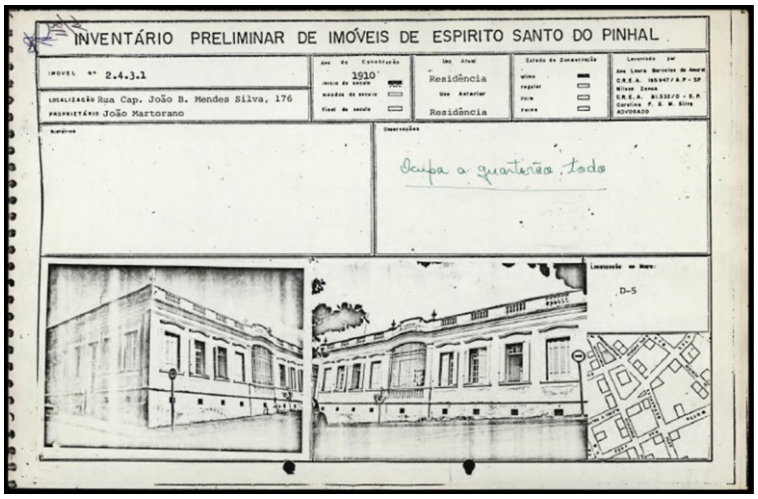
> *[...] O inventário constitui uma componente fundamental do estudo do patrimônio industrial. O inventário completo das características físicas e das condições de um sítio deve ser realizado e conservado num arquivo público, antes de se realizar qualquer intervenção. Muitas informações podem ser obtidas se o inventário for efetuado antes do abandono da utilização de um determinado processo industrial ou do fim da atividade produtiva de um sítio. Os inventários devem incluir descrições, desenhos, fotografias, e um registro em vídeo do referido sítio industrial ainda em funcionamento, com as referências das fontes documentais existentes. As memórias das pessoas que aí trabalharam constituem uma fonte única e insubstituível e devem ser também registradas e conservadas, sempre que possível.*

Atualmente, no Brasil, o IPHAN vem desenvolvendo um novo sistema de reconhecimento, o SICG – Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão –, visando integrar informações mais amplas sobre o patrimônio nacional. Uma das aplicações fundamentais do SICG é o desenvolvimento de "Inventários de Conhecimento" [12] para a criação de uma base de dados que possibilite a construção de "Redes do Patrimônio" em todos os estados e municípios. As fichas de inventário criadas por esse sistema se organizam em três módulos – Conhecimento, Gestão e Cadastro – que possibilitam uma abordagem mais completa do patrimônio cultural, partindo do conhecimento mais geral para o específico, com recortes temáticos e territoriais, e fornecendo subsídios para a tomada de decisões em relação a práticas preservacionistas.

No caso do tombamento do Núcleo de Espírito Santo do Pinhal, o inventário é frequentemente mencionado nos pareceres do processo como instrumento fundamental para a preservação do conjunto arquitetônico identificado, tanto pelo proponente (Associação Pinhalense de Cultura) quanto pelo órgão de preservação estadual. A abrangência do levantamento proposto pelos pinhalenses na época, "que considerou exemplares representativos dos vários grupos sociais da história local" (CONDEPHAAT, 26.264/88: 10), e o emprego de fichas (Figura 9) e metodologia semelhante ao modelo do Ipac-Bahia no "Inventário Preliminar de Imóveis" foram destacados pelo Condephaat como avanços na noção de patrimônio que eram pouco percebidos em outras cidades da região. Contudo, o arquiteto Adauto Moraes pontua ainda algumas lacunas no levantamento e uso das fichas de inventário (CONDEPHAAT, 26.264/88: 21, grifo nosso):

> *[...] Desta forma inteligente de pedido, os autores usam mais a semelhança da apresentação das fichas do que os critérios científicos da metodologia do IPAC - Bahia, e de certa forma, ao deixarem de preencher uma infinidade de espaços informativos provocam no leitor uma vontade intelectual, digamos, de prover de informações estas lacunas ou então, confessar a necessidade da realização de uma investigação abrangente nesta região ligada à produção cafeeira.*

Figura 9 – Ficha integrante do Inventário Preliminar de Imóveis de Espírito Santo do Pinhal, usada no levantamento feito pela Associação Pinhalense de Cultura. Imóvel: Atual Câmara municipal.



Fonte: CONDEPHAAT, processo 26.264/88.

Passados quase trinta anos do tombamento, cumpre salientar mais uma vez as palavras da historiadora Ana Luiza Martins (26.264/88: 11, grifo nosso) no que diz respeito à proteção e apropriação do patrimônio pela população local:

> *[...] E é neste sentido de apropriação social que gostaríamos de insistir na consideração deste repertório de bens culturais da cidade de Pinhal, delegando a competência de vida ao Município e assumindo nesta seleção apenas o que for relevante para o Estado.*

Considerando que a pesquisa de Mestrado na qual este artigo se insere tem como objetivo central avaliar outros conjuntos arquitetônicos de interesse para a compreensão da história de Pinhal, nomeadamente o bairro da Vila Monte Negro e a Vila Norma, a "Relação de imóveis para tombamento" proposta na época da abertura do processo no Condephaat será revista à luz de outros procedimentos de avaliação e registro. O intento é avaliar as informações existentes sobre os edifícios arrolados nas fichas de inventário apresentadas pela Associação Pinhalense de Cultura (Figura 9) procedendo ao cotejamento dos dados fornecidos *in situ*, bem como refletir sobre as noções de patrimônio que tal seleção expressa. Para tanto será adotada a sistemática de inventariação proposta pelo SICG, de modo a contemplar tanto aspectos arquitetônicos como históricos e urbanísticos.

CONCLUSÃO

O reconhecimento de conjuntos arquitetônicos e históricos é tarefa essencial para conciliar as necessidades de preservação e de desenvolvimento urbano. Por essa razão o estudo, registro e construção de inventários dos mesmos se constituem como instrumento que, por reunir um vasto e diversificado banco de informações, possibilita o estabelecimento de normativas para a preservação do patrimônio edificado à luz das demandas contemporâneas de desenvolvimento, além de evidenciar as potencialidades e vocações desses espaços e viabilizar a reinserção destes na dinâmica das cidades contemporâneas.

NOTAS

[1]Dissertação de Mestrado, em andamento, desenvolvida na PPGATC-Unicamp, sob orientação da Profª.Drª. Regina Andrade Tirello, com bolsa da Capes - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

[2]CONDEPHHAT – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico.

[3]Processo Condephaat, nº 26.264/88.

[4]Para melhor compreensão e construção do texto, doravante a cidade estudada será chamada de Pinhal, como é conhecida.

[5]João Elisário de Carvalho Monte Negro, mais conhecido pelos pinhalenses como Comendador Montenegro, nasceu em vinte e quatro de junho de 1824 na vila de Louzã, distrito de Coimbra, Portugal. Foi pioneiro na emigração lousanense para o Brasil. Em vinte e nove de janeiro de 1867 comprou uma fazenda localizada entre os municípios de Mogi Guaçu e Espírito Santo do Pinhal, que viria a se tornar a Colônia de Nova Louzã. Defensor da imigração e do trabalho livre assalariado, o Comendador é frequentemente retratado como um homem de ideias progressistas, e é reconhecido como tal não só por suas ações em Espírito Santo do Pinhal como também em nível nacional.

[6]CONDEPHAAT, 26.264/88: 434.

[7]Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-SPHAN (1937-1946), atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

[8]*Relação de imóveis para tombamento* (CONDEPHAAT, 26.264/88, Anexo 1: 3-4),

[9]Nas fichas constavam dados cronológicos, descrição de fachadas, tipologia, técnicas construtivas e estado de conservação dos edifícios elencados, que segundo os solicitantes foram estruturados a partir do modelo IPAC-BAHIA (Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia).

[10]Segundo historiadores, A Companhia Mogiana foi a única ferrovia concluída até o final do século a adentrar o território mineiro tendo seu ponto terminal exatamente no triângulo mineiro. Em decorrência dos caminhos por ela percorridos, grande parte dos estados de Minas Gerais e Goiás passaram a ser tributários de São Paulo durante o período ferroviário, situação que só se alterou com a introdução da rodovia nos anos 30 e 40. (CONDEPHAAT, 26.264/88: 13).

[11]O texto desta Carta sobre o Patrimônio Industrial foi aprovado pelos delegados reunidos na Assembleia Geral do TICCIH, de carácter trienal, que se realizou em Nizhny Tagil em 17 de Julho de 2003, o qual foi posteriormente apresentado ao ICOMOS para ratificação e eventual aprovação definitiva pela UNESCO.

[12]De acordo com o Iphan, um Inventário de Conhecimento (ou varredura) é qualquer estudo que vise conhecer o universo de bens culturais de determinada região ou relacionados com determinado tema, que identifique e cadastre as ocorrências materiais ainda existentes, apontando a necessidade de estudos mais detalhados, como aqueles voltados para o registro das manifestações imateriais. E ainda, os inventários de conhecimento funcionam como um mapeamento abrangente do patrimônio cultural, cujo objetivo final é sua proteção e valorização.

REFERÊNCIAS

IPHAN. SICG – Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão. Brasília, 2012. Disponível em: <http://docplayer.com.br/4607323-Sistema-integrado-de-conhecimento-e-gestao-sicg.html#show_full_text>. Acesso em: 04 de junho de 2016.

KUHL, Beatriz Mugayar. *Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Industrialização*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2008.

MARTINS, Roberto Vasconsellos. *Divino Espírito Santo e Nossa Senhora das Dores do Pinhal*. São Paulo: Impressora Latina, 1986.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. A Cidade Como Bem Cultural: áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance da preservação do patrimônio ambiental urbano. *Patrimônio: atualizando o debate*. Rio de Janeiro: IPHAN, p. 31-53, 2006.

MOTTA, Lia; SILVA, Maria Beatriz de Resende (Orgs). *Inventários de identificação: um programa de experiência brasileira*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1998.

OLIVEIRA, Isabela M.; SOUZA, Cristiane F. C.; VIEIRA, Glena. IPAC–Inventário de Proteção do Acervo Cultural: Os modelos da Bahia e Pernambuco nas décadas de 1970 e 1980. *Revista Tempo Histórico*, v. 4, n. 1, 2013.

PROCESSO de Tombamento nº 26.264/88 - *Núcleo Histórico Urbano de Espírito Santo do Pinhal* (SP). CONDEPHAAT – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico, 1992.

RUFINONI, Manoela Rossinetti. *Preservação e restauro urbano: intervenções em sítios históricos industriais.* São Paulo: Fap-Unifesp: Edusp, 2013.

THE INTERNATIONAL COMMITTEE FOR THE CONSERVATION OF THE INDUSTRIAL HERITAGE. Carta de Nizhny Tagil sobre o patrimônio industrial. TICCIH, 2003. Disponível em: <http://ticcih.org/wp-content/uploads/2013/04/NTagilPortuguese.pdf>. Acesso em: 5 de junho de 2016.

TORRES, Valéria A. R.; TESSARINE, Luiz G. *Espírito Santo do Pinhal: A Rainha das Serras.* São Paulo: Noovha América, 2006.

A DANÇA COMO FORMA DE EXPRESSÃO E CONTEÚDO ESCOLAR

Gabriel Gomes de Souza Silva
Graduado em Educação Física, Bacharelado e Licenciatura pela Universidade de Cuiabá – UNIC
gorbiczgabriel11@hotmail.com

Miguel Sales da Costa
Graduado em Educação Física, Bacharelado e Licenciatura pela Universidade de Cuiabá - UNIC

Cilene Maria Lima Antunes Maciel
Doutora em Ciências da Educação pela Universidade Autonoma de Barcelona – Espanha
Coordenadora do Mestrado em Ensino- Universidade de Cuiabá-PPGEN-UNIC/IFMT
cilenemlamaciel@gmail.com

Cleonice Terezinha Fernandes
Doutora em Ciências da Motricidade pela UTAD/Portugal
Professora no Mestrado em Ensino – PPGEn - UNIC/IFMT
cleo_terezinha@hotmail.com

RESUMO

A dança tem um forte componente educativo na infância, não só no que diz respeito ao ritmo e a construção de gosto musical, mas também quanto à disciplina, autoestima, socialização e desenvolvimento cognitivo da criança, variável preventiva de obesidade e sedentarismo. Este estudo bibliográfico tem por objetivo evidenciar o quanto a dança pode contribuir para melhoria na integração, socialização, desenvolvimento motor/cognitivo, além do ritmo e da musicalidade das crianças. Em se tratando de infância algumas danças são mais valorizadas que outras, entendendo-se no senso comum que o ballet clássico é sinônimo de qualidade e superioridade em relação, por exemplo, as danças folclóricas. Valorizar a trajetória nacional com a dança popular e revalorizar a alma "dançal" nacional, buscando fazer um passeio pelos teóricos que trazem estas evidências, que incluem as neurocientíficas, é também objeto deste estudo. Traz autores que discutem que a dança não é somente expressão, mas aprendizado. Mostra-a como prática fenomenológica, que permite aos indivíduos integrarem corpo e mente, ressignificando as noções temporais/espaciais e lúdicas, devendo ser vista como um componente básico no processo educacional, sobretudo na educação básica, prática incentivada e recomendada pelos PCNs e pela nova BNCC.

Palavras-chave: Desenvolvimento cognitivo. Desenvolvimento motor. Neurociências da aprendizagem.

ABSTRACT

Dance has a strong educational component in childhood, not only with regard to rhythm and the construction of musical taste, but also about the discipline, self-esteem, socialization and cognitive development of the child, preventive

REVISTA ELETRÔNICA DOCUMENTO MONUMENTO 21
NDIHR
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICA REGIONAL NDIHR

variable of obesity and sedentary lifestyle. This bibliographic study aims to show how much the dance can contribute to the improvement in the integration, socialization, motor / cognitive development, besides the rhythm and musicality of the children. In the case of childhood, some dances are more valued than others, it being understood in the common sense that classical ballet is synonymous with quality and superiority in relation to, for example, folk dances. Valuing the national trajectory with the popular dance and revaluing the national "dancing" soul, seeking to take a walk through the theorists who bring this evidence, which includes the neuroscientific, is also the object of this study. It brings authors who argue that dance is not just expression, but learning. It shows it as a phenomenological practice, which allows individuals to integrate body and mind, resignifying temporal / spatial and playful notions, and should be seen as a basic component in the educational process, especially in basic education, encouraged by the PCNs and the new BNCC.

Palabras claves: Cognitive development. Motor development. Neurosciences of learning

INTRODUÇÃO

É aceito que a dança acompanha o ser humano desde o início dos tempos, conforme Misseno (1986, p.11) "Dança-se há mais de 10 mil anos e, historicamente, não se conhece um só povo que não dançasse (...)".

Dançar é uma das formas mais completas para o desenvolvimento do ser humano, porém apesar de tudo, a dança ainda é pouco utilizada principalmente no âmbito escolar, local onde seria de importância imensurável, pois a dança tem forte influência no processo de ensino-aprendizagem da criança. Com intuito de mostrar que a dança pode ser uma forma com a qual a criança se expressa e concomitante a isso aprende, este trabalho traz diferentes estudos que discutem o papel da dança no processo de ensino-aprendizagem e expressividade da criança. Uma criança que durante a educação infantil participou de aulas de dança terá uma facilidade maior em ser alfabetizada (TREVISAN, 2006).

Este estudo tratará de como a dança pode colaborar com o desenvolvimento infantil em todos os seus aspectos, constituindo-se uma maneira interessante de vencermos enquanto sociedade os estados de sedentarismo, obesidade, depressão e imobilidade a que estão sujeitas às crianças da atualidade.

As danças - dos primórdios à Dança atual em Cuiabá

> (...) somente poderemos dizer que conhecemos e sabemos algo sobre/de uma dança quando formos também capazes de senti-la e percebê-la em nossos corpos. Neste caso, dança é primordialmente sentimento e emoção. (MARQUES, 1997, p.23)

Desde os tempos mais remotos a dança já estava ligada ao ser humano. Por meio dela, o homem primitivo se comunicava e se expressava das mais variadas formas, e com os mais variados fins e objetivos, relacionando-se consigo mesmo e com o meio ao seu redor; de modo que a dança auxiliava-o em sua comunicação.

Não se sabe ao certo quando a dança surgiu nem quem foi o seu real inventor, mas para Mendes (1987) as primeiras datações da dança provém do paleolítico superior. Portanto desde os primórdios da história já se tinha o devido conhecimento de sua utilização e de seu significado. A dança possuía um grande significado para os povos primitivos, sua importância era evidente já que a mesma era uma das maiores formas de manifestação daquela época, e na vida diária desses povos, era uma das atividades com enorme significação e importância, pois permitia a exibição de suas qualidades físicas e expressão dos sentimentos (OLIVEIRA, 2001).

A dança também se fazia presente no aspecto da alimentar, os seres primitivos usavam-na a fim de conseguir o seu alimento ludibriando a caça por meio da dança e de encenações que imitavam os movimentos dos próprios animais, conforme afirma Ossona (1988, p.43) "A dança imita os passos dos animais com o fim de atrai-los ao perímetro de tiro e simula também seu acasalamento, para que se multipliquem as espécies".

Durante os rituais dos antigos povos, o ato de dançar se fazia presente, pois os mesmos usavam-no como forma de agradecimento aos deuses, e também para fazerem pedidos para chover e formas de agradecimento, encenações e até mesmo manifestações de alegria e tristeza. "A dança tinha características lúdicas e ritualísticas, nas quais ocorriam manifestações de alegria pela caça e pesca ou dramatizações pelos nascimentos e funerais" (GARIBA, 2007, p. 156).

As danças, em todas as épocas da história e/ou espaço geográfico, para todos os povos é representação de suas manifestações, de seus "estados de espirito", permeio de emoções, de expressão e comunicação do ser e de suas características naturais. (NANNI, 2003 p.7).

Os antigos povos tinham por costume deixar gravados seus relatos e aquilo que lhes despertar-se o interesse, como a caça e a própria dança. Esses relatos eram feitos em formas de pinturas em cavernas, haja vista que a grande maioria desses povos eram nômades e viviam em cavernas com intuito de se protegerem, embora vivessem constantemente mudando seu local de morada.

Segundo Rangel (2002, p.34) "Estas evidências gravadas em cavernas são, possivelmente, a comprovação que a dança acompanha o homem desde os tempos mais remotos, como o período pré-histórico, até nossos dias". Trevisan (2016, p.189) completa: "No decorrer de sua evolução sociocultural, a dança remonta uma gama de opções e representações, no que se refere ao desenvolvimento dos diferentes estilos e às formas de expressão".

Dando um salto na história mais recente no Brasil temos os escravos que faziam uso da dança como forma de permanecerem bem preparados fisicamente, manter viva sua cultura e sua religiosidade. No Brasil, isso permitiu que diversas religiões e seus derivados sobrevivessem, tais como umbanda, quimbanda e também o omolocô, sendo que a dança sempre foi fundamental nas cerimônias religiosas do povo negro/africano (FARO, 1987).

A Dança acompanhou também a evolução humana, teve também seu crescimento mundo afora. Com novas danças e formas de dançar sendo criadas, ela consolidou-se de vez como um fator de valor imensurável na vida de seus próprios criadores e de seus praticantes.

Mediante o constante crescimento cultural, as novas danças também inseriram suas formas de se apresentar e se expressar. Uma das danças mais conhecidas que surgiu com o passar dos anos e até hoje é considerada de enorme beleza é a dança folclórica, que em diversos locais do país é considerada a maior fonte expressiva e cultural de seus respectivos povos, como indaga Nanni (1995b): "A expressão de determinada civilização poderá ser entendida como o reflexo de sentimentos e pensamentos desta comunidade, manifestada também através da dança folclórica".

Atualmente, várias cidades são consideradas grandes expoentes culturais, como por exemplo, Parintins no estado do Amazonas, onde ocorre a tradicional festa dos bois Garantido e Caprichoso, mais conhecida como festa do boi bumbá, que envolve muita música, encenação, e é claro, dança, sendo esta uma das festas folclóricas mais conhecidas do país.

Em cidades como Cuiabá e Poconé ambas no estado do Mato Grosso, as danças folclóricas também possuem grande destaque. Na capital mato-grossense, o siriri e o cururu com suas roupas coloridas, batidas fortes e louvores a santos ditam a cultura Cuiabana. Em Poconé, a Dança dos Mascarados, com toda sua miscigenação e ritmo contagiante ocupa o local de maior destaque na cultura local. Para Leite (2015, p.79) "A dança é a forma de expressão, a qual somente os que já participaram conseguem descrever o prazer que sentem e os benefícios que ela traz".

Destaca-se o grupo folclórico Flor Ribeirinha em Cuiabá, grupo de Siriri e Cururu, representante da Comunidade de Pescadores São Gonçalo Beira Rio, sagrou-se vice-campeã em 2016, no maior festival internacional de dança folclórica de toda a Ásia e um dos maiores do mundo, realizado na Coreia do Sul.

Cuiabá é uma cidade dançante. Vale ressaltar que aqui tem o movimento das DCS – Danças Circulares Sagradas[1] trazidas para a cidade nos anos 2000 pelo Prof. José Maria, membro titular da faculdade de Educação Física, hoje aposentado da UFMT. Desde então a DCS tem se inserido na cidade, por meio de práticas semanais gratuitas na UFMT, na pessoa da professora Josete Pinto, formada em Educação física, que assumiu a manutenção voluntária da roda semanal, aberta a comunidade, estendendo para uma prática mensal livre no parque Mãe-

Bonifácia, no segundo domingo de cada mês. Recentemente em 2017 houve a defesa da primeira dissertação de mestrado em Educação da UFMT, intitulada "As danças circulares como educação do corpo na formação de professores para a educação intercultural, na implementação da lei 11.645/08 em Cuiabá-MT" da pedagoga Solange Mara Moreschi Silva, cuja orientadora foi a professora Beleni Salete Grando.

Vale destacar também o movimento da Dança Sênior[2], comandado entre outros, pela professora Ana Maria que tem práticas de grupos da terceira idade pela cidade e um grupo no ICEMAT – Instituto de Cegos do Mato Grosso, este último também gerido pela professora Josete Pinto da DCS, supra citada.

As práticas de dança de salão na cidade tem que ser destacadas, haja vista o grande número de academias que a praticam – a Dançar´t, a Academia Compassos, Studio de Dança Laerte Ribeiro, a Gafieira Centro de Dança e Studio Clara Azevedo, entre outros espalhados pelos bairros mais periféricos. Há a prática semanal domingueira na Praça 8 de abril, a famosa Praça do Choppão, onde praticantes encantam a população no domingo a noite, ensaiando Zouk e Quizomba a céu aberto, dois ritmos de influência africana, que foram introduzidos no Brasil nos anos 90, sendo o primeiro originário das Antilhas francesas. E também há que se salientar a prática do aluguel de dançarinos de danças de salão, sobretudo por mulheres, para serem pares exclusivos de dança em bailes que ocorrem com frequência na cidade, muitos deles organizados por grupos da terceira idade.

A Ludicidade e o Brincar na Dança – Papel dos adultos (escola) sobre o dançar infantil – componente neurocientíficas da corporeidade

O lúdico é tudo que envolve a brincadeira, a imaginação, aquilo que envolve a fantasia e também a imitação, é onde a criatividade da criança está muito presente. Essa forma é a mesma responsável pelo aprendizado da criança, através da imaginação, da fantasia, de maneira transcendente, a criança brinca, e brincando ela se expressa e aprende.

Segundo Marques, (2012, p.56) [...] às crianças querem – e precisam – brincar, conviver, se divertir, experimentar e isso já é, em si, um enorme aprendizado. Afinal, é para isso que vão à escola.

Por meio dos movimentos as crianças exteriorizam seus sentimentos, conforme Bueno (2004, p.29) "A criança, além disso, é capaz de identificar emoções diferentes gerando movimentos corporais". Davies (2003) analisa e concorda, enfatizando que: "As crianças pulam de alegria, batem os pés de ódio, se seguram reticentes, se chacoalham de excitação". Já Laban, (1978, p.67) considerado o maior nome da dança expressionista, destaca que: "[...] o corpo é nosso instrumento de expressão por via do movimento. O corpo age como uma orquestra, na qual cada seção está relacionada com qualquer uma das outras e é uma parte do corpo". Em outras palavras, a criança se expressa através do movimento. Por meio deste ela demonstra seu estado atual, bem como também suas manifestações de raiva e alegria. Para Strazzacappa (2001, p.2) "Estas atitudes evidenciam que o movimento é sinônimo de prazer e a imobilidade, de desconforto".

Quando brincam, as crianças dão asas a sua criatividade, através da ludicidade, a criança, imagina, aprende se desenvolve e retrata através dos movimentos e do corpo aquilo que seria para ela difícil dizer com palavras. O desenvolvimento das experiências corporais é diretamente explorado por elas, podendo-lhes assim proporcionar também o uso da imaginação e do próprio corpo.

As experiências corporais são diretamente exploradas e desenvolvidas na dança, que ainda pode integrar as habilidades criativas e intelectuais dos alunos, proporcionando o uso da imaginação e do corpo para dar sentido às experiências sensório-motoras. (VIEIRA et al., 2011, p.175)

Portanto a dança tem um papel fundamental na educação da criança, e é de grande valia como forma de auxílio aos professores em sala de aula. Na grade curricular da escola o objetivo maior da dança não seria propriamente o de formar grandes dançarinos, mais sim, de proporcionar às crianças uma educação diferenciada, por meio do movimento, dando-lhes a

possibilidade de uma educação mais intimista e prazerosa.

Um jeito de cativar as crianças para a dança, que encontramos na literatura consultada/especializada é introduzir seu contato com as danças folclóricas, já mencionadas, pois estão diretamente ligadas à ludicidade e à infância. Por meio das danças folclóricas as crianças conhecem as lendas locais e nacionais, dão asas a sua imaginação e por meio da fantasia e do lúdico podem conhecer o mundo. Marques (2012, p.5) ressalta que: "A dança, [...], tem o potencial de trabalhar a capacidade de criação, imaginação, sensação e percepção, integrando o conhecimento corporal ao intelectual". Sobre isso Nanni (1995ª) acrescenta que: "a dança sempre esteve envolvida com o processo de ensino/aprendizagem, abarcando constantemente as questões como percepção, sensação, conhecimento, estruturação, criação, avaliação, além das atitudes de decisão".

Outro aspecto que se quer evidenciar neste texto é a concepção de Nóbrega (2012) que questiona o pré-conceito da dança de ballet clássico privilegiada como mais séria e eficaz para os principiantes. No Brasil quando se fala em colocar filhos na dança é quase que sinônimo de colocar em aulas de ballet e, portanto, restrito a elite, dado alto custo das aulas. Este conceito é considerado antiquado no atual cenário, haja vista que se têm trabalhos corporais brasileiros tão belos e eficazes quanto o ballet, como é o caso da capoeira (ao ritmo do berimbau e cantos) e do frevo. Ambos têm mais a ver com nossa "alma dançal" segundo Nóbrega (2012) e trabalham aspectos motores igualmente ao ballet, além de que o conceito de exaustão para supremacia das habilidades corporal em detrimento do conforto e bem-estar são objetivos questionáveis em tenra idade, quando a criança ainda está sob total tutela do ponto de vista dos adultos, ou seja, não há liberdade ou autonomia nas escolhas.

A esse respeito um estudo com 22 bailarinos/as clássicos/as de um Curso de Bacharel em Dança de uma universidade francesa do Quebec mostrou que em aulas práticas de uma disciplina obrigatória de educação somática, realizou-se uma pesquisa-ação sobre a saúde dos dançarinos e um trabalho com forte componente psicoterapêutico, permitiu com que estes se tornassem menos vulneráveis aos impactos do discurso dominante da Dança em sua saúde; passando a respeitar os limites de seus corpos. (FORTIN, VIEIRA e TREMBLAY (2010)

Neste contexto se inserem as evidências da associação entre desenvolvimento cognitivo e motor. Os hormônios cortisol e serotonina estão sendo estudados hoje relacionados ao desenvolvimento infantil também; estão completamente imbricados e o primeiro, quando em excesso é responsável pelo stress crônico, inflamações e sobrepeso desequilibrando o sistema. Situações de stress para o bebê podem ser, por exemplo, falta de contato com a mãe, interrupção de mamadas, falta de estimulação, brincadeiras e contato físico, além é claro de abuso e violência. A serotonina entra na questão porque excesso de cortisol deixa o corpo em alerta e então o sono é comprometido e afinal compromete a produção de *serotonina,* responsável pela sensação de prazer e bem-estar, que ocorre apenas durante o sono profundo. *Crianças* que continuam a mostrar níveis elevados de *cortisol* com 2 anos parecem mais medrosas e tímidas. Tais *crianças* são as mais propensas à depressão, como consequência da baixa produção de serotonina, seguida de obesidade, justamente pela tentativa do corpo em equilibrar a falta dela ingerindo carboidratos, pois quando a produção de serotonina é baixa, a percepção da saciedade também é diminuída o que causa um grande aumento de apetite, associado a uma grande retenção de líquidos. O organismo apresentará um apetite voltado para os carboidratos que são ricos em serotonina, mas também são extremamente calóricos. (GUNNAR, 1996).

Os níveis de *cortisol* no sangue variam durante o dia porque estão relacionados com a atividade diária e a *serotonina*. Então entra a importância da dança na educação infantil, como vital, preventiva e produtora de situações prazerosas e desestressantes para diminuição do cortisol.

Atualmente as neurociências comprovam a inegável correlação entre desenvolvimento motor e cognitivo demostradas por inúmeras pesquisas empíricas. Sabe-se que já é estudada há algumas décadas e em especial, nos últimos anos, esta relação motor/cognitivo, especialmente em crianças. Diversos estudos mostram que o nível de coordenação motora pode ser um dos fatores que influenciam o desenvolvimento cognitivo, estabelecendo assim uma possível relação preditiva entre desenvolvimento motor, memória de trabalho e velocidade de processamento.

Para a visão tradicional e "antiga" o que era considerado o maior determinante para o de desenvolvimento motor era a maturação do sistema nervoso central. Porém não há dúvida de que no primeiro ano de vida o repertório motor da criança expressa e sugere que há uma ordem ou regularidade mostrando assim grande influência maturacional no desempenho motor, todavia sabe-se hoje que o desenvolvimento em geral não é só resultante de um código genético que prescreve o momento em que as crianças vão rolar, sentar, andar ou correr (CLARK, 1994). Explicações atuais reconhecem a importância de outras restrições, além da hereditariedade, influindo no desenvolvimento do sujeito. A maturação do SNC não é, portanto, apesar de muito importante, a única fonte de restrições no comportamento.

Nós humanos somos um sistema não-linear altamente influenciado pelos aspectos espaço-temporais, de modo que mudanças qualitativas que afetam a forma do movimento surgem de novos padrões sempre passíveis de modificações; o desenvolvimento motor é um processo sequencial e contínuo, relacionado à idade cronológica, sendo que o sujeito progride de um movimento simples e sem habilidade até realizar habilidades motoras complexas e organizadas (CLARK e WHITALL, 1989; CLARK, 1994 e HAYWOOD, 1986). Os ajustamentos das habilidades nos acompanharão até nosso envelhecimento, sendo que as mudanças mais drásticas ocorrem na fase da infância e adolescência; algumas mudanças mais amenas na fase adulta, ocorrendo uma regressão nos movimentos com o avançar da idade. As mudanças ocorridas no comportamento motor durante a vida são mudanças na forma e na execução do movimento, alterando assim a organização ou controle e a coordenação dos mesmos (BARELA, 1992 Gonçalves, Gonçalves e Júnior, 1995).

Em suma o desenvolvimento motor depende da integridade e interação dos sistemas muscular, esquelético, nervoso e sensorial, e da motivação do indivíduo, interagindo com o ambiente e com as demandas da tarefa motora (THELEN, 1986; CLARK e WHITALL, 1989; HAYWOOD e GETCHELL, 2004).

A primeira infância é um período de grande plasticidade e ampliação de redes neuronais (SEITZ et al., 1995; GALLAHUE e OZMUN, 2001; SWINNY et al., 2005; RODRIGUES e GABBARD, 2007a) que dependem das interações do indivíduo com o ambiente e as diferentes tarefas (BRONFENBRENNER, 2002; PAPALIA e OLDS, 2000; GALLAHUE e OZMUN, 2001; TECKLIN, 2002; HAYWOOD e GETCHELL, 2004; ALMEIDA et al, 2005). Os primeiros anos de vida são, assim, determinantes para o processo de aquisição das habilidades que constituem a base da evolução humana fundamental e especializada (FONSECA, 2005). O DM surge interligado com outras áreas do desenvolvimento humano, nomeadamente cognitivo, afetivo, social, físico e motor. Atrasos, desvios e alterações na aquisição das habilidades motoras de estabilidade, locomotoras e manipulativas levam a déficits nos outros níveis (AMERICAN ACADEMY of PEDIATRICS, 2001; GALLAHUE e OZMUN, 2001; HAYWOOD e GETCHELL, 2004).

Desde cedo, a interpretação que a criança faz do meio e o significado que este tem para ela, orienta e prediz o seu comportamento (THELEN, 1989; BRONFENBRENNER, 2002; VALENTINI, 2002; ROCHA e TUDELLA, 2003; FORMIGA et al, 2004; ALMEIDA, 2008). As crianças estão continuamente a explorar o mundo e à medida que as suas capacidades de ação se desenvolvem, a quantidade de oportunidades para a exploração aumenta, criando novas *affordances* (GIBSON, 1977, 1979, 2002). Este termo de uma forma mais específica pode-se definir como as oportunidades providenciadas por objetos, eventos ou locais, que conferem ao indivíduo potenciais desafios para a ação e, consequentemente, para o desenvolvimento de uma habilidade (HEFT, 1997; STOFFREGEN, 2000; HIROSE, 2002).

Estando o desenvolvimento da criança fortemente associado à qualidade e quantidade de estimulação motora que lhe é proporcionada (RODRIGUES, 2005), este parâmetro quantitativo pode relacionar-se com a idade, na medida em que com o passar do tempo o número de experiências acumuladas espelha um crescendo em continuidade. Tanto Saraiva e Rodrigues (2005) como Schobert (2008) obtiveram os mesmos resultados superiores para todos os quocientes motores testados aumentando proporcionalmente segundo a idade. Também Santos et al. (2009) verificaram um desempenho motor superior em crianças de 24 meses quando comparadas àquelas com idades entre 6-11 e 12-23 meses.

Todavia o conceito de criança é temporal, ou seja, pertence a determinado momento histórico. As crianças sintetizam os conceitos de uma época, e neste sentido representam os

engendramentos dos processos históricos e culturais (POSTMAN, 1999; NARODOWSKI, 2001). Significa dizer que lamentavelmente as experiências do corpo e do movimento infantis atuais estão reduzidas, bem como seus *affordances*, sobretudo em ambientes urbanos e de costumes sedentários.

Este debate é complexo e se insere na perspectiva ecológica de Bronfenbrenner (2002). No entorno imediato da criança estaria o microssistema representado pelo núcleo familiar, porém este não está isolado, mas imbricado com a comunidade imediata, o mesossistema; Entretanto um outro espaço denominado de exossistema, traduz aqueles sistemas nos quais o sujeito não está envolvido diretamente, como por exemplo, o trabalho dos pais, enfim compõe a comunidade institucional. Há ainda o macrossistema que consiste nos valores, atitudes e crenças culturais daquela sociedade e finalmente o autor propõe o cronossistema que traz a este modelo à noção de tempo, tanto temporal, lógico, exterior e objetivo, quanto o tempo interior ou subjetivo, que é o tempo de maturação e crescimento do sujeito. Considerar, portanto, um modelo multinível é indispensável para melhor compreensão dos fenômenos, no caso os efeitos da dança na infância.

Os resultados obtidos de inúmeras pesquisas nos últimos anos reforçam a existência de uma possível influência do desenvolvimento motor no processo de aprendizagem, sobretudo acadêmico/escolar da criança. Neste contexto entra a dança, novamente, pois resultados de investigações compostas por programas ludomotores com dança e música qualificados e integrados as aulas de Educação Física Escolar de crianças tem reforçado esta afirmação.

Uma investigação realizada pelo Centro Médico da Universidade de Vrije, na Holanda, sob a metodologia da Revisão Sistemática – usou 14 estudos de alta qualidade metodológica nos EUA, 1 no Canadá e 1 na África do Sul: envolvendo 12.000 estudantes entre 06 a 18 anos - encontrou fortes evidências de que ser mais ativo leva a uma melhora da performance acadêmica (SINGH et al, 2012).

É de consenso que comportamentos sedentários contribuem consideravelmente com aspectos negativos para a vida de crianças e adolescentes, tais como obesidade e diversas situações biopsicossociais associadas (AMERICAM ACADEMY PEDIATRICS, 2001). Além disso, o baixo desempenho escolar vem sendo um dos mais graves problemas que a realidade educacional brasileira vem enfrentando há muitos anos. Sabe-se que tal ocorrência é observada com maior frequência nos primeiros anos da escolarização e repercute na vida da criança levando a prejuízos em múltiplas áreas (PASTURA *et al*, 2005).

Os contributos das neurociências cognitivas na educação abrem-nos novos paradigmas (*embodiment cognition*) defendendo o uso do corpo/movimento em jogos, danças e aprendizagens motoras como novas ações pedagógicas possíveis para o sucesso escolar prospectivo de estudantes.

Introduzir a dança que hoje é recomendada como conteúdo curricular na educação Física, faz as crianças conviverem com manifestações culturais e da expressividade corporal pela dança e pelo movimento, segundo Leite (2015 p.76) "é importante que a criança nesta fase tenha a oportunidade de desenvolver atividade de forma a expressar sua corporeidade especialmente de forma lúdica". Assim a curiosidade, a paixão e o interesse da criança poderão ser aflorados e a mesma poderá adentrar nesta forte ligação existente entre a dança e a imaginação, onde ela se expressa e ao mesmo tempo aprende.

A dança é uma fonte poderosa de expressividade e auxilio a aprendizagem. A mesma, também ocupa um papel de destaque na maneira com a qual criança se relaciona com outras em seu meio, podendo contribuir assim no processo de inclusão. Tomemos como exemplo as crianças com deficiência. Com o auxílio da dança, a participação e envolvimento dessas crianças nas aulas seria bem mais acentuado. Além de promotor da socialização, a dança é um meio com a qual as crianças aprenderiam mais e melhor sobre o respeito, o companheirismo e sobre os limites e também individualidades de cada um. Além disso, os benefícios não são somente presentes, mas também vindouros, como melhorias no sistema cardiorrespiratório, diminuição das contraturas, melhora da circulação, estimulação da musculatura e consequentemente diminuição do risco de atrofiamento muscular, entre tantos outros pontos que podem contribuir de modo ímpar para as crianças com deficiência e seu próprio aprendizado, e também de seus colegas; bem como diminuição dos níveis de produção do

hormônio cortisol, já mencionado.

Assim, a dança contribui com a criança em seus relacionamentos interpessoais, permite que novos vínculos sejam criados, que novas amizades sejam feitas e que novas descobertas sejam exploradas. Gariba aponta que: "A dança é importante [...] na medida que possibilita experiências dos (as) alunos (as), bem como proporciona novos olhares para o mundo, envolvendo a sensibilização e conscientização de valores, atitudes e ações cotidianas da sociedade".

As músicas e as brincadeiras têm papel fundamental, para Paiva (2003, p.17) "Os brinquedos cantados, bem como a Mímica, desinibem a criança, livram-na das tensões desnecessárias, coordenações, arritmias, dando-lhe graça aos movimentos, leveza nos passos e harmonia no conjunto".

No entanto Ferreira (2005, p.15) destaca que a dança na escola permite que o professor tenha uma proximidade maior com seu aluno e conheça as preferencias do mesmo, tais como: "o que gosta de brincar, de ouvir, discutir suas experiências; fazer fluir sua imaginação e verificar a influência dela na realidade e nas atitudes da criança".

Barreto (2008, p.110) completa ressaltando que: "O corpo é além do que se pode sentir e perceber, é a existência que entrelaça a sensibilidade, a racionalidade e se mostra na criação de formas comunicativas, expressivas e de relação humana".

A dança foge um pouco dos padrões convencionais ainda em voga na educação física:

> As atividades de dança se diferenciam daquelas propostas pela educação física, pois não caracterizam o corpo da criança como um apanhado de alavancas e articulações do tecnicismo esportivo, nem apresentam um caráter competitivo, comumente presente nos jogos desportivos. Ao contrário, o corpo expressa suas emoções e estas podem ser compartilhadas com outras crianças que participam de uma coreografia em grupo. (STRAZZACAPPA, 2001, p.2).

Vieira (2011, p.176) afirma que: "Dança e ludicidade se articulam para promover a construção do conhecimento em cultura e arte". Portanto a estimulação da criança nos anos iniciais de sua vida diária é mais que recomendada, visto que a criança aprende através da ludicidade, embora a qualidade do desenvolvimento esteja relacionada a outros fatores que também contribuem para que esse mesmo desenvolvimento seja qualitativo, e para isso a estimulação é fundamental, e caso haja ausência dos mesmos a criança poderá enfrentar problemas futuros e dificuldades associadas nas outras etapas do desenvolvimento.

Desta maneira, é indispensável o apoio, estímulo e principalmente o incentivo das pessoas que convivem diariamente com a criança, Vieira (2011, p.182) ressalta "que a arte pode influenciar na formação da identidade de cada ser humano, contribuindo para que a criança amplie suas linguagens". Sendo assim, dançar seria muito mais que bem-vindo tanto em ambiente escolar quanto fora dele, contribuindo não só na expressividade e aprendizagem mais também na formação do cidadão.

Poderíamos dizer então que a dança tomada enquanto um processo educacional, não se resume simplesmente em aquisição de habilidades, mas sim, poderá contribuir para o desenvolvimento das habilidades básicas, dos padrões fundamentais do movimento, no desenvolvimento das potencialidades humanas e sua relação com o mundo. (CARBONERA; CARBONERA, 2008, p.44).

O brincar é importante, assim como a dança, está diretamente ligada ao aprendizado da criança, e a maneira como ela se expressa, como salienta Strazzacappa (2001, p.1) "o corpo é o veículo através do qual o indivíduo se expressa", Maciel e Fernandes complementam:

> [...] usar o corpo vai além de pesquisas assépticas em laboratórios. Vai para prática contextualizada na cultura das crianças, que mexe com este corpo que aprende. Que vibra com ele, que o estimula a correr, a brincar que dá espaço equitativo ao desenvolvimento motor inexoravelmente relacionado ao cognitivo (MACIEL; FERNANDES, 2014, p.107).

As crianças amam, e tem verdadeira paixão por esse tipo de atividade. Ao irem de um lado para o outro dando voltas em formato de roda, as crianças desenvolvem habilidades como a lateralidade, equilíbrio, noção espacial, saltos e freio inibitório. As cantigas de roda são ao mesmo

tempo um tipo de dança e brincadeira, unidos pela ludicidade, que fazem com a criança brinque e se desenvolva ao mesmo tempo.

A criança que dança e brinca se desenvolve por completo, gradativamente serão desenvolvidas habilidades através da prática e estimulação, que auxiliarão diretamente no processo de ensino-aprendizagem da criança, segundo Ferreira (2005, p.59) "A aprendizagem dos movimentos complexos da dança e de outros esportes faz com que cresçam mais conexões entre neurônios, aprimorando a memória; assim ficamos mais aptos a processar informações e aprender".

Marques (2012, p.35) ressalta as possibilidades referentes à ludicidade associada à dança: "A ludicidade nas propostas de dança permite que vínculos sejam recriados, ou seja, que experiências sejam possibilitadas, descobertas incentivadas, recombinações realizadas". Maciel e Fernandes (2014, p.106) concordam e enfatizam: "a ludicidade propicia à criança a construção da personalidade, num intercâmbio entre cognitivo e afetivo, com avanço significativo nas relações interpessoais, no conhecimento lógico-matemático, na representação do mundo e no desenvolvimento das estruturas de linguagem, leitura e escrita".

A educação física, portanto, deve considerar diferentes contextos, certos de que o brincar e o dançar contemplam-se um ao outro, e o professor deverá estar ciente de que deverá cuidar da criança de maneira integral não somente física, pois por meio do brincar e do dançar, é também possível fazer com que a criança crie, aprenda, invente e reinvente por meio de sua corporeidade, pela qual se expressa.

Utilizando a dança e o brincar o professor certamente irá obter excelentes resultados, além de saber como as crianças realmente estão se sentindo e auxiliando-as em sua forma de dialogar umas com as outras conforme Marques (2012, p.32) "Brincadeiras estão intrinsecamente relacionadas a como sentimos, percebemos, conhecemos, entendemos e dialogamos com nossos corpos, com os corpos dos outros e com os espaços físico e virtual em que vivemos. " Ainda para Marques (1999) "A dança para crianças abarca a concepção de expressão pessoal [...] exorta a possibilidade de um autodesenvolvimento da criança: auto expressão, autoconhecimento, autolibertação, autocontrole, autoeducação".

Podemos assim, entender que o brincar e a ludicidade estão diretamente ligados a dança, e que ambos têm contribuição *decisiva* no desenvolvimento das crianças englobando diversos outros fatores. Na escola a importância das brincadeiras e da dança seria de valia imensurável, auxiliando em diversos pontos, e inclusive quebrando paradigmas repletos de sexismo e machismo, como o de que dançar é coisa de mulher.

Este é uns maiores empecilhos para a o ensino e prática da dança, pois na grande maioria das vezes os meninos se recusam a participar por terem consigo esta concepção retrógrada. Por isso a estimulação nos anos iniciais além de fundamental, é essencial também para quebra de paradigmas como esse.

A Relevância da Dança no Processo de Ensino-Aprendizagem e na Expressividade das Crianças - componentes legais

A Lei de Diretrizes e Bases – LDB promulgou em 20 de dezembro de 1996 a Lei de nº 9394/96, onde apresenta a educação infantil e os ensinos fundamental e médio como componentes da educação básica e neles a Educação Física.

> Artigo 26 – §3º - a Educação Física à proposta pedagógica da escola é componente curricular da Educação Básica, ajustando-se às faixas etárias e às condições da população escolar, sendo facultativa nos cursos noturnos (BRASIL, 1996).

A atual Base Nacional Curricular Comum - BNCC (2015) recomenda seis práticas para a educação física escolar no ensino básico, a serem vivenciadas no campo conceitual Corpo, Gestos e Movimentos: i) jogos e brincadeiras, ii) danças, iii) esportes, iv) ginásticas, v) lutas e vi) práticas corporais de aventura.

Sendo assim, supõe-se que o profissional de educação física estará presente em todos os anos do processo de ensino-aprendizagem, auxiliando no desenvolvimento de suas habilidades

motoras, sociais, cognitivas e sociais; e a dança é prática curricular recomendada, inclusive desde os PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais em 2000.

O corpo é o ser/meio (a criança) que interage e aprende, e a educação física, seus ensinamentos e ramificações pesam no fiel da balança quando o assunto é educação. Desde os primórdios, a dança já estava inserida no processo de ensino-aprendizagem das crianças por meio de seus mestres a comprovação é dada no relato de Ellmerich:

> Na segunda parte da idade média surge "o mestre das danças"; acompanha seus senhores, os nobres, e tem, cargo de confiança. Aos poucos se converte em professor de boas maneiras e desde então, a dança faz parte da educação dos cavalheiros. (ELLMERICH 1987, p. 20)

Platão, um dos filósofos mais conhecidos de todos os tempos utilizava a dança junto à música e o canto, como formas de educar seus discípulos. O filósofo fazia uso dessa arte como duas formas de fragmentações diferentes, uma era a "dança nobre", que deveria ser ensinada as crianças para que as mesmas pudessem ter um desenvolvimento harmonioso entre mente e espírito, e a outra, a "dança ignóbil", que era uma representação do que era errado, feio, desonesto e repugnante.

Independentemente dos tempos, idades, crenças e credos, a dança possuía um amplo significado na vida de todos os povos, desde os tempos mais remotos até os dias atuais, tendo forte influência na forma como o indivíduo interage e vê a si mesmo e também o mundo.

Para Marques (2013, p.251) "[...] na ação de dançar, consciência e pensamento, corpo e movimento se encontram como unidades inseparáveis: consciência e corpo fundem-se nessa existência dançante". (2013, p.248). Marques (2012, p.43) se aprofunda no assunto: "De fato se aprofundarmos a questão da relação entre corpo e mente, poderíamos dizer que a compreensão corporal dos repertórios já inclui e está intimamente ligada à compreensão "mental" da dança, pois corpo e mente não se separam, São corponectivos".

Soares et al. (2008, p.93): "[...] levanta-se a hipótese de que a ressignificação de movimento em dança poderia ser um caminho oportuno para construção de novas percepções, sensações e novos conhecimentos, podendo, inclusive, proporcionar o conhecimento de si e do mundo".

Dessa forma, as crianças teriam outra visão das coisas, para Barreto (2008, p.102) "Pensando a dança como uma manifestação humana no mundo, é possível dizer que ela é uma maneira de vivenciar a corporeidade, integrando a sensível, e o racional, o pensamento e a ação, no corpo que é o ser que dança, expressa e comunica".

Para Ferreira (2005, p.15): "Na dança escolar, devem-se valorizar as possibilidades expressivas de cada aluno; permitir a expressão espontânea e favorecer o surgimento dela, abandonando a formação técnica formal, que pode vir a esvaziar o aspecto verdadeiramente educacional da dança".

Uma das coisas que limita e muito aprendizado das crianças são as cópias. O ato de dançar deve ir mais além do que simplesmente se resumir a cópia de algo, segundo Marques (2012, p.29) "Para que possa educar, a dança na escola não pode se resumir a passos copiados de um DVD, pois a dança é arte, conhecimento, linguagem artística – rede de relações – e, por isso, tem um enorme potencial a ser compartilhado com as crianças de todas as idades".

Copiar e fazer uso de passos e repertórios prontos é uma forma limitadora e superficial de aprender abrindo pouco espaço para iniciativa da criança, além do fato de não se trabalhar totalmente o corpo, o que contribui para um desenvolvimento não tão proveitoso quanto poderia ser caso se trabalhasse o corpo em sua totalidade.

> É o corpo que serve como veículo de expressão, comunicação, apreensão, e compreensão de uma realidade. As manifestações artísticas figuram como propulsoras desse veículo e refletem em recurso auxiliar na formação do indivíduo, uma vez que tratam o corpo na sua totalidade. (GARIBA; FRANZONI, 2007, p.161)

Portanto, restringir as crianças apenas a cópia de passos feitos e coreografias prontas abre pouco espaço para criação individual, e também para iniciativa e interpretação pessoal, além de limitar bastante a expressividade de cada um não trabalha o corpo em sua totalidade. Numa analogia com as demais disciplinares escolares seria o mesmo que decorar sequência de textos sem entendimento algum para fazer uma prova, por exemplo. Assim que para que se obtenha um bom resultado deve-se incentivar que a criança tome inciativa, e aprenda a interpretar

diferentes fatores, acontecimentos, realidades e meios, fazendo com a mesma venha a produzir dança.

Travi (2014) analisa que dançar pode ser um processo pelo qual pode se expressar subjetividades, em outras palavras o indivíduo produz seu modo de ser, agir, pensar, se mover [...] podendo significar um modo singular com a qual o mesmo se expressa. Já Soares (2008) defende que é através do movimento que o ser humano aprende uma melhor imagem de si mesmo, adentrando em contato com outros e formando grupos sociais onde o mesmo se definirá como elemento integrante para que possa se movimentar de forma coletiva.

Neste sentido confirma-se o fato de que a dança de repertório não é uma boa opção quando o assunto é aprendizagem e expressividade da criança, além de não trabalhar o corpo em sua totalidade, e sim em formas fragmentadas é um modo muito limitador e superficial. Uma das melhores maneiras para que a criança se expresse e aprenda é estando livre, pois assim sentirá prazer em se movimentar e tomará gosto pela atividade proposta. Conforme Soares (2008, p.104) "se não houver atenção suficiente para a aprendizagem e apropriação de movimentos e demais componentes da criação, o trabalho ficará comprometido".

Para Fux (1983, p.40), a dança é uma das tantas atividades que deveria ser levadas em consideração dentro da escola e possibilitaria o nascimento de um novo ser humano: "[...] com a percepção de seu corpo como meio expressivo em relação em relação com a própria vida". Rangel (2002, p.24) concorda, e explana que a dança também: "Possibilita também vivenciar diferentes sensações dando oportunidade ao indivíduo de trabalhar e encarar situações suscetíveis que acontecerem na vida diária, e que por vezes não conseguimos aceitar [...]".

Assim a dança é uma forma de dizer, de falar, mesmo sem que nenhuma palavra seja dita, é uma linguagem que é falada através do corpo e dos movimentos.

Quando as crianças brincam de roda aprendem a se socializar e falar da forma correta, ao se darem as mãos aprendem o valor da socialização e inclusão, ao andar de um lado a outro desenvolvem a lateralidade e noção espacial, ao dançar livremente se expressam e esquecem-se daquilo que as rodeiam, dançar é um constante aprendizado na vida das crianças. Ehrenberg sentencia que dança e a educação estão imbricadas no processo de ensino-aprendizagem:

> Tanto a dança quanto a educação podem fazer parte de um projeto unificado, se acreditarmos que a dança é uma manifestação cultural do ser humano e que através da vivencia contextualizada, torna-se possível o acesso a ela e a possibilidade de sua produção cultural. A escola pode possibilitar o acesso a esse patrimônio cultural, porque a dança é cultura, é história é patrimônio da humanidade. (EHRENBERG, 2003, p.57-58).

Ferreira (2009, p.13) infere que a dança na escola "[...] deve estar voltada para auxílio, aquisição e manutenção da saúde e aptidão social, mental, psíquica e física" neste âmbito já tratadas, em relação aos hormônios de stress e bem-estar. Oliveira (2001) acrescenta que por meio de atividades de dança a criança tende a evoluir quanto a seu próprio domínio corporal, e dessa forma a mesma desenvolve e aperfeiçoa suas habilidades de movimentação descobrindo novos espaços, superando suas limitações e enfrentando novos desafios.

Caso a dança tenha como função maior a educação dos alunos, não é necessário que aja uma cobrança tão grande e exacerbada, pois o objetivo seria educar e não formar dançarinos de alta performance, além de fazer com que a criança tenha um contato maior com esta arte milenar e com as respectivas esferas de seu próprio desenvolvimento.

Neves (2014) resume bem isso, ao enfatizar que "uma prática educativa de incentivo à criação instiga o aluno a utilizar sua liberdade de expressão e, dessa forma, torna-se mais crítico, reflexivo e autônomo". Silva e Schwartz (1999) completam relatando que a dança é uma prática onde o desenvolvimento de suas potencialidades está naturalmente ligado a sentimentos como emoção, expressão e criatividade.

Esta estreita ligação com a vida, esta integração da alma e do corpo em um todo único, no qual toda pessoa está engajada, permite à dança ter um papel educativo. É próprio da educação estar orientada para o futuro e formar o homem para inventar e construir o futuro. Ela começa, portanto, com a pesquisa dos fins, imediatos que tendem somente a conservar e reproduzir a vida habitual. (GARAUDY, 1980, p.120).

Gil (2004, p.24-25) sobre essa relação íntima, a relaciona a um estado de consciência:

"Trata-se de libertar o corpo" entregando-o a si próprio: não ao corpo mecânico nem ao corpo biológico, mas ao corpo penetrado de consciência, ou seja, ao inconsciente do corpo tornado consciência do corpo.

Dantas (1999, p.81) sentencia que não é apenas quem dança se sente um manancial de sensações, mas também os espectadores abrem espaço para instauração de novos sentidos "[...] a apreciação de uma dança é também um processo de criação que se realiza em cada espectador, abrindo possibilidades para a constante instauração de sentidos". A aprendizagem e a expressividade são duas vertentes adjacentes, ambas proporcionadas pela dança, sendo esta indispensável quando o assunto é o processo de ensino-aprendizagem para crianças. Quando se tem uma união harmoniosa de movimento e ritmo que permita combinar a ação de diversos grupos musculares com eficiência, economia de tempo e rapidez de ação, diz-se que estamos coordenados. Esta coordenação está intimamente ligada ao pensamento; assim, a coordenação é trabalho psicomotor e é responsável pelo aprendizado. (FERREIRA, 2003, p.37).

Assim, quando o foco é a expressividade ou processo de ensino-aprendizagem, deve-se deixar de lado o tecnicismo exacerbado e colocar em destaque, as crianças, seus desejos e sentimentos. Permitindo-lhes assim, poder se expressar e aprender. Através da expressão a criança dialoga consigo mesmo, com o mundo, e com as pessoas a seu redor... dançando ela aprende, ela se educa, e a educação, a aprendizagem e o conhecimento se desenvolvem, e a própria criança torna-se a protagonista disso tudo, libertando a si mesma para o mundo, através de seu corpo que é o meio pela qual ela própria interage, aprende e conhece.

Rocha e Boggio (2013, p.136) ressaltam também que a capacidade da música de evocar emoções é uma das suas características mais bem reconhecidas pelos ouvintes. A música que tem a capacidade de alterar o estado mental (ondas cerebrais alfa) – acalmando o "burburinho" da mente e a dança são parceiras inseparáveis e promotoras de bem estar para quem as pratica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dança está presente na vida do ser humano desde o início dos tempos, sendo a mesma sua forma primordial de comunicação, onde por meio da mesma o ser primitivo manifestava sua alegria, tristeza e religiosidade.

No ambiente escolar esta prática se mostra um meio pelo qual a criança interage, se expressa e aprende. Aprendendo não só a dançar, mais também a criar e cultivar valores culturais, educacionais, sociais e inclusivos, contribuindo assim para formação pessoal de cada indivíduo, bem como fundamental para seu aspecto cognitivo.

O professor é um importante mediador desse aprendizado, e o mesmo deverá dar a criança os devidos estímulos para que aprendizado seja constante e a criança seja levada ao devido desenvolvimento de suas capacidades possibilitando-a assim a autonomia necessária.

Pelo avanço significativo das neurociências ficou evidente que a dança deve sair detrás das cortinas e assumir seu papel de destaque, pois ela vai além do ritmo e da musicalidade, agregando valores às crianças não só coordenativos e rítmicos mais também afetivos, criativos, cognitivos, auxiliando na maneira de ver interagir com o mundo, podendo ser útil inclusive para fins terapêuticos, e no emanar das emoções, potencializando significativamente o desenvolvimento/aprendizagem das crianças e maneira como elas se expressam.

NOTAS

[1]DCS – A dança circular sagrada, geralmente dançada em roda, é uma prática que reúne vários tipos de danças tradicionais ou folclóricas de diferentes locais do planeta e foi assim alcunhada por Bernhard Wosien (1908-1986), bailarino e coreógrafo, que viajou pelo mundo catalogando e conhecendo diversas manifestações de danças tradicionais. O termo "sagrado" tem a função de qualificá-la em função de ser uma dança capaz de fazer emergir o respeito, o carinho por si e pelo outro e a melhora da autoestima. No Brasil as DCSs entraram por meio de Carlos Solano, nos anos 80. Hoje a DCS é disciplina optativa em muitas faculdades de Educação Física no Brasil. http://www.brasilescola.com/educacao-fisica/dancas-circulares-sagradas.htm

[2]Destinada a idosos e também pessoas com dificuldades de mobilidade, pois tem um grupo significativo de coreografias para danças sentadas, a Dança Sênior surgiu na Alemanha, em 1974 por um grupo de pedagogos que iniciaram suas atividades com idosos, cuja líder Ilse Tutt, foi desafiada pela sogra a dançar com os mesmos. Em 1977 foi fundada a Federação Nacional de Dança Sênior na Alemanha. Foi introduzida no Brasil por Christel Weber em 1978 e promovida a partir de 1982 no Ancianato Bethesda, por Regina Krause que se tornou sua Diretora-Coordenadora Nacional desde a fundação da entidade Dança Sênior em 18/11/1993.

REFERÊCIAS

AMERICAN ACADEMY of PEDIATRICS, Committee on Children with Disabilities. Developmental surveillance and screening of infants and young children. *Pediatrics,* v. 108 n. 1, p. 192-196, 2001.

ANME, T.; SEGAL, U. Implications of Japan's Center-based Night Care: A 1-year Follow-up. *Early Childhood Educ J,* v. 35, p. 293–299, 2007.

BRONFENBRENNER, U. *A ecologia do Desenvolvimento humano:* Experimentos Naturais e Planejados. 2 ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2002.

BARRETO, Débora**.** *Dança...: Ensino, sentidos e possibilidades na escola*. 3.ed. Campinas, SP, Autores associados, 2008.

BOCK, Ana M. Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Aria de Lourdes Trassi. *Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia.* Barra Funda; Saraiva, 1999.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília*: MEC, SEB, 2010.

BRASIL, Ministério da Educação. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação*. Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: MEC,1996.

BROWN, A.K. *Dance Education: Embodied knowing in the digitalised world. In C.S. Nielsen e S. Burridge (Eds.). Dance education around the world: perspectives on dance, Young people and change* (pp.141-148). Oxon: Routledge. 2015.

CARVALHAL, I. *Efeito da interacção das variáveis socioculturais, biológicas e motoras na prestação das habilidades corrida, lançamento, salto e pontapé em crianças de 7 e 8 anos de idade*. Dissertação de Doutorado, UTAD: Vila Real, 2000.

CLARK, J.; WHITALL, J. What is motor development? The lessons of History. *Quest*, v.41 p.183-202, 1989.

CORDOVIL, R., BARREIROS, J.; ARAUJO, D. Risco, constrangimentos e affordances: uma perspectiva de desenvolvimento. In: BARREIROS, J; CORDOVIL, R. e CARVALHEIRO, S. *Desenvolvimento Motor da Criança.* Lisboa: Edições FMH, 2007. p. 155-166.

GIL, José. *Movimento total: o corpo e a dança.* 2.ed. São Paulo: Iluminuras, 2004.

CARBONERA, Daniele; CARBONERA, Sergio Antonio. *A importância da dança no contexto escolar.* Monografia. 61 fls. (Curso de Pós-Graduação em Educação Física Escolar) – FI – Faculdade Iguaçu – ESAP – Instituto de Estudos Avançados e Pós-Graduação (mantenedor), Cascavel – PR, 2008.

CARNEIRO, Enéas Ferreira. Só o conhecimento liberta o homem. 1989. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ljJz2qcDfOA. Acesso em: 28 de set.2016.

DANTAS, Mônica. *Dança: o enigma do movimento*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999.

DAVIES, Mollie. *Movement anda dance in early childhood.* London: Paul Chapman Publishing, 2003.

ELLMERICH, Luís. *História da dança*. 4. ed. São Paulo: Nacional, 1987.

EHRENBERG, Mônica Caldas. *A dança como conhecimento a ser tratado pela educação física escolar: Aproximação entre formação e atuação profissional*. 153fls. Dissertação (Mestrado em Educação Física Escolar) Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação Física. Campinas, 2003.

FARO, Antônio José. *Pequena história da dança.* 2. Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Globo, 1970.

FERNANDES, Francisco. *Dicionário Brasileiro Contemporâneo.* 2.ed. Porto Alegre: Globo, 1970.
FERREIRA, Vanja. *Dança escolar: um novo ritmo para educação física*. Rio de Janeiro: Sprint, 2005.

_____. *Dança escolar: um novo ritmo para educação física*. 2.ed.Rio de Janeiro: Sprint, 2009.

FUX, Maria. *Dança: experiência de vida.* São Paulo: Summus, 1983.

FORMIGA, C.; PEDRAZZANI, E. ; TUDELLA, E. Desenvolvimento de Lactentes Pré-Termo Participantes de um Programa de Intervenção Fisioterapêutica Precoce. *Revista Brasileira de Fisioterapia,* vol. 8 n. 3, p. 239-245, 2004.
FOLIO, R.; FEWELL, R. *Peabody Developmental Motor Scales-2*. Austin: TX: Pro-Ed., 2000.
FORTIN, Sylvie; VIEIRA, Adriane; TREMBLAY, Martyne. A experiência na dança e na educação somática. *Movimento*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 71-91, abril/jun. 2010.

GALLAHUE, David; Ozmun, J.C. *Compreendendo o desenvolvimento motor: bebês, crianças, adolescentes e adultos.* São Paulo: Phorte, 2005.

GARIBA, Chames Maria Stalliviere; FRANZONI, Ana. *Dança escolar: uma possibilidade na educação física.* Ensaios, Porto Alegre, v.13, n.2, p.155-171, Movimento,2007.

GIBSON, E. Percebendo as Affordances: um retrato de duas psicólogas. Mahwah, NJ: Lawrence Associates Erlbaum, 2002.

GUNNAR, M.R."Estresse reactivity and attachment security," *Dev Psychobiol,* Vol. 29, no. 3, apr, p. 191–204, 1996.

HAYWOOD, M.; GETCHELL, N. *Desenvolvimento motor ao longo da vida.* 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.
HIROSE, N. An ecological approach to embodiment and cognition. *Cognitive Systems Research*, vol. 3, p. 289-300, 2002.

HARF, Patricia Stokoe ruth; [tradução de Beatriz A. Cannabraval**].** *Expressão corporal na pré-escola.* 3.ed. São Paulo, Summus, 1987.

LABAN, Rundolf. *Domínio do movimento*. 4.ed. São Paulo Summus, 1978.

LEITE, Éderson Ribeiro**.** *A dança como prática pedagógica nos anos iniciais do ensino fundamental.* 15.ed. Sinop: REP's revista eventos pedagógicos. v.6, p.73-81, 2015.

MACIEL, Cilene Maria Lima Antunes; FERNANDES, Cleonice Terezinha. Corpo e prendizagem: *A Importância do Professor de Educação Física na Educação Infantil na Educação Infantil***.** Unopar Cient, v.15, p.99-108, Jun. 2014.

MARQUES, Danieli Alves Pereira et al. *Dança e expressividade: uma aproximação com a fenomenologi***a.** Movimento, Porto Alegre, v.19, n.01, p.243-263, 2013.

MARQUES, Isabel A. *Dançando na escola*. São Paulo: Motriz, v.3, p.20-28, 1997.

MARQUES, Isabel A. *Corpo, Dança e educação contemporânea.* Pró-posições, v.9, n.2, 1998.

MARQUES, Isabel A**.** *Interações: crianças, dança e escola***.** São Paulo: Bluncher, 2012.

MENDES, Mirian Garcia. *A dança*. 2.ed. São Paulo: Ática, 1987.

MISSENO, C. José. Vidança: *a dança na vida ou a vida na dança*. São Paulo: OESP, 1986.

MENDONÇA, Rosa Helena; MARQUES, Isabel A.; PORPINO, Karenine Oliveira de; FIGUEIREDO, Valéria Maria Chaves de. *Dança na escola: arte e ensino*. Salto para o futuro 2012.

MARTIN, John. *A dança Moderna.* [Tradução de Rogerio Migliorini] v.18, n2, Pró-Posições, 2007.

NARODOWSKI, M. *Infância e Poder:* conformação da pedagogia moderna. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001.

NETO, C. O jogo e os quotidianos da vida da criança. In: KREBS, R.; COPPETTI, F., BELTRAN, T. *Perspectivas para o desenvolvimento infantil*. Santa Maria/Brasil: Edições SIEC, 1999. p. 49-66.

NANNI, Dionísia. *Dança e educação: pré-escola a universidade*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2003.

NANNI, Dionísia. *Dança e educação: princípios métodos e técnicas*. Rio de Janeiro: Sprint, 1995a.

NEVES, A.M. (2014). Dança e psicomotricidade: Propostas do ensino da dança na escola. Sociais – Arte/Educação, 3(3), 67-85. Disponível em: http://www.uemg.br/openjournal/index.php/SCIAIS/article/view/577/pdf

NOBREGA, Antonio. Estud. Avançados. Vol.26 n.76, São Paulo set./dez. 2012. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142012000300027

OLIVEIRA, Valter M. de. O que é educação Física. São Paulo: Brasiliense, 2001.

OSSONA, Paulina. A educação pela dança. São Paulo: Summus, 1988.

PAIVA, Ione Maria R. de. Brinquedos Cantados. 3ed. Rio de Janeiro: Sprint, 2003.

PAPALIA, D.; OLDS, S. Desenvolvimento Humano. 7. ed. São Paulo: Pioneira, 2000.

POSTMAN, N. O desaparecimento da infância. Rio de Janeiro: Graphia, 1999.

PIAGET, J. Fazer e compreender. São Paulo: Melhoramentos, 1978.

RANGEL, Nilda Barbosa Cavalcante. Dança, educação, educação física: propostas de ensino da dança e o universo da educação física. Jundiaí : Fontoura, 2002.

ROCHA, Viviane Cristina da, BOGGIO, Paulo Sérgio. A Música Por Uma Óptica Neurocientífica. Belo Horizonte. n.27, 236p. Per Musi – Revista Acadêmica de Música, 2013.

RODRIGUES, L.; GABBARD, C. A invariância do gênero na estrutura multidimensional do AHEMD (affordances in the home environment for motor development). In: CATELA, D.; BARREIROS, J. Estudos em Desenvolvimento Motor da Criança. Rio Maior: ESDRM Edições, 2008. p. 151-158.

SANTO, Loredana Patrícia Espirito el al. As contribuições da dança no desempenho motor de crianças da educação infantil. Rio de Janeiro. Arquivos em Movimento, v.11, n.2, p.29-46, 2015.

SILVA, M.G.M; SCHWARTZ, G. M. A expressividade na dança: Visão do profissional. Motriz, 1999.

SOARES, Andressa Silveira et al. Educação e família: construindo aproximações por meio da dança na escola. Ano XX, n.30, p.91-110, Motrivivência, 2008.

TRAVI, M.T.F. Caminhos para dançar-se: Elementos da psicanálise no processo criativo de pina bausch (Dissertação de mestrado). Porto Alegre-RS-Brasil, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Artes. 2014

TREVISAN, P.R. T. Influencias da dança na educação das crianças. 2006. Disponível em: http://www.psicopedagogia.com.br. Acesso em 02 julho de 2009.

TREVISAN, Priscila et al. *Educação e formação em dança: A inserção da expressão criativa nos cursos técnicos de dança na perspectiva de professores e bailarinos.* Universidade do Minho, Revista Portuguesa de educação, 2016.

STRAZZACAPPA, Márcia. *A educação e a fábrica de corpos: a dança na escola.* Caderno cedes: dança educação, São Paulo, v21, n.53, p.1-10, 2001.

VIEIRA, Alba Pedreira el al**.** *Dança na educação infantil: desvendando a ludicidade no corpo.* UFV-MG, v.7, n.2, 2011.

VIANNA, Klauss**.** *A dança.* 5.ed. São Paulo: Siciliano, 2008.

VYGOTSKY, L.S. *A formação social da mente: o desenvolvimento dos princípios psicológicos superiores***.** São Paulo: Martins Fontes, 1991.

CONQUISTADORES DO INÚTIL: HISTÓRIA DA AMAZÔNIA E NARRATIVA CINEMATOGRÁFICA

Renan Nascimento Reis
Mestrado em História do Brasil(UFPI)
renannreis@yahoo.com.br

RESUMO

Este trabalho tem como objeto de estudo os filmes *Aguirre, A Cólera dos Deuses* (1972) e *Fitzcarraldo* (1982), dirigidos pelo cineasta alemão Werner Herzog (1942), filmados na Amazônia entre os anos 1970 e 1980. Os longas-metragens são resultado da experiência de filmagem feita pelo diretor na região, tendo como fundo histórico a dominação colonial e a modernização durante a economia da borracha no início do século passado. Essas obras expressam algumas reflexões sobre a História da Brasil, entre elas, o embate entre o "homem moderno" e a "natureza "selvagem", além das transformações/contradições geradas pela colonização e pela modernidade, em meados do século XVI e no limiar do século XX, respectivamente. Buscaremos analisar o susto (o deslumbramento, a estupefação, o encanto, o desencanto e o desarranjo) desses processos, vistos a partir do olhar de Herzog.

Palavras-chave: História-Filme. Historia da Amazônia. Werner Herzog.

ABSTRACT

This work has as object of study the films Aguirre, The Cholera of the Gods (1972) and Fitzcarraldo (1982), directed by the German filmmaker Werner Herzog (1942), filmed in the Amazon between the years 1970 and 1980. The feature films are a result Of the filming experience made by the director in the region, having as its historical background colonial domination and modernization during the rubber economy at the beginning of the last century. These works express some reflections on the history of Brazil, among them, the clash between "modern man" and "wild" nature, besides the transformations / contradictions generated by colonization and modernity, in the middle of the sixteenth century and on the threshold Of the 20th century, respectively. We will try to analyze the scare (the dazzle, the amazement, the charm, the disenchantment and the disarray) of these processes, seen from the look of Herzog.

Palabras claves: History-Film. History of the Amazon. Werner Herzog.

REVISTA ELETRÔNICA DOCUMENTO MONUMENTO 21
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICA REGIONAL NDIHR

INTRODUÇÃO

1. AS POPULAÇÕES AMAZÔNICAS, COLONIALISMO, REBELDIA E DESEJO DE DOMINAÇÃO.

É interessante ressaltar que há cerca de três décadas, o diretor Werner Herzog advertia, com um olhar niilista, para a iminente extinção da cultura e das populações da Amazônia. Em depoimento, Herzog afirma:

> Neste caso, provavelmente teremos o último filme com nativos autênticos. Eles estão sumindo muito rápido. E isso é uma catástrofe que está ocorrendo. E nós estamos perdendo riquezas e mais riquezas e perdemos culturas e individualidades e línguas e mitologias e ficaremos sem nada no fim. Vamos terminar como as cidades no mundo agora, com arranha-céus e um tipo de cultura universal como a cultura americana[1].

O reconhecimento por parte do cineasta da riqueza dessas culturas quebra com um paradigma que veio se repetindo desde os anos 1920 nos filmes que têm a Amazônia como espaço[2]. Essas produções ignoram as culturas locais em suas complexidades e especificidades, reproduzindo um discurso generalizante e, por vezes, mitológicos, com figuras de homens canibais, selvagens e com uma aparência animalesca. Segundo esse pensamento, a civilização amazônica estaria estagnada em uma pré-história, onde há apenas um povo amazônico, reunindo várias características negativas. Herzog, pelo contrário, não apenas reconhece sua riqueza, como defende a preservação dessas civilizações e a necessidade de preservar suas diversidades, contrapondo-as a uma cultura padronizada da modernidade.

Esse mundo em extinção, pertencente a um passado próximo às sociedades tradicionais, é ameaçado pela modernidade com a qual guarda profunda incompatibilidade.[3] Podemos dizer que o filme de Herzog questiona "o projeto de modernidade calcado no discurso burguês e seus parâmetros de desenvolvimento capitalista. Essa tensão ganha visibilidade na maneira como é construído o filme, marcado por uma oposição entre um mundo arcaico e mundo moderno".[4]

É ainda mais interessante o fato de Herzog não criar uma aura de "bom selvagem", ou acreditar que o comportamento indígena frente às câmeras fosse igual ao cotidiano da aldeia. Segundo Herzog, a presença indígena não torna sua obra um documentário, nem mesmo devia acabar como um filme etnográfico, uma vez que eles são estilizados e agem:

> como eles provavelmente não ficam em sua vida normal. Eles fazem coisas que normalmente não fazem. Eles atuam no filme e isso me interessa ainda mais. Ainda tem uma autenticidade de sua cultura e seu comportamento, seus movimentos, sua linguagem...vai desaparecer da face desse mundo.. Eu não quero viver num mundo que não haja mais leões. Ou onde não tenham mais pessoas como leões, e eles são leões[5].

Esse entendimento das relações que se estabelecem entre o diretor e os indígenas da região, bem como a compreensão da diversidade cultural dos grupos envolvidos na filmagem, são também percebidos em algumas ações do diretor. Assim, Herzog teria optado por manter dois acampamentos separados, um para os "nativos" e outro para sua equipe. Uma separação que o diretor não quis esconder e foi justificada pelo desejo de evitar uma "contaminação" ocidental entre os índios, com costumes e modos de vida próprios, mantendo-os imunes a "pessoas (...) de outro continente, com uma história diferente"[6]. Sobre esse anseio preservacionista em relação à cultura local, há também crítica de Herzog à perda da identidade indígena, e o cineasta deixa isso bem claro em sua obra. No filme, em um diálogo entre Fitzcarraldo e dois missionários católicos, o primeiro questiona: "Patriotismo através de um livro escolar?"; ao que lhe é respondido pelos homens brancos civilizadores: "As crianças não se sentem indígenas. Dizem que índios são pessoas que não sabem ler e não lavam suas roupas"[7].

Devemos destacar que "a realidade que então aparece na imagem é o resultado de uma percepção subjetiva do mundo do realizador". A imagem da Amazônia proposta pelo cineasta é não realista e reconstruída em atenção àquilo que Herzog almeja explanar, tanto em termos

sensoriais, quanto em termos intelectuais, resultado de suas escolhas e ordenações. Nossa busca será pela realização de uma crítica interna, mas também externa do documento fílmico, de modo que a personalidade do cineasta e sua concepção de mundo possam também indicar o "sentido da sua mensagem".[8] Nossa análise segue, pois, esse preceito.

Uma das características do projeto colonial europeu é a construção da imagem do "selvagem", oscilando entre a barbárie dos nativos e a fauna mitológica, com seus monstros e dinossauros. O "selvagem" da Amazônia é apresentado a partir do olhar do conquistador. Mas Herzog apresenta outra perspectiva. Há no filme *Aguirre,* um índio escravizado. Teria sido ele um importante *kapa*, membro da elite indígena. Herzog concede voz a essa personagem, mostrando o lado perdedor do colonialismo e criticando a dominação europeia sob os povos ditos selvagens. Diz ele:

> Meu povo sofreu pragas, terremotos e enchentes, mas o que os espanhóis fizeram foi muito pior. Chamam-me Balthasar, mas meu nome é Runo Dimac. (...) Runo Dimac significa 'aquele que fala'. Eu era um príncipe. Todos olhavam para o chão. Ninguém podia olhar para mim. Agora estou acorrentado, como meu povo e tenho que olhar para o chão. Tiraram-nos quase tudo. Não posso fazer nada. Sou impotente. Também lamento por você [Flores, filha de Aguirre, que o olha com ternura], porque sei que não há saída dessa selva[9].

Mas essa alteridade não impede que Herzog "caia" em algumas armadilhas, ao reproduzir um estereótipo relacionado a um suposto canibalismo praticado entre os índios. Esse aspecto aparece em vários momentos de *Aguirre*, como quando é descoberto um esqueleto humano em uma aldeia, além de capacetes e botas, e um soldado grita "veja, é um de nós"; "Deus! Canibais!". Ou mesmo quando o monge Gaspar de Carvajal relata em seu diário que "a descoberta de que ali viviam canibais, apavorou-nos tanto que fugimos daquele lugar"; ou ainda quando Aguirre pergunta a um escravo indígena "O que gritam?" os nativos na beira do rio, tendo como resposta "Carne! Carne está passando"[10]. Essa visão do cineasta possivelmente deve ter origem nas crônicas da expedição de Lope de Aguirre. Esses relatos realmente dão conta de que, em 1561, os aventureiros acamparam durante quinze dias em um povoado ribeirinho, abaixo do estreito de Óbidos, possivelmente morada dos antropófagos índios Tapajós. Porém há aqui o olhar eurocêntrico do cineasta, que não conseguiu distinguir antropofagia de canibalismo[11].

Essa insistência em relacionar grupos indígenas da Amazônia aos rituais de canibalismo é uma tônica da obra de Herzog como um todo, visto que em *Fitzcarraldo* o tema reaparece, no momento em que a personagem interpretado por José Lewgoy adverte o protagonista: "Não há seringueiras, pelo menos não o suficiente. Só irão encontrar índios selvagens. Nada de ouro, nada de borracha, nada. Apenas caçadores de cabeça" (...). "Só se encontraram os selvagens Jivagos e Campas. Dois padres acabaram com as cabeças engolidas". Herzog retoma esse tema na fala de um dos missionários: "Eles [Jivagos] encheram seu estômago com pedras e arrancaram sua cabeça"; ou na fala do cozinheiro: "Parece que estão [os índios que ajudavam a puxar o navio] planejando algo. E temo que nós quatro vamos acabar com as cabeças engolidas"[12].

Apesar da presença desse estereótipo em relação aos indígenas, pode-se perceber na obra de Herzog, ao mostrar a conquista sob o olhar de um nativo (ou sob olhar que Herzog preparou para ele), o cineasta questionando a barbárie, monstruosidade e um conjunto de adjetivos que o cinema historicamente tem usado para definir as populações da Amazônia, passando a criticar o processo de dominação europeu. Há aqui, um discurso anticolonialista. O diretor repete em suas obras sobre a região o que o crítico Phillip Adams[13] chama de "encontros desastrosos entre indígenas e europeus transtornados"[14]. Essa "cruzada anticolonialista do cinema" na obra de Herzog se repetiria mais tarde, dois anos após o lançamento de *Fitzcarrado*, com o filme *Onde Sonham as Formigas Verdes* (1984), cujo enredo conta a saga de um grupo aborígene australiano contra uma empresa que deseja explorar o urânio de uma área coberta por formigueiros. Os nativos acreditam que isso causará transtornos, pois ali é o local onde as formigas sonham[15]. Lembremos, ainda, que *Aguirre* é uma produção de 1972, período muito próximo aos movimentos anticolonialistas, além de várias discussões sobre a auto-determinação dos povos do "terceiro mundo". As obras do cineasta na Amazônia estão contaminadas por esse incômodo em relação ao domínio branco sobre os "selvagens".



Figura 1 - O encontro entre duas culturas é permeado por desconfianças mútuas. Nos quadros acima, é possível perceber o clima de tensão entre os indígenas e o homem branco. Fotogramas do filme *Fitzcarraldo*.

A construção da personagem histórico Don Lope de Aguirre denuncia isso. A personagem interpretado por Klaus Kinski é, sem dúvida, um anti-herói[16].No entanto, a vilania é transformada em uma simpática rebeldia pelo cineasta, onde o anti-herói é transformado em herói da insurreição e da independência, aquele que ousa desafiar o poderoso rei Felipe II. Não são poucas as vezes em que o cineasta faz alusão a essa faceta amotinada de Aguirre. No decorrer da trama, após ter aprisionado Pedro de Ursua, representante máximo da coroa espanhola na expedição e homem a quem Pizarro confiou comandar suas tropas, Aguirre reúne os rebeldes e declara: "Devido nosso motim, temos de esclarecer algo". Ao que o monge Carvajal faz a leitura de um documento escrito pelo próprio Aguirre:

> Rei cesáreo, por misericórdia de Deus, através da Igreja católica, Rei Felipe II de Castela. Nós, até ontem, o sétimo dia de 1561 após o nascimento de Cristo, vimo-nos como seus servos e subalternos. Agora, a 200 léguas de Francisco Pizarro, com habilidade, ajuda de Deus e esforço, descemos o rio Huallana, chamado assim pelos índios, em busca de uma nova terra dourada, decidimos pôr fim ao destino.

> Somos o curso da História e nenhum fruto será dividido. Rebelamo-nos até a morte. E assim declaramos que nossas mãos e línguas apodreçam se assim não for. Que a dinastia Habsburgo perdeu seus direitos e destronamos você, Felipe II, Rei de Castela. Por esta declaração, está aniquilado. No seu lugar nomeamos o nobre de Sevilha Dom Fernando de Guzman, imperador de *El Dorado*. Fuja, fuja, Rei. E que Deus proteja sua alma[17].

Pergunto-me se o Aguirre histórico teria usado termos tão ousados. Em suas cartas originais, motivado, é verdade, pelas inevitáveis represálias, ele foi mais cauteloso com suas palavras. Mas Herzog constrói sua própria versão da história e seu Aguirre é abertamente um rebelde, reconhecendo a si próprio como tal, consciente de que seria o sujeito de sua própria história. É a História sendo vista de baixo, através da experiência de um simples súdito. Lembremos que o nobre Pizarro desaparece nos primeiros minutos de projeção, e nem mesmo Ursua tem mais do que meia dúzia de falas. Ao dar voz a um vassalo, o diretor faz sua crítica às ambições de conquista das potências europeias e faz isso através de um discurso debochado, colocando o conquistador literalmente para correr ("Fuja, fuja, Rei"). Além disso, Herzog constrói seu herói anticolonialista sob uma forma mais amena, sugerindo certa simpatia aos olhos dos espectadores. Para conseguir esse efeito, buscou oscilar o comportamento do seu sujeito histórico entre ataques fulminantes de cólera e demonstrações de afeto. É bem verdade, porém, que estes são exclusivamente dirigidas a sua filha Flores. Vemos, por exemplo, que Herzog mostra qualidades humanas de Lope de Aguirre em momentos nitidamente desvinculados da trama, a exemplo da cena em que este brinca com um filhote de bicho preguiça: "Veja o que achei. Ele dorme a vida toda. Na verdade, nunca acorda", sorrindo para sua filha. Ou depois de um ataque de nervos contra um cavalo, fala ternamente: "Tudo bem, querida?"; ou "Não se preocupe, querida. O cavalo ficará bem", quando o animal é abandonado na margem do rio[18].

Herzog indica que a origem da construção da personagem de Lope de Aguirre veio do revolucionário africano da década de 1960, John Okello. O diálogo que Herzog mantém com esse sujeito histórico está relacionado com o momento político ligado aos movimentos anticoloniais do período, o que deixou traços na obra do cineasta. Acontece que, em 1963, o Reino Unido havia concedido independência ao Zanzibar, sob a presunção de que o país seria administrado pelas autoridades árabes ligadas ao sultão local. No entanto, em janeiro de 1964, uma revolução, curta e violenta, foi instaurada, da qual Okello era um dos líderes, ganhando fama pelos seus discursos hiperbólicos (semelhantes ao de Aguirre), transmitidos via rádio, e comportamento impetuoso (outra semelhança). Durante as filmagens do documentário *The Flying Doctors of East Africa* (1969), Herzog manteve contato com Okello, e planejava que o líder participasse do trabalho, o que acabou não acontecendo, uma vez que este fora preso em Uganda. Essa ausência talvez tenha sido compensada em *Aguirre*, no qual a personagem interpretado por Edward Roland se chama Okello. Além disso, o discurso do protagonista principal é como se fosse, segundo Herzog, o próprio Okello falando: "Eu sou a Ira de Deus. A terra eu que eu ando em cima treme quando me vê". Menções a essas personagens permaneceram na obra do cineasta em filmes posteriores, como *Cobra Verde* (1987), do qual participaram também Kinski e Lewgoy, e *Ecos do Império Sombrio* (1990), os quais tratam sobre as crises políticas experimentadas pelo continente africano no século passado, cuja abordagem política realizada pelo cineasta se deu por caminhos mais polêmicos se comparados a *Aguirre*, embora aqui a crítica ao colonialismo seja mais nítida, onde os colonizadores, em sua busca pelo ouro e riquezas fáceis, simbolizados pelo mito do *El Dorado*, são representados por personagens gananciosos e tolos, derrotados por inimigos invisíveis e suas flechas.[19]

Sobre a influência de Okello na construção de Lope de Aguirre, Herzog afirma:

> fomos para Uganda com a intenção de filmar John Okello, o homem que poucos anos antes tinha encenado uma rebelião em Zanzibar e na idade de vinte e oito anos se declarou Marechal de Campo. Ele também foi o cérebro por trás das atrocidades cometidas contra a população árabe por lá. Eu estive realmente em contato com Okello por um tempo. Ele queria que eu traduzisse e publicasse seu livro, o que não ocorreu, apesar de eu citar um personagem denominado Okello em Aguirre anos mais tarde. Okello mandava transmitir discursos incríveis e cheios de

> suas fantasias histéricas e atrozes através do alto-falante de seu avião. O clima e sabor desses discursos foram uma forte influência sobre a linguagem que Aguirre utiliza. Um deles era algo como: "estou prestes a pousar. Qualquer um que roubar tanto quanto um pedaço de sabão será aprisionado por 216 anos.20

O decorrer da trama expõe o desejo de deixar a conquista do *El Dorado* de lado e reforçar cada vez mais o caráter insurgente da expedição. Isso pode ser visto, por exemplo, em outra passagem do filme na qual Aguirre, mais uma vez, reafirma sua rebeldia. Após autorizar o assassinato do soldado traidor, declara:

> Eu sou o grande traidor. Não pode haver um maior. Quem pensar em fugir, ficará em 198 pedaços! Será pisado até podermos pintar paredes com ele! Quem comer um grão de milho a mais e beber uma gota d'água a mais ficará preso por 155 anos. Se eu quiser que as aves caiam mortas das árvores, então elas cairão mortas das árvores. Eu sou a cólera dos deuses [lançando um olhar colérico para a câmera]. O solo que piso me vê e treme. Quem me seguir terá riqueza imensa. Mas quem desertar...21.

A crítica ao colonialismo feita por Herzog continua ao longo da obra: "a sorte sorri para o bravo e cospe no covarde. Rompemos nossos laços com a Espanha", exclama o protagonista. Em outro momento, declara: "Fernando de Guzman, Imperador de *El Dorado*", ao que este pergunta "isso é um trono?", referindo-se a uma poltrona improvisada na selva, ao que Aguirre responde: "um trono é madeira coberta de veludo, Majestade!"[22]. Sabe-se que o humor é uma sutil, mas eficiente, arma de crítica política. Herzog utiliza os planos a seguir com o intuito de ironizar os "nobres" conquistadores: personagens aristocratas diante de um cenário inadequado, cujo objeto central do quadro é um improvável trono revestido de tecido vermelho, onde reúnem-se os súditos para coroar o rei do *El Dorado*, que chora de emoção, de modo a garantir a comicidade da cena. Ao justapor os dois planos abaixo, o cineasta constrói uma unidade de planos montados, "a imagem", a qual propõe um sentido específico para essa sequência do filme[23]:

O anticolonialismo de Herzog se manifesta também através da censura à ambição megalomaníaca e patrimonialista dos conquistadores. O diretor faz isso ironizando a precariedade e inutilidade de se tentar conquistar a selva, a exemplo da pitoresca posse oficial feita por Guzman das terras amazônicas: "Nossa terra já é igual a seis vezes à Espanha. Cada dia de viagem aumenta-a mais ainda", registrando a posse em um papel espatifado, levado pelo vento. E em seguida mais uma vez há um deboche contra os conquistadores na fala irônica de Aguirre: "Tem visto terra firme que aguentaria seu peso", dirigindo-se ao rei.[24]

Na cena final de *Aguirre*, Herzog reforça mais uma vez seu julgamento negativo quanto ao colonialismo e sua ambição territorialista incontrolável. Na fala de Aguirre:

> Quando chegarmos ao mar, construiremos um barco maior, e vamos arrancar Trinidade da coroa espanhola. Depois vamos continuar e tirar o México de Cortéz. Será uma grande traição. Aí toda a Espanha será nossa e encenaremos História como outros encenam teatro. Eu, a cólera dos deuses, casarei com minha própria filha e fundarei a dinastia mais pura que a terra já viu. Juntos, reinaremos sobre todo esse continente. Nós sobreviveremos. Eu sou a cólera dos deuses. Quem está comigo?[25].

O delírio de Aguirre é a personificação da própria irracionalidade do projeto conquistador. Essa cena é marcada pela imagem da invasão de macacos na jangada. Atordoado, Aguirre tenta apanhá-los. Essa é uma das metáforas mais expressivas de Herzog, pois consegue sintetizar todo o seu pensamento sobre a Amazônia no filme e, em suma, na completude de sua obra: os macacos vêm anunciar a derrota do projeto de conquista. Eles brincam na jangada como se debochassem dos conquistadores, mas apenas Aguirre não o percebe, pois sua obstinação conquistadora mantém-se intacta mesmo quando a derrota é evidente para os espectadores (o que nos é apresentado através de um enquadramento em sua feição sempre altiva. O realizador busca, aqui, mostrar um pormenor significativo, com efeito dramático importante para a leitura do filme).[26]

A montagem utilizada pelo cineasta, com justaposições de planos apresentando Aguirre, em atitude soberba, apesar da adversidade da situação, a invasão de animais e o sol severo, é a síntese do tema, ou, nas palavras de Eisenstein, quando teoriza sobre a montagem no cinema, é "a imagem que incorpora o tema". Obviamente esse é o caminho utilizado por Herzog para transmitir sua argumentação. A montagem "força" o espectador a passar pela "mesma estrada criativa trilhada pelo autor", transmitindo as intenções do cineasta "em toda a sua plenitude". A ferramenta da montagem cria uma imagem de acordo com a "orientação plástica sugerida pelo autor", conduzindo o espectador a perceber a temática do filme.[27] Nessa sequência, o olhar desafiador de Aguirre, neste momento já derrotado, é contrastado pelo rio, volumoso, e pelo sol, insuportavelmente claro (os espanhóis são chamados pelos índios de "filhos do sol"), e pela natureza, regozijando-se de sua vitória. Apresentado no filme como um meio para a fuga da selva e como um caminho para o *El Dorado*, o Amazonas logo se torna sinal de desesperança (corredeiras, redemoinhos e enchentes). O rio surge como algum tipo de vingança contra seus conquistadores.[28]

A derrota de Aguirre é proposital no entendimento histórico de Herzog, pois critica uma visão "utilitarista da história burguesa, que anota apenas os que triunfam", esquecendo os que falharam. Logo, o insucesso da expedição, embora destoe dos fatos em sim, tem uma função questionadora[29]. Ao final do longa, Herzog se utiliza de uma panorâmica através da qual é evidenciada a derrocada do projeto civilizador: a jangada lançada em meio ao rio, indefesa ante a grandeza da Amazônia, todos os conquistadores mortos pelas flechas lançadas pelos indígenas, restando apenas *Aguirre*. Num movimento de câmera circular e sem cortes, contemplamos a tragédia do colonialismo, por todos os ângulos, de modo que não restem quaisquer dúvidas: não há que se falar em modernidade e conquista da Amazônia, pois o final é sempre trágico. Soma-se a esse efeito a circularidade da câmera, a qual tem como objetivo evidenciar "a progressiva desorientação. A personagem já não sabe para onde vai"[30]:

A imagem de um conquistador, e sua patética ambição, surge também em Fitzcarraldo, quando o protagonista retruca um barão da borracha que teria preterido seu projeto de trazer a modernização à selva através de uma casa de ópera: "Tão certo como estou aqui, um dia trarei a ópera para Iquitos. Vou deixar você para trás. Vou ultrapassar os seus bilhões. Sou o espetáculo da floresta. Sou o inventor da borracha. Vou emborrachar você. Uma tosca caricatura da grande ópera"[31]. Esse é um discurso semelhante ao discurso final de Aguirre: "Eu sou a Cólera dos Deuses"[32].

Essa profusão anticolonial aparece também no contato entre o monge Gaspar de Carvajal e um casal de indígenas *guepardos*, em *Aguirre*. O frade pergunta ao intérprete se "Esse 'selvagem' conhece o Salvador Jesus Cristo, nossa missão e a palavra de Deus?" e, em seguida, mostra-os a Bíblia, a qual "Contém a palavra de Deus, que pregamos para levar luz à sua escuridão". Depois de ter o livro sagrado em suas mãos, um dos índios o joga no chão, ao que o padre grita "Blasfêmia" e ordena que o matem, justificando que é "Uma tarefa dura. É difícil converter os selvagens". Herzog usa essa nada sutil demonstração de intolerância para questionar a obra religiosa no Novo Mundo, e soma a isso, em outro momento, a declaração de Carvajal à Inez, quando aquele confessa que a Igreja sempre fica ao lado dos mais fortes[33]. Essa última crítica à Igreja espanhola (e dos projetos coloniais de forma geral), através fortes e sugestivas imagens, é, na visão de Stephen Minta historicamente distorcida, pois não condiz com a realidade do início do século XVI[34]. Minta certamente deve estar se referindo aos embates entre Igreja e Estado na América espanhola em torna da escravização dos índios. No entanto, Herzog não está preocupado com a veracidade dos fatos, mas sim, com a construção de seu discurso, tratando-se, pois, não de uma mentira, mas de uma "verdade intensificada".[35]

Essa crítica anticolonialista é também percebida por Lúcia Ferreira Tupiassú. Segundo a autora, a relação conflituosa entre duas identidades, europeia e amazônica, aparece nos dois filmes. Em *Aguirre*, o índio é ambiguamente representado, ora sob a violência desferida pelos conquistadores, ora por uma fala consciente e em tom de desabafo de um dos nativos. Segundo a autora, "É como se Herzog pedisse a palavra e, através do depoimento do índio, criticasse explicitamente o colonialismo europeu". Ao passo que em *Fitzcarraldo*, o seringalista interpretado por Lewgoy debocha do medo que os índios têm da força do rio, tal como dos nomes usados para designar a seringueira ("árvore que chora"). Em outra passagem, Herzog volta a atacar a aculturação dos indígenas. Por exemplo, no diálogo entre o protagonista e os missionários, em que

aquele se surpreende com a forma com que os jovens nativos repudiam sua cultura. Por outro lado, os índios mais velhos continuavam sustentando a ideia que o "dia-a-dia é apenas uma ilusão que esconde a realidade dos sonhos", ou seja, a colonização é um processo inútil que tem seus dias contados[36].

Lúcia Tupiassú, assim como este trabalho, identifica uma crítica ao colonialismo na construção que Herzog faz da personagem Fernando de Guzman, aquele que é o mais puro representante das instituições nobres da metrópole espanhola, e que "sempre aparece como um fraco, como um tolo", um comilão deslumbrado com um trono fictício de *El Dorado* e com as riquezas fáceis que seriam proporcionadas pelas terras amazônicas. Ele é sempre achincalhado por Aguirre, sendo a "figura mais ridicularizada da narrativa"[37]. Seu ritual de coroação é mostrado por Herzog com extremo escárnio.

2. A CONQUISTA DO EL DORADO E O ESPETÁCULO NA SELVA

A vontade irracional de dominação da natureza, Francisco Foot Hardam denomina de "anseios cósmicos de uma época (...), desejo ardente de conquistar o absoluto". Hardman está se referindo aos finais do século XIX e início do XX, mesmo contexto de atuação do sujeito histórico Fitzcarraldo. Ora, em oposição à "cidade transfigurada", estão os "espaços sombrios ainda não completamente subjugados aos imperativos da civilização". No filme de Herzog, as cidades transfiguradas, Iquitos e Manaus, pelas "formas tipicamente urbanas" da civilização, se opõem ao rio, à selva e aos índios "bárbaros". Os resultados dessa oposição são "as imagens da barbárie" e "visões da luta do homem contra a selva", registradas por viajantes diversos, como Euclides da Cunha[38].

Werner Herzog afirma no documentário: "Claro, estamos desafiando a própria natureza e ela dá o troco. Acabou de dar o troco. É isso. E isso é a coisa esplêndida. E temos que aceitar que ela é muito mais forte que nós". Herzog entende esse antagonismo entre homem e natureza e parece arrepender-se do desafio: "E eu sinto se mesmo que eu puxasse aquele barco pela montanha e terminasse o filme alguém poderia me parabenizar e me falar que achou isso maravilhoso. Ninguém no mundo pode me convencer a ficar feliz sobre tudo isso. Não até o fim de meus dias"[39]. Reconhecendo a supremacia da natureza frente ao ser humano, Herzog critica o desejo de dominação e de conquista do meio natural, alertando que não há méritos em tentar ou conseguir fazê-lo[40]. No cerne do discurso sobre o passado construído por Herzog, nos filmes aqui analisados, está a impossibilidade de se tentar domar a Amazônia. Ao mesmo tempo, essa perspectiva se confunde com a própria realização dos longas-metragens, pois entendemos que as dificuldades na realização dos filmes foram também inspiração de Herzog para a formação de seu olhar em *Fitzcarraldo* e *Aguirre*. No primeiro caso, colocar em prática o plano de transpor um navio literalmente montanha acima foi o maior desafio encontrado pelo diretor, entre outras coisas pelo solo lamacento em decorrência das constantes chuvas na Amazônia. Herzog transmite uma visível frustração em relação ao ambiente que encontrou: "Às vezes eu gostaria de sentar numa cadeira macia, com uma xícara de chá perto de mim"[41].

No entanto, há na obra de Herzog uma profunda admiração e respeito pela região. Ele mesmo confessa esse sentimento no documentário de Les Blank: "Mas quando eu digo isso [sobre a falta de harmonia na Amazônia], eu digo cheio de admiração pela selva. Não é que eu a odeie. Eu a amo. Eu a amo demais. Mas eu a amo contra meu melhor julgamento"[42]. Já em *Aguirre*, a personagem/narrador Gaspar de Carvajal reforça esse deslumbramento: "No Natal de 1560, chegamos aos últimos desfiladeiros dos Andes. Olhamos pela primeira vez para a selva louvada. De manhã rezei a missa e depois descemos pelas nuvens"[43].

O rio está sempre no bojo da disputa entre homem e natureza, e na obra de Herzog aparece sempre como elemento de destruição das pretensões do homem de conquistar a Amazônia. A maior parte de *Aguirre* se passa em uma jangada, que segue perdida, levada pelas águas barrentas do Amazonas, em círculos intermináveis. Os homens estão temerosos (os pássaros da espécie babatió cantam ao fundo) e se sentem ameaçados por estarem à deriva no centro do rio, cercado pela floresta, a julgar pelo olhar de pavor de Inez quando a viagem hídrica se inicia. É neste momento que Herzog reforça esse conflito, onde os homens aparecem como simples criaturas indefesas no meio da selva e do rio. Apenas Lope de Aguirre ousa enfrentar a natureza:

em uma das cenas do filme, a chuva cai enquanto Aguirre a "contempla", lançando um olhar desafiador em direção ao céu[44]. A natureza amazônica em *Aguirre* não é um pano de fundo, mas, nas palavras do cineasta é "uma paisagem interior, como um sonho febril. Ela possui uma qualidade humana de loucura, confusão, voracidade, alucinações, malária e febre amarela".[45]

Em determinado momento, alguém grita: "Cuidado com a jangada", pois a correnteza do rio aumentara, e, em seguida, "Maldita correnteza!", quando uma das jangadas entra em um redemoinho[46]. Gaspar de Carvajal lamenta a hostilidade dessa grande massa d'água: "8 de janeiro. O rio subiu 4,58m durante a noite. Quando nossa desgraça terá fim?"; e a aflição de ser vencido pelo rio: "O rio corre devagar e em breve vamos parar". Ursua também teme a força do Amazonas quando decide: "Iremos [voltar] a pé. A correnteza do rio é forte demais"[47]. Em *Fitzcarraldo* há novamente alusão à superioridade dessa massa caudalosa e de seus perigos: "Precisamos fazer silêncio. Ele [remador] diz quem quer que fale será engolido pelos espíritos maus das corredeiras". É o alerta dado por Don Aquilino a Fitzcarraldo, continuando: "Os índios chamam as corredeiras de *Chirimagua*, 'espíritos famintos'. Quem cair neles está perdido. Os nativos ainda dizem: a água não tem cabelos em que se agarrar".[48]

O rio em Herzog é sempre um protagonista nocivo da história, disposto a destruir as pretensões de vencer e conquistar a Amazônia. A técnica utilizada pelo cineasta para transmitir essa concepção foi utilizar planos longos do rio feroz em ebulição, no início de *Aguirre*. "É totalmente fora de proporção", admite Herzog. Mas esse exagero é propositalmente utilizado para preparar o espectador para o que vem em seguida: "a desproporção de um personagem, a febre desproporcional, a desproporção da alucinação, a desproporção dos projetos grandiosos de conquistar com trinta homens famintos".[49] Esse recurso tem a ver com a necessidade de transmitir seu argumento através da imagem. Nas palavras de Herzog: ""Às vezes, a beleza ou o horror de uma imagem apenas se instala na mente quando for demonstrado por um período prolongado." Não apenas o prolongamento de planos, mas a repetição de temas foi um caminho seguido em *Aguirre* e em *Fitzcarraldo*. Neste sentido, tomemos como exemplo as imagens exageradamente repetidas do rio e da floresta:[50]

Para intensificar o desarranjo entre desejo de conquista e a realidade da selva, Herzog aposta na construção de imagens que evidenciem elementos incompatíveis. Assim, o navio de trinta toneladas de Fitzcarraldo e as armaduras medievais de Lope de Aguirre destoam nitidamente da floresta. O figurino também tem como objetivo expressar os arquétipos de conquistadores que aparecem nos longas, de modo a acentuar o contraste entre o europeu e o cenário tropical, daí o improvável terno branco usado por Fitzcarraldo, como também o traje exageradamente aristocrático empregado em *Aguirre*. Nesse sentido, a cena de abertura de *Aguirre* mostra o contraste dos homens em meio à montanha, em que eles parecem "formiguinhas". Aqui, Herzog utiliza-se do plano de conjunto, em que a figura do conquistador aparece de maneira minúscula, tornando-o presa fácil para a natureza amazônica, exprimindo uma sorte bastante pessimista, uma impotência na luta contra a derrota iminente.[51] Em Fitzcarraldo, temos algo parecido, quando se lança mão do *plano picotado*, isto é, de cima para baixo, tornando o indivíduo menor, esmagando-o, como um objeto frágil lutando contra a ruína inexorável. Dessa maneira, o cineasta antecipa ao espectador o final da história, anunciando com precocidade a derrocada de seus personagens. Os planos a seguir vêm anunciar a destruição daqueles que desafiaram a selva:[52]

Nos filmes de Herzog sobre a Amazônia, "diante da selva, o homem se torna nada". Há um embate entre o pequeno (homem) e o grande (natureza):

> ainda que isso pareça se inverter nos momentos em que o homem a desafia e tenta vencê-la. A selva, no entanto, sempre recobra seu equilíbrio natural e desfaz a inversão – como já foi dito, no final dos filmes ela sempre vence. Ainda que Fitzcarraldo tenha tentado – e conseguido, por um momento – vencê-la ao transpor o barco sobre a montanha, logo em seguida a selva se manifesta através dos índios e retoma sua posição inicial, equilibrada. Ainda que Aguirre pareça dominar seu próprio corpo, sua própria natureza ao resistir à fome e à sede durante uma viagem em busca do *El Dorado*, a natureza se vinga dele ao desmanchar pouco a pouco sua expedição[53].

Nas primeiras imagens de *Aguirre*, Herzog utiliza um *take* longo e sem cortes, apresentando

os conquistadores espanhóis em árdua marcha pelas estepes (como um "formigueiro"), em que atesta a pequenez do homem frente à natureza exuberante dos Andes amazônicos. Nesta cena "todos estão lutando, todos estão dominados"[54].

Ou no diálogo entre Lope de Aguirre e Pizarro, em que aquele alerta para o fato de ninguém conseguir descer o Rio vivo, ao que este retruca afirmando que é possível. O rio é mostrado após esse diálogo. Parece mesmo a cólera da natureza, raivosa pela presença humana, presença esta que Herzog condena nesta região[55]. Lúcia Tupiassú relaciona a ideia de um homem oprimido por essa paisagem, presente de Euclides da Cunha, aos filmes de Werner Herzog. Citando uma passagem de Cunha em *O Inferno Verde,* "Ora, entre as magias daqueles cenários vivos, há um ator agonizante, o homem"[56], a autora o relaciona à obra do cineasta em que o homem aparece como "refém" da natureza amazônica[57].

Essa dicotomia entre natureza e civilização é algo que Herzog explora constantemente. Em *Aguirre,* cavalos tentam atravessar a floresta de forma precária e o cavaleiro tem dificuldade em guiá-los. Lope de Aguirre, temendo que a liteira encalhe na lama da selva, bate violentamente nos índios e os insulta. A personagem Guzman esbraveja: "Maldita lama"[58]. O clima da Amazônia também é uma preocupação. O monge Carvajal faz um depoimento a esse respeito: "Os escravos índios são inúteis. Morrem como moscas com a mudança de clima. A maioria morre de gripe. Não há tempo para um enterro cristão"; ou mesmo quando os expedicionários sofrem com o sol e constroem um grosseiro telhado na jangada[59].

Os soldados e toda a sua parafernália do mundo civilizado destoam da selva sob neblinas. Assim "Salta aos nossos olhos que são realidades incompatíveis – a selva versus a pompa da expedição espanhola".[60]Na cena da invasão dos macacos em *Aguirre*, quando o protagonista agarra um deles na mão e o arremessa contra a jangada, essa é sua última demonstração de força. "No fim das contas, o grande desafio para Aguirre talvez não fosse encontrar o tão sonhado *El Dorado*, mas, antes disso, conseguir vencer a batalha contra a selva. Não se render a ela".[61]

No documentário *Burden of Dreams*, uma grotesca máquina moderna, uma espécie de trator (cujas peças eram trazidas de Miami), patina no solo molhado pela chuva, e, ironicamente, a natureza vai derrotando Werner Herzog, assim como derrotou Lope de Aguirre e Fitzcarraldo. "A despeito da alta tecnologia de Herzog, a selva está vencendo"[62], anuncia o narrador. A sina destes três personagens é a própria imagem de Sísifo no inferno, só que agora este é verde e se chama Amazônia. Não há dúvida de que o cineasta tem uma visão infernal dessa região. Em certo momento, Herzog resmunga: "Se eu acreditasse no diabo, eu diria que ela esteve aqui e que ainda está"[63].

Essas máquinas da modernidade (o trator e o navio a vapor), "deslocados no tempo e no espaço", são um "efeito grotesco" usado por Werner Herzog no filme:

> Técnica e cultura caminham assim fragmentariamente, ensaiando um espetáculo que se adia a cada passo, dadas a dificuldades de reunir, com perfeição, todos os seus ingredientes. Quem ouvirá Caruso? Os seringalistas de Manaus? Os índios amazônicos? Algum alto funcionário da Madeira-Mamoré, devidamente munido de um gramofone? Mas esses óbices só fazem aguçar a intrepidez de visionários e empreendedores como Fitzcarraldo[64].

Esse recurso ao paradoxo como construção de um discurso sobre a inviabilidade de conquistar a Amazônia, ou mais genericamente, contra a conquista colonialista/imperialista ocidental, é marcante na obra de Herzog. Lope de Aguirre, por exemplo, após um nítido discurso conquistador, "Nessa terra só há árvores e água, mas vamos conquistá-la. Ela será espremida por aqueles que virão depois de nós. Para homens, riqueza é ouro. Mas significa mais. É poder e fama. Eu os desprezo"[65], vê sua jangada arremessada com força contra a margem do rio (mais uma vez o rio aparece). Ao final de *Aguirre,* Herzog utiliza-se da justaposição, por meio da montagem, de duas imagens cuja confrontação é capaz de sinalizar a ideia de contraste entre o sonho de conquista e a realidade implacável da selva, criando-se uma metáfora que se repetirá em *Fitzcarraldo*: o conquistador europeu e seu semblante altivo posto em causa e confrontado pela natureza, que sempre o vence. O espectador é levado a comparar os dois planos, reproduzidos em seguida, um conferindo sentido ao outro. "Cada episódio deixa de ser apenas um elo na cadeia, mas compõe-se de tal modo que, pela estrutura da montagem, uma reflexão sobre o seu significado fique visualmente explícita":[66]

Temos esse choque de realidades quando o moderno navio a vapor de Fitzcarraldo vence a natureza, tocando o rio do outro lado da montanha, ao tempo em que a civilizada ópera de Caruso novamente é a música de fundo escolhida por Herzog. A vitória da ambição conquistadora do protagonista, no entanto, dura pouco e os índios resolvem lançar a imensa máquina ao rio, afim de que os maus espíritos das corredeiras se abrandassem. Nesse momento, Caruso, em notável ironia, canta morbidamente, enquanto o navio é arrastado pela força implacável da massa d'água, seguindo tristemente a correnteza, perdendo-se, junto com o sonho de Fitzcarraldo, no infinito. Os índios parecem satisfeitos e sorriem. Mas o derrotado homem branco nada pode fazer para deter a ira da natureza. Aqui, Herzog utiliza a justaposição de planos em que o navio é brutalmente arremessado contra as rochas, sem nenhuma cerimônia, pelo furioso rio. Através da combinação entre sequência e música, cria-se a imagem síntese de *Fitzcarraldo*: a ânsia conquistadora sobre a Amazônia é inócua, ou seja, é uma conquista inútil.

A montagem utilizada na sequência que acabamos de narrar é mais expressiva do que puramente descritiva: Herzog busca juntar planos do navio à deriva sendo tragado pelo rio Amazonas, ao olhar de desespero do conquistador, como também do navio perdendo-se no horizonte, ao semblante satisfeito dos indígenas, ou ainda do choque da máquina da modernidade contra as rochas, ao gramofone, que toca uma triste ópera. Tudo isso alternando planos distantes e longos a planos curtos e aproximados (respectivamente), para aumentar a tensão entre as duas imagens, entre os dois mundos. É através da montagem que o cineasta comunica a ideia de conflito que se estabelece no contato entre "civilização" e "barbárie", no qual não há harmonia, mas apenas dor e destruição. Uma montagem que "marca a intervenção do sujeito do discurso através da inserção de planos que destroem a continuidade do espaço diegético, que se transforma em parte integrante da exposição de uma ideia".[67]

Nesta mesma sequência, a música é utilizada pelo cineasta para sublinhar a estranheza causada pelo contato entre o mundo "civilizado" e a Amazônia. A cena da ópera no início do longa segue a mesma lógica: Ernani de Verdi é encenado no teatro de Manaus, no qual a personagem de Sarah Bernhard é representada, ironicamente, por um travesti já senil e coxo, dublado por uma cantora à beira do palco. Tudo nessa cena é propositadamente falso, teatral e pouco autêntico, em especial Enrico Caruso (igualmente dublado) e seu gesto suicida pouco convincente, tal qual um ventrículo. Algo semelhante ocorre na sequência final: ainda que derrotado, Fitzcarraldo retorna ao ponto de partida de sua aventura, sob seu navio a vapor, no qual é encenado *Il Puritani* de Bellini. Todos os músicos em trajes de gala e o protagonista ostentando um enorme charuto na boca, sendo aplaudidos pela população local que os recebe à beira do rio. Essa sequência causa tanta estranheza quanto à voz de Caruso ressoando pela selva amazônica por meio de um gramofone e de um vinil arranhado.[68]

Herzog utiliza a música com valor dramático, como forma de descrever a ação, fornecendo ao espectador elementos para compreender a imagem, cuja mensagem é a dicotomia entre a "civilização" e a "barbárie", entre a cultura europeia e a dos índios da Amazônia. Não devemos perder de vista que a ópera foi um símbolo dos avanços das ideias ocidentais na América Latina no início do século XX, criando junto às oligarquias uma necessidade de conhecer os dramas musicais europeus mais eruditos. A devoção e o conhecimento da ópera representavam o acesso à elite e o desprezo pela cultura indígena. Se em *Aguirre*, esse conflito se observa, sobretudo, pela construção de planos nos quais o conquistador é posto contra um cenário ameaçador, em *Fitzcarraldo*, cujo enredo se passa no limiar do século passado, Herzog acrescenta o elemento sonoro, o que faz todo sentido, pois foi nesse período que a economia da borracha edificou o seu maior monumento, o Teatro Amazonas (1896), em Manaus, o mais visível do ritual ostentatório da burguesia amazônica enriquecida. Mas o uso do efeito sonoro é utilizado para desmonumentalizar essa sociedade, fruto do capitalismo desvairado: no espetáculo inicial é encenado *Ernani*, de Verdi, interpretado por um sujeito gordo e exageradamente maquiado, assistido por uma plateia formada pela elite local, homens mestiços vestidos à moda europeia.[69]

Fitzcarraldo nutre ojeriza pelos burgueses endinheirados, interessados apenas no dinheiro faustoso trazido pela borracha, enquanto que para o protagonista ela significa apenas um meio para trazer a ópera para os "nativos", de modo a colonizá-los através da arte, chamados por Fitzcarraldo de "bundas nuas". Mas a ópera para Herzog é local de "carnavalização" da "modernidade", em que a distorção parece ser o meio para questioná-la, construindo um retrato,

por vezes cômico, sobre o capitalismo imperialista do século XIX, aqui representado pela ópera, um de seus maiores símbolos. As árias de Caruso são a música de fundo para os enquadramentos da selva e para a sequência em que o navio a vapor é sacrificado pelos nativos em benefício aos deuses do rio. Herzog aposta no absurdo das imagens.

Nesse sentido, voltemos à sequência derradeira: após seu plano de construir uma casa de ópera na Amazônia fracassar, o protagonista vende o navio *Molly Aida* com o intuito de contratar uma trupe de ópera itinerante e erigir seu sonho, mas dessa vez, encenando uma ópera sobre as águas do rio Amazonas. A cena é absurda: cantores e músicos mestiços em trajes finos, sob um sol causticante, carregando improváveis instrumentos de orquestra, suando intensamente por conta da umidade da região, tudo isso sob o olhar satisfeito de Fitzcarraldo, enfatizados por repetidos *close ups* feitos pelo cineasta. Os cantores fazem gestos exagerados e são aplaudidos pela multidão ribeirinha, que assiste à ópera pela primeira vez. Há ainda, um trono improvisado, colocado sob a casa de máquinas, semelhante ao utilizado em *Aguirre*. São temas que se repetem e reforçam a percepção do cineasta a respeito da conquista da Amazônia e, em sentido mais amplo, da natureza. Essa cena é a tentativa mais figurativa de criar uma imagem distorcida da "modernidade", mais até do que as sequências nas quais Herzog lança mão do gramofone, esse símbolo "barulhento da 'modernidade'", principalmente por usar clichês ligados aos espetáculos de óperas, outro ícone da arte moderna do século XIX.[70]

Nesta mesma cena, vemos o civilizador europeu que não se conforma com a derrota, como relata Werner Herzog no documentário *Burden Of Dreams*[71], e tenta, ao menos, diminuí-la, apresentado uma ópera em cima de um navio na cena final do filme. Finalmente o homem branco realiza seu sonho e traz esse símbolo da civilização europeia para a Amazônia. Aqui, Herzog faz uso do primeiro plano sob o semblante vitorioso de Fitzcarraldo, fumando um charuto "gigante".[72]

Nesta mesma sequência, Fitzcarraldo e o navio aparecem maiores no plano em relação à floresta e ao rio, o que propõe ideia de superioridade, de exaltação e de triunfo, engrandecendo os heróis da modernidade (o homem e a máquina), e tendendo a magnificá-los:[73]

Em Fitzcarraldo, o conflito entre o homem e o meio natural, de maneira contraditória, termina, no olhar ingênuo do protagonista, em um tipo de conquista. Mas sabemos que o argumento do filme nos leva para o caminho oposto. Nota-se, por exemplo, que Herzog poderia usar trilhos para rebocar o navio pela montanha. Mas assim, perder-se-ia a metáfora central em *Fitzcarraldo*, que é fazê-lo de um jeito impossível[74], como a própria conquista da Amazônia. O navio sendo arrastado pela lamacenta terra amazônica é uma crítica às tentativas de modernização da região, seja com ferrovias ou com navios a vapor, ou mesmo com uma casa de ópera. Outro exemplo, aparece na pequena (e marcante) participação do ator brasileiro Grande Otelo, interpretando o desvairado zelador de uma estação de trem abandonada, a *Transandea Rail Ways Ferrocarilles Transandinos*, outro projeto fracassado do protagonista Brian Sweeney Fitzgerald. A personagem de Otelo acredita que o Terminal Amazonas está pronto para entrar em operação e atravessar o Amazonas rumo ao Pacífico. A cada ano o guichê da primeira classe, diz ele, é pintando, mas Herzog mostra apenas sucata[75]. Sobre essas imagens fantasmagóricas, deve-se citar Francisco Foot Hardman, para quem a imagem da "ruína" é o símbolo dos projetos civilizadores fracassados, "tragédias que antecipam o fim da história"[76]. Desse modo, no filme *Fitzcarraldo*, as ruínas da ferrovia Transandina adiantam o final do novo projeto do conquistador. A mesma fantasmagoria vale para os trabalhadores da selva, os seringueiros. A partir da leitura de Euclides da Cunha, Hardman destaca a tragédia de sua presença naquele espaço, onde o rio é o seu último desalento, como a imagem do Judas levado pelas águas[77]. Se objetos como o navio a vapor adquirem nesse espaço "feições insólitas, que dirá os homens!."[78]Solidão, desalento, desencanto e impotência são termos apropriados para descrever a presença do homem no sertão amazônico, cujo efeito dramático é expresso, por exemplo, no *travelling* para trás, do qual Herzog lança mão para filmar um grupo de tripulantes abandonados, em *Fitzcarraldo*.

NOTAS

[1]HERZOG, Werner. Interview with Director Werner Herzog: 'I Am Clinically Sane'. Spiegel Online, fevereiro, 2010. Disponível em:< http://www.spiegel.de/international/zeitgeist/interview-with-director-werner-herzog-i-am-clinically-sane-a-677631.html>. Acesso em 01.05.2016, 2010.

[2]Podemos citar, entre outros: *O Mundo Perdido* (1925),Savage Gold (1933), *Sob o Céu dos Trópicos* (1938), *O Fim do Rio* (1947), Tentação Selvagem(1948), *O Monstro da Lagoa Negra* (1954),Curuçu, O Terror do Amazonas(1956), *Escravos do Amor das Amazonas* (1957), *A Flor que Não Morreu* (1959), *O Homem do Rio (1964),Tarzan e o Grande Rio* (1967),A Guerra das Fêmeas (1973),Emanuelle e os Últimos Canibais (1977) e *Holocausto Canibal* (1980).

[3]Sobre como o cinema urbano brasileiro dos anos 1960 retratou esse assunto, ver SILVA, Jaison Castro. "Aura e fantasmagoria no cinema de Walter Hugo Khouri". In: Edwar de Alencar Castelo Branco. (Org.). **Cinema, História e outras imagens juvenis.** Teresina: EDUFPI, 2009, pp. 243-255.

[4]LUCAS, Meize. R. L.. **Imagens do moderno**: o olhar de Jacques Tati. São Paulo: Annablume, 1998, p.14.

[5]**Burden of Dreams**, 1982.

[6]**Burden of Dreams**, 1982.

[7]**Burden of Dreams**, 1982.

[8]MARTIN, Marcel. **A Linguagem Cinematográfica**. Lisboa: Dinalivro, 2005, pp.17-36.

[9]**Aguirre:** A Cólera dos Deuses (Aguirre, Der Zorn Gottes). Escrito e dirigido por Werner Herzog. Alemanha; Peru: Werner Herzog Filmproduktion, 1972. 93 min, Som, Cor.

[10]**Aguirre,** 1972.

[11]PORRO, Antônio. **História Indígena do Alto e Médio Amazonas**: Séculos XVI e XVIII. In: CUNHA, Manuela Carneiro. História dos Índios no Brasil. São Paulo: FAPESP/SMC. Companhia das Letras, 1992, p.189.

[12]**Fitzcarraldo** (Fitzcarraldo). Escrito e dirigido por Werner Herzog. Alemanha; Peru: Werner Herzog Filmproduktion, 1982. 137 min, Som, Cor.

[13]Adams, no entanto, ironiza essa "generosidade" de Herzog para com os nativos. Lembra que em *Fitzcarrado,* os locais foram obrigados a literalmente puxar o grande navio sobre uma inclinação; e reclama do misticismo sobre os nativos australianos presente no roteiro do filme *Onde Sonham as Formigas Verdes*; "graças a Deus agora temos uma geração de cineastas aborígenes para contar suas próprias histórias", finaliza Adams. Disponível em: http://www.theaustralian.com.au/news/opinion/the-wrath-of-herzog/story-e6frg7fx-1226072442274. Acesso em 24 de junho de 2012.

[14]TUPIASSÚ, Lúcia Ferreira; Habert , Angeluccia Bernardes. **O *El Dorado* de Herzog**: a busca por imagens absolutas e verdades intensificadas. Rio de Janeiro, 2010. 104p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, pp.38-39.

[15]**Onde Sonham as Formigas Verdes** (Wo die grünen Ameisen träumen**).** Escrito e dirigido por Werner Herzog. Alemanha/Austrália: Herzog Filmproduktion, 1984, 100 min, Som, Cor.

[16]Em depoimento ao documentário *Meu Melhor Inimigo*, o diretor lembra que os ânimos de Kinski estavam tão elevados que, antes de cada cena, era necessário que os dois brigassem para "descarregar" a enorme carga de energia histérica do ator, para chegar ao ponto perfeito de interpreção almejado. Isso é assustador se pensarmos o quão diabólico é a figura de Lope de Aguirre no filme. **Meu Melhor Inimigo** (Mein liebster Feind). Escrito e dirigido por Werner Herzog. Alemanha: Werner Herzog Filmproduktion, 1999. 95 min, Som, Cor.

[17]***Aguirre***, 1972.

[18]***Aguirre***, 1972.

[19]THOMPSON, Kirsten. **The Cinema of Werner Herzog**: Aesthetic Ecstasy and Truth. London: Wallflower Press, 2011, pp. 27-28.

[20]HERZOG, Werner. Interviews. In: CRONIN, Paul (org.). **Herzog on Herzog**. London: Faber & Faber, 2002, p. 50-51.

[21]**Aguirre**, 1972.

[22]**Aguirre,** 1972.

[23]XAVIER, Ismail. **O discurso cinematográfico**: a opacidade e a transparência. São Paulo: Paz e Terra, 2005, p.131.

[24]**Aguirre,** 1972.

[25]**Aguirre,** 1972. É possível notar na fala da personagem de Herzog uma alusão à pureza racial e a obstinação por uma linhagem eugênica. Isso se justifica pela profunda aversão que os percussores do

Cinema Novo Alemão, entre eles o próprio Herzog, tinham pelo passado nazista do país.

[26]MARTIN, p.45.

[27]EISENSTEIN, Serge. **O Sentido do Filme**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002, pp. 28-29.

[28]CORRIGAN, Timothy. **The films of Werner Herzog**: between mirage and history. New York e London: Methuen, 1986, pp. 90-104.

[29]NAGIB, 1991, p.153, apud TUPIASSÚ, Lúcia Ferreira; Habert , Angeluccia Bernardes. O El Dorado de Herzog: a busca por imagens absolutas e verdades intensificadas. Rio de Janeiro, 2010. 104p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, p.52.

[30]HERZOG, Werner.: entrevista. [2009]. Lisboa: *Sinais de Vida:* Werner Herzog e o Cinema. Entrevista concedida a Grazia Paganelli, p. 35.

[31]**Fitzcarraldo,** 1982.

[32]**Aguirre**, 1972.

[33]**Aguirre**, 1972.

[34]MINTA, Stephen. "Aguirre, a Cólera dos Deuses". In: CARNES, Mark. C. (Org.). **Passado Imperfeito**: A História no cinema. Rio de Janeiro: Record, 1997, p.76.

[35]HERZOG, Werner.: entrevista. [2009]. Lisboa: *Sinais de Vida:* Werner Herzog e o Cinema. Entrevista concedida a Grazia Paganelli, p. 42.

[36]TUPIASSÚ,2010, pp.47-50.

[37]TUPIASSÚ 2010, p.51.

[38]HARDMAN, Francisco Foot. **Trem-Fantasma:** A ferrovia madeira-mamoré e a modernidade na selva. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, pp. 117-119.

[39]**Burden Of Dreams**, 1982.

[40]"No final, Herzog vence uma dolorosa vitória própria. Após meses de trabalho, usando equipamento pesado e uma nova equipe técnica de Lima. Ele puxou o barco ao topo da colina em novembro de 1981. Quase quatro anos depois da pré-produção começar, a última tomada de *Fitzcarraldo* foi finalizada". **Burden Of Dreams**, 1982.

[41]**Burden Of Dreams,** 1982.

[42]**Burden of Dreams,** 1982.

[43]**Aguirre**, 1972.

[44]**Aguirre**, 1972.

[45]HERZOG, Werner. Werner Herzog. In: conversation with Geoffrey O'Brien (1996). In: AMES, Werner Herzog: Interviews. University Press of Mississippi, 2014.

[46]**Aguirre**, 1972.

[47]**Aguirre**, 1972.

[48]**Fitzcarraldo,** 1982.

[49]HERZOG, Werner. The Trail of Werner Herzog: An Interview Entrevista. Montreal, OffScreen, Vol. 8, Issue I, Janeiro, 2004. Disponível em: http://offscreen.com/view/herzog. Acesso em 01.04.2016.

[50]HERZOG, Werner. The Ecstatic Truth. Entrevista concedida a Daniel Zalewski. New Yorker. Abril, 2004. Disponível em: <http://www.newyorker.com/magazine/2006/04/24/the-ecstatic-truth>. Acesso em 02.04.2016.

[51]MARTIN, p.48.

[52]MARTIN, pp.51-52.

[53]TUPIASSÚ, 2010, p.84.

[54]MINTA, 1997, p.76.

[55]**Aguirre,** 1972.

[56]CUNHA, Euclides da. **Um Paraíso Perdido**: reunião de ensaios amazônicos. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000, p.347.

[57]TUPIASSÚ, 2010, p.87.

[58]TUPIASSÚ, 2010, p. 87.

[59]TUPIASSÚ, 2010, p. 87.

[60]TUPIASSÚ, 2010, p.61.

[61]TUPIASSÚ, 2010, p.64.

[62]**Burden of Dreams,** 1982.

[63]**Burden of Dreams,** 1982.

[64]HARDMAN, 2005, p.131.
[65]**Aguirre**, 1972.
[66]XAVIER, p.131.
[67]XAVIER, p.130.
[68]PRAGER, Brad. **A Companion to Werner Herzog**. Oxford: Willey-Blackwell, 2012, pp.157-166.
[69]DOLKART, Ronald. **Civilization's Aria**: Film as Lore and Opera as Metaphor in Werner Herzog's *Fitzcarraldo*. Journal of Latin American Lore, 1985, pp. 25-141.
[70]LEPPERT, Richard. **Opera, Aesthetic Violence, and the Imposition of Modernity:** *Fitzcarraldo*. In: GOLDMARK, Daniel; KRAMER, Lawrence. Beyond the Soundtrack: Representing Music in Cinema. Berkley: University of California Press, 2007, 99-119.
[71]**Burden of Dreams**, 1982.
[72]MARTIN, Marcel. **A Linguagem Cinematográfica**. Lisboa: Dinalivro, 2005, p.50.
[73]MARTIN, p. 51.
[74]A insistência em dificultar as coisas gerou desavenças com o engenheiro brasileiro Laplace Martins, contratado para elaborar um sistema capaz de puxar o barco pela colina. O sistema foi pensado para uma inclinação de vinte graus, mas Herzog insistia que deveria ser feito em quarenta graus. O risco de morte assustava o engenheiro. "Elas podem sair voando igual foguete (...). Se as coisas saírem do lugar, então vinte ou trinta podem morrer. Martins desistiu, Herzog decidiu continuar sem ele". **Burden of Dreams**, 1982.
[75]**Fitzcarraldo**, 1982.
[76]HARDMAN, 2005, p.119.
[77]HARDMAN, 2005, p.122-123.
[78]HARDMAN, 2005, p.133.

REFERÊNCIAS

Aguirre: A Cólera dos Deuses (Aguirre, Der Zorn Gottes). Escrito e dirigido por Werner Herzog. Alemanha; Peru: Werner Herzog Filmproduktion, 1972. 93 min, Som, Cor.

Burden of Dreams. Dirigido por Les Blank. Estados Unidos: Flower Films, 1982. 95 min, Som, Cor.

Fitzcarraldo (Fitzcarraldo). Escrito e dirigido por Werner Herzog. Alemanha; Peru: Werner Herzog Filmproduktion, 1982. 137 min, Som, Cor.

CUNHA, Euclides da. **Um Paraíso Perdido**: reunião de ensaios amazônicos. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2000.

DOLKART, Ronald. **Civilization's Aria**: Film as Lore and Opera as Metaphor in Werner Herzog's *Fitzcarraldo*. Journal of Latin American Lore, 1985, pp. 25-141.

HERZOG, Werner. Interview with Director Werner Herzog: 'I Am Clinically Sane'. Spiegel Online, fevereiro, 2010. Disponível em:<http://www.spiegel.de/international/zeitgeist/interview-with-director-werner-herzog-i-am-clinically-sane-a-677631.html>. Acesso em 01.05.2016, 2010.

HERZOG, Werner. Werner Herzog. In: conversation with Geoffrey O'Brien (1996). In: AMES, Werner Herzog: Interviews. University Press of Mississippi, 2014.

HERZOG, Werner. The Trail of Werner Herzog: An Interview Entrevista. Montreal, OffScreen, Vol. 8, Issue I, Janeiro, 2004. Disponível em: http://offscreen.com/view/herzog. Acesso em 01.04.2016.

HERZOG, Werner. The Ecstatic Truth. Entrevista concedida a Daniel Zalewski. New Yorker. Abril, 2004. Disponível em: <http://www.newyorker.com/magazine/2006/04/24/the-ecstatic-truth>. Acesso em 02.04.2016.

HERZOG, Werner. Interviews. In: CRONIN, Paul (org.). **Herzog on Herzog**. London: Faber & Faber, 2002.

LUCAS, Meize. R. L.. **Imagens do moderno**: o olhar de Jacques Tati. São Paulo: Annablume, 1998.

HARDMAN, Francisco Foot. **Trem-Fantasma:** A ferrovia madeira-mamoré e a modernidade na selva. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

HERZOG, Werner.: entrevista. [2009]. Lisboa: *Sinais de Vida:* Werner Herzog e o Cinema. Entrevista concedida a Grazia Paganelli.

LEPPERT, Richard. **Opera, Aesthetic Violence, and the Imposition of Modernity:** *Fitzcarraldo*. In: GOLDMARK, Daniel; KRAMER, Lawrence. Beyond the Soundtrack: Representing Music in Cinema. Berkley: University of California Press, 2007.

MARTIN, Marcel. **A Linguagem Cinematográfica**. Lisboa: Dinalivro, 2005.

MINTA, Stephen. "Aguirre, a Cólera dos Deuses". In: CARNES, Mark. C. (Org.). **Passado Imperfeito**: A História no cinema. Rio de Janeiro: Record, 1997.

Onde Sonham as Formigas Verdes (Wo die grünen Ameisen träumen**).** Escrito e dirigido por Werner Herzog. Alemanha/Austrália: Herzog Filmproduktion, 1984, 100 min, Som, Cor.

PORRO, Antônio. **História Indígena do Alto e Médio Amazonas**: Séculos XVI e XVIII. In: CUNHA, Manuela Carneiro. História dos Índios no Brasil. São Paulo: FAPESP/SMC. Companhia das Letras, 1992.

PRAGER, Brad. **A Companion to Werner Herzog**. Oxford: Willey-Blackwell, 2012.

EISENSTEIN, Serge. **O Sentido do Filme**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

SILVA, Jaison Castro. "Aura e fantasmagoria no cinema de Walter Hugo Khouri". In: Edwar de Alencar Castelo Branco. (Org.). **Cinema, História e outras imagens juvenis**. Teresina: EDUFPI, 2009, pp. 243-255.

THOMPSON, Kirsten. **The Cinema of Werner Herzog**: Aesthetic Ecstasy and Truth. London: Wallflower Press, 2011.

TUPIASSÚ, Lúcia Ferreira; Habert , Angeluccia Bernardes. **O *El Dorado* de Herzog**: a busca por imagens absolutas e verdades intensificadas. Rio de Janeiro, 2010. 104p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

XAVIER, Ismail. **O discurso cinematográfico**: a opacidade e a transparência. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

UM LEVANTAMENTO BIBLIOMÉTRICO A RESPEITO DA PRODUÇÃO DE AMARTYA SEN NO BRASIL

Cassiano Ricardo Martines Bovo
Doutor em Ciências Sociais – PUC-SP
cassiano.bovo@gmail.com

RESUMO

Este artigo apresenta um levantamento bibliométrico a respeito da produção acadêmica (composta por livros, capítulos de livros, teses de doutorado, dissertações de mestrado, artigos publicados em periódicos e em anais de eventos) que envolve as ideias, conceitos e teorias do economista indiano Amartya Sen, publicada no Brasil, assim como de brasileiros que o fizeram no exterior. Os resultados foram apresentados por meio de tabelas, gráficos e quadros e em seguida interpretados, de modo que se percebe algumas características e padrões relativos à produção total e por tipo de obras ao longo do tempo, a distribuição das teses de doutorado e dissertações de mestrado defendidas por Instituições de Ensino Superior e por áreas específicas, as palavras mais frequentes nos títulos das obras levantadas apresentadas em grupos em torno de cada léxico e os periódicos que mais publicaram artigos a respeito do autor em pauta.

Palavras-chave: Amartya Sem. Bibliometria. Levantamento bibliométrico. Produção acadêmica. Desenvolvimento.

ABSTRACT

This article presents a bibliometric survey about the academic production (composed of books, book chapters, doctoral theses, master's dissertations, articles published in periodicals and annals of events) involving the ideas, concepts and theories of the Indian economist Amartya Sen, published in Brazil, as well as Brazilians who did it abroad. The results were presented through tables, graphs and frames and then interpreted so that one can perceived some characteristics and patterns related to total production and by type of works over time, the distribution of doctoral theses and master's dissertations which were defended subdivided by higher education institute and by specific areas, the most frequent words in the titles of the collected words presented in groups around each lexicon and the periodicals that most published articles about the author in question.

Keywords: Amartya Sen. Bibliometry. Bibliometric survey. Academic production. Development.

REVISTA ELETRÔNICA DOCUMENTO 21 MONUMENTO
REDM
NDIHR
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICA REGIONAL NDIHR

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

"A disciplina da economia tendeu a afastar-se do enfoque sobre o valor das liberdades em favor das utilidades, rendas e riqueza" (SEN, 2000, p.42).

O economista e pensador indiano Amartya Sen[1], concordando-se ou não com suas ideias, é um expoente em algumas áreas da academia, em especial no que diz respeito à teoria do desenvolvimento, principalmente após ter sido laureado com o Prêmio Nobel em Economia, em 1998, fato surpreendente em se tratando de alguém fora do eixo anglo-saxão[2]. O Brasil não ficou fora do raio de difusão e influência de sua obra, tanto pela edição de alguns de seus livros, publicação de artigos, duas visitas ao país, quanto pela gama de obras, dos mais variados tipos, sobre suas ideias, teorias e controvérsias.

Como se sabe, Amartya Sen enveredou por um caminho – ao menos no plano da teoria econômica – bastante original, não sendo tributário das correntes econômicas tradicionais e nem mesmo dos cânones da chamada *Economia do Desenvolvimento (ou do Subdesenvolvimento)*[3], embora os conheça bem. Além do seu arcabouço teórico, diferentemente da maioria dos economistas, tenta uma integração da ciência econômica com a Filosofia, o Direito etc., abarcando extenso leque de assuntos, o que faz com que sua abordagem seja chamada, por alguns, de multidisciplinar.

Assim, entendo que o autor em foco merece um estudo da penetração e difusão de suas ideias no Brasil e entre os brasileiros; por isso, parece-me interessante um levantamento bibliométrico a respeito. A bibliometria é a "(...) análise estatística dos processos de comunicação escrita, tratamento quantitativo (matemático e estatístico) das propriedades e do comportamento da informação registrada (FIGUEIREDO, 1977, *apud* LIMA, 1986, p. 127) ". São muitas as possibilidades e caminhos desse tipo de pesquisa. Como se verá, o objetivo, em especial, foi o de acompanhar a produção total anual e por tipo de obras, a distribuição das teses de doutorado e dissertações de mestrado defendidas, por Instituições de Ensino Superior e por áreas específicas, assim como as palavras mais frequentes nos títulos das obras levantadas apresentadas em grupos em torno de cada léxico e os principais periódicos de difusão das ideias do autor em pauta.

Sendo assim, por meio de uma série de procedimentos que serão explicados na parte metodológica, registrei toda a produção que foi possível levantar a respeito de Amartya Sen, na forma de livros, capítulos de livros, artigos em periódicos científicos e em anais de eventos, assim como teses de doutorado e dissertações de mestrado. Em seguida, organizo (e interpreto) esses dados e informações na forma de tabelas, gráficos e quadros dentro de uma lógica que permita compreender a difusão e a influência desse autor no Brasil.

Dessa forma, o artigo está dividido da seguinte maneira: além desta introdução e as considerações finais, há uma breve apresentação da produção do próprio Amartya Sen no Brasil; em seguida, mostra-se os procedimentos de pesquisa, por meio de uma seção metodológica, e, finalmente, a análise dos resultados.

A OBRA DE AMARTYA SEN NO BRASIL

A primeira produção de Amartya Sen no Brasil foi um artigo chamado *O desenvolvimento como expansão de capacidades*[4], publicado na revista *Lua Nova* em 1993 (portanto, antes da publicação de seu primeiro livro no país, fato ocorrido em 1999). O título não poderia ser mais emblemático, pois contém um conceito que é uma marca (e talvez sua maior contribuição à teoria do desenvolvimento e da escolha social) do autor: *capacidades*. É um texto em que ele sintetiza uma série de conceitos e ideias trabalhados ao longo de sua carreira e presentes em boa parte de sua obra publicada no Brasil.

Em 1999 , um ano após ter sido laureado com o Prêmio Nobel de Economia, é lançado o primeiro livro de Amartya Sen no Brasil, intitulado *Sobre ética e Economia*[5]; nele o autor remonta às origens do debate em relação aos processos econômicos na sociedade, recorrendo à filosofia escolástica de Aristóteles, aos primeiros pensadores dessa ciência econômica e à ética. Ele

lamenta que a Economia, no seu desenvolvimento, tenha se distanciado da preocupação com a ética (e na sua esteira, a questão da justiça) como acontecia nos primórdios (em especial nos trabalhos de Adam Smith e William Petty), e trilhado um caminho que ele chama de *engenheira*, que, em que pese sua importância, deu a essa ciência um caráter preponderantemente técnico, na esteira do utilitarismo e do neoclassicismo. No ano 2000 foi editado no Brasil um dos seus mais famosos livros (e que carrega no título o nome que se dá à sua concepção de desenvolvimento): *Desenvolvimento como liberdade*[6]. Lembro que a ideia de liberdade de Amartya Sen é diferente do seu sentido convencional (visto apenas como expressão das liberdades fundamentais, os chamados direitos civis e políticos, que o autor chama de liberdades substantivas ou de caráter normativo). Embora estas estejam inseridas nesta concepção, ela vai para além, o que gera alguma confusão entre os leitores. Nesse caso, a liberdade está intimamente relacionada ao que Amartya Sen chama de *capacidades para realizar os funcionamentos que as pessoas têm razão para valorizar*[7], essência de sua teoria da escolha social (em contraposição com a concepção reinante na Economia, a da escolha racional), que envolve um inédito e original conjunto avaliatório, fundamental para a conquista do Prêmio Nobel de Economia. Portanto, sua ideia de liberdade está relacionada à capacidade de realização dos seres humanos numa perspectiva ampla, tanto instrumental como substantiva.

Nesse livro, também, Amartya Sen utiliza uma abordagem tipicamente sua, fundamental dentro de sua teoria do desenvolvimento; trata-se de ver vários processos sociais como meio (instrumental) e fim (substantiva) simultaneamente. O pensador o faz, por exemplo, quando aborda a renda, a educação, o crescimento econômico, o mercado (inclusive o de trabalho) etc. Por exemplo, com relação ao mercado, tão caro aos economistas, para Amartya Sen é necessário vê-lo além das questões relacionadas à utilidade, eficiência, geração de renda etc., como ocorre comumente, e perceber se ele está possibilitando às pessoas acesso, oportunidades, enfim, liberdade de escolha; quer dizer, trata-se de ver o mercado não como um fim em si, mas como meio para algo.

Assuntos recorrentes em *Desenvolvimento como liberdade*, assim como outros, são os direitos humanos, o desenvolvimento sustentável, os dilemas da globalização, a oposição tradição x modernidade, ditadura x democracia etc., o que é incomum na maioria dos economistas, e sempre articulados com sua teoria da escolha social.

Em 2001 foi impresso seu terceiro livro no Brasil, com o título *Desigualdade reexaminada*[8]. Nesse, bastante complexo (e mal traduzido), o autor conecta a sua teoria da escolha social com a sua ideia de justiça e igualdade. Uma grande preocupação nessa obra é argumentar em torno da pobreza como privação de capacidades básicas e não como insuficiência de renda, como geralmente se vê.

Amartya Sen se destaca pela crítica - recorrente e argumentada - à centralidade que se dá à utilização de um "pacote" de indicadores de bem-estar largamente utilizados no âmbito das políticas púbicas, composto pela renda, riqueza, utilidade, crescimento econômico (inclusive PIB, PIB per capita), linhas demarcatórias (de pobreza e de indigência, por exemplo), dentre outros. Quanto aos indicadores de desenvolvimento do tipo IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), e sua apresentação tradicional na forma de rankings, embora Amartya Sen tenha colaborado na sua criação, sempre entendeu que eles não expressam adequadamente o nível de bem estar das pessoas em uma sociedade e só têm sentido junto a outros critérios avaliatórios. Justamente, a sua proposta de escolha social (baseada na ideia de capacidades e funcionamentos) é uma alternativa original em relação a esses caminhos.

No que diz respeito à renda, Amartya Sen utiliza de forma recorrente o seguinte exemplo para demonstrar a ineficácia da utilização pura e simples desse critério para descrever a situação concreta em que as pessoas se encontram em termos de bem-estar: suponha dois indivíduos com o mesmo nível de renda, porém uma deles precisa realizar sessões frequentes de hemodiálise e o outro, não. Pelo critério da renda estes estariam em idêntica situação, mas, nesse caso, o que precisa realizar a hemodiálise está em franca desvantagem. A obra de Amartya Sen é repleta de exemplos desse tipo, associadas ao que ele chama de diferenças interpessoais.

Nesse mesmo ano (2001), Amartya Sen esteve, pela primeira vez, no Brasil, realizou conferências em São Paulo (no auditório do MASP) e Rio de Janeiro e participou, como entrevistado, do programa *Roda Viva* (22/01/2001) da TV Cultura de São Paulo.

Também nessa sua estada em São Paulo concedeu uma entrevista a Silio Boccanero, publicada na revista *Economia e Sociedade*, da UNICAMP[9]. Em 2003 a revista ALCEU (PUC-Rio) edita *Imparcialidade aberta e fechada,* de Amartya Sen[10].

Em 14 de março de 2004, na *Folha de S. Paulo,* aparece um artigo de Amartya Sen intitulado *Por que é necessário preservar a coruja-pintada,* que é um dos capítulos do livro *Sen* (2010), em que ele aborda o desenvolvimento sustentável de maneira pouco convencional ao considerar algo nem sempre lembrado: a *condição de agente* (em oposição à condição de paciente), isto é, a perspectiva do que ele chama de ativismo cívico, isto é, a liberdade de participação em prol do meio ambiente e que pode ser associado às lutas em geral. Mais uma vez aqui o economista trabalha com o caráter substantivo e instrumental da interação social (a luta ambiental não só como um fim, mas como meio para as pessoas se realizarem).

Depois de uma lacuna de alguns anos, em 2010, novo livro de Amartya Sen é impresso no Brasil, agora em coautoria com Bernardo Kliksberg, intitulado *As pessoas em primeiro lugar: a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado*[11]. Este é dividido em duas partes, uma com textos de Amartya Sen, nomeada *Temas-chave do século XXI*, sobre assuntos como globalização, exclusão social, democracia, desenvolvimento sustentável, saúde, indicadores sociais etc.; a outra com textos de Bernardo Kliksberg[12], *os desafios éticos de um continente paradoxal*, sobre desigualdade, saúde, juventude, insegurança urbana, cultura, voluntariado, responsabilidade social, religião etc., todos focando especificamente a América Latina.

Já, em 2011, foi editado no Brasil *A ideia de justiça*[13], em que Amartya Sen aborda a sua teoria da justiça (já encaminhada, sucintamente, no livro *Desigualdade Reexaminada*). Nesse, Sen conecta a justiça com a sua concepção de desenvolvimento como liberdade e com sua teoria da escolha social. Amartya Sen trava debate com a clássica teoria de John Ralws (expressa em Ralws, 1997) assim como o utilitarismo de James Bentham e seus desdobramentos no ramo da microeconomia; ao criticá-las, o pensador em foco apresenta a sua e pretende dar conta da complexidade do ser humano na sociedade, ao abarcar as diferenças interpessoais, afastando-se de um ideal completo e totalizante de justiça e colocando os funcionamentos como critério relevante. Nota-se, mais uma vez, no rastro de seus trabalhos anteriores, a crítica à concepção hegemônica da ciência econômica, no seu viés tecnicista, e revelando o seu apreço pela concepção universalista dos direitos humanos.

Entendo que um dos ensinamentos de Amartya Sen em relação à sua teoria da justiça está no fato de que políticas públicas focalizadas devem mirar as diferenças substancias entre os seres humanos, numa original perspectiva de igualdade que leve em conta a desigualdade original (por ex., os afrodescendentes no Brasil) de parcela da sociedade.

No final de abril de 2012 Amartya Sen voltou ao Brasil e, em São Paulo e Rio de Janeiro, participou em vários eventos, tais como *Diálogos sobre educação: Amartya Sen,* promovido pelo Instituto Unibanco na Bovespa do Rio de Janeiro (26/4/2012)[14], do programa *Fronteiras do Pensamento*[15]; ministrou palestra no IBMEC[16] (RJ) e concedeu entrevistas[17].

Em 2015, é lançado *Glória incerta: a Índia e suas contradições*[18], de Amartya Sen em coautoria com Jean Drèze[19]. De acordo com eles, a Índia, embora tenha vivenciado vigoroso crescimento econômico no período recente, não conseguiu transferir os seus frutos, na mesma velocidade, para a área social, persistindo elevados níveis de pobreza e desigualdade[20] e, portanto, de injustiças (algo fundamental na concepção de desenvolvimento de Amartya Sen), em que pese os avanços em termos da democracia formal (eleições, respeito ás instituições democráticas por parte dos militares etc.). Os autores justamente mostram a complexidade e as contradições desse país que causa muita curiosidade e perplexidade aos ocidentais.

PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

Inicialmente entendo ser fundamental deixar claro quais obras foram registradas (até janeiro de 2015) neste levantamento bibliométrico. Quanto ao conteúdo, trata-se daquelas que utilizam as ideias, teorias, conceitos e abordagens de Amartya Sen. Não necessariamente a obra deve ser exclusivamente sobre o autor em pauta, mas este deve ter alguma importância significativa em relação ao seu conteúdo; por exemplo, um artigo pode ser sobre John Rawls, mas como este travou importante debate em relação à ideia de justiça de Amartya Sen, o último acaba assumido relevância também. Quer dizer, essa "garimpagem" (o que serve e não serve) é crucial.

Claro está que obras que apenas mencionam, fazem algumas referências (ou citações) a Sen não apresenta relevância à pesquisa[21].

Com relação ao tipo de obra (ou produção), registrei os seguintes: livros, capítulos de livros, artigos em periódicos, artigos completos publicados em anais de eventos (congressos, seminários, simpósios, conferências, encontros etc., sejam internacionais, sejam nacionais ou locais), dissertações de mestrado e teses de doutorado.

Ocorreram alguns (poucos) casos de repetição. Por ex.: um artigo publicado nos anais de um congresso que, posteriormente, foi divulgado, com o mesmo título, num periódico; um artigo revelado num periódico e, posteriormente, como capítulo de livro, com o mesmo título etc. Nesse caso, considerei as duas edições, pois, em geral, de uma para outra costuma haver algum nível de aperfeiçoamento, revisão etc., ou, se não, expressa de alguma forma a penetração e difusão de Amartya Sen no Brasil, que é o que interessa.

Além das obras publicadas ou defendidas no Brasil (que representou a grande maioria), seja de brasileiros ou não, avaliei também aquelas de brasileiros que as publicaram ou defenderam no exterior.

Encontrei apenas um livro integralmente sobre Amartya Sen. Os demais são organizados por um ou mais autores, com capítulos de autorias diversas.

Quanto aos artigos de periódicos, inseri também aqueles (poucos casos) aceitos para publicação; não considerei resenhas, textos publicados em boletins, artigos de blogs etc., que geralmente se caracterizam por serem curtos e sem o rigor cientifico exigido pelos periódicos científicos.

No que diz respeito aos anais de eventos, não me detive a resumos ou resumos expandidos, mas, apenas, a artigos completos.

Quanto às dissertações de mestrado e teses de doutorado (sempre defendidas), dei crédito aos mestrados profissionalizantes também.

Já nas fontes de busca, minha base (e maior cobertura) foi o *Currículo Lattes*[22], por meio do assunto *Amartya Sen*. O Lattes é o mais abrangente lugar de pesquisa no Brasil, na medida em que a maioria dos pesquisadores, de todos os níveis (autores, orientadores, membros de banca etc.), até por uma exigência institucional, lançam aí sua produção.

Além do Lattes, também as seguintes fontes (sempre recorrendo à palavra-chave *Amartya Sen*) foram selecionadas: *Google*, *Google Books*, *Google* Acadêmico, Estante Virtual (site de sebos), Periódicos da CAPES, Banco de Teses e Dissertações da CAPES, além de sites de grandes livrarias nacionais.

Claro está que não é possível uma cobertura completa da produção pretendida, mas acredito ter contemplado parcela significativa que possibilite compreender a penetração e difusão da obra de Amartya Sen no Brasil. A maior lacuna pode estar nos artigos publicados em anais de eventos, uma vez que, pela quantidade de eventos, ao longo do tempo, no Brasil e, muitas vezes, no exterior, se torna muito difícil a captura integral.

Obviamente, como ocorre em todo levantamento bibliométrico, não está em discussão a qualidade das obras; para os objetivos propostos os dados quantitativos é que importam.

Explicarei o significado e composição de cada tabela, quadro e gráfico assim que sua apresentação for se sucedendo na próxima seção. Dessa forma, fica mais fácil a interpretação dos dados coletados.

A PRODUÇÃO DE AMARTYA SEN NO BRASIL: APRESENTAÇÃO E INTERPRETAÇÃO DOS RESULTADOS

Na tabela abaixo, apresento uma visão panorâmica de todas as obras coletadas, isto é, um quadro geral da produção relativa a Amartya Sen no Brasil, de acordo com os procedimentos relatados na seção anterior.

Tabela 1: **Produção Total e Relativa em Todo o Período**

ANO	LIVRO	CAPS. LIVRO	ART. PER.	ART. ANAIS	TESE DOUT.	DIS. MEST.	TOTAL	% DO TOTAL
1993			1				1	0,46
1999[23]			1				1	0,46
2000								
2001					1	4	5	2,31
2002				1			1	0,46
2003			3	4		1	8	3,70
2004			1	4		1	6	2,78
2005			2		1		3	1,39
2006		1	3	2	1	4	11	5,09
2007			5	3	2	2	12	5,56
2008		1	5	1	2	3	12	5,56
2009		2	7	2	3	2	16	7,41
2010		1	5	5	2	4	17	7,87
2011		9	8	4		8	29	13,43
2012	1	5	14	10		3	33	15,28
2013		7	14	10	1	2	34	15,74
2014		6	6	9		5	26	12,04
2015			1				1	0,46
TOTAL	1	32	76	55	13	39	216	
% DO TOTAL	0,46	14,81	35,19	25,46	6,02	18,06	100	100

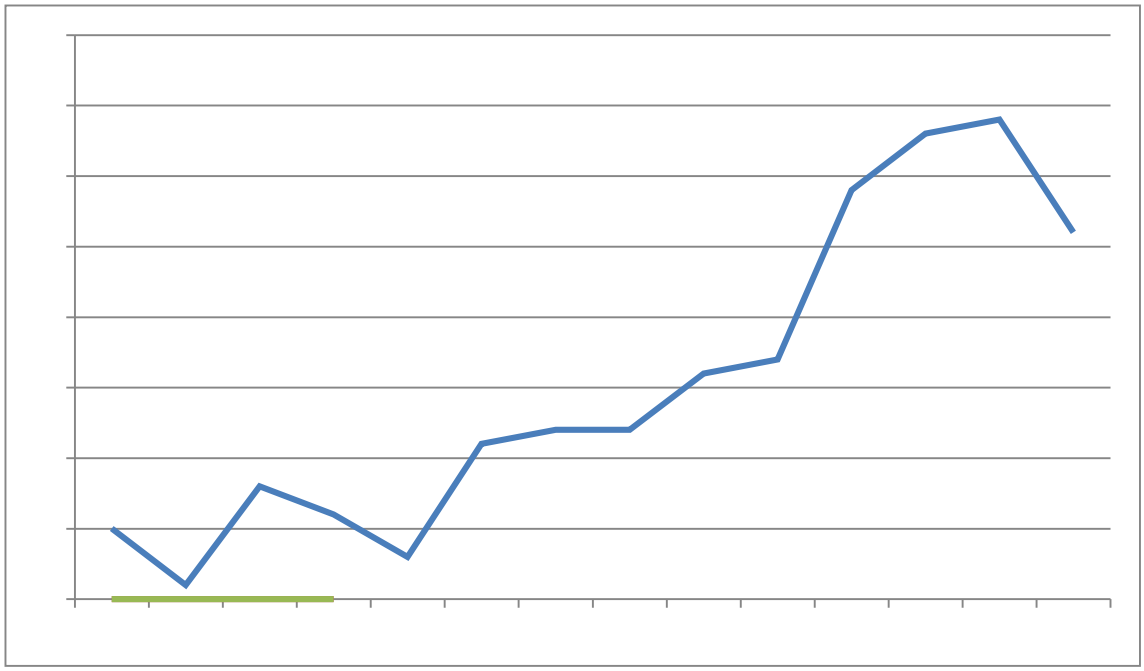
Fonte: elaborada pelo próprio autor.

Na horizontal, há a produção a cada ano, separada por tipo de obra e, ao final (penúltima coluna), o total de obras anual, assim como a participação (porcentagem) de cada ano dentro da produção de todo o período (última coluna).

Já na vertical, observa-se a evolução anual de cada tipo de obra ao longo do tempo. Na penúltima linha, a produção total de cada tipo de obra em todo o período em análise. Na última, a participação (porcentagem) de cada tipo obra dentro da produção total de todo o período.

Pode-se ler essa tabela de várias maneiras. Quanto à evolução e difusão da obra de Amartya Sen, as duas últimas colunas parecem-nos bastante significativas. Pode-se notar que até o ano de 2005 tínhamos um padrão em que a produção de cada ano não passava de 4% do total, porém, em 2006, há um salto em que a produção, no ano, ficou em 5,09% e em nenhum outro (com exceção, compreensivelmente, de 2015) ficou abaixo disso, constituindo-se numa primeira mudança de padrão. Mais que isso: em 2009 constata-se um novo salto (7,41%), sem regressão, ao contrário, com patamares acima de 10% a partir de 2011, o que implica uma segunda mudança de padrão. A produção de todo o recente período de 2011 a 2014 foi maior que a metade de todo o período em análise (56,48%), o que revela concentração, perfazendo um total de 122 obras num total de 216. Essa trajetória pode ser visualizada pelo gráfico abaixo.

Gráfico 1 – Evolução da Produção Anual Total



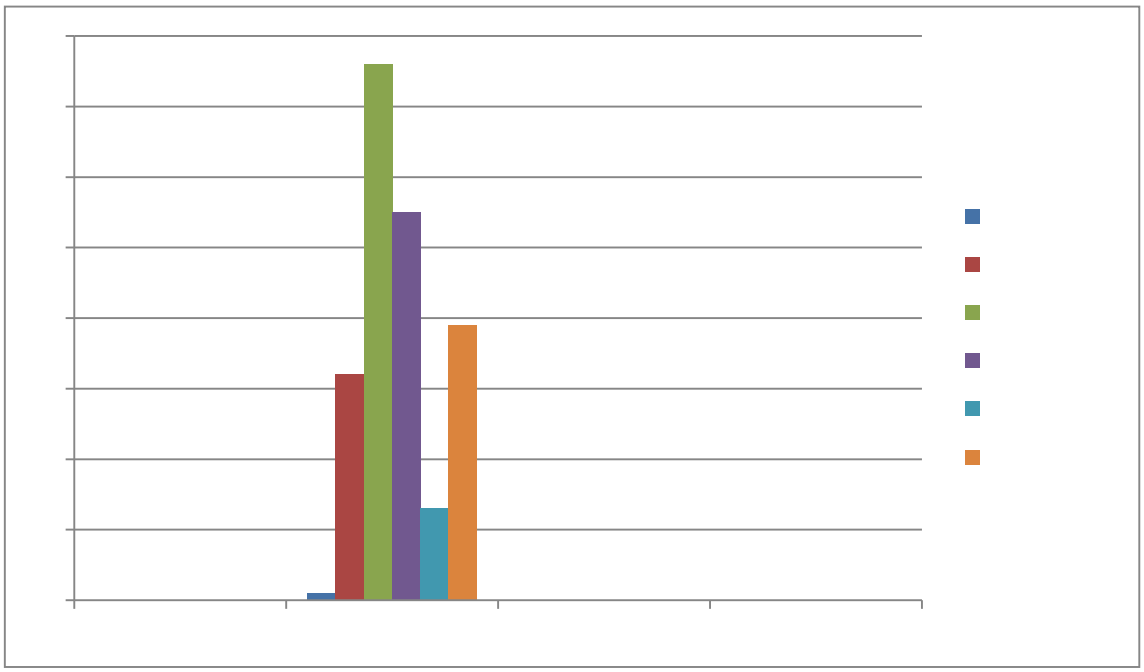
Fonte: elaborado pelo próprio autor.

Conclui-se, portanto, que a difusão de Amartya Sen no meio acadêmico brasileiro se deu de maneira gradativa ao longo do tempo, com um aumento considerável nos últimos anos. Ao que tudo indica, houve um processo de retroalimentação e estímulo crescente nesse período.

Deixando de lado a quantidade total e observando a produção por tipo de obra, a dinâmica é diferenciada entre eles e em alguns casos bem diferente da total. Por exemplo, na vertical, as teses de doutorado incrivelmente se concentraram antes de 2011, justamente quando a produção total dá um grande salto. Pode-se observar que as dissertações de mestrado também fugiram à regra, embora não de forma tão acentuada como as teses de doutorado. Quanto aos demais tipos, observa-se correspondência (não exata, mas próxima) com a produção total. Quer dizer, a dinâmica das teses e dissertações foi diferenciada. Talvez isso evidencie (como uma hipótese) serem as teses e dissertações um tipo de produção que acabou influenciando posteriormente as demais, como a estimulando-as. Se isso for verdadeiro, orientadores e orientandos podem ter exercido importante papel difusor, até porque desse tipo de produção se costuma gerar artigos, livros e capítulos de livros, muitas vezes na íntegra.

O gráfico abaixo mostra a distribuição da produção total por tipo de obra.

Gráfico 2 – Produção total anual por tipo de produção



Fonte: elaborado pelo próprio autor.

Chama a atenção o fato dos artigos em periódicos e anais de eventos, por si só, representarem mais da metade (60,65%) da produção total.

No que diz respeito às teses e dissertações, a tabela 2, abaixo, mostra as Instituições de Ensino Superior (IES) em que estas foram defendidas, ao longo de todo o período, para que tenhamos ideia da penetração de Amartya Sen. É importante atentar que registramos apenas as IES que produziram numa quantidade total superior a uma obra em todo o período.

Tabela 2: Teses de Doutorado e Dissertações de Mestrado por IES

INSTITUIÇÃO	TESE DE DOUTORADO	DISSERTAÇÃO MESTRADO	TOTAL
UFGRS	4	4	8
PUC-SP		7	7
USP	3	3	6
UFSC	1	2	3
PUC-RIO	1	2	3
PUC-RS	1	1	2
UFRJ		2	2
UNIVALE		2	2
FGV-SP		2	2
UNIV.CAT. PELOTAS		2	2

Fonte: elaborada pelo próprio autor.

Pode-se observar que a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFGRS), a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e a Universidade de São Paulo (USP) concentram significativamente a produção (40,38% da produção total desse tipo de obra) relativa a Amarttya Sen, constituindo-se em importante canal de difusão.

Pelo ângulo da produção de teses e dissertações por Estados da Federação, temos São Paulo (42,31% da produção total desse tipo de obra), Rio Grande do Sul (25%), Rio de Janeiro (15,38%), Minas Gerais (5,77%), Santa Catarina (5,77%), Paraná (5,77%), Bahia (5,77%) e exterior (5,77%)[24]. Chama atenção a baixa produção no Nordeste, com apenas uma obra, no Estado da Bahia. Observa-se que a grande maioria da produção em questão se refere a IES públicas ou confessionais (católicas, no caso).

A Tabela 3 é outra forma de ver a produção relativa a teses de doutorado e dissertações de mestrado; agora, por meio das áreas de produção. Utilizo como critério as áreas específicas da CAPES, que é o critério utilizado pelo Lattes. Isso gera dificuldades inerentes à própria separação das ciências; como se sabe, principalmente nas Ciências Sociais, isso é muito discutível[25]. Quer dizer, em muitos casos é difícil determinar se uma obra se enquadra na Economia ou Sociologia, Filosofia ou Direito (em especial quando se trata da Filosofia do Direito), na Sociologia ou Serviço Social etc., sendo que, de fato, muitas obras transitam em várias áreas específicas. Meu procedimento foi respeitar o lançamento realizado no Lattes pelo próprio autor. Houve (poucos) casos em que o orientador lançou de uma forma e o orientando de outra; nesse caso, considerei os dois. É frequente esse lançamento se relacionar diretamente com o programa de pós-graduação, embora isso gere problemas também. Por ex. uma dissertação pode ter forte predomínio da Sociologia, mas ter sido defendida num programa de Economia. Parcela (pequena) dessa produção não está lançada no Lattes; nesses casos, realizei o enquadramento por conta própria, após análise detida da obra[26].

Tabela 3 - Teses de Doutorado e Dissertações de Mestrado por Áreas Específicas da CAPES.

ÁREA DA CAPES	QUANTIDADE
ECONOMIA	21
FILOSOFIA	8
DIREITO	7
SOCIOLOGIA	6
ADMINISTRAÇÃO	2
CIÊNCIA POLÍTICA	2
EDUCAÇÃO	2
ÁREAS COM APENAS UMA PRODUÇÃO, SOMADAS[271]	6
TOTAL	54[28]

Fonte: elaborada pelo próprio autor.

Pode-se observar, na Tabela 3, a supremacia da área da Economia, porém, como não realizei esse procedimento para os demais tipos de obra, não posso afirmar que isso ocorre em relação a toda produção associada a Amartya Sen no Brasil; pude constatar a produção significativa de capítulos de livros e artigos nas áreas da Filosofia e do Direito; a produção do autor em pauta nessas áreas poderá ficar evidenciada na apresentação dos léxicos mais frequentes, apresentados à frente.

Ainda em relação à Tabela 3, a concentração na área da Economia foi bastante

influenciada pela produção significativa no curso de Mestrado em Economia Política da PUC-SP assim como os programas de mestrado e doutorado da FEA da USP. No Quadro 1, apresento a frequência das palavras encontradas nos títulos das obras levantadas em todo o período de análise, chamada também de análise lexical, mas, no caso, com ligeira alteração, uma vez que as agrupamos não necessariamente por terem um mesmo léxico, mas de acordo com a ideia e o significado das palavras. Quer dizer, cada grupo expressa uma mesma ideia e o número entre parênteses mostra quantas vezes as palavras aparecem nos títulos das obras levantadas.

Quadro 1 – Palavras Mais Frequentes nos Títulos das Obras Levantadas Apresentadas em Grupos em Torno de Cada Léxico

Desenvolvimento/desenvolvido/desenvolvimentista/ desenvolver (83)
Liberdade/s/libertária (44)
Social/s/sociedade/s (41)
Justiça/injustiça/justa/s (40)
Humano/a/s/humanista (39)
Direito/s/judicial/jurídica/juridicidade (36)
Economia/co/a/s/ (32)
Capacidade/s/capacitação/ções/capacitária/*capabilities*/capabilidades (32)
Desigualdade/s/equidade/iniquidade/igualdade/iguais/igualitária/s/distributiva (30)

Fonte: elaborado pelo próprio autor.

Embora se trate apenas de títulos (e não palavras-chave, assuntos etc.), esse procedimento, acredito, dá uma ideia dos principais assuntos abordados nas obras referentes a Amartya Sen no levantamento realizado. Considero, de forma arbitrária, apenas aqueles grupos de palavras com frequência superior a trinta aparições, como se pode ver no quadro 1. Algumas palavras muito evidentes, recorrentes e que se distanciam dos objetivos (por ex. Amartya Sen, relacionada, aplicada, teoria etc.) foram descartadas. Títulos em outras línguas foram por mim traduzidos para o português.

Pode-se observar que o léxico mais frequente é o relacionado à ideia de *desenvolvimento* (sendo que apenas a palavra *desenvolvimento* teve 80 aparições), coerente com aquilo que parece ser a preocupação central de Amartya Sen: o desenvolvimento em uma perspectiva para além do econômico.

Em seguida vem o vocábulo relacionado à *liberdade*, o que é muito significativo, uma vez que essa é a essência da ideia de desenvolvimento de Amartya Sen (*desenvolvimento como liberdade*, título de um de seus principais livros), o que foi confirmado na produção relacionada ao autor.

A escolha lexical relacionada à *social* e à *sociedade* está, também, bastante pautada ao desenvolvimento, mas à *justiça* (40 aparições) é coerente com a quantidade de trabalhos sobre Amartya Sen nas áreas da Filosofia e do Direito (em especial o debate que trava com John Ralws[29]) e, no caso da última área, nota-se que o léxico pertinente ao *Direito* e *jurídico* tem alta frequência (36 aparições)[30]. Interessante constatar, também, que a palavra referida à *Economia* tem menor número de aparições do que ao do Direito.

Entre o Direito e a justiça está o grupo ligado ao *humano*, que tem forte relação com a preocupação com a ética e a justiça por parte de Amartya Sen e mesmo – reforçando – com a questão dos direitos humanos (assunto este recorrente na obra do autor).

Quanto ao léxico em torno da palavra *capacidades*, trata-se da essência da teoria da escolha social de Amartya Sen e aquele vinculado ao grupo *igualdade/desigualdade* se liga a outro grande eixo de preocupação do autor (livro *Desigualdade reexaminada*, por exemplo).

Como os periódicos científicos costumam ser importantes canais de divulgação e difusão, registrei todos eles e, na tabela 4, apresento aqueles com frequência superior a uma publicação de obras sobre o autor, em todo o período analisado[31].

Tabela 4: Periódicos Mais Frequentes

Nome do Periódico	Quantidade de Artigos Publicados	Filiação Institucional	Curso ou Programa
Ciência e Saúde Coletiva	03	ABRASCO[32]	Não possui
Veredas – Revista Eletrônica de Ciências	03	FAVIP – Faculdade do Vale do Ipojuca	Multidisciplinar
Jus Navigandi – Online	03	Site Jurídico Jus Navigandi	Não possui
Diversitates	02	UFRJ	Programa de Pós-graduação em Filosofia
Opinião Filosófica	02	PUC-RS	Filosofia e Interdisciplinaridade
Textos & Contextos	02	PUC-RS	Programa de Pós-graduação em Serviço Social

Fonte: elaborada pelo próprio autor.

Observa-se que não há um periódico que se destaca significativamente; os três mais frequentes possuem, cada um, apenas três publicações relacionadas a Amartya Sen, o que revela fragmentação em relação a esse tipo de canal de publicação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como apontei nas *Considerações Iniciais*, meu objetivo foi o de possibilitar uma ideia de como a contribuição teórica de Amartya Sen se difundiu no meio acadêmico brasileiro, por meio de obras, de vários tipos, em que o autor tenha alguma centralidade. Ressalta-se que depois dele ter se notabilizado como um pensador de destaque (inclusive depois de ter sido laureado com o Prêmio Nobel de Economia) e ter seu primeiro livro publicado no Brasil (em 1999, embora em 1993 um artigo seu tenha sido editado no Brasil) que o pensamento do autor se difundiu no país e o movimento de expansão (um grande salto, como mostrado na Tabela 1) só veio a ocorrer em 2006, revelando a necessidade de algum tempo para que suas ideias fossem absorvidas, analisadas e debatidas. A partir desse ano, a produção total veio aumentando a taxas crescentes em termos anuais, com exceção de 2014 e 2015, observando-se, também, outro grande salto (mudança de padrão) em 2011.

Já no que diz respeito à produção por tipo de obras, o único que seguiu o padrão típico da produção total foram os artigos publicados em periódicos; os demais seguiram um padrão errático, embora a maioria deles, com exceção das teses de doutorado e dissertações de mestrado, tenha aumentado o nível de produção nos anos mais recentes, que concentraram a

produção total. Em termos de quantidade a produção de artigos publicados em periódicos foi a que se sobressaiu, seguida dos artigos publicados em anais de eventos, dissertações de mestrado, capítulos de livros, teses de doutorado e livro, em ordem decrescente. No que diz respeito à participação percentual de cada obra em cada ano, não foi similaridade, isto é, cada apresentou padrão bastante distinto em relação aos demais.

Com relação às dissertações de mestrado e teses de doutorado, houve excessiva concentração nos Estados de São Paulo e Rio Grande do Sul, correspondida pela supremacia da PUC-SP, USP e UFRGS. Já às áreas específicas desse tipo de volume, a grande maioria se refere à Economia, Direito, Filosofia e Sociologia.

Quanto à análise lexical referente às palavras dos títulos das obras levantadas, não houve grandes surpresas, pois, as mais frequentes corresponderam aos principais conceitos e ideias de Amartya Sen e se aglutinaram em torno das seguintes: desenvolvimento, social, justiça, humano, Direito, Economia, capacidades e desigualdade. O que pode surpreender é o fato dos vocábulos (ou de outros que girem em torno deles) pobreza, ética, funcionamentos e Filosofia aparecerem com menor frequência. No caso da primeira (pobreza) isso pode estar relacionado ao fato do autor não a tratar da maneira convencional, utilizando outros termos no lugar (por ex. insuficiência de capacidades). No fato da segunda, se trata de uma preocupação sempre frequente na obra do autor em análise, mas que pode ter sido obstaculizada pela frequência das palavras em torno do léxico justiça. Na terceira, o conceito de funcionamentos só tem sentido com o de capacidades e como este assume função estratégica (instrumentos), revela maior centralidade. Na quarta, se são muito frequentes os termos Economia e Direito, se esperaria algo na linha da Filosofia, o que não ocorreu. De qualquer forma, sabemos da limitação da utilização desse recurso, em torno apenas das palavras constantes dos títulos das obras, quando o ideal seria em relação às palavras-chave, assuntos etc., algo que pode ser tentado posteriormente.

Chamou a atenção o fato da produção levantada abordar as contribuições de Amartya Sen tanto em trabalhos de cunho teórico como em aplicações (regiões, municípios, áreas, setores etc., enfim, estudos de caso), o que parece revelar a ampla repercussão de sua obra no país.

Das interpretações do levantamento realizado e das características da difusão da obra de Amartya Sen no Brasil, concluo que o autor atingiu significativa repercussão no país (embora de maneira profundamente desigual em termos regionais, institucionais e por tipo de produção), gerando algo fundamental para um pensador de porte: os debates e controvérsias. A indagação que fica, e que seria fruto de outro trabalho (principalmente em função da necessidade de se pesquisar outros levantamentos bibliométricos do tipo), é se a maneira como a obra do autor em pauta se difundiu no Brasil segue um padrão recorrente tanto aqui como em termos mundiais.

Finalmente, lembro que a bibliometria é um campo vasto e aberto a muitas possibilidades que poderiam enriquecer a compreensão da importância de Amartya Sen no Brasil, mas, em função das limitações do artigo, isso pode ser motivo para outras pesquisas.

NOTAS

[1]Amartya Sen nasceu em 1933 na cidade de Santiniketan, quando esta ainda pertencia a Bangladesh.

[2]Apesar de Amartya Sen, após ter lecionado na Delhi School of Economics, ter realizado sua carreira acadêmica na Inglaterrra; lecionou na London School of Economics, Oxford e Havard. Em 1959 se tornou Ph. D. pelo Trinity College (Cambridge), onde é Master, desde 1998.

[3]Faço alusão a ARGAWALA; SINGH, (Org.) (1969), contendo alguns artigos clássicos, de autores tais como Paul A. Baran, Simon Kuznets, W. W. Rostow, Henry C. Wallich, P. N. Rosenstein-Rodan, Ragnar Nurkse, Celso Furtado, W. Arthur Lewis, dentre outros.

[4]Publicado originalmente com o título *Development as capability expansion* no *Journal of Development Planning,* n. 19, em 1989.

[5] Publicado originalmente com o título *On ethics & economics* em 1987.

[6] Publicado originalmente com o título *Development as freedom* em 1999.

[7]Grosseiramente, podemos dizer que funcionamentos (*functions*) são o que as pessoas desejam, isto é, *têm razão para valorizar* (frase recorrente em sua obra) e capacidades (*capabilities*) são os meios, instrumentos (que, articulados, criam um conjunto capacitário) que os indivíduos têm para realizar os mais variados

funcionamentos.

[8]Publicado originalmente em 1992 com o título *Inequality reexamined*.

[9]SEN (2001).

[10]Reproduzo a nota de rodapé inicial do artigo: Este ensaio deriva das minhas Conferências Weston ("Democracy and Social Justice") no curso de Ética da Universidade de Stanford, ministradas em 15 e 16 de janeiro de 2001.

[11]Publicado originalmente em 2007 com o título *Primero la gente – Una mirada desde la ética del desarollo a los principales problemas del mundo globalizado*.

[12]Bernardo Kliksberg é um economista argentino especializado em políticas públicas e que atua em várias organizações intergovernamentais (inclusive ONU) e autor de vários livros e artigos, como, por ex. KLIKSBERG (1998).

[13]Pulicado originalmente em 2009 com o título *The idea of justice*.

[14]Em homenagem foi publicado o documento *Amartya Sen: o lado humano da economia*, Instituto Unibanco.

[15]Ministrou a conferência intitulada *Justiça, esperança e pobreza* em 25/4/2012, que foi publicada na íntegra em WOLF (Org.), 2013.

[16]Palestra intitulada *Visão global do desenvolvimento humano e tendências contemporâneas de redução da pobreza*, em 26/4/2012 como parte do *IBMEC Conference*.

[17]Em 13/5/2012 a revista *Veja* publicou uma entrevista com Amartya Sen, com o título *Mercados, justiça e liberdade* e o autor concedeu outra para o *Zero Hora*.

[18]Publicado originalmente em 2013 com o título *An uncertain glory: India and its contradictions.*

[19]Jean Drèze é um economista nascido na Bélgica naturalizado indiano; foi professor da London School of Economics e da Delhi School of Economics e é formulador de várias políticas econômicas voltadas para a luta contra o subdesenvolvimento.

[20]Amartya Sen, em mais de uma ocasião, emite a opinião de que o Brasil foi mais eficaz na redução da pobreza e desigualdade, mesmo em período de crescimento econômico menor que o da Índia. Lembro também que o sistema de castas persiste nesse país.

[21]Quando uma obra tem Amartya Sen no título fica muito mais fácil, porém, é grande a dificuldade quando isso não acontece, mas o autor tem centralidade nesta; algumas vezes as palavras-chave resolvem, outras não, o que levou à necessidade de recorrer a checagens em algumas obras.

[22]Que a partir de agora chamaremos apenas de Lattes.

[23]No período entre 1993 e 1999 não houve produção.

[24]Esse cálculo baseou no total de teses e dissertações defendidas e não na tabela 2 que apresenta apenas uma parte dessa produção, isto é, as principais IES.

[25]A meu ver a utilização das chamadas *Grandes Áreas* da CAPES também não resolve o problema.

[26]Uma indagação que pode ser feita é a seguinte: por que não realizei o enquadramento das áreas específicas para todas as obras (e não apenas teses e dissertações)? A resposta está no fato desse enquadramento ser realizado no Lattes (nossa maior base de cobertura), apenas para esse tipo de obras e não para todas, infelizmente. Fazer isso por conta própria demandaria uma carga de trabalho superior às possibilidades no momento.

[27]As áreas são as seguintes: Relações Internacionais, Psicologia, Engenharia de Produção, Saúde Pública, Serviço Social e Turismo.

[28]Pode-se observar que esse total não bate com o total de teses e dissertações da tabela 1 (52 obras). Isso se deve ao fato de que houve dois casos em que o registrado no Lattes se deu maneira diferente entre orientador e orientando.

[29]A palavra Ralws aparece 18 vezes nos títulos das obras.

[30]Ressalto que a maior parte dos capítulos de livros sobre Amartya Sen trata de assuntos relacionados ao Direito.

[31]É importante registrar que considerei também (embora tenha sido pouco frequente) revistas no exterior com publicações de autores brasileiros.

[32]ABRASCO – Associação Brasileira de Saúde Coletiva.

[33]No caso de artigos publicados em periódicos houve baixa concentração, isto é, não ocorreu de um ou poucos periódicos se especializarem na difusão de artigos sobre Amartya Sen.

REFERÊNCIAS

AGARWALA, Amar Narain. & SINGH, Swaran P. (org.). *A economia do subdesenvolvimento.* Rio de Janeiro: Forense, 1969.

LIMA, Regina Célia Montenegro de. Bibliometria: análise quantitativa da literatura como instrumento de administração em sistemas de informação. *Ci. Inf.,* 15 (2): 127-33, 1986.

RAWLS, John. *Uma teoria da justiça*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

SEN, Amartya. O desenvolvimento como expansão de capacidades. *Lua Nova,* 28-29 (1): 313-334, 1993.

_____ . *Sobre ética e economia.* São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. *Desigualdade reexaminada*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. Entrevista concedida a Sílio Bocannero. *Economia e Sociedade,* 16 (1): 129-139, 2001.

_____. Imparcialidade aberta e fechada. *Alceu,* 3 (6): 5-30, 2003.

_____. Por que é necessário preservar a coruja-pintada. *Folha de S. Paulo,* 14 de março de 2004.

_____. *A ideia de justiça*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____. O lado humano da economia. *Instituto Unibanco,* evento Diálogos sobre Educação: Amartya Sen, 26/04/2012.

_____. Mercado, justiça e liberdade. *Veja,* 13/5/2012.

_____. Justiça, esperança e pobreza. *In* WOLF, Eduardo (Org.). *Pensar a filosofia*. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, Série Fronteiras do Pensamento, 2013.

_____ & KLISBERG, Bernardo. *As pessoas em primeiro lugar:* a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____ & DRÈZE, Jean. *Glória incerta:* a Índia e suas contradições. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

POR UMA TEORIA DO PUNK: UMA ANÁLISE HISTÓRICA DAS OBRAS "GRUPOS DE ESTILO JOVEM: O ROCK UNDERGROUND E AS PRÁTICAS (CONTRA) CULTURAIS DOS GRUPOS PUNKS E TRASHS EM SÃO PAULO" E "CENAS JUVENIS: PUNKS E DARKS NO ESPETÁCULO URBANO"

Tiago De Jesus Vieira
Doutor em História pela Universidade Federal de Mato Grosso
Docente da Universidade Estadual de Goiás
tiagoveira@hotmail.com

RESUMO

Este estudo tem por finalidade analisar as obras "Grupos de estilo jovem: O Rock Underground e as práticas (contra) culturais dos grupos punks e trashs em São Paulo" de Kênia Kemp (1993) e "Cenas Juvenis: Punks e Darks no Espetáculo Urbano" de Helena Abramo (1994), procurando brevemente ambientá-las a partir das condicionantes que compuseram o lugar social de inserção no momento de desenvolvimento das pesquisas, visando focalizar os elementos que eventualmente exerceram influência na constituição das peculiaridades dispostas nos referidos textos.

Palavras-chave: Punk; Kênia Kemp; Helena Abramo.

ABSTRACT

This study aims to analyze the works Grupos de estilo jovem: O Rock Underground e as práticas (contra) culturais dos grupos punks e trashs em São Paulo" by Kênia Kemp (1993) and "Cenas Juvenis: Punks e Darks no Espetáculo Urbano" by Helena Abramo (1994), seeking to briefly contextualize them from the constraints that made up the social place of insertion at the moment of research, in order to focus on the elements that eventually exerted an influence on the constitution of the peculiarities arranged in said texts.

Keywords: Punk; Kênia Kemp; Helena Abramo

REVISTA ELETRÔNICA DOCUMENTO 21 MONUMENTO
REDM
NDIHR
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICA REGIONAL - NDIHR

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICA REGIONAL NDIHR

INTRODUÇÃO

Os primeiros estudos tendo o *punk* como tema de investigação emergiram na década de 1980, nesse panorama destacaram-se os trabalhos: "O que é *punk*" de Antônio Bivar (1982), "Absurdo da Realidade: O movimento *Punk*" de Helenrose Aparecida da Silva Pedroso e Heder Augusto de Souza (1983) e "Movimento *Punk* na Cidade" de Janice Caiafa (1985). Em comum esses estudos procuraram compreender como ocorreu à emergência do *punk* no Brasil, e como a partir desse processo se produziu uma nova "identidade" para o *punk*. Nessa linha, os referidos estudos privilegiaram os elementos de coesão, a fim de destacar, em especial, o caráter suburbano.

No entanto, após a publicação do trabalho "Movimento *Punk* na Cidade: invasão dos bandos sub", em 1985, por Janice Caiafa, houve certo influxo na produção de trabalhos relativos ao *punk* no Brasil, somente sendo superado na década seguinte. Esse fenômeno, por sua vez, pode ser compreendido como um processo "natural" da ausência de "novidades" a respeito do tema, estas capazes de atender o interesse do público, fator este que houvera contribuído para confecção e editoração dos primeiros trabalhos por editoras de abrangência nacional (Bivar, 1982; Caiafa, 1985).

Contudo, com chegada da década de 1990, pode-se sentir uma relativa expansão das pesquisas em ciências humanas no Brasil, crescimento esse que adveio do ligeiro aumento na oferta de vagas nos cursos de pós-graduação no acumulado da década anterior. Por conseguinte, também resultou na elevação do número de matrículas em cursos de mestrado e doutorado. A despeito disso, García Guadilla (*apud* Lampert, 1998: 84) observou que o quantitativo saltou de 12.000 (doze mil) em 1980 para 28 300 (vinte oito mil e trezentos) em 1988, desses aproximadamente 30% em curso de Ciências Sociais, Humanidades, Educação e Direito.

Essa emergente expansão da pós-graduação brasileira, bem como a evidente abertura política contribuíram para que em áreas como a História fosse limitado o abismo que era sentido, qualitativamente, entre a produção aqui desenvolvida e a produzida, em especial, na Europa (Vainfas, 2009).

Assim, mesmo diante da pouca atenção e dos sucessivos cortes de verba para a ciência e tecnologia para as universidades públicas, a partir do governo de Fernando Collor, ao longo da década de 1990 a pós-graduação brasileira, com destaque para as ciências humanas, continuou a dar sólidos passos em direção ao desenvolvimento de pesquisas de maior excelência acadêmica (Lampert, 1998). Efeito claramente observado nas investigações envolvendo o tema *punk*, que, cada vez mais, passaram a buscar uma maior fundamentação teórico/metodológica em seus trabalhos acadêmicos.

Sendo notável, nessa linha, a grande preocupação dos pesquisadores em produzirem construtos teóricos que permitissem compreender os elementos norteadores do *punk* e das demais coletividades juvenis. Nesse sentido, cabe destacar os trabalhos desenvolvidos por Helena Wendel Abramo "Grupos juvenis nos anos 80 em São Paulo: um estilo de atuação social" e por Kênia Kemp "Grupos de estilo jovem: O *Rock Underground* e as práticas (contra) culturais dos grupos punks e trashs em São Paulo", que tomaram esse aspecto como central em suas investigações.

Portanto, o presente estudo tem por finalidade analisar os empreendimentos de escrita do *punk* brasileiro nas pesquisas de Kênia Kemp (1993) e de Helena Abramo (1994), procurando elucidar como as estas investigações foram pioneiras na construção de elucidações teóricas acerca da atuação do *punk* em território nacional, atentando-se, especialmente, a relação "global *versus* local".

Dimensões e Conceitos

Em 1992, Helena Wendel Abramo defendeu sua dissertação de mestrado "*Grupos juvenis nos anos 80 em São Paulo: um estilo de atuação social*", juntamente ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo, contando com a orientação de Irene de Arruda Cardoso. Tal trabalho, por sua vez, permitiu a publicação do livro, intitulado "*Cenas Juvenis: Punks e Darks no Espetáculo Urbano*", em 1994, pela editora Página Aberta.

Configurando-se num empreendimento levemente modificado em relação à dissertação, no entanto, mantendo a estrutura do trabalho original. Assim, a presente análise valer-se-á do livro, em função de seu maior alcance.

Diferenciando-se, em muito, das pesquisas predecessoras, que de forma ou outra, tomavam o *punk* inglês ou estadunidense como ponto de partida, a autora focou em estudar o *punk* brasileiro a partir de suas peculiaridades[1]. Assim, o trabalho de Helena Abramo é, antes de tudo, um amplo empreendimento teórico acerca dos agenciamentos coletivos juvenis da década 1980, havendo a nítida preocupação em elucidar o *punk* a partir de elementos conjunturais, justificando, assim, sua abordagem paralela entre *punks* e *darks*.

Dessa maneira, por mais que a obra não dispusesse de grandes pretensões no tocante à construção da História do *punk* brasileiro, em determinados momentos, atentou-se a apresentar algumas postulações históricas que juntamente com aspectos sociais, comportamentais, econômicos e políticos compuseram o quadro geral dos determinantes juvenis na década de 1980. Demonstrando, dessa forma, a exequibilidade de uma investigação conjunta entre *punks* e *darks*, à medida que estavam envoltos nas mesmas condicionantes geracionais e se manifestavam de *modo espetacular*.

Portanto, a referida a autora visualizou na espetacularização decorrente do modo de exposição social destes grupos um elemento central que, por sua vez, estava disposto em ambos os grupos. Por conseguinte, tal predileção dispôs a necessidade do engajamento multidisciplinar empreendido por Helena Abramo, que objetivou a verificação em *locus* de aspectos constituintes de sua teorização.

Propósito semelhante ao disposto por Kênia Kemp em sua dissertação de Mestrado "Grupos de estilo jovem: O *Rock Underground* e as práticas (contra) culturais dos grupos *punks* e *trashs* em São Paulo" defendida no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Estadual de Campinas. Investigação na qual a pesquisadora procurou fundamentar sua construção teórica a partir do dialogo constante com pesquisadores que versaram sobre o mundo "contemporâneo" e seus desdobramentos concernentes aos jovens, como John Gillis, Edgar Morin, Pierre Bourdieu, Clifford Geertz, Suely Kofes, Jean Baudrillard, Néstor Perlongher, Martin Baethge, Benedict Anderson, Avron White, Iain Chambers.

Na referida investigação foi possível observar a busca, por parte da autora, em construir uma teoria elucidativa aos agenciamentos juvenis naquele período, configurando-se como um dos trabalhos precursores no campo dos estudos de identidades, inaugurando, de certo modo, uma tendência entre os estudos sobre a temática *punk*. Para tal, valeu-se inicialmente do conceito, por ela desenvolvido, de *grupos de estilo,* este que, por sua vez, agencia as "coletividades, marcadamente juvenis, que tomam como referência para condição de pertencimento ao grupo, um estilo, elaborando além de uma proposta estética, um modelo de comportamento" (Kemp, 1993:14). Dessa forma, seriam grupos com tais características os "*rocker, teddy boy, hippie, gótico, punk, hip-hop, clubber, skinhead, grunge, mod,* etc (Kemp, 1993, p. 14).

Contudo, por mais que esses grupos estivessem presentes no mundo todo, nem sempre apresentavam internamente as mesmas características, erigindo o problema chave de sua pesquisa, que gira em torno da compreensão da dialética global *versus* local no tocante a composição desses grupos de estilo.

Visando equacionar essa questão a autora se lança num empreendimento analítico, buscando demonstrar as rupturas e permanências incidentes sobre os grupos de estilo nos panoramas global e local. Imprimindo, na investigação, um constante diálogo entre estas conjunturas, tomando como principal objeto de estudo as coletividades *thrashers* e *punks.*

Embora a pesquisadora proponha no título do trabalho observar dois grupos, ao longo do texto fica evidente a maior atenção destinada aos *punks*. Nesse sentido, embora não especificado ao longo do texto, acredita-se que esta valorização dos *punks* em detrimento dos *thrashers* se deve ao fato do primeiro dispor de mais elementos do que a autora define como caráter "*underground*", que, por sua vez, desponta em coletividades que mesmo tendo se difundido globalmente a partir de elementos midiáticos, permeiam suas ações cotidianas renegando e/ou contrapondo o determinismo global. Dessa maneira, essas coletividades recorrentemente se manifestam, sobretudo, através de intervenções contraculturais, as quais também podem ser compreendidas como mecanismos de defesa do grupo.

Proposições e Inovações

Na obra de Helena Abramo, embora não esteja evidente, é possível inferir que o problema do trabalho gira em torno da constituição de territórios teóricos que permitam ao pesquisador compreender os grupos juvenis da década de 1980.

Contudo, a pesquisadora observa que esta não se tratava de uma tarefa simples, destinando seu primeiro capítulo "Contexto histórico e Condição Juvenil" para fazer um amplo apanhado sobre os estudos históricos e sociológicos sobre a juventude. Ficando evidente a intencionalidade em demonstrar que a compreensão da juventude da década de 1980 sofria por dois grandes equívocos analíticos, sendo um de ordem acadêmica e outro de acepção mais geral, mas que também afetava as pesquisas.

O primeiro equívoco concerne ao fato das pesquisas temáticas historicamente terem tomado a juventude como uma "categoria problema". Assim, a pesquisadora fez uma crítica geral ao modo como a juventude era compreendida pela sociologia, remetendo ao modo como a juventude emergira como estudo nessa área, através dos estudos da Escola de Chicago na década de 1920 e 1930, responsáveis por pesquisas no campo da delinquência juvenil. Assim, por conseguinte, a sociologia da juventude se acostumou a direcionar seu foco de investigação para os "comportamentos que fogem aos padrões de socialização aos quais deveriam estar submetidos" (Abramo, 1994: 08). Este modo de compreender a juventude é categorizado pela autora como *funcionalismo*, pois nessas investigações os jovens sempre teriam uma função determinante, por sua vez, pautada na sua transição de jovem para vida adulta, e quando esta passagem não ocorresse de modo integrativo, afetaria a solidariedade e continuidade do sistema social, implicitamente remetendo a juventude como categoria problema. Em que "a definição de juventude passa a estar, assim, marcada sobretudo pela negatividade [...] ou pela indeterminação" (Abramo, 1994: 11). Portanto, o funcionalismo estaria presentificado nos trabalhos que vinculam juventude à função transitória. Sendo possível focalizar tal tendência até mesmo no célebre trabalho de Phillipe Ariés (1973), pois ele vinculou "umbilicalmente a condição juvenil à separação social imposta pela escola [as] mudanças sofridas por esta que ela vai acompanhar as modificações da condição juvenil, até meados do século passado" (Abramo, 1994: 06-7).

O segundo grande equívoco destacado pela autora diz respeito à compreensão social que seus contemporâneos dispunham ao analisar os jovens da década de 1980, idealizando esses grupos sempre a partir do espectro dos movimebntos juvenis da década 1960. Dessa maneira, a pesquisadora critica as interpretações recorrentemente trazidas pela mídia acerca dos grupos juvenis dos anos 1980, que, por meio de reportagens ou crônicas, procuravam focalizá-los em contraste aos jovens da década 1960, cuja balança sempre pesava em favor desses últimos. Nesse sentido, as coletividades juvenis da década 1980 eram interpretadas como "carente de idealismo e de empenho transformador ou mesmo de qualquer interesse por questões públicas e coletivas" (Abramo, 1994: XII). Assim, quando esses eram analisados o foco era sempre o "definir o caráter 'alienante' ou 'revolucionário' desses fenômenos, a partir do exame de sua eficácia enquanto elemento de contestação e da mudança real introduzida na ordem social" (Abramo, 1994: XIII). Em que "se produziu uma espécie de 'fixação' do *modelo ideal* do comportamento juvenil nos movimentos da década de 60"(1994: XIII), que, por sua vez, "acabou por cristalizar uma 'essência' da condição juvenil como portadora de utopias e de projetos de transformação" (1994: XIII). Portanto, "a partir dessa ótica que a geração mais recente aparece principalmente marcada pela negatividade" (1994: XIII). Em resposta a autora elucida que esse tipo de compreensão inevitavelmente ignora que as novas conjunturas sociais apresentaram novas questões as novas gerações, que, por sua vez, encontraram novos modos de equaciona-las.

Nesse sentido, em resposta a esses dois postulados interpretativos, tidos como errôneos a respeito da juventude, a autora procurou demonstrar que as investigações acadêmicas deveriam estar atentas aos condicionantes sociais e históricos que determinam as expressões juvenis em cada época, demonstrando que a conjuntura da década de 1980 demandava a atuação fundamentada na espetacularização. Portanto, após ter apresentado as "mudanças no cenário juvenil" no pós-guerra, Helena Abramo se atentou em expor as transformações no

horizonte juvenil, fazendo com que através do período fossem criadas fissuras geracionais, que se manifestavam na relação do jovem com o mercado de trabalho, lazer e moda. Desse modo, tornou-se evidente a intencionalidade da pesquisadora construir uma perspectiva conjuntural capaz contingenciar as diversas coletividades juvenis do período, valendo-se do conceito de grupos espetaculares, que agencia *punks* e *darks*, à medida que esses:

> São fenômenos que se desenrolam justamente no cruzamento dos campos do lazer, do consumo, da mídia, da criação cultural e lidam com uma série de questões relativas às necessidades juvenis desse momento. Entre elas, a necessidade de construir uma identidade em meio à intensa complexidade e fragmentação do meio urbano, e que se reflete no peso sinalizador e na velocidade das modas; a necessidade de equacionar os desejos estimulados pelos crescentes apelos de consumo e as possibilidades de realizá-los; a necessidade situar-se frente à enxurrada de informações veiculadas pelos meios de comunicação; a necessidade de encontrar espaços de vivência e diversão num meio urbano modernizado mas ainda pobre de opções e segregacionista, adverso aos jovens com baixo poder aquisitivo; e a necessidade de elaborar a experiência da crise, com as dificuldades de articular perspectivas de futuro para si próprios e para a sociedade (Abramo, 1994, p. 82-3)

Em contraste, Kênia Kemp compreende que esses grupos, no caso *punk* e *thrash,* dispõe de finalidade *underground,* pois expressam uma constante dialética global *versus* local à medida que mesmo se vinculando a referenciais "fundantes" de cunho global, também expressam a latente necessidade de não ser "absorvido" pela midiatização. Nesse sentido, essas coletividades procuraram no panorama local estarem em constante processo de adaptação estética e musical para evitar sua apropriação pela indústria cultural.

No entanto, o caminho percorrido em seu primeiro capítulo foi semelhante ao disposto por Helena Abramo, assim Kênia Kemp também estabelece um empreendimento diacrônico a fim de apresentar as transformações no panorama juvenil nas sociedades "urbano-industriais", com ênfase no papel midiatização que foi primordial para a emergência de constituição dos "grupos de estilo globais". Assim, por meio das contribuições de John Gillis (1981) procurou destacar que a partir do século XX houve uma comercialização dos espaços de lazer, com a criação de "salões de dança, cinema, pubs locais, espetáculos esportivos, etc" (Kemp, 1993:04), contribuindo para que os jovens urbanos, cada vez mais, rompessem com suas tradições no período pós-guerra. Nessa perspectiva, por meio dos postulados de Edgar Morin (1969), a autora considera que o jovem/ adolescente "tornou-se um 'modelo gerativo' de identificações; nos meios de comunicação de massa" (Kemp, 1993:05), pois a partir destes desenvolve-se uma cultura midiática dos modos de vida a ser seguindo.

Destes elementos da cultura midiática a música, em especial, o *rock n' roll* teria um imenso potencial de "mediar às relações sociais de uns ou outros grupos sociais" (Kemp, 1993:08). Nesse sentido, a partir das contribuições de Avron White (1982) a autora observou que a criação de sub-gêneros do *rock n' roll* atendem a uma dinâmica natural do capitalismo que "obedece a mesma lógica que qualquer outro bem simbólico inserido no mercado, [...] submetendo-se [ao] repertório determinado pelo funcionamento da moda" (Kemp, 1993, p. 9). Em contrapartida no meio *underground* "a proposta vai no sentido de evitar todo o sistema de mercado que possibilita a massificação de sua produção cultural" (1993, p. 9). Desta maneira, as ações de defesa à massificação do bem cultural pelos grupos de estilo *underground* são compreendidas como uma disputa inserida no campo social, valendo-se para tal reflexão das proposições de Pierre Bourdieu (1987). Destarte, a música não se configuraria como um bem cultural isolado, seria, portanto, resultado coletivo de apropriações pelos diferentes sujeitos "enquanto possibilidade expressiva de condicionamentos" (Kemp, 1993, p. 11). Entendendo, assim, essas transformações como táticas de distinção que operam em relação dialógica com o social.

Tal perspectiva, por seu turno, elucida existência de divergências entre as práticas exercidas pelos grupos de estilo nas esferas global e local. Expressando, dessa forma, a dialética que se evidencia à medida que essas coletividades se inserem no panorama local e ali estabelecem a "demarcação de diferenciações coletivas, de divergências no modo de vida e na condução de práticas sociais que, então, se expressam na elaboração de conjuntos de particularidades

estilísticas capazes de definir fronteiras sociais" (Kemp, 1993:14). Assim, suas condições de vivência e práticas em grupo, de certo modo, definem sua forma de enfrentar o mundo.

Percepções a partir da experiência de campo

Helena Abramo centrou sua investigação a respeito dos *punks* e *darks* na cidade de São Paulo na década de 1980, evidenciando que as condicionantes temporais e sociais impuseram àqueles jovens uma necessidade de espetacularização de suas ações, justificando assim o conceito chave de sua obra, *grupos espetaculares*, agenciando as duas coletividades juvenis, por ela estudada. Sendo que, os grupos espetaculares seriam aqueles que:

> [...] produzem intervenção crítica no espaço público [...] montam uma encenação, articulam uma fala, com suas figuras carregadas de signos, com sua circulação pelas ruas da cidade, com suas músicas, levantando questões e buscando provocar respostas, simultaneamente sobre sua condição juvenil, sobre a ordem social e sobre o mundo contemporâneo. (Abramo, 1994: XV)

Essa conceituação trazida pela autora estabelece uma ruptura com os trabalhos realizados, anteriormente, por Antônio Bivar (1982) e Helenrose Pedroso e Heder Souza (1983), à medida que não visualizar o elemento da revolta como "fundante" nas ações do *punk* brasileiro, por seu turno, vislumbra as ações centradas em "sua intencional exposição do espaço público" (Abramo, 1994: 99), incidindo no que define como "estilo espetacular", fator esse que também foi focalizado no grupo *dark*.

Assim, tentando compreender os *punks* na cidade de São Paulo na década de 1980, a pesquisadora se valeu de um amplo aparato metodológico, que veio ao encontro de suas proposições teóricas. Nesse sentido, compôs seu quadro partindo dos referenciais bibliográficos, a partir das ideias presentes nas obras sobre o *punk brasileiro*, procurando complementá-las com "dados primários de sua pesquisa" (Abramo, 1994: XIV), focando na espetacularização *punk* por meio de seus relatos etnográficos e depoimentos. Contudo, se por um lado, a pesquisadora deixou evidente a estrutura central de sua investigação, por outro não elucidou quais os repertórios metodológicos específicos para a realização das entrevistas e observação participante.

No entanto, pode-se inferir que na composição de sua etnografia do *punk*, em duas peças, transpareceu a intencionalidade de criar uma espécie de "tipo ideal *punk*", dando ênfase nos elementos estéticos e em sua exposição espetacularizada no espaço público. Embora, na composição de sua peça por vezes transpareça, nas entrelinhas, um direcionamento de acepção pós-estruturalistas, aos moldes do realizado por Janice Caiafa (1985), em seu capítulo "Isto não é uma suástica", pois evidencia que os *punks* faziam:

> A construção da própria imagem com sinais negativos é tomada como instrumento de afirmação a partir da reinversão dos valores atribuídos a esses sinais. O feio passa a constituir um ideal estético, a ser base para a beleza; a indigência é tomada como matéria de criação; a ausência de conhecimento e virtuosismo musical como possibilidade de criação de uma música são as bases sobre as quais se cria um estilo capaz de compor uma identidade e afirmar uma imagem positiva para si (Abramo, 1994: 103)

E, também quando pontua,

> [...] os punks estão buscando realizar o jogo de produzir uma negação através da afirmação: usando seu corpo como espelho do entorno, querem explicitar a violência da sociedade, denunciando-a; ao mesmo tempo, converter a negatividade em atuação, vertendo para fora a violência, voltando-a contra a ordem social que engendra" (Abramo, 1994: 107)

Ainda a respeito de suas opções metodológicas, a autora também se valeu de entrevistas, embora não tenha destacado quais os métodos de coleta dos depoimentos, foi notável a exposição de trechos dessas entrevistas ao longo do texto, permitindo ao leitor produzir seus próprios sentidos acerca dos depoimentos.

Numa perspectiva parecida, Kênia Kemp também se valeu, especialmente, da etnográfia para traçar um panorama acerca dos *punks,* entenda-se *anarco-punks*. Nessa lógica, a autora desempenhou um excelente empreendimento descritivo, observando que "a maioria tinha

idade entre 17 e 25 anos e moravam em bairros periféricos de São Paulo, ou da área metropolitana da cidade como, Mauá, Guarulhos ou Franco da Rocha" (Kemp, 1993:20). De modo geral eram jovens de baixa renda, cuja:

> A falta de disponibilidade de dinheiro para gastos no grupo fosse com bebida, comida ou até mesmo passagens para transporte urbano era constante. Passar o dia todo juntos, era possível em muitas ocasiões de finais-de-semana, quando alguma atividade inicial os reunia (panfletagens, manifestações, reuniões, etc) fazendo com que pequenos grupos, depois, se dividissem com rumos e objetivos diferentes – muitas vezes, apenas arranjar um local para todos ficarem conversando em uma praça – até que um outro encontro, já de noite, os reunisse todos novamente. Muitas vezes podia "rolar um som" para onde todos iam, ou mesmo se reunirem novamente para as discussões e contatos de praxe do Movimento. Era comum passar-se então o dia todo sem comer nada, ou fazer um lanche com pães ou outro alimento barato, comprado com colaboração coletiva, ou trazido por algum deles. Muitas vezes, alguns ainda, abordavam transeuntes pedindo dinheiro, até que fosse suficiente para bebidas e/ou alimentos (Kemp, 1993:19-20)

Por diversos motivos tinham dificuldades de se consolidar no mercado de trabalho,

> [...] seus empregos não eram muito fixos, havendo muita rotatividade de colocações, e muitos reclamavam que estavam há longos períodos desempregados. As mulheres normalmente relatavam experiências de trabalho como telefonistas, recepcionistas ou secretárias; escritórios e lojas eram os lugares citados. Já os homens falavam sobre trabalhos tanto em escritórios e setores administrativos de empresas, como atividades ligadas a construção civil (trabalhos temporários em obras e consertos domésticos), gráficas, vendas de consórcios, lojas (Kemp, 1993: 20)

Com sua territorialidade era marcada pela

> [...] fluidez territorial do grupo sempre foi grande. Os encontros não podiam contar com um local fixo, pois muitas vezes eram expulsos dos pontos após algumas poucas vezes, ou pela polícia, ou por estratégias contra possíveis ataques de gangues de carecas, ou mesmo de gangues punks (Kemp, 1993:21).

Como pode ser observado, nesse trecho, a autora apresenta os limites da fluidez territorial como condicionados a dinâmica dos desdobramentos locais. Demonstrando que os aspectos "locais" são tão, ou mais, importantes quanto os da conjuntura "global" na composição dos grupos de estilo.

A respeito da atuação dessa dialética global *versus* local, a autora ainda observou que

> [...] para os jovens envolvidos com o meio musical do underground, não se coloca – em nenhum momento – questão sobre "cultura nacional" ou "imperialismo cultural", ou estrangeirismos quaisquer. Eles simplesmente não problematizam o rock como algo distanciado de suas tradições culturais locais; essa música ocupa aspectos de suas vidas que prescinde de noções como herança cultural, identificação com o meio ou manutenção de costumes (Kemp, 1993: 27)

Após ter estabelecido esse debate em torno da condição juvenil na "contemporaneidade", a pesquisadora procurou centrar sua abordagem em torno da temática *punk*. Dessa forma, partindo do entendimento que todas as manifestações culturais do referido grupo emergiram do gênero musical *punk rock*, e partir desse signo se produziu uma experiência mais democrática do que se notava até então em outros estilos, pois "contava apenas com a vontade que cada um tinha de expressar-se e participar da cena" (Kemp, 1993:19-33).

Ainda sobre esta relação dialógica e sua relação com os grupos de estilo, a investigadora também procurou mensurar por meio da elaboração de um sistema de níveis o tamanho do engajamento destinado pelos sujeitos aos signos dos grupos de estilo. De modo que, o nível de prioridade, direcionado pelo sujeito, determina a forma com que esse se relaciona com o estilo. Compõe esse sistema três níveis dispostos da seguinte forma:

> **a)** priorização total do estilo adotado, até que o jovem transfira para todas as situações enfrentadas, sua identidade no estilo. A necessidade de utilizar intensamente a identidade construída através do estilo, pode levá-lo a ser prolongadamente em sua vida um rock-a-billy, ou um hippie, ou um punk.
> **b)** priorização relativa do estilo adotado. Neste caso, o jovem não mantém convívio constante com seus "companheiros de estilo", atendo-se mais ao consumo de bens (discos, roupas, shows) referentes à sua escolha. Insere-se virtualmente nos estilos, tendo, entretanto, a sensação de representá-lo profundamente.
> **c)** priorização total da atitude jovem. Neste caso, o jovem pode mudar do estilo anterior a algum mais recente, por considerar aquele já muito assimilado pelos agentes não-jovens ou mesmo em alguns casos, pelos meios de comunicação de massa. Ou ainda, assumir mais de um estilo simultaneamente, procurando alargar suas possibilidades de manipulações simbólicas; neste caso, com o risco de não ser reconhecido por nenhum dos grupos com integrante "legítimo" (Kemp, 1993:80)

Embora esse sistema verse sobre a relação dos signos com os sujeitos, é evidenciado que alguns grupos possuem maior potencialidade de agenciamento, exigindo uma adoção quase que integral do estilo, como os *punks*.

Algumas considerações

Em linhas gerais, esses dois empreendimentos, conduzidos no início da década de 1990, tiveram em comum a busca pela constituição de um panorama elucidativo dos principais fatores que permitiram a maioria dos grupos juvenis emergirem no ocidente no pós-guerra. Nesse sentido, por mais que na cotidianização do estilo, na esfera local, houvesse desdobramentos que distinguissem do referencial global, esses elementos fundantes ainda imprimiam em alguma instância sua marca.

Destarte, por mais que a narrativa histórica acerca do *punk* brasileiro não tenha sido uma preocupação marcante nos dois estudos, uma vez que, os objetivos giravam em torno da compreensão sociológica das condicionantes que permitiam o afrontamento ao *status quo*, estes estudos trouxeram importantes constatações a respeito da fase inicial do *punk* no país. Neste sentido, Helena Abramo apontou que o *punk* seria a primeira coletividade juvenil nacional originada a partir de elementos determinados pelas classes trabalhadoras (1994: 84).

Portanto, ao analisar estes estudos em concomitância torna-se perceptível a ênfase atribuída aos aspectos de elucidação crítica do *punk* a partir de postulados teóricos. Permitindo inferir que tal direcionamento aparentemente sinalizou a maior profissionalização desse nicho de estudos, que passou a usar ferramentas analíticas mais sofisticadas que permitiram lançar nova luz sobre um tema que já deixara de despertar interesse midiático. Demonstrando, dessa maneira, através de elementos de maior respaldo acadêmico a necessidade de continuar explorando o assunto, que, por sua vez, ainda era compreendido como "menor" nas universidades brasileiras. Ademais, tal preocupação com a "teorização do *punk*" também simbolizou principalmente em função do "modismo" que a noção de globalização ganhara na década 1990, uma nova possibilidade de compreender como o *punk* enquanto fenômeno global que adentrou e se consolidou no país, por conseguinte marcando uma nova etapa nas investigações a respeito do tema no Brasil.

Assim, a constante busca por uma teorização das relações juvenis, acompanhada da maior utilização de elementos diacrônicos – que objetivaram fazer uma análise tendo em vista percorrer o limiar temporal do pós-guerra, a fim de contingenciar as práticas que geravam pertencimento coletivo na juventude para com os signos *punks* –, elucidam o lugar social da universidade brasileira naquele período, cuja expressa necessidade de apresentar sínteses processuais através de padrões macro-históricos em concomitância com a busca pela inteligibilidade e explicação dispuseram uma evidente ruptura para com as investigações empreendidas na década de 1980, que, por vezes, apresentavam uma crença numa suposta essência do *punk* brasileiro fundamentada a partir dos elementos de suburbanidade.

NOTAS

[1]Nessa lógica, destacam-se os trabalhos de Antônio Bivar (1982), que embora tenha possibilitado uma análise detalhada de algumas práticas internas do grupo estudado, pecava pela ausência de rigor científico, e Janice Caiafa (1985) capaz de fazer uma excelente descrição dos diversos elementos que constituíam a vivência no Rio de Janeiro, no entanto, por vezes promovia o afastamento da compreensão "global" do *punk*.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena Wendel. *Cenas Juvenis:* Punks e Darks no Espetáculo Urbano. São Paulo: Página Aberta, 1994.

_____. *Grupos juvenis nos anos 80 em São Paulo:* um estilo de atuação social. 1992. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

ARIÉS, Philippe. *L'Enfant et l avie familiale sous Ancien Régime*. Paris: Editions du Seuil, 1973.

BIVAR, Antônio. *O que é Punk*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1987.

CAIAFA, Janice. *Movimento Punk na Cidade:* invasão dos bandos sub. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

GEERTZ, Clifford. Um Jogo Absorvente: Notas sobre a Briga de Galos Balinesa. In: _____. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1978. p. 185-213.

GILLIS, John. *Youth and History:* Tradition and Change in European Age Relations, 1770-present. New York: Academic Press,1981.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos:* o breve século XX (1914-1991). São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

KEMP, Kenia. *Grupos de Estilo Jovens:* o "Rock Underground" e as práticas (contra) culturais dos grupos "punks" e "trashs" em São Paulo. 1993. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.

LAMPERT, Ernâni. A pós-graduação brasileira: retrospectiva histórica e Perspectivas. *História da Educação*, Pelotas, v. 4, n. 83, p.77 – 86, set. 98.

MORIN, Edgar. *Cultura de massas no século XX*: O espírito do tempo. Rio de Janeiro: Forense, 1969.

PEDROSO, Helenrose Aparecida da Silva; SOUZA, Heder Claúdio Augusto de. *Absurdo da Realidade:* O Movimento Punk. Coleção Cadernos IFCH Unicamp n. 6. Campinas: Editora Unicamp, 1983.

VAINFAS, Ronaldo. História cultural e historiografia brasileira. *História:* Questões e Debates, Curitiba, n. 50, p. 217-235. jan./jun. 2009.

WHITE, Avron Levine. *Lost in music: Culture, Style and the Musical Event*. London: Routledge & Kegan Paul, 1982.

HIBRIDISMO E DEVIR NA POÉTICA DE MARCOS ALAN[1]

Luciana Rodrigues
Discente do Bacharelado em Música – Habilitação em Composição, Departamento de Artes Faculdade de Comunicação em Artes – Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT; integrante do Núcleo de Estudos de Composição e Interpretação da Música Contemporânea NECIMC/CNPq/UFMT
lulumyranda@hotmail.com

Teresinha Prada
Doutora, Professora do Bacharelado, em Música – Habilitação em Violão, Departamento de Artes Faculdade de Comunicação em Artes – Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT
Líder do Núcleo de Estudos de Composição e Interpretação da Música Contemporânea NECIMC/CNPq/UFMT
teresinha.prada@gmail.com

RESUMO

Esse artigo discute a produção musical do violonista e compositor carioca Marcos Alan (1956-1973), fundamentando-se nos conceitos do hibridismo cultural (CANCLINI, 1997; BURKE, 2003) e do devir das artes (DORFLES, 1992). O estabelecimento de referências – que perfazem o que virá a ser o processo de criação musical desse jovem compositor – é apresentado juntamente com o momento histórico de grande difusão da música instrumental para violão no Brasil.

Palavras-chave: Marcos Alan. Composição musical. Hibridismo cultural.

ABSTRACT

This article discusses the musical output of guitarist and composer Marcos Alan (1956-1973), based on cultural hybridism (CANCLINI, 1997; BURKE, 2003) and the future of arts (DORFLES, 1992) concepts. The settlement of references, which make up what will become the process of musical creation of this young composer, is presented along with the historical moment of great diffusion of instrumental music for guitar in Brazil.

Keywords: Marcos Alan. Music composition. Cultural hybridism.

REVISTA ELETRÔNICA DOCUMENTO MONUMENTO 21
REDM
NDIHR
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICA REGIONAL NDIHR

INTRODUÇÃO

A trajetória musical do violonista e compositor Marcos Alan se integra ao chamado "violão de concerto". Esse é um termo característico do repertório proveniente da música erudita, ou seja, possui obras musicais dos vários períodos históricos da Música Ocidental, como peças renascentistas, barrocas, clássicas, cuja técnica especializada solicita uma formação erudita de seus executantes, um desenvolvimento especializado em conservatórios, cursos superiores de música e/ou aulas particulares com mestres de reconhecido trabalho, visando a performance de palco[2].

Marcos Alan dos Reis José nasceu a 23 de janeiro de 1956, em Mesquita, localidade pertencente à baixada fluminense, Rio de Janeiro. Filho de um trabalhador portuário, aficionado pelo violão, Alan iniciou seus primeiros estudos de violão aos 8 anos de idade com o próprio pai, Manoel José Filho, conhecido como Pernambuco, por sua origem migrante. Segundo Graça Alan (2016, p. 123), Manoel frequentava o círculo tradicional de violão de concerto da cidade do Rio de Janeiro, então capital federal, com a possibilidade de ter contato com os grandes nomes em voga, em especial Dilermando Reis[3].

> Portanto, levando em conta o círculo violonístico em que Manoel José Filho participava, podemos deduzir que a tradição do violão de concerto foi desde cedo revelada ao Marcos Alan, que em pouco tempo demonstrava desenvoltura técnica e interpretativa ao instrumento. Aos 10 anos, Marcos Alan interpretava uma grande quantidade de peças do repertório para violão de concerto, dentre as quais o Estudo no 7 de Heitor Villa-Lobos; o Prelúdio no. 8 (transcrição do Cravo Bem Temperado) e Courante (transcrição da 3a Suíte p/ cello) de Bach); Meditação nº 4 de Geraldo Ribeiro, arranjo próprio de Carolina de Chico Buarque e a valsa Subindo ao Céu de Aristides M. Borges, entre outras. (ALAN, 2016, p. 124)

O encorajamento familiar e sua natural musicalidade o faziam levar adiante propostas de apresentação e, aos 11 anos de idade, Marcos Alan passou a fazer recitais regularmente, inclusive em programas televisivos da TV Continental, emissora da cidade do Rio de Janeiro, reconhecida por sua programação de conteúdo educativo.

Suas atuações precoces o distinguiam no meio violonístico e, antes de completar 12 anos, passou a ser aluno de Jodacil Damaceno[4]. Ao final do ano de 1970, portanto ainda com 14 anos, Marcos Alan foi solista do *Concerto em Ré Maior* para Violão e Orquestra de Câmara de Antonio Vivaldi (1678- 1741), sob a regência do maestro Roberto Duarte. Todas essas atividades em récitas, concertos e a direção do prof. Damaceno a um repertório condizente com a carreira solística, o levaram a participar de competições musicais.

Um dos aspectos mais impressionantes de sua carreira foi a quantidade de premiações que obteve entre os anos 1970 e 1971: 1.º lugar no Concurso de Violão do Estado da Guanabara (1971); 2.º lugar no Concurso Nacional da Prefeitura de São Paulo, em 1970 e 1971; classificado para o Concurso Internacional de Violão Villa-Lobos – o mais prestigiado concurso de violão do país (1971); 1.º lugar no 3.º Seminário Internacional de Violão de Porto Alegre (1971).

Sobre seu aprendizado formal, recebeu ainda aulas de nomes importantes do cenário mundial do violão de concerto, como Turibio Santos[5] em evento do Conservatório Brasileiro de Música – CBM, Rio de Janeiro; Abel Carlevaro[6], como bolsista no 3.º Seminário Internacional de Violão, no Liceu Palestrina de Porto Alegre, em 1971 – sendo que nessa mesma ocasião teve contato com o compositor e maestro ítalo-uruguaio Guido Santórsola[7].

Manifestando muito interesse em ter orientação na área da composição, Alan passa a se envolver com o assunto de forma autodidata. Segundo Graça Alan:

> Nesta época, Marcos Alan estava empenhado nos estudos de harmonia e desejava muito ser orientado por um professor, de forma mais sistemática. Santórsola morava em Montevidéu e com o regime ditatorial instaurado no País, era impossível para a família custear os estudos do Marcos Alan no exterior. Os amigos e professores brasileiros, principalmente Jodacil Damaceno, conseguiram a promessa do compositor Edino Krieger8, que só não pode se concretizar devido à falta de tempo e de viagens do mesmo à época.

> [...] Dessa maneira, Marcos Alan continuou seus estudos de forma autodidata, fazendo todos os exercícios propostos no Tratado de Harmonia dado pelo maestro Santórsola, o que pode ser constatado através da análise de seus cadernos pessoais, que além das questões levantadas em função da leitura do livro, há também questões referentes à leitura completa da obra O Cravo bem Temperado de J. S. Bach. (ALAN, 2016, pp. 128-129)

O autodidatismo durou certo tempo, até passar a ter aulas regulares de composição com o músico baiano radicado no Rio de Janeiro, Elpidio Pereira[9]. De acordo com Graça Alan, o repertório autoral de Marcos Alan é composto por 30 obras, sendo 21 dedicadas ao violão, além de diversas transcrições, e o *Concertino* para violão e orquestra de câmara. Sobre o começo de seu trabalho de compositor e sobre as tendências em vigor, afirma Graça Alan:

> Em fins da década de 1950, (...) os movimentos de vanguarda musical e o desenvolvimento da música eletroacústica no Brasil estão em completo liame e em torno de dez anos depois Marcos Alan começou a compor suas primeiras obras, em 1969. As primeiras obras comportavam harmonias quartais e a escrita era contrapontística.
>
> Em seguida Marcos Alan arriscou-se na escrita de obras atonais, aleatórias e dodecafônicas e com desejos de fazer incursão na musica serial eletrônica. (ALAN, 2016, p. 1163)

Marcos Alan viveu apenas 17 anos, completados em 23 de janeiro de 1973, vindo a falecer a 10 de abril de 1973, vítima de uma leucemia diagnosticada poucas semanas antes. A irmã Graça Alan, docente na Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ é a detentora de seu acervo e preserva sua memória em recitais, pesquisas e eventos em que divulga a obra autoral e gravações ao vivo de Marcos Alan.

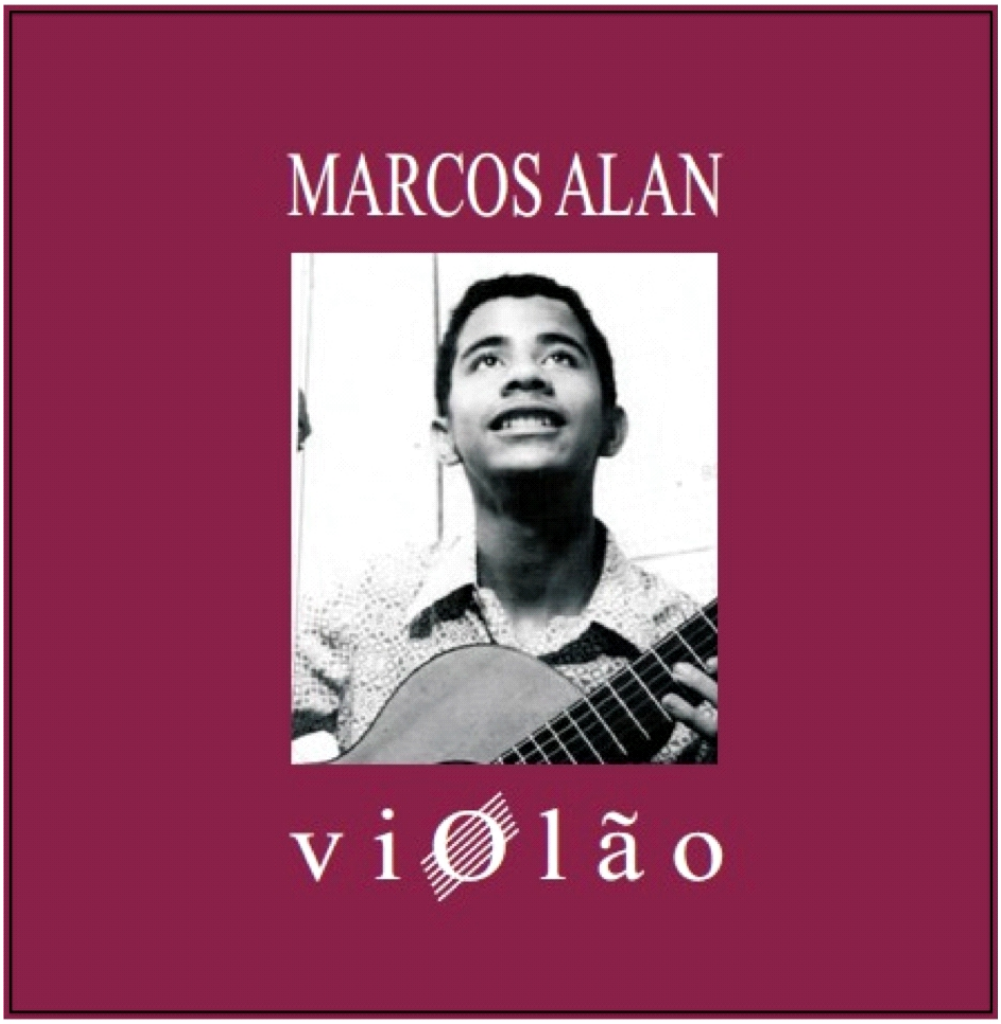


Figura 01 - Capa do CD multimídia de Marcos Alan, realizado por sua irmã Graça Alan, detentora do acervo.

Questões de Hibridismo Cultural na Música

> *"Exemplos de Hibridismo Cultural podem ser encontrados em toda parte, não apenas em todo o globo como na maioria dos domínios das culturas – religião sincrética, filosofias ecléticas, línguas e culinárias mistas e estilos híbridos na Arquitetura, na Literatura ou na música."*
>
> (BURKE, 2003, p. 23)

Para fundamentar a ideia central do híbrido na música de Alan, faremos uma incursão em uma de suas obras, o *Prelúdio*, entretanto antes vamos nos sustentar pelo conceito mesmo de hibridismo cultural e o que apontam alguns teóricos (CANCLINI, 1997 e BURKE, 2003) sobre essa conceituação.

O antropólogo Néstor Garcia Canclini sustenta que a cultura está constantemente em transformação e interação com outra (s). À decorrente mistura dessas culturas o autor denomina Hibridismo, sendo que a mescla de intercâmbios entre culturas daria origem à Hibridização, este um processo.

O historiador britânico Peter Burke reitera que o Hibridismo ocorre por meio de trocas culturais proporcionadas pelos encontros de culturas diversas, afirmando que: "Devemos ver as Formas Híbridas como resultado de encontros múltiplos e não como o resultado de um único, quer encontros sucessivos adicionem novos elementos à mistura, quer reforcem os antigos elementos." (BURKE, 2003, p. 31)

Da mesma forma, Canclini vem debatendo o hibridismo cultural nesse nível de culturas diversas, porém esse autor argentino aponta algo a mais, e que interessa em especial nesse artigo, tal seja, o hibridismo entre os aspectos culto, massivo e popular numa cultura vigente. Para isso, ele usa o exemplo das Coleções de obras de arte em museus, bibliotecas e/ou espaços tradicionais como meio de preservação do (re) conhecimento tradicional daquilo que esteja normalmente instituído como culto.

Nesse sentido, Canclini aponta o que ele chama de "descoleções", que seria um novo momento em que àquelas tais coleções – estagnadas, perpetradas no tempo – se confrontariam outros materiais e processos, possíveis de serem assimilados e finalmente encarados como objetos (de arte) passíveis de estar nos mesmos espaços, antes consagrados somente às coleções tradicionais, às "grandes obras":

> [...] A agonia das coleções é o sintoma mais claro de como se desvanecem as classificações que distinguiam o Culto do Popular e ambos do Massivo. As Culturas já não se abrigam em grupos fixos e estáveis [...]. Agora essas coleções renovam suas composições e sua hierarquia [...] entrecruzam (-se) o tempo todo. (CANCLINI, 1997, p. 204)

E acrescenta, como exemplo musical de uma (des) coleção, que por meio do uso da tecnologia qualquer indivíduo pode – com a clássica fita-cassete, e acrescentamos nós aqui, até as atuais possibilidades virtuais na rede mundial – mesclar seus próprios referenciais de origens diversas (diríamos, hoje, a sua própria *playlist*):

> Agora essas coleções renovam sua composição e sua hierarquia com as modas, entrecruzam-se o tempo todo, e, ainda por cima, cada usuário pode fazer sua própria coleção. As tecnologias de reprodução permitem a cada um montar em sua casa um repertório de discos e fitas que combinam o culto com o popular, incluindo aqueles que já fazem isso na estrutura das obras: Piazzola, que mistura o tango com o *jazz* e a música clássica; Caetano Veloso e Chico Buarque, que se apropriam ao mesmo tempo da experimentação dos poetas concretos, das tradições afro-brasileiras e da experimentação musical pós-weberiana[10]. (CANCLINI, 1997, p. 204)

Essa apropriação de objetos de origens diversas "descoleciona" o que estava comumente estabelecido em seus antigos lugares, num ecletismo que veio adquirindo visibilidade a partir da

década de 1980, no entanto com claros sinais já na década anterior como o trabalho dos três músicos citados por Canclini.

Na análise de *Prelúdio* de Marcos Alan, retomaremos esses conceitos da mistura pelo exame de referências que podemos perceber nessa obra musical.

O Devir como presença marcante na poética do compositor

Além da mescla de referências observada na composição musical, não poderíamos deixar de falar aqui do Devir na música, o fluir das composições. Costuma-se dizer que o Devir não é estático, está sempre em um fluxo contínuo, uma transformação constante e modificadora. Movimento migratório do ser inquieto, buscando novos horizontes composicionais. O que percebemos é que, em sua poética, Alan busca o enriquecimento de ideias em Johann Sebastian Bach (1685-1750) e Heitor Villa-Lobos (1887-1959), transformando e movimentando sua criação composicional. Seu processo de construção musical se transforma e ao mesmo tempo é transformado, em uma espécie de ajuste ora inconsciente ora buscado; consideremos a observação de Gillo Dorfles:

> [...] – quanta importância tem, para a compreensão das formas de arte de todos os tempos, a consideração das diversidades perceptivas ao encontro das quais o homem vai.
>
> (Há) exemplos clássicos [...] das diferentes respostas à consonância e à dissonância de alguns intervalos musicais. (DORFLES, 1992, p. 11)

Tais respostas diversas são fartamente estudadas e apresentadas por Dorfles (1992, pp. 129-156), principalmente no sentido de fazer perceber a ideia de transformação de uma produção artística ainda que em plena vigência de um estilo ou de uma escola fortes, fundamentadas há tempos pela tradição, como a ideia de consonância e dissonância em Música a que se refere – verdadeiras regras a seguir pelos compositores de uma época.

Nesse sentido, é possível redirecionar certos caminhos tidos como estabelecidos, como quando Ludwig van Beethoven (1770-1827) – em plena vigência do período clássico, em que a composição adquiriu um caráter muito formalizado – passa a operar de maneira subjetiva contra a corrente em vigor (COOK, 2009, p. 13). Aprofundando-se nisso, concluímos que há diferentes reações a formas, materiais e processos em vigência, o que pode suscitar a eclosão de novos e próprios modos de operação.

Assim, em Marcos Alan, temos a criação como uma torrente de percepções, vertendo-se para o enriquecimento da obra de arte. O prelúdio de uma Poética[11] transformadora, absorvendo influências criativas de dois grandes "portos-seguros" da música de concerto (Bach e Villa-Lobos). Nessa condição de pleno processo de se auto-estabelecer como compositor, Alan engendra uma construção composicional já com um toque moderno, deixando transparecer seu interesse na Música Nova[11]. Trata-se de uma poética conquistada com o estudo do violão e das obras dos compositores anteriormente citados. Dorfles fala sobre esta construção: "É típico da criação artística absorver e fagocitar algumas 'constantes' da época e topológicas no mundo exterior e que são justamente as que permitem o caráter de comunicabilidade da obra". (DORFLES, 1992, p. 40)

Análise do Prelúdio de Marcos Alan

Examinando o catálogo de obras de Alan, selecionamos a obra *Prelúdio*, composta por volta de 1970, para violão solo. É uma obra breve, escrita dentro dos critérios da forma esperada para um prelúdio, porém com certa liberdade de procedimentos, como veremos a seguir.

Formalmente, um prelúdio tem a ideia de preceder algo, um início de apresentação pública e/ou uma introdução de uma obra mais longa, e neste sentido um prelúdio pode demonstrar tanto a capacidade do músico executante quanto representar a poética do compositor – mesmo uma obra-miniatura pode expressar e identificar a poética do compositor, pode enfim ser uma mostra alusiva de sua produção.

O *Prelúdio* de Marcos Alan tem essas características: possui já uma feição sua, algo identificável em acordo com outras de suas obras, podendo representar bem o encontro da

tradição, que a forma-prelúdio demanda (a própria escolha da denominação Prelúdio) com um conteúdo que converge às referências de Alan, em especial o Atonalismo, algo da escola pós-weberniana. Esse *Prelúdio* emite sinais de tal diálogo.

Os compassos iniciais do *Prelúdio* já marcam sua busca por novas possibilidades, pois temos a tradição da disposição da tonalidade, no caso aqui Si menor (clave de Sol, com dois sustenidos, ver Figura 01), passando pela sua subdominante – Mi menor (compasso 4) – em acordo com a regra, porém se afastando da tradição logo no momento seguinte, quando surgem nos compassos 6 e 7 acordes quartais (harmonias bem menos convencionais).



Figura 02 - Compassos iniciais do *Prelúdio* de Marcos Alan, demonstrando a presença de tradição (tonalidade inicial) e uma abertura (acordes quartais) em seus procedimentos composicionais.

Vale ressalvar que Villa-Lobos em sua consagrada série de *12 Estudos* para violão, publicados em Paris, em meados da década de 1950, usou do mesmo expediente, ou seja, sinalizava que a sua obra musical começaria com uma tradicional regra de tonalidade, no entanto encaminhava a mesma para aberturas harmônicas e sonoras, as quais causavam grande estranheza, inclusive para o consagrado violonista espanhol Andrés Segovia (1893-1987), a quem a obra é dedicada. Marcos Alan praticou essa série de *12 Estudos* e é muito provável que tenha assimilado uma atitude mais livre de compor.

Ainda sobre as experiências em criar obras musicais em um viés mais moderno, dois acordes de intervalos dissonantes (Figuras 03 e 04) serão apresentados como acordes de destaque na obra: um que finaliza a seção A e outro que encerra a primeira parte da seção B, ou seja, a composição apresenta claros indícios da Música Contemporânea, ao adotar as dissonâncias nesse contexto.

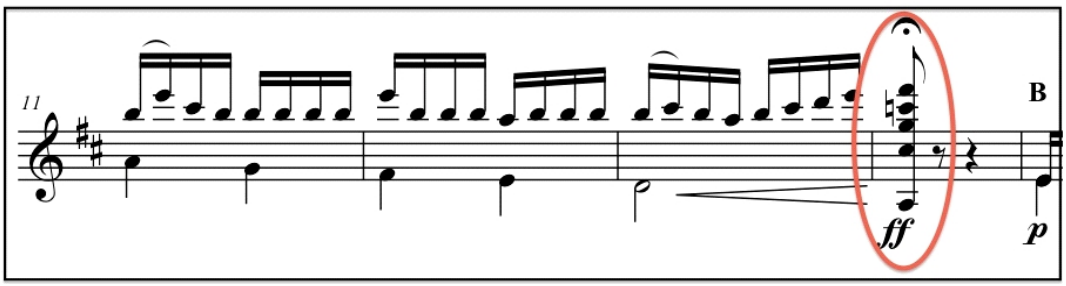


Figura 03 - Ao final da parte A, surge um acorde de intervalos dissonantes, proposição que se liga mais à Música Contemporânea, moderna, e incomum para um acorde de chegada na música tradicional.

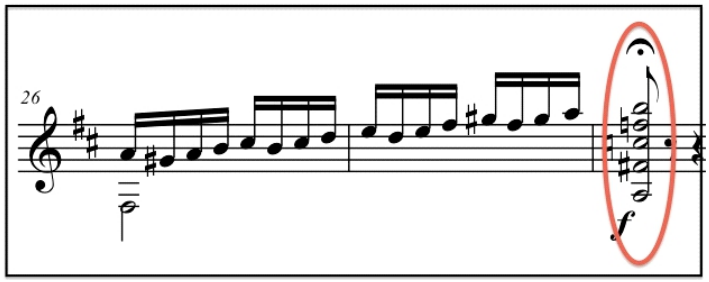


Figura 04 - Novamente, um acorde dissonante para finalizar uma parte destacada da seção B.

O compositor parece mostrar suas origens familiares nos fazendo lembrar as músicas do Nordeste do Brasil – daquelas tocadas, por exemplo, com a sanfona de foles ou por banda de pífanos –, em ponteios que alternam um contorno melódico repetitivo, um gesto *continuum* em cima da nota si, que depois vai caminhar para outras notas por repetição (Figura 05) entre sons médios e agudos.

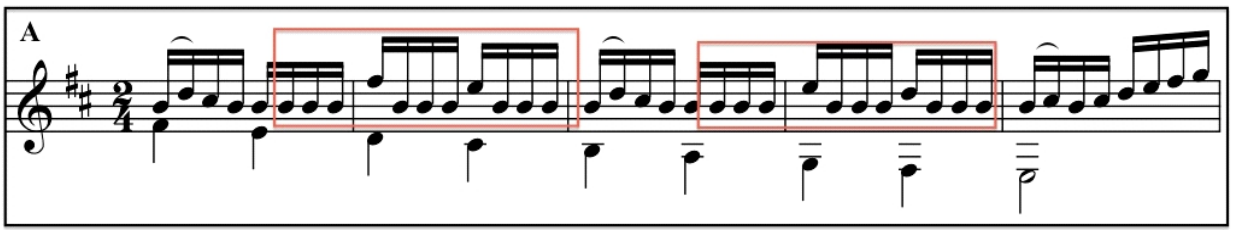


Figura 05 - Ideia de um ponteio entre nota si repetida na região média e em notas na região aguda, recordando ambiência popular nordestina. Essa disposição ocorrerá nas duas seções, A e B.

A partir da seção B, uma ampliação de dois sustenidos (fá e dó) para quatro sustenidos (fá e dó continuam, surgem sol e ré) bem como outras notas acrescentadas podem reforçar essa nossa associação de sonoridades de ambiente étnico, em configurações modais, comumente ligados à música tradicional do Nordeste brasileiro[13].

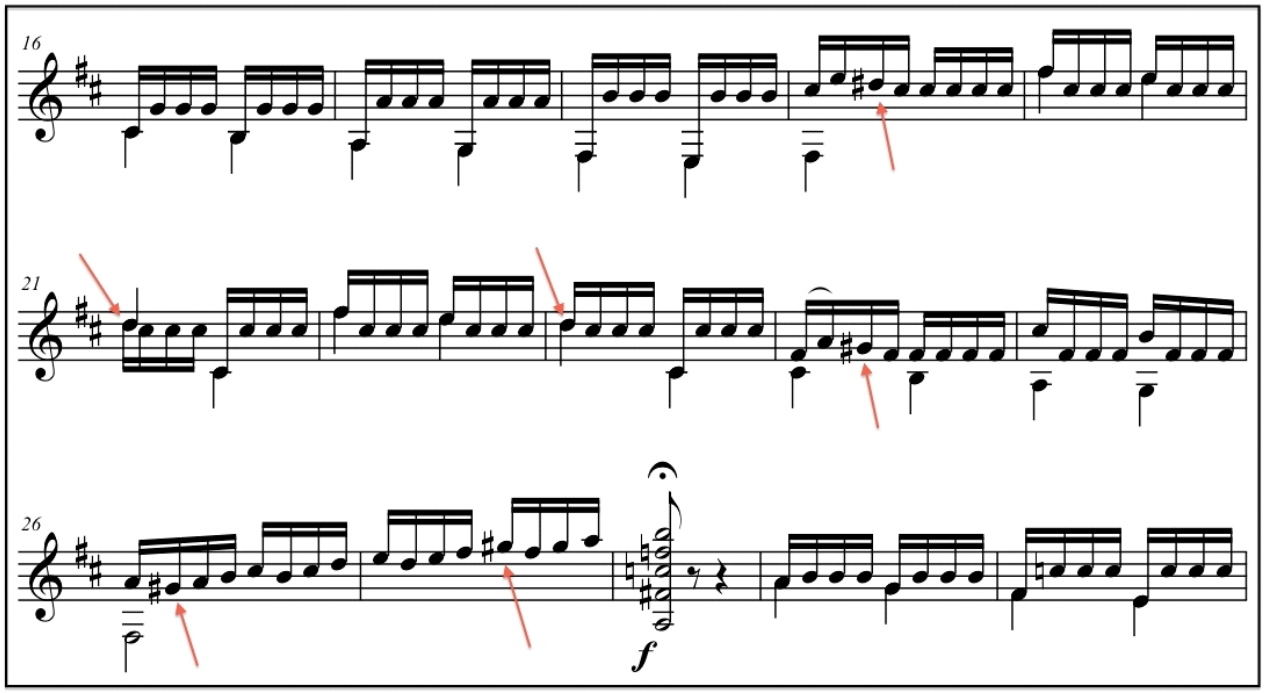


Figura 06 - Na alteração de notas com sustenidos, vê-se que há um caminho de contorno mais modal do que tonal, sendo realizado pelo compositor.

Outro aspecto de referência é o canto que acontece nas notas do Baixo, uma progressão melódica em semitons, influenciada pela sua paixão por Bach, a nosso ver. A organização a 2 vozes, uma grave e outra no setor médio-agudo, aproxima esse *Prelúdio* da ideia de polifonia barroca, de vozes que caminham paralelamente. Essa disposição a 2 vozes ocorre tanto na seção A quanto na B.

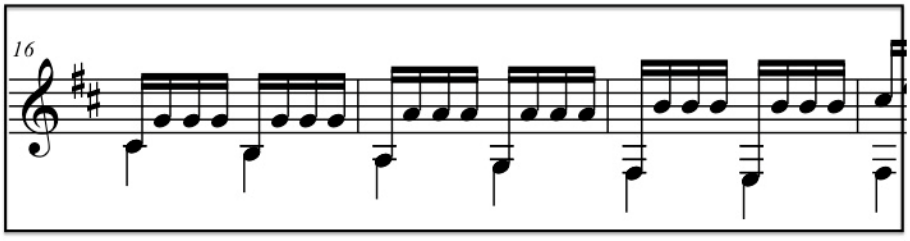


Figura 07 - Observam-se nas seções A e B a disposição polifônica a 2 vozes, acomodando as notas em uma linha no grave (abaixo do pentagrama) e as demais no grave e agudo, durante a obra.

Na *Coda*[14], apresentada do compasso 44 ao 54, a disposição da composição parece partir para a exposição de notas cromáticas da série de 12 sons, cremos que uma ideia Serial[15] se desenha ali. Os acordes dessa *Coda* se apresentam simétricos, mostrando uma construção musical bastante moderna-Villa-Lobos também trabalhou acordes simétricos em suas obras. E, para confirmar a mistura de técnicas na composição de Alan, as duas últimas notas da música trazem a ideia de tensão (sensação de expectativa) e repouso (sensação de descanso, de resolução); tal configuração é muito esperada e tradicional ao longo da História da Música Ocidental. Como foi dito, o velho e o novo se conformam nesse *Prelúdio*.



Figura 08 - A *Coda* traz apresentações intervalares cromáticas, indício de serialismo; acordes simétricos dispostos promovendo também notas cromáticas; e duas notas que definem de maneira sintética a expectativa de final de uma obra musical.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após o exame da obra *Prelúdio*, a leitura conceitual dos autores utilizados nesse artigo, bem como a interpretação de dados históricos e biográficos, podemos de fato concluir que Marcos Alan, em brevíssimo tempo de contato, informação e estudos, obteve êxito em estabelecer uma sonoridade composicional que o identifica com um nível de experimentalismo que vai além do esperado pela música tradicional de concerto, ficando ao lado de outros nomes da música brasileira (e latino-americana) que partiram para aberturas estéticas e conceituais em seus procedimentos composicionais.

Neste sentido, tal fato pode mesmo ter sido proveniente de seu desenvolvimento musical por meio da obra fundamental de Villa-Lobos para violão, uma preponderância no repertório mundial, apontada por vários estudos, como inauguradora de novos contextos nesse instrumento, como bem aponta Graça Alan. Nomes fortes como os uruguaios Carlevaro e Santórsola – ambos compositores afeitos a conformações modernas – transpassaram a formação de Marcos Alan, já com afinidades advindas de uma música de concerto "villalobiana" mais aberta, e esse contato sul-americano também reforçou tal pendor.

Assim, neste texto reiteramos que Alan possuía um interesse pela música instrumental e brasileira e uma natural inserção nesses círculos, por meio do ambiente familiar e a veiculação midiática da época, então mais afeita a programas de música mais variados. Também por meio da família se dirigiu a uma carreira como solista de violão e logo a compositor.

Heitor Villa-Lobos, pela autoridade e apreço ao violão, e J. S. Bach, pela engenhosidade de

construção contrapontística, foram seus compositores mais referenciados, como sustenta Graça Alan (2016), porém uma necessidade natural em estar junto às produções contemporâneas – ser um criador atualizado – faz emergir um músico predisposto a experimentar caminhos, como vimos em *Prelúdio,* então pouco explorados no Brasil e aceitos pelo meio pouco ortodoxo da música de concerto, apenas por *experts* e quase nada pelo público em geral.

Desta forma o conceito do devir de Dorfles (1992) aclara o processo criador, que surge como uma energia singular que se move e se constitui, mesmo em face das mais fortes referências e estilos em vigor.

Sobre o *Prelúdio* que abordamos aqui, a mistura de referências nessa música funciona como um mostruário da obra de Alan, fundindo tendências como substâncias em um cadinho. E a mistura, como aponta Canclini (1997), é uma condição do ser latino-americano, sempre habitando entre-culturas e entre diversos momentos e (co) atuando em espaços, outrora convencionais.

Ao examinar o *Prelúdio* de Marcos Alan, vemos que a obra segue moldes eruditos, até certo ponto, usando de expedientes comuns como uma escritura em partes A e B, *Coda*, provas de referências étnica, barroca e polifônica a duas vozes. No entanto, destaca-se um alongamento de sonoridades, para além das tradicionais tríades e tétrades, ficando muito mais próximo da ideia de *clusters*, mudando a característica da música, que só brevemente se apresenta tonal, logo indo a configurações (neo) harmônicas que dão uma nova roupagem à obra. O centro tonal chega enfraquecido ao final do *Prelúdio*, se rendendo aos acordes quartais, dissonantes e ao cromatismo, marcando o seu espírito atento a novas ideias.

Como parte da história da música erudita brasileira, o violão de concerto possui muitos nomes de relevo, cujas realizações entraram para a memória deste círculo. Marcos Alan aparece como um caso de realce, por sua precocidade de compromissos com a interpretação musical – era um solista afinal –, e como uma promessa na área da composição musical pela antecipação de ideias e procedimentos mais modernos na criação.

Em suma, o hibridismo cultural, mais fortemente no aspecto de amálgama entre os vieses culto, popular e massivo – como sustenta Canclini; o sentido que o devir transforma, reage a um processo, material ou forma em vigência, como sugere Dorfles, e a Poética nas condições de produção de uma singularidade artística que Pareyson (1984) aponta, nos permitem abordar os elementos da arte musical, em nosso caso, de um ponto de vista amplificado pelos conceitos das teorias culturais.

NOTAS

[1]Este artigo se integra às atividades de uma pesquisa cadastrada na Pró-Reitoria de Pesquisa da Universidade Federal de Mato Grosso, intitulada "Bach no Violão de Brasil e América Latina", desenvolvida por integrantes do Núcleo de Estudos de Composição e Interpretação da Música Contemporânea – NECIMC/UFMT, entre os quais as duas autoras.

[2]Sobre os maiores nomes do violão de concerto, ver DUDEQUE, Norton. *História do Violão*. Curitiba: Editora UFPR, 1994.

[3]Dilermando Reis (1916-1977), violonista e compositor nascido em Guaratinguetá – SP, foi um dos maiores músicos do Brasil, de carreira internacional e com mais de trinta LPs (*Long Play*) gravados, de 1941 até sua morte. Fonte: NOGUEIRA, Genésio. *Dilermando Reis, Sua Majestade o Violão*. Rio de Janeiro, edição particular, 2000.

[4]Jodacil Damaceno (1929-2010) foi um importante violonista e professor, nascido no Rio de Janeiro, pioneiro no ensino de violão no sistema universitário. Fonte: ALFONSO, Sandra Mara. *O Violão – da Marginalidade à Academia. Trajetória de Jodacil Damaceno*. Uberlândia. EDUFU. 2009.

[5]Turibio Santos (1943) é um violonista maranhense criado no Rio de Janeiro. Sua carreira é de renome internacional, tendo sido um dos vencedores do principal concurso internacional dedicado ao violão de concerto, o Concurso de Paris - da Rádio e TV Francesa, *ORTF* em 1965. Para saber mais, ver SANTOS, Turibio. *Caminhos, encruzilhadas e mistérios*. Rio de Janeiro: ArtViva, 2014.

[6]Abel Carlevaro (1916-2001) foi um violonista, compositor e professor uruguaio, idealizador de

novas técnicas para a performance no violão. Fonte: ESCANDE, Alfredo. *Abel Carlevaro - un nuevo mundo en la guitarr*a. Montevideu: Aguilar, 2005.

[7]Guido Santórsola (1904-1994) nasceu na Itália e faleceu em Montevidéu, viveu cerca de 20 anos no Brasil. Foi compositor e professor, tendo dedicado várias obras para o violão, utilizando a música popular brasileira, principalmente o Choro e técnicas modernistas de composição (ALAN, 2016, p. 128).

[8]Edino Krieger (1928) é um compositor catarinense, cuja produção musical é de caráter de vanguarda, integrando no Rio de Janeiro nos anos 1940 o grupo modernista "Música Viva", liderado pelo músico alemão Hans-Joachin Koellreutter que lançou o "Manifesto Música Viva". Fonte: KATER, Carlos. *Música Viva e H.J. Koellreutter. Movimentos em direção à modernidade. São Paulo: Musa Editora e Através, 2001.*

[9]"*Elpídio Pereira de Faria foi compositor* de formação clássica, violonista e professor. Nascido na Bahia (por volta de 1930), faleceu no Rio de Janeiro (por volta de 1990). Além de diversas canções, deixou obras para orquestra e música de câmara". Fonte: página do compositor Nestor de Holanda Cavalcanti, disponível em: http://www.nestordehollandacavalcanti.mus.br/nestordeholanda/mus01.htm, último acesso 28 de abril de 2017.

[10]Pós-weberiana (ou pós-weberniana): referência a Anton Webern (1883-1945), compositor austríaco ligado a expressões composicionais modernas, que inauguraram novas possibilidades na música de concerto.

[11]Neste artigo usamos o termo Poética como conceituado por Pareyson (1984), utilizado como uma concepção singular de produção artística. No caso, a poética de Marcos Alan se aproxima daqueles autores consagrados, porém se realiza ao alcançar seus próprios modos operativos.

[12]Música Nova: Termo utilizado inicialmente por Webern (*Neue Musik*, em alemão) durante suas conferências em 1933. Ligou-se à ideia de música feita após a Segunda Guerra Mundial e realizada com os parâmetros do serialismo integral. Segundo Neves, no Brasil, o termo indica ainda o Movimento Música Nova (1962), formado pelos compositores Gilberto Mendes (1922-), Willy Correa de Oliveira (1937-), Rogério Duprat (1932-2006) e Damiano Cozzella (1930-), todos com experiência em comum de ter estado no curso de verão de Darmstadt (Meca da *Neue Musik*), iniciando uma retomada das idéias de vanguarda em Música. Embora o grupo tivesse durado bem pouco, o Festival Música Nova, iniciado em 1962 por iniciativa de Mendes, é a maior realização do grupo, pois apresentou no Brasil grande parte das linhas musicais que atravessaram o século XX. (Fonte: NEVES, José Maria. *Música Contemporânea Brasileira*, pp.161-167). Apud PRADA & VICTORIO, *Catálogo Comentado Bienal de Música Brasileira Contemporânea de Mato Grosso*, 2015, p. 207.

[13]As configurações Modais ou Modos têm origem na Antiguidade Grega, sendo originalmente um conjunto de escalas musicais usadas para compor, passando a se ligar ao caráter (*ethos*), à função para qual a música seria utilizada, por exemplo músico de batalha, músicas para honrar os deuses... Os Modos Gregos *foram adotados* pela antiga Igreja Católica, como detentora dos saberes permitidos para a composição musical, passando a se chamar Modos Eclesiásticos. Dessa função, alguns modos transformaram-se em construções ligadas à música étnica, entre os quais os modos Lídio e Mixolídio, que possuem contornos melódicos reconhecidos por seu vasto uso no Nordeste do Brasil. Sobre a história dos Modos e suas transformações e usos, ver mais em: PAZ, Ermelinda A. *O Modalismo na Música Brasileira*. Brasília: Ed. Musimed, 2002. PLATÃO. *A República*. Organização e tradução de Jacó Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 2006. WISNIK, José Miguel. *O Som e o Sentido*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

[14]*Coda* é o nome técnico para a seção final de uma obra musical. Provém do Italiano *coda*, cauda, rabo, extremidade, o que finaliza.

[15]Serial, ou serialismo, é um dos aspectos comuns à experimentação pós-weberniana.

CD

CD MARCOS ALAN – VIOLÃO

REFERÊNCIAS

ALAN, Graça. *Heitor Villa-Lobos e Marcos Alan dos Reis José: o discurso Musical para o violão de concerto no Brasil.* Rio de Janeiro: Autografia, 2016.

BURKE, Peter. *Hibridismo Cultural*. São Leopoldo: Unisinos, 2003.

CANCLINI, Nestor García. *Culturas Híbridas - estratégias para entrar e sair da modernidade.* Trad. Ana R. Lessa e Heloísa P. Cintrão. São Paulo: EDUSP, 1997.

COOK, Nicholas. *A guide to musical analysis.* London: Norton & Company, 2009.

DORFLES, Gillo. *O Devir das Artes*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

PAREYSON, Luigi. *Os problemas da Estética*. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

VIOLÊNCIA SIMBÓLICA CONTRA A MULHER NO DISCURSO DO PERFIL "O POETEIRO"

Juliana Lima Façanha
Professora Mestre em Estudos de Linguagem
Doutoranda em Estudos de Linguagem – PPGEL-UFMT
jufacanha@gmail.com

RESUMO

O presente artigo tem o intuito de analisar, pautada nas discussões de Bourdieu, posts publicados pelo perfil "O Poeteiro", no Instagram, enquanto instrumento que perpetua a violência simbólica contra a mulher, promovendo as relações de desigualdade de gênero

Palavras-chave: Violência simbólica. Bourdieu. Mulheres. Internet.

ABSTRACT

This article aims to analyze, based on the discussions of Bourdieu, posts published by the profile "The Poet", in the Instagram, as an instrument that perpetuates symbolic violence against women, promoting relations of gender inequality.

Keywords: Symbolic violence. Bourdieu. Women. Internet.

REVISTA ELETRÔNICA DOCUMENTO 21 MONUMENTO
REDM
ISSN: 2176-5804 - Vol. 21 - N. 1 - Jul/2017
NDIHR
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICA REGIONAL - NDIHR

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICA REGIONAL NDIHR

INTRODUÇÃO

Com o crescente surgimento de comunidades e perfis virtuais em redes sociais, nos deparamos com alguns que focam na supervalorização do imaginário masculino de macho viril e consequente desvalorização das mulheres na internet, sendo nítido o tratamento dispensado à elas em posição inferior ao homem. Em geral, esses perfis colocam a mulher como parte sensível nas relações sociais e utilizam a ideia de objetificação do corpo feminino, legitimados pelo argumento mascarado que alimenta a denominação masculina: o humor (é tudo brincadeira!).

A violência simbólica levantada por Pierre Bourdieu é uma das violências previstas na Lei Maria da Penha. Essa violência é a mais aceita entorno das redes sociais, pois entende-se que piadas, cantadas ou algumas situações que perpetue a objetificação da mulher, perpetue o olhar da mulher como objeto, não é uma violência propriamente. Esse fato se dá devido à cultura patriarcal machista construída historicamente, em que há severos limites impostos à cultura feminina, promovidos também pela religião.

Segundo Bourdieu (1989, p. 10) a cultura dominante contribui para a integração real da classe dominante (assegurando uma comunicação imediata entre todos os seus membros e distinguindo-os das outras classes); para a integração fictícia da sociedade no seu conjunto, portanto, à desmobilização (falsa consciência) das classes dominadas; para a legitimação da ordem estabelecida por meio do estabelecimento das distinções (hierarquias) e para a legitimação dessas distinções.

A cultura dominante se dá por meio de uma força simbólica que, para Bourdieu (1998, p. 25) é uma força de poder que se exerce sobre os corpos, diretamente, e como que por magia, sem qualquer coação física; mas essa magia só atua com o apoio de predisposições colocadas, como molas propulsoras, na zona mais profunda dos corpos.

No viés do *habitus*, a violência simbólica se encontra intrínseca na produção de símbolos e significados que constroem a sociedade e impõe, arbitrariamente, o discurso dominante, induzindo os indivíduos a reproduzirem tais discursos veiculados socialmente e o reconhecem como legítimo. Discursos proferidos em atos de violência simbólica se assemelham a categoria de poder simbólico.

Segundo Bourdieu, o poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo, e deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for *reconhecido*, quer dizer, ignorado como arbitrário. Entendemos que no referido objeto em análise, o poder simbólico do discurso machista se faz presente.

Assim como nos deparamos com diversas manifestações de violência simbólica no dia-a-dia, nos deparamos com discursos violentos em diversos perfis virtuais cujo anonimato nos parece também dar respaldo às publicações. Um dado interessante é o elevado número de participantes dessas comunidades/perfis. Muitas ultrapassam 1 milhão de seguidores, tanto homens quanto mulheres.

Profundamente delineado por Bourdieu, ter consciência da violência simbólica, nos remete ao litígio da tradição masculina de superioridade nas mais variadas esferas sociais, sua construção e, principalmente, a manutenção dessa opressão, mediante o ideário de natural, habitual. A base da violência são os ambientes que apoiam a ideia da clássica superioridade do homem, que encontra na própria sociedade condições para sua disseminação.

Nessas condições, é fundamental lembrar que toda violência tem como ponto de partida, em algum momento, a violência simbólica e só pode ser colocada em prática a partir das disposições sociais unificadas pelo *habitus,* cada qual de acordo com suas experiências sociais. No perfil analisado vemos não apenas mensagens que provocam o humor no leitor, mas uma relação autoritária, de atribuição de valor as mulheres, ao corpo feminino, de desvalorização, acima de tudo, que esse mercado/campo social promove.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA - PODER SIMBÓLICO E DOMINAÇÃO MASCULINA

Para lançar mão da análise aqui desenvolvida, se faz necessário ter clara a noção de poder simbólico proposta por Bourdieu. Para o autor, a potência dos sistemas simbólicos prove das relações de força que neles se exprimem e só se manifestam em forma irreconhecível de relações de sentido.

O poder simbólico está diretamente voltado às palavras e de acordo com Bourdieu, o que produz esse efeito nas palavras é a *crença na legitimidade das palavras e daquele que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras.*

> O poder simbólico, poder subordinado, é uma forma transformada, quer dizer, irreconhecível, transfigurada e legitimada, das outras formas de poder: só se pode passar para além da alternativa dos modelos energéticos que descrevem as relações sociais como relações de comunicação, na condição de se descreverem as leis de transformação que regem a transmutação das diferentes espécies de capital simbólico e, em especial, o trabalho de dissimulação e de transfiguração (numa palavra, de *eufemização)* que garante uma verdadeira transubstanciação das relações de força fazendo ignorar-reconhecer a violência que elas encerram objetivamente e transformando-as assim em poder simbólico, capaz de produzir efeitos reais sem dispêndio aparente de energia. (BOURIDEU, 1989, p. 15)

A obra *Dominação Masculina* desenvolve uma inestimável análise para mostrar em função de quais mecanismos e estruturas sociais a superioridade masculina torna-se legítima, acolhida e até imunizada pela sociedade, tanto homens quanto mulheres. Bourdieu aborda elementos que estão presentes no cotidiano para defender a tese de que se aceita a ideia de domínio que se evidencia nas práticas e que de certa forma teria fundamento da dicotomia daquilo que é de natureza masculina e de natureza feminina, diariamente.

Para Bourdieu (1999, p. 10) a diferença *biológica* entre os *sexos,* isto é, entre o corpo masculino e o corpo feminino, e especificamente, a diferença *anatômica* entre os órgãos sexuais, pode assim ser vista como justificativa natural da diferença socialmente construída entre os *gêneros* e, principalmente, da divisão social do trabalho.

Na contramão da construção do gênero devido à natureza biológica, o autor elenca a constituição da identidade masculina e feminina quanto puramente social. De certo modo, há uma expectativa em relação aos comportamentos a serem praticados, pois espere-se que estes estejam no padrão de um universo social delineado, que só poderá ser compreendido ao analisar o momento histórico específico de determinada sociedade.

> A dominação masculina encontra, assim reunidas todas as condições de pleno exercício. A primazia universalmente concedida aos homens se afirma na objetividade de estruturas sociais e de atividades produtivas e reprodutivas, baseadas em uma divisão sexual, que confere aos homens a melhor parte, bem como nos esquemas imanentes a todos os habitus: moldados por tais condições, portanto objetivamente concordes, eles funcionam como matrizes das percepções, dos pensamentos e das ações de todos os membros da sociedade, como transcendentais históricos que, sendo universalmente partilhados, impõem-se a cada agente como transcendentes (BOURDIEU, 1999, p. 22)

São diversos os exemplos que poderiam ser citados para corroborar com essa discussão. Um deles é a mudança no comportamento social devido às transformações do vestuário feminino. É preciso analisar as sociedades de acordo com os séculos para se entender os padrões. Entretanto, um padrão ainda se faz presente: rosa é para meninas, azul para meninos (desde o enxoval da criança)!

Os exemplos são intermináveis e para compreender a dominação masculina, é preciso entender o que se exigia do comportamento masculino em outras épocas. A cultura masculina sempre foi cercada de preceitos voltados à força, a virilidade, ao sustento da casa, ao poderio patriarcal. Por outro lado, a sensibilidade, a emoção e o choro/lágrimas os foram negados, pois não competiam à definição de masculinidade.

A virilidade, em seu aspecto ético mesmo, isto é, enquanto quididade do *vir, virtus,* questão

de honra, princípio da conservação e do aumento da honra, mantém-se indissociável, pelo menos tacitamente, da virilidade física, através, sobretudo, das provas de potência sexual – defloração da noiva, progenitura masculina abundante etc. – que são esperadas de um homem que seja realmente um homem. Compreende-se que o falo, sempre presente metaforicamente, mas muito raramente nomeado e nomeável, concentre todas as fantasias coletivas de potência fecundante." (BOURDIEU, 1999, p. 10).

VIOLENCIA SIMBÓLICA

De todos os tipos de violência, a simbólica é a mais complexa de se perceber e a mais tolerável também, principalmente pelo fato da associação do termo violência apenas com atos físicos que são feitos contra os corpos das pessoas e que, obrigatoriamente, provocam ferimentos, cortes, sangram e causam dor física. A violência simbólica que Bourdieu se refere não é esta. Trata-se de algo internalizado, ainda que suscitem dores incuráveis para o agredido porque todas as ameaças a autonomia, à igualdade e a tudo o que impede a pessoa de exercer livremente os seus direitos é uma espécie de violência. Desse modo, os ferimentos provocados pela violência simbólica não estão explícitos nos corpos.

Segundo Bourdieu (1999, p. 27) o fundamento da violência simbólica residir não nas consciências mistificadas que bastaria esclarecer, e sim nas disposições modeladas pelas estruturas de dominação que as produzem, só se pode chegar a uma ruptura da relação de cumplicidade que as vítimas da dominação simbólica têm com os dominantes com uma transformação radical das condições sociais de produção das tendências que levam os dominados a adotar, sobre os dominantes e sobre si mesmos, o próprio ponto de vista dos dominantes.

Quando se prega a ideia de que as mulheres não têm força para ascender a cargo de poder e decisão política (que política é coisa de homem, futebol é coisa de homem, entre outros) poucos questionam. As instituições pouco se explicam e pouco incentivam as mulheres a poderem ocupar esses cargos políticos. Ao mesmo tempo, mais de 50 % da sociedade brasileira são mulheres, que são submetidas a esses valores que as deixam de fora. Isso torna a violência simbólica, ao mesmo tempo fácil de se instalar, difícil de se combater. As regras de funcionamento político trazem injustiça contra grupos como mulheres, indígenas, negros e homossexuais (a extrema minoria ocupa cargo político).

> A violência simbólica se institui por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante (e, portanto, à dominação) quando ele não dispõe, para pensa-la e para se pensar, ou melhor, para pensar sua relação cm ele, mais que de instrumentos de conhecimento que ambos têm em comum e que, não sendo mais que a forma incorporada da relação de dominação, fazem esta relação ser vista como natural; ou, em outros termos, quando os esquemas que ele põe em ação para se ver e se avaliar, ou para ver e avaliar os dominantes (elevado/baixo, masculino/feminino, branco/negro etc.), resultam da incorporação de classificações, assim naturalizadas, de que seu ser social é produto. (BOURDIEU, 1999, p. 23)

A violência simbólica está permeando todas as instituições sócias. Um bom questionamento seria: como é que as instituições sociais promovem violência simbólica?

ANÁLISE

Na tentativa de responder ao questionamento anteriormente apresentado, propomos aqui, aparados pelas teses levantadas por Bourdieu, refletir acerca da violência simbólica presente no discurso de alguns *posts* que circulam no perfil "O poeteiro". De início, já podemos identificar que os *posts* são evidencias da dominação masculina incorporada pelo sexo e pela força, que considera o corpo feminino passivo de dominação na esfera social.

O paradoxo dessa violência simbólica, em um perfil que a promove, é que essa promoção também se dá por mulheres, a parte violentada, devido, dentre outros fatores, ao *habitus* da utilização do humor e da ironia para esconder a violência, tornando-a "suave, invisível as suas próprias vítimas, que se exercem essencialmente pelas vias puramente simbólicas da

comunicação e do conhecimento" (BOURDIEU, 1999, p. 7). Interessante observar a presença do humor para legitimar a violência simbólica do perfil. Isso fica claro devido ao o conteúdo dos comentários, com expressões que simulam gargalhadas (kkkkkkkkk, huashuashuas, rsrsrsrs...)

Observe o *post* e os comentários que o seguem:



https://www.instagram.com/p/BLt9eEdDSkW/?taken-by=opoeteiro[11]

Não é preciso esforço para entender o caráter agressivo de frases machistas construídas historicamente em que a mulher é subjugada, inferiorizada, postadas pelo perfil: a presença de termos como "puta", "piriguete", "vou comer", "foi comida", "mete a piroca", entre outros, são frequentes e comprovam. A expressividade da sexualidade feminina é bastante suprimida pelo provável pensamento de castidade. A mulher é vista como aquela que expõe o corpo de maneira vulgar, adepta da promiscuidade sexual. Caso isso ocorra, ela será duramente atacada.

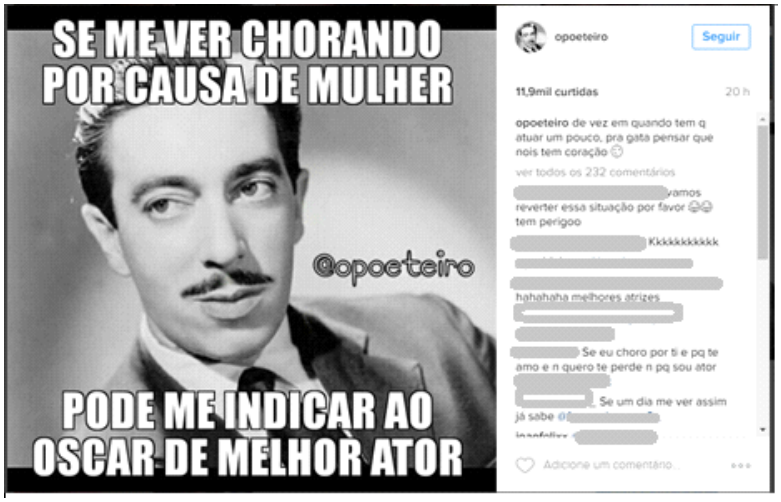


https://www.instagram.com/p/BL9QfaxjL_H/?taken-by=opoeteiro&hl=pt-br

A violência simbólica não se processa senão através de um ato que se efetiva aquém da consciência e da vontade e que se confere seu "poder hipnótico" a todas as suas manifestações, injunções, sugestões, ameaças, censuras, de um mercado de bens simbólicos cuja lei fundamental é que as mulheres nele não tratadas como objetos que circulam de baixo para cima (BOURDIEU, 1999, p. 27).

A respeito dos padrões supracitados anteriormente, encontramos a afirmação do senso comum, "homem não chora", como atributo da afirmação da masculinidade. Para Gomes (2008, p. 240), as considerações sobre masculinidade hegemônica no âmbito das relações de gênero podem subsidiar a discussão da violência cometida contra a mulher, bem como da própria

violência que ocorre entre os segmentos masculinos.



https://www.instagram.com/p/BMKBlnEDvTq/?taken-by=opoeteiro&hl=pt-br

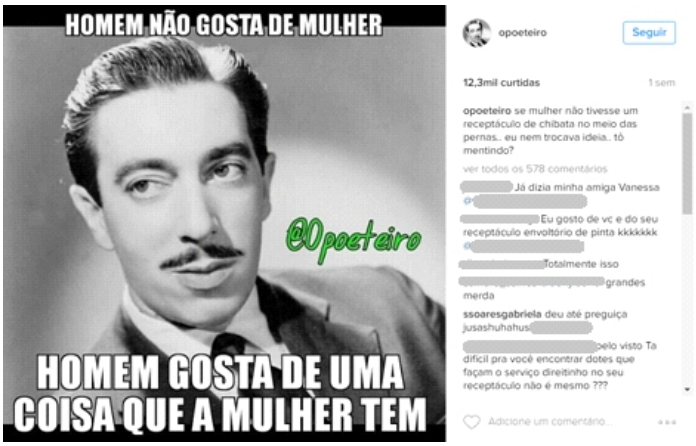
O fato de haver um número expressivo de mulheres que seguem, curtem e comentam os posts vem de encontro com a tese levantada por Bourdieu de que o dominado não tem consciência da violência que a ele é inferida, fato comprovado pela ideia de que se trata de um perfil de humor. Nesse ponto, o humor tem papel fundamental que contribui com a promoção da violência: a de mascarar, tornar invisível a agressão para as próprias vítimas por meio do senso comum.

Bourdieu afirma que a representação social se vê investida da objetividade do senso comum, visto como senso prático, dóxico, sobre o sentido das práticas. E as próprias mulheres aplicam a toda a realidade e, particularmente às relações de poder em que se veem envolvidas esquemas de pensamento que são produto da incorporação dessas relações de poder e que se expressam nas oposições fundantes da ordem simbólica. (BOURDIEU, 1999, p. 22)

No *post* que se segue, a representação construída ao redor da imagem masculina é a de um sujeito que se impõe sexualmente em relação à mulher, uma vez que ele domina as ações dela (*Toda mulher precisa de um homem*...). Ao assumir esse discurso, ele se legítima para conduzir a relação. Na sequência, a objetificação do corpo feminino é expressa pela expressão "gosta de uma coisa que a mulher", referência clara ao órgão sexual feminino, o que permite construir uma representação da mulher enquanto objeto sexual, além do enunciado "*o que eu quero com você se faz pelado*", presente no post subsequente.



https://www.instagram.com/p/BMFkEPLD6le/?taken-by=opoeteiro&hl=pt-br



https://www.instagram.com/p/BLzZ8tjjaEg/?taken-by=opoeteiro&hl=pt-br



https://www.instagram.com/p/BMHtZEmD3LW/?taken-by=opoeteiro&hl=pt-br

São diversas manifestações de violência simbólica que o perfil apresenta – mais de 4 mil postagens, que unidas formam um conjunto de representação aceita socialmente, como base em preceitos impostos há séculos que conferem as mulheres um estatuto de subalterna. A violência simbólica, aqui, nos parece indissociável do espaço de objetificação do corpo da mulher, elemento que, infelizmente, determina a forma instituída da fonte de toda a violência contra as mulheres e contra o feminino.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da leitura e análise interpretativa dos posts acima, concluímos, por intermédio da teoria proposta por Pierre Bourdieu que o discurso centrado no homem, na sua força e domínio impostos sob as mulheres se faz presente com muita expressividade e reitera o discurso patriarcal. Esses discursos reproduzem o estereótipo dicotômico: mulher versus homem, divisão do que a mulher pode fazer e homem pode fazer.

A violência simbólica ampara e dá força a outros tipos de violência, como a física, por exemplo. É preciso lançar luz sobre a violência simbólica contra a mulher para ter consciência desses contornos e evitá-las.

NOTAS

[1]É necessário ter uma conta no Instagram para acessar.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. *Dominação Masculina*. Tradução de Maria Helena Küher. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BOURDIEU, Pierre. (1989) *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

PETS E PETISCOS: O CONSUMO ALIMENTAR COMO MEDIADOR DE AFETO ENTRE TUTORES E ANIMAIS DE ESTIMAÇÃO

Juliana Abonizio
Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT
Pós- doutoranda em Sociologia pelo ICS da Universidade de Lisboa – Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea
abonizio.juliana@gmail.com

Eveline Baptistella
Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT
Mestre em Estudos de Cultura Contemporânea – UFMT
evelbap@gmail.com

RESUMO

Nosso objetivo é discutir acerca das relações entre animais e humanos a partir da articulação entre afeto e consumo, investigando como estes elementos contribuem para a inserção do animal na categoria de membro da família. Enquanto estratégia de construção de dados empíricos, analisamos a publicidade de comidas para animais e casas do ramo; já do ponto de vista teórico-metodológico, construímos uma reflexão interdisciplinar embasada nos preceitos da sociologia da vida cotidiana, estudos do consumo, etologia cognitiva, estudos animais e antropologia. Dentre os tipos de consumo que perpassam e constroem a relação entre tutor e pet, centramos nossa análise na comida enquanto uma dimensão que, simultaneamente, aproxima e afasta as espécies.

Palavras-chave: Pet. Consumo. Comida.

ABSTRACT

Our aim is to discuss the relationship between animals and humans through the articulation between affection and consumption, investigating how these elements contributes to the insertion of the animal in the position of a family member. As a strategy for the construction of empirical data, we analyzed the advertising of food for animals and pet shops; From the theoretical-methodological point of view, we constructed an interdisciplinary reflection based on the precepts of the sociology of daily life, consumption studies, cognitive ethology, animal studies and anthropology. Among the types of consumption that permeate and constructs the relationship between tutors and theis pets, we focus our analysis on food as a dimension that simultaneously brings together and apart species.

Keywords: Pet. Consumption. Food.

REVISTA ELETRÔNICA DOCUMENTO MONUMENTO 21
NDIHR
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICA REGIONAL NDIHR

INTRODUÇÃO

O modo como homens e animais convivem ao longo do tempo tem sofrido várias transformações, sejam motivadas por nossas descobertas científicas, por uma renovação das sensibilidades ou por redefinições do que se concebe como natureza, como humanidade e animalidade.

Na cultura contemporânea, percebemos que muitas das relações entre humanos e animais são mediadas por afeto, em especial ao que se refere a um animal designado não por suas características intrínsecas, mas pelo lugar que passa a ocupar no coração dos humanos com os quais convivem. O animal que se encontra na posição de *pet* não outra função além de ser estimado e conviver com seus tutores. Mais que um animal de companhia, o *pet* é alguém a quem se tem devoção e a ele se dispensam tempo e dinheiro e, assim, o afeto cria e mantém um mercado competidor e em franca expansão direcionado aos seus tutores.

Neste artigo, abordamos um dos nichos desse mercado, aquele voltado à alimentação dos que se encontram sob a categoria *pet*. Nosso objetivo é fazer uma reflexão sobre as relações entre animais e humanos a partir da articulação entre afeto e consumo, investigando como estes elementos contribuem para a delimitação da figura do animal como pessoa, muitas vezes considerada membro da família, que recebe um tratamento diferente daquele dispensado a outros animais. Dentre os tipos de consumo que perpassam e constroem a relação entre tutor e *pet*, destacamos a comida como uma dimensão que, simultaneamente, aproxima e afasta as espécies.

Enquanto estratégia de construção de dados empíricos, analisamos a publicidade de comidas para animais e casas do ramo; já do ponto de vista teórico-metodológico, construímos uma reflexão interdisciplinar embasada nos preceitos da sociologia da vida cotidiana, estudos do consumo, etologia cognitiva, estudos animais e antropologia.

Considerando a presença do animal de estimação nos lares humanos e o próprio sentimento que separa esses animais de outros animais - notadamente a estima de seus tutores para com eles -, começamos a nos questionar sobre o local ocupado pelos animais, supondo-o mutável, na vida cotidiana, que pode, simultaneamente, reproduzir determinadas estruturas sociais e colocar outras em xeque, uma vez que o cotidiano é território de monotonia e repetição e também sujeito às rupturas.

Recentemente, assistimos a transformação da atribuição de *status* aos animais baseada nas descobertas da etologia cognitiva e da neurociência bem como em mudanças na esfera do direito que redimensionam os animais, inserindo-os na esfera moral, normatizando os comportamentos dos humanos para com eles. Ferry (2009) aponta a mudança de rumo, avaliando uma onda de ressurgimento do sentimento de compaixão pelos seres naturais que estenderia a consideração e o direito ao bem-estar inclusive a elementos outrora vistos apenas como "recursos", entre eles as plantas. "Pode bem acontecer, com efeito, que a separação do homem e da natureza, que conduziu o humanismo moderno a atribuir apenas ao primeiro a qualidade de pessoa moral e jurídicas, tenha sido apenas um parêntese, em vias de ser reformar". (FERRY, 2009, p.19).

Tais alterações, sem dúvida, reverberam na vida de todo dia, que constitui o *locus* através do qual nos dedicamos a compreender a relação entre tutores e *pets* mediada pelo consumo alimentar. A sociologia da vida cotidiana traz elementos importantes para esta análise, uma vez que tem um caráter eminentemente qualitativo e utiliza a subjetividade como matéria prima para compreender como as pessoas agem e porque o fazem do modo que fazem, sabendo, contudo, que os comportamentos não podem ser separáveis dos contextos de interação em que são produzidos, o que torna necessário rever a noção de contexto e tentar conjugar as mútuas influências entre contextos vivenciais e contextos sociológicos a fim de entender o cotidiano como significante flutuante do real-social, ou, como diz Pais: "ver a sociedade a nível dos indivíduos e ver como a sociedade se traduz na vida deles". (2003, p.18).

Segundo Pais (2003), a proposta de estranhar o que se tornou usual é um ponto de partida para a interrogação sociológica. Nesta medida, este referencial nos ajuda a questionar e refletir sobre as relações de afeto entre humanos e seus animais de estimação e como estes sentimentos

se manifestam a partir de atos prosaicos, como a aquisição de um produto ou serviço para o bicho de estimação, inserindo-se aí a ação rotineira de alimenta-los.

Quais sentimentos se camuflam no interior da compra de um petisco? Que tipo de relação familiar interespécies é estabelecida no momento em que se escolhe esta ou aquela dieta para o animal a quem se dedica o afeto? Quais emoções presentes neste relacionamento são mediadas pelo consumo?

> A identificação do quotidiano com a rotina tem igualmente arrastado a sua identificação com esferas da vida social consideradas alienatórias, como as do consumo e da vida privada. Ora bem, não se pode negar que a vida quotidiana tenha certa afinidade com o consumo. O consumo-desgaste sensu stricto tem efectivamente lugar no marco da vida quotidiana. Contudo, nem sempre os consumidores terão uma atitude passiva, e, portanto alienada, perante os objectos consumidos; nem, por outro lado, é aceitável a conceptualização da vida quotidiana a partir da quotidianeidade consumista. (PAIS, 1986, p, 16)

Os estudos de consumo têm demonstrado uma importância da ação de consumo - que já foi um fenômeno negligenciado por várias tradições sociológicas - na constituição de identidade, na construção de cidadania, na veiculação de opções éticas, no fortalecimento de laços por meio do pertencimento estético, na atribuição de sentido ao mundo e consideramos que, através da ótica do consumo, será possível desvendar a relação afetiva entre tutor e *pet* e a ressignificação dos estatutos de animalidade e humanidade, noções frequentemente irrefletidas que escapam à decisão de pensamento, mas que podem ser percebidas nas relações que os humanos estabelecem com seus animais estimados.

A ideia do animal de estimação como motor do consumo pode suscitar duas reflexões bastante distintas. Por um lado, ao se pensar que um bicho leva seu tutor a consumir, é possível verificar a agência do animal, que interfere na vida do humano com quem convive. Por outro viés, o fato de ser o dono que faz as escolhas de consumo do *pet* não reforçaria a posição subalterna do animal? Os referenciais dos estudos animais e da etologia cognitiva ajudam a compreender esse movimento de reexame das fronteiras entre espécies, uma vez que trabalham justamente com uma perspectiva que desloca o animal da periferia da pesquisa, passando de ferramentas para sujeitos da produção do conhecimento. Este trabalho também utilizou algumas entrevistas realizadas no contexto de uma pesquisa maior desenvolvida pelo grupo de pesquisa ao qual as autoras pertencem.

Para fins didáticos, dividimos este trabalho em três partes. Na primeira, refletimos acerca da domesticação das espécies ao longo do tempo destacando a convivência com cães e gatos, espécies que mais usualmente entraram na categoria que chamamos *pet* e detivemo-nos, principalmente no modo como a alimentação foi importante para o estabelecimento dessa relação. Descrever os contornos dessa categoria e suas implicações na cultura hodierna também é objetivo desta primeira parte. Já a segunda, contém uma reflexão sobre comida do ponto de vista cultural, utilizando antropologia e sociologia da alimentação e as abordagens contemporâneas dos estudos de consumo, refletindo como o consumo pode mediar e legitimar relações de afeto, no caso, interespécie. A última parte contém a análise da publicidade da comida para animais de estimação e isso nos possibilitou ver como a sociedade contemporânea instaura um tipo de comensalidade interespecífica diferente da vivenciada em outros momentos históricos e, apontando para as conclusões, discutimos como tal comensalidade, simultaneamente, afasta e aproxima animais humanos e não-humanos através das práticas de consumo.

Domesticação de cães e gatos e o fenômeno Pet

A biodiversidade vive sob ameaça em todo o Planeta. Fenômenos como a acidificação dos oceanos e o aquecimento global devem comprometer, a médio prazo, as condições de existência da maior parte das formas de vida animal que habitam hoje a Terra. (KOLBERT, 2015). Na geologia, já é aceito o uso do termo Antropoceno para designar a época atual, uma nomenclatura que deixa clara a influência da ação humana sobre a natureza. Se antes, os grandes vetores de transformação geológica eram naturais, hoje é o homem o principal

responsável pelas mudanças. Na biologia, foi cunhado outro termo, pois, conforme Wilson (2006), a extinção de espécies vai derivar numa Idade em que a raça humana se encontrará praticamente isolada:

> Até o final deste século, esse surto de perdas permanentes deve atingir se não for controlado, um nível comparável ao do final da Era Mesozóica. Entraremos então em uma era que tanto os poetas como os cientistas talvez queiram chamar de Era Eremozóica ou Idade da Solidão. (WILSON, 2006, p. 79)

Se a tendência a colocar o bem-estar humano em primeiro lugar faz com que estejamos entrando na sexta extinção em massa (KOLBERT, 2015), existe um tipo de animal que parece viver um momento diametralmente oposto, ganhando uma proteção cada vez maior: ele não é definido por filo, classe ou ordem, sua conformação física não faz diferença, ele pode ter patas ou nadadeiras, pelos ou plumas, até mesmo escamas. O que garante a este bicho um lugar especial numa sociedade cada vez mais hostil é o elo que foi capaz de estabelecer com um determinado humano, ou seja, se ele é ou não estimado. Ser amado por um humano é uma condição que esconde contradições, mas oferece um grau de conforto e segurança que poucas espécies desfrutam.

Para estes bichos, está se popularizando um termo especial: *pet*. É uma categoria que já foi até mesmo classificada pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. "São animais criados para o convívio com os seres humanos por razões afetivas, gerando uma relação benéfica." (BRASIL, 2012).

Dentre estes espécimes, notadamente dois conseguiram um espaço maior no círculo familiar humano: os cães e gatos. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE mostram que hoje, de cada 100 famílias brasileiras apenas 36 têm crianças enquanto que 44 criam pelo menos um cachorro (RITTO; ALVARENGA, 2015, p. 71). Somente no Brasil, são 52 milhões de caninos e 22,1 milhões de felinos tutelados por humanos. Para Pais (2006), seu grau de inserção social é tão grande que estão passando por um processo de antropomorfização e chegam até mesmo a colocar seus tutores em uma situação de subserviência:

> Hoje, eles desfrutam de uma alargada rede de benefícios que, de vez em quando, retribuem com uma abanadela de cauda ou uma lambuzadela de língua. Esta inversão de préstimos expressa-se na passagem de uma *domesticidade* (comensalista) a uma *familiaridade* (protecionista) em que o animal doméstico passou à condição de convidado permanente. Os animais que outrora estavam ao serviço dos donos passaram a beneficiar dos serviços que estes lhes prestam, inclusivamente, quando, de modo servil, lhes recolhem as matérias fecais evacuadas na rua. (PAIS, 2006, p. 283)

Mais do que hospédes, estes bichos ganharam o posto de filhos - pelo menos é assim que a maioria dos tutores refere-se a eles, chegando a casos em que afirmam que o amor ofertado pelos animais de estimação é de qualidade superior inclusive à daquele que recebem de humanos (BAPTISTELLA, 2015). Não por acaso, o Governo Federal criou uma câmara setorial voltada apenas para o mercado *Pet*, que congrega diversos tipos de fornecedores de insumos para animais de estimação. Um segmento que vai das necessárias vacinas a supérfluos como coleiras incrustadas e roupinhas combinando com às dos tutores. Segundo a Associação Brasileira da Indústria de Produtos para Animais de Estimação, o Brasil possui hoje 132,3 milhões de *pets* formando um segmento que movimentou R$ 18 bilhões apenas 2015. (ABINPET, 2016, p.1).

Os extremos a que esse tipo de consumo pode chegar foram imortalizados em um vídeo da Revista Veja Rio que mostrava a rotina da cadela Bebel Brito Guida[1], uma maltesa que tem coleções de laços, roupas, gargantilhas, óculos de sol. Sua dona, Luzia Brito, afirma que prefere gastar dinheiro com a cachorra a gastá-lo consigo mesma e vai além, declarando que ela pode repetir vestidos, mas Bebel não. A cada festa das "amiguinhas", a filha de quatro patas usa um modelo novo, feito por uma costureira especializada. Em uma entrevista realizada durante esta pesquisa, uma tutora de três felinos detalhou os gastos com brinquedos, que chegavam a alguns milhares de reais. Apenas um dos cinco arranhadores que tinha em casa havia custado em torno de R$ 900. Uma ressalva curiosa é que ela contou que se aborrecia quando seus filhos humanos quebravam brinquedos na época em que eram crianças. No caso dos gatos, ela declara que se

sente feliz ao ver os equipamentos destruídos, pois é um sinal que os bichanos estão se divertindo.

Como duas espécies tão diferentes do ser humano alcançaram um posto tão privilegiado na vida familiar contemporânea? Segundo Hobgood-Oster (2014), há evidências que remontam à convivência harmônica entre homens e proto-cachorros até a última Era do Gelo, que teve início há 26.500 anos. Registros históricos mostram que a parceria entre estas duas espécies aconteceu ao mesmo tempo e em lugares diversos do globo, de forma que é difícil acreditar que este processo de domesticação tenha ocorrido primeiramente em uma comunidade e posteriormente tenha sido transferido para outros agrupamentos. (HOBGOOD-OSTER, 2014). Apesar de lobos e humanos representarem ameaças uns aos outros, estes dois animais acabaram reunindo motivos para se unirem e ambos encontraram vantagens na vida em conjunto. Os lobos mais predispostos a socializar com outras espécies se beneficiariam do excedente alimentar dos agrupamentos humanos e, em troca, teriam oferecido apoio para localizar e acuar presas, bem como se tornaram um sistema de segurança rudimentar, ao sinalizarem a aproximação de estranhos por meio de latidos. (HARE, WOODS, 2012).

Para Hare e Woods (2012), os cães não foram domesticados pelos humanos. Pelo contrário, eles aprenderam a se comunicar com as pessoas e estabeleceram padrões de comportamento interessantes para ambos. Neste ponto de vista, teria sido a própria seleção natural que privilegiou o desenvolvimento de cães cada vez mais amistosos ao homem. Esta teoria faz sentido quando pensamos que os cães vicejaram enquanto os seus ancestrais, os lobos, foram praticamente dizimados em todo o planeta.

A tese da autodomesticação também é aceita para os gatos, mas os termos da sua cooperação com humanos ainda são nebulosos. A proliferação dos ratos no entorno das comunidades humanas é aceita como um componente fundamental dessa aproximação, mas não o único.

> É quase certo que, no caso, esses camundongos atraíram os gatos. Mas as montanhas de lixo nos arredores das cidades provavelmente também foram um grande atrativo, fornecendo recursos o ano inteiro para os felinos que tivessem a esperteza de explorá-los. Essas duas fontes de alimento teriam incentivado os gatos a se adaptarem à vida junto aos homens; usando o jargão da biologia evolucionária, a seleção natural favoreceu os gatos que foram capazes de coabitar com os homens e assim ganharem acesso ao lixo e aos camundongos. (DRISCOLL, 2016, p.1)

Se os gatos não ajudavam na caça, em compensação eliminavam uma das maiores ameaças a nascente prática de estocar alimentos: os ratos. Assim, em ambos os casos, as raízes desta relação repousam especialmente na comida, uma instância que também delineia os tipos de laços estabelecidos e é usada, muitas vezes, como declaração de afetividade, uma vez que oferecer um alimento considerado "bom" para o animal de estimação é uma maneira de mostrar o cuidado e o carinho a que se tem para com o animal.

Consumo, comida e afeto

Para Pollan (2007), os onívoros passam por um dilema ao escolher sua alimentação. Os humanos seriam poupados desse dilema, pois contavam com a cultura que auxiliava a decisão de consumo alimentar. Contudo, atualmente, o autor afirma que os humanos atualizaram a experiência de viver esse dilema diante da imensa oferta de produtos e da ignorância de seus ingredientes. No caso dos animais de estimação, são os tutores que passam pelo dilema dos seus animais, impedindo que estes passem sozinhos pela experiência que seria própria da sua espécie. O tutor passa por duas escolhas: a decisão de escolher como se alimentar diante de uma pluralidade, que por vezes gera antagonismos, de crenças nutricionais e a decisão de como alimentar seu animal. Ambas as decisões seriam geridas pelos mesmos princípios? Quais critérios falariam mais alto: a nutrição? A funcionalidade? A estética? O gosto?

Para Romanelli (2006), estudar objetos que envolvem a cozinha é importante por trazer a reflexão sobre a relação entre o natural e o cultural, sendo o ato de se alimentar situado entre ambas às dimensões, a isso acrescentamos a alimentação *pet*, pois os animais, na convivência com humanos, fazem parte da cultura e esta atua sobre seus corpos, de forma que a alimentação

desses animais não pode ser vista estritamente como biológica. Aquilo que comemos tem mais sentido simbólico que determinações biológicas e mesmo os "bens que servem às necessidades físicas – comida ou bebida – não são menos portadores de significado do que a dança ou a poesia." (DOUGLAS; ISHERWOOD, 2009, p.120). Diante disso, podemos refletir sobre os significados simbólicos das cores e formatos das rações felinas e caninas? Qual o significado de cozinhar para o *pet* ou oferecer-lhe somente produtos industrializados? A forma de osso dos biscoitos realmente importa? Para quem?

Com essas indagações, passamos a refletir sobre aspectos da cultura alimentar da contemporaneidade e percebemos que os *pets*, inseridos nas casas e camas dos seus donos, encontraram também um lugar à mesa e, dessa forma, sua alimentação tem seguindo alguns imperativos da alimentação humana, que destacamos: a) a entrada no universo *light* e *diet*; b) a gourmetização; c) a dieta eticamente orientada.

Comida de bicho: funcionais, gourmet e moralmente orientados

Levando em conta questões meramente fisiológicas, Jorge (2014) lembra que os cães fazem parte da ordem mamífera carnívora, mas sua dieta é bastante variada: o consumo exclusivo de carne não é uma regra, pelo contrário, muitos integrantes deste grupo taxonômico comem também frutas e outros tipos de vegetais. Inclusive, não há consenso científico sobre o tipo de alimento que lhes seria mais adequado. Carciofi (2006) afirma que os cães precisam de altos níveis proteicos em suas dietas – mínimo de 18% para adultos e 22% para filhotes – no entanto, eles são considerados onívoros por muitos e ainda há debates sobre qual tipo de proteína seria mais adequado a eles: animal ou vegetal.

Conforme Sahd (2015, p.91), tanto a dieta de rações industrializadas quanto uma dieta natural com alimentos caseiros podem trazer efeitos adversos para a saúde dos cães. A primeira pode provocar cálculo renal e contém compostos cancerígenos enquanto a segunda pode levar à obesidade e tem risco aumentado de deterioração e contaminação. Além disso, as necessidades nutricionais de cada raça variam e "as rações secas desenvolvidas por cientistas contam com uma enorme gama de vitaminas sintéticas calculadas com base nos critérios específicos de raça, porte e idade dos peludos." (SAHD, 2015, p.92).

Para os donos, ficaria o peso de escolher qual alternativa considera mais segura para o seu ente querido, levando em conta, talvez, o que lhe faria menos mal, já que todas as opções oferecem riscos. Soma-se a esta questão o fato de que homens e cães são biologicamente diferentes:

> O próprio Conselho Federal de medicina Veterinária costuma se posicionar contra a prática da alimentação caseira, porque uma alimentação balanceada para cães (carnívoros, com tendências onívoras) não é o mesmo que uma alimentação balanceada para nós (completamente onívoros). (SAHD, 2015, p.92)

No entanto, não são apenas as necessidades ou conformações biológicas que entram nesta análise. Voltamos então à questão do gosto como fator da decisão de consumo. O que o animal gosta – e o dono também – deve ser consumido, mas, deve ser consumido principalmente aquilo que ele necessita. Neste caso, em específico, o gosto é inferior à necessidade como fator de decisão. Mas, em se tratando de consumo humano, o gosto – aquilo que não se discute – é fator preponderante e revelador de autonomia, uma vez que, como diz Campbell (2006), ninguém pode mudar o gosto de alguém através de argumentos racionais e o consumo contemporâneo volta-se cada vez menos para a satisfação de necessidades e cada vez mais para satisfação de vontades. Aos cães e gatos devem ser dados aquilo que eles gostam, aquilo que eles precisam ou aquilo que não contraria a ética de seus tutores?

É o dono ou tutor quem paga as contas e quem decide pelo consumo de seu animal, consumo aqui pensado não no sentido de aquisição mercadológica. Em suma: o cão ou gato – para citar apenas as espécies que mais frequentemente ocupam a categoria *pet* - não decidem o que comem, é o dono quem o faz e, portanto, é sobre ele que recai a responsabilidade pelo consumo correto ou nocivo daqueles que muitos costumam afirmar que tratam como filhos de quatro patas.

Alimentos funcionais, light, diet e orgânicos

No estudo feito por Digard (1999), vemos que os animais tem um estatuto familial que, segundo o autor, caracteriza o atual sistema domesticatório. Com esse estatuto, os animais de estimação são submetidos a um tratamento maternal, visto pelo autor como uma forma feminina de adestramento através do afeto que se manifesta em uma hipernutrição desses animais, dentre outros cuidados, que podem inclusive lhes ser nocivos. Para Ingold (2000), a "filhotização" dos animais manifesta essa maternagem referente aos cuidados, cada vez mais ampliados, em termos de recursos e técnicas e mais humanizados.

Não muito diferente do que acontece com crianças que se alimentam mal, a culpa é de quem carrega a carteira e é – ou deveria ser – a autoridade na compra e na decisão de consumo dos menores tutelados. Com cães e gatos a situação se repete: é o dono ou tutor o responsável pela alimentação adequada e deve, tanto quanto no caso dos humanos menores estimados, – consultar os especialistas, sejam eles, neste caso, os veterinários ou os fabricantes de ração. Além das rações especiais, vemos crescer a prática de cozinhar para os filhos e filhotes. Ambos, crianças e bichos, devem ser alimentados por uma comida mais natural, caseira, sem conservantes, tendência que se que se manifesta através de "uma indústria de rápido florescimento de livros de receitas para cães e gatos". (KULIK, 2009, p.500)

Tal qual se cresce a obesidade humana e a infantil, cresce a obesidade dos *pets* e para Kulik (2009), a obesidade pode ser interpretada como uma dissolução da fronteira entre espécies. O autor ressalta que os casos de obesidade de animais de estimação tornaram-se um problema social. No entanto, as estatísticas, bastante alarmantes, veiculadas pela mídia podem ocultar razões econômicas que aqueceram o mercado dirigido ao pet usando de dois argumentos fundamentais: razões científicas, ainda que duvidosas, e as novas sensibilidades emergentes:

> A principal razão pela qual as estatísticas variam tanto é que seu pedigree científico é vago; e a razão para isto é que todas as estatísticas sobre a obesidade de animais de estimação derivam de estudos patrocinados ou conduzidos pela indústria de alimentos para animais de estimação. Ora, essa indústria é uma invenção razoavelmente recente. Ela não existia até o final da segunda metade do século XIX. (KULIK, 2009, p.486)

Segundo Kulik, James Spratt, ao ver cães revirando lixo em Londres, teve a ideia de produzir biscoitos caninos de carne por volta de 1860 e, dez anos depois, passou a vender os seus produtos nos Estados Unidos. Até então, os animais comiam restos das mesas de seus donos, mas a indústria criou a necessidade do seu produto usando uma publicidade ofensiva que veiculava a qualidade da alimentação especializada.

Atualmente, as marcas de ração apostam nos subsegmentos desse mercado, assim vemos, nas prateleiras de Pet Shops produtos destinados a filhotes e adultos, apropriados para raças de pequeno, médio ou grande porte, castrados, alérgicos, com distúrbios renais e para cães com paladares exigentes – a marca Tutano, por exemplo, oferece uma ração para cães sensíveis, que promete diminuir o risco de alergias. A publicidade, por sua vez, anuncia rações recomendadas por criadores e especialistas, além de escolhidas pelos próprios animais em uma encenação de teste cego.

Um segmento importante da indústria de alimentos para animais de estimação é o chamado Premium ou especial. São as comidas de etapas da vida, que possuem fórmula especial para animais novos ou "seniores" e também as comidas dietéticas. As comidas para diferentes fases da vida ou dietéticas chegam a custar o dobro das normais, mas isto não impede que os donos as comprem, pelo contrário, comida Premium para animais de estimação é o mercado que mais rápido cresce nessa indústria. (Kulik, 2009, p.486-487). Conforme uma tutora, entrevistada acerca de outra pesquisa das autoras, sua maior conquista profissional foi obter um emprego que lhe permitia comprar a ração Royal Canin para seu cão, alimento, que para ela seria "a melhor ração existente no mercado brasileiro".

Tais quais os produtos destinados a humanos, os produtos rotulados com selos *diet* e *light* trazem um diferencial de classe: são sem dúvida mais caros e "todos nós sabemos que a obesidade, no mundo ocidental pelo menos, é predominante entre pessoas mais pobres". (KULIK,

2009, p. 496).

Ao consultar o *site* PetLove que vende produtos destinados a animais, comparamos os pacotes de rações caninas: um pacote de ração Pedigree de 20 quilos, um pacote de 15 quilos da ração Golden adultos especial, um pacote de 10 quilos da ração Royal Canin para tratamento de obesidade. A primeira tinha um custo de 8 reais e 19 centavos por quilo, a segunda custava 6 reais e 84 centavos por quilo, a terceira requereria um investimento de 27 reais e 72 centavos por quilo.

Segundo Silva (2012, p.216), "a cultura fitness revela um fascínio sobre belos corpos e, ao elegê-los como símbolos da saúde - expressão máxima do autocontrole, da disciplina e do empenho -, posiciona a margem aqueles outros não tão belos, não tão magros e não tão jovens". A alimentação, aliada aos exercícios, são fundamentais na cultura *fitness*, uma vez que são os elementos que permitirão construir o corpo desejado. E os animais são inseridos nessa ordem.

> Não apenas eles são humanizados por meio de práticas de consumo e indulgência que tipifica os sujeitos do capitalismo tardio como, de forma crucial, eles são também humanizados por se tornarem simultaneamente enredados naquela grande assembleia sujeitadora conhecida como a indústria da saúde-beleza-boa forma, que segura todos nós, os humanos, firmemente em sua garra e a cujo olhar fixo de desaprovação todos nós inevitavelmente nos ajustamos. (KULIK, 2009, p.501)

Uma das rações específicas para tratamento de obesidade em gatos vem com a indicação específica: para gatos em ambientes internos. Essa indicação significa que gatos que vivem presos em casas e apartamentos tem pouca atividade física e podem se tornar obesos. A indicação para o sedentarismo praticamente imposto ao bicho é a restrição de calorias. Além disso, o benefício para os humanos também é critério de persuasão: a ração diminui odores de fezes. Uma indicação especista, pois não há, em se tratando de comida humana, nenhuma publicidade que defenda a diminuição dos odores das fezes.

Figura 1 - Embalagem de ração para gatos que vivem em ambientes internos.



Fonte: reprodução da web.

Padaria e livro de receita

O crescimento do nicho *gourmet* no mundo contemporâneo evidencia determinadas práticas hedonistas e de refinamento que servem como símbolos de *status*, mas também como possibilidade de ter determinadas experiências, o que caracteriza o consumidor hipermoderno, mais afeito a experimentação que à exibição, segundo Lipovestky (2007). O tutor parece dar ao seu *pet* ao estatuto de consumidor hipermoderno, promovendo a ele as possibilidades de experiência gastronômicas.

Segundo Ofray (1999), é preciso algumas qualidades para a prática hedonista, tais como profundidade, escolha, reflexão e sensualidade. Cães têm essas qualidades? O que significa a oferta de sonhos, panetones, bolos de carne em embalagens cuidadosamente preparadas e com confeitaria esteticamente sofisticada?

Para entender um pouco desse fenômeno, analisamos a Dog Bakery, a primeira padaria do Brasil, aberta em 2001, especializada no público canino. O proprietário, Naelson Santos, concedeu uma entrevista à Revista Meu Pet.

Segundo o entrevistado, os ingredientes dos quitutes são específicos, pois os cães "não podem comer de tudo. Por exemplo, usamos farinhas e essências sob controle e não utilizamos conservantes nem açúcar, porque são prejudiciais à saúde deles." Curiosamente, podemos perguntar se conservantes e açúcar também não prejudicam os humanos e as padarias humanas abusam desses ingredientes.

Acerca da reação de donos e cães na padaria, Naelson explica que os cães "ficam loucos, farejam muito e, se a gente deixar, querem provar tudo. Outros são mais desconfiados, mas, quando oferecemos um salgado ou um doce para degustação, eles rapidamente se rendem." A ideia de um cão experimentar a comida, degustá-la, prová-la, certamente aproxima sua espécie da humana, especialmente porque o comportamento convencional de um cão diante de um alimento que gosta muito é consumi-lo imediatamente. Os donos, por sua vez, também acabam pedindo para provar, mesmo não sendo sabores típicos às convenções de paladar humano. No entanto, em se tratando desse tipo de consumo, o proprietário desfecha: "Algumas pessoas não gostam, mas quem decide, no fim das contas, é o cão."

Neste ponto, volta-se a dimensão do gosto na decisão de consumo e do gosto, não do dono, mas do cão, ainda que, por vezes, os paladares humanos sirvam como referência, uma vez que é frequente os donos experimentarem os petiscos dos *pets*, inserindo os mesmos na dimensão cultural que caracteriza a construção social do gosto. No entanto, esse gosto não é completamente livre de outros determinantes, uma vez que a saúde é um capital altamente valorizado no mundo hipermoderno. (Lipovestky, 2007). Assim, o prazer de comer, com olhos e boca, ao estilo *gourmet* une-se a preocupação com alimentação saudável.

Na descrição do *site* de outra empresa do ramo a Pupcake Dog Bakery, que só tem loja virtual, consta:

> Pupcake Dog Bakery - Padaria e Festas para Cachorros Comemore o aniversário do seu cachorro com bolo, biscoitos, lembrancinhas, petiscos e muita festa! Alimentação natural, funcional e saudável para cães e humanos. Enviamos para todo o Brasil. Produtos feitos com ingredientes naturais, frutas e legumes frescos e farinha integral orgânica. Adoçados com mel, sem açúcar, sem corantes e sem conservantes.

Dentre os produtos ofertados, temos biscoitos, bolos, muffins e marmitinhas personalizadas que foram produzidas para serem servidas como "lembrancinha" de aniversário:

> Uma linda e deliciosa lembrancinha para os cãovidados da festa! São 50 gramas de biscoito de aveia e mel envoltos em papel colorido, dentro de uma marmitinha de alumínio.
>
> A tampa é personalizada com a foto do seu cãozinho.
>
> Em três formatos diferentes, escolha o que mais combina com a festa!
>
> Todos os produtos são adoçados com mel, sem adição de açúcar, sódio, corantes, conservantes e ração animal.
>
> Saudáveis, funcionais e feitos com ingredientes naturais, podem ser consumidos por toda a família!
>
> Validade: 30 dias.

Fridog é a única ração vegetal para cães, sem "ovos, leite, carnes ou vísceras". Ressaltamos que a comida servida na "marmitinha" não contém ração animal embora seja feita pensando nos animais e principalmente, destacamos que os biscoitos "podem ser consumidos por toda a família", o que dimensiona, através da comensalidade, a constituição da família multiespécie como uma das características da cultura contemporânea.

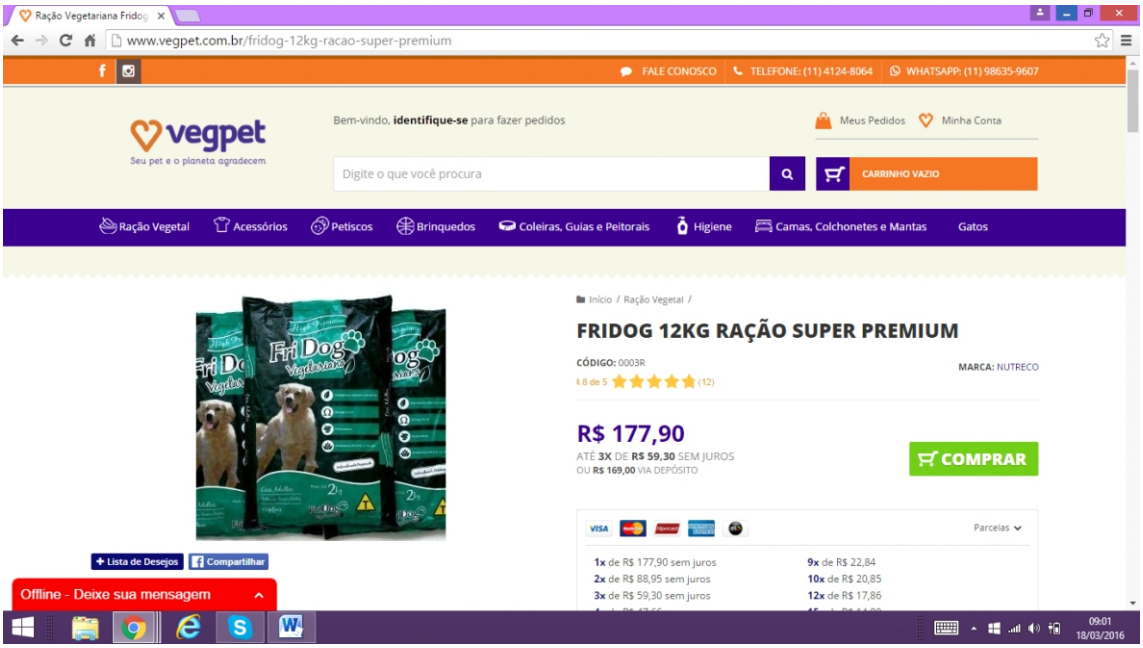
Cães não comem mais sobras humanas, mas seus tutores podem comer – e mesmo gostar – dos biscoitos que eles já não quiserem mais.

Veganismo

Outro produto destinado a *pets* que chamou nossa atenção é a ração vegetal. No Brasil, a animais, inclusive peixe e derivados" e é "Enriquecida com Ômega 3 e Ômega 6 (proveniente de

fontes vegetais), garante saúde à pele, pelos sedosos e brilhantes."[2]

Figura 2 - Publicidade de Ração Vegetal. Fonte: Imagem extraída do *site*.



O veganismo, enquanto estilo de vida ou ativismo, encontra na abolição do consumo de produtos que tenham gerado dor ou morte a animais. Em termos dietéticos, isso significa a adoção de uma alimentação estritamente vegetal, o que independe de crenças nutricionais, uma vez que essa decisão de consumo é baseada em critérios éticos. Mas, se veganos podem tutelar animais, o que lhes oferecer como alimento? Veganos enfrentam a decisão entre comprar carne (in natura ou em forma de ração) para seu cachorro ou gato ou impor aos mesmos uma dieta vegana baseada em valores morais.

Singer (2010, p.110) afirma que o especismo "(...) é o preconceito ou atitude tendenciosa de alguém a favor dos interesses de membros da própria espécie, contra os de outras". Este argumento leva em conta as inúmeras práticas cotidianas que geram dolo aos animais, geralmente, tendo como única finalidade o prazer humano – entre elas alimentação e diversão. No entanto, não seria possível estender este conceito e refletir se a imposição de uma escolha moral humana a um animal de estimação não provocaria, também, uma situação de atitude tendenciosa que contraria o interesse da espécie em questão?

Uma vez mais, assistimos a inserção dos animais na esfera moral da sociedade, no caso, quando é um fundamento moral – ainda que imposto – que vai determinar sua dieta, cada vez mais distante dos determinantes biológicos.

Conclusões

O estudo da alimentação do ponto de vista cultural tem abordado os animais não humanos, na maioria das vezes, tão somente quando são transformados em produtos para alimentação humana. No entanto, assistimos a transformação da alimentação dos animais que convivem com humanos a partir de vários elementos sociais, econômicos e culturais que trazem à tona a necessidade de analisar os símbolos e sentidos ocultos na comida ofertada aos *pets*.

De um lado, temos os determinantes biológicos que classificam os animais entre herbívoros, onívoros e carnívoros. Em se tratando de animais humanos, apesar da discussão biológica ter alguma importância diante dos debates entre os que adotam uma dieta livre de carne e os que a consomem, vemos que a biologia é, em termos motivacionais para adoção e permanência em determinada dieta, inferior às motivações éticas ou relacionadas às crenças de saudabilidade.

Atualmente, em uma sociedade complexa e fragmentada, há inúmeras possibilidades

dietéticas fundadas nas mais diferentes práticas e vertentes teóricas e o consumo alimentar tem se tornado um campo de batalhas que envolvem questões morais, políticas, econômicas e ambientais.

Os *pets* já não caçam, já não procuram por sua própria comida, dividem a cama e a mesa com seus tutores, comem em pratos, recebem bolos de aniversário, partilham marmitinhas de biscoitos e adotam dietas eticamente orientadas. Os modos de alimentar os animais de estimação refletem que para os humanos, os bichos estimados estão inseridos numa esfera diferenciada em que algumas preocupações antes pertinentes apenas para seus semelhantes passam a ser-lhes devidas. São elas a necessidade de demonstrar afeto por meio de ações de consumo bem como a noção de que o ato de alimentar aquele animal envolve não só carinho mas também responsabilidade – daí, a busca por dietas saudáveis, que supostamente melhorariam a qualidade de vida do animal. A partir desse espectro, vemos que as fronteiras se movem e o animal é aproximado do humano, sendo alimentado com a mesma "qualidade" que se ofereceria a qualquer outro membro amado da família.

No entanto, essas mesmas atitudes abrem espaço para se pensar numa forte separação entre animais e humanos, uma vez que a dieta é totalmente imposta aos *pets*, afinal, eles até podem escolher o que vão comer, mas o leque disponível para a escolha é feito pelo tutor e a ele cabe a decisão última. A alimentação, assim, é um dos espectros em que fica mais clara a dualidade no tratamento dado aos animais de estimação: por um lado são crianças que recebem os maiores mimos, por outro são eternos prisioneiros deste afeto, tornando-se bebês perpétuos, que tem cada passo de suas vidas regulados – começando pelo confinamento nos lares humanos, passando pelo controle dos ciclos de reprodução por meio da castração e chegando até a antropomorfização, com a adoção de hábitos humanos, como o uso de roupas e a oferta de dietas eticamente orientadas, como é o caso da ração vegetariana.

NOTAS

[1] https://www.youtube.com/watch?v=CoWSXCpRzSA

[2]As informações referentes à ração Fridog foram extraídas do sitewww.vegep.com.br.

REFERÊNCIAS

ABINPET. Associação Brasileira da Indústria de Produtos para Animais de Estimação. *Setor Pet chega a R$ 18 bilhões em 2015, ms não sem os efeitos da crise*. São Paulo, SP, 2016. Disponível em: < http://abinpet.org.br/site/setor-pet-chega-a-r-18-bilhoes-em-2015-mas-nao-sem-os-efeitos-da-crise/>. Acesso em: 25 set. 2016.

BAPTISTELLA, Eveline. *Animas e fronteiras: entre espécies, ciências e cotidiano*. Dissertação em Estudos de Cultura Contemporânea. Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso, 2015.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. *Ministério anuncia a criação de cadeia produtiva pet*. Brasília, DF, 2012.

CAMPBELL, C. "Eu compro, logo sei que existo: as bases metafísicas do consumo moderno", in L. Barbosa e C. Campbell (orgs.), *Cultura, consumo e identidade*. Rio de Janeiro, Editora da FGV, 2006.

CARCIOFI, Aulus; PONTIERI, Roberto; FERREIRA, Cristiana; PRADA, Flávio. Avaliação de dietas com diferentes fontes protéicas para cães adultos. *R. Bras. Zootec.*, v.35, n.3, p.754-760, 2006

DRISCOLL, Carlos; CLUTTON-BROCK, Juliet; KITCHENER, Andrew; O´BRIEN, Stephen. A longa e incompleta domesticação do gato. *Scientific American,* Segmento, n.86, p.71-74, 2009.

FERRY, Luc. *A nova ordem ecológica:* a árvore, o animal e o homem. Rio de Janeiro: Difel, 2009.

HARE, Brian; WOODS, Vanessa. *Seu cachorro é um gênio*: como os cães são mais inteligentes do que se pensa. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2012.

HOBGOOD-OSTER, Laura. *A dog´s history of the world*: canines and the domestication of humans. Waco: Baylor University Press, 2014.

INGOLD, Tim. *The Perception of the environment*: essays on livelihood, dwelling and skill. Londres: Routledge, 2000

JORGE, Rodrigo da Silva Pinto. *Caracterização do estado sanitário dos carnívoros selvagens da RPPN SESC Pantanal e de animais domésticos da região*. 2008. 105 f. Tese (Doutorado) - Curso de Epidemiologia Experimental e Aplicada às Zoonoses, Departamento de Medicina Veterinária Preventiva e Saúde Animal, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: < http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/10/10134/tde-28052008-104047/en.php>. Acesso em: 25 mar. 2016.

KOLBERT, Elizabeth. *Sexta Extinção*: uma história não natural. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015.

KULIK, Don. Animais Gordos e a dissolução da fronteira entre as espécies. *MANA* 15(2): 481-508, 2009

PAIS, José Machado (2006). *Nos rastos da solidão: deambulações sociológicas*. Lisboa: Ambar.

PAIS, José Machado (2003). *Sociologia da vida cotidiana. Teorias, métodos e estudos de caso*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

POLLAN, Michael. *O dilema do onívoro*: uma história natural de quatro refeições. Rio de Janeiro, Intrínseca, 2007.

RITTO, C; ALVARENGA, B. A casa agora é deles. *Veja*, Abril, n. 2429, p. 71, 2015.

ROMANELLI, G. "O significado da alimentação na família: uma visão antropológica". Medicina, Ribeirão Preto, 39 (3): 333-339, jul./set., 2006.

SAHD, L. *A mente do seu cachorro*: tudo que você precisa saber para que seu amigo peludo tenha uma vida saudável e feliz. São Paulo: Abril, 2015.

SINGER, Peter. *Libertação animal*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

WILSON, E.O. *A criação*: como salvar a vida na Terra. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MONTEIRO LOBATO: ENTRE A UTOPIA E A MODERNIZAÇÃO

Neide Moraes de Mello
Professora, doutora do Departamento de Sociologia e Política/ICHS
Universidade Federal de Mato Grosso-UFMT
neidemoraesdemello@gmail.com

RESUMO

Neste artigo se examina o contraste da atuação e a vida pública de dois renomados intelectuais- Mario de Andrade e Monteiro Lobato - que tiveram papel de destaque em meio às discussões que trataram da modernização do Brasil, bem como compara os projetos de país com os quais se envolveram durante as décadas de 20 e 30 do século passado. Ou seja, apresenta-se o contraste que se supõe estabelecido entre a cultura promovida pelo Departamento de Cultura do Estado de São Paulo, entendida como manifestação de valores de elite e, a que aqui se considera seu oposto, a cultura "aplicada à produção" de Monteiro Lobato.

Palavras-chave: Política. Modernização. Cultura. Valores. Elite e produção.

ABSTRACT

This article examines the contrast between the performance and the public life of two renowned intellectuals - Mario de Andrade and Monteiro Lobato - who played a prominent role in the discussions that dealt with the modernization of Brazil, as well as comparing the country projects with which Were involved during the decades of 20 and 30 of the last century. That is, the contrast between the culture promoted by the Department of Culture of the State of São Paulo, understood as a manifestation of elite values and, which is considered its opposite, the culture "applied to production" By Monteiro Lobato.

Keywords: Politics. Modernization. Culture. Values. Elite and production.

REVISTA ELETRÔNICA DOCUMENTO MONUMENTO 21
REDM
NDIHR
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICA REGIONAL NDIHR

INTRODUÇÃO

Retrospectiva Histórica

Na virada do século XX, as elites brasileiras, particularmente as oligarquias cafeeiras de São Paulo encontravam-se num dilema frente à modernização das estruturas do país. De fato, três séculos e meio de economia colonial escravocrata sobrevivendo ao ingresso do país na soberania política, foram entre 1850 e 1870 questionadas por setores sociais que se formaram apesar da rigidez da estrutura dominante, levando ao desgaste gradativo da monarquia até sua substituição pela república. Nesse ínterim, o país foi forçado a encarar a modernização num processo contraditório, alimentado pelos próprios vínculos com a velha ordem, na esteira do desenvolvimento da agro exportação que, para sobreviver a esse período crítico, teve que fazer concessões ao novo, como empregar mão-de-obra livre, implantar uma vasta rede ferroviária e conceder direitos políticos aos trabalhadores urbanos até se completar a transferência da hegemonia do campo para as cidades.

E ainda que esse processo tenha ocorrido sem o derramamento generalizado de sangue pelo país, [1] induziu resistências políticas e culturais por parte de grupos cujos interesses foram contrariados com o novo modelo de Estado e com a perspectiva de uma sociedade fundada no trabalho livre e na cultura urbana. Pressupõe-se, aqui, que em São Paulo essa insegurança foi mais intensa entre a fração da oligarquia cafeeira que tirou proveito da agricultura de exportação estendendo as ferrovias, expandindo suas fazendas e acumulando fortunas, mas não se adaptou ao principal fator de modernização: a invasão da cena política pela massa urbana que passou a exigir participação na política e na riqueza material cuja produção elevara-se a níveis inéditos graças à ciência e a tecnologia como a que os engenheiros da Politécnica criaram. A sociedade afluente de massas tornou-se um espectro rondando as facções aristocráticas da oligarquia que procurou neutralizar o impacto das ideias novas trazidas com a modernização e os imigrantes.

Economicamente, a modernização no Brasil se consumaria com a substituição de importações, de cuja organização política se encarregou o PRP primitivo a partir da determinação de sua facção industrializante, desde a afirmação do ideário de Paula Souza com a reforma do ensino no estado em 1892. Esta reforma concorreu para a formação de uma mentalidade técnico-científica favorável à industrialização e à substituição de importações. Em 1917, uma série de eventos mostrou que a modernização se precipitava sobre a sociedade brasileira na forma de manifestações políticas e culturais, locais ou externas, de que as estruturas antigas não conseguiam resolver as demandas que atingiam a escala dos milhões.

Assim, a ação do Departamento de Cultura, braço cultural do Partido Democrático, ocorreu no sentido de oferecer ao povo uma cultura "alternativa" à cultura urbana que rapidamente se formava: a do Brasil rural, o folclore e as tradições culturais de matriz luso-colonial. A concretização dessa "alternativa" seria um trabalho de educação fundamentalmente artística, orientando o trabalhador para o universo do trabalho artesanal renovado, tributário de um ideário avançado como o de Ruskin e Morris, aplicado por uma fração da oligarquia cafeeira que renovaria em tempos modernos um sistema análogo ao dos *ateliers d'État*, onde uma nata de artesãos produzia arte aplicada de luxo para o consumo monopsônico de elite, "resolvendo" conflitos sociais numa espécie de "aliança aristocracia-povo", cujo modelo era o Liceu de Artes e Ofícios (LAO) de São Paulo. Este produziu e forneceu abundantemente para particulares e para o Estado nas primeiras décadas do século XX.

A família Prado foi a primeira dos grandes clãs paulistas com interesses em todos os setores da economia estabelecidos a se fixar na cidade de São Paulo ainda nas décadas iniciais do século XIX. O primeiro deles que se tem notícia foi o sargento-mor Antônio da Silva do Prado que chegou a Santana do Parnaíba antes de 1710, quando se casou com uma brasileira. (LEVI, A *família Prado*, p.49/50)

O segundo Antônio Prado, ainda no século XVIII adquiriu imóveis na cidade de São Paulo os quais se tornaram "(...) *o começo de uma presença permanente na cidade do que estava para se tornar o ramo mais bem sucedido da família* (...)." (*id.*:52). O terceiro Antônio Prado (1788-1875) foi o primeiro a se destacar na vida pública brasileira. Em virtude de suas articulações, em São

Paulo, foi agraciado com o título de barão de Iguape, pelo qual ficou conhecido. Em 1825 nasceu sua filha Veridiana, que desempenharia papel destacado na história cultural paulista.

Em 1838, Veridiana casou com o seu meio-irmão de seu pai Martinho, (LEVI: 67). O casal teve três filhos. Em 1840, nasceu-lhe o primogênito Antônio. Dos filhos do casal, os mais ilustres foram Antônio, fundador do PD, e Martinho Jr.. Republicano convicto foi fundador do PRP, (LEVI: 79) abolicionista, e reinvestia os lucros da cafeicultura em todos os setores da economia. (LEVI:79)

Houve dois momentos em que a cultura dos aristocráticos salões de São Paulo foi orquestrada por mulheres: O primeiro aconteceu nas décadas finais do século XIX, quando a cultura dos salões aristocráticos de São Paulo era comandada por Veridiana Prado.

Educada na França e Suíça, foi uma mulher incomum para o seu tempo. Absorveu os valores dominantes de sua época, que apontavam simultânea e contraditoriamente para o novo, o moderno, o futuro e o arcaico. Depois de se separar de seu marido, organizou a imagem e percepção que São Paulo hoje tem de si e, seguindo a tradição francesa da cultura dos salões, aglutinou ao seu redor a primeira elite cultural paulista com capacidade e disposição para investir pesadamente e atuar nesse setor.

O segundo aconteceu quando da tomada de consciência, pela elite de São Paulo, obre a importância de seu papel no processo de modernização do Brasil. Assim, Olívia Guedes Penteado, filha dos Barões de Pirapitingui, foi grande incentivadora do Modernismo no Brasil e amiga de artistas como Anita Malfatti, Heitor Villa Lobos e Tarsila do Amaral. Criou o Salão de Arte Moderna em 1923 e manteve a tradição iniciada por Veridiana Prado.

A tônica das discussões recaiu na arte e na ruptura com a academia e o senso comum. Considerado de vanguarda para os padrões brasileiros, do círculo artístico-social de Olívia Penteado[2] emanaram diretrizes para o projeto de "inclusão pela arte".

Nesse ínterim, o país foi forçado a encarar a modernização num processo contraditório, alimentado pelos próprios vínculos com a velha ordem, na esteira do desenvolvimento da agroexportação que, para sobreviver a esse período crítico, teve que fazer concessões ao novo. Dentre elas podem-se citar: empregar mão-de-obra livre, implantar uma vasta rede ferroviária e conceder direitos políticos aos trabalhadores urbanos até se completar a transferência da hegemonia do campo para as cidades.

Economicamente, a modernização no Brasil se consumaria com a substituição de importações, de cuja organização política se encarregou o Partido Republicano Paulista, a partir da determinação de sua facção industrializante, desde a afirmação do ideário de Paula Souza com a reforma do ensino no estado em 1892. Este fato concorreu para a formação de uma mentalidade técnico-científica favorável à industrialização e substituição de importações.

Mário de Andrade X Monteiro Lobato

Sob a direção de Mario de Andrade, a ação do Departamento de Cultura, braço cultural do PD, ocorreu no sentido de oferecer ao povo uma cultura "alternativa" à cultura urbana que rapidamente se formava.

Em linhas gerais, a nova realidade se enfrentaria com relações de trabalho inspiradas no artesanato pré-capitalista na linha do LAO. Tem-se essa ideologia como núcleo da interpretação do Departamento de Cultura como formador de um repertório artístico "popular" à base do fornecimento de arte aplicada para o público de elite sensível ao preceito modernista da incorporação do artístico primitivo, resultando numa espécie de pacto social e comercial alternativo ao trabalho *blue collar* no esquema fabril fordista que nem sempre lhes cumpria o prometido.[3]

A obra de Monteiro Lobato é a antítese dessa lógica. Entusiasta da modernização estrutural do país, ao invés de preservar o povo da afluência, o escritor procurou influenciar "*o público na formação de uma mentalidade receptiva às transformações tecnológicas*" (...), (STAROBINAS, *O Caleidoscópio da modernização*, p.8).

Estimulava, entre seus leitores, a industrialização do país, produzindo uma cultura erudita de alcance popular, escrita a partir do repertório e imaginário do povo brasileiro, preparando-o para enfrentar os desafios da vida moderna, ensinando-lhe história e economia política, bastando para isso ter acesso oral ou escrito às obras. Tendo adaptado a cultura clássica aos padrões

brasileiros, Monteiro Lobato não só entretinha seus receptores como formava seu entendimento, infundindo-lhes senso crítico e capacitando-os a interpretar as fontes, levando a uma análise critica da realidade à base de projetos de sociedade para o Brasil. Vale dizer, a cultura do DC seria a sucedânea da cultura dos salões aristocráticos, enquanto a de Monteiro Lobato, veiculada em meios de comunicação pública, procurou contribuir para a expansão da economia de mercado no país.

O modernismo artístico aportou no Brasil com espalhafato após as conferências de Marinetti em São Paulo em 1919 [4] e as viagens do casal Oswald-Tarsila a Paris, (MICELI, *Intelectuais e classe dirigente no Brasil*, p.13/4) que disseminaram, entre a burguesia esclarecida, uma postura iconoclasta com relação à tradição cultural que desembocou no Iluminismo e que seria aproveitada por Monteiro Lobato ao fundamentar sua luta pelo desenvolvimento. Daí o modo como se "esvaziou" o conteúdo revolucionário do modernismo europeu para reduzi-lo ao "decorativo", inócuo, mas qualificado como sinal exterior de "modernidade" cultural, de *aggiornamento* com as matrizes do sistema, qualificando a vanguarda ante o povo, legitimando-a como formadora da cultura que preside a ação política, auxiliando o crescimento do eleitorado do PD fora dos círculos de elite. [5]

Assim, o "moderno" dos modernistas do círculo de Olívia Guedes Penteado tornava-se um elemento puramente decorativo, um estilo a mais entre outros, mas com um toque de vanguarda que dava um ar *chic*moderno às residências dos promotores culturais mais importantes da oligarquia cafeeira exportadora tradicional. Expurgado de seus elementos revolucionários, o ideário moderno no Brasil conheceu uma trajetória sinuosa, tendo se alojado finalmente em meio à intelectualidade orgânica da ditadura do Estado Novo sob os auspícios de Gustavo Capanema. Presume-se aqui que o Estado brasileiro conheceu o "máximo" de modernização quando Capanema organizou o Ministério da Educação e Saúde e nele alojou os intelectuais progressistas. O próprio Mário de Andrade, um dos fundadores do PD, desgostoso com Prestes Maia ter encerrado sumariamente as atividades do DC, foi para Rio de Janeiro trabalhar com Capanema no Estado Novo organizando a *Enciclopédia Brasileira*.

Perplexos ante a invasão da cena política pela massa trabalhadora, futuristas e modernistas paulistas assumiram uma postura iconoclasta e espalhafatosa contra a cultura tradicional na mesma matriz luso-brasileira da qual Monteiro Lobato também se nutriu para compor sua obra. Ora desqualificando a tradição cultural como "parcial", "de fachada" ou acadêmica, [6] restringiram-se à difusão da cultura "artística", das artes plásticas e da música. O modernismo surgiu progressista e se tornou reacionário. Centralizada no folclore e nas tradições culturais da matriz luso-brasileira e colonial, a pesquisa empreendida pelo DC visou uma "formação artística popular" que qualificaria o trabalhador refinando seu gosto artístico e a suas habilidades para torná-lo um "artesão-operário" capaz de trabalhar no LAO e para produzir arte aplicada de luxo. Nesse sentido, a cultura do DC seria eminentemente prática, aplicada à formação profissional do trabalhador como alternativa a seu destino *blue collar* quase "natural" numa conjuntura de franca expansão capitalista industrial. Retrógrada e utópica, a proposta do DC impedia o povo de se interessar pela cultura urbana e suas manifestações que então começavam a se difundir em rádios, fonógrafos e cinemas, mantendo-o num patamar *naïf* de percepção da realidade.

Oposta à cultura do DC estava o ensino público que surgiu visando a formação geral do cidadão republicano, com o básico "iluminista" em todas as áreas do conhecimento, como os "conhecimentos gerais" de Leonardo da Vinci, [7] mais um saber específico que permitiria ao indivíduo a participar da um saber específico que permitiria ao indivíduo a participar da divisão social do trabalho. A origem desse fenômeno estaria na criação da Escola Politécnica em 1794, onde a França concentrou o esforço de mobilização de quadros intelectuais capazes de conceber as novas tecnologias demandadas pela sociedade de massas, realizando sua revolução industrial, "tardiamente" iniciada, mas com mais eficiência que a Inglaterra, transformando a técnica empírica "artesanal" em tecnologia "industrial pesada", [8] o que a desqualificou para a "segunda revolução industrial" e levou-a a intermediação financeira internacional por volta de 1870, dominando com a libra até a II Guerra Mundial. (ver ARRIGHI, *O longo século XX*, p.243 e ss).

Qual a postura dos intelectuais atuantes em São Paulo no período, particularmente Mário de Andrade e Monteiro Lobato, o primeiro o "líder" dos "modernos", e o segundo, um "desafeto"

deles (ambos os ícones do modernismo literário entre nós), frente às tendências de modernização econômica e social que aportavam no Brasil do início do século XX, coadjuvantes na condução do processo "pelo alto", [9] mais por uma classe que por toda sociedade? Em que circunstâncias se envolveram por adesão ou cooptação com projetos de difusão cultural para "abrasileirar" o imigrante? Nesse enfrentamento, os intelectuais alinharam-se às duas facções da oligarquia paulista em luta pelo governo segundo seus interesses em meio a pressões por transformações materiais e sociais rápidas e inadiáveis: Mário de Andrade ao PD e Monteiro Lobato ao PRP.

O que era a "cultura" que os intelectuais do DC dirigido por Mário de Andrade difundiram de dentro do Estado para a população paulistana pobre, sobretudo de origem imigrante, e como ela dialogava com as tendências modernizantes que, fatalmente, chegavam ao Brasil? O que significou "atrair o consumidor de elite para a produção popular", proposta de realização social num simulacro de mercado, conferindo expressão prática a sua síntese entre popular e erudito? [10] E o que teria sido o contraponto à atuação do DC, presume-se, a pedagogia implícita na obra de Monteiro Lobato, um veículo de difusão iluminista e científica, voltado à capacitação de pessoal para a afluência numa "ordem social competitiva"? Em termos gramscianos, qual das duas tendências mais facilmente promoveria nessas circunstâncias a formação de uma "sociedade civil" em equilíbrio com a "política" [11] "ocidentalizando" o Estado no Brasil? [12]

Defende-se, aqui, que o DC foi um "aparelho ideológico" do Partido Constitucionalista (PC), sucedâneo do PD, que lutou pelo Executivo local e nacional nos anos 30, quando chegou ao máximo a tensão entre forças favoráveis e contrárias ao deslocamento da hegemonia política dos agroexportadores para os industriais promotores da substituição de importações. Liderados por Armando de Salles Oliveira e tendo como porta-voz o jornal *O Estado de São Paulo*, os democráticos encarnaram a resistência à urbanização e modernização do país e à substituição de importações de setores agroexportadores tradicionais Fazendeiros politicamente liberais, cultural e artisticamente "modernos", mostraram-se, contudo, precavidos diante da afluência das massas. Em compensação, acenavam ao povo com generosas ofertas de bens culturais, desviando-o de demandas materiais perturbadoras, ministrando-lhes fundamentos de educação artística preparatória à produção de "cultura popular" por um estamento de "artistas-operários" sob o patrocínio dos órgãos públicos [13] para consumo exclusivo de elite.

Ao contrário, Monteiro Lobato assumiu a modernização econômica capitalista e da industrialização. Para tanto, elaborou uma literatura infanto-juvenil que teria se proposto ajudar a formar empreendedores com visão crítica da realidade e capazes de viabilizar afluência e a mobilidade social, [14] mantendo o caráter democrático do regime, tarefas que a serem assumidas no seio da sociedade civil, em tese, por administradores e técnicos probos sob os auspícios de um governo responsável, ele próprio tendo sido empresário e dos melhor sucedidos no difícil ramo em que atuou. [15] Para isso arvorou-se arauto do que era tido e havido no Brasil à época como causa eficiente do sucesso norte-americano, o estímulo à iniciativa privada, a produção em massa e o fordismo. Nesse processo ambíguo, foi adido comercial em Nova York no governo perrepista de Washington Luís e difundiu a ideia de desenvolver o Brasil, substituir as importações para fazer um país de classe média, pelo que, aderiu ao PRP que o PD de Mário de Andrade combateu sem trégua.

Desse modo, a ação dos intelectuais do DC visava escudar os democráticos de uma "revolução burguesa" que, mesmo "dentro da ordem", massificasse a produção, generalizasse a forma mercadoria e o trabalho assalariado na economia brasileira, questionando o pacto colonial renovado pelo liberalismo do PD.[16] Essa reação era estribada num "humanismo" defensivo, avesso à massificação, de perfil aristocrático e com influências *ultramontanas*, cujo antípoda considera-se aqui a obra de Monteiro Lobato por meio de sua produção "paradidática" que, ao contrário dos donativos "culturais" ao povo, procuraria formar antes mesmo da alfabetização leitores que dominassem conhecimento científico útil à produção em massa e aptos a entender e criticar a realidade, qualificando-os para massificar a cultura, socializar a política e permitir a afluência, tornando factível lançar um olhar crítico sobre a propriedade privada e superar as imperfeições do próprio capitalismo industrial. Procurou-se mostrar neste artigo a diferença entre os papéis na vida pública e a influência exercida nela por dois intelectuais como Mário de Andrade e Monteiro Lobato. Conclui-se que os dois divergem em sua ação como "homens públicos" na medida em que atuam como tais em instâncias diversas e

opostas, o primeiro, num órgão da administração pública, o DC da Prefeitura do Município de São Paulo, e o outro no mercado editorial e diretamente na opinião pública.

Mário de Andrade teria atuado no DC tomando parte em um projeto político de longo alcance em que variáveis sociais, culturais e político-eleitorais se confundiam. Premido pelas circunstâncias, teve todo apoio dos mais elevados escalões da administração municipal e estadual para levar adiante o projeto cultural de "abrasileiramento" da população urbana de origem imigrante, com desdobramentos no mercado de trabalho que se formava em São Paulo a partir de uma atitude defensiva diante da pressão demográfica e social causada pelos imigrantes em decorrência do avanço da própria cafeicultura.

Monteiro Lobato, pelo contrário, assumiu uma postura ativa diante do processo de modernização inexorável que avançava sobre o país e propôs-se contribuir para auxiliá-lo a se equiparar ao paradigma de sociedade capitalista avançada, os Estados Unidos. Para tal procurou difundir no Brasil o "evangelho fordista" que conduziria o país, como que milagrosamente, ao paraíso social, bastando para tanto educar as crianças para agirem nesse sentido quando adultos.

Entendeu-se que essa proposta é radicalmente oposta à do DC, que em seu horizonte também contemplou uma proposta de pacto social entre empregados e empregadores. Ao invés da tensão social permanente entre trabalhadores e proprietários que os exploram com "ferocidade burguesa", como no "fordismo" messiânico de Lobato, um acordo "aristocracia-povo" aos moldes do regime de trabalho do Liceu de Artes e Ofícios, viabilizaria o preparo de uma legião de "artistas-operários" que frutificariam a "vocação artística do Brasil" – "natural" quanto a agrária – revelada pelo ideário da vanguarda artística que se moderniza na "redescoberta" do Brasil rural e pré-capitalista por Mário de Andrade e Blaise Cendars. Este encontrou no barroco mineiro a essência da "brasilidade" e em sua expressão artística, a manifestação por excelência da nacionalidade que teria justificado a postura utópica de preservar o trabalhador afastado da cultura urbana que rapidamente se difundia pelas grandes cidades, como mostrou a análise da atuação do DC.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurou-se mostrar neste artigo a diferença entre os papéis na vida pública e a influência exercida nela por dois intelectuais como Mário de Andrade e Monteiro Lobato. A partir dos elementos históricos analisados, conclui-se que os dois divergem em sua ação como "homens públicos", na medida em que atuam como tais em instâncias diversas e opostas, o primeiro, num órgão da administração pública, o DC da Prefeitura do Município de São Paulo e o outro no mercado editorial e diretamente na opinião pública.

Entendeu-se que essa proposta é radicalmente oposta à do DC, que em seu horizonte também contemplou uma proposta de pacto social entre empregados e empregadores. Ao invés da tensão social permanente entre trabalhadores e proprietários que os exploravam com "ferocidade burguesa", como no "fordismo" messiânico de Lobato, um acordo "aristocracia-povo", aos moldes do regime de trabalho do Liceu de Artes e Ofícios, viabilizaria o preparo de uma legião de "artistas-operários" que frutificariam a "vocação artística do Brasil" – "natural" quanto a agrária – revelada pelo ideário da vanguarda artística moderniza na "redescoberta" do Brasil rural e pré-capitalista por Mário de Andrade e Blaise Cendars. Este encontrou no barroco mineiro a essência da "brasilidade" e em sua expressão artística, a manifestação por excelência da nacionalidade, que teria justificado a postura utópica de preservar o trabalhador afastado da cultura urbana que rapidamente se difundia pelas grandes cidades, como mostrou a análise da atuação do DC.

A fábrica produtora de bens de consumo de massa ou o Liceu de Artes e Ofícios produzindo arte aplicada de luxo nas residências da oligarquia ou nas repartições públicas por ela controladas? O DC teria trabalhado pelo desempate em favor da última, na medida em que se constituiu como uma prerrogativa do PD na pessoa de seus quadros mais ilustres, como Paulo Duarte, Fábio Prado e Armando de Salles Oliveira. Conclui-se pelo caráter reativo à modernização das práticas do DC em contraste com as favoráveis de Monteiro Lobato.

Por outro lado, conclui-se também que em termos materiais e culturais, a proposta de

Lobato estaria mais próxima do ideal de sociedade civil nos termos formulados por Gramsci, na medida em que admite um equilíbrio maior entre o "espaço público não estatal" em contraste com a "estatolatria" de perfil "oriental" do Departamento de Cultura.

NOTAS

[1]Os casos mais graves foram às revoltas de escravos e o assassinato de fazendeiros na região de Campos dos Goitacazes no Rio de Janeiro, a Revolta da Armada reprimida por Floriano Peixoto e o extermínio do arraial de Canudos no governo Prudente de Moraes.

[2] Olívia Guedes Penteado foi a primeira pessoa no Brasil a possuir uma obra de Picasso.

[3] Um paradigma dessa crítica foi o livro "*A Ilusão americana*" de Eduardo Prado, irmão de Antônio, no qual denunciou o monopólio e a crueldade da burguesia plutocrata contra o proletariado, (LEVI:289) desautorizando os EUA e a economia fabril como modelos para o Brasil.

[4] Nessa época, ainda pouco se distinguiam os modernistas dos futuristas devido a suas posturas críticas com relação ao passado. O próprio Mário de Andrade era considerado por Paulo Duarte um "futurista amalucado, de muito talento, mas, ao que parece de pouco juízo. (Paulo Duarte citado por BARBATO JR.:28) Após a Semana de 22 e sobretudo depois da passagem de Blaise Cendrars pelo Brasil em 1924, os modernistas tomaram consciência da importância cultural do passado e trocaram a atitude iconoclasta por uma reverência seletiva quanto ao que deveria ser preservado para atuar como a tradição constitutiva de um modernismo "responsável" e democrático que concorreria para a elevação no nível cultural da população. (*id.*:29).

[5] Revelador dessa tendência ao esvaziamento intelectual do modernismo em favor de seus aspectos artísticos exteriores foi o "Concurso de decoração proletária" organizado pelo DC em 1936 visando a produção objetos de decoração a serem vendidos aos operários, que com seus limitados recursos poderiam adquirir mobiliário e obras de arte a preços módicos (*id.*:33) experimentando a sensação de inclusão no circuito das artes restrito aos setores mais graúdos da população. O choque entre a idealização da vida proletária elaborada no DC e a realidade da afluência ainda que imperfeita vivida por parte da população trabalhadora de origem urbana européia manifestou-se no desabafo de Mário de Andrade, que alegou existirem "(...) *no Brasil diversos níveis de vida proletária e que entre esses níveis alguns permitem mobílias, cortinas, tapetes, rádios (até pianos!)*". (Mário de Andrade citado por BARBATO JR.*ibid*.)

[6]A partir desse momento, consagrou-se o costume de referir-se publicamente a "acadêmico" como sinônimo de "elitista", mostrando o meio acadêmico como um conventículo de intelectuais orgânicos que tramavam o sofrimento do povo em proveito do capital.

[7]Considerado protótipo de "homem moderno" pela abrangência de seus interesses no conhecimento aplicado ao aumento da produtividade.

[8]Se na "primeira revolução industrial", a vapor, a Inglaterra "vestiu o mundo" com seus tecidos de algodão, no início da "segunda", os cientistas franceses revolucionários que estudaram os gases e os princípios da termodinâmica lançaram as bases para a indústria da refrigeração e dos frigoríficos com impactos brutais na vida cotidiana dos indivíduos e na economia dos países, permitindo surtos econômicos espetaculares como os da carne na Argentina e Uruguai, com efeitos históricos análogos aos da cafeicultura no Brasil.

[9] Mantendo-se a ordem social e a propriedade privada.

[10]Joan Dassin *In*: BARBATO JR., *Missionários...*, p. 162.

[11]COUTINHO, *As categorias de Gramsci e a realidade brasileira*, p. 127.

[12]*Id*., p. 148.

[13]Ver BARBATO JR., *op. cit.*. p. 27.

[14](...) *Os dois temas que emergem no estudo da Modernização são: de um lado, a tentativa do homem em controlar a natureza e sujeitá-la às suas necessidades, do outro, o esforço perene de ampliar o âmbito das opções sociais e políticas para o maior número de pessoas*. (...) (BOBBIO, MATTEUCCI e PASQUINO, *Dicionário de Política*, p. 776)

[15]O mercado editorial num país de esmagadora maioria de analfabetos.

[16]Exportação de produtos primários e a contrapartida da importação de manufaturados.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: Graal, l992.

ALVES, Odair Rodrigues. *Os homens que governaram São Paulo*, São Paulo: Nobel/Edusp, 1986.

ANDRADE, Mario de. *Mário de Andrade: cartas de trabalho, correspondência com Rodrigo Mello Franco de Andrade, 1936-1945.* Brasília: Fundação Nacional Pró-Memória,1981.

_____, Mário de. *Música e jornalismo: Diário de São Paulo.* (Pesquisa, estabelecimento de texto, introdução e notas por Paulo Castagna). São Paulo, HUCITEC/EDUSP, 1993.

AZEVEDO, Carmen Lúcia de, CAMARGO, Márcia, SACCHETTA, Vladimir. *Monteiro Lobato Furacão na Botocúndia*. São Paulo: Editora do SENAC,1997.

BANDEIRA, Moniz. *Presença dos Estados Unidos no Brasil. (Dois séculos de História)*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

BARBATO JUNIOR, Roberto Luiz de Arruda. *Missionários de uma utopia nacional-popular: os intelectuais da cultura de São Paulo.* Campinas, s.c.p., Tese de Doutorado /Universidade Estadual de Campinas/IFCS, 2001.

BOSI, Alfredo. *Lobato e a Criação Literária* in *Boletim Bibliográfico da Biblioteca Mário de Andrade*, no. 43, 1982

_____, (*org*.) *Cultura Brasileira. Temas esituações*. São Paulo: Ática, 1992.

_____, "Lobato e a criação literária". *In*: *Boletim Bibliográfico*, São Paulo: Biblioteca Mário de Andrade, 1-2:19, jan.–jun, 1982.

CANDIDO, António. Prefácio. *In*: MICELI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo: Difel,1979. p.ix-xii.

CHIARELLI, Tadeu. *Um Jeca nas vernissagens: Monteiro Lobato e o desejo de uma arte nacional o Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1995.

DUARTE, Paulo. *Mário de Andrade por ele mesmo*. 2ª edição. [Prefácio de Antonio Candido]. São Paulo: Editora HUCITEC/Secretaria Municipal de Cultura, 1985.

DURAND, José Carlos Garcia. *Arte, privilégio e distinção: artes plásticas, arquitetura e classe dirigente no Brasil (1855-1985)*. São Paulo: Perspectiva,1989.

GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, l979.

KOSHIYAMA, Alice M. *Monteiro Lobato: Empresário, Trabalhador, Intelectual e Ideólogo da Indústria do Livro no Brasil*. São Paulo: Dissertação de mestrado apresentada à Escola de Comunicação e Artes da USP, 1978.

LAJOLO, Marisa *A modernidade em Monteiro Lobato* in ZILBERMAN, R.*A Atualidade de Monteiro Lobato*, São Paulo, Ática, 1982.

LANDERS, Vasda B. *De Jeca a Macunaíma: Monteiro Lobato e o modernismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

LOBATO, Monteiro. *Cartas Escolhidas*. 7ª edição. São Paulo: Brasiliense,1972.

MARTINS, Nilce Sant'Ana *A língua portuguesa nas obras infantis de Monteiro Lobato*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 1972

MONTEIRO LOBATO, José Bento. *Cartas escolhidas*. São Paulo: Brasiliense, Tomo I e II, l959.

MORIN, Edgar. *Cultura de massas no século XX*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981.

STAROBINAS, Lilian. *O Caleidoscópio da modernização. Discutindo a atuação de Monteiro Lobato.* São Paulo (s.c.p.), Dissertação de Mestrado, FFLCH /USP, 1992.

A INFÂNCIA NA PERSPECTIVA DA PSICOLOGIA E HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

Daniela Barros da Silva Freire Andrade
Doutora em Educação
Professora IE/DTFE/PPGE/UFMT
freire.d02@gmail.com

Elizabeth Figueiredo de Sá
Doutora em Educação
Professora IE/DTFE/PPGE/UFMT
elizabethfsa1@gmail.com

Paula Figueiredo Poubel
Doutoranda em Educação
PPGE/IE/UFMT
poubel.p.f@gmail.com

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo abordar a experiência do Grupo de Pesquisa História da Educação e Memória (GEM) e do Grupo de Pesquisa em Psicologia da Infância (GPPIN), ambos do Instituto de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso, que têm a infância como objeto de estudo em perspectivas diferentes: a da história da educação da infância e da psicologia da educação. A intenção é perceber como, mesmo com abordagens diferenciadas, os pesquisadores podem trabalhar com o mesmo objeto e contribuir para uma visão mais ampla da infância e a percepção do verdadeiro conceito da interdisciplinariedade do conhecimento.

Palavras-chave: Representações sociais.História da Infância. Psicologia da Infância

ABSTRACT

The present article aims to broach the experience of the Research Group on History of Education and Memory (GEM) and of the Research Group on Childhood Psychology (GPPin), both of the Institute of Education of the Federal University of Mato Grosso, that have the Childhood as the object of study in different perspectives: the history of child education and the education psychology. The purpose is to understand how even with differentiated approaches the researchers are able to work with the same object and contribute to a wide vision of the childhood and the perception of the actual concept of the knowledge interdisciplinarity.

Keywords: Social Representations. Childhood History. Childhood Psychology



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICA REGIONAL NDIHR

Da parede da sala
Os olhos saltam
Para um dia de chuva qualquer
Em que a rua virava festa de última hora
E estar sob o céu em cachoeira
Era uma liberdade sem precedentes
Depois vinha o jogo da fita
O esconde-esconde
A queimada
E correr pelo mundo
Era pegar a sorte pelos cabelos.

Um barulho qualquer
(derrubaram um copo na cozinha?)
provoca a viagem de volta
e os olhos
(trazendo um pouco de água)
deixam a foto na parede
e saem da sala.
A infância é aquela saudade
que, quando a gente visita,
sente cheiro de café passado
e um aperto no coração.
(Marta Helena Cocco)

INTRODUÇÃO

O poema de Marta Helena Cocco[1] reporta-nos aos fragmentos da infância vivida ou inventada pela memória, que os sentidos como o *cheiro de café passado* trazem à tona lembranças do *jogo da fita, esconde-esconde, a queimada*...e, por que não, o momento escolar. Rememorar a infância quase sempre vem recheado de cores, sentimentos, sabores e cheiros que produzem um sentimento de saudosismo. Assim, quando o adulto fala sobre a sua infância, ele a revisita, a re-vive, re-inventa com o seu olhar de hoje. As pesquisas que se ocupam em ouvir à criança, em analisar suas opiniões, modos de vida e experiências, ainda são recentes.

Mediante esse cenário, o presente artigo pretende abordar a experiência de dois grupos de pesquisas do Instituto de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso que têm a infância como objeto de estudo em perspectivas diferentes: a da história da educação da infância e da psicologia da educação; a fim de perceber como, embora com abordagens diferenciadas, os pesquisadores podem trabalhar com o mesmo objeto e contribuir para as pesquisas sem, contudo, perder suas particularidades.

Sendo assim, iniciaremos o presente artigo trazendo à lume as pesquisas realizadas pelo Grupo de Pesquisa História da Educação e Memória, coordenado pelas pesquisadoras Elizabeth Figueiredo de Sá e Elizabeth Madureira Siqueira, e, em seguida, traremos em pauta as pesquisas realizadas pelo Grupo de Pesquisa em Psicologia da Infância (GPPIN), coordenado pela professora doutora Daniela Barros da Silva Freire Andrade.

História da Infância e de sua educação

As pesquisas que tratam sobre a história social da infância no Brasil vem se ampliando nas últimas décadas, resultando na produção de obras e artigos em diferentes formatos. No entanto, a história da infância e de sua educação, institucional ou não, se tornou objeto de pesquisa somente nas duas primeiras décadas deste século, impulsionada por grupos de pesquisa como o Grupo de Trabalho para a História da Infância e dos Materiais Lúdicos- GRUTHIMEL, coordenado por Luciano Mendes de Faria Filho da Universidade Federal de Minas Gerais e Rogério Fernandes

da Universidade de Lisboa, que aglutinou pesquisadores dos dois lados do oceano; e, como o Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisa da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo - NIEPHE-FEUSP, que sob a coordenação de Diana Gonçalves Vidal, também desenvolveu pesquisas referentes à infância através do subprojeto "Múltiplas Estratégias de Escolarização da Infância", aglutinando pesquisadores de diferentes estados brasileiros e, incluindo Mato Grosso, quanto de Portugal.

Para investigar a história da infância é preciso compreender as diferentes concepções presentes na sociedade ao longo dos anos. Kulhmann Jr. e Fernandes (2004, p. 16) alertam para o fato de que a criança não é biógrafa de sua própria história, sendo o adulto o autor da narrativa. Ressaltam que:

> [...] talvez a forma mais direta de percepcionar a criança, individualmente ou em grupo, seja precisamente tentar captá-la com base nas significações atribuídas aos diversos discursos que tenta definir historicamente o que é *ser criança*. Assim, baseando-se na história da infância seria possível estruturar as histórias da criança [...]. (KULHMANN JR.; FERNANDES, 2004, p. 16)

A respeito, Colin Heywood (2004, p. 21-22) afirma que:

> [...] criança é um constructo social que se transforma com o passar do tempo e, não menos importante, varia entre grupos sociais e étnicos dentro de qualquer sociedade. (...) Qualquer ideia a respeito de uma criança puramente "natural" se torna difícil de sustentar uma vez que se compreenda que as crianças se adaptam prontamente a seus ambientes, o produto de forças históricas, geográficas, econômicas e culturais diversificadas

Conforme os autores, é possível observar que as diferentes concepções de infância, resultantes de épocas e sociedades diversas. Perceber as representações de infância e de sua educação presentes na sociedade mato-grossense em diferentes momentos históricos se tornou o objeto de investigação de alguns pesquisadores do GEM.

A tese "De criança a aluno: as representações da escolarização da infância em Mato Grosso" (2006), que estava inserida nas pesquisas realizadas pelo GRUTHIMEL e NIEPHE, analisou a implantação dos primeiros grupos escolares em Mato Grosso e inaugurou os estudos sobre a infância no GEM. Na tese, o olhar se deslocou das reformas educacionais e da história institucional recaindo sobre a história da infância, na intenção de perceber "como este modelo escolar foi organizado para formar o futuro cidadão "desejável" para atuar na sociedade, inquirindo a *cultura escolar* que nela surgiu e as *representações concorrentes* de infância, presentes na sociedade mato-grossense" (POUBEL E SILVA, 2006, p.7).

Essa pesquisa foi precedida por outras, como a dissertação de mestrado de Mary Diana da Silva (2010) intitulada " Crianças negras na Instrução Pública em Cuiabá/MT (1870-1890)' que investigou, no período imperial, a presença de crianças negras no interior das escolas primárias, verificando que, em contraposição a outros em estados, em Mato Grosso elas frequentavam os bancos escolares, diferentemente de outros estados.

Em 2012, Ana Paula da Silva Xavier, integrante do GEM, defendeu a tese "Processos educativos da infância em Cuiabá (1870-1890)" sob a orientação de Maria Cristina Soares Gouvea da Universidade Federal de Minas Gerais, integrante do GRUTHIMEL. Sua tese tem como objeto de estudo o processo educacional de crianças de diferentes pertencimentos social e étnico-racial, em Mato Grosso, mais precisamente na cidade de Cuiabá, no período de 1870 a 1890.

Alem de dissertação e teses, alguns artigos socializaram pesquisas no âmbito da História da Infância. Como resultado da pesquisa desenvolvida em Portugal, Elizabeth Sá e Margarida Felgueiras (Universidade do Porto) publicaram o artigo: "Escola Central e Semi central: uma nova proposta de escolarização da infância em Portugal (2007)" no qual trataram sobre as representações de infância e de sua escolarização presentes nos modelos de escolas graduadas implantadas em Portugal.

Resultantes do aprofundamento da pesquisa de doutorado, Elizabeth Sá publicou os seguintes artigos: "A construção da identidade nacionalista da criança mato-grossense" (2010) que analisa a implantação da disciplina de Educação Moral e Cívica no ensino primário em Mato

Grosso e sua apropriação pelas crianças dos ideários nacionalistas; "A escolarização das crianças cuiabanas na Primeira República" (2012), que trata sobre as representações concorrentes de infância presentes na constituição de modelos escolares no período republicano; e, "As primeiras iniciativas de educação pré-primária em Mato Grosso" (2012), no qual socializa, com base na documentação encontrada no Arquivo Público de Mato Grosso, a ausência de instituições públicas voltadas para a escolarização da infância na faixa etária de 3 a 6 anos no período republicano, vindo a acontecer somente no período do governo de Pedro Pedrossian, na década de 1970.

Decorrente da pesquisa de mestrado de Josiane Brolo Rohden acerca do processo de colonização recente da cidade de Sinop, foram publicados dois artigos que direcionaram o olhar para a infância nesse cenário: "Ama, com fé e orgulho , a terra em que nasceste! Criança! Não verás nenhum país como este!: Educação que que servia à pátria e à igreja durante o processo de colonização de Sinop/MT (19731979). (2012); e, "A criança e a escola da floresta: história da escolarização da infância na cidade de Sinop – Mato Grosso (19731979)" (2013).

Atualmente o artigo, ainda no prelo, "A morte no cotidiano e no *Vida Escolar* em Campo Grande-MT", de autoria de Elizabeth Sá e Kenia Hilda Moreira, traz uma análise das representações sobre a "morte" materializadas em diferentes composições textuais no periódico "*Vida Escolar*" – órgão dos estudantes de Campo Grande, editado pelo Colégio "Visconde de Taunay", que circulou, entre 1934 e 1936, na cidade de Campo Grande, localizada no sul do estado de Mato Grosso, a fim de identificar a mobilização de discursos para o ensino nessa etapa da vida, ou o fim dela.

Através das pesquisas desenvolvidas é possível perceber, primeiramente, a predominância do uso de Roger Chartier (1990) e seu conceito de *representações sociais* como referencial teórico que dá sustentação à análise da documentação. Em segundo lugar, a diversidade de fontes utilizadas para tratar os processos históricos de educação e reeducação das crianças em diferentes ambientes, bem como os diversos discursos presentes sobre a infância. São obras memorialísticas, periódicos, imagens, depoimentos, objetos, diferentes documentos escritos encontrados nos arquivos públicos e acervos familiares. Cabe ressaltar que, em algumas fontes, como os periódicos estudantis, tem-se a possibilidade de analisar as representações das próprias crianças, sendo elas, nesse caso, co-autoras de sua própria história.

O Grupo de Pesquisa em Psicologia da Infância

A dimensão histórica é anunciada como elemento emblemático nos estudos do Grupo de Pesquisa em Psicologia da Infância (GPPIN), podendo ser observado tanto pela definição de desenvolvimento adotada, quanto na preocupação com a construção social do conhecimento. Ouvir o que as crianças têm a dizer sobre suas vivências e como essas têm significado o mundo e a si mesmas tem sido o objetivo do grupo, coordenado pela professora doutora Daniela Barros da Silva Freire Andrade, que vem se consolidando em formulações teóricas e metodológicas que possibilitam o contato com a fala das crianças, em esforços que se orientam para a visibilidade das autorias infantis.

Nesse caminho, as pesquisas realizadas pelos membros do grupo adotam o conceito de infância não apenas como uma categoria etária (SAYÃO, 2002), mas enquanto um processo de conhecer o mundo. Orientados pelas contribuições de Sarmento (2007) e Ariès (1981), os estudos compreendem que as concepções sobre a infância se modificam de acordo com o momento histórico, a cultura e os grupos sociais. Dessa forma, não é possível falar em uma única *infância*, mas em *infâncias*.

Quanto à criança, Javeau (2005) descreve como um campo semântico de ordem psicológica, mas especificamente como um "objeto abstrato destinado a passar por níveis diversos e sucessivos na aquisição de competências, cada um deles constituindo uma etapa na fabricação da personalidade dos indivíduos" (JAVEAU, 2005, p.382). De acordo com o autor, assim como a infância, a criança é objeto de uma definição social, tornando possível a afirmação de que "não se nasce criança, vem a sê-lo".

A forma de se tornar criança varia com a cultura em que o sujeito se encontra inserido. Nessa circulam significados e imagens que orientam as concepções e práticas. Nos grupos, o saber

compartilhado forma as representações sociais, que formam

> [...]um *corpus* organizado de conhecimentos (...) uma das atividades psíquicas graças às quais os homens tornam a realidade física e social inteligível, se inserem num grupo ou numa relação cotidiana de trocas, liberam o poder da sua imaginação. (MOSCOVICI, 1978, p.28)

O interesse em compreender a produção dessas representações pelas crianças orienta as pesquisas na abordagem ontogenética das representações sociais. Esta se coloca diante da questão: Como os indivíduos participam na apropriação das representações produzidas na comunicação e interação social?[2] (CASTORINA e BARREIRO, 2010). Além da compreensão de variáveis explicativas para a formação das representações sociais, faz-se necessário indagar sobre sua constituição.

No desenvolvimento dessas constituições apresenta-se a investigação acerca dos "processos através dos quais a criança incorpora as estruturas de pensamento de sua comunidade e adquire assim um lugar como participante competente e funcional nessa comunidade" (DUVEEN, 1995, p. 261). Duveen (1995) orienta esse campo de estudos ao afirmar que as competências para ser um ator independente no mundo são forjadas ao longo de seu desenvolvimento. Consequentemente, essas são fruto de um processo de construção de um conhecimento social.

No início, a criança figura como objeto para representações que os outros sustentam, gradualmente ela internaliza essas representações e chega então a identificar sua posição dentro de um mundo já estruturado. As representações internalizadas se entrelaçam aos processos de construção de identidade (CASTORINA, 2010). Duveen (1996) considerava o desenvolvimento como um movimento de resistência e tensão. Assim sendo, a internalização realizada pelas crianças não se dá de forma passiva, mas constitui um momento de relativa autonomia em que elas realizam uma atividade de reconstrução.

Na relação entre a ontogênese das representações sociais e a conceituação da pessoa ocorre um processo dialético. Os indivíduos tornam-se atores sociais durante a socialização, mas este é um processo de construção e reconstrução em que emerge a novidade, isto é, o desenvolvimento de novas compreensões sobre o objeto assim como a transformação de estruturas psicológicas (BARREIRO, 2013, *apud* DUVEEN & LLOYD, 1990).

Nos estudos sobre os processos de desenvolvimento da criança, Castorina (2013) aproxima a teoria das representações sociais à teoria histórico cultural, elaborada por Vigotski. O diálogo se estabelece entre a ontogênese das representações sociais e os conceitos de internalização e vivência.

Vigotski (2010) levanta a questão sobre como se desenvolve a forma ideal, ou final, na criança. O autor ressalta duas considerações: a primeira é que o meio consiste em fonte de todas as propriedades humanas. A segunda, ressalta que caso não haja no meio da criança a interação com a forma final, mas apenas com formas primárias, as ações se desenvolverão lentamente e não atingirão o mesmo nível que fariam caso existisse a forma ideal no meio.

Essa propriedade do ser humano como eminentemente social, conduz o autor a formular uma lei segundo a qual as funções psicológicas superiores da criança surgem, a princípio, como formas de comportamento coletivo da criança e apenas posteriormente elas se tornam funções interiores individuais da própria criança.

Prestes (2013) elucida alguns aspectos desse processo sendo um deles denominado internalização. Esse processo realiza-se "com o enraizamento, ou seja, com a passagem da função para o plano interno, ocorre uma complexa transformação de toda sua estrutura" (p.303). Sendo assim, esse conceito não fala de uma "mudança de lugar", do externo para o interno, mas de uma transformação do ser e estar no mundo.

Nesse aspecto identifica-se a contribuição do método dialético utilizado pelo autor, pois ele defende a análise que integra e funde unidades num todo complexo de forma que essas unidades regentes representem produtos que preservam as propriedades do conjunto, diferente da análise que destaca elementos independentes para estudo.

Para o autor Vigotski (2010), "[...] a vivência de uma situação qualquer, a vivência de um componente qualquer do meio determina qual influência essa situação ou esse meio exercerá na

criança." (p. 684). Dessa forma, é o elemento interpretado pela vivência da criança, a partir do que lhe é possível, considerada sua situação social de desenvolvimento (capacidade de compreensão e tomada de consciência), que pode determinar sua influência no decorrer de seu desenvolvimento futuro. A vivência e a sua qualidade são pontos fundamentais para instrumentalizar as crianças no processo de construção das identidades e das representações sociais.

As práticas orientadas para a infância, assim como a organização dos espaços destinados a ela, orientam-se também pelos significados que constroem as imagens sociais de criança. A compreensão da condição social da criança, a infância, orienta as expectativas sociais em relação à criança e as práticas dirigidas a elas enraízam-se no tecido cultural, delineando os universos de socialização, conforme De Lauwe (1991),

> A maneira de perceber e de pensar a criança influi sobre suas condições de vida, sobre seu estatuto e sobre os comportamentos dos adultos em relação à ela. Em uma dada sociedade, as ideias e as imagens relativas à criança, por mais variadas que sejam, organizam-se em representações coletivas, que formam um sistema em níveis múltiplos. Uma linguagem "sobre" criança é criada assim como uma linguagem "para" a criança, já que imagens ideais e modelos lhe são propostos. (DE LAUWE, 1991, p.1)

Essa relação entre os significados, práticas e organização dos espaços remete à contribuição de Moscovici (2003), que ressalta a atividade criadora no processo de produção de sentidos. Sendo assim, os sujeitos possuem um potencial criativo que precisa ser considerado, já que não aderem aos significados de forma passiva, mas negociam e recriam sentidos diante deles.

Nessa perspectiva, o autor elabora a teoria Genética da Inovação em que problematiza conteúdos como o conflito, os processos de influência social, a mudança e os elementos psicossociais da ação coletiva (MOSCOVICI, 2011).

Diante desse estudo, Andrade (2014) ressaltou duas proposições, dentre as seis elaboradas pelo autor, que contribuem no movimento de pensar sobre o papel das crianças. Na primeira proposição, o autor considera as minorias não apenas como receptores de influências, mas como "(...) emissores de influência e criadores em potência de normas" (MOSCOVICI, 2011, p.73). As crianças podem, então, ser compreendidas como uma minoria que recebe influências, mas também com potencial para influenciar seu meio.

Na quinta proposição, o mesmo apresenta as normas sociais que orientam o processo de influência social. Entre elas, destaca-se as normas de objetividade e de originalidade. A primeira se refere à necessidade do critério da exatidão objetiva, possibilidades que sejam universalmente aceitas, não havendo lugar para dúvidas. Já a norma da originalidade, "(...) seleciona os julgamentos e as opiniões em função do grau de novidade" (MOSCOVICI, 2011, p.163).

Pensar a partir dessas proposições possibilita considerar a criança como fonte de influência social e que pode atuar, em certa medida, como minoria ativa que forja espaços de atuação, questionamento e estratégias para lidar com as regras da maioria. Nesse aspecto, percebe-se que quando um meio social valoriza a originalidade, aumenta a capacidade de influência da minoria e "(...) nesse caso, tem-se uma maioria aberta às influências de respostas minoritárias, elaboradas pela criança, em um exercício de valorização das singularidades" (ANDRADE, 2014, p.155).

Essa concepção de criança, enquanto *néos*, ao reger a organização de meios sociais que privilegiem a norma da originalidade, requer um espaço que se proponha à abertura ao outro, não apenas para recebê-lo, mas que se proponha também as mudanças, alterações, marcações e arranjos propostos pela novidade.

O Grupo de Pesquisa em Psicologia da Infância, em seus estudos, se orienta por esse olhar sobre as crianças. O exercício de fazer pesquisas com crianças, e não sobre elas, parte do pressuposto de que essas são atoras sociais que ao elaborar sentidos também são produtoras de culturas infantis. Sendo assim, as pesquisas se desenvolvem em três lugares, que são universos de socialização infantil: as escolas, os hospitais e a cidade.

No contexto escolar, Alves (2013) desenvolveu sua pesquisa de mestrado buscando identificar as práticas socioeducativas no interior do berçário para compreender como se dava a

educação de bebês, em uma creche municipal de Cuiabá. A pesquisadora assumiu o pressuposto de que bebês são sujeitos do próprio processo de desenvolvimento e aprendizagem e diante disso delineou a metodologia de pesquisa para entrar em contato com as formas de expressão dos bebês. Para isso foram feitas observações na sala do berçário, videografia e coleta de material iconográfico que foram analisados com o auxílio de *softwares*, análise compreensiva e análise de conteúdo. Dessa forma, o olhar da pesquisadora se volta para a fala dos bebês, mostrando como eles podem ser vistos como seres de possibilidades, maneira oposta a vê-los apenas como seres frágeis.

Com crianças de oito e nove anos, Nienow (2016) pesquisou sobre como o discurso sobre a qualidade da educação em diálogo com a Avaliação Nacional da Alfabetização configura a construção da imagem social da criança pela escola. No exercício de destacar as significações das crianças se orientou pela abordagem etnográfica e realizou a análise dos significados sobre as vivências escolares de um grupo de crianças. Nesse percurso destaca-se a sensibilidade da pesquisadora ao perceber que as crianças estavam interessadas em falar sobre suas vivências na escola e para isso começaram a fazer anotações no caderno de campo da pesquisadora. Essa, ao identificar tal movimento, providenciou um caderno apenas para eles. Nesse diálogo, e com a possibilidade de escrever as próprias histórias, foi realizada uma pesquisa com crianças que potencializou a visibilidade dos significados construídos por elas.

Carrijo (2013) buscou compreender a experiência do ser e estar no hospital para crianças entre sete e 13 anos internadas na pediatria. Para entrar em contato com as crianças utilizou a metodologia do tipo etnográfica, com sessões de observação na enfermaria e na brinquedoteca, entrevistas semiestruturadas e registro iconográfico cuja análise compreensiva permitiu o delineamento de estudos de caso.

Carvalho (2017), também no contexto hospitalar, desenvolveu sua pesquisa procurando identificar as significações infantis a respeito da dieta restritiva para crianças com diagnóstico de doença renal crônica. Para isso, seguiu um roteiro de entrevista semiestruturadas que se orientava por situações imaginárias e analisou através da perspectiva interpretativa, através da análise de núcleos de significação.

Teibel (2017) se dedicou a analisar a representação social sobre o cuidado à criança no contexto hospitalar. Além de considerar o conhecimento dos profissionais, buscou compreender a significação de algumas crianças atendidas sobre o cuidado hospitalar após participarem do projeto de extensão "Binje: em busca de autorias infantis no contexto hospitalar". Este tem como base das suas atividades as sessões semanais de contação da história presente no livro Binje (FREIRE, 2013), que aborda a relação do personagem com o processo de hospitalização, na brinquedoteca de uma Enfermaria Pediátrica. Realizou observação, videogravação e entrevistas semiestruturadas. As observações e entrevistas foram analisadas a partir de categorias interpretativas que se articularam com as notas de caderno de campo e os referenciais teóricos.

No universo da cidade, Silva (2014) e Poubel (2016) desenvolveram as pesquisas com o objetivo de identificar as representações sociais de crianças, no contexto de escolas públicas e particulares, sobre a cidade de Cuiabá. Para apreender os significados compartilhados sobre esses lugares, foi utilizada a metodologia de mapas cognitivos em que foi pedido às crianças que desenhassem o mapa da cidade. Em seguida foram realizadas entrevistas semiestruturadas orientadas pelas descrições dos mapas e das vivências narradas. Os desenhos foram analisados através da Análise de Conteúdo e triangulação de pesquisadores, assim como contou com o auxílio do *software Cohesive Hierarchical Implicative Classification* (CHIC). As entrevistas foram processadas pelo *software Analyse Lexicale par Contexte d´um Esemble de Segments de Texte* (ALCESTE) que apresentou categorias de análise lexical.

Cunha (2017) identificou no cenário da cidade de Cuiabá as mudanças advindas da realização da Copa do Mundo em Cuiabá e pesquisou sobre as representações sociais das crianças sobre a cidade antes e após o evento. Contou com a metodologia de entrevistas semiestruturadas e mapas cognitivos, na forma de dois desenhos sobre Cuiabá de acordo com os seguintes motes - Cuiabá antes da Copa do Mundo e Cuiabá depois da Copa do Mundo. Os dados foram analisados e organizados em núcleos de significação, identificados com auxílio da análise lexical do software ALCESTE.

Considerações finais

Infâncias passadas, infâncias presentes, objetos de investigação e análise de grupos de pesquisas determinados a dar visibilidade à sua história e às suas opiniões.

Embora em vertentes diferentes, o GEM e o GEPPIn vêm procurando compreender a (s) infância em suas diferentes dimensões, numa perspectiva caleidoscópica. Por isso, desde 2012 esses grupos organizam atividades conjuntas de produções e debates de cunho teórico, como a publicação da coletânea " Infâncias e Crianças: Lugares em diálogos" (2012), organizada por Andrade e Lopes e, momentos de estudo e debates sobre as diferentes concepções e metodologias de análise de Chartier e Moscovici sobre representações sociais.

Percebe-se que o aprofundamento teórico, a diferença de olhares acerca da infância e a socialização de conhecimentos possibilitam aos pesquisadores uma visão mais ampla da infância e a percepção do verdadeiro conceito da interdisciplinariedade do conhecimento.

NOTAS

[1]A poetisa gentilmente escreveu o poema para a introdução da tese "De criança a aluno: as representações da escolarização da infância em Mato Grosso (1910-1927)" defendida em 2006.

[2]Cómo participan los individuos en la apropriación de las representaciones producidas en la comunicación y la interacción social?

REFERÊNCIAS

ALVES, I.L. *Bebês, por entre vivências, afordâncias e territorialidades infantis*: de como o berçário se transforma em lugar. 2013. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2013.

ANDRADE, D.B.S.F. A infância como objeto de Representações e as crianças como sujeitos que elaboram novos sentidos sobre a realidade: sutilezas de um debate. In: CHAMON, E.M.Q.O; GUARESCHI, P.A.; CAMPOS, P.H.F. (orgs). *Textos e debates em representações sociais*. Porto Alegre, ABRAPSO, 2014.

ARIÈS, P. *História social da criança e da família*. 2. ed. Tradução de Dora Flaksman. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

BARREIRO, A. The ontogenesis of Social Representation of Justice: Personal conceptualization and social constraints. *Papers on social representations*, vol.22, 2013.

CARRIJO, M. L. R. *O hospital daqui e o hospital de lá:* fronteiras simbólicas do lugar, segundo significações de crianças hospitalizadas. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2013.

CARVALHO, I.A. *"É mais ou menos muita coisa":* significações da dieta para crianças com diagnóstico de doença renal crônica em acompanhamento ambulatorial. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2017.

CASTORINA, J. A.; BARREIRO, A. V. El proceso de individuación de las representaciones sociales: Historia y reformulación de un problema. *Interdisciplinaria*, v. 27, n. 1, p. 63-75, 2010.

CASTORINA, J.A "The ontogenesis of social representations: a dialectic perspective". *Papers on Social Representations*, Vol. 19,17.1-17.20 (http// www.psych.lase.ac.uk/psr/), 2010.

CASTORINA, J.A. A teoria das representações sociais e a psicologia de Vygotsky: o significado de uma análise comparativa. In: ENS, R.T; BOAS, L.P.S.V; BEHRENS (orgs). *Representações sociais: fronteiras, interfaces e contextos.* Curitiba: Champagnat; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2013.

CHARTIER, R. O mundo como representação. *Estudos Avançados* [online]. 1991, vol.5, n.11, São Paulo Jan./Apr. 1991, pp.173-191.

CUNHA, J. R.F. *Representações sociais de crianças sobre Cuiabá antes e depois da Copa do Mundo*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2017.

DE LAUWE, M.J.C. *Um outro mundo:* a infância. São Paulo: Perspectiva, 1991. (Coleção Estudos, v.105).

DUVEEN, G. Crianças enquanto atores sociais: as representações sociais em desenvolvimento. In: GUARESCHI, P. A. *Textos em representações sociais*. Pedrinho A. Guareschi, Sandra Jovchelovitch (orgs). 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

DUVEEN, G. *The development of Social Representations of Gender.* The Japanese Journal of Experience, vol.34, p.256-262, 1996.

HEYWOOD, C. Uma História as Infância. Porto Alegre: Artmed, 2004.

JAVEAU, Claude. Criança, infância (s), crianças: que objetivo dar a uma ciência social da infância. *Educação e sociedade*, v. 26, n. 91, p. 379-403, 2005.

KUHLMANN, M.; FERNANDES, R. Sobre a história da infância. FARIA FILHO, L. M. de. (org.) *A Infância e sua Educação*: materiais, práticas e representações (Brasil e Portugal). Belo Horizonte: Autêntica, 2004, p. 15-34.

MOSCOVICI, S. *A representação social da psicanálise***.** Rio de Janeiro: Zahar. 1978.

MOSCOVICI, S. *Psicologia das Minorias Ativas.* Petrópolis, RJ: Vozes, 2011..

MOSCOVICI, S. *Representações sociais***:** investigações em psicologia social. Tradução Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2003.

NIENOW, N.S. *A construção da imagem social da criança no diálogo com a Avaliação Nacional da Alfabetização.* Tese (Doutorado em Educação) – Instituto de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2016.

POUBEL E SILVA, E.F.S. *De criança a aluno:* as representações da escolarização da infância em Mato Grosso (1910-1926). Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de3 Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

POUBEL, P.F. *Representações sociais da cidade de Cuiabá:* estudo com crianças em contexto de escolas particulares. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá , 2016.

PRESTES, Z. A sociologia da infância e a teoria histórico-cultural: algumas considerações**.** *Revista de Educação Pública*, v. 22, n. 49/1, p. 295-304, 2013

ROHDEN, J. B. SÁ, E. F. Ama, com fé e orgulho, a terra em que nasceste! Criança! Não Verás nenhum país como este! : educação que servia à pátria e à igreja durante o processo de colonização de Sinop-Mt (1973-1979). *Revista Eletrônica Documento/Monumento*, v. 7, p. 103-120, n. 2012.

SÁ, E. F. A construção da identidade nacionalista da criança mato-grossense. In: VIDAL, D.G.; SCHWARTZ, C. (Org.). *História das culturas escolares no Brasil.* Vitória: EdUFES, 2010, p.223-246

SÁ, E. F. A escolarização das crianças cuiabanas na Primeira República. In: CARVALHO, C.H. (Org.). *Desafios da Produção e da Divulgação do Conhecimento*. Uberlandia: EDUFU, 2012, v.2 p.683-698.

SÁ, E. F. As primeiras iniciativas de educação pré-primária em Mato Grosso. In:ANDRADE. D. B.S. F.; LOPES, Jader Janer (Org.). *Infâncias e Crianças: Lugares em diálogos.* 1ed. Cuiabá - MT: EdUFMT, 2012, v.1 p.37-49.

SÁ, E. F. Escola Central e Semi Central: uma nova proposta de escolarização da infância em Portugal. In: LOPES, A.; FARIA FILHO, L.M.; FERNANDES, R. (Org.*). Para a compreensão histórica da Infância*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, v.1 p.245-262.

SÁ, E. F.; ROHDEN, J. B. A criança e a escola da floresta: história da escolarização da infância na cidade de Sinop/Mato Grosso (1973-1979). *Revista Educação em Questão (Online),* v. 47, p. 135-154, 2013.

SÁ, E.F; MOREIRA, K.H. A morte no cotidiano e no Vida Escolar em Campo Grande-MT. *Revista Brasileira de História da Educação*, no prelo.

SARMENTO, M. J. Visibilidade Social e Estudo da Infância. In: VASCONCELLOS, V.M. R. *A infância*

(in) visível, Araraquara. SP. Junqueira & Martins, 2007.

SAYÃO, Deborah Thomé. Crianças: substantivo plural. *Zero-a-Seis*, v. 4, n. 6, p. 24-32, 2002.

SILVA, E.M.P. *Representações socioespaciais da cidade de Cuiabá segundo crianças*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá , 2014.

SILVA, M.D. *Crianças negras na Instrução Pública em Cuiabá/MT (1870-1890)*. Dissertação. (Mestrado em Educação) Instituto de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2010.

TEIBEL, E.N.H. *Narrativa como mediadora de vivências infantis no contexto hospitalar:* as representações sociais sobre o cuidado em uma enfermaria pediátrica, segundo equipe de saúde e as significações infantis. Tese (Doutorado em Educação) – Instituto de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2017.

VIGOTSKI, L. S. *Quarta aula: a questão do meio na Pedologia***.** Tradução de Márcia Pileggi Vinha. Psicologia USP, São Paulo, v. 21, n. 4, p. 681-701. 2010.

XAVIER,A.P.S. *Processos educativos da infância em Cuiabá (1870-1890*). Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

CULTURA E EXPERIÊNCIA EM COMUNIDADES TRADICIONAIS DO ESTADO DE MATO GROSSO: UM OLHAR A PARTIR DE E. P. THOMPSON

Ana Paula Bistaffa de Monlevade
Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação/PPGE da Universidade Federal de Mato Grosso - Professora do Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT - Campus Cuiabá)
anapaulabistaffa@gmail.com

Edson Caetano
Doutor em Educação - Professor Associado da Universidade Federal de Mato Grosso no Programa de Pós-Graduação em Educação/PPGE.
caetanoedson@hotmail.com

RESUMO

O inglês Edward Palmer Thompson é considerado um dos mais relevantes historiadores marxistas do século XX. Suas obras analisaram o cotidiano da classe operária inglesa do século XVIII partindo do princípio da dialética marxista da historicidade e totalidade de todo fenômeno social. Segundo o historiador, para compreender um processo histórico é necessário procurar, por meio das evidências históricas, apreender como trabalhadoras e trabalhadores, em sua vida material, agem e pensam em suas relações determinadas, em sua experiência dessas relações e em sua autoconsciência dessa experiência. Desta forma, o presente texto tem como objetivo refletir sobre a cultura e experiência das trabalhadoras e dos trabalhadores de comunidades tradicionais do estado de Mato Grosso a partir do olhar de E. P. Thompson. Entendemos que estas comunidades são consideradas tradicionais por se reconhecerem como grupo que possui sua própria forma de organização e preserva historicamente seus costumes e tradições. Com isso, foi possível compreender que, para Edward Palmer Thompson, é papel da história buscar a reconstituição do passado, tentando compreendê-la e só depois disto constituir uma história fundamentada na experiência vivida, sendo que esta experiência é entendida como um conjunto de significados construídos ao longo do tempo e que dá identidade a um povo.

Palavras-chave: Cultura. Experiência. Comunidades Tradicionais.

ABSTRACT

El inglés Edward Palmer Thompson es considerado uno de los historiadores marxistas más importantes del siglo XX. Sus trabajos han analizado la vida cotidiana de la clase obrera inglesa del siglo XVIII desde la dialéctica marxista de la historicidad y la totalidad de los fenómenos sociales. De acuerdo con el historiador para comprender un proceso histórico es necesario mirar a través de la evidencia histórica, entender como trabajadoras y trabajadores, en su vida material, actúan y piensan en sus relaciones particulares, en su experiencia de estas relaciones y su conciencia de sí mismo de esa experiencia. Por lo tanto, este trabajo tiene como objetivo reflexionar sobre la cultura y la experiencia de las trabajadoras y de los trabajadores de las comunidades tradicionales del estado de Mato Grosso desde el punto de vista de E. P. Thompson. Entendemos que estas comunidades son consideradas tradicionales porque reconocen a sí mismas como un grupo que tiene su propia forma de organización y conserva históricamente sus costumbres y tradiciones. De este modo, fue posible comprender que, para Edward Palmer Thompson, es papel de la historia la busca de la reconstitución del pasado, tratando de entenderla y sólo después de esto se formar una historia basada en la experiencia vivida, y esta experiencia es entendida como un conjunto de significados construidos con el tiempo y que da identidad a un pueblo.

Keywords: Cultura. Experiencia. Comunidades Tradicionales.

REVISTA ELETRÔNICA DOCUMENTO 21 MONUMENTO
REDM
NDIHR
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICA REGIONAL NDIHR

INTRODUÇÃO

> [...] não existe desenvolvimento econômico que não seja ao mesmo tempo desenvolvimento ou mudança de uma cultura. E o desenvolvimento da consciência social, como o desenvolvimento da mente de um poeta, jamais pode ser, em última análise planejado (THOMPSON, 1998, p. 304).

A presente investigação é fruto de pesquisas realizadas pelo Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Trabalho e Educação – GEPTE da Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT, a partir do Projeto de Pesquisa intitulado "Trabalho Associado, cultura do trabalho e saberes da experiência: resistência e produção da vida em comunidades tradicionais de Mato Grosso" (CNPq). O grupo está inserido na linha de pesquisa: Movimentos Sociais, Política e Educação Popular e possui como objeto de estudo as relações entre Trabalho e Educação presentes nos processos de produzir a vida de forma associada nas comunidades tradicionais do estado do Mato Grosso.

Estas comunidades são consideradas tradicionais por se reconhecerem como grupo que possui sua própria forma de organização e por preservarem historicamente seus costumes e tradições. Porém, é importante observar que a ideia de tradição e de tradicional traz consigo um sentido pejorativo, pois significa atraso, ignorância e vai contra tudo aquilo que a sistema capitalista preconiza como ideal, ou seja, produtividade, velocidade e urbanização. Contudo, segundo Cruz (2012, p. 600):

> [...] a forma como os movimentos sociais e as comunidades rurais vêm mobilizando esse termo busca ressignificar essa carga pejorativa e estereotipada, acrescentando certa positividade à ideia de tradicional, em muitos sentidos até idealizada; nessa perspectiva, o tradicional não significa o atraso, não se restringe à ideia de tradição ao passado; tem um sentido político-organizativo e apresenta-se como alternativa ao modo de produção a ao modo de vida capitalistas.

Inserem-se nesta categoria povos indígenas, quilombolas, populações agroextrativistas, grupos vinculados aos rios ou ao mar, grupos associados a ecossistemas específicos e grupos associados à agricultura ou à pecuária de subsistência.

Apresentamos dados empíricos apreendidos nas visitas realizadas pelo grupo entre os anos de 2014 e 2016. Desta forma, este texto tem como objetivo geral refletir sobre a cultura e experiência das trabalhadoras e dos trabalhadores das comunidades tradicionais pesquisadas a partir do olhar de E. P. Thompson.

Parte-se do princípio que todas as mudanças produzidas pelo desenvolvimento do capitalismo não se deram apenas na questão mercadológica, de forças produtivas, mas também e da mesma forma, no aspecto cultural, pois foi necessária uma mudança dos costumes e da forma de vida das populações. O ajuste do tempo às atividades que produzissem retorno financeiro como a exigência de se criar novos hábitos de trabalho (horário para cumprir, disciplina, diminuição do tempo para o lazer) foi exigido pelo capital.

Por isso, a importância de se estudar E. P. Thompson buscando compreender a partir do materialismo histórico-dialético não só as mudanças econômicas ocorridas na história de uma comunidade, mas também aspectos culturais, pois, para o historiador (1981), as trabalhadoras e os trabalhadores não são teorizados por aquilo que eles não são, ou seja, estes sujeitos precisam se apresentar como de fato são nas suas múltiplas relações sociais, políticas, econômicas e culturais. Bem como, não se separa o que os sujeitos são para explicá-los e isso se materializa justamente pelo destaque de suas experiências.

Desta forma, entendemos a experiência por Thompson como revolucionária no sentido de prender o sujeito à sua própria condição de classe e essa à própria dialética cotidiana nas relações permanentes dos processos históricos e geográficos.

E. P. THOMPSON: HISTÓRIA E FORMAÇÃO

> E. P. Thompson, historiador, socialista, poeta, ativista, orador, escritor – em seu

> tempo – da mais fina e polêmica prosa do século XX, provavelmente gostaria de ser lembrado pelo primeiro termo dessa lista. [...] Ele foi o único historiador que conheci dono não só de talento, brilhantismo e erudição – e da dádiva da escrita – como também capaz de produzir algo qualitativamente diverso de tudo aquilo que o resto de nós produzimos, implausível de ser medido pela mesma escala. Chamemos simplesmente de genial, no sentido tradicional da palavra (HOBSBAWM, 2001, p. 15 a 17).

Edward Palmer Thompson nasceu em Oxford na Inglaterra no ano de 1924 sendo considerado um historiador marxista de grande relevância para o século XX. Filho de pais metodistas e missionários, desde cedo teve proximidade com a religião e com adversidades de todo tipo, pois seu pai trabalhou como pastor durante muitos anos na Índia, quando esta era uma das colônias do imperialismo britânico.

Segundo Melo Júnior (2011), foi através de seu irmão mais velho "Frank" que Edward iniciou sua militância política e se filiou ao Partido Comunista Britânico e logo depois se alistou como voluntário, nas tropas inglesas que lutaram na Segunda Guerra Mundial. Ao final do conflito, Edward P. Thompson retornou para casa com muitas esperanças, pois haviam conseguido a vitória sobre o nazi-facismo e o avanço da esquerda em vários países europeus, mas extremante triste e angustiado pela morte do irmão Frank que havia sido capturado e executado (fuzilado) em 1944 na Bulgária.

Após a guerra, Thompson retornou aos seus estudos na Universidade de Cambridge graduando-se em História em 1946 e dedicando-se até a década de 1950 aos estudos sobre a tradição da dissidência inglesa e a educação popular. Foi ainda neste período que o historiador começou a trabalhar no Departamento de Cursos de Extensão da Universidade de Leedes com a educação de adultos, "em um ramo universitário classificado como 'extramuros', 'extracurricular', porque era dirigido a um público não acadêmico" (FORTES; NEGRO; FONTES, 2001, p. 23).

Ainda como universitário Thompson foi eleito presidente do Clube dos Estudantes Socialistas da Universidade. Além disso, formou com alguns historiadores (Eric Hobsbawm, Cristopher Hill, Maurice Dobb e outros) o "Grupo de Historiadores do Partido Comunista Britânico" que se tornou segundo Fortes, Negro e Fontes (2001), um dos principais centros de elaboração e desenvolvimento do marxismo na Inglaterra que procurava entender o sistema capitalista inglês a partir do marxismo.

A aproximação entre Thompson e este grupo de historiadores britânicos foi decisivo para que ele decidisse se tornar um historiador da classe operária e procurasse resgatar a cultura popular através das ações coletivas originárias dos movimentos sociais da Inglaterra do século XVIII, em que, segundo ele, esta cultura seria uma estratégia de resistência do operariado inglês daquele período.

Apesar de ter se desligado do Partido Comunista em 1956, juntamente com outros historiadores como Cristopher Hill e Rodney Hilton, após a invasão da Hungria e as denúncias dos crimes de Stalin no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, não rompeu com o socialismo tampouco com o marxismo. A ruptura deu-se com o marxismo-leninismo. Defendia o socialismo como humanismo socialista e procurava se libertar dos dogmatismos do marxismo.

Segundo Mattos (2012, p. 21):

> Thompson engajou-se na tentativa de construção de uma alternativa para os socialistas britânicos, distante da ortodoxia stalinista, que condenara política e moralmente, bem como do comedido reformismo trabalhista, igualmente condenável.

Com isso, envolveu-se com a criação da "Nova Esquerda" e com John Saville fundou a revista *New Left Review*. Esta revista se constituiu como "espaço aberto tanto do debate e divulgação de reflexões da dissidência comunista quanto de crítica ao estalinismo e à política socialdemocrata" (FORTES; NEGRO; FONTES, 2001, p. 33). Porém, as perspectivas teóricas da revista mudaram e não mais se adequavam as concepções de Thompson que acabou se distanciando da mesma por divergências ideológicas com outros autores. O historiador só reencontrou a militância na década de 1980 quando entrou para o movimento antinuclear

britânico.

E. P. Thompson faleceu em 1993 deixando uma vasta e importante produção na área de História, bem como contribuições teórico-metodológicas de como pensarmos o real tendo como base o materialismo histórico.

CULTURA E EXPERIÊNCIA EM E. P. THOMPSON

Discorrer sobre cultura não é algo simples, muito menos objetivo, pois não se trata de um conceito preciso e acabado. Historicamente o termo "cultura" foi relacionado a questões referentes ao cultivo agrícola e só a partir do século XVIII passou a ser aplicado de forma mais generalizada, com um sentido social.

Do latim *cultura*, *culturae*, que significa "ação de tratar", "cultivar" ou "cultivar a mente e os conhecimentos". A palavra *culturae* se originou a partir de outro termo latino: *colere*, que quer dizer "cultivar as plantas" ou "ato de plantar e desenvolver atividades agrícolas". Com o passar do tempo, foi feita uma analogia entre o cuidado na construção e tratamento do plantio, com o desenvolvimento das capacidades intelectuais e educacionais das pessoas (DICIONÁRIO ETIMOLÓGICO, 2016).

Assim, existem inúmeras definições do conceito que abordam desde questões relacionadas ao modo de vida de uma forma geral como questões relacionadas a atividades artísticas e intelectuais.

Mattos relata que (2012, p. 123):

> [...] em história a noção de cultura é hoje aquela mais frequentemente empregada para definir interesses de pesquisa e campos de estudos. "História cultural", "cultura política", "cultura em sentido antropológico", "relativismo cultural", "cultura popular", e muitos outros empregos do termo estão presentes em um sem-número de obras de historiadores contemporâneos.

Porém, se é significativo fugir ao culturalismo, também não se pode dispensar o uso da noção de cultura. E dentro de uma perspectiva marxista, que nos é relevante neste texto, Raymond Williams (1979) demonstrou como a abordagem da vida em sociedade por esta concepção avançou para superar pensamentos que segmentam e excluem cultural e social, questionando a abordagem da cultura como esfera autônoma e imaterial da vida humana. Williams demonstra que é possível encontrar no interior da tradição crítica do materialismo histórico subsídios significativos para ir adiante à trilha da superação esboçada por Marx, conservando os vínculos entre cultural e social (MATTOS, 2012).

Thompson, por sua vez, estaria muito próximo a Raymond Williams no que se refere a alguns pontos críticos desta teoria, ou seja, na forma como ambos se aproximam da tradição do materialismo histórico para pensar cultura.

Edward Palmer Thompson foi um historiador marxista bastante polêmico, pois suas obras analisaram o cotidiano da classe operária inglesa do século XVIII não somente pelo aspecto econômico, mas considerando também as tradições, valores e costumes, pois, para ele, a cultura popular era importante por se tratar de uma forma de resistência e luta contra a exploração burguesa.

Em suas obras Thompson privilegia a cultura costumeira, do dia a dia, que marca a existência e a identidade dos trabalhadores ingleses no final do século XVIII e início do XIX, uma vez que, para ele, não existe conceito separado da questão histórica.

Thompson parte do princípio da dialética marxista da historicidade e totalidade de todo fenômeno social. A história é entendida como processo da vida real dos seres humanos e das relações que estabelecem não só entre si, mas também entre si e a natureza, por meio do trabalho. Além disso, segundo o historiador, para compreender um processo histórico é necessário procurar, por meio das evidências históricas, apreender como trabalhadoras e trabalhadores, em sua vida material, agem e pensam em suas relações determinadas, em sua experiência dessas relações, e em sua autoconsciência dessa experiência.

Assim, segundo Thompson (1998, p. 17), as manifestações culturais são antes de tudo "uma

arena de elementos conflitivos, que somente sob pressão imperiosa – por exemplo, o nacionalismo, a consciência de classe ou a ortodoxia religiosa predominante – assume a forma de um sistema". Ao destacar o caráter conflitivo das relações culturais, Thompson (2001, p. 277), acena para a ligação entre cultura e luta de classes:

> [...] a classe se delineia segundo o modo como os homens e mulheres vivem suas relações de produção e segundo a experiência de suas situações determinadas, no interior do "conjunto de suas relações sociais", com a cultura e as expectativas a eles transmitidas e com base no modo pelo qual se valeram dessas experiências em nível cultural.

E ao conceber classe ao mesmo tempo como "uma formação social e cultural" que não pode ser definida abstrata ou isoladamente, mas apenas em termos de relação com outras classes, Thompson estende a abrangência das manifestações classistas à dimensão simbólica do ser social ao mesmo tempo em que acentua as dimensões política e histórica das manifestações culturais e resgata a importância do agir humano no desenvolvimento do processo histórico.

Com isso, Thompson concebe a cultura, em sentido amplo, como modo de vida ou, mais especificamente, como modo de luta; e, em sentido estrito, como produção intelectual e artística, sentidos que se encontram na totalidade histórica. Nessa dupla perspectiva, incluem-se entre as manifestações culturais tanto as estratégias de reprodução ou transformação do ser social em seu conjunto quanto as expressões das diferentes subjetividades históricas.

Segundo Mattos (2012, p. 195), a solução encontrada por Thompson para que a "cultura" não ocultasse nem o conflito nem as distinções foi derivada do materialismo histórico: "trata-se de evitar qualquer dissociação entre dimensão social e dimensão cultural por meio da associação entre cultura e classe (ou luta de classes)".

E estas relações culturais não podem ser colocadas em segundo plano, pois a cultura é permeada por contradições que movimentam a evolução social. Bem como, é algo construído pela inter-relação dos fatores sociais, políticos e econômicos, pois para Thompson (2001, p. 254):

> No lugar da noção de primazia do "econômico – com que as normas e a cultura são vistas como reflexos secundários" -, o que essa passagem[1] enfatiza é a simultaneidade da manifestação de relações produtivas particulares em todos os sistemas e áreas da vida social.

Ou seja, para Thompson a ideia de descrever um modo de produção com ênfase no econômico colocando de lado as normas, a cultura e os demais conceitos que abarcam esta descrição é arbitrária, pois a cultura não é um apêndice, mas sim faz parte do processo histórico.

Ainda segundo Thompson (1981), os costumes eram práticas antigas, porém frequentemente reconsideradas a partir da experiência, categoria que segundo ele é indispensável a um historiador e que faz seres humanos tornarem-se sujeitos a partir de um modo de vida que reflete a consciência de classe desses trabalhadores e trabalhadoras. Para o historiador, compreender a experiência na vida de mulheres e homens reais é entender o diálogo existente entre ser social e consciência social.

> Experiência: uma categoria que, por mais imperfeita que seja, é indispensável ao historiador, já que compreende a resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social, a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento (THOMPSON, 1981, p. 15)

A experiência implica que o ser humano reflita sobre os fatos ocorridos. Experenciar alguma coisa quer dizer que o indivíduo viva alguma situação e reflita sobre ela. Para Thompson (1981, p. 16), "[...] A experiência surge espontaneamente no ser social, mas não surge sem pensamento. Surge porque homens e mulheres (e não apenas filósofos) são racionais, e refletem sobre o que acontece a eles e ao seu mundo".

Com base neste conceito, o historiador buscava um vínculo entre o modo de produção e a consciência: "o que muda, assim que o modo de produção e as relações produtivas mudam, é a experiência de homens e mulheres existentes" (2001, p. 260).

Além disso, a "experiência" seria o termo ausente nas discussões empreendidas dentro do marxismo que exclui sistemas como parentesco, costumes, as regras visíveis e invisíveis da

regulação social, hegemonia e deferência, formas simbólicas de dominação e de resistência, fé religiosa e impulsos milenaristas, maneiras, leis, instituições e ideologias (THOMPSON, 1981). São sistemas que compreendem, em certo ponto, a experiência humana comum, a qual, por sua vez, também exerce (por meio de, por exemplo, experiências de classe peculiares) sua pressão sobre o conjunto.

A noção de experiência torna-se, portanto, chave para superar a contradição entre determinação e agir humano. Permite compreender mulheres e homens como sujeitos:

> [...] não como sujeitos autônomos, "indivíduos livres", mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida "tratam" essa experiência em sua consciência e sua cultura, [...] e em seguida agem, por sua vez, sobre sua situação determinada (THOMPSON, 1981, 182).

Ainda para Thompson (1981), existe outro termo médio necessário, "cultura" e que somada a "experiência" cria um ponto de junção de outro tipo. Ou seja, cultura e experiência são indissociáveis. A junção se daria entre "cultura e não cultura, a metade dentro do ser social, a metade dentro da consciência social" (p.189).

Ao compreender a cultura como parte não passiva de análise histórico-social, Thompson reconhece que a experiência vivida, além de pensada é também sentida pelos sujeitos, pois as pessoas não vivenciam sua própria experiência apenas como idéias na forma de pensamento. Elas também vivenciam sua experiência como sentimentos e tratam esses sentimentos na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades, como valores na arte ou nas convicções religiosas.

Segundo Mattos (2012, p. 86), "Thompson propõe como princípio de análise a conexão entre as relações de produção e a consciência de classe por meio da mediação da experiência". E esta experiência ainda é dividida por Thompson entre experiência vivida e experiência percebida. Segundo Moraes e Muller (2003, p. 12):

> A experiência percebida seria a consciência social, nos termos definidos por Marx. A experiência vivida seria aquela resultante das experiências vivenciadas na realidade concreta e que se chocam com a experiência percebida. [...] Isso significa que a vivência da experiência não reproduz obrigatoriamente a ideologia dominante; ao contrário, a experiência pode levar a rever práticas, valores e normas e, ao mesmo tempo, pode ajudar a constituir identidades de classe, de gênero, de geração, de etnias.

Desta forma, entende-se como Thompson, em seus estudos, apontou possibilidades para o enfrentamento das indeterminações do conceito de cultura. Seu trabalho sempre deixou claro a interação dialética com "algo que não é cultura", onde a maior representação está no terreno do ser social, em meio à luta de classes.

AGIR E PENSAR ENQUANTO COMUNIDADES TRADICIONAIS DO ESTADO DO MATO GROSSO

> Toda sociedade vive porque consome; e para consumir depende da produção. Isto é, do trabalho. Toda sociedade vive porque cada geração nela cuida da formação da geração seguinte e lhe transmite algo da sua experiência, educa-a. Não há sociedade sem trabalho e sem educação (KONDER, 2000, p. 112).

Considerando as palavras do Prof. Leandro Konder, compreendemos que o conceito fundamental para entender o desenvolvimento da sociedade é o trabalho, por ser uma atividade central na historia da humanidade e na sua emancipação. A sociedade é resultante do processo pelo qual o ser humano atua sobre a natureza e a transforma por meio do trabalho, estabelecendo relações entre o próprio ser humano e transformando sua própria natureza, fundando a sociedade.

O trabalho representa a atividade racional humana, atuando sobre bens naturais ou

matérias-primas, utilizando-se de instrumentos de produção ou meios de trabalho. Os objetos de trabalho, ou seja, tudo aquilo que atua sobre a atividade econômica, conjugados aos meios de trabalho ou instrumentos, constituem os meios de produção ou as forças produtivas da sociedade. Assim, o trabalho se caracteriza como sendo a ação humana que produz a vida, a produção do próprio ser humano, das relações sociais. Ou seja, "O trabalho é a condição básica e fundamental de toda a vida humana" (ANTUNES, 2013, p. 13). Ontologicamente o ser humano se humaniza através do trabalho.

> Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e portanto idealmente. Ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, a espécie e o modo de sua atividade e ao qual tem de subordinar sua vontade. E essa subordinação não é um ato isolado. Além do esforço dos órgãos que trabalham, é exigida a vontade orientada a um fim, que se manifesta como atenção durante todo o tempo de trabalho, e isso tanto mais quanto menos esse trabalho, pelo próprio conteúdo e pela espécie e modo de sua execução, atrai o trabalhador, portanto, quanto menos ele o aproveita, como jogo de suas próprias forças físicas e espirituais (MARX, 1996, p. 297 e 298).

Diferente da atividade da aranha e da abelha que agem dentro de sua especificidade biológica, não projetando e nem modificando sua existência, mas se adaptando, o tecelão e o arquiteto realizam suas atividades mediadas pela consciência, ou seja, com o fim do processo de trabalho tem-se um resultado que já desde o início existiu na imaginação do trabalhador, e, portanto, idealmente.

O trabalho constitui a base da afirmação do ser humano como indivíduo ativo, pois é este o momento da reflexão sobre os meios adequados para realizar na matéria natural seu objetivo previamente idealizado na consciência. O ser humano intervém transformando a natureza a sua volta, criando o mundo no qual efetivamente vive.

Desta forma, a partir das mudanças sociais produzidas pelo próprio ser humano, a sociedade foi se organizando em conseqüência da própria realidade humana e com isso concebendo a divisão de tarefas produtivas, ou seja, uma organização social.

> [...] na primeira sociedade os seres humanos viviam de forma comum para garantir a sobrevivência. Havia a divisão de tarefas de acordo com as condições de cada um e orientada pelas tradições. Já na segunda sociedade, chamada de escravista, as relações sociais passam a ser patriarcais e o direito passou a ser do gênero masculino. Assim surgiram os direitos diferenciados entre os que possuíam propriedade e os que não a possuíam. Com o passar do tempo, surge a sociedade feudal onde eram constatadas duas classes sociais: nobres e servos. Neste período da história, as relações sociais continuavam nas mãos dos "homens". Este modelo deixava bem distante a sociedade (povo) do Estado (governantes). Observou-se que, no momento da divisão da sociedade como classes sociais, passou-se a ter a ordem política como centro das ações humanas. Consolidam-se as relações de poder estimuladas pela estrutura de hierarquização das classes sociais. Os seres humanos não são mais iguais como na primeira sociedade (BORGES, 2012, p. 83 e 84).

Assim, a história nos mostra que com a ascensão do capitalismo e, com ele, a do pensamento neoliberal, o que antes era comum, ou seja, a subordinação da cidade ao campo, se inverteu e a partir daí, segundo Saviani (2000), foi o campo que se subordinou à cidade e a agricultura que se subordinou à indústria.

Borges (2012) ainda relata que o capitalismo possui características resultantes das mudanças no mundo do trabalho: o trabalhador deixa de ser dono de suas terras (produção) e passa a vender sua força de trabalho, entendendo que isto significa ser livre, pois ele pode vender para quem quiser (porém, o que realmente ocorre é que as trabalhadoras e os trabalhadores recebem pela sua força de trabalho por certo período de tempo e não por aquilo que produziram efetivamente, pois tudo o que elas/eles elaboram pertence ao capitalista e este toma para si a diferença entre o salário e aquilo que consegue receber pelos bens e serviços produzidos no mercado, ou seja, se apropria do lucro gerado por seus trabalhadores); a produção é centralizada na cidade e na indústria, substituindo a comunidade por sociedade; as relações sociais deixam de ser direitos naturais, e são determinados formalmente por convenções contratuais dispostas em leis.

Já Wood (2003, p. 41), complementa dizendo que o capitalismo causa também outras consequências, como:

> 1) A organização do trabalho visando a maximização dos lucros significa que o emprego de tempo e energia de uma grande parte das pessoas se dá na realização de trabalhos desagradáveis e nada compensadores. 2) A qualidade e até mesmo a segurança dos bens e serviços frequentemente cederão lugar à maximização dos lucros e aos cortes de gastos. 3) Todos os aspectos da vida que se tornam mercadorias são retirados da esfera da responsabilidade democrática e passam a atender não à vontade do povo, mas às exigências do mercado e do lucro. 4) O capitalismo, com sua ênfase na maximização do lucro e da acumulação de capital, é necessariamente um sistema de produção que destrói e desperdiça. Consome várias quantidades de recursos, atua segundo as exigências de curto prazo do lucro em vez de agir segundo as necessidades de longo prazo do meio ambiente sustentável, e implica constante destruição e desperdício para criar demanda.

Desta forma, podemos compreender que o modo de produção capitalista se caracteriza como um modo de produção comercial, de mercado, em que a produção se organiza em função do valor de troca e não mais em função do valor de uso, da utilidade e do consumo dos bens para seus produtores. Ou seja, o trabalho humano torna-se mercadoria neste sistema mercantil conforme explica Frigotto (2010, p. 92):

> O processo de trabalho, que é atividade dirigida com o fim de criar valores de uso, de apropriar os elementos naturais às necessidades humanas, condição necessária do intercâmbio material entre o homem e a natureza, condição natural e eterna da vida humana, recebe uma determinação social, histórica, e é convertido em trabalho genérico, abstrato, um trabalho separado dos sujeitos – força de trabalho.

Ou seja, o que constitui o objeto de troca entre o capitalista e a trabalhadora e o trabalhador não é o trabalho em si, mas a força de trabalho. O que realmente importa não é fazer uso dos bens por quem os produzem, mas sim a troca. Sendo que este valor de troca não é definido pelo trabalho individual de cada ser humano, mas pelo trabalho socialmente necessário em um determinado contexto histórico. Ele varia de acordo com a produtividade do trabalho, definida fundamentalmente pelo desenvolvimento das forças produtivas.

Frigotto (2010) relata ainda que a história nos mostra que a evolução e organização do modo de produção capitalista é basicamente a radicalização da submissão do trabalho humano à lógica e à volúpia do capital, em que cada vez mais o trabalho será submisso ao capital. Ou seja, o trabalho deixa de possuir sua função vital de desenvolvimento do ser humano e passa a ter como função a produção da propriedade privada.

Segundo Lessa; Tonet (2011), a trabalhadora e o trabalhador passam a desempenhar uma função social que é avaliada como se qualifica a produção de uma máquina qualquer: quanto produz de riqueza por hora. Igual a uma máquina ou equipamento, a trabalhadora e o trabalhador realizarão sempre a mesma atividade, com o mesmo objetivo e sempre com os

mesmos meios de produção. Seja ela/ele quem for servo (a), escravo (a), camponês (a) ou proletário (a) estará alienado (a) de sua verdadeira humanidade pela sua colocação no trabalho. Como o que a trabalhadora e o trabalhador produzem não é o que eles precisam, não podem se desenvolver completamente como seres humanos, já que suas necessidades não comparecem em sua atividade produtiva.

No entanto, mediante este sistema econômico que mantém o domínio sobre grande parte dos seres sociais e como forma de resistir a esta divisão social do trabalho em que as massas alienam sua força de trabalho pelo único direito de sobreviver, trabalhadoras e trabalhadores continuam buscando outras formas de sobrevivência, sendo uma delas através de uma organização do trabalho baseada na propriedade coletiva dos meios de produção. Isto pode ser claramente observado em inúmeras comunidades tradicionais espalhadas pelo Brasil e pelo estado de Mato Grosso, como por exemplo, as comunidades tradicionais estudadas pelo Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Educação – GEPTE da UFMT.

Quadro 01 – Comunidades onde as pesquisas já foram encerradas

Comunidade	Localização	Principais características
Capão Verde	Poconé	Remanescentes de quilombo; Produção artesanal e coletiva de derivados da banana.
Imbê	Poconé	Trabalhadores rurais; Produção artesanal e coletiva de derivados da cana de açúcar.
Campina de Pedra	Poconé	Remanescentes de quilombo; Cultivo da cana de açúcar e produção coletiva de rapadura.
São Pedro de Joselândia	Barão de Melgaço	Povos pantaneiros; Agricultura familiar e a criação de pequenos animais para subsistência; Produção artesanal e coletiva de farinha de mandioca, doces, rapadura e cachaça.
Assentamento 14 de Agosto	Campo Verde	Trabalhadores Rurais Sem-Terra Cooperativa Agropecuária Canudos – COOPAC (produz legumes, frutas e leite). Agroindústria de produção coletiva de derivados da cana de açúcar e cachaça.

Fonte: Organizado pelos autores

Quadro 02 – Comunidades onde as pesquisas estão em andamento [2]

Comunidade	Localização	Principais características
Nossa Senhora da Guia	Cáceres	Morroquianos; Agricultura familiar e a criação de pequenos animais para subsistência; Grupo de Mulheres que produz coletivamente bolachas e pães a base da farinha de cumbaru.
São José do Facão	Cáceres	Morroquianos; Agricultura familiar e a criação de pequenos animais para subsistência. Grupo de Mulheres que produz coletivamente bolachas e pães a base da farinha de cumbaru.
Raizama	Jangada	Descendentes de povos indígenas Agricultura familiar e a criação de pequenos animais para subsistência. Produção artesanal e coletiva de farinha de mandioca. Grupo de Mulheres que fabrica coletivamente produtos de limpeza.
São Benedito	Poconé	Remanescentes de quilombo; Agricultura familiar e a criação de pequenos animais para subsistência. Produção artesanal e coletiva de farinha de mandioca.
Povo Xavante Marãiwatsédé	Terra Indígena Leste do Estado	Povos indígenas Agricultura coletiva para subsistência

Fonte: Organizado pelos autores

De acordo com o Decreto N°. 6.040 de 07 de fevereiro de 2007, promulgado pelo então Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, povos e comunidades tradicionais são:

> Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

Estas são consideradas tradicionais pela sua história, costumes e tradições preservados pelos seus moradores que lá estão há muitas gerações. Herdeiros que se reconhecem pertencentes ao local onde os mais velhos ainda guardam memórias de seus ancestrais, conforme relata o Professor Lucídio Sales (2016), nascido e criado na Comunidade Tradicional Raizama: "*[...] eu acho que tradicional porque essas pessoas sempre viveram ali, cada comunidade tem suas tradições*".

Para tanto, Brandão e Leal (2012, p. 77) compreendem, que a comunidade é o lugar humano da vida:

> [...] Desde tempos antigos foi e segue sendo o lugar social arrancado da natureza, ou nela encravado ainda, em que pessoas, famílias e redes de parentes e "comuneiros"

> reúnem-se para viver suas vidas e dar, entre palavras e gestos, um sentido a ela. Em termos modernos, a comunidade é o lugar da escolha. É a associação, quanto mais livre e auto-assumida melhor – de pessoas que se congregam para serem, em meio a um mundo como o da grande cidade, o que desejam ser nela ou por oposição a ela.

Tais características são reconhecidas nas comunidades pesquisadas, pois seus moradores afirmam que são tradicionais por existirem e resistirem às mudanças e ao sistema existente "lá fora [3]".

Estas comunidades tradicionais possuem características que as tornam diferentes pela maneira de ser e pensar o mundo a partir de suas trabalhadoras e seus trabalhadores, por exemplo, a relação de dependência da natureza, a forma de manejo da terra, a reduzida acumulação de capital – pois produzem prioritariamente para subsistência –, pouco uso de tecnologia, experiência vivida, percebida e herdada de gerações passadas, trabalho coletivo, auto-identificação ao local e sentimento de pertencimento, simbologias próprias como rituais, mitos, festejos religiosos e ocupação do território por várias gerações (DIEGUES, 2001).

Observa-se assim, que a comunidade não se faz tradicional por apresentar aspectos folclóricos de sua cultura, mas sim como estratégia de defesa na qual o modo de existir é dividido entre a relação dependente com o "mundo lá fora" e uma protegida quase-invisibilidade. Quase invisíveis, mas presentes. Enfim, são tradicionais porque são ancestrais, porque são autóctones, são antigas e resistentes. "Porque possuem uma tradição de memória de si mesmos em nome de uma história construída, preservada e narrada no existir em um lugar, por oposição a quem chega de fora" (BRANDÃO; LEAL, 2012, p. 85).

Uma das principais características dessas comunidades tradicionais é o seu modo de produção que é próprio de sociedades em que o trabalho ainda não se tornou mercadoria, onde a dependência do mercado já existe, mas não é total. Isto pode ser observado nas comunidades pesquisadas, porque existe uma grande dependência destes homens e mulheres em relação à terra, pois é através dela que historicamente estas pessoas reproduzem sua vida material e imaterial, fazendo com que elas ainda não dependam exclusivamente da cidade para sobreviverem.

Segundo Diegues (2001, p.82):

> [...] essas sociedades desenvolvem formas particulares de manejo dos recursos naturais que não visam diretamente o lucro, mas a reprodução social e cultural; como também percepções e representações em relação ao mundo natural marcadas pelas ideias de associação com a natureza e dependência de seus ciclos.

Conforme explica o Sr. Benedito Vicente nascido e criado na comunidade São Benedito: "*[...] a terra é a mãe, somos filhos dela. Por isso seu filho jamais pode abandonar a terra. A terra é a mãe e o sustento do nosso trabalho é a nossa herança. Como herdeiros deste chão temos que lutar pelo melhor*" (2015).

Além disso, as relações sociais que ocorrem dentro destas comunidades em grande parte estão relacionadas em função dos laços de parentesco existentes, em que a família é o ponto central da vida afetiva destas pessoas. Segundo Engels (2009, p. 13), "[...] quanto menos desenvolvido estiver o trabalho, quanto mais reduzida for a quantidade de seus produtos e, em decorrência, a riqueza da sociedade, tanto mais fortemente a ordem social é dominada pelos laços de parentesco".

De acordo com a explicação do Sr. Antônio Sales, nascido e criado na comunidade Raizama (2016) "*aqui o que não é parente é bem pouco dessas fazenda maior. Mas o resto aqui tudo é parente*". A formação desta comunidade acontece até hoje em função destes laços consanguíneos ou de casamento garantindo a manutenção de uma cultura própria, fortemente caracterizada pelas superstições e pela religiosidade que é passada através das gerações.

Segundo Thompson (2001, p. 261):

> [...] há um sem-número de contextos e situações em que homens e mulheres, ao se confrontar com as necessidades de sua existência, formulam seus próprios valores e criam sua cultura própria, intrínsecos ao seu modo de vida.

Da mesma maneira, são características importantes de práticas econômico-culturais baseadas também em mediações de primeira ordem[4]. São formas particulares de visão de mundo e de sociedade onde a reprodução da vida social é mediada pelo trabalho e por relações diretas e profundas com a natureza.

Para Razeto *apud* Tiriba (2001, p. 179 e 180), as relações econômicas e culturais solidárias encontradas nestas comunidades possuem as seguintes características:

> *a) Relações de comensalidade*: quando os bens fluem em termos de um compartir, distribuir ou consumir em função de disponibilidades e necessidades comuns a todos ou individualmente diferenciadas, implicando um grau de integração entre seus membros; *b) Relações de cooperação*: quando os trabalhadores contribuem, com cotas, para a organização de um empreendimento administrado em comum, no qual utilizam suas próprias forças de trabalho e em que a riqueza gerada em meios de produção é repartida entre os sócios, de acordo com os critérios previamente estabelecidos entre eles; *c) Relações de doação*: quando um dos sujeitos, individual ou coletivo, situa-se como doador e o outro como beneficiário, o que não implica um correspondente fluxo no sentido inverso; *d) Relações de reciprocidade*: quando não há explicitação de um acordo de intercâmbio; o nexo entre as partes não é só econômico, podendo basear-se na afetividade.

Estas comunidades trabalham de acordo com determinada cultura e, ao mesmo tempo, ao trabalharem produzem cultura. Assim, estes homens e mulheres desenvolvem uma maneira especial de ser e viver, fundamentada em características como a igualdade, solidariedade e no viver em conjunto, além de compartilhar a mesma visão de mundo e de sociedade. Isto também pode ser evidenciado nas palavras do Sr. Antônio Sales, trabalhador rural de Raizama, quando relata que: *[...] eu por exempro entendo que o coletivo é o jeito melhor. Um ajudano o outro. Sempre foi assim. Assim, pra quem é fraco é melhor. Fraco assim de dinheiro. Aqui ainda tem interesse de um ajudar outro. Muitas coisa que ainda faz é desse memo jeito. Isso vem de longe. Prefere do jeito que tá acostumado*.

Outro ponto é a prática da religião nesses espaços. É algo muito presente e composto de sentido, significados e símbolos. Podemos citar as tradicionais festas religiosas. Estas são festas que mantém costumes e tradições que foram herdadas de gerações passadas, por isso são entendidas como tradicionais. Além disso, são organizadas pelas comunidades de forma coletiva, sendo que mesmo existindo os festeiros oficiais em cada ano, as tarefas são distribuídas de forma que todos participem.

Como por exemplo, a Festa de São Sebastião na comunidade Capão Verde onde os moradores organizam todos os momentos e acontecimentos de forma coletiva, conforme explica a trabalhadora e moradora Andréia: *É uma coisa tradicional que vem há anos, todo mundo já sabe o que tem que fazer. Eles tiram os festeiros, rei, rainha, juiz, juíza. Aí tudo esses festeiros que tira já fica sabendo no que ele tem que ajudar no próximo ano. E, assim, quando chega na semana da festa toda a Comunidade já sabe que ali tem serviço pra fazer né , aí todo mundo vai se reunindo prá fazer*[5].

Com isso, entende-se que o trabalho e seu princípio educativo produz saberes que possibilitam a existência do homem enquanto ser humano. Ou seja, a garantia da produção material e imaterial da vida só é possível pela acumulação de saberes, isto é, a partir da experiência.

Assim, um dos saberes em relação à terra observado nestas comunidades é a cura de enfermidades por meio da natureza (plantas, ervas e raízes), isto é, da relação ser humano-natureza. Esta cultura é passada de forma oral de geração a geração. É possível encontrar, nestas comunidades, mulheres que ainda produzem remédios caseiros, como o xarope de mel com casca de jatobá e babosa.

Esta acumulação de saberes se dá, segundo Thompson, através da experiência. E segundo o historiador esta categoria é o que conduz a própria vida das pessoas, abrangendo elementos concretos da vida (objetividade e subjetividade), o individual e o coletivo, o universal e o particular.

> A experiência não espera discretamente, fora de seus gabinetes, o momento em que o discurso de demonstração convocará a sua presença. A experiência entra sem bater à porta e anuncia mortes, crises de subsistência, guerra de trincheira, desemprego, inflação, genocídio (THOMPSON, 1981, p. 17).

Desta forma, o sentido que Thompson dá à experiência decorre justamente do fato da experiência ser social e histórica e implicar, necessariamente, no passado, presente e futuro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para Edward Palmer Thompson é papel da história buscar a reconstituição do passado, tentando compreendê-lo e só depois disto constituir uma história fundamentada na experiência vivida.

Quando discorremos sobre experiências de vida também entendemos como um conjunto de significados construídos ao longo do tempo e que dá identidade a um povo. Este conjunto de significados chamados por Thompson de costumes evidencia como um dos pontos relevantes a construção da definição de cultura. As práticas de um povo cristalizadas a partir de sua conduta.

Thompson discorreu sobre a conveniência de pensarmos o mundo para além das imposições e instigou todo um conjunto de críticas contra a estruturação imperativa para pensar a realidade, ou seja, efetivou a realidade na sua totalidade sem abandonar ou abdicar do sujeito. O historiador trouxe a experiência como condição existencial, repeliu qualquer possibilidade metafísica e apresentou como são importantes as condições de vida no capitalismo para pensarmos sobre nós mesmos vinculados a toda herança histórica, geográfica, política, econômica, tecnológica, social e cultural.

Além disso, foi possível observar que existe entre as trabalhadoras e os trabalhadores das comunidades tradicionais pesquisadas uma solidariedade e cooperação que fazem parte da forma como organizam o processo de trabalho e a vida social. E que apesar de estarem inseridas no sistema capitalista, diferenciam-se pelas suas características específicas que se contrapõem à lógica neoliberal, fazendo com que estes sujeitos possuam uma diferente concepção de mundo e de trabalho.

ENTREVISTAS REALIZADAS

SALES, Lucídio. Entrevista concedida a Ana Paula Bistaffa de Monlevade. Cuiabá, 2016.

SALES, Antônio. Entrevista concedida a Ana Paula Bistaffa de Monlevade. Cuiabá, 2016.

VICENTE, Benedito. Entrevista concedida a Janaina Santana da Costa. Cuiabá, 2015.

NOTAS

[1] Referente à passagem da obra Grundrisse de Karl Marx (2011) que diz: "Em todas as formas de sociedade, é uma determinada produção e suas correspondentes relações que estabelecem a posição e a influência das demais produções e suas respectivas relações. É uma iluminação universal em que todas as demais cores estão imersas e que as modifica em sua particularidade. É um éter particular que determina o peso específico de toda existência que nele se manifesta" (p. 86).

[2] Os estudos contam com apoio do Conselho nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por meio do Edital Universal (2014-2017)

[3] Forma pela qual os moradores explicam a existência de um sistema de produção (capitalista) diferente do sistema deles que perpassa pelo trabalho coletivo.

[4] Mészáros (2011), explica que as mediações de primeira ordem que têm como finalidade preservar as funções vitais da reprodução individual e societal, ou seja, onde o trabalho é o elo produtivo do homem com a natureza, sendo a forma como o homem desenvolve-se física, material e espiritualmente.

[5] Fala retirada da Dissertação intitulada "Produção Associada em Capão Verde: entre bananas, saberes e utopias" de autoria da mestranda Camila Emanuella Pereira Neves defendida no ano de 2012 no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFMT (PPGE/UFMT).

Referências

ANTUNES, Ricardo. *A Dialética do Trabalho*: Escritos de Marx e Engels. Vol. I. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

BORGES, Heloisa da Silva. Educação do Campo como processo de luta por uma sociedade justa. In: GHEDIN, Evandro. *Educação do Campo*: Epistemologia e práticas. São Paulo: Cortez, 2012.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; LEAL, Alessandra. Comunidade Tradicional: conviver, criar, resistir. *Revista da ANPEGE*. Florianópolis, v. 08, n. 09, p. 73-91, jan-jul 2012.

BRASIL. Decreto n°. 6.040, de 07 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil,* Brasília, DF, 08 fev. 2007.

CRUZ, Valter do Carmo. Povos e Comunidades Tradicionais. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo e FRIGOTTO, Gaudêncio. *Dicionário da Educação do Campo*. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

DICIONÁRIO ETIMOLÓGICO. *A origem da palavra cultura*. Disponível em: <http://www.dicionarioetimologico.com.br/cultura/>. Acesso em 14 de Setembro de 2016.

DIEGUES, Antônio Carlos Santana. *O Mito Moderno da Natureza Intocada*. 3 ed. São Paulo: HUCITEC, 2001.

ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do estado*. São Paulo: Escala Educacional, 2009.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *A produtividade da escola improdutiva*. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

FORTES, Alexandre, NEGRO Antônio Luigi e FONTES, Paulo. Peculiaridades de E. P. Thompson. In: THOMPSON, Edward Palmer. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos.* Campinas: Ed. da Unicamp, 2001.

HOBSBAWM, Eric. Introdução. In: THOMPSON, Edward Palmer. *As peculiaridades dos Ingleses e outros artigos.* Campinas: UNICAMP, 2001.

KONDER, Leandro. *A Construção da Proposta pedagógica do SESC Rio*. Rio de Janeiro: SENAC, 2000.

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. *Introdução à Filosofia de Marx*. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MARX, Karl. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

_____. *O Capital*: crítica da economia política. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

MATTOS, Marcelo Badaró. *E. P. Thompson e a tradição de crítica ativa do materialismo histórico*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2012.

MELO JÚNIOR, João Alfredo Costa de Campos. *O Conceito de Experiência Histórica em Edward Thompson.* Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH São Paulo, julho 2011.

MÉSZÁROS, István. *Para Além do Capital*: rumo a uma teoria da transição. Tradução: Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. 1 ed. Revista. São Paulo: Boitempo, 2011.

MORAES, Maria Célia Marcondes de; MULLER, Ricardo Gaspar. *Tempos em que a "razão deve ranger os dentes"*: E. P. Thompson, história e sociologia. In: XI Congresso Brasileiro de Sociologia/SBS. Campinas: Unicamp, 2003.

NEVES, Camila Emanuella Pereira. *A Produção Associada em Capão Verde*: entre bananas, saberes e utopias. 2012. 182 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Educação,

Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá. 2012.

SAVIANI, Dermeval. *Escola e Democracia*. 33 ed. Campinas: Autores Associados, 2000.

THOMPSON, Edward Palmer. *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. *As peculiaridades dos Ingleses e outros artigos*. Campinas: UNICAMP, 2001.

_____. *A Miséria da Teoria ou um planetário de erros*: uma crítica ao pensamento de Althusser. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

TIRIBA, Lia. *Economia Popular e Cultura do Trabalho*: Pedagogia(s) da produção associada. Ijuí: Editora UNIJUÍ, 2001.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

WOOD, Ellen Meiksins. *O que é (anti) capitalismo?* Revista Crítica Marxista. Campinas/SP, n. 17, 2003.

ANÁLISE DE COINTEGRAÇÃO NO MERCADO DE TRIGO INTERNACIONAL E BRASILEIRO NO PERÍODO DE 2004 A 2012

Soraia Araújo Madeira
Univesidade Federal de Viçosa (UFV)
Doutoranda em Economia Aplicada n Universidade Federal de Viçosa(UFV),
soraiamadeira@gmail.com

João Eustáquio de Lima
Univesidade Federal de Viçosa (UFV)
Professor Doutor da Univesidade Federal de Viçosa (UFV)
jelima@ufv.br

Diogo Brito Sobreira
Univesidade Federal de Viçosa (UFV)
Doutorando em Economia Aplicada n Universidade Federal de Viçosa(UFV)
economistadbs@hotmail.com

Fabiano Luiz Alves Barros
Doutorando em Economia Aplicada n Universidade Federal de Viçosa(UFV)
fabiano.luiz@ufv.br

RESUMO

Este estudo analisa a integração nos mercados de trigo internacional (Chicago, Kansas e Argentina) e do Brasil (Curitiba-PR e Porto Alegre-RS). Mais especificamente, o estudo pretende identificar em que medida os preços de trigo do mercado internacional e nacional resultam em alterações de preço em outros mercados nos anos de 2004 a 2012. Utilizou-se os testes de raiz unitária, e teste de raiz unitária sazonal, teste de causalidade de Granger, cointegração de Johansen, análise do modelo de correção de erros e finalmente foi adotado o teste de exogeneidade. Os resultados do modelo VEC sem restrições mostram que, no longo prazo, variações nos preços internacionais (Argentina, especificamente) do grão de trigo são transmitidos mais que proporcionalmente para os preços do trigo na cidade de Curitiba, configurando uma relação elástica. E por fim, observou-se assim, que a velocidade de resposta das variáveis a uma determinada situação de desequilíbrio de curto prazo no processo de ajuste de longo prazo não são estatisticamente iguais para o mercado de Curitiba e Argentino no período em destaque.

Palavras-chave: Integração de mercados. Cointegração de preços. Trigo.

ABSTRACT

This study analyzes the integration in international wheat markets (Chicago, Kansas and Argentina) and Brazil (Curitiba-PR and Porto Alegre-RS) More specifically, the study aims to identify the extent wheat prices in the international and domestic market result in price changes in other markets in the years 2004 to 2012. We used the unit root tests, and seasonal unit root test, Granger causality test, cointegration Johansen, analysis of error correction model and was finally adopted the test of exogeneity. The results of the VEC model without restrictions show that, in the long run, changes in international prices (Argentina, specifically) of wheat grain are transmitted more than proportionally to wheat prices in the city of Curitiba, setting

REVISTA ELETRÔNICA DOCUMENTO 21 MONUMENTO
REDM
NDIHR
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICA REGIONAL NDIHR

an elastic relationship. Finally, it was observed so that the response speed of the variables to a certain short-term imbalance in long-term adjustment process is not statistically equal to the Argentine market in Curitiba and Featured period.

Keywords: Integration of markets. Cointegration prices. Wheat.

INTRODUÇÃO

O trigo trata-se de um produto essencial na dieta dos consumidores, e, portanto, um dos produtos mais importantes e comercializados no mercado internacional. Entretanto, como é característica comum de produtos agrícolas, estes apresentarem elevada sensibilidade diante de possíveis choques de oferta ou choques de demanda. O consumo de trigo e derivados, de acordo com a Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) é mensurado como somatória de diversos produtos tais como: o pão, farinha de trigo, biscoitos doces, salgados e macarrão, sem considerar os demais produtos que levam trigo em sua composição (MARGARIDO; TUROLLA, 2010).

A relação entre os preços no mercado de trigo formados nos Estados Unidos, o maior produtor de trigo na América, em que Chicago é o maior centro de comercialização do mundo no que se refere a várias commodities, seguido por Kansas e que podem influenciar a integração com os preços brasileiros (dado que a produção brasileira se concentra na região Sul (Porto Alegre- RS e Curitiba-PR)), assim como o da Argentina, que possui influência direta nos preços do trigo no Brasil. Alguns estudos tentaram identificar a interdependência ou integração de preços do trigo entre mercados de diferentes países, como LEMA E BRESCIA (1998), CORONEL, AMORIM, SOUSA E LIMA (2010); THOMPSON E BOHL (1999), DONOSO, LARSON E THOMPSON (2001), LISTORTI (2008) E MACHADO E FREITAS (2009). O trabalho de BARROS et al (2014) analisam a convergência entre os preços de mercado do trigo entre E.U.A, Argentina e Brasil nos anos de 2004 a 2012. Este trabalho avança no sentido de analisar a integração entre estes países acima destacados e o Brasil no mercado do trigo no período de 2004 a 2012.

O Brasil no início da década de 1990 apresenta um quadro de liberalização e exposição à competitividade internacional, resultando em alterações nos diversos setores da economia. O setor agrícola, bem como os demais setores da economia brasileira, sofre a influência dos chamados mercados globais. As consequências desse processo se dão através de uma integração cada vez mais ampla dos vários mercados regionais dos produtos agrícolas brasileiros, tanto entre si como em relação aos principais mercados internacionais (NOGUEIRA; AGUIAR e LIMA, 2005).

Portanto, o presente estudo tem como problemática: os mercados de trigo internacional e do Brasil são integrados? Existe transmissão de variações de preços entre esses mercados? Mas especificamente, o estudo pretende identificar em que medida os preços de trigo do mercado internacional e nacional resultam em alterações de preço em outros mercados.

2. Mercado Internacional e Nacional do Trigo

De acordo com dados da EMBRAPA (2014) e BARROS et al (2014) o mercado internacional do trigo é bem distribuído pelo mundo. A União Europeia é a maior produtora do grão no mundo, com cerca de 142 milhões de toneladas na safra 2013/14. Isto representa 19% de todo o mercado mundial de trigo seguidos da China e a Índia, que produziram 214 milhões de toneladas em 2013/14, representando 30% do mercado mundial. Já a produção de trigo na Argentina é bastante representativa na América do Sul, concentrando-se nas províncias de Buenos Aires (47% do total), Córdoba (23%), Santa Fé (14%), Entre Rios (6%), La Pampa (4%) e demais províncias, que totalizam (6%). A competitividade das exportações do trigo da Argentina é favorecida por aspectos climáticos, isenção tributária sobre vários insumos agrícolas, a também a quase inexistência de barreiras tarifárias, (SAGPyA, 2009).

MARGARIDO E TUROLLA (2010) afirmam que uma parcela significante do trigo importado pelo Brasil provém da Argentina, visto que o trigo produzido naquele país não paga tarifa de importação ao entrar no Brasil, como citado anteriormente. Porém vale salientar que apesar da Argentina ser bastante importante no mercado internacional de trigo, o seu preço é formado nos Estados Unidos, maior produtor e exportador mundial de trigo.

Segundo dados da *Food and Agriculture Organization of the United Nations* (FAO, 2009), os maiores exportadores mundiais de trigo são Estados Unidos (27% do total), Canadá (17%), Austrália (16%), União Européia-27 (16%); Argentina (11%), Kazaquistão (4%) e outros países que, em conjunto, totalizam (9%).

Dados da EMBRAPA para os anos de 2011 a 2014 corroboram as afirmativas acima destacadas, dado que os E.U.A detiveram nesses anos específicos o maior volume de exportação do grão (sendo que esses valores em mil toneladas passaram de 28.606 em 2011/12 para 30.617 em 2013014), bem como a União Europeia e Canadá que tiveram seu volume de exportação elevados para o período em destaque.

Tabela 01 - Países exportadores (mil t) de TRIGO, segundo EMBRAPA, safras 2011, 2012 e 2013.

Países Exportadores (mil t)	2011/12	2012/13	2013/14
E.U.A	28.606	27.416	30.617
União Europeia	16.691	22.621	26.000
Canadá	17.352	18.976	23.000
Austrália	24.661	18.976	19.500
Ucrânia	5.436	7.190	10.000
Cazaquistão	11.844	6.700	8.000
Índia	8.910	6.824	6.500
Argentina	12.926	3.550	4.000
Total	157.781	137.831	158.575

Elaboração própria a partir de dados da EMBRAPA (2014).

No âmbito do comércio exterior brasileiro, o trigo é bastante relevante, pois tem considerável peso na Balança Comercial do país, dado que, o país apresenta contínuos *déficits* em relação ao trigo, ou seja, historicamente, as importações apresentam tendência crescente, mostrando que a produção doméstica desse cereal não consegue suprir a demanda doméstica (MARGARIDO; TUROLLA, 2010).

Cabe-se salientar que ainda de acordo com dados da EMBRAPA (2014) os principais países importadores são Egito, China e Brasil, sendo este último, o terceiro maior país importador de trigo do mundo, (7,7 mil toneladas importadas no ano de 2013/2014).

Tabela 02 - Países importadores (mil t) de TRIGO, segundo EMBRAPA, safras 2011, 2012 e 2013.

Países Importadores (mil t)	2011/12	2012/13	2013/14
Egito	11.650	8.300	10.500
China	2.933	2.960	8.500
Brasil	7.338	7.358	7.700
Indonésia	6.457	7.146	7.200
Argélia	6.500	6.484	6.500
Japão	6.354	6.598	6.200
Irã	800.000	6.169	4.500
Coréia do Sul	5.188	5.439	4.500
Total	149.324	144.324	144.857

Elaboração própria a partir de dados da EMBRAPA (2014).

De acordo com dados da EMBRAPA (2014) produção nacional de trigo se concentra na região Sul do Brasil, com melhor performance para estado do Rio Grande do Sul com produção de 3.351,70 mil toneladas para o ano de 2013, seguido do Paraná, com produção de 1.827 mil t do grão em 2013, que apesar da queda na produção no ano específico continua sendo o segundo maior estado produtor do Brasil, o que pode ser caracterizado por aspectos relacionadas ao clima, que resulta em elevação sua produção na região. Porém a produção de trigo brasileira é insuficiente para atender toda a demanda sendo necessária importação do produto. Ver tabela 03.

Tabela 03 - Produção (mil t) de TRIGO no Brasil, por estado e total, segundo EMBRAPA, safras 2011, 2012 e 2013.

Estados	2011	2012	2013
MG	90,15	80,3	119,5
SP	105,43	124	93,4
PR	2.427,72	2.098,70	1.875,40
SC	229,13	139,4	238,3
RS	2.741,72	1.866,3	3.351,70
MS	42,69	23,9	9,1
GO	49,14	42,9	19,50
DF	9,49	4,8	4,9
Total	5.695,47	4.380,3	5.711,8

Elaboração própria a partir de dados da EMBRAPA (2014).

Convém observar que os municípios no RS com maior destaque para a produção em toneladas de trigo no ano de 2013 foram respectivamente Ijuí (779,46 t), Santa Rosa (600,63 t) Frederico Westphalen (277 t). Já o os municípios do Paraná com maior relevância no que tange à produção foram: Ponta Grossa (508.843 t), Pato Branco (219.267 t) e Francisco Beltrão (218.997 t).

2.1 Integração espacial para o Mercado Internacional e Nacional do Trigo e Lei do Preço Único

Um sistema de mercado é considerado integrado quando os preços destes são determinados de maneira interdependentes, assim, alterações de preços em um mercado são transmitidas aos preços de outros. Especificamente, a integração pode ser mensurada por meio do grau de co-movimentação dos preços em diferentes locais, mediante a correlação entre os preços. A integração de mercados tem por base a Lei de Preço Único (LPU), que conceitualmente pode ser entendido na ausência de custos de transporte, barreiras comerciais, além de outras restrições, bens idênticos poderiam ser vendidos a preços equivalentes por causa das operações de arbitragem. (NOGUEIRA, AGUIAR E LIMA, 2005).

Segundo ARDENI (1989) o conceito da Lei do Preço Único está relacionado diretamente ao processo de arbitragem que garante no longo prazo, a equalização dos preços, expressa em uma unidade corrente comum. A arbitragem permite aos mercados com menores preços que estes serão induzidos ao aumento de preços, decorrente da elevação na demanda, e os que apresentam maiores preços tenderá a reduzi-los, devido ao aumento da oferta. Este processo ocorrerá até que esses preços se tornem iguais nos dois países.

De acordo com BARBOSA, MARGARIDO E NOGUEIRA JUNIOR (2002), no modelo de MUNDLAK E LARSON (1992) sejam P_t^i e P_t^{i*} os preços do *i*-ésimo bem no país e no exterior cotados nas respectivas moedas, e E_t, a taxa de câmbio nominal definida como sendo a quantidade de moeda local necessária para a compra de uma unidade da moeda estrangeira. A seguinte condição (condição de equilíbrio) deve ser respeitada de forma que não existam oportunidades de ganhos com a arbitragem de mercadorias entre os países:

$$P_t^i = E_t P_t^{i*} \quad (1)$$

A fim de incorporar efeitos de variáveis não incluídas nessa equação, um termo de erro, denotado por u_t^i, é acrescentado à equação (2), em termos logarítmicos, da seguinte forma:

$$P_t^i US\$ = P_t^i * + S_t^i + u_t^i \quad (2)$$

Sendo o erro u_t^i não correlacionado com nenhuma das variáveis explicativas do modelo. O modelo econométrico, em sua forma mais simples, pode ser representado pela equação (3):

$$P_t^i US\$ = \alpha_t^i + \beta_t^i P_t^i * + \varepsilon_t^i \quad (3)$$

Em que: $P_t^i US\$$ é a representação logaritimizada do preço doméstico do produto *i* no ano *t* (cotado em Dólar); que é a representação do preço do trigo no Brasil; $P_t^i *$ é a representação logaritimizada do preço internacional do produto *i* no ano *t* ; no presente artigo, é a representação do preço internacional do trigo; a constante (ou intercepto); e β é a representação da elasticidade de transmissão de preço entre esses países do produto *i* no ano *t*. Sob o parâmetro β têm-se algumas hipóteses: se o valor de β for igual à unidade, variações de preço no mercado internacional de trigo serão plenamente transmitidas para o mercado de trigo nacional. Se o valor de β for igual a zero, tem-se que variações de preço no mercado internacional não influenciarão o processo de formação de preço do trigo brasileiro.

3. METODOLOGIA

Esta seção abordará o modelo proposto para análise, bem como a apresentação de trabalhos que contribuíram para na pesquisa do mercado de trigo e os procedimentos que serão utilizados no artigo.

3.1 Modelo analítico de Integração do Mercado Internacional e Nacional do Trigo

A fim de determinar a ordem de integração das variáveis de interesse, este artigo utilizou o teste de raiz unitária Dickey-Fuller Aumentado (ADF). Esse teste permite verificar a existência ou não de raízes unitárias nas séries temporais, ou seja, se as variáveis são ou não estacionárias (DICKEY; FULLER, 1979, 1981).

Para MORETTIN E TOLOI (2004), a sazonalidade de uma série pode ser determinística, ou seja, perfeitamente previsível a partir de meses anteriores, ou estocásticas, quando o componente sazonal se altera com o tempo. Quando existem indícios de sazonalidade do segundo tipo, utilizam-se testes de raízes unitárias sazonais para avaliar tal suspeita. O presente trabalho utilizou tais testes a fim de analisar a estacionariedade das séries na possível presença de componentes sazonais e, consequentemente, e assim, definir a ordem de integração da mesma.

Utilizou-se neste trabalho o teste de causalidade proposta por GRANGER (1969), que busca verificar se a incorporação de valores passados de uma variável *X* contribui com melhores previsões para a variável *Y*. Portanto, trata-se de um teste de precedência temporal e não de causalidade no sentido de uma relação de causa e efeito. Esse teste é útil para avaliar se variações de preços em um mercado precedem as variações de preços em outro mercado.

Com o objetivo de identificar o possível relacionamento de longo prazo entre as variáveis, utilizou-se o teste de cointegração elaborado por JOHANSEN (1988). Utilizou-se, também, o Modelo Vetorial de Correção de Erro (VEC) para analisar o relacionamento econômico, de curto e longo prazo, entre os preços do trigo no mercado argentino e no mercado internacional.

O procedimento de JOHANSEN (1988) para verificação de cointegração entre séries de tempo considera que todas as variáveis são endógenas e sua utilização não é limitada pela existência de endogeneidade do regressor (relação causal no sentido da variável dependente para a variável explicativa). Esse procedimento utiliza Máxima Verossimilhança para estimar os vetores de cointegração e permite testar e estimar a presença de vários vetores e não só de um único vetor de cointegração.

Além da necessidade de realização dos testes de estacionariedade, HATEMI-J E IRANDOUST (2005) indicam a realização de testes de cointegração. ENGLE E GRANGER (1987), apontam que cointegração é uma combinação linear de variáveis não-estacionárias e integradas de mesma ordem, que no longo prazo, compartilham uma relação de equilíbrio. Os métodos mais utilizados para determinação das relações de cointegração entre as variáveis são os de Engle e Granger e de Johansen. O método utilizado neste trabalho é o de JOHANSEN (1988), pois ao contrário do de Engle e Granger, este permite a estimação dos parâmetros da relação de equilíbrio entre variáveis não estacionárias e a presença de múltiplos vetores de cointegração.

JOHANSEN (1988) propõe os testes de razão de verossimilhança *traço* e *máximo autovalor* para identificar o número de vetores de cointegração. O teste do traço examina a hipótese de que existem, no máximo, *r* vetores de cointegração ($H_0 = r \leq r_0$, contra $H_1 = r > r_0$), enquanto que o teste de máximo autovalor, a hipótese nula de que há *r* vetores de cointegração, contra a hipótese alternativa de que há $(r + 1)$. *]*

A integração de preços do trigo em Chicago, Kansas, Argentina, Curitiba e Porto Alegre será baseada modelo de autoregressão vetorial (VAR). Conforme GUJARATI E PORTER (2011) o VAR tem como objetivo analisar as relações lineares entre cada variável e seus valores defasados, considerando os problemas básicos, como à conjugação de variáveis que possam melhor explicar o problema de pesquisa, assim como o total de defasagens arroladas às variáveis do modelo. O VAR pode ser representado da seguinte maneira:

$$Y_t = a + \sum_{j=1}^{k} \beta_i Y_{t-j} + u_t \quad (4)$$

em que Y_t é um vetor $(k \times 1)$ variáveis endógenas; Y_{t-j} , $j=1,2\ 3,...,p$ são vetores (k x 1) de variáveis defasadas; a é um vetor (k x 1) de intercepto; β_i, $i=1,2,3,...,p$ são chamados de matrizes $(k \times k)$ de coeficientes a serem estimados e u_t representa os termos de erros com vetor $(k \times 1)$, que na linguagem do VAR são chamados de impulsos, inovações ou choques.

A identificação das relações entre as variáveis do modelo no curto prazo bem como no longo prazo, são realizadas pelos Vetores de Correção de Erro (VEC) é um VAR (reparametrizado) com as restrições de cointegração entre as variáveis. O VEC pode ser representado da seguinte forma (LIMA, 2014):

$$\Delta Y_t = \Gamma_1 \Delta Y_{t-1} + \Gamma_2 \Delta Y_{t-2} + \cdots + \Gamma_{p-1} \Delta Y_{t-(p-1)} + \alpha \beta' Y_{t-1} + u_t \quad (5)$$

em que $\beta' Y_{t-1}$ são as *r* relações de cointegração que definem a trajetória de longo prazo (equilíbrio) entre as variáveis; α é a matriz de coeficientes de ajustamento para o equilíbrio de longo prazo e matrizes de coeficientes que definem a dinâmica de curto prazo.

Para identificar o possível relacionamento de longo prazo entre as variáveis, utilizou-se o teste de cointegração elaborado por JOHANSEN (1988). A definição no número r de relações de cointegração é dada pelo posto da Matriz Γ_i que pode ser definido por dois testes: Teste do Traço e do Máximo Autovalor. A fim de identificar o grau de integração das séries de preços utilizou-se a imposição de restrições sobre os parâmetros a e β, para verificar que mercados

participam efetivamente do equilíbrio de longo prazo e se o grau de transmissão entre os preços dos mercados é perfeita. Segundo HARRIS (1995), os testes de hipóteses sobre os parâmetros β podem ser escritos por:

$$H_0: \beta = H\varphi \quad (6)$$

em que, H é a matriz de dimensões (*pxs*), s é o número de coeficientes β que não estão restritos e φ é a matriz *(sxr)* de parâmetros a serem estimados envolvendo r vetores de cointegração. Especificamente, testaram-se as seguintes hipóteses:

$$\beta_{LNPCUR} = 0 \quad (7)$$

$$\beta_{LNPPAL} = 0 \quad (8)$$

$$\beta_{LNPCHI} = 0 \quad (9)$$

$$\beta_{LNPKAN} = 0 \quad (10)$$

$$\beta_{LNPARG} = 0 \quad (11)$$

$$\beta_{LNPCUR} = \beta_{LNPPAL} \quad (12)$$

$$\beta_{LNPCUR} = \beta_{LNPARG} \quad (13)$$

$$\beta_{LNPCUR} = \beta_{LNPCHI} \quad (14)$$

$$\beta_{LNPCUR} = \beta_{LNPKAN} \quad (15)$$

em que, *LNPCUR* é o logaritmo natural do preço do trigo em Curitiba, *LNPPAL* é o logaritmo natural dos preços do preço do trigo em Porto Alegre, *LNPCHI* é o logaritmo natural do preço trigo em Chicago-E.U.A, *LNPKAN* é o logaritmo natural do preço trigo em Kansas-E.U.A e *LNPAEG* é o logaritmo natural do preço trigo na Argentina. As hipóteses (7), (8), (9), (10) e (11) identificam se os mercados de Curitiba e Porto Alegre, Chicago, Kansas e Argentina participam efetivamente de um equilíbrio de longo prazo. Já a hipótese (12), (13), (14) e (15) indicam o grau de integração entre os mercados de Curitiba e Porto Alegre, Curitiba e Argentina, Curitiba e Chicago, bem como Curitiba e Kansas.

Com relação os parâmetros a, empregou-se as seguintes restrições para verificar a presença de exogeneidade fraca dos mercados em relação ao equilíbrio de longo prazo. As hipóteses testadas foram:

$$\alpha_{LNPCUR} = 0 \quad (16)$$

$$\alpha_{LNPPAL} = 0 \quad (17)$$

$$\alpha_{LNPCHI} = 0 \quad (18)$$

$$\alpha_{LNPKAN} = 0 \quad (19)$$

$$\alpha_{LNPARG} = 0 \quad (20)$$

$$\alpha_{LNPCUR} = \alpha_{LNPPAL} \quad (21)$$

$$\alpha_{LNPCUR} = \alpha_{LNPARG} \quad (22)$$

$$\alpha_{LNPCUR} = \alpha_{LNPCHI} \quad (23)$$

$$\alpha_{LNPCUR} = \alpha_{LNPKAN} \quad (24)$$

em que as hipótese nulas (16), (17), (18), (19) e (20) testam a exogeneidade fraca entre os mercados exportadores de Curitiba, Porto Alegre, Chicago, Kansas e Argentina; Já as hipóteses (21), (22), (23) e (24) testam se grau de velocidade de resposta das variáveis a um dado desequilíbrio de curto prazo no processo de ajuste de longo prazo entre os mercados entre os mercados de Curitiba e Porto Alegre, Curitiba e Argentina, Curitiba e Chicago, bem como Curitiba e Kansas.

3.2 Base de dados

Os dados foram coletados na consultoria online SAFRAS e MERCADOS[1], constituídos em uma série de preços reais mensais da saca de 60 kg de trigo comercializadas em Dólar no período de janeiro de 2004 a junho de 2012, para os mercados de Curitiba e de Porto Alegre e Argentina, bem como os preços cotados na bolsa de Chicago-E.U.A, Kansas-E..U.A, totalizando 121 observações. Observa-se que os preços (U$$) foram deflacionados pelo IGP-DI base dezembro de 2012.

4. RESULTADOS

O comportamento dos preços do trigo no mercado internacional e nacional pode ser visualizado na Figura 1. Nota-se que as séries de preços mensais do trigo movimentam-se conjuntamente no período analisado. Assim, aceitaríamos a hipótese de que as séries seriam cointegradas, ou seja, haveria uma relação de equilíbrio de longo prazo entre elas. Porém, essa hipótese deve ser verificada de forma mais cuidadosa, o que foi realizado por meio dos testes de cointegração.

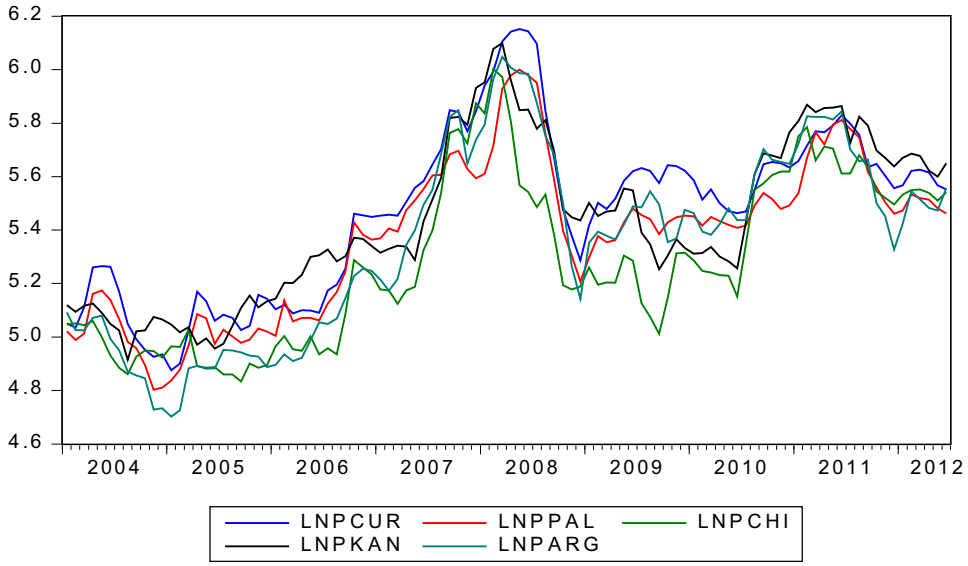


Figura1 - LN dos Preços do trigo no mercado internacional (Chicago-E.U.A, Kansas-E.U.A, Argentina) e Brasil (Curitiba e Porto Alegre) no período de 2004 a 2012.

Para verificar se as séries analisadas são estacionárias, realizou-se o teste de Dickey-Fuller Aumentado (ADF). Os resultados indicaram que as séries de preços do trigo internacional e do Brasil não são estacionárias em nível, tendo em vista que os valores calculados da estatística *t* são menores, em módulo, que seus respectivos valores críticos a 1% e 5%, em todos os modelos analisados, ou seja, a hipótese nula de raiz unitária não pode ser rejeitada para estas séries. No entanto, observou-se que essas séries foram estacionárias em primeira diferença, indicando que apenas uma diferenciação é suficiente para torná-las estacionárias, como pode-se observar na Tabela 4:

Tabela 4 - Resultados do teste de ADF em nível e em primeira diferença para as séries mensais de preços do trigo no Brasil e no mercado Internacional- 2004 A 2012

Séries	Modelos	Tcal	a=0,01	a=0,05
LNPCHI	Com intercepto e tendência	-2,458	-4,052	-3,455
	Com intercepto	-1,719	-4,052	-3,455
	Sem intercepto e sem tendência	0,365	-4,052	-3,455
LNPKAN	Com intercepto e tendência	-1,999	-4,052	-3,455
	Com intercepto	-1,593	-4,052	-3,455
	Sem intercepto e sem tendência	0,568	-4,052	-3,455
LNPCUR	Com intercepto e tendência	-2,416	-4,052	-3,455
	Com intercepto	-2,174	-4,052	-3,455
	Sem intercepto e sem tendência	0,321	-4,052	-3,455
LNPPAL	Com intercepto e tendência	-2,511	-4,052	-3,455
	Com intercepto	-2,174	-4,052	-3,455
	Sem intercepto e sem tendência	0,326	-4,052	-3,455
LNPARG	Com intercepto e tendência	-2,255	-4,052	-3,455
	Com intercepto	-1,699	-4,052	-3,455
	Sem intercepto e sem tendência	0,420	-4,052	-3,455
DLNPCHI	Com intercepto e tendência	-7,683	-4,052	-3,455
	Com intercepto	-7,723	-4,052	-3,455
	Sem intercepto e sem tendência	-7,740	-4,052	-3,455
DLNPKAN	Com intercepto e tendência	-7,902	-4,052	-3,455
	Com intercepto	-7,935	-4,052	-3,455
	Sem intercepto e sem tendência	-7,932	-4,052	-3,455
DLNPCUR	Com intercepto e tendência	-6,053	-4,052	-3,455
	Com intercepto	-6,045	-4,052	-3,455
	Sem intercepto e sem tendência	-6,053	-4,052	-3,455
DLNPPAL	Com intercepto e tendência	-6,332	-4,052	-3,455
	Com intercepto	-6,331	-4,052	-3,455
	Sem intercepto e sem tendência	-6,342	-4,052	-3,455
DLNPARG	Com intercepto e tendência	-7,086	-4,052	-3,455
	Com intercepto	-7,118	-4,052	-3,455
	Sem intercepto e sem tendência	-7,127	-4,052	-3,455

Elaboração própria com base nos dados SAFRAS e MERCADOS.

Com base na Tabela 5, observou-se o indicativo de ausência de raízes unitárias sazonais em todas as séries, dado pela significância estatística de π, não se identificou raiz unitária semianual e tão pouco raízes complexas nos pares de π_i`s. Portanto, os preços no mercado de trigo internacional e brasileiro no período analisado foram estacionários em primeira diferença,

rejeitando-se assim, a hipótese de raiz unitária sazonal.

Tabela 5 – Teste HEGY de identicação de raízes sazonais nas séries mensais de preço do trigo nos mercados internacional (Chicago e Kansas) e Nacional (Curitiba e Porto Alegre)- 2004 a 2012

	LNPCUR	LNPPAL	LNPCHI	LNPKAN	LNPARG
$0/\pi_1$	0.2767	0.9647	0.9065	-0.1092	-0.4305
$\pi/\ \pi_2$	-2.5047**	-1.9976**	-2.4868**	-2.9977**	-2.5663**
$\pi.\ \pi_3/2$ e π_4	8.0407*	8.8336*	5.4453*	7.6978*	3.8367*
$2\pi.\ \pi_5/3$ e π_6	7.4462*	5.2744*	7.9184*	6.3001*	4.5743*
$\pi.\ \pi_7/3$ e π_8	5.2292*	5.5347*	8.4176*	10.6064*	4.5062*
$5\pi.\ \pi_9/6$ e π_{10}	6.5676*	6.5341*	5.6120*	6.3220*	5.5922*
$\pi.\ \pi_{11}/6$ e π_{12}	9.9708*	8.9686*	9.0059*	8.3019*	6.5265*
$\pi_{1,\ldots,}\pi_{12}$	7.8521*	7.0617*	8.7943*	11.1191*	5.5607*
$\pi_{2,\ldots,}\pi_{12}$	8.5382*	7.6823*	9.5432*	12.0956*	6.0420*

Elaboração própria com base nos dados SAFRAS e MERCADOS.

*Indica Significância de 1%, **Indica Significância de 5%, ***Indica Significância de 10

O fato das séries serem integradas de mesma ordem trata-se de um pré-requisito para examinar se as séries são cointegradas, o que é identificado por meio do teste de Johansen a fim de verificar se elas possuem relacionamento de longo prazo (CORONEL, AMORIM, SOUSA E LIMA, 2010).

Dado que o procedimento de Johansen é baseado em um modelo VAR, foi necessário determinar o número de defasagens desse modelo e verificar a presença ou não de termos determinísticos a serem incluídos, sendo que os mesmos podem ser uma constante, uma tendência ou ainda uma variável Dummy. Com a finalidade de determinar o número de defasagens (p) do modelo VAR, foram adotados três critérios: o primeiro, a decisão pelo número de defasagens (p) que minimizou os Critérios de Informação de Akaike (AIC); o segundo foi o de Schwarz (SC) e, por último, o de Hannan-Quinn (HQ); utilizando-se o critério de Schwarz (SC) foi escolhida apenas uma defasagem. Dada à verificação da ordem de integração das séries de preço do trigo no mercado brasileiro e internacional, realizou-se o teste de causalidade a fim de se analisar em que nível de mercado se origina as variações nos preços e em que sentido essas variações se transmitem.

Nota-se com os resultados da Tabela 6 que em um nível de 1% e 5% a hipótese nula é rejeitada, ou seja, percebe-se que o preço do em Curitiba, Porto Alegre e Argentina são precedidos pelos preços de Chicago e Kansas. Observa-se ainda que variações nos preços de Curitiba e Porto Alegre são precedidos por variações nos preços da Argentina considerando o nível de significância de 1% e 5%. Tomando por base o nível de 1%, 5% e 10%, nota-se que o preço do de Curitiba, Porto Alegre e Chicago possuem uma relação de causalidade com a Argentina. Assim, isto indica que indica uma causalidade, segundo Granger, bidirecional, ou seja, os preços defasados de uma localidade ajudam na previsão do preço da outra localidade, e vice-versa. As demais variáveis de preços não precedem umas às outras, temporalmente, no sentido de Granger, pois não rejeitaram a hipótese nula de ausência de causalidade. Esse resultado mostra que qualquer choque em um desses estados não afeta, no curto prazo, a outro.

Tabela 6 - Resultados do teste de causalidade de Granger para as séries mensais de preços em nível do trigo no Brasil e no mercado Internacional- 2004 A 2012

Séries	Teste F	Prob	Resultado
DLNPPAL não causa DLNPCUR	1.27854	0.2531	Aceita-se H_0
DLNPCUR não causa DLNPPAL	1.2133	0.2938	Aceita-se H_0
DLNPCHI não causa DLNPCUR	2.93477	0.0027	Rejeita-se H_0
DLNPCUR não causa DLNPCHI	1.09812	0.3772	Aceita-se H_0
DLKAN não causa DLCUR	1.98162	0.0406	Rejeita-se H_0
DLNPCUR não causa DLNPKAN	1.18095	0.3158	Aceita-se H_0
DLNPARG não causa DLNPCUR	2.1613	0.0245	Rejeita-se H_0
DLNPCUR não causa DLNPARG	1.10436	0.3723	Aceita-se H_0
DLNPCHI não causa DLNPPAL	3.73891	0.0003	Rejeita-se H_0
DLNPPAL não causa DLNPCHI	0.71523	0.7312	Aceita-se H_0
DLNPKAN não causa DLNPPAL	2.166	0.0242	Rejeita-se H_0
DLNPPAL não causa DLNPKAN	1.11947	0.3607	Aceita-se H_0
DLNPARG não causa DLNPPAL	3.13042	0.0015	Rejeita-se H_0
DLNPPAL não causa DLNPARG	2.64364	0.0062	Rejeita-se H_0
DLNPKAN não causa DLNPCHI	1.29243	0.245	Aceita-se H_0
DLNPCHI não causa DLNPKAN	1.43874	0.1721	Aceita-se H_0
DLNPARG não causa DLNPCHI	1.71722	0.0837	Rejeita-se H_0
DLNPCHI não causa DLNPARG	2.60294	0.0069	Rejeita-se H_0
DLNPARG não causa DLNPKAN	1.29561	0.2432	Aceita-se H_0
DLNPKAN não causa DLNPARG	2.36313	0.0138	Rejeita-se H_0

Foram utilizadas 1 defasagem conforme os critérios LR e Akaike.

Elaboração própria com base nos dados SAFRAS e MERCADOS.

Dada à determinação do número de defasagens do modelo VAR, realizou-se o teste proposto por Johansen (1988), a fim de verificar a existência de relação de longo prazo entre as variáveis (preço no mercado de trigo brasileiro e internacional).

Como abordado na análise do gráfico 1, o gráfico das séries de preços logaritmizadas do mercado de trigo em Chicago, Kansas, Argentina Curitiba e Porto Alegre para o período de 2004 a 2012, este evidenciou uma relação de equilíbrio entre as séries, dado que de forma aparente as mesmas possuíam diferenças estáveis.

Os resultados para o teste do traço podem ser observados na Tabela 7 que corroboram esta hipótese (de cointegração das séries), mostrando assim que a hipótese nula, de que o posto da matriz de cointegração é nulo (r =0), é rejeitada, a 5% de significância. Desse modo, há um vetor de cointegração, que estabelecem as relações de equilíbrio de longo prazo entre as variáveis.

Trabalhos relacionados à temática também obtiveram este mesmo resultado, tais como CORONEL, AMORIM, SOUSA E LIMA (2010) também permitiram rejeitar a hipótese nula de não existência de nenhum vetor de cointegração, ao nível de 5%, mostrando desta forma que os preços do trigo entre Argentina e Estados Unidos foram cointegrados no período de 1994 a 2009, bem como o trabalho de Donoso et al. (2001) que também indicaram a mesma cointegração para os anos de 1982 a 1999.

Tabela 7 - Resultados do Teste do Traço para Cointegração para as séries mensais de preços do trigo no Brasil e no mercado Internacional- 2004 a 2012

Hipótese Nula	Hipótese Alternativa	Estatística do teste	Valor Crítico 5%
r=0	r>0	83,715	76,07
r=1	r>1	50,476	53,12
r=2	r>2	26,307	34,91
r=3	r>3	12,238	19,96
r=4	r>4	2,605	9,24

Elaboração própria com base nos dados SAFRAS e MERCADOS.

A tabela 8 apresenta a estimativa dos resultados do Modelo Vetorial de Correção de Erro (VEC) sem quaisquer restrições sobre os parâmetros. Os resultados do modelo VEC sem restrições mostram que, no longo prazo, variações nos preços internacionais do grão de trigo são transmitidos mais que proporcionalmente para os preços do trigo na cidade de Curitiba, configurando uma relação elástica.

Especificamente, variação de 1,0% no preço do trigo nos Estados Unidos (Chicago) proporciona variação de apenas 0,03% no preço do trigo na cidade de Porto Alegre. Já variações de 1% preços no grão de trigo em Kansas são transmitidas menos que proporcionalmente para os preços de trigo na cidade de Curitiba (0,22%). A Variação de 1,0% no preço do grão de trigo na Argentina induz variação de 1,01% no preço do trigo na cidade de Curitiba no longo prazo, assim, a elasticidade de transmissão de preços é maior que a unidade, isto é, apresenta-se como uma relação elástica entre os preços praticados entre esses dois mercados analisados. (Ver Tabela 08)

Tabela 8 - Estimativa do Parâmetro de longo Prazo β para as séries mensais de preços do trigo no Brasil e no mercado Internacional- 2004 a 2012

Séries	Estimativa do parâmetro de longo prazo β
LNPCUR (-1)	1,0000
LNPPAL (-1)	-0,0397
LNPCHI (-1)	0,0014
LNPKAN (-1)	0,2227
LNPARG (-1)	-1,0156*
Constante	-1,037

Elaboração própria com base nos dados SAFRAS e MERCADOS.

*Indica Significância de 1%.

Tomando por base a Tabela 9 podemos observar que 19,7% do desequilíbrio de curto prazo no que se refere à trajetória de longo prazo são corrigidos a cada mês, ou seja, os desequilíbrios são transitórios e são corrigidos num prazo rápido pelos preços de Curitiba, assim como para cada 1% da relação de desequilíbrio na relação de cointegração, os preços da Argentina se ajustam em 20,1%. No curto prazo, variações de 1% no preço da Argentina no mês anterior proporciona uma variação de 18,7 no preço atual de Porto Alegre. Já variações de 1% nos preços de Chicago causam uma variação de 0.238 no preço atual de Curitiba, por exemplo.

O trabalho de (CORONEL; AMORIM; SOUSA E LIMA, 2010) obtiveram resultados semelhantes em seu estudo acerca dos preços no mercado de trigo Argentino e internacional, quando constatou que a elevação de 1% no preço do mercado de trigo internacional propiciou acréscimo de 20,31% no mês seguinte no mercado argentino.

Tabela 9 - Estimativa do Parâmetro de curto prazo a para as séries mensais de preços do trigo no Brasil e no mercado Internacional- 2004 a 2012

Variáveis	D(LNPCUR)	D(LNPAL)	D(LNPCHI)	D(LNPKAN)	D(LNPARG)
A	-0.197*	-0.08	-0.159	-0.177	0.201**
D(LNPCUR(-1))	0.464*	0.276	0.525**	0.428**	0.146
D(LNPPAL(-1))	-0.138	0.003	-0.313	-0.227	0.003
D(LNPCHI(-1))	0.238***	0.283**	0.318***	0.308**	0.258***
D(LNPKAN(-1))	-0.094	-0.196	0.027	-0.006	0.150
D(LNPARG(-1))	0.102	0.187***	-0.394*	-0.302**	0.092
Constante	0.002	0.002	0.003	0.004	0.002

Elaboração própria com base nos dados SAFRAS e MERCADOS.

*Indica Significância de 1%, **Indica Significância de 5%, ***Indica Significância de 10%,

O MERCOSUL constitui-se numa União Aduaneira, o que resulta que além da existência de uma Tarifa Externa Comum entre os países que compõem o bloco relativamente aos países de fora bloco, ocorre também preferência tarifária entre os países que pertencem ao bloco. Sendo a Argentina bastante importante no mercado internacional de trigo, e, em função da Argentina pertencer ao MERCOSUL, o trigo argentino chega ao mercado brasileiro sem pagar tarifa de importação, enquanto que, o trigo proveniente de outros países que não pertençam ao bloco paga essa tarifa, tornando o trigo proveniente da Argentina mais competitivo relativamente ao trigo de outros países.

Segundo MARGARIDO E TUROLLA (2010) grande parte do trigo importado pelo Brasil é de origem Argentina. E da mesma forma para o trabalho em questão espera-se que a elasticidade de transmissão de preço seja igual à unidade entre os preços do grão de trigo na Argentina e os preços da farinha de trigo na cidade de Curitiba e Porto Alegre, no qual prevaleça a Lei do Preço Único, enquanto que, os preços do trigo de países de fora do bloco não impactem, pelo menos, de forma direta os preços da farinha de trigo na cidade de Curitiba e Porto Alegre.

De acordo com CORONEL, AMORIM, SOUSA E LIMA (2010) a simples existência de um vetor de integração não pode ser considerada suficiente para se determinar uma integração perfeita de um mercado, bem como não pode ser considerada suficiente para garantir a participação de todas as séries de longo prazo.

Ao analisar a Tabela 10 verificou-se a rejeição da hipótese nula de que os preços da Curitiba e Argentina são iguais a zero. Dessa forma oscilações nos preços do trigo na Argentina e em Curitiba são consideradas relevantes no padrão de longo prazo.

Testou-se ainda a hipótese de perfeita integração entre os mercados, sendo esta rejeitada ao nível de 1%, ou seja, alterações de preços no mercado não são completamente transmitidas para outro mercado no longo prazo, assim a Lei do Preço Único não é verificada de forma perfeita no mercado de trigo no período de 2004 a 2012. (Ver Tabela 10)

Tabela 10 – Teste de Significância de restrição sobre o parâmetro de longo prazo (β) do vetor de cointegração para as séries mensais de preços do trigo no Brasil e no mercado Internacional- 2004 a 2012

Hipótese Nula	Razão de Verossimilhança	Valor Crítico
$\beta_{LNPCUR} = 0$	6.70*	3,84
$\beta_{LNPPAL} = 0$	0,008	3,84
$\beta_{LNPCHI} = 0$	5.93E-05	3,84
$\beta_{LNPKAN} = 0$	0,98	3,84
$\beta_{LNPARG} = 0$	9,017*	3,84
$\beta_{LNPCUR} = \beta_{LNPPAL}$	2,10*	3,84
$\beta_{LNPCUR} = \beta_{LNPCHI}$	5,57*	3,84
$\beta_{LNPCUR} = \beta_{LNPKAN}$	5,55*	3,84
$\beta_{LNPCUR} = \beta_{LNPARG}$	8,664776*	3,84

*Significante a 1%

Elaboração própria com base nos dados SAFRAS e MERCADOS.

Os valores dos testes de hipótese sobre o parâmetro a estão mostrados na Tabela 11. Tais estimativas indicam que a hipótese de exogeneidade fraca é rejeitada ao nível de 10% na série de preços do trigo para os mercados de Curitiba, Kansas e Argentina, isso sugere que os preços de Curitiba reagem a desequilíbrios transitórios no mercado Argentino e de Kansas.

Já as hipóteses (21), (22), (23) e (24) que testaram o grau de velocidade de resposta das variáveis a um dado desequilíbrio de curto prazo no processo de ajuste de longo prazo entre os mercados de Curitiba e Argentina, foi rejeitado ao nível de 1%, assim, constata-se que a velocidade de resposta das variáveis a uma determinada situação de desequilíbrio de curto prazo no processo de ajuste de longo prazo não são estatisticamente iguais para o mercado de Curitiba e Argentino no período em destaque.

Tabela 11 – Teste de Significância de restrição sobre o parâmetro de curto prazo (α) do vetor de cointegração para as séries mensais de preços do trigo no Brasil e no mercado Internacional- 2004 a 2012

Hipótese Nula	Razão de Verossimilhança	Valor Crític
$\alpha_{LNPCUR} = 0$	2,76***	3,84
$\alpha_{LNPPAL} = 0$	0,401	3,84
$\alpha_{LNPCHI} = 0$	1,76	3,84
$\alpha_{LNPKAN} = 0$	3,12***	3,84
$\alpha_{LNPARG} = 0$	3,19***	3,84
$\alpha_{LNPCUR} = \alpha_{LNPPAL}$	2,888***	3,84
$\alpha_{LNPCUR} = \alpha_{LNPCHI}$	0,053	3,84
$\alpha_{LNPCUR} = \alpha_{LNPKAN}$	0,016	3,84
$\alpha_{LNPCUR} = \alpha_{LNPARG}$	7,722398*	3,84

*Significante a 1%; ***Indica Significância de 10%.

Elaboração própria com base nos dados SAFRAS e MERCADOS.

5. CONCLUSÕES

As inferências realizadas neste trabalho demonstraram a existência de relações de equilíbrio de longo prazo entre os preços do trigo brasileiro e internacional, ou seja, as variáveis são cointegradas para o período de 2004 a 2012. Percebe-se que o preço do em Curitiba, Porto Alegre e Argentina são precedidos pelos preços de Chicago e Kansas. Observa-se ainda que variações nos preços de Curitiba e Porto Alegre são precedidos por variações nos preços da Argentina

considerando o nível de significância de 1%. Tomando por base o nível de 10%, nota-se que o preço do de Curitiba e Porto Alegre possui uma relação de causalidade com a Argentina. Assim, isto indica que indica uma causalidade, segundo Granger, bidirecional, ou seja, os preços defasados de uma localidade ajudam na previsão do preço da outra localidade, e vice-versa.

Os resultados para o teste do traço podem ser observados corroboram a hipótese (de cointegração das séries), mostrando assim que a hipótese nula, de que o posto da matriz de cointegração é nulo (r =0), é rejeitada, a 5% de significância. Desse modo, há pelo menos um vetor de cointegração, que estabelecem as relações de equilíbrio de longo prazo entre as variáveis. Os resultados do modelo VEC sem restrições mostram que, no longo prazo, variações nos preços internacionais do grão de trigo são transmitidos mais que proporcionalmente para os preços do trigo na cidade de Curitiba, configurando uma relação elástica.

Constatou-se que 19,7% do desequilíbrio de curto prazo no que se refere à trajetória de longo prazo são corrigidos a cada mês, ou seja, os desequilíbrios são transitórios e são corrigidos num prazo rápido pelos preços de Curitiba, assim como para cada 1% da relação de desequilíbrio na relação de cointegração, os preços da Argentina se ajustam em 20,1%. No curto prazo, variações de 1% no preço da Argentina no mês anterior proporciona uma variação de 18,7 no preço atual de Porto Alegre. Já variações de 1% nos preços de Chicago causam uma variação de 0.238 no preço atual de Curitiba, por exemplo.

Observou-se que oscilações nos preços do trigo na Argentina e em Curitiba são consideradas relevantes no padrão de longo prazo. Testou-se ainda a hipótese de perfeita integração entre os mercados, sendo esta rejeitada ao nível de 1%, ou seja, alterações de preços no mercado não são completamente transmitidas para outro mercado no longo prazo. E por fim, observou-se assim, que a velocidade de resposta das variáveis a uma determinada situação de desequilíbrio de curto prazo no processo de ajuste de longo prazo não é estatisticamente igual para o mercado de Curitiba e Argentino no período em destaque.

NOTAS

[1]www.safras.com.br.

REFERÊNCIAS

ARDENI, P. G. Does the Law of One Price really hold for commodity prices? *American Journal of Agricultural Economics,* v. 71, n.3, p. 661-669, 1989;

BARBOSA, M. Z.; MARGARIDO, M. A.; NOGUEIRA JUNIOR, S. Análise da elasticidade de transmissão de preços no mercado brasileiro de algodão. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v12, n.2, p.79-108, jul./dez., 2002;

BARROS, F. L. A; TABOSA, F. J. S; BENTO, J. A. N; PAULO, E. M; DJAU, M. Análise de convergência entre os preços de mercado do trigo entre Estados Unidos da América, Argentina e Brasil no período de 2004 a 2012. *Revista de Economia e Administração,* v.13, n.2, 235-250p, abr./jun. 2014;

CORONEL, D.A; AMORIM, A.L; SOUSA, E.P; LIMA, J.E de. Integração e transmissão de preços entre os mercados de trigo argentino e internacional. *PESQUISA & DEBATE,* SP, volume 21, número 2(38) pp. 279-305, 2010;

DICKEY, D. A.; FULLER, W. A. Distribution of the estimators for autoregressive time series with a unit root. *Journal of the American Statistical Association,* v.74, n.366, p.427-431, 1979;

DICKEY, D. A.; FULLER, W. A Likelihood ratio statistics for autoregressive time series with a unit root. *Econometrica*, v.49, p.1057-1073, 1981.

DONOSO, C. I.; LARSON, D. W.; THOMPSON, S. R. Regional Market Integration and MERCOSUR:

Implications for wheat trade. In: *International Food and Agribusiness Management Association Meeting World Food and Agribusiness Symposium*. Sydney,
Australia, June 2001.

EMBRAPA TRIGO. Trigo em números. [S.l.]: *Embrapa*, jan. 2014. Disponível em:<https://www.embrapa.br/soja/cultivos/trigo1> . Acesso em: 20 de janeiro de 2015.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS(FAO). *Statistical databases*. 2009. Disponível em: <http://www.fao.org>. Acesso em: 20 de janeiro de 2015.

GRANGER, C. W. J. Investigating causal relations by econometric models and cross spectral methods. *Econometrica,* Chicago, v. 37, n. 3, p.424-438, 1969.

GUJARATI, D. N.; PORTER, D. C. *Econometria Básica, 5ª* ed. Bookman: Porto Alegre, 2011.

HATEMI-J, A.; IRANDOUST, M. Bilateral trade elasticities: Sweden versus her trade partners. *American Review of Political Economy*, vol. 3, nº 2. 2005.

KUPFFER, D. A indústria brasileira após 10 anos de liberalização econômica. Artigo Apresentado no Seminário Brasil em Desenvolvimento, Instituto de Economia da UFRJ. Outubro de 2003. Disponível em: <http://www,ie,ufrj,br/gic/pdfs/a_industria_brasileira_apos_10_anos_de_liberalizacao_comercial, pdf>. Acesso em: 01 de janeiro de 2015;

JOHANSEN, S. Statistical analysis of cointegration vectors. *Journal of Economic Dynamic and Control,* v.12,p.231-254,1988;

LEMA, D.; BRESCIA, V. La convergencia de los precios agricolas de la Argentina y de Los EE. UU. *La "ley de un solo precio" para los commodities pampeanos*. Documento de Trabajo 2, noviembre, 1998;

LIMA, J. E de. Modelos Multivariados de Séries Temporais. DER-UFV, 2014.(mimio)

LISTORTI, G. International price transmission on soft wheat markets: which role for policy variables in cointegration relationships? In: XII Congress of the European Association of Agricultural Economists (EAAE 2008), Ghent, Belgium, 2008.

MACHADO, T. D. A.; FREITAS, C. A. *Transmissão de preços do trigo entre países do Mercosul e Estados Unidos*. In: ILHA, A. D.; FREITAS, C. A. (Orgs.). O agronegócio brasileiro e o comércio internacional. Curitiba: Editora CRV, 2009;

MARGARIDO, M. A; TUROLLA, F. A. Análise da transmissão espacial de preços no mercado internacional de trigo. Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM). 2 Conferência em Gestão de Risco e Comercialização de *Commoditie,* 2010.

MORETTIN, P.A.; TOLOI, C.M.C. *Análise de séries temporais*. São Paulo: Editora Edgard Blücher Ltda, 2004. 535p.

MUNDLAK; Y; LARSON, D. F. On the transmission of world agricultural prices. *The World Bank Economic Review*, v.6, n.3, p. 399-422, 1992.

NOGUEIRA, F,T,P; AGUAR, D, R, D; LIMA, J, E,de. Integração espacial no mercado brasileiro de café arábica. *Nova Economia*, Belo Horizonte_15 (2)_91-112_maio-agosto de 2005, Disponível em: <http://www,face,ufmg,br/novaeconomia/sumarios/v15n2/150204,pdf>, Acesso em: 01 de

janeiro de 2015;
SECRETARÍA DE AGRICULTURA, GANADERÍA, PESCA Y ALIMENTACIÓN (SAGPyA). Agricultura. 2009. Disponível em: <http://www.sagpya.mecon.gov.ar>. Acesso em: 29 janeiro, 2015.

THOMPSON, S. R.; BOHL, M. T. International wheat price transmission and CAP Reform. In: Conference AAEA Annual Meeting, 1999. Disponível em:
<http://sard.ruc.edu.cn/INTERNATIONAL%20WHEAT%20PRICE%20TRANSMISSION>. Acesso em: 20 de janeiro de 2015.

DOENÇA HOLANDESA E DESINDUSTRIALIZAÇÃO NO BRASIL: DE VOLTA A UM PAÍS PRIMÁRIO-EXPORTADOR?

Rafael Fernandes Mafra
Graduado em Economia (UFRN)
rafaelcibiose@hotmail.com

José Alderir da Silva
Mestre em Economia (UFRN). Professor do Departamento de Economia
Josealderir16@hotmail.com

RESUMO

Diante do insatisfatório desempenho na produção da indústria de transformação brasileira recentemente, o tema da desindustrialização tem chamado a atenção de economistas e especialistas da área devido à importância da indústria de transformação para o crescimento econômico no longo prazo. Portanto, este artigo tem como objetivo investigar se o processo de desindustrialização teve continuidade após 1995, e se tem como fonte principal a doença holandesa. A doença holandesa se intensificou pós-1995, sobretudo, durante a década de 2000 quando passou a apresentar *déficits* crescentes na balança comercial industrial. Concomitante a esse déficit, observou-se que a sobreapreciação da taxa de câmbio foi responsável pela reprimarização da pauta de exportação, semelhante à economia primária-exportadora de meados do século XX, guardadas as devidas proporções.

Palavras-chave: Taxa de câmbio. Indústria de transformação. Economia brasileira.

ABSTRACT

In the face of unsatisfactory performance in the production of the Brazilian manufacturing industry recentlythe theme of de-industrialization has drawn the attention of economists and specialists in the area because of the importance of manufacturing to economic growth in the long run. Therefore, this article aims to investigate the deindustrialization process continued after 1995, and its principal cause Dutch disease. The Dutch disease intensified after 1995, especially during the 2000s when it began to lodge increasing deficits in the industrial trade balance. Concomitant to this deficit, it was observed that the overvaluation of the exchange rate was responsible for reprimarization the export list, similar to the primary-export economy of the mid-twentieth century, saved the appropriate proportions.

Keywords: Exchange rate. Transformation industry. Brazilian economy.

REVISTA ELETRÔNICA DOCUMENTO MONUMENTO 21
REDM
NDIHR
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICA REGIONAL NDIHR

INTRODUÇÃO

Recentemente, tem surgido a preocupação quanto ao desempenho insatisfatório na produção da indústria de transformação brasileira. Queda no emprego industrial, redução do valor adicionado da indústria no PIB e déficits crescentes na balança comercial industrial tem chamado a atenção de economistas e especialistas da área. Diante disso, surgiram diferentes teses entre as distintas correntes econômicas quanto a um possível processo de desindustrialização da economia brasileira e suas prováveis causas.

Economistas ortodoxos afirmam que o processo de desindustrialização não se trata de algo preocupante. Uma vez que, o crescimento econômico se dá através do acúmulo de fatores e do progresso tecnológico independente do setor. Já os economistas da linhagem heterodoxa afirmam que a indústria não é um setor como outro qualquer, sendo dotada de propriedades especiais que não estão presentes nos demais setores, sendo considerado o motor do desenvolvimento no longo prazo[1].

Alguns autores afirmam que apesar das discussões iniciadas recentemente, não se trata de algo novo na economia brasileira. Argumentam que tal processo iniciou-se em meados da década de 1980, antes mesmo do processo de abertura comercial e financeira no início dos anos 1990, quando a indústria passa a perder maior participação no PIB [2].

No entanto, tratar-se-ia de algo natural do processo de desenvolvimento econômico de qualquer nação, onde a melhoria na renda da população proporcionaria o crescimento no consumo de serviços em detrimento de produtos industriais. Entretanto, os autores afirmam que tal processo se deu de forma precoce na economia brasileira. Ou seja, antes de atingirem os níveis de renda *per capita* que proporcionasse tal mudança. E dentre as diversas fontes apontadas pelos autores como causadora desse processo de desindustrialização, a Doença Holandesa é a única que se trataria de algo negativo para o desenvolvimento econômico, que no caso brasileiro consistiu em uma mudança na pauta exportação, passando de uma pauta composta predominantemente por produtos manufaturados para uma pauta composta principalmente por produtos básicos, onde se concentra menor valor agregado.

Com isso, o presente artigo busca investigar se o processo de desindustrialização precoce, iniciado em meados de 1980 e intensificado nos anos 1990, com a abertura comercial e financeira, teve continuidade após 1995, e se tem como fonte principal a doença holandesa. Ou seja, se o processo de desindustrialização está associado à apreciação cambial causada pela maior entrada de divisas proveniente do crescimento das exportações de produtos básicos, tornando os produtos manufaturados menos competitivos?

Parte-se da hipótese, de que a sobreapreciação cambial, derivada do efeito China, tenha sido um dos responsáveis pelo processo de doença holandesa no Brasil, que gerou a especialização das exportações brasileiras em produtos básicos devido às vantagens comparativas nesses bens.

Para responder a pergunta de pesquisa, este trabalho está estruturado em seis seções, além desta introdução e das considerações finais. A primeira seção apresenta, de forma breve, o conceito de desindustrialização. As quatro seções seguintes tratam especificamente da doença holandesa: conceitos, características (seções 2 e 3) e as possíveis formas de neutralização (seção 4). Em seguida, será abordada a análise empírica da provável continuidade do processo de desindustrialização pós 1995 (seção 5), e sua possível associação a um caso de doença holandesa e reprimarização da pauta de exportação (seção 6).

O Conceito e os Indicadores da Desindustrialização

A noção de desindustrialização não é algo recente, estudado apenas por economistas contemporâneos. Silva e Lourenço (2014) nos mostram que o processo de desindustrialização já era estudado por economistas e cientistas sociais, antes mesmo de surgir tal conceito. Clarck (1940), por exemplo, já observava a mudança do emprego industrial para os serviços em economias avançadas.

Segundo este último autor, à medida que o país se desenvolve ocorre concomitantemente o aumento da renda *per capita*. Com efeito, inicialmente a demanda por bens industriais

aumenta em relação a demanda por produtos agrícolas para em seguida diminuir em relação a demanda por serviços no estagio final do desenvolvimento. Portanto, a industrialização e a desindustrialização são fases pelas quais todos os países que queriam se desenvolver tem que passar. Portanto, a perda relativa do emprego industrial para o emprego no setor de serviços é tido como parte do processo natural do desenvolvimento de econômico de qualquer país.

Posteriormente, autores como Rowthorn e Wells (1987), passaram a conceituar o processo de desindustrialização como sendo a queda da participação do emprego industrial no emprego total. Para os autores o processo pode ocorrer de diversas maneiras, e conceitua as três principais formas de desindustrialização. A primeira é a positiva, que é um processo natural pelo qual toda economia desenvolvida deve passar. Isto ocorre devido ao rápido crescimento da produtividade na indústria de transformação que causa uma queda relativa no emprego neste setor, mas, que é absorvido pelo setor de serviços. O que eles chamam de sintoma de sucesso econômico.

Outra maneira de ocorrer o processo de desindustrialização é a que Rowthorn e Wells (1987) chamam de desindustrialização negativa. Esta é considerada pelos autores como uma patologia que afeta os países em fase de desenvolvimento. Nesse caso, diferentemente do processo de desindustrialização positiva, o trabalhadores egressos do setor industrial, por consequência do aumento da produtividade ou queda na produção, não serão absorvido no setor de serviços.

Rowthorn e Wells (1987) ainda apontam uma terceira forma de desindustrialização, que é a causada pela mudança na pauta de exportações. Passa se de uma pauta predominantemente composta por produtos manufaturados, para outros bens e serviços.

De acordo com Cano (2014) a "desindustrialização *normal* ou *positiva*", seria uma consequência do amadurecimento do processo industrial dos países desenvolvidos entre as décadas de 1960 e 1970. E que o setor de serviços teve forte expansão proveniente da maturidade dessas indústrias e das respectivas urbanizações. No entanto, o setor de serviços passou a crescer mais rápido que a indústria, que aos poucos foi perdendo o peso relativo no PIB. Porém, a indústria, nos países desenvolvidos, continuou a crescer e a manter sua competitividade nos mercados internos e externos.

Em Tregenna (2009) o conceito clássico é ampliado, passando a considerar não só a participação do emprego industrial no emprego total, mas também o valor adicionado da indústria no PIB como indicador do processo de desindustrialização. Para ela, considerar apenas a perda relativa do emprego industrial seria um conceito estreito e que poderia dar origem a interpretações políticas enganosas, uma vez que diante de um aumento da produtividade do trabalho a produção industrial pode aumentar mesmo com a diminuição do emprego industrial.

Oreiro e Feijó (2010) Fazem duas observações importantes em relação ao conceito de desindustrialização colocado por Tregenna (2009). A primeira é que uma economia não está necessariamente passando por dificuldades quando a participação da produção industrial está em queda, e sim quando ela perde a capacidade de geração de emprego no setor industrial. A segunda observação feita pelos autores diz respeito à associação entre desindustrialização e re-primarização da pauta de exportação, o que segundo o autor pode ocorrer ou não. No caso da ocorrência seria o que Rowthorn e Wells (1987) chamam de desindustrialização negativa que seria uma desindustrialização acompanhada de uma reversão na pauta de exportações para produtos de baixo valor agregado ou *commodities*. Oreiro e Feijó (2010) ainda apontam que esse processo pode ser causado pela doença holandesa, o que será conceituado mais a frente.

Em caso da não ocorrência da associação entre desindustrialização e re-primarizaçao, seria o que Rowthorn e Wells (1987) chamam de desindustrialização positiva, que poderia ser causada por uma transferência das atividades primárias e de menor valor agregado para o exterior, e que pode acontecer acompanhada por um aumento da participação de produtos com maior conteúdo tecnológico e maior valor agregado, na pauta de exportações.

Rowthorn e Ramaswamy (1997) atentam para o debate público sobre desindustrialização, que tende a categorizá-lo como um problema análogo ao crescimento do desemprego e a crescente disparidade de lucros nas economias desenvolvidas.

Portanto, diante do colocado acima, evidencia-se que o processo de desindustrialização positivo não é um problema a ser resolvido, e sim, um ponto a ser alcançado por qualquer economia em desenvolvimento. Ou seja, tida como algo desejável e natural em economias desenvolvidas, e que em geral, está associado com uma melhoria no nível de vida da população.

No entanto, isto não é negar que a desindustrialização não possa estar associada a problemas no setor manufatureiro ou da economia como um todo. Por exemplo, quando a perda de participação da indústria em termos de emprego e/ou valor adicionado acontece de forma precoce, ou seja, antes da economia atingir os níveis de renda *per capita* de país desenvolvido.

Assim, é fundamental diferenciar dois conceitos de desindustrialização. Um que tem sentido natural e que é desejável por toda economia que busca o desenvolvimento econômico. Nesse caso, o processo de desindustrialização ocorre quando o país já alcançou um nível de renda per capital de país de desenvolvido, e a indústria nacional se encontra madura o suficiente para competir nos mercados interno e externos. Por outro lado, quando o processo de desindustrialização tem início antes que o país tenha um nível de renda per capita de país desenvolvido e antes que a indústria nacional alcance um nível de competitividade alto o suficiente para competir nos mercados interno e externos, o processo de desindustrialização pode ser caracterizado com precoce, isto é, não desejável.

A desindustrialização pode ser causada por diversos fatores, dentre estes a doença holandesa. Portanto, a próxima seção tem por objetivo trazer o conceito, as características e a forma de neutralizar essa patologia que aflige principalmente os países em desenvolvimento com abundância em recursos naturais.

Doença Holandesa

A doença holandesa foi denomina assim devido a sobreapreciação cambial que ocorreu na Holanda derivada da descoberta de grandes reservas de gás natural. Com tal descoberta viu-se a possibilidade de gerar superávit comercial em produtos primários. Sendo assim, com a sobreapreciação do câmbio real, o país passou de um grupo de referência comercial industrial, para um grupo de referência em produtos primários. Entretanto Palma (2005) deixa claro que a doença holandesa não é um fenômeno limitado à Holanda, dado que ocorreu em outros países em desenvolvimento que descobriram reservas naturais em seu território.

Para Bresser-Pereira (2008) a doença holandesa consiste em uma falha de mercado proveniente da existência da abundância de recursos naturais que são compatíveis com um câmbio mais apreciado[3] do que aquele necessário para tornar as demais atividades da economia competitivas. Essa falha de mercado se deve ao setor produtor de bens intensivos em recursos naturais gerar uma externalidade negativa sobre os demais setores da economia. Uma vez que a taxa de câmbio que equilibra a conta-corrente e a taxa que viabiliza setores eficientes da economia são diferentes. Se essa falha não for neutralizada, dada a importância da indústria, pode constituir um grande obstáculo ao crescimento econômico no médio e longo prazo.

Portanto, a ocorrência da doença holandesa é proveniente do setor produtor de recursos naturais de um país, ser mais produtivo que os demais países, o que proporciona rendas ricardianas, ou seja, o preço é determinado no mercado pelo produtor menos eficiente. Entretanto, a diferença entre o modelo de Ricardo e a doença holandesa é que nas rendas ricardianas os beneficiados eram apenas os proprietários dos fatores, terras mais produtivas, já no caso da doença holandesa, no curto prazo, os consumidores são beneficiados por adquirirem bens comercializáveis a preços menores.

Assim para o autor, os países afetados pela doença possuem duas taxas de câmbio, a taxa de câmbio de equilíbrio corrente, que é a taxa que equilibra a conta corrente no país, e a taxa de câmbio de equilíbrio industrial, que é a taxa de câmbio que viabiliza a produção de bens intensivos em tecnologia. No país com a doença holandesa, a taxa de câmbio de equilíbrio corrente é mais apreciada que a taxa de equilíbrio industrial. Já em países que não apresentam a doença holandesa, as taxas de equilíbrio corrente e de equilíbrio industrial são iguais. Consequentemente, nos países livres da doença holandesa não há necessidade de tarifas e subsídios para viabilizar a produção de bens comercializáveis, que não estejam sendo beneficiados pelo produto causador da doença. Entretanto, nos países afetados pela doença holandesa, caso não seja imposta uma taxa que compense a perda causada pela diferença entre as taxas de câmbio, não será viável a produção que não seja a de bens causadores da doença holandesa.

Diferente de Bresser-Pereira (2008), Corden (2012) destaca que a doença holandesa pode

ocorrer sem a presença de uma taxa de câmbio real sobreapreciada, desde que um setor produtor de recurso natural apresente um crescimento significativamente desproporcional aos demais setores, nas palavras do autor, um setor que apresente um *boom*.

Para Corden (2012), a doença holandesa refere-se aos efeitos adversos causados pela valorização da taxa de câmbio real, mas também pela realocação dos fatores produtivos diante de um *boom*. O autor faz a distinção entre três setores em seu estudo sobre doença holandesa. Primeiro o setor beneficiado pelo *boom,* ou seja, o setor exportador de recurso natural; segundo, o setor exportador de bens industriais, entretanto, que não se beneficiou pelo *boom*, e terceiro o setor de não-comercializáveis, serviços. O autor afirma que a presença da doença em uma economia, e consequentemente a apreciação cambial, gera um efeito negativo sobre outras exportações que não as beneficiadas pelo *boom*. E estes são os perdedores do *boom*. E é exatamente nesses perdedores que a teoria da doença holandesa se concentra.

A descoberta de recursos naturais ou um *boom* podem gerar dois efeitos na economia em questão: O primeiro é denominado *efeito gasto*, que consiste no efeito proveniente do aumento da renda do setor em expansão, que será gasto em outro setor, o setor de bens não-comercializáveis, que consequentemente, terá sua demanda elevada tornando a taxa de câmbio real ainda mais apreciada. E essa sobreapreciação irá refletir negativamente, na participação do emprego industrial no emprego total e na participação do valor adicionado no PIB. O segundo é o efeito *movimento de recursos*, que ocorre quando há a transferência de fatores produtivos de outros setores para o setor em expansão, uma vez que este setor apresenta maiores salários e maior rentabilidade do capital empregado. Esse *movimento de recursos* poderá causar a desindustrialização precoce e a reprimarização da economia sem haver necessariamente a apreciação cambial, mas para isso a economia deverá estar operando próxima do pleno emprego.

Contudo, a descoberta de recursos naturais não é a única fonte da doença holandesa, existem outros fatores que podem contribuir para a apreciação da taxa de câmbio real, como será exposto na próxima seção.

Doença Holandesa: Para Além dos Recursos Naturais

Bresser-Pereira (2008) considera, e ao contrário de muitos economistas, a taxa de câmbio não é apenas mais um dos preços macroeconômicos. Sendo na verdade uma variável fundamental no desempenho do crescimento econômico. Portanto, é a variável principal a ser estudada pela macroeconomia do desenvolvimento.

Segundo o autor uma taxa de câmbio depreciada é fundamental para o crescimento das exportações e, consequentemente, aumentar as oportunidades de investimentos lucrativos. Bresser-Pereira (2008) ainda aponta que países como Tailândia, Coréia e Malásia, que nos anos 1990, abandonaram as taxas de câmbio competitivas e adotaram a postura ortodoxa de apreciação cambial para crescer com poupança externa, obtiveram como resultado uma grave crise no balanço de pagamentos.

No Brasil, apesar da apreciação cambial ter prejudicado a demanda agregada durante o Governo Lula, os efeitos nocivos do câmbio foram compensados, em parte, pelo que ficou conhecido como "populismo cambial". O "populismo cambial" consistiu em políticas com objetivo de impulsionar o consumo das famílias através de políticas redistributivas, valorização do salário mínimo, expansão do crédito e redução de impostos sobre produtos industrializados, fortalecendo o efeito do câmbio apreciado, o que impulsionou o crescimento do país através do mercado interno. Entretanto, houve vazamento de demanda, ou seja, esse aumento do consumo, em parte, foi atendido por produtos importados e, assim, reduzindo o dinamismo de diversas indústrias no país [4].

Outra forma evidenciada que pode favorecer o surgimento da doença holandesa seriam as consequências das políticas de governos que têm como prioridade manter a inflação dentro da meta via aumento da taxa de juros. Sempre que um aquecimento da demanda ameace aumentar a inflação, as autoridades aumentam a taxa de juros, consequentemente, o aumento atrai capitais especulativos, e essa entrada de capitas leva a uma apreciação cambial, tornando as matérias-primas e produtos importados mais baratos, reduzindo assim, a inflação. Entretanto,

essa apreciação cambial também prejudica a competitividade da indústria doméstica [5].

Oreiro e Marconi (2014) apontam que nessa perspectiva, uma apreciação cambial pode contribuir para o surgimento da doença holandesa. A política cambial pode favorecer para que, mesmo sem a descoberta de reservas de recursos naturais, ocorra uma especialização na exportação de produtos primários ou manufaturados que utilizem mão-de-obra e recursos naturais de forma intensiva.

Outra forma evidenciada é com o surgimento de um grande concorrente internacional como a China, por exemplo, que passou a produzir produtos industrializados a preços menores e ao mesmo tempo passou a demandar uma maior quantidade de *commodities*. Com isso, ocorreu a elevação dos preços internacionais das *commodities* agravando ainda mais os casos de doença holandesa (Bresser-Pereira, 2008).

Doença Holandesa: Neutralização

Diante da importância da indústria para a economia de um país, ao encontrarem-se evidências de um processo de desindustrialização o mais sensato seria a busca de reverter ou ao menos neutralizar a doença. Com isso, a presente seção tem como objetivo expor as formas de remediar essa patologia.

De acordo com Bresser-Pereira (2008), a neutralização da doença holandesa é sempre feita através da administração da taxa de câmbio. O objetivo é impedir a apreciação desta variável, que pode ser feita a partir da conservação de uma baixa taxa de juros interna, através da compra de reservas internacionais ou taxando os produtos que estão sendo responsáveis pelo desencadeamento da doença holandesa.

O imposto sobre o bem ou os bens que dão origem a doença holandesa, deve ser equivalente a diferença entre as duas taxas de câmbio, a de equilíbrio corrente que está sendo puxada pelo preço do bem, e a de equilíbrio industrial que é a taxa que viabiliza os demais setores comercializáveis da economia que utilizam tecnologia no estado da arte. De acordo com o autor os recursos provenientes dos impostos sobre os bens que causam a doença holandesa, devem ser usados para constituir um fundo internacional com propósito de evitar novas reapreciações da taxa de câmbio.

Para Bresser-Pereira (2008) como a intensidade da doença holandesa pode variar de acordo com o produto que a provoca, o imposto deverá ser proporcional ao produto. Portanto, seria mais adequado usar a relação preço de mercado e o preço necessário de cada bem, para estipular o valor do imposto a ser cobrado. Outra questão é quanto às variações do preço internacional do bem. De acordo com o autor, o imposto sobre o bem causador da doença holandesa, deve ainda variar no tempo de acordo com a intensidade da doença.

Atingido o objetivo da neutralização através da criação do fundo internacional, a taxa de câmbio de equilíbrio corrente e de equilíbrio industrial, torna-se aproximadamente as mesmas. Contudo, apesar da neutralização as rendas ricardianas, estas ainda existem, mas agora são transformadas em receita do Estado.

Não obstante, para Silva (2014) o problema da indústria em países subdesenvolvidos vai muito além de uma apreciação cambial. Na realidade a taxa de câmbio apreciada apenas camufla uma série de problemas estruturais, e que uma taxa de câmbio competitiva, apenas ajudaria a indústria temporariamente, mas a resolução de tais problemas estruturais tornaria os países mais desenvolvidos, competitivos e com renda *per capita* maior.

Corden (2012) aponta três formas possíveis para os decisores políticos lidarem com o problema da doença holandesa. A primeira é não fazer nada, ou seja, deixar que a doença aconteça. A apreciação cambial e suas consequências são inevitáveis, entretanto, o ajustamento é só uma questão de tempo e o governo não deve intervir na tentativa de parar ou retardar o ajustamento. O governo entra apenas com a prestação dos serviços básicos de forma eficiente.

A segunda forma seria o que o autor chama de protecionismo fragmentado, que consiste em uma política ou um conjunto de políticas para beneficiar as indústrias que foram afetadas negativamente pela doença holandesa. O benefício pode ser pela forma de tarifa de importação ou subsídio. Para o autor o protecionismo fragmentado é ineficiente. Um dos

argumentos é por ser um beneficio seletivo e desigual que pode reforçar o poder de grupos de interesse e agravar os efeitos da doença.

A terceira opção política para lidar com o problema da doença holandesa seria um pacote de política macroeconômica particular. Entretanto, diferente do protecionismo fragmentado citado acima, este consiste em um pacote de políticas que beneficiam todos os perdedores com a doença holandesa sem discriminação. O objetivo é atingir um superávit fiscal a partir de aumentos nos impostos ou redução dos gastos do governo o que levaria a redução dos gastos domésticos.

Para Corden (2012) a única forma que os governos e bancos centrais têm de depreciar a taxa de câmbio é através de uma política monetária de redução da taxa de juros associada com uma política fiscal contracionista, ou seja, a terceira opção mencionada acima.

Apesar do conceito clássico de doença holandesa estar diretamente relacionado com a descoberta de grandes reservas de recursos naturais, estudos recentes nos mostram outra fonte causadora da doença holandesa que não a relacionada a reservas de recursos naturais. Com isso, a seção a seguir tratará o novo conceito com maiores detalhes.

Doença Holandesa e Desindustrialização no Brasil, 1995-2014.

O Brasil vem perdendo participação em termos de valor adicionado na indústria de transformação, mesmo antes da abertura comercial e financeira, no início dos anos 1990. O processo iniciou-se em meados da década de 1980 em um período marcado pela crise da dívida, altos índices de inflação e políticas de contenção da demanda aplicadas com o objetivo de frear a escalada inflacionária. Palma (2005) afirma que o processo de desindustrialização iniciou-se 1986 antes do país atingir a renda *per capita* ideal. E somou-se a isso, a abertura comercial e financeira feita no início dos anos 1990, quando o processo foi acelerado. Assim, esta seção objetiva buscar evidências empíricas quanto à continuidade no processo de desindustrialização, e se estaria associado a um caso de doença holandesa.

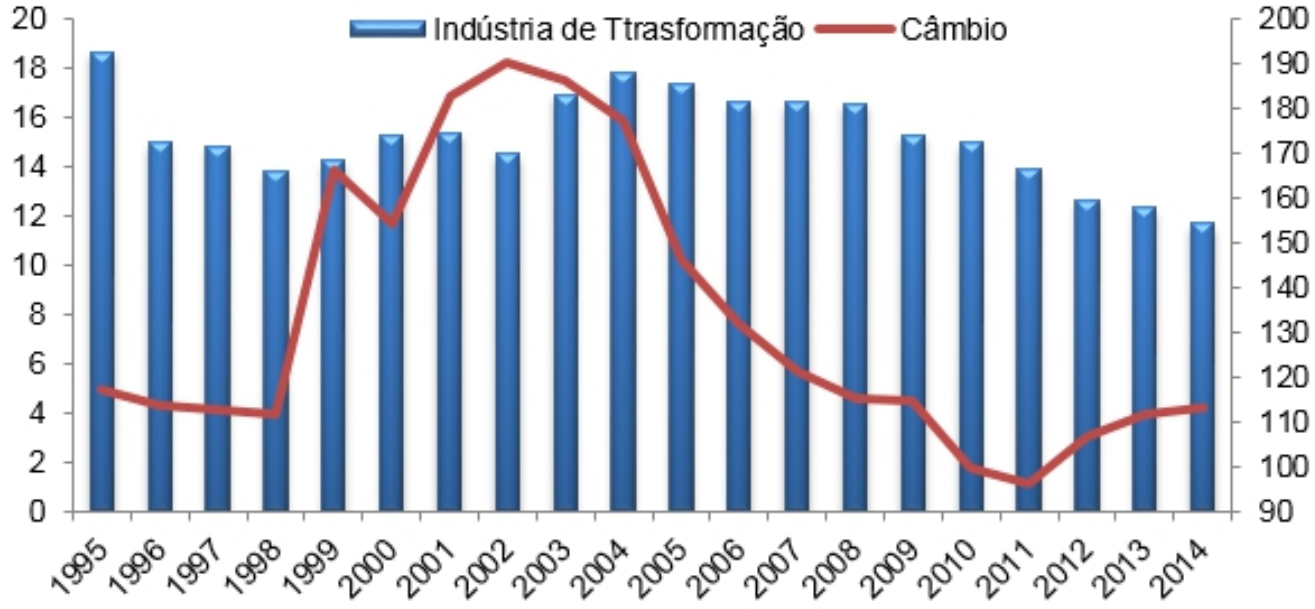
Busca-se com isso, averiguar se o Brasil apresenta indícios de uma possível contaminação com a doença holandesa após 1995. Ou seja, se a causa do processo de desindustrialização foi a sobreapreciação cambial. E se, a doença holandesa está direcionando a estrutura produtiva a uma especialização regressiva. O período de análise em foco se inicia no ano de 1995 e termina em 2014. Este espaço temporal foi escolhido por coincidir com a sucessão presidencial que intensificou o processo de liberalização iniciado no início de 1990, pela estabilidade dos preços a partir de 1995 e devido aos sucessivos governos de um partido de esquerda (o Partido dos Trabalhadores – PT) pós 2002.

A partir da análise do gráfico 1, observa-se que a participação do PIB da indústria de transformação no início da série segue uma trajetória de queda até 1998, quando começa a se recuperar. Em 2004, o indicador apresenta o maior valor da série, 17,7% do PIB total. Para Oreiro e Feijó (2010), essa recuperação se deu devido às mudanças pós 1999 com a implementação do tripé de política macroeconômica: metas de inflação, superávit primário e câmbio flutuante.

No entanto, o pico atingido em 2004 passou a decrescer até 2014, atingindo 11,7% do PIB, o menor valor da série. Ou seja, a queda de mais de 6 p.p. entre 2004 e 2014. E se observarmos, essa tendência iniciada em 2004 foi seguida de uma forte apreciação cambial, evidenciando a continuidade de um processo de desindustrialização. Tal tendência parece ter sido estancada em 2011 com a política de juros baixos objetivando estimular o investimento produtivo. Entretanto, embora o processo contínuo de apreciação cambial tenha sido sustado, o investimento produtivo esperado, aparentemente não aconteceu.

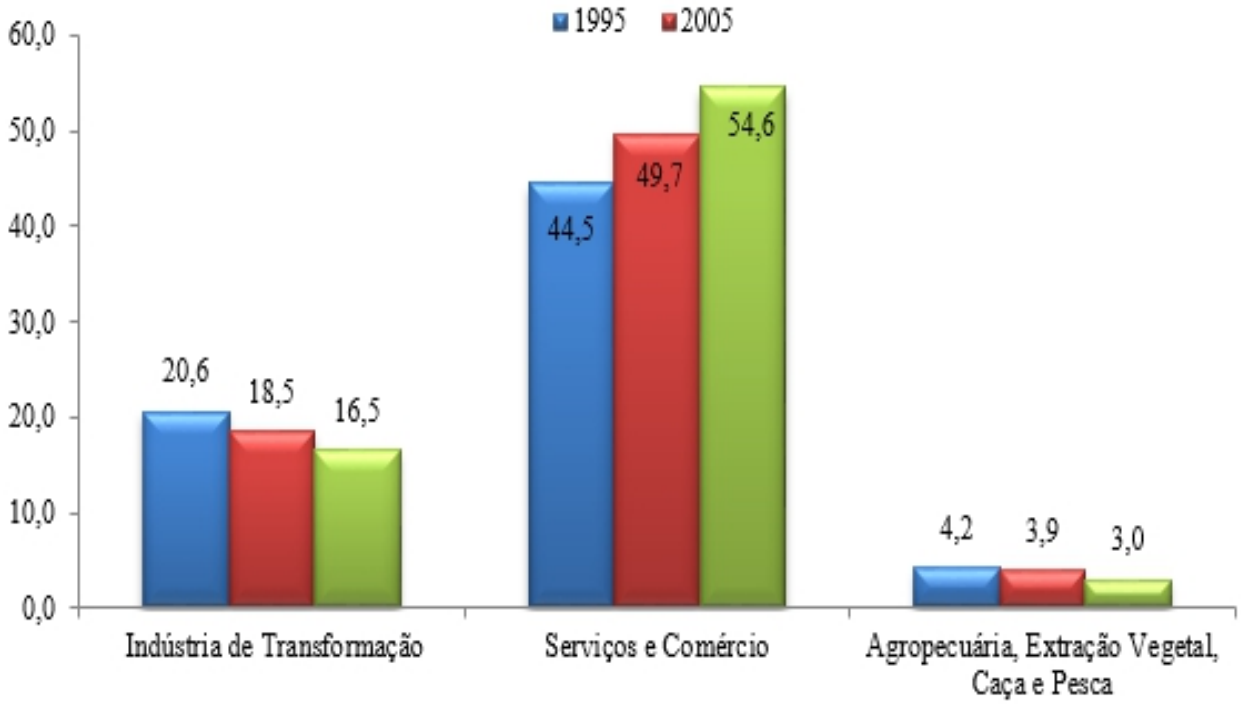
Para Serrano e Summa (2015) o investimento não aconteceu devido às políticas contracionistas aplicadas em 2010, objetivando atingir o superávit primário. Com isso, a demanda agregada foi deteriorada pelos ajustes, e os investidores privado não se motivaram. Segundo os autores existe uma estreita relação entre crescimento da demanda efetiva e crescimento da capacidade produtiva. Como a demanda foi fortemente prejudicada os investimentos produtivos não foram feitos.

Gráfico 1 – Participação do PIB da indústria de transformação no PIB total (%) e taxa de câmbio real efetiva (2010 = 100): Brasil,1995 a 2014.



Fonte: Ipeadata.

Gráfico 2 – Participação do emprego dos setores no emprego total de 1995 a 2014.



Quanto a participação do emprego setorial, gráfico 2, a queda da participação do emprego na indústria de transformação é extremamente significativa. De acordo com os dados do anuário (Rais), Relação Anual de Informações Sociais, a indústria de transformação que representava 20,62% em 1995, passou a representar 18,45% em 2005, e 16,48% em 2014. Representando num crescimento negativo de 20,07% entre 1995 e 2014. Por outro lado, o setor de serviços cresceu ao longo da série de 44,5% em 1995 para 54,55 em 2014, representando um crescimento de 22,58% entre 1995 e 2014.

Essa perda relativa do emprego industrial poderia ser atribuída ao aumento na produtividade proveniente da robotização e automação na indústria de transformação, onde

postos de trabalho passam a ser ocupados por máquinas. Entretanto, segundo Silva (2014), a produtividade do trabalho na indústria de transformação caiu 32% entre 2000 e 2011. De acordo com o autor e estudos do IPEA, esse fenômeno se deve a uma convergência entre os macrosetores, onde os serviços e a agropecuária estão apresentando taxas de crescimento na produtividade maiores em detrimento da indústria, que apresentou taxas negativas.

Diante da análise dos gráficos acima, torna-se claro que o Brasil permanece em uma continuidade do processo de desindustrialização após 1995. O país continua perdendo participação da indústria de transformação tanto em termos de emprego quanto de valor adicionado. Resta saber, se esse processo de desindustrialização está associado a um caso de doença holandesa.

Como observado no gráfico 1, parte do declínio na participação do PIB da indústria de transformação no PIB do país, principalmente entre 2004 e 2010, esteve diretamente relacionado a sobreapreciação cambial. No entanto, devemos saber qual a fonte do processo de apreciação cambial iniciado em 2004, quando a indústria de transformação passa novamente a perder participação no PIB. Em outras palavras, busca-se qual a origem dessa maior entrada de divisas.

Como nas seções anteriores, diversos fatores podem provocar a entrada de divisas e, portanto, a apreciação cambial como o aumento dos preços dos principais produtos de exportação de um país. Este foi o caso do Brasil no que diz respeito aos produtos básicos. Como pode ser observado no gráfico 3, os preços internacionais dos produtos básicos cresceram de forma significativa a partir de 2002, beneficiando a pauta de exportação brasileira.

Dentre os principais importadores de produtos básicos do Brasil, vale a pena colocar em evidência o papel dos demais países que fazem parte dos BRICS, ou seja, Rússia, Índia, China e África do Sul. A formação desse grupo se deu graças aos esforços da política externa iniciado no primeiro governo Lula e mantida no restante do governo do PT, com o objetivo de conquistar novos parceiros comerciais, além dos EUA. Como pode ser observado no gráfico 4, há uma estreita relação do crescimento do PIB com os preços de exportação dos produtos básicos do Brasil.

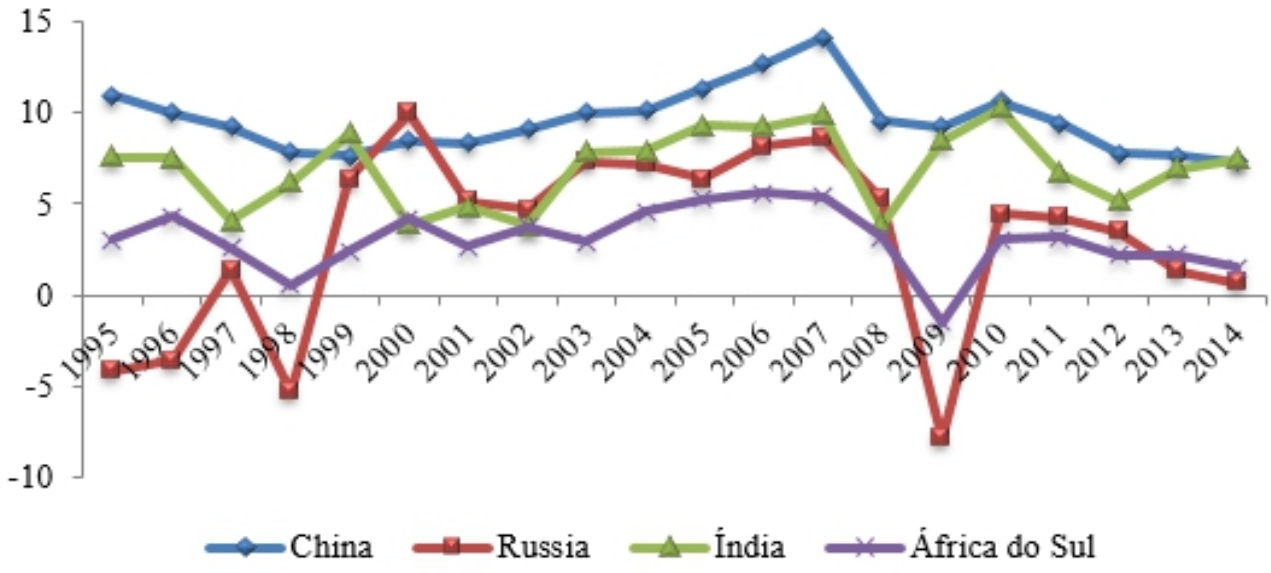
Dentre estes países vale a pena destacar a China e a Índia. A entrada da China do mercado internacional, que constitui um dos maiores responsáveis por esse aumento de preços dos produtos básicos. Dada as condições demográficas da China e a oferta elástica dos produtos básicos, o acréscimo da demanda chinesa tem um impacto muito forte sobre os preços internacionais e, assim, beneficiando os principais produtores como o Brasil. Do mesmo modo, com um crescimento baseado sobretudo em serviços, a Índia tem apresentado taxas de crescimento semelhantes a da China. Dentre os países dos BRICS, a Índia é o único país que apresentou taxas de crescimento com tendência de alta depois de 2012.

Gráfico 3 – Evolução do índice de preço das exportações dos produtos básicos (2006 = 100) e da taxa de câmbio real efetiva (2010 = 100): Brasil, 1995 a 2015.



Fonte: Ipeadata.

Gráfico 4 – Taxa de crescimento do PIB dos BRICS: 1995 a 2014.



Fonte: Banco Mundial

Todavia, a taxa de crescimento dos BRICS pode ser analisada em três períodos: primeiro: 2002-2007; segundo: 2008-2009; terceiro: 2010-2014.

No primeiro período todos esses países apresentaram expressivas taxas de crescimento, acima da média internacional: Rússia (7%), Índia (8%), China (11%) e África do Sul (4,6%).

No segundo período, em decorrência da crise imobiliária americana todos os países apresentaram uma desaceleração do PIB, mas ainda com uma taxa de crescimento média muito acima da média internacional, com a exceção da Rússia e África do Sul que apresentaram média de -1,3% e 0,8% respectivamente, os demais países apresentaram uma média de: Índia (6,1%) e China (9,4%).

No terceiro período, a taxa de crescimento dos países em foco ensaia uma rápida recuperação em 2010, com destaque para Rússia que cresce 4,5% nesse ano, mas embora continuem apresentando crescimento superior a média internacional, a crise da Europa parece ter impactado negativamente o crescimento desses países entre 2011 e 2014, de modo que a taxa média de crescimento do PIB ficou muito abaixo da apresentada no primeiro período aqui em foco: Rússia (2,4%), Índia (6,5%), China (8%) e África do Sul (2,4%).

Como pode ser visto no gráfico 4, o índice de preço das exportações brasileira acompanhou todo esse processo, impactando na taxa de câmbio real efetiva como também pode ser observado no gráfico 3.

Em outras palavras, a apreciação cambial pode estar relacionada com o crescimento das exportações de produtos básicos, que fora puxada pelo crescimento dos países importadores de produtos básicos brasileiros (sobretudo, os BRICS). Como o preço dos produtos básicos é regulado pelo mercado, um possível crescimento econômico dos países importadores, leva a um aumento na procura por produtos básicos, e consequentemente, aumento nos preços internacionais, contribuindo assim, para o surgimento da doença holandesa.

No entanto, o impacto positivo do aumento dos preços das exportações de produtos básicos pode ser sentido no saldo em transações correntes por um curto espaço de tempo curto, isto é, durou enquanto o crescimento das exportações de produtos básicos foi superior a queda das exportações dos produtos com maior intensidade tecnológica e maior que o crescimento das importações. Em outros termos, durou enquanto a apreciação cambial não provocou os efeitos conhecidos, supondo válida a condição Marshall-Lerner, como pode ser visto no gráfico 5.

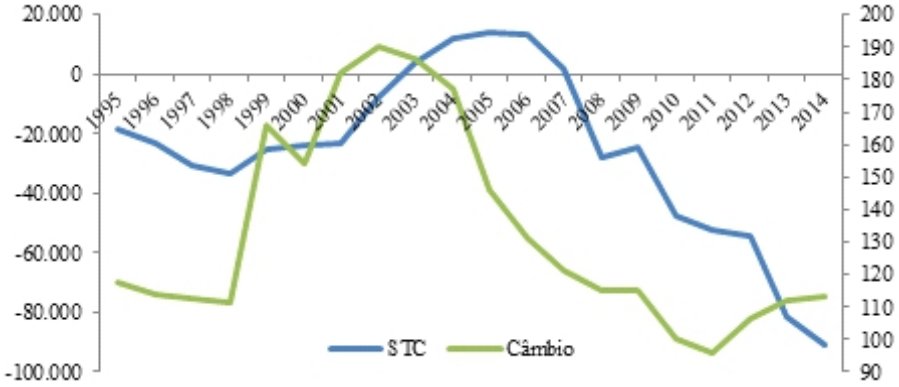
O efeito BRICS sobre o saldo em transações correntes, no sentido de gerar superávit, durou

apenas de 2003 a 2007, já apresentando queda expressiva nesse último ano, ou seja, antes da crise de 2008. E, que como pode ser observado no gráfico 5, parece apresentar uma forte relação com a taxa de câmbio real.

Porém, o déficit em transações correntes não resultou em déficit no saldo do balanço de pagamentos, dado o superávit na conta de capital e financeira, o que resultaria em uma desvalorização cambial e, portanto, amenizando os efeitos sobre as exportações e importações. A conta de capital e financeira passou a financiar o déficit em transações correntes a partir de 2008 (gráfico 6), de modo que as duas contas passam a apresentar trajetórias distintas desde então (vide gráficos 5 e 6).

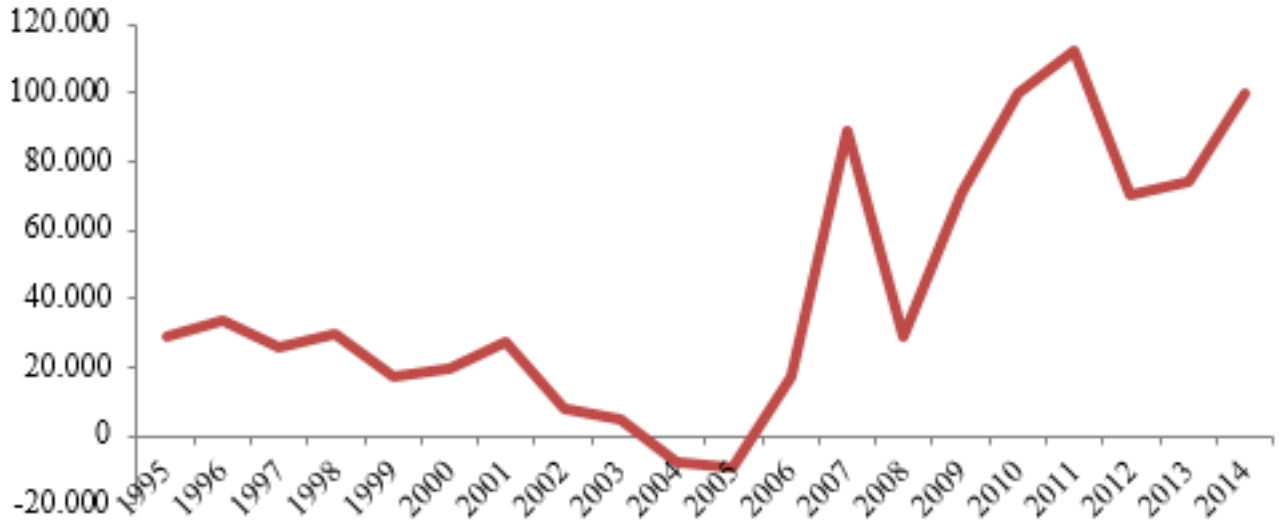
Até 2006 observa-se no gráfico 6, que a entrada de divisas no país teve pouca relação com a conta capital e financeira . Entretanto, a partir de 2006 esta conta segue uma trajetória crescente, partindo de um déficit de US$ 9,4 bilhões para um superávit de US$ 112,3 bilhões em 2011, seguido por uma pequena queda entre 2011 e 2012. Esta evolução, provavelmente está relacionada com a taxa SELIC que passou de 8,75% para 12,50% entre 2010-2011, dado o diferencial com as taxas de juros externas. Entretanto, caiu novamente em 2012, devido o aumento no IOF e redução nos juros. Já o STC, que atingiu o pico de toda a série em 2006 com um superávit de US$ 13,9 bi, teve o pior resultado de toda a série apresentando um déficit de US$ 90,9 bilhões em 2014.

Gráfico 5 – Evolução do saldo em transações correntes (STC - US$ - milhões) e da taxa e câmbio real efetiva (2010 = 100): Brasil, 1995-2014.



Fonte: Ipeadata.

Gráfico 6 – Evolução do saldo da conta de capital e financeira (US$ - milhões): Brasil, 1995-2014.



Assim, além do aumento dos preços dos produtos básicos, a entrada de divisas pela via da conta de capital e financeira também deve ser observada conforme enfatizado nas seções iniciais. No Brasil, a estratégia de atrair capitais teve pelo menos dois objetivos: o de acumular reservas cambais e ao mesmo tempo manter a inflação dentro da meta estabelecida pelo COPOM.

Contudo, a forma de se alcançar esse último objetivo pode ter sido o responsável pela perda de participação da indústria de transformação no PIB, uma vez que para manter a inflação relativamente baixa foi preciso gerar a apreciação da taxa de câmbio. A estratégia funcionava da seguinte maneira: quando a inflação ameaçava ficar acima do teto estabelecido pelas autoridades monetárias, o Banco Central aumentava a taxa de juros de modo a provocar um diferencial em relação a taxas de juros internacionais, para atrair capitais especulativos e, assim, apreciando a taxa de câmbio. Esta taxa de câmbio mais baixa reduz os preços dos bens importados e dos bens nacionais que utilizam insumos importados e, assim, provocando a queda da inflação na economia brasileira.

Não obstante, a estratégia de controlar a inflação, prejudicou a economia brasileira e a indústria de transformação da seguinte forma. Primeiro, o aumento da taxa de juros provocou a queda do investimento na economia e na indústria [6]. Segundo, a apreciação cambial real reduziu a competitividade dos bens industriais nacionais e aumentou dos similares importados [7]. Terceiro, com os preços dos insumos importados mais baixos, as indústrias nacionais se tornaram em maquiladoras, ou seja, montadoras de bens[8] . Quarto, com os preços dos insumos importados mais baixos ocorreram a quebra de elos importantes da indústria com o restante da economia[9] .

No entanto, resta saber o tamanho do impacto da apreciação cambial, observado anteriormente, sobre a composição das pautas de exportação e importação. Isto é, se as condições favoráveis na economia mundial, provocaram um processo de especialização regressiva em nossas exportações. Se o Brasil passou a exportar mais produtos básicos em detrimento de outros produtos com maior valor agregado. Este é o objetivo da próxima seção.

Economia Brasileira: de Volta a um País Primário-Exportador?

Como já anunciado, esta seção tem por objetivo analisar se o Brasil tem se voltado para a exportação de bens nos quais apresenta vantagens comparativas em relação aos outros países, ou seja, se a pauta de exportação brasileira é formada em sua grande parte por produtos de baixo valor agregado.

Dada as características do Brasil, a inserção comercial brasileira ocorreu através de produtos agrícolas. Inicialmente a cana de açúcar era o único produto de exportação, mas com a produção de outros países como a Holanda e diante da concorrência do açúcar de beterraba, os preços do açúcar foram reduzidos ao ponto que sua produção se tornou inviável na colônia portuguesa. No entanto, ainda não havia nesse período o interesse por desenvolver atividades com maior valor agregado, de modo que se procurou outro produto agrícola para substituir a produção de açúcar. Surge assim, a possibilidade de se produzir o café, que se tornou rapidamente no principal produto de exportação. Porém, a estratégia dos cafeicultores era a de produzir o máximo que suas terras permitissem. Com efeito, diante de uma demanda pouco elástica, a consequência dessa estratégia foi a queda de preços no início do século XX.

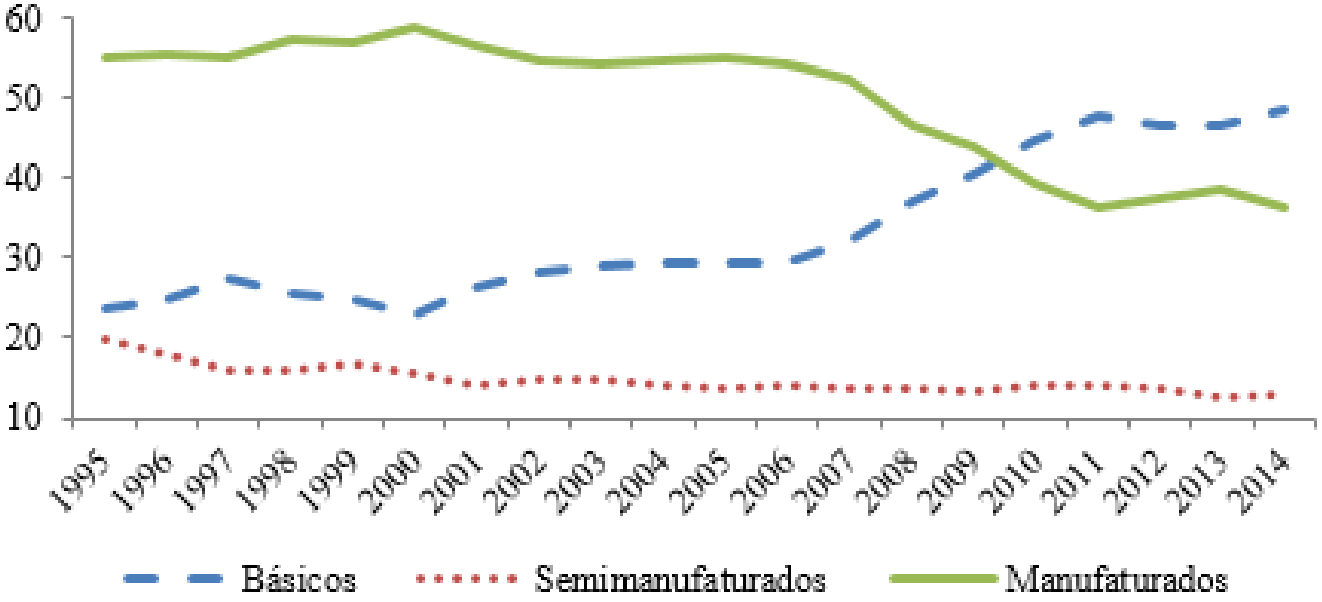
Até esse período, a economia brasileira apresentava um alto coeficiente de importações, de modo que a queda nos preços de exportações significava problemas nas contas externas. Por outro lado, havia uma dependência muito forte do crescimento do resto do mundo, sendo que uma crise externa significava necessariamente em uma crise interna.

Diante da crise cafeeira e da crise de 1929, o governo de Getúlio Vargas viu a possibilidade de reverter essa trajetória, dando início a industrialização por substituição de importações. Desse modo, depois de um longo período de industrialização, o país consegue diversificar sua pauta de exportação, introduzindo produtos manufaturados. Como pode ser observado no gráfico 7, em 1995 a pauta de exportação do país era composta por mais de 55% de produtos manufaturados enquanto a soma das participações dos produtos básicos e semimanufaturados correspondia a 45%.

Contudo, depois de 2000, torna-se evidente (gráfico 7) a ação da doença holandesa na economia brasileira. A participação dos produtos básicos na pauta de exportação apresentou crescimento durante toda a série. Em 2014 as exportações de produtos básicos representaram 49% da pauta, em 2000 esse percentual era de apenas 23%, ou seja, um aumento de 26 p.p. em quatorze anos.

Já as exportações de produtos manufaturados apresentaram o movimento simetricamente oposto ao observado com a participação dos produtos básicos. Em 2000 as exportações de produtos manufaturados representavam 59% das exportações totais, já em 2014 passaram a representar apenas 36% do total.

Gráfico 7 – Composição da pauta de exportação por fator agregado: Brasil, 1995 a 2014.



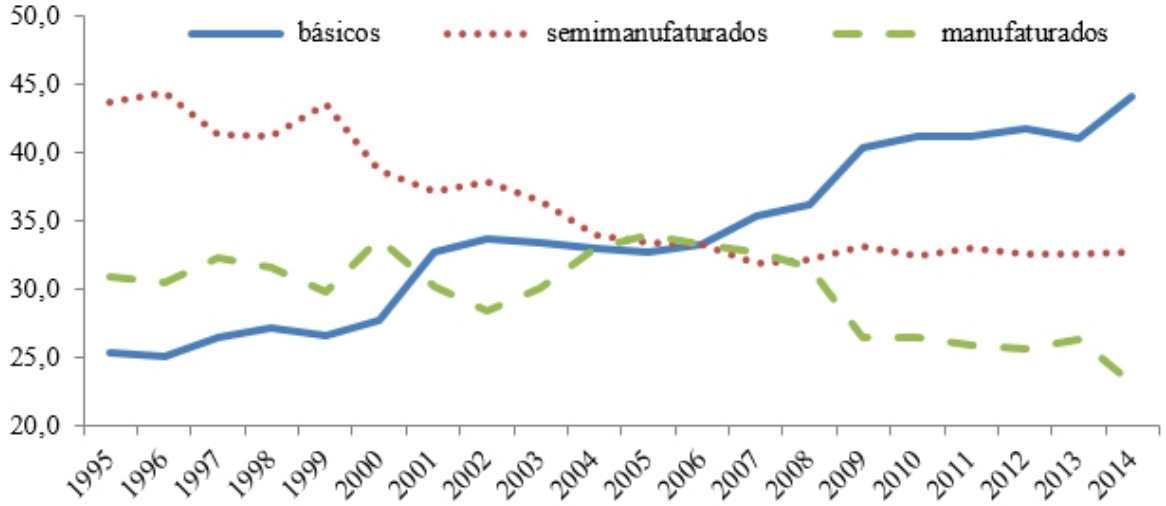
Fonte: SECEX/MDIC.

Vale salientar, que essa inversão na participação entre produtos básicos e manufaturados observada no gráfico 7, torna-se muito mais intensa logo após o período de sobreapreciação cambial iniciado em 2004 até 2011. Com a política de juros menores e IOF, o movimento se estabiliza até o fim da série. Com isso torna-se claro que a melhoria nos preços internacionais pode ter conduzido a pauta de exportações brasileiras a um processo de reprimarização. Em outras palavras, podemos dizer que estar em curso uma tendência de volta a uma situação de primário-exportador, embora se diferencie da situação descrita no início da seção por ser baseado em diversas *commodities* e, não em um único produto.

Figueiras *et al* (2012) atribui essa apreciação cambial durante o governo Lula, essencialmente ao efeito China, que com seu expressivo crescimento passou não só a consumir mais *commodities* brasileiras como passou a ofertar produtos manufaturados a preços relativamente menores. Tornando a indústria nacional menos competitiva tanto dentro quanto fora do país.

Portanto, pode-se argumentar que o movimento inverso dos bens básicos e manufaturados na pauta de exportação foi em decorrência desse efeito China, que alterou os termos de troca. Não obstante, quando se realiza a mesma análise em termos reais, ou seja, em termos de quantidades se observa movimentos semelhantes, porém em períodos distintos (gráfico 8).

Gráfico 8 – Composição da pauta de exportação por fator agregado (quantum, 2006=100): Brasil,1995-2014.

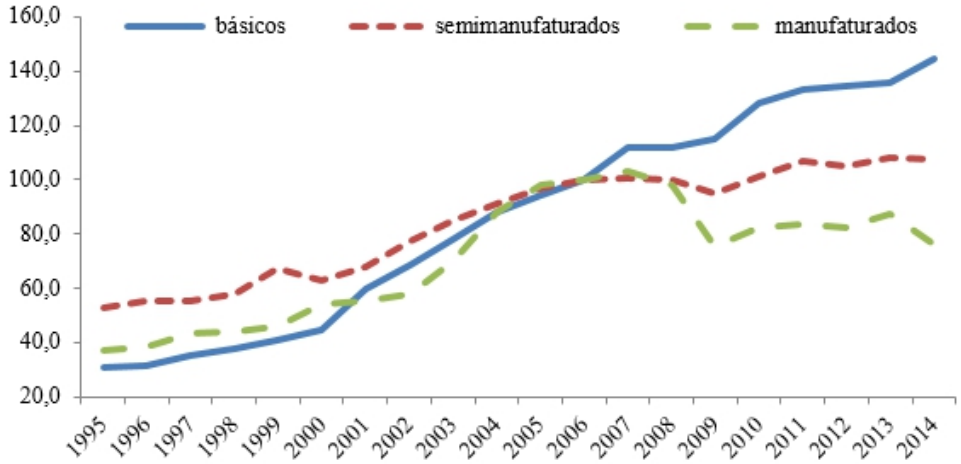


Fonte: SECEX/MDIC.

A participação dos produtos básicos passa a participação dos produtos manufaturados em 2006, o que mostra a relevância do impacto da taxa de câmbio nesse processo, já que é a partir desse ano que ocorre uma maior apreciação cambial. Como a participação dos semimanufaturados permanece praticamente estável, o movimento dos bens manufaturados com o dos bens básicos é semelhante, porém contrários, a queda da participação dos manufaturados é o aumento dos bens básicos. E como os indicadores parecem mostrar, a sobreapreciação cambial não é uma variável neutra nesse processo. Para efeito de comparação, a participação dos bens básicos na pauta de exportação em 2000 era de 28% e passou para 44% em 2014 enquanto a participação dos bens manufaturados passou de 39% para 23% no mesmo período.

Ainda se pode justificar que essa reprimarização da pauta de exportação seja em decorrência de um crescimento dos produtos básicos maior que o do apresentado pelos produtos manufaturados. Porém, quando observamos o índice de quantum das exportações no gráfico 9, evidenciamos de fato um expressivo crescimento das exportações de produtos básicos.

Gráfico 9 – Pauta de exportação por fator agregado (quantum, 2006 = 100): Brasil, 1995-2014.



As exportações de produtos básicos cresceram a uma taxa média anual de 8,9%. Já as

exportações de produtos manufaturados e semimanufaturados, que embora menos expressivo que os produtos básicos, continuaram apresentando crescimento durante praticamente toda a série, apresentando uma taxa de crescimento média de 4,1 e 4,3 respectivamente. Com isso, poderia argumentar que embora tenha crescido de forma mais lenta e com uma pequena inflexão em 2009, ano de crise financeira internacional, as exportações de produtos manufaturados continuaram crescendo e, portanto, fortalecendo a tese dos economistas que rejeitam a existência da doença holandesa no Brasil. Para Serrano e Summa (2015) as exportações seguem uma tendência global, e o Brasil chegou a superar a média mundial em alguns quesitos.

Não obstante, quando se observa o crescimento dos bens manufaturados entre 1996 e 2005, tem-se uma média de superior a 10%. Por outro lado, quando se observa no período 2006-2014, tem-se uma média de -2,3%. Pode-se argumentar que esse crescimento negativo se deve a crise externa pós-2009, como Serrano e Summa (2015), que provocou uma queda no comércio mundial em geral, no entanto, a tendência de baixo crescimento já havia se apresentado entre 2005 e 2006, quando a produção física passou de um crescimento de quase 11% para um pífio 2,2%. Desse modo, reforça a tese da doença holandesa e ao mesmo tempo a do retorno a um país primário-exportador.

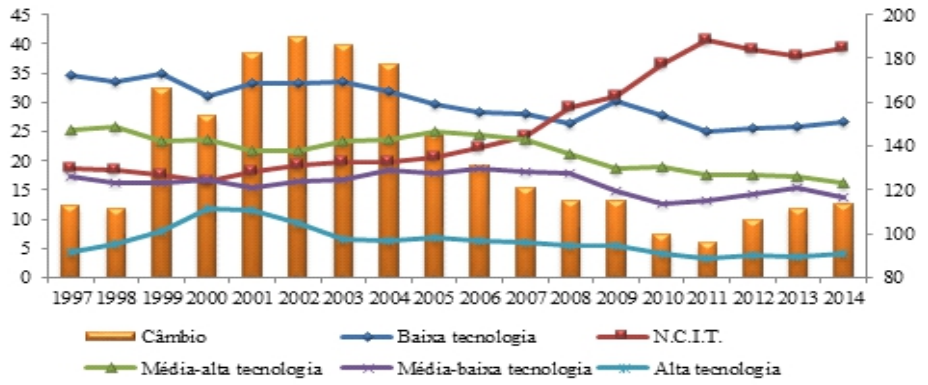
Além disso, Bresser-Pereira e Marconi (2008) e Silva & Lourenço (2015) fazem a observação que embora as exportações de manufaturados continuem crescendo, a indústria pode estar se tornando maquiladora. Ou seja, uma grande montadora a partir de componentes importados. O que apesar de caracterizada como exportação manufaturada o valor agregado é muito baixo.

Quando realizada a análise através da participação das exportações por intensidade tecnológica, observa-se que os setores industriais se comportaram de forma diferenciada durante o período de sobreapreciação cambial. Todos os setores que empregam tecnologia foram negativamente afetados pela sobreapreciação cambial.

O gráfico 10 mostra a forte relação entre câmbio e produtos não industriais. Caracterizando com isso, mais uma evidência de doença holandesa. Em 2011, quando os produtos não industriais apresentaram a maior participação, ocorreu uma forte apreciação da taxa de câmbio apreciação.

Os produtos industriais destinados a exportação mais afetados durante a sobreapreciação cambial foram os que empregam alta tecnologia, apresentando crescimento negativo de 90,2% em termos de participação nas exportações totais no acumulado entre 2003 e 2011. Em seguida vieram os produtos que empregam baixa tecnologia que durante o mesmo período apresentaram um crescimento negativo de 26,5% nas exportações totais, apresentando uma pequena recuperação em 2009, quando apresentou crescimento de13,8% em relação ao ano anterior, ano de crise internacional onde o crescimento nas exportações de produtos da indústria de alimentos contribuiu para esse desvio de uma trajetória descendente. Logo após vieram os produtos de média-alta e média-baixa que apresentaram crescimento negativo de 18,2% e 18% respectivamente.

Gráfico 10 – Composição da pauta de exportação por intensidade tecnológica e taxa de câmbio real efetiva (2010=100): Brasil, 1997 a 2014.



Fonte: SECEX/MDIC.

A partir da análise do gráfico 10, confirmam-se as colocações feitas por Bresser–Pereira e

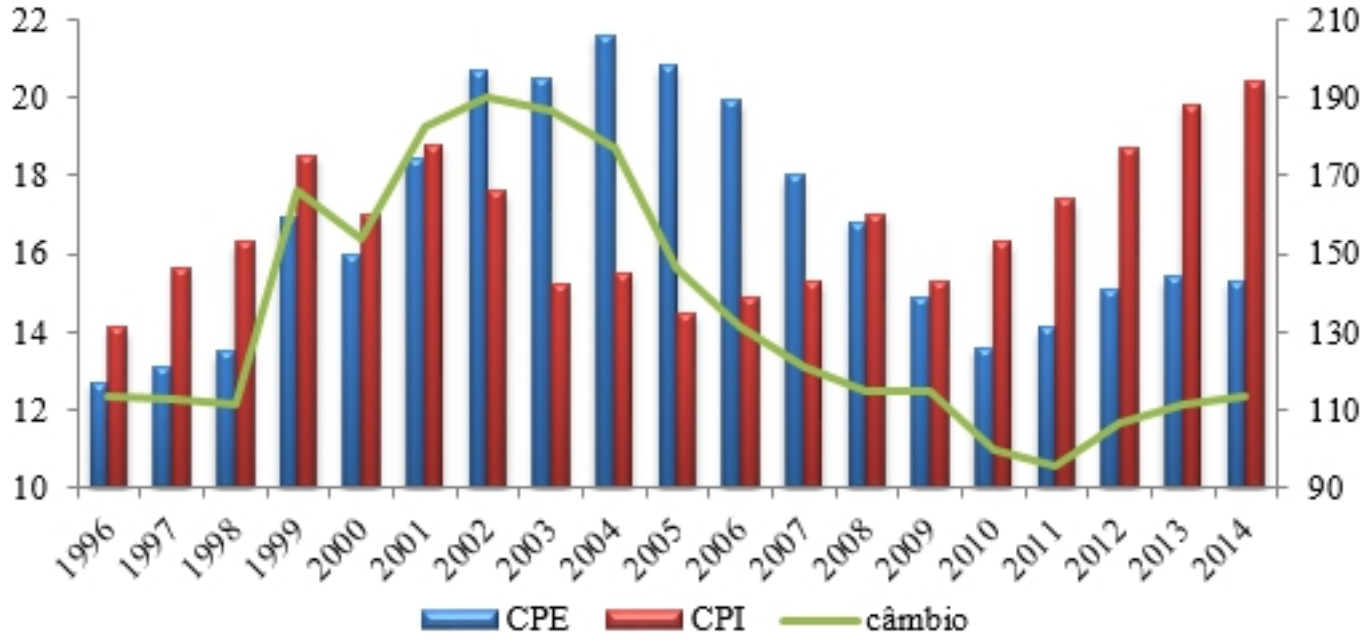
Marconi (2010). Segundo os autores, o setor de alta tecnologia que deveria liderar o desenvolvimento econômico do país, por possuírem o maior valor agregado, foi o que acumulou as maiores perdas com a sobreapreciação cambial. Entretanto, os setores de média-alta e média-baixa, que também possuem importante valor agregado, o efeito câmbio foi menos impactante.

Assim observa-se que, apesar da retomada da política industrial na agenda do Governo, com a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) em 2004, seus efeitos foram distorcidos pelo contexto macroeconômico. Para Cano (2010), por melhor que seja o desenho de uma política industrial, ela deve contar com uma política macroeconômica compatível ou seus efeitos serão anulados ou distorcidos. Com isso, mostrou-se incapaz de reverter os problemas estruturais.

Contudo, até que ponto a taxa de câmbio real sobreapreciada contribuiu para aumentar a nossa dependência de importações de bens industriais. Ou seja, até que ponto a produção indústria nacional foi substituída por produtos similares importados.

Uma forma de evidenciar essa provável substituição por produtos importados é através do coeficiente de penetração das importações da indústria de transformação, que irá mostrar o quanto do consumo aparente brasileiro foi atendido por produtos importados (gráfico 11).

Gráfico 11 - Coeficiente de penetração das importações (CPI) e coeficiente de exportações (CPE) da indústria de transformação e a taxa de câmbio real efetiva (2010=100): Brasil, 1996 a 2014.



Fonte: CNI e Ipeadata.

A partir da análise do gráfico 11, observamos que a apreciação cambial iniciada entre 2003 e 2004 até 2011, favoreceu o crescimento do consumo de produtos importados da indústria de transformação. Em 2003, 15,2% do consumo aparente de produtos industrializados era atendido por importações. Em 2011 esse consumo passou para 17,4%, ou seja, um crescimento de mais de 14%. Entretanto, a participação do nosso consumo atendida por importações continuou crescendo mesmo com uma taxa de câmbio mais depreciada, atingindo 20,4% do nosso consumo de produtos industrializados sendo atendido por produtos importados em 2014. Parte disso explica-se pelas medidas adotadas pelo governo no final de 2011 que por ter estimulado o consumo, podem ter causado vazamento de demanda. Além disso, dada a recessão mundial nesse período, ocorreu um excesso de oferta de produtos manufaturados, que gerou a queda nos preços dos bens industriais, de modo que mesmo com o câmbio depreciado, o produto importado ainda era competitivo no mercado brasileiro.

Já quando observamos o coeficiente de exportações, ou seja, o quanto da produção interna de produtos da indústria de transformação foi destinado à exportação, observa-se o

movimento inverso ao evidenciado na penetração das importações. No momento em que a taxa de câmbio manteve-se mais depreciada em toda a série, obteve-se os maiores coeficientes de penetração das exportações, atingindo a maior participação de nossa produção destinada à exportação em 2004, com 21,6%. No entanto, diferentemente, do ocorrido com o nosso consumo que continuou crescendo, mesmo com o a depreciação cambial iniciada a partir de 2011, a nossa produção destinada ao mercado internacional, seguiu a mesma trajetória do câmbio. A penetração das exportações que vinha caindo desde 2004, início da apreciação cambial, voltou a subir em 2010 acompanhando a inflexão do câmbio que volta a depreciar até 2014. Essa lenta recuperação pós 2010 aparentemente está associada ao processo de desaceleração do crescimento da economia mundial. Além disso, diante das dificuldades da economia mundial após a crise internacional de 2009, a produção industrial vem se voltando cada vez mais para o mercado interno nos últimos anos, segundo estudos recentes realizados pela CNI, em parceria com a Fundação Centro de Estudos de Comércio Exterior (Funcex).

Portanto, torna-se evidente a influência da taxa de câmbio nas exportações de produtos da indústria de transformação. Nos anos em que a taxa de câmbio seguiu uma trajetória de apreciação, a produção da indústria de transformação nacional foi significativamente afetada, perdendo 37,% na participação da produção destinada ao mercado internacional entre 2004 e 2010. Além do significativo crescimento no consumo de produtos importados.

Silva (2014) faz uma importante observação que entre 2000 e 2009, o país passou por um significativo crescimento econômico, o que contribui para o crescimento do consumo doméstico de produtos importados. Entretanto, observa-se que apesar da queda do crescimento econômico a partir de 2010, o nosso consumo aparente de produtos industrializados importados continuou crescendo. Com isso, surgem evidências de que a produção industrial prejudicada após 2010, não foi só a destinada à exportação, e sim, a produção industrial destinada ao consumo doméstico, que passou a ser atendida por importações.

Com isso, torna-se claro que os prejuízos causados pelo câmbio apreciado são muito maiores para nossas exportações do que os benefícios que alguns autores justificam quanto a uma possível modernização através de importações mais baratas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve por objetivo inicial conceituar a desindustrialização. Foi visto que o conceito clássico de desindustrialização tratar-se de um processo natural do desenvolvimento econômico, em que, a elevação na renda *per capita* na economia passaria a permitir um maior consumo de serviços em relação a produtos industriais. Entretanto, o caso preocupante seria essa mudança no padrão de consumo antes da economia atingir os níveis de renda *per capita* ideais, o que a literatura conceituou como desindustrialização precoce, onde não se trata de um processo natural, mas algo nocivo ao desenvolvimento econômico, que seria o caso brasileiro, que começou a perder valor adicionado da indústria em meados da década de 1980 antes de atingir os níveis de renda *per capita* satisfatórios.

Em seguida foi conceituado o termo doença holandesa, que está associado a descoberta de recursos naturais que ao gerar a sobreapreciação cambial provoca a mudança no perfil da pauta de exportações. O país passa de um grupo de referência industrial para um grupo de referência em produtos primários.

Diante disso, o presente trabalho se propôs a investigar se a perda relativa da indústria de transformação iniciada na década de 1980 teve continuidade ou vem sendo revertida após 1995, e se estaria associada a um caso de doença holandesa. Com efeito, ao prejudicar as exportações de produtos industrializados levaria a um processo de reprimarização da pauta de exportação e a substituição da produção doméstica de bens industriais por importados similares.

De acordo com os dados apresentados, não resta dúvidas quanto à continuidade no processo de desindustrialização brasileira após 1995. Principalmente após 2004, quando a participação da indústria inicia uma longa trajetória de queda que até então não foi revertida. No tocante a composição da pauta exportadora brasileira também é notável a mudança onde os produtos básicos passaram a ocupar cada vez mais espaço na participação das exportações totais.

Os produtos manufaturados intensivos em tecnologia apresentaram uma continua queda na participação das exportações, sustentando apenas as exportações de produtos industrializados de baixa tecnologia principalmente alimentos, onde o valor agregado é muito baixo, o que pode estar relacionado à baixa qualificação da mão-de-obra. Segundo Bresser-Pereira (2008), países com baixa qualificação tendem a se especializar na produção industrial com baixa intensidade tecnológica. Apesar dos recentes avanços no ensino técnico promovido pelo Governo Federal, ainda estamos muito aquém dos níveis de qualificação dos países desenvolvidos.

Com isso, o Brasil parece padecer de uma doença holandesa relativa com uma economia voltada para a produção de bens primários e de baixo valor agregado, semelhante à economia primário-exportadora de meados do século XX, guardada as devidas proporções. Pois, apesar de predominar os produtos não industriais na pauta de exportação, as exportações brasileiras ainda se encontram bastante diversificada.

Contudo, essa doença holandesa deve ser neutralizada. De acordo com a lei de Thirlwall (1979) as exportações de produtos manufaturados são fundamentais para o crescimento no longo prazo. As economias com um forte setor exportador de *commodities*, à medida que crescem, tem-se o aumento das importações que pode impedir a continuação desse crescimento. Portanto a taxa de câmbio deve ser administrada evitando sua apreciação principalmente através da conservação de juros baixos e a taxação dos produtos causadores da doença, canalizando esses excedentes para o desenvolvimento da indústria nacional. Através do incremento de políticas de desenvolvimento industrial e qualificação profissional da mão-de-obra.

No entanto, embora a taxa de câmbio tenha influenciado fortemente a quedadas exportações da indústria de transformação, prejudicando nossa competitividade internacional, a participação da nossa produção da indústria de transformação destinada à exportação ainda é muito pequena para justificar a excessiva queda na produção industrial. Embora a produção industrial nacional seja fortemente dependente de insumos importados, a queda na produção industrial parece também estar relacionada a fatores internos.

Segundo estudos recentes realizados pela CNI/FUNCEX (2014), a nossa produção industrial está cada vez mais voltada ao próprio mercado interno, em detrimento das exportações. Mesmo se observarmos o maior valor do nosso coeficiente de penetração de importações durante toda a série em estudo, que foi de 20,4% em 2014, a participação do nosso consumo aparente atendida por produtos importados ainda é relativamente pequena. Porém, se esse processo não for controlado pode ocorrer uma espécie de regressão da estrutura produtiva. Portanto, não afirmarmos que a economia está passando por um processo de especialização regressiva, o que evidenciamos é apenas uma reprimarização da pauta de exportação. Uma vez que, apesar do processo de abertura nos anos 1990, o Brasil ainda é uma das economias mais fechadas do mundo. Entretanto, isso não significa que a doença holandesa não deva ser neutralizada, devem-se buscar mecanismos que venham evitar uma possível perda relativa das cadeias produtivas de maior valor agregado em nossa pauta de exportações e ao mesmo tempo fortalecimento da indústria como forma de reduzir a dependência externa.

Com isso evidencia-se que, além da presença da doença holandesa, fatores internos também possam ser responsáveis pelo processo de desindustrialização. Um fator que pode estar associado a essa queda na participação relativa da indústria de transformação na produção e no emprego é a própria postura adotada pelo governo atual quanto à política industrial. Quando se observa as medidas do "Plano Brasil Maior", última política industrial em vigor desde 2011, evidencia-se que dos 19 setores abrangidos pelo plano, quase 25% das medidas foram destinadas a agroindústria. Beneficiando com isso, o principal causador da nossa Doença Holandesa. No entanto não cabe ao escopo deste trabalho analisar esses fatores internos, mas pode ser temas explorados que ficam como sugestões para trabalhos posteriores.

NOTAS

[1]Vide Silva & Lourenço (2014) e Oreiro & Marconi (2014).

[2]Vide Marquetti (2002).

[3]À taxa de câmbio apreciada, quer dizer que o preço da moeda reserva em relação à moeda local torna-se menor. Portanto, tornando a taxa de câmbio menos competitiva para os demais bens que não sejam os causadores da doença holandesa.

[4]Vide Silva & Lourenço (2014).

[5]Vide Bresser-Pereira (2013).

[6]Vide Serrano & Summa (2015).

[7] Marconi & Rocha (2012).

[8] Vide Silva & Lourenço (2015).

[9]Vide Messa (2012).

REFERÊNCIAS

BRESSER-PEREIRA, L. C. O governo Dilma frente ao tripé macroeconômico e à direita liberal e dependente. *Revista Novos Estudos*, São Paulo, n. 95, p. 5-15, mar. 2013.

BRESSER-PEREIRA, L. C.. The Dutch disease and its neutralization: a Ricardian approach. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 28, n. 1, mar. 2008.

BRESSER-PEREIRA, L.C; MARCONI, N. Existe Doença Holandesa no Brasil? In: IV Fórum de Economia de São Paulo. *Anais...*, Fundação Getúlio Vargas: São Paulo, 2008.

CANO, W. (Des)industrialização e (sub)desenvolvimento. *Texto para Discussão*. IE/Unicamp, n. 244, set. 2014.

CARTA DO IBRE. O Brasil ainda é uma economia muito fechada, e isso não é bom para o desenvolvimento. Conjuntura econômica, novembro de 2013. Disponível em:<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rce/article/viewFile/21267/20016>

CNI/FUNCEX. Indústria brasileira direciona produção cada vez mais para o mercado interno, revela CNI. 18 de março de 2014. Disponível em: <http://www.portaldaindustria.com.br/cni/imprensa>. Acesso em: abril de 2016.

CORDEN, W. M. The Dutch Disease in Australia: Policy Options for a Three-Speed Economy. Melbourne Institute Working Paper Series Working Paper., No. 5/12, February 2012.

FILGUEIRAS, L. A. M. *et al*. O desenvolvimento econômico brasileiro recente: desindustrialização, reprimarização e doença holandesa. In: ENCONTRO DE ECONOMIA BAIANA, 8., 2012, Salvador. **Anais...** Salvador: UFBA, 2012. p. 806-830.

GIAMBIAGI, F., A. VILLELA, J. HERMANN e L. B. de CASTRO (Orgs.), *Economia Brasileira Contemporânea*: 1945/2010. 2ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2011.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Ipeadata. 2016. Disponível em:

<www.ipeadata.gov.br>. Acesso em: março de 2016.

MARCONI, N.; ROCHA, M. Taxa de câmbio, comércio exterior e desindustrialização precoce: o caso brasileiro. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 21. Número Especial; p. 853-888, dez, 2012.

MARQUETTI, A. (2002). "Progresso Técnico, Distribuição e Crescimento na Economia Brasileira: 1955-1998". *Estudos Econômicos,* Vol. 32, N.1.

MESSA, A. Mudanças estruturais na economia brasileira ao longo da década de 2000. *Texto para Discussão*, IPEA 1770, 2012.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. MDIC. Disponível em:<>. Acesso em: <www.ic.gov.br> março de 2016.

OREIRO, J. L.; FEIJÓ, C. A. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos eo caso brasileiro. *Revista de Economia Política,* 30, p. 219-232, 2010.

OREIRO, J. L; MARCONI, N. Teses Equivocadas no Debate sobre Desindustrialização e Perda de Competitividade da Indústria Brasileira. *Revista NECAT*, Santa Catarina, 2014, p. 24-48.

PALMA, G. Quatro fontes de desindustrialização e um novo conceito de doença holandesall. CONFERÊNCIA DE INDUSTRIALIZAÇÃO, DESINDUSTRIALIZAÇÃO E DESENVOLVIMENTO. ORGANIZADA PELA FIESP e IEDI, Centro Cultural da FIESP, 28 ago. 2005. 46p.

ROWTHORN, R., & RAMASWAMY, R. "Deindustrialization: Causes and Implications," Staff Studies for the World Economic Outlook (Washington: International Monetary Fund, December, 1997), pp. 61–77.

ROWTHORN, R.; WELLS, J. De-industrialisation and Foreign Trade (Cambridge, Cambridge University Press,1987).

SERRANO, F.; SUMMA, R. Demanda agregada e a desaceleração do crescimento econômico brasileiro de 2011 a 2014. Center for Economic and Policy Research, agosto 2015. SILVA, J. A. Desindustrialização e doença holandesa: o caso brasileiro. *Indicadores Econômicos,* FEE, Porto Alegre, v. 41, n. 3, p. 67-82, 2014.

SILVA, J. A.; LOURENÇO, A. L. C. Revisitando o Conceito de Desindustrialização. *Revista Oikos*, 13, p.57-73, 2014.

SILVA, J. A.; LOURENÇO, A. L. C. (2015) Desindustrialização e comércio internacional. *Indicadores Econômicos,* FEE, Porto Alegre, v. 43, n. 2, p. 61-80, 2015.

TREGENNA, F. Characterizing deindustrialization: an analysis of changes in manufacturing employment and output internationally. *Cambridge Journal of Economics,* v. 33, n. 3, maio 2009.

EVOLUÇÃO DAS POTENCIALIDADES LOCAIS A PARTIR DE POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL

Marciele de Freitas Oliveira
Mestre em Agronegócios pelo programa de Pós-Graduação em Agronegócios da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)
marcielemfo@gmail.com

Madalena Maria Schlindwein
Doutora, professora do Programa de Pós-Graduação, Mestrado em agronegócio da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)
madalenaschlindwein@ufgd.edu.br

Pedro Rodrigues de Oliveira
Doutor, professor da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)
pedrorodrigues@ufgd.edu.br

RESUMO

O desenvolvimento local leva em consideração a melhoria da qualidade de vida das pessoas, bem como o aumento na renda e produção. E, as ações de Assistência Técnica e Extensão Rural são políticas que buscam esse desenvolvimento. Nesta perspectiva, o objetivo central deste estudo foi analisar as mudanças ocorridas na renda e na produção dos assentados a partir da implantação de um projeto de assistência técnica e extensão rural, no assentamento Barra Nova localizado na cidade de Sidrolândia-MS. Os dados foram disponibilizados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, referente ao período de 2013 a 2015. Para tanto, a metodologia utilizada foi de uma análise descritiva de dados primários baseados nos questionários disponibilizados pelo INCRA. A partir dos resultados, constatou-se que a partir do ano de 2014 as famílias tiveram acesso ao PRONAF. Destaque-se que aumentou o número de famílias que produzem para autoconsumo, porém, a maior parte dos produtos consumidos são comprados fora do lote. Aumentou o número de famílias que comercializam sua produção e também, ocorreu a diversificação destes produtos.

Palavras-chave: Desenvolvimento local. Política Pública. Pronaf.

ABSTRACT

Local development takes into account the improvement of people's quality of life, as well as increased income and production. And, the actions of Technical Assistance and Rural Extension are policies that seek this development. In this perspective, the main objective of this study is to analyze the changes occurred in the income and production of the settlers from the implementation of a project of technical assistance and rural extension, in the settlement Barra Nova located in the city of Sidrolândia-MS. The data were provided by the National Institute for Colonization and Agrarian Reform (INCRA) for the period from 2013 to 2015. For this purpose, the methodology used was a descriptive analysis of primary data based on the questionnaires provided by INCRA. From the results, it was verified that from the year 2014 the families had access to PRONAF. It should be noted that the number of households producing for self-consumption has increased, but most of the products consumed are bought out of the lot. The number of families that commercialized their production increased, and diversification of these products occurred.

Keywords: Local development. Publics Policies. Pronaf.

REVISTA ELETRÔNICA DOCUMENTO MONUMENTO 21
REDM
NDIHR
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICA REGIONAL NDIHR

INTRODUÇÃO

A agricultura familiar é um segmento muito relevante para o agronegócio brasileiro, e seu fomento gera uma sociedade economicamente mais eficiente e socialmente mais adequada. Porém, os produtores enfrentam entraves para o fomento de sua atividade, principalmente na questão de planejamento e controle da produção, *marketing* na parte de comercialização, entre outros (LOURENZANI *et al.,* 2008).

Muitas vezes, após conseguirem um pedaço de terra, os assentados se deparam com diversos entraves que colocam em risco sua permanência no campo. Para muitos, faltam materiais básicos para desenvolverem as atividades produtivas, outros não conseguem acesso ao crédito ou a assistência técnica, entre outros problemas limitantes ao seu desenvolvimento (VALADARES *et al.*, 2011).

As Políticas Públicas são processos importantes para apoiar o desenvolvimento de uma sociedade. O processo do desenvolvimento local leva em consideração uma junção de fatores, como uma política que visa o desenvolvimento a partir da valorização das particularidades, dos costumes, valores e recursos locais (KLUCK; GAZOLLA, 2014; TOQUETTO; PELEGRINI, 2014; GOBATTONI *et al.*, 2015).

Com as políticas de Reforma Agrária o governo procura promover melhor distribuição das terras produtivas e promoção da descentralização de grandes propriedades, com isso, possibilita para as famílias sem-terra o direito a produzirem e viverem no meio rural. Busca-se, ainda, viabilizar maior produção de alimentos básicos, gerar renda e produção para autoconsumo para essas famílias assentadas, bem como criar mecanismos para a redução do êxodo rural (INCRA, 2016a). Mediante isso, precisa-se ter a clareza de que a reforma agrária está muito além de uma distribuição de terra, devendo entendê-la também como uma estratégia de desenvolvimento rural e de melhoria de vida de famílias de agricultores (COCA, 2014).

No estado de Mato Grosso do Sul existem 204 assentamentos, contemplando mais de 27,90 mil famílias assentadas, em uma área correspondente a aproximadamente 716,09 mil hectares. A maior parte dos assentados, cerca de 65,69%, já estão há mais de dez anos nessa atividade (INCRA, 2016b).

Dentre estes assentamentos, destaque-se o Barra Nova que pertence ao município de Sidrolândia/MS e será o foco do estudo. Devido às demandas locais percebidas pela Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a partir de uma Chamada Pública viabilizou um programa de prestação de serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural, com início no ano de 2013. O intuito era auxiliar a superar as dificuldades dos assentados, levando cursos de capacitação; promovendo reuniões e oficinas; implantando unidades demonstrativas para aplicação prática de tecnologias e manejos inovadores, entre outros (INCRA, 2013).

Neste interim o estudo objetiva analisar as mudanças ocorridas na renda e na produção dos assentados a partir da implantação de um projeto de assistência técnica e extensão rural, no assentamento Barra Nova, no período de 2013 a 2015. Especificamente pretende-se examinar se ocorreu aumento na comercialização dos produtos do lote; analisar se houve produção para autoconsumo e quais os principais produtos consumidos; e, caracterizar a composição das rendas familiares dos moradores deste assentamento.

Este trabalho está divido em cinco partes. A primeira corresponde a esta breve introdução. A segunda é composta pela revisão bibliográfica, com enfoque no desenvolvimento rural e assistência técnica. A seguir, consta a metodologia, contemplando a área de estudo e fonte de dados. Após, os resultados e discussão. E, por fim, as considerações finais e referências.

DESENVOLVIMENTO RURAL E ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL

O desenvolvimento local é considerado, segundo Buarque (1999, p. 9), como "um processo endógeno registrado em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos capaz de promover o dinamismo econômico e melhoria da qualidade de vida da população". Ou seja, gerando mudança nas bases econômicas e sociais em nível local, elevando as oportunidades sociais e o nível de competitividade da economia local. Assim, para atingir o desenvolvimento local tem-se que explorar a capacidade e as potencialidades locais, pois cada pessoa tem suas

particularidades e potencialidades.

De acordo com Navarro (2001), a definição de desenvolvimento rural varia ao longo do tempo, mas todos tem em comum a melhoria do bem-estar das populações rurais. Para tanto, precisa de um conjunto de políticas na busca de gerar mudança em um determinado ambiente rural. São necessários, para tanto, um conjunto de metas definidas e de uma análise das diversidades locais para promover esse desenvolvimento. Elllis e Biggs (2001) acrescentam que essas políticas são um conjunto de práticas ou ações cujo objetivo é amenizar a pobreza no âmbito rural, e direcionar a população rural para a transformação em suas atividades produtivas, com o intuito de aumentar o bem-estar local.

A política pública deve ser algo planejado e um processo de multiatores, valorizando costumes e saberes, na busca de promover condições e definir as políticas a serem adotadas para a ampliação do bem-estar da população. Essa junção de atores – tanto locais como o Estado – é muito importante para a promoção das estratégias que realmente influenciarão na melhoria das condições socioeconômicas da comunidade (TOQUETTO; PELEGRINI, 2014).

As políticas públicas de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) tiveram um papel de destaque no desenvolvimento rural ao longo do tempo. Tinham o objetivo de ajudar na melhoria de bem estar dos agricultores e levar conhecimento do processo produtivo agrícola e economia doméstica e acesso ao crédito (PRADO, 2004). Historicamente estão vinculadas a mudanças na inovação produtiva e melhoria na comunicação entre os produtores rurais e centros de pesquisas e ensinos (DIAS, 2008).

Como definição de extensão rural, de acordo com Peixoto (2008), é um processo de conhecimentos de qualquer natureza, enquanto a assistência técnica tem como objetivo resolver problemas específicos e pontuais sem, necessariamente, capacitar o produtor. Porém, dificilmente um serviço de extensão rural deixará de fora as ações de assistências técnicas. Assim, afirma que os serviços de ATER são importantes para o desenvolvimento rural bem como para atividade agropecuária, florestal e de pesca, pois levam conhecimentos diversos e também de novas tecnologias.

Castro *et al.* (2005) conceitua que a extensão rural é um processo educacional que propicia assistência técnica, econômica e social, no sentido de elevar seu nível de qualidade de vida. E, a assistência técnica é uma ação sem o uso de processos educativos. As ações devem ter estratégias de desenvolvimentos produtivos ligados a questão da sustentabilidade ambiental, tem que ser rentáveis, socialmente não excludente e equitativos, além de levar em consideração a cultura local.

Os serviços de ATER podem ser privados ou públicos e gratuitos ou pagos. No Brasil o modelo de ATER mais usado é o público gratuito, com foco principalmente na agricultura familiar e é executado principalmente por instituições estaduais de ATER, com auge na década de 1970 e início de 1980 (PEIXOTO, 2008).

Em 11 de janeiro de 2010 é sancionada a Lei nº 12.888, que instaura a PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica de Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – PRONATER, que alterou a Lei nº 8.666/1993. De acordo com a nova lei, ATER é denominado como serviço de educação não formal, com processo de conhecimento de gestão, de produção, de beneficiamento e de comercialização das atividades e serviços agropecuários (BRASIL, 2010).

Como princípios tem-se o desenvolvimento sustentável, gratuidade e acessibilidade dos serviços, bem como metodologia de ação participativa, princípios de agricultura com base ecológica, sem distinção de pessoas e melhoria na segurança alimentar e nutricional. Os objetivos são: promover desenvolvimento sustentável, apoiar iniciativas das potencialidades locais, aumentar produção, qualidade e produtividade das atividades desenvolvidas. Bem como, melhoria de vida dos moradores, prestar assessoria nas espatas das atividades econômicas, levar o conhecimento das inovações tecnológicas, apoiar o associativismo e cooperativismo, aumento de renda através da agregação de valor aos produtos, integrar a ATER com a pesquisa e contribuir para expansão do conhecimento e qualificação (BRASIL, 2010).

METODOLOGIA

Esta seção está dividida em duas partes, a primeira contempla a caracterização da área de estudo. E, na segunda parte a fonte de dados e o tipo da pesquisa.

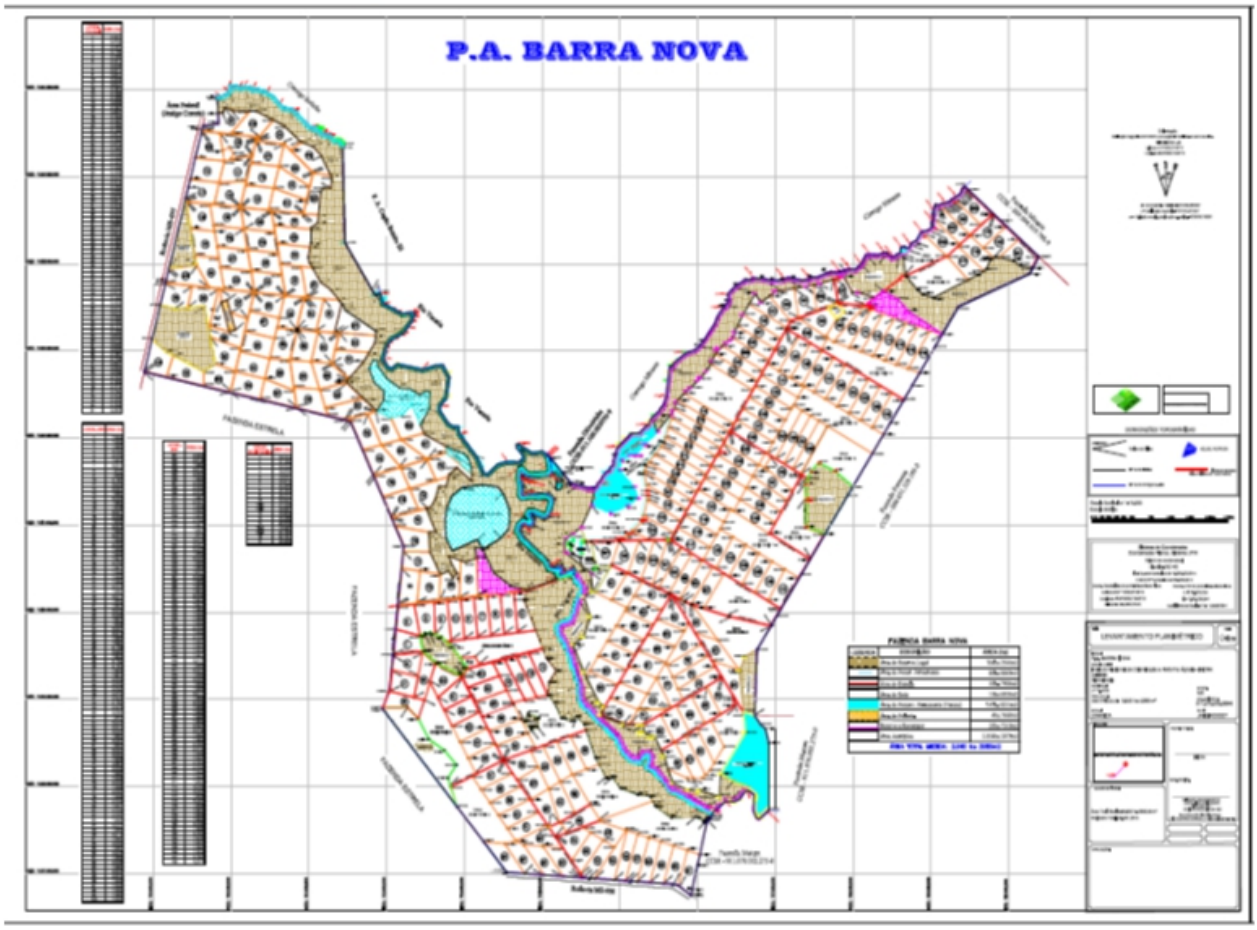
Áreas de estudo

O estudo abrange a área do assentamento Barra Nova, localizado no município de Sidrolândia no estado de Mato Grosso do Sul, localizado nas coordenadas geográficas de latitude 20°55'55" Sul, longitude 54°57'39" Oeste e altitude 484 m. O município possui mais de 20 assentamentos e aproximadamente 15 mil habitantes vivem da agricultura familiar.

O mapa do assentamento Barra Nova, como pode ser visto na Figura 1, cujo responsável pelo projeto foi o INCRA, foi criado através da Portaria nº 41 no dia 27 de dezembro de 2005 (INCRA, 2016a). Este assentamento possui uma área correspondente a 3,94 mil hectares. Inicialmente, no projeto, o objetivo era assentar 320 famílias, porém a capacidade foi reduzida para 269 famílias assentadas. E, hoje 263 famílias encontram-se estabelecidas neste assentamento rural. O qual apresenta uma Área de Reserva Legal correspondente a 764 ha, Área de Preservação Permanente de 80 ha e a Área de Preservação Permanente (Várzea) de 141 ha.

A maioria dos chefes de família são homens (58,00%) com média de idade de 49 anos e a maior parte das famílias são compostas por até três dependentes. Destaque-se que existe uma concentração de jovens no assentamento entre os dependentes, sendo essa uma alternativa para ações de políticas públicas e projetos de extensão rural para incentivar esses jovens a permanecerem no campo.

Figura 1- Mapa do assentamento Barra Nova.



Fonte: INCRA: setor de cartografia (2016c).

Fonte de dados e tipo de pesquisa

O estudo refere-se a uma pesquisa quantitativa com a utilização de dados primários, obtidos a partir dos questionários de Perfil de Entrada aplicados às famílias (estudo censitário) do assentamento Barra Nova, nos anos de 2013 a 2015 – para atender a uma Chamada Pública INCRA/SR (16), Nº 01/2013. No ano de 2013 foram aplicados 196 questionários; no ano de 2014 foi um total de 185 questionários e no ano de 2015 foram aplicados 178 questionários.

Essa Chamada Pública teve como objetivo 10 metas para a execução do Programa de

Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária – ATER. Faz parte da implantação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – PRONATER (INCRA, 2013).

Esse programa de ATER visa apoiar o pequeno produtor na elaboração de um projeto de desenvolvimento local de acordo com seus entraves para tanto, foi necessário elaborar o perfil de entrada de cada lote em situação regular e irregular, para averiguar qual a realidade de cada família do assentamento. Foram realizadas visitas individuais para levantamento dos elementos ambientais, produtivos, entre outros, para estimular e fomentar a diversificação da produção e agregação de renda. Além da realização de oficinas para planejamento inicial, avaliação parcial e avaliação final, com a apresentação de ações que foram realizadas no período, depois a avaliação parcial e a final.

Destaca-se que uma empresa foi selecionada pelo INCRA para desenvolver as atividades dessa Chamada Pública. Todas as atividades foram desenvolvidas por essa empresa. Para a elaboração deste trabalho foram utilizados apenas os questionários (Perfis de entrada) que foram cedidas pelo INCRA para a realização da pesquisa.

Para a caracterização foi realizado um comparativo entre os três anos de análise, averiguando o que melhorou referente à renda total, venda dos produtos do lote, quantidade de criação de animais no lote, além de acesso aos créditos disponíveis. Os dados foram processados eletronicamente pelo software *StataMP* 11, que foram calculadas estatísticas, as quais foram apresentados na forma de tabelas e figuras e analisados.

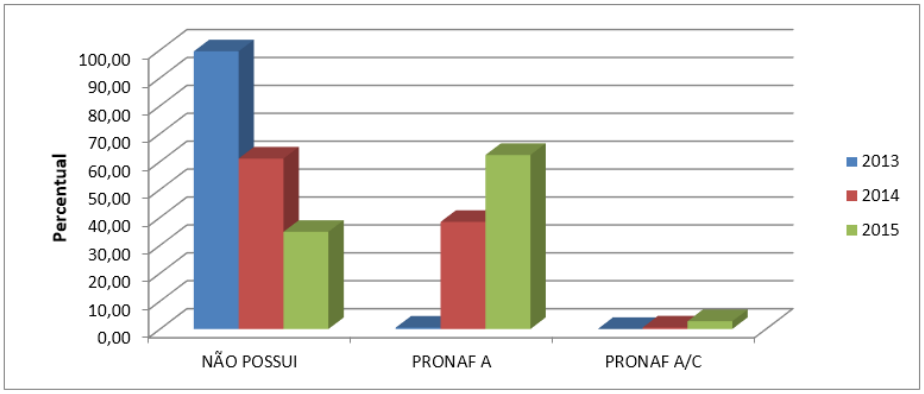
RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta seção se analisa a origem e a composição da renda dos moradores do assentamento Barra Nova e o acesso ao crédito rural PRONAF, entre o período de 2013 a 2015. Também constam as análises sobre associação e cooperação, autoconsumo, criação de animais, comercialização da produção e canais de comercialização.

O crédito rural analisado foi o PRONAF, como pode ser visto na Figura 2, esse está divido em dois grupos: PRONAF A e PRONAF A/C. A linha de PRONAF A pode ser acessado por agricultores e produtores rurais beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária ou do Programa de Crédito Fundiário – PNCF. O valor pode chegar até R$ 25.000,00 por família, neste segmento possui três anos de carência e até dez anos para pagar. Enquanto o PRONAF A/C pode ser acessado por essas mesmas famílias, desde que já tenham contratado o crédito do PRONAF A e não tenham ainda contratado o financiamento de custeio, e o valor pode chegar até R$ 7.500,00 (BCB, 2016).

Nota-se, através da Figura 2, que no ano de 2013, 99,5% das famílias não tinham acessado o PRONAF, índice que foi apresentando queda conforme os anos passavam, chegando a 34,83% no ano de 2015. Enquanto as famílias que tinham contratado o crédito PRONAF A, no ano de 2013, representava 0,51% das famílias, passando para 62,36% no ano de 2015, os valores recebidos variaram de R$ 7.000,00 a R$ 15.000,00. O PRONAF A/C foi acessado por 2,81% das famílias no último ano analisado, com valores variando entre R$ 20.000,00 e R$ 27.500,00.

Figura 2 – Acesso ao crédito Pronaf adquirido pelas famílias do assentamento Barra Nova, em porcentagem, período de 2013 a 2015.



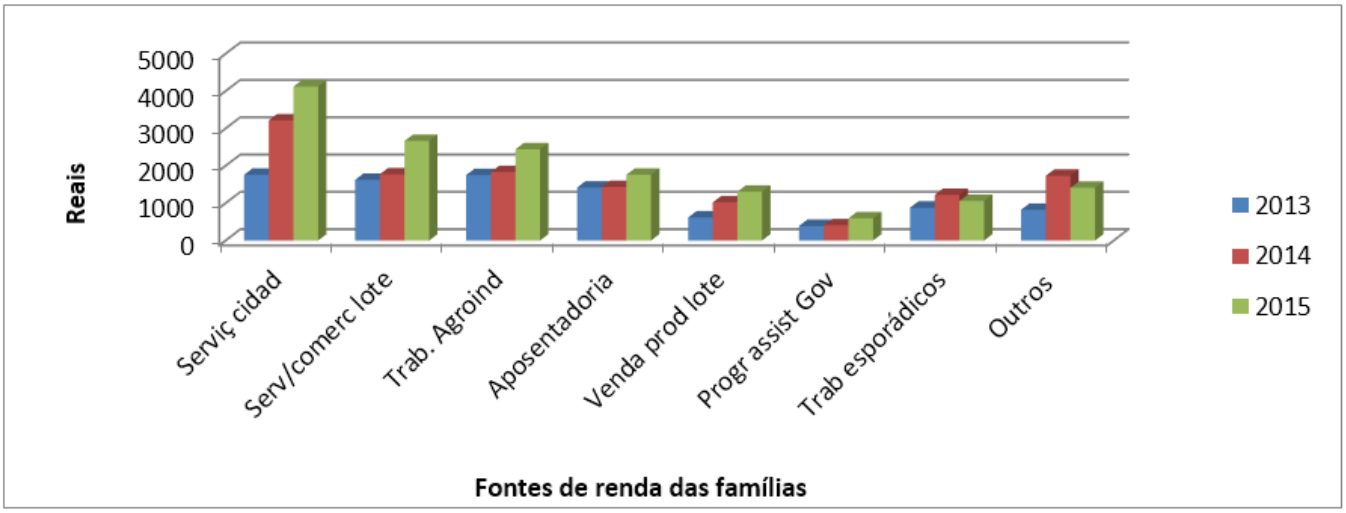
Fonte: Resultados da pesquisa.

Destaque-se a importância do crédito para impulsionar o processo de desenvolvimento local, conforme Viana *et al.* (2015), traz a possibilidade do produtor tornar-se competitivo no mercado. O crescimento do acesso ao PRONAF, durante o período analisado, pode ter sido reflexo das ações de ATER dentro do assentamento. Conforme aponta Gazzola e Schneider (2013), esse é um programa que ajuda na incorporação dos pequenos agricultores nas atividades rurais através do fortalecimento da produção e aumento da renda.

No que refere a composição da renda das famílias do assentamento, pode-se notar pelos dados da Figura 3, que ocorreu crescimento na maioria das fontes de renda entre os anos de 2013 a 2015. Sendo a maior parte da renda oriunda dos serviços e/ou comércio na cidade – exemplo: cabeleireiro, pedreiro, mercado, oficina, etc. – em 2013 a média de renda era de R$ 1.759,14, aumentando para R$ 3.214,90 e R$ 4.122,00, respectivamente, nos anos subsequentes.

Outras atividades que tem maior representação na composição da renda é o Serviço e/ou comércio no lote ou no assentamento – cabeleireiro, pedreiro, mercado, etc. – em que a renda média foi de R$ 2.665,80 em 2015 e os trabalhos em outras propriedades rurais ou agroindústrias, que foi de R$ 1.750,40 em 2013, passando para R$ 2.442,37 no ano de 2015. Destaque-se também a aposentadoria, que é a quarta maior origem da renda das famílias e apresentou crescimento de 24,15% entre 2013 e 2015.

Figura 3 – Composição da renda média das famílias do assentamento Barra Nova, em Reais, período de 2013 a 2015.



Fonte: Resultados da pesquisa.

A participação da renda oriunda da venda de produtos do lote, no ano de 2015, ficou em quinto lugar, conforme dados da Figura 3, mesmo apresentando um crescimento de 111,9% no período. Porém, um dado que deve ser relatado é que no ano de 2013 essa atividade era praticada por 59 pessoas (37 homens e 22 mulheres), em 2014 foram 56 (38 homens e 18 mulheres) e no ano de 2015 registou 171 pessoas (110 homens e 61 mulheres). Observa-se que esse aumento no número de pessoas nesta atividade de comercialização dos produtos dos lotes, pode ter sido incentivado a partir da implantação da assistência técnica para os moradores.

Em relação aos programas assistências do governo, durante o período analisado, não apresentou crescimento no número de famílias contempladas, em 2013 eram 96 passando para 76 e 77 famílias respectivamente nos anos subsequentes. A média do valor recebido em 2015 foi de R$ 592,08. Em termos de participação no total da renda mensal apresentou queda, representava 4,20% no período de 2013 passando para 3,85% no ano de 2015. Assim, esse resultado é importante, pois mostra que as famílias estão buscando outras fontes de renda, não ficam dependendo apenas de assistência do governo.

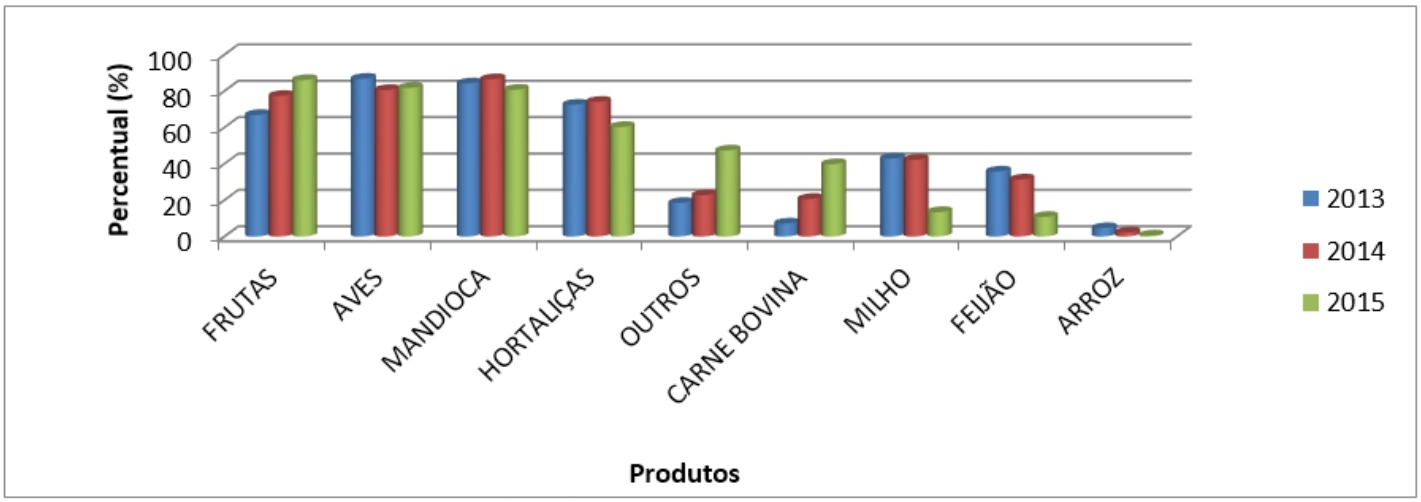
Mesmo com maior acesso ao crédito rural de PRONAF e o aumento da renda através de venda dos produtos produzidos no lote, nota-se ainda que as famílias dependem de atividades que não estão ligadas a produção agropecuária na propriedade, mas sim a atividade de prestação de serviços ou outra renda que possui como origem o Estado (aposentadoria e

programa assistenciais). Além disso, ainda que ocorreu um grande aumento na parcela da renda oriunda da Venda de produtos (111,9%), no período analisado, o segmento serviço e comércio na cidade cresceram em 134,32% no mesmo período.

As políticas públicas buscam a diversificação da fonte de renda dos assentados, aumento da produção o fortalecimento das atividades rurais e a diminuição do êxodo rural (BAIARDI; ALENCAR, 2014; PETRINI, *et al.*, 2016). É preciso criar estratégias para que essas famílias possam aumentar a renda a partir da venda dos produtos, e que outros programas do governo, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), sejam opção para o aumento da escoação da produção.

Levando em consideração a questão do autoconsumo constata-se, através dos dados apresentados na Figura 4, que a maioria das famílias do assentamento Barra Nova produzem frutas para o consumo próprio, em 2013 estava presente em 66,84% e nos anos seguintes aumentou para 77,30% e 86,02%, respectivamente. O pomar estava presente em 71 lotes em 2013 e aumentou para 154 lotes no ano de 2015, refletindo nesse aumento do consumo de frutas nas refeições das famílias.

Figura 4 Itens produzidos na última safra no lote para o consumo dos moradores, dados de 2013 a 2015

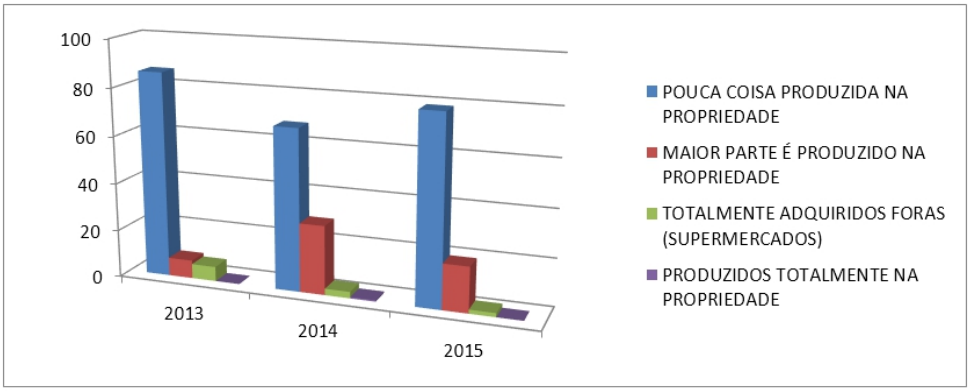


Fonte: Resultados da pesquisa.

As aves aparecem em segundo lugar, em termos de produção para autoconsumo, porém, com queda de 5,01 pontos percentuais no período analisado, chegando a 81,72% a quantidade de famílias que produziram esse produto para o autoconsumo no ano de 2015, Figura 4. A mandioca também é um item bastante produzido para o autoconsumo, presente em 80,65% dos lotes, no ano de 2015. A carne bovina aparece em sexto lugar na participação no ano de 2015, mas nota-se que apresentou grande crescimento no período analisado, no ano de 2013 cerca de 7,14% das famílias produziam para autoconsumo passando para 20,65% em 2014 e 39,78% no ano de 2015. Porém, os itens básicos da alimentação brasileira - feijão e arroz – apresentaram uma representatividade mais baixa de produção para consumo de subsistência, pois a produção desses produtos tem como principal objetivo a comercialização.

Apesar de existir a produção para subsistência, constata-se que a maior parte dos alimentos consumidos pelas famílias são comprados no comércio, como pode ser visto na Figura 5, mesmo que a porcentagem tenha caído ao longo dos anos de estudo, ainda ficou em 78,65% no ano de 2015. Enquanto o número de famílias, cujos alimentos consumidos são totalmente adquiridos fora do lote, também apresentou queda no percentual ao longo do período estudado. Somando essas duas porcentagens tem-se um resultado que traz uma preocupação, porque ainda grande parcela das famílias depende de comprar seus alimentos fora da propriedade, enquanto poderiam estar utilizando essa renda em outros investimos e partilhando de uma alimentação mais segura.

Figura 5 – Origem dos alimentos consumidos pelos moradores, em porcentagem, período de 2013 a 2015.



Fonte: Resultados da pesquisa.

Ainda, conforme os dados apresentados na Figura 5, pode-se destacar a parcela das famílias em que a maior parte dos alimentos consumidos é produzida no lote e pouca coisa é comprada fora, que correspondeu a 7,65% em 2013 passando para 28,96% no ano de 2014 e para 18,54% no ano de 2015. Esse fato é muito importante, pois todo o processo de reforma agrária visa não apenas o aumento da renda dos assentados mas, também, auxiliar no combate à fome e miséria dessa população. A produção para o autoconsumo das famílias, de acordo com Gazolla (2004), traz aos produtores a autossuficiência alimentar, pois eles não ficam dependentes integralmente de produtos externos. E, além disso, aumenta a possibilidade da comercialização para a produção excedente.

Tanto os dados sobre a produção para autoconsumo e quanto a origem dos alimentos trazem resultados interessantes e positivos. Em seu estudo, Oliveira *et al.* (2011), afirmaram que além da agricultura familiar gerar produção para comercialização, ela também ajuda na produção de alimentos para subsistência possibilitando uma condição de vida mais digna. E, por meio do processo de reforma agrária alcançou-se os resultados da função social desse programa.

Em relação a criação de animais destaque-se, a partir dos dados da Tabela 1, que ao longo dos anos em análise ocorreu aumento na maioria das propriedades, registrado um acréscimo de animais em 61,64%, entre os anos de 2013 e 2015. Merece destaque a vaca leiteira, que apresentou aumento em 266,35% na quantidade de animais no período analisado.

Tabela 1 – Quantidade de animais nas propriedades, por cabeça, períodos de 2013 a 2015.

Animais	2013	2014	2015
Galinhas	3645	4587	5744
Vacas Leiteiras	416	899	1524
Porcos	374	313	1174
Bezerras	222	343	480
Bezerros	155	268	386
Vacas de Corte	111	121	138
Patos	135	214	95
Touros	52	95	86
Peru	50	39	67
Ovelhas	63	63	48
Cavalos	46	38	39
Éguas	17	17	34
Gansos	19	16	23
Cabras	2	0	3
Mulas	1	1	2
Coelhos	4	9	2
Outros	91	108	127
Total	**7416**	**9145**	**11987**

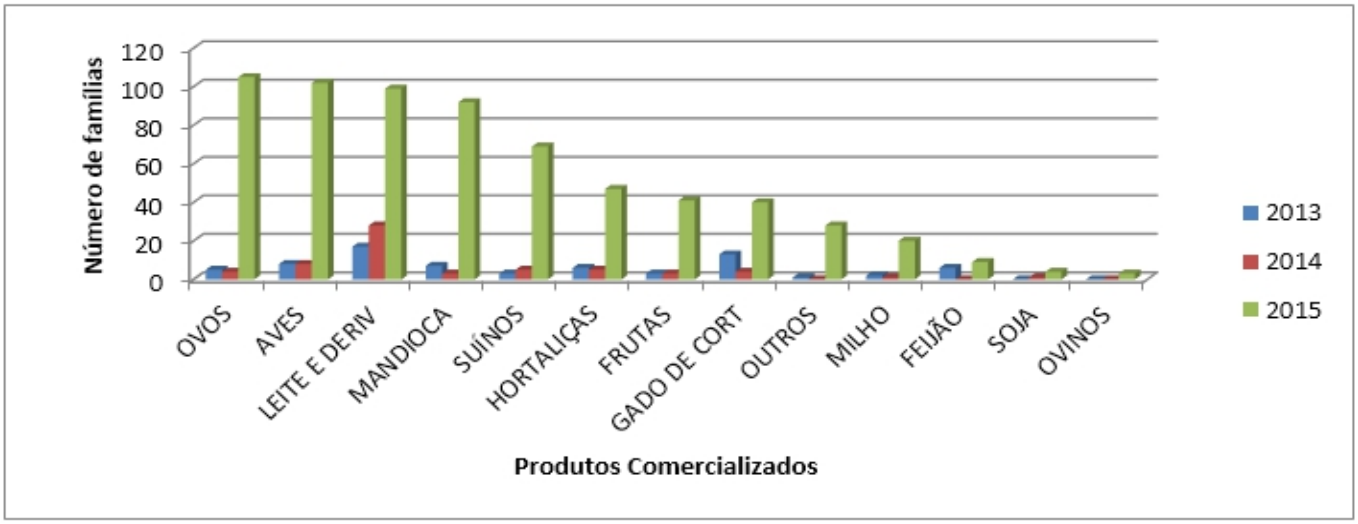
Fonte: Resultados da pesquisa.

A criação de galinhas também merece destaque, como pode ser visto na Tabela 1, pois em todos os períodos analisados apresentou aumento na quantidade de produção em 57,59%. A criação de galinhas, de vaca leiteira e de suínos é importante para a comercialização e geração de renda, são ainda itens bastante presentes na alimentação das famílias. Além disso, sua forma de criação não exige tanta mecanização, ou processos com grande grau de dificuldade.

Destaca-se que a criação de animais pode possuir uma tripla finalidade, de acordo com Oliveira *et al.* (2011), principalmente nos lotes menores: produção para subsistência da família – carnes e leite –, renda auferida através da venda dos produtos e seus derivados e, os animais, que também servem como fonte de reserva de valor, podendo ser vendidos pelo produtor em uma situação de crise.

No que se refere à comercialização dos produtos, na Figura 6 estão os itens que apresentaram crescimento na quantidade de famílias auferindo renda a partir da venda da produção. Como pode ser visto, no ano de 2013, eram cinco famílias que obtinham renda a partir da venda da dúzia de ovos, passando para 105 famílias no ano de 2015. No caso das aves, passou de 8 famílias para 102 no período analisado. Enquanto, leites e derivados aumentaram de 17 para 99 famílias no mesmo período.

Figura 6 – Principais produtos comercializados pelas famílias no assentamento Barra Nova, em frequência de lote, período de 2013 a 2015.

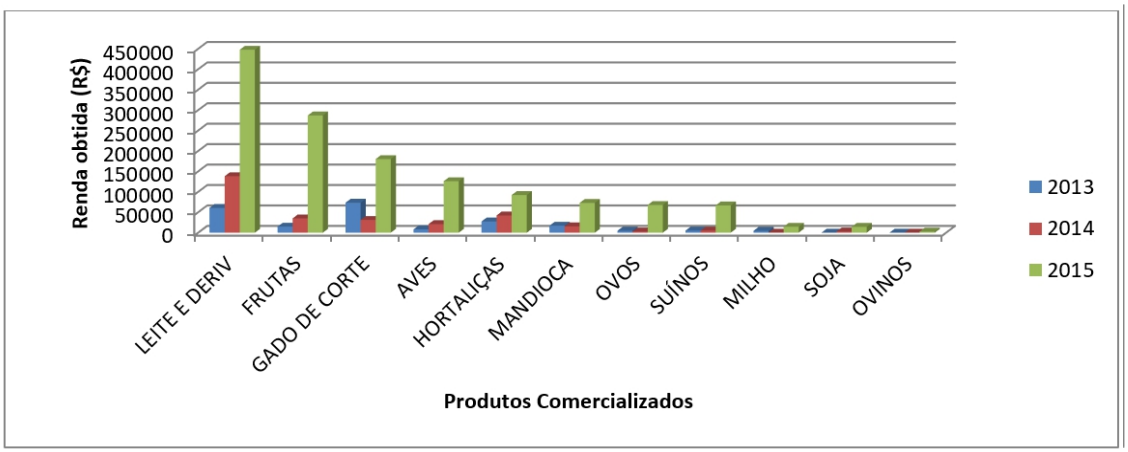


Fonte: Resultados da pesquisa.

Assim, pode-se observar que vários produtos apresentaram crescimentos na quantidade de famílias comercializando e também aumentou a diversificação de produtos comercializados, o que é muito importante para o bem estar das famílias. Conforme aponta Petrini *et al.* (2016) e Tomich *et al.* (2004) isso é importante como forma de renda alternativa, e os assentados não ficarem dependendo de renda de apenas um produto, também assim não sofrem tanto com a pressão para arrendar as terras. A diversificação de produção aumenta a variedade de alimentos disponíveis para o autoconsumo e a venda do excedente, como é o caso das aves, das frutas, hortaliças, mandioca e carne bovina.

Na Figura 7, estão contidas as rendas, que apresentaram crescimento no período, auferidas pelas famílias a partir da comercialização dos itens produzidos na propriedade. O produto que apresentou maior renda da comercialização foi o leite e derivados. Nota-se o aumento da renda obtida pela comercialização de frutas no período de 2013 a 2015, passando a frente das carnes bovina e de aves.

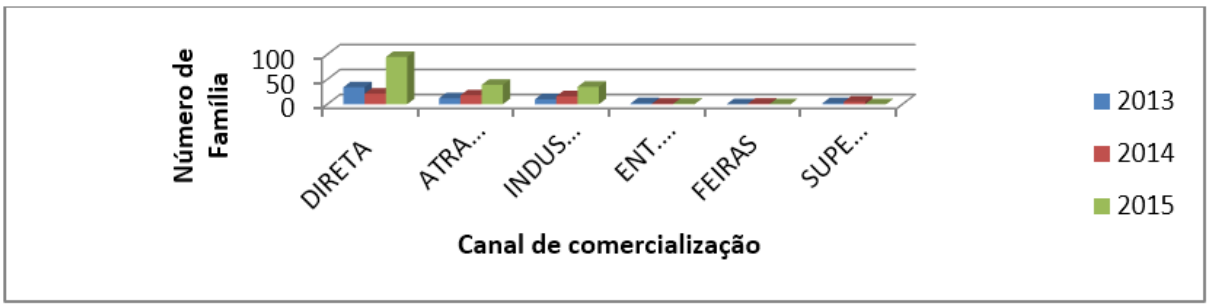
Figura 7 – Total do valor obtido através da comercialização dos produtos comercializados pelas famílias do assentamento Barra Nova, em R$, período de 2013 a 2015.



Fonte: Resultados da pesquisa.

No que se refere à comercialização, na Figura 8 nota-se que a forma mais usada pelos assentados que vende seus produtos no Barra Nova, durante o período em análise, foi a venda direta (de casa em casa) (55,88% das famílias em 2015), a venda para atravessadores (22,94%) e para indústrias e/ou agroindústrias (20,59%).

Figura 8 – Principais formas de comercialização da produção, em porcentagem, período de 2013 a 2015.



Fonte: Resultados da pesquisa.

A venda para entidades públicas ainda é pequena e, conforme já mencionado, poderia ser uma alternativa para o escoamento da produção se os assentados participassem de programas do governo como o PAA e PNAE. Outra solução seria aumentar a venda em feiras e venda para supermercados, ao invés de passar para atravessadores.

Quando questionados sobre a presença de associação que represente os assentados, destaca-se que nos três períodos analisados a maioria disse que existe, sendo que em 2013 esse percentual foi de 67,3% passando para 58,9% e 46,6%, respectivamente, nos anos subsequentes. Pode-se constatar que, possivelmente, exista uma associação, porém aparentemente nem todos os assentados tem acesso à mesma, ou a associação não é tão ativa ou as famílias desconheçam.

Destaca-se que, no assentamento, também não existe cooperativa para ajudar na produção e comercialização dos produtos dos assentados, de acordo com os entrevistados nos períodos analisados. Conforme constatado por Vilpoux (2014) as cooperativas ainda são pouco presentes em assentamento no estado de MS. Porém, este é um fator importante para os assentados conseguirem competitividade de sua produção no mercado local.

Acrescenta-se, que para Sangalli e Schlindwein (2013), ter uma associação ativa auxilia no processo de busca por capacitação, informação e acesso aos programas sociais. Assim, cooperativa e associação é essencial à permanência do produtor no campo. Além disso, Silva *et al.* (2016) afirmam que as práticas cooperativas levam a promoção do desenvolvimento local

sustentável, visto que promove a desconcentração dos benefícios sociais e auxilia na preservação ambiental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste artigo foi analisar as mudanças ocorridas na renda e na produção das famílias a partir da implantação de um projeto de assistência técnica e extensão rural, no assentamento Barra Nova em Sidrolândia em MS, no período de 2013 a 2015. No que se refere ao crédito rural, o número expressivo de famílias que conseguiram o acesso ao crédito de Pronaf, a partir do ano de 2014, pode ter aumentado devido as ações de ATER dentro do assentamento e, a partir desse período, também aumentou o número de famílias que comercializam seus produtos.

Mesmo que a produção para o autoconsumo também tenha apresentado crescimento no período analisado, ainda a maior parte dos produtos consumidos são comprados fora da propriedade. O que é preocupante, uma vez que a produção para autoconsumo também é uma renda para as famílias, com ela diminui a total dependência de produtos externos e aumenta a segurança alimentar.

Quanto à comercialização da produção, notou-se o grande aumento de famílias neste segmento além da diversificação dos produtos, a partir do ano de 2014, principalmente no que refere aos produtos: ovos, aves, leite e derivados, mandioca, suínos e hortaliças. Destaque-se a importância da produção animal, que pode resultar em três fontes de renda: autoconsumo, venda da carne e leite e venda de produtos derivados. Merece destaque a diversificação dos produtos, o que aumenta o leque de fontes de renda e diminui a dependência por apenas uma produção. O processo de diversificação da produção influência tanto a comercialização quanto o autoconsumo.

Em relação aos canais de comercialização, a forma mais utilizada é a venda direta. Porém, políticas de compra por parte do governo poderiam ser um incentivo ao aumento da produção e permanência dos assentados no campo. Uma vez que possibilitaria o desenvolvimento de atividades dentro da propriedade, ao invés de irem trabalhar para agroindústrias ou no comércio da cidade.

No que se refere a composição da renda das famílias, destaque-se que ocorreu aumento da renda através de venda dos produtos produzidos no lote no período analisado. Porém, também constatou-se que as famílias ainda dependem de atividades que não estão ligadas a produção agropecuária na propriedade.

Por fim, constatou-se que, mesmo em curto prazo, ocorreram melhorias no assentamento desde a implantação do Projeto de ATER, porém ainda tem muito a se fazer para atingir o desenvolvimento rural. É preciso continuar a análise, ao longo dos anos subsequentes, para averiguar se as melhorias continuam ocorrendo e aplicar uma metodologia que examine a proporção do impacto desta política no assentamento.

REFERÊNCIAS

BAIARDI, A.; ALENCAR, C. M. M. Agricultura Familiar, seu Interesse Acadêmico, sua Lógica Constitutiva e sua Resiliência no Brasil. *RESR*. Piracicaba – SP, Vol. 52, Supl. 1, p. S045-S062, 2014 – Impressa em Fevereiro de 2015.

BCB - BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar*. Julho, 2016. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/bc_atende/port/PRONAF.asp#1>. Acesso em: 25/08/2016.

BRASIL. *Lei Nº 12.188/2010*, de 11 de janeiro de 2010.

BUARQUE, S. C. *Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável*. Material para orientação técnica e treinamento de multiplicadores e técnicos em planejamento local e municipal. Brasília, DF: IICA, 1999.

CASTRO, *et al*. *Pontes para o Futuro*. 1ª ed. Campinas: CONSEPA, 2005. 149p.

COCA, E. O debate teórico a respeito da reforma agrária. *Terra Plural*. Ponta Grossa, v. 8, jan/jun

2014, p. 77-89.

DIAS, M. N. Políticas públicas de extensão rural e inovações conceituais: limites e potencialidades. *Perspectivas em Políticas Públicas,* Belo Horizonte, V.1, n.1, p. 101-114, jan./jun., 2008. Disponível em < http://revistappp.uemg.br/pdf/artigo4ppp1.pdf>. Acesso em 18/12/2016.

ELLIS, F.; BIGGS, S. *Evolving themes in rural development 1950s-2000s. Development Policy Review*. v. 19, n. 4, p. 437-448. 2001. Disponível em: <http://www.geo.unizh.ch/~backhaus/asien_texte/8_Ellis-etal-2001.pdf> Acesso em: 01/08/2016.

GAZOLLA, Márcio. 2004**.** *Agricultura familiar, segurança alimentar e políticas públicas: Uma análise a partir da produção para autoconsumo no território do Alto Uruguai/RS***.** Porto Alegre-RS: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural/ UFRGS (dissertação de mestrado).

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. Qual "fortalecimento" da agricultura familiar? Uma análise do Pronaf crédito de custeio e investimento no Rio Grande do Sul. *Revista de Economia e Sociologia Rural.* Piracicaba-SP, vol. 51, nº 1, p. 45-68, jan./mar. 2013 – Impressa em abril de 2013.

GOBATTONI, F. *et. al.* Sustainable rural development: The role of traditional activities in Central Italy. *Land Use Policy*. 48. 2015. P. 412-427.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. *Assentamentos.* 2016b. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/assentamento>. Acesso em: 01/03/2016.

_____. Chamada Pública para Seleção de Entidade Executora de Assistência Técnica e Extensão Rural. *Chamada Pública INCRA/SR (16),* nº01/2013. Campo Grande: MS, 2013, 80p.

_____. *Criação de Assentamentos*. 2016e. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/assentamentoscriacao>. Acesso em: 20/05/2016.

_____. *História da Reforma Agrária*. 2016a. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/reformaagraria_historia>. Acesso em: 29/10/2016.

_____. *Mapa assentamento Barra Nova***.** Setor de cartografia. 2016c.

KLUCK, C.; GAZOLLA, M. Pronaf e Desenvolvimento Rural: estudo de caso dos agricultores familiares ecologistas do município de Antônio Prado (RS). In: COTRIM, D. (Orgs). *Desenvolvimento rural e agricultura familiar: produção acadêmica da Ascar.* Porto Alegre – RS: Emater/ RS- Ascar. 2014, 623 p. (*Coleção Desenvolvimento Rural)*.

LOURENZANI, W. L. *et al*. A Qualificação em Gestão da Agricultura Familiar: a experiência da Alta Paulista. *Revista Ciência em Extensão da UNESP***.** v. 4, n.1. 2008.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: Os limites do passado e os caminhos do futuro. *Revista Estudos Avançados.* 16 (44). 2001, p.83-100.

OLIVEIRA, J. *et al.* Reforma Agrária e segurança alimentar: do combate à fome à promoção da agricultura familiar no Pontal do Paranapanema. In: BERGAMASCO, S. M. P. P. *et al. Assentamentos Rurais no Século XXI: temas recorrentes.* Campinas, SP: FEAGRI/UNICAMP; São Paulo: INCRA, 2011, p. 447- 495.

PEIXOTO, M. Extensão Rural no Brasil – uma abordagem histórica da legislação. Consultoria Legislativa do Senado Federal: Centro de Estudos. *Texto para Discussão 48.* Brasília, outubro, 2008, 50p.

PETRINI, M. A. *et al.* Using an analytic hierarchy process approach to prioritize public policies addressing family in Brazil. *Land Use Policy*. Nº 51. 2016. P. 85-94.

PRADO, E. Fundamentos teóricos e prática extensionista. *Cadernos Técnicos de Veterinária e Zootecnia,* Belo Horizonte, n.45, 2004, p.16-38.

SANGALLI, A. R.; SCHLINDWEIN, M. M. Desafios da agricultura familiar: deficiências e potencialidades de desenvolvimento no assentamento rural Lagoa Grande, em Dourados, Mato Grosso do Sul. *Revista ORG & DEMO***.** Marília, v.14, n.2, p7-28, Jul/Dez, 2013.

SILVA, G. B. *et al.* Cooperativismo e Desenvolvimento Sustentável Local: o caso do Espaço Vitória – Cooperativa Conexão Verde Vitória. *Revista Eletrônica Documento Monumento.* V.19, n.1, Nov/2016, Cuiabá-MT, p. 213-229. Disponível em: <http://200.129.241.80/ndihr/revista/revistas-anteriores/revista-dm-19.pdf>. Acesso em: 04/04/2017.

TOMICH, T. R. *et al*. Sistemas produtivos de assentamentos rurais no município de Corumbá, MS. In: IV SIMPÓSIO SOBRE RECURSOS NATURAIS E SÓCIO-ECONÔMICOS DO PANTANAL:

SUSTENTABILIDADE REGIONAL. 2004, Anais. Corumbá: SIMPAN/2004, nov./ 2004. Disponível em: <http://www.cpap.embrapa.br/agencia/simpan/sumario/artigos>. Acesso em: 22/04/2016.

TOQUETTO, A; PELEGRINI, G. Atores Sociais e o Desenvolvimento Rural no Município de Bom Progresso (RS): o caso das famílias do Programa de Fomento à Inclusão Produtiva. In: COTRIM, D. (Orgs). *Desenvolvimento rural e agricultura familiar: produção acadêmica da Ascar.* Porto Alegre – RS: Emater/ RS- Ascar. 2014, 623 p. Disponível em: < http://www.emater.tche.br/site/arquivos_pdf/teses/E_book_3.pdf>. Aceso em: 24/01/2016.

VALADARES, A. A.; LIMA JUNIOR, A. T.; FERREIRA, B.; ALVES, Fábio. O rural na PNAD 2008. In: CASTRO, J. A.; VAZ, F. M. (Orgs.). *Situação Social Brasileira: monitoramento das condições de vida 1*. Brasília: IPEA, 2011. 283 p.

VIANA, G. *et al.* A importância do crédito rural no contexto das grandes regiões do Brasil. *XVI semana Ciências Econômicas:* desenvolvimento regional estratégia de políticas públicas para a região Centro-Sul do Paraná. UNICENTRO, 23 a 27 de Novembro de 2015.

VILPOUX, O. F. Agrarian reform and cooperation between settlers in the Midwest of Brazil: An institutional approach. *Land Use Policy*. V. 39, 2014, p. 65-77.

O DESENVOLVIMENTO DOS MUNICÍPIOS MINEIROS: UMA ANÁLISE DO ISDM 2000 E 2010

Gabriel Teixeira Ervilha
Doutorando em Economia Aplicada - UFV
Departamento de Economia – Universidade Federal de Viçosa (UFV)
gabriel.ervilha@ufv.br

João Eustáquio de Lima
Doutor em Economia Rural – Michigan State University, USA
Departamento de Economia Rural – Universidade Federal de Viçosa (UFV)
jelima@ufv.br

Tiones Ediel Franzen
Mestre em Economia - UFV
Departamento de Economia – Universidade Federal de Viçosa (UFV)
tiones.franzen@ufv.br

RESUMO

Os indicadores são instrumentos de grande importância para controle de gestão, verificação e medição da eficiência e eficácia na administração pública e privada, permitindo a comparação entre diferentes regiões e em períodos distintos. Quanto mais intenso for a heterogeneidade econômica e social de um país/região, maior a necessidade do uso de um indicador que contemple as diversas realidades sociais para facilitar o direcionamento de políticas públicas específicas. Dentro desse contexto, o presente trabalho tem o objetivo de verificar quais são os determinantes do desenvolvimento municipal em Minas Gerais, através do Indicador Social de Desenvolvimento dos Municípios (ISDM), para os anos de 2000 e 2010. Por meio da análise discriminante, verificou-se que 14 subindicadores tiveram poder de discriminação nos dois períodos, com destaque para os indicadores de pobreza, da formalização e acesso ao trabalho, as condições de saneamento básico dos domicílios, os indicadores de mortalidade e da educação básica. Na evolução dos fatores discriminantes do desenvolvimento municipal, verifica-se que as inúmeras políticas públicas tiveram impactos importantes para as municipalidades mineiras, contudo, com poucas exceções, tais políticas ainda não foram capazes de eliminar as disparidades geossociais em Minas Gerais.

Palavras-chave: Desenvolvimento municipal. Análise discriminante. Políticas Públicas.

ABSTRACT

The indicators are very important tools for management control, verification and measurement of efficiency and effectiveness in public and private organizations, allowing comparison between different regions and in different periods. The more intense economic and social heterogeneity of a country / region, the greater the need to use an indicator that addresses the various social realities to facilitate the targeting of specific public policies. In this context, this study aims to determine which are the determinants of municipal development in Minas Gerais, Brazil, through the Municipal Development Social Indicator (ISDM) for the years 2000 and 2010. Through discriminant analysis, it was found that 14 indicators had discriminatory power in the both periods, with emphasis on poverty indicators, formalization and access to job, the sanitation conditions of households, mortality indicators and basic education. In the evolution of the discriminant factors of municipal development, it appears that the numerous public policies have had important impacts on the municipalities in Minas Gerais, however, with few exceptions, these policies have not been able to eliminate the disparities in Minas Gerais.

Keywords: Municipal development. Discriminant analysis. Public policy

REVISTA ELETRÔNICA DOCUMENTO MONUMENTO 21
REDM
NDIHR
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICA REGIONAL NDIHR

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento socioeconômico começa a tomar forma e importância a partir da metade do século XX, impulsionado por uma visão cada vez mais presente na teoria de que o crescimento econômico constitui apenas uma condição necessária, porém não suficiente para o desenvolvimento socioeconômico. A criação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a publicação do Relatório do Desenvolvimento Humano, em 1990, de certa forma, teve como objetivo romper a ambiguidade de identificação do desenvolvimento e crescimento econômico (VEIGA, 2005).

O número reduzido de dimensões (educação, longevidade e renda) tornou o IDH uma medida simples e comparativamente aceita em quase todos os países. Posteriormente, este índice deu espaço a outros indicadores compostos[1] que incorporam uma gama maior de *proxies* para melhorar o nível de informações meso e microrregionais de cada país. No caso brasileiro, podem ser citados o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM) e o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM).

Os indicadores de terceira geração são um importante avanço na construção de um aperfeiçoamento da relação entre sociedade e governo e também dispõem de informações mais confiáveis. Além disso, estes indicadores possibilitam aproximar o diálogo entre a sociedade e governo, facilitando esforços da gestão destinados a melhorar a avaliação e implementação de políticas públicas locais (KAYANO e CALDAS, 2001).

Aperfeiçoando-se em relação ao IDH e na busca de indicadores que compõem características mais abrangentes com especificidades municipais e federativas, o Indicador Social de Desenvolvimento dos Municípios (ISDM) surge como uma medida multidimensional que contempla diferentes aspectos relacionados ao bem-estar e possui o potencial de auxiliar na formulação de políticas públicas. Construído pelo Centro de Microeconomia Aplicada da Fundação Getúlio Vargas (C-MICRO/EESP - FGV), o ISDM incorpora cinco dimensões: Habitação, Renda, Trabalho, Saúde e Segurança e Educação.

A grande heterogeneidade econômica e social no Brasil, refletida em um dos piores índices de desigualdade social do mundo ao longo das últimas décadas, caracteriza um cenário em que, apesar das políticas voltadas ao aumento da renda para a classe de extrema pobreza, o bem-estar de uma sociedade engloba muitos outros fatores além do poder econômico dos indivíduos. Fatores como educação, saúde, segurança pública, habitação e mercado de trabalho são fundamentais para prover uma vida satisfatória para a sociedade. Um indicador que contemple essas dimensões, favorece o nível informativo para a formulação de políticas públicas que elevem o bem-estar geral.

Dentro deste contexto, Minas Gerais vem mantendo-se como o sétimo estado com melhor ISDM, apresentando crescimento do indicador para todas as dimensões, com exceção da Saúde e Segurança que manteve-se constante, mas, ainda assim, registrando o terceiro melhor resultado em nível nacional. Ainda que Minas Gerais assuma uma posição de razoável destaque no país, o Estado apresenta uma clara divisão geossocial, isto é, dividido entre uma região Sul e parte da região Oeste com alto desenvolvimento socioeconômico e regiões Norte e Sudeste com valores pouco satisfatórios.

Tendo em vista essa disparidade social em Minas Gerais, o objetivo deste trabalho é contribuir na descrição do comportamento socioeconômico dos municípios mineiros através da utilização de um indicador que mensura o desenvolvimento municipal - o ISDM - e averiguar se as principais políticas dos governos federal e estadual com foco assistencialista/social estão refletindo em melhorias das dimensões que compõem o ISDM. Além disso, o estudo propõe verificar quais são os subindicadores que mais discriminam os municípios entre níveis de desenvolvimento municipal acima da média nacional (ISDM > 5) e abaixo da média brasileira (ISDM < 5) e se houve mudança em relação a estes discriminantes no período de análise. Dessa forma, pretende-se verificar o impacto das políticas públicas entre 2000 e 2010 e identificar quais os pontos focais a serem considerados na redução das disparidades regionais em Minas Gerais.

Além desta introdução, o artigo está estruturado em outras quatro seções. A próxima seção apresenta a importância dos indicadores para as políticas públicas sociais e uma breve descrição do ISDM. Na seção 3 faz-se uma exposição da metodologia utilizada, enquanto que a quarta

contém os resultados da pesquisa. Por fim, são apresentadas as considerações finais do estudo.

INDICADORES, DESENVOLVIMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS

Os indicadores caracterizam-se como instrumentos de grande importância para controle de gestão, verificação e medição da eficiência e eficácia na administração pública e privada, permitindo a comparação entre diferentes regiões (municípios, federações e países) e em períodos distintos. Os indicadores, além de aumentarem a transparência da gestão pública, facilitam a fiscalização, controle e acompanhamento da situação social e econômica de cada região (KAYANO e CALDAS, 2001).

No âmbito das políticas públicas, segundo Jannuzzi (2002):

> Os indicadores sociais se prestam a subsidiar as atividades de planejamento público e formulação de políticas sociais nas diferentes esferas de governo, possibilitam o monitoramento das condições de vida e bem-estar da população por parte do poder público e sociedade civil e permitem aprofundamento da investigação acadêmica sobre a mudança social e sobre os determinantes dos diferentes fenômenos sociais. Em uma perspectiva programática, o indicador social é um instrumento operacional para monitoramento da realidade social, para fins de formulação e reformulação de políticas públicas.

Ao fazer referência às políticas públicas, os indicadores são mecanismos pelos quais são produzidas informações que abrangem os resultados do investimento de recursos na criação e implementação destas políticas. O que demanda a formulação e execução de políticas públicas sociais é a necessidade de sanar problemas existentes na sociedade, afetando, principalmente, a parcela mais carente da população, que necessita de serviços garantidos pelo estado, seja na saúde, educação, segurança ou demais serviços.

No que concerne aos indicadores de desenvolvimento de um território, durante muito tempo utilizou-se uma medida de produção nacional, deixando de lado as teorias que confrontavam as definições de crescimento e desenvolvimento. Diante das críticas ao tratar o desenvolvimento e bem-estar de uma sociedade apenas por uma questão monetária, muita atenção foi dispendida na elaboração de um conjunto de indicadores que representasse a realidade socioeconômica de um país, estado, município ou território. Após a construção de vários índices de desenvolvimento a partir da década de 1960, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) despontou como o mais importante retrato do nível de bem-estar das nações (STANTON, 2007).

Em um contexto regional, os indicadores de desenvolvimento passaram a também assumir um papel de destaque, com desdobramentos e aplicações em níveis regionais menos abrangentes, como estados e municípios (BOHN, ERVILHA e DALBERTO, 2015).

Inserido neste contexto, o Indicador Social de Desenvolvimento dos Municípios (ISDM) visa, através de um único indicador, sintetizar vários aspectos referentes ao desenvolvimento de um município. Abrangendo cinco dimensões, o ISDM é composto por habitação, trabalho, renda, saúde e segurança e educação. Além disso, cada uma das cinco dimensões é composta por um subconjunto de indicadores que, de maneira geral, contemplam as principais características que formam cada dimensão[2].

O ISDM abrange todos os 5.565 municípios brasileiros e é construído de maneira a indicar que quanto maior o seu valor, maior o nível de desenvolvimento do município. Ele é obtido como uma média simples dos indicadores de cada dimensão, que são estabelecidos numa escala de 0 a 10, e, portanto, o ISDM também varia nessa escala. Além disso, o indicador representa o desempenho destes municípios em relação à média do Brasil, ou seja, é relativo e varia em função do desempenho do município comparado com a média da performance de todos os municípios brasileiros. Dessa forma, os indicadores agregados das dimensões e o ISDM são normalizados de forma que cada um deles represente o desvio em relação à média do Brasil, normalizada para 5, proporcionando consistência na comparação entre todos os municípios do país (FGV, 2012a).

Neste ínterim, o ISDM distingue-se dos demais indicadores como IDHM e IFDM em nível municipal por apresentar, além das três dimensões presentes nestes índices (educação, renda e saúde), indicadores relacionados à habitação e ao trabalho. Em sua composição, essas cinco dimensões consistem em um conjunto de indicadores básicos[3]. Esses atributos fazem com que o

ISDM apresente um nível maior de informações e precisão, remetendo um poder maior na consistência e eficiência de políticas públicas específicas direcionadas para o município. Porém, como parte da base de dados do ISDM engloba dados decenais, o indicador está disponível apenas para dois anos, 2000 e 2010.

Segundo Jannuzzi (2002), em uma perspectiva aplicada às características do sistema de estatísticas públicas no Brasil, é difícil dispor de indicadores sociais que gozem de todas as informações e características sociais, cabendo ao analista avaliar os *trade-offs* do uso das diferentes medidas, dependendo do escopo e propósito da pesquisa.

A grande heterogeneidade da situação econômica e social dos indivíduos brasileiros, em suas diferentes esferas, demanda o uso de um indicador que englobe o maior número de informações possíveis. Desta forma, pode-se comparar diferentes dimensões como renda e habitação ou comparar indicadores básicos que compõem as dimensões, como, por exemplo, proporção de pessoas com renda domiciliar *per capita* abaixo da linha de pobreza com a proporção de pessoas que vivem em domicílio com acesso à água canalizada, eletricidade, coleta de lixo, etc.

O nível desagregado de informações incluídas nas cinco categorias do ISDM facilita a comparação entre municípios e também no tempo, a fim de avaliar o comportamento e a situação de fatores sociais que, direta ou indiretamente, são afetados por políticas públicas nas esferas municipal, estadual ou federal.

METODOLOGIA

O procedimento empírico deste estudo segue o objetivo específico apresentado. Dessa forma, a fim de identificar quais são as variáveis/indicadores que efetivamente discriminam os grupos de municípios em relação à condição de desenvolvimento municipal, através do ISDM, utilizar-se-á a técnica estatística multivariada de análise discriminante. Adicionalmente apresenta-se a base de dados utilizada.

Análise Discriminante

A análise discriminante consiste em um método de estatística multivariada que possibilita a classificação de elementos de uma dada amostra de acordo com grupos previamente conhecidos, sendo também possível elaborar uma regra de classificação a ser utilizada para enquadrar eventuais novas observações nos grupos existentes (MINGOTI, 2005). De acordo com Malhotra (2011), a análise discriminante é uma técnica de análise de dados em que a variável dependente tem natureza categórica (separa os elementos em dois ou mais grupos) e as variáveis independentes têm natureza métrica.

Malhotra (2011) apresenta como objetivos da análise discriminante: (i) Estabelecer funções discriminantes, ou combinações lineares das variáveis independentes, que melhor discriminem entre as categorias da variável dependente (grupos); (ii) Verificar se existem diferenças significativas entre os grupos, em termos das variáveis independentes; (iii) Determinar as variáveis independentes que mais contribuem para a diferença entre os grupos; (iv) Classificar os casos em um dos grupos com base no valor das variáveis independentes; e (v) Avaliar a precisão da classificação.

Dependendo do número de categorias da variável dependente, a técnica de análise discriminante pode ser de dois grupos, onde é deduzida somente uma função discriminante, ou múltipla, onde pode ser estimada mais de uma função. Neste estudo a técnica utilizada será a de dois grupos.

A análise discriminante reduz o número de variáveis para um número menor de parâmetros, que são funções discriminantes linearmente dependentes das variáveis originais. Os coeficientes da função discriminante indicam a contribuição da variável original para a função. O modelo é dado de acordo com a equação:

$$Y_{jk} = \beta_0 + \beta_1 . X_{1k} + \beta_2 X_{2k} + \ldots + \beta_n X_{nk} \quad (01)$$

onde Y_{jk} é o escore discriminante da função discriminante *j* para o município *k*; β_n é o peso discriminante atribuído a cada variável independente *i*; e X_{ik} é o valor da variável discriminante *i* para o município *k*. Os coeficientes β_n são estimados de modo a diferenciar os grupos ao máximo.

O processo estatístico da Análise Discriminante (AD) pode ser dividido em seis estágios: (i) Definição dos objetivos; (ii) Pesquisa para a AD; (iii) Hipóteses da AD; (iv) Estimação do modelo de AD; (v) Interpretação dos resultados; e (vi) Validação dos resultados (HAIR et al., 2009).

Um método usual na Análise Discriminante é o *stepwise*, que seleciona as variáveis para entrar na análise, baseando-se nas suas capacidades de discriminação. O processo inicia-se selecionando a variável que apresenta maior valor de discriminação. Essa variável é pareada com as demais variáveis, uma de cada vez, e o critério de seleção é novamente comparado. A variável que, em conjunto com a primeira selecionada, produzir o melhor valor para o critério é a segunda variável escolhida para entrar na análise. Sequencialmente, de forma semelhante, todas as demais variáveis são testadas através do critério de seleção, até que todas sejam ordenadas pelas suas capacidades de discriminação (SHARMA, 1996).

O método de decisão estatística para o caso de dois grupos classifica uma observação no Grupo 1 se:

$$Y \geq \frac{\bar{Y}_1 + \bar{Y}_2}{2} + ln\left[\frac{p_2 C(1/2)}{p_1 C(2/1)}\right] \quad (02)$$

e outra observação será classificada no Grupo 2 se:

$$Y < \frac{\bar{Y}_1 + \bar{Y}_2}{2} + ln\left[\frac{p_2 C(1/2)}{p_1 C(2/1)}\right] \quad (03)$$

em que Y é o valor discriminante para uma dada observação $\bar{Y}_j$ é valor discriminante médio para o grupo j; p_j é a probabilidade prévia do grupo j; e C (1/2)é o custo de classificação incorreta dentro do grupo i de uma observação que pertence ao grupo j.

Para a determinação da significância da função de discriminação, de acordo com Malhotra (2011), pode-se testar estatisticamente a hipótese nula, de que as médias de todas as funções discriminantes em todos os grupos sejam iguais. Para Hair et al. (2009), um dos métodos mais utilizados para identificar o poder discriminatório de uma variável é o teste Lambda de Wilks (L*). Este teste considera como critério de seleção de variáveis o valor da Estatística *F* Multivariada, para o teste da diferença entre os centroides dos grupos. A variável que maximiza o valor da estatística *F* também minimiza o L*, que é uma medida de discriminação entre os grupos.

Posteriormente, é realizada a interpretação dos resultados e, por fim, procede-se com a avaliação da validade da análise discriminante, em que os coeficientes β_n estimados são multiplicados pelos valores das variáveis independentes na amostra retida, a fim de gerar valores discriminantes para os casos nessa amostra (MALHOTRA, 2011).

Para consultas mais detalhadas sobre a análise discriminante, recomenda-se referências como Hair et al. (2009), Johnson e Wichern (2007), Malhotra (2011) e Mingoti (2005).

Procedimento proposto

A fim de verificar quais são os principais determinantes que diferenciam os grupos de municípios em relação à condição de desenvolvimento municipal em Minas Gerais, através do

Indicador Social de Desenvolvimento dos Municípios (ISDM), este estudo utilizar-se-á da técnica multivariada de análise discriminante, aplicada aos 28 subindicadores do ISDM. Tal abordagem permite um estudo mais aprofundado e específico para cada fator discriminado, o que favorece a avaliação e um possível redimensionamento de política pública, ao qual, tornar-se-ia uma melhora do indicador social.

Através da própria metodologia adotada pela FGV ao construir o ISDM, pela média simples de cada dimensão, em que estes indicadores são normalizados de forma que cada um represente o desvio em relação à média nacional, dividiu-se os municípios em dois grupos, acima e abaixo da média, normalizada em 5, conforme o valor agregado do ISDM[4].

Utilizou-se o método discriminante para verificar quais indicadores inseridos dentro de cada categoria caracterizam mais as diferenças entre os dois grupos. Essa técnica procura derivar uma função de combinação linear que melhor discrimina os dois grupos entre si, fazendo que se obtenha um conjunto de coeficientes para cada variável explicativa e que classifique precisamente cada elemento observado nos grupos previamente definidos (SILVA e REVORÊDO, 2005).

Dessa forma, o coeficiente discriminante é o peso das variáveis em discriminar o comportamento dos elementos sobre a finalidade de determinada análise. Mais especificamente, busca-se neste estudo verificar quais indicadores dentro de cada uma das cinco dimensões têm poder de influenciar mais o ISDM, no caso de Minas Gerais.

Para a análise discriminante do presente estudo, optou-se por dividir os 853 municípios mineiros em dois grupos, levando em consideração a normalização adotada pela metodologia do ISDM. O Grupo 1 representa os municípios que possuem um indicador com valor de 0 a 5 e o Grupo 2 entre 5 e 10, ou seja, municípios com um indicador de desenvolvimento abaixo e acima da média brasileira normalizada.

O período analisado compreende os anos de 2000 e 2010[5]. Pretende-se, portanto, fazer uma análise discriminante para estes dois anos, a fim de decompor os subindicadores que determinam o ISDM para cada período e também, de forma comparativa, verificar as mudanças que ocorreram de um período para outro.

RESULTADOS

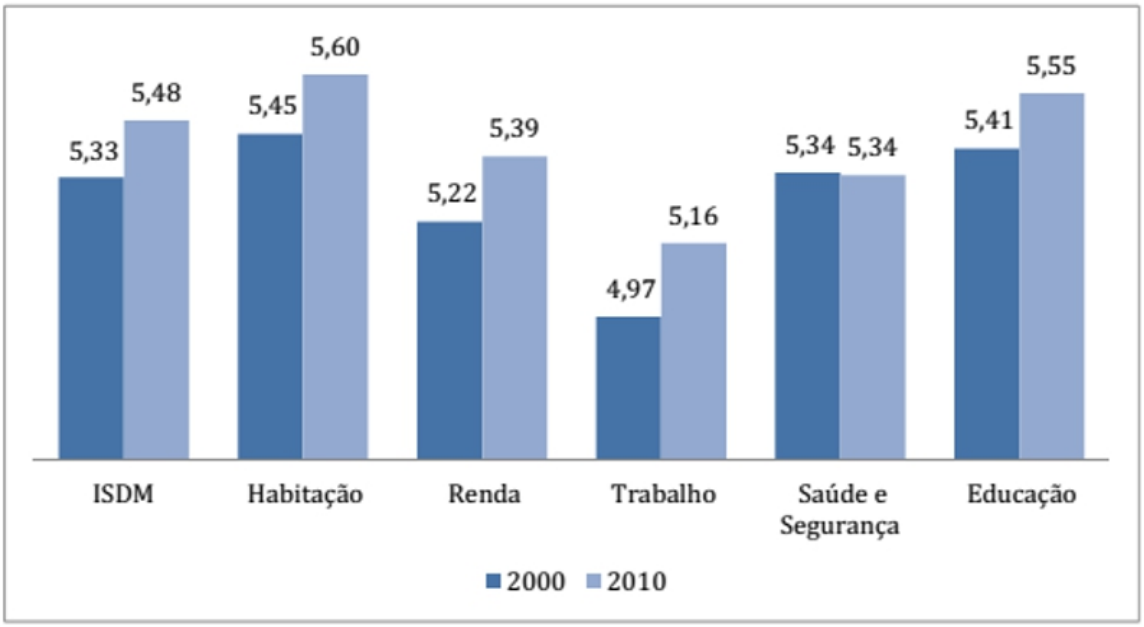
Panoramas geral do ISDM e seus componentes em Minas Gerais

Inicialmente faz-se uma descrição sobre a posição e o comportamento do ISDM e suas dimensões para os períodos de 2000 e 2010, a fim de relacioná-los com a média brasileira e, desta forma, situar as condições socioeconômicas do Estado de Minas Gerais.

Minas Gerais manteve-se com o sétimo maior valor do ISDM dentre os estados brasileiros nos dois períodos analisados, atrás do Distrito Federal e dos estados de São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Paraná. Em termos de variação, Minas Gerais obteve a quarta maior alta, sendo que dez estados apresentaram variações negativas, e em comparação aos seis estados acima mencionados obteve a maior variação absoluta, ou seja, apesar da amostra envolver apenas dois anos base, Minas Gerais está aproximando-se dos estados com maiores indicadores sociais de desenvolvimento.

Na Figura 1, que destaca o ISDM mineiro e as suas dimensões, pode-se observar que o valor do ISDM em 2000 e 2010 foi de 5,33 e 5,48, respectivamente. Minas Gerais apresentou um aumento em relação à média do Brasil entre 2000 e 2010 em todas as dimensões, exceto Saúde e Segurança. A dimensão Trabalho foi onde o Estado apresentou maior melhoria relativa no indicador, passando de 4,97 em 2000 para 5,16 em 2010, exibindo valores acima da média do Brasil em todos os componentes desta dimensão. Já Habitação aumentou duas posições no *ranking* entre as unidades federativas, da quarta para a segunda posição entre 2000 e 2010. A dimensão Saúde e Segurança manteve-se constante nos dois anos, perdendo a segunda posição para o Distrito Federal. Por fim, as dimensões Renda e Educação obtiveram uma melhora, relativamente aos demais estados.

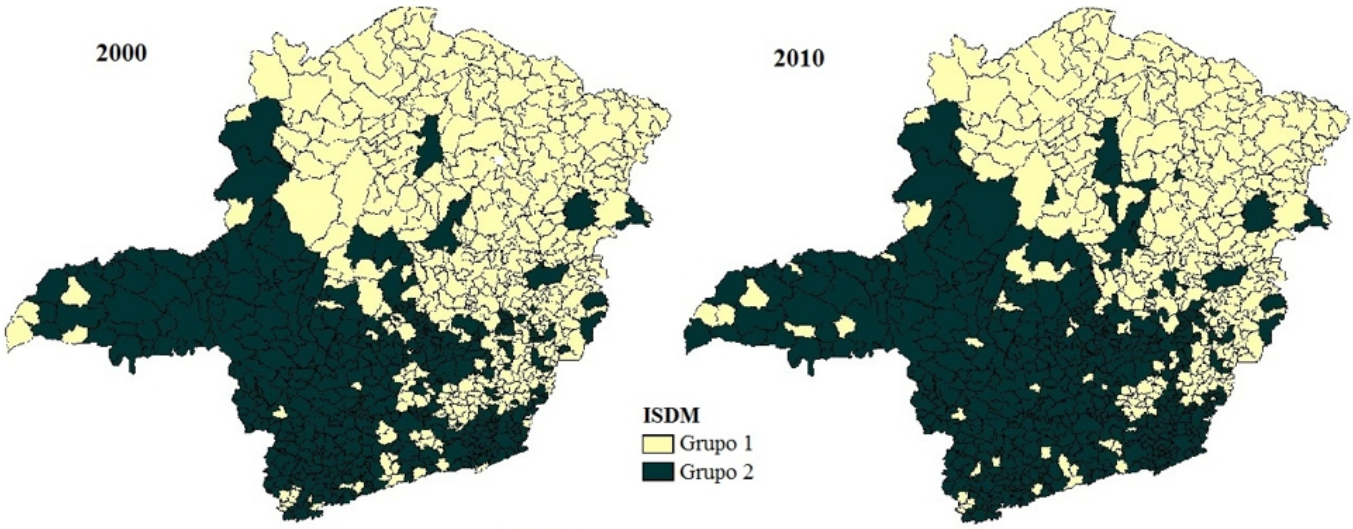
Figura 1 – Desempenho do ISDM e suas dimensões para o Estado de Minas Gerais em 2000 e 2010



Fonte: (FGV, 2012b).

Na Figura 2 é apresentada a distribuição espacial dos municípios mineiros em dois grupos, o Grupo 1 representa os municípios que obtiveram o indicador ISDM abaixo de 5 e valores acima representam o Grupo 2. Entre o total de 853 municípios mineiros, 418 encontram-se com valores superiores a 5 em 2000 e 493 em 2010. Este resultado mostra um considerável aumento de municípios que deixaram de pertencer ao primeiro grupo, elevando o valor de seu indicador social de desenvolvimento.

Figura 2 – Distribuição espacial dos municípios mineiros para o ISDM



Fonte: Elaboração própria.

Outra característica interessante de Minas Gerais é a relativa concentração espacial bem definida entre as partes sul e norte do Estado. O maior número de municípios que encontram-se com valores de ISDM abaixo da média brasileira estão nas mesorregiões norte – Jequitinhonha, Vale do Mucuri e Rio Doce. Segundo o Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado - PMDI (MINAS GERAIS, 2011), os municípios localizados no norte e nordeste são historicamente marcados pelo fraco dinamismo econômico e pelo baixo grau de integração a mercados, cujas consequências

são visíveis na baixa qualidade dos seus indicadores socioeconômicos.

Os discriminantes do desenvolvimento dos municípios mineiros

A fim de verificar quais são os subindicadores que mais discriminam o desenvolvimento municipal mineiro, através do ISDM, e se houve mudanças em relação a estes discriminantes no período de 2000 e 2010, procede-se com a aplicação da técnica de análise discriminante e, consequentemente, os testes referentes à qualidade de ajuste da mesma aos dados utilizados.

A Tabela 1 descreve, em ordem hierárquica de discriminação, os fatores discriminantes entre os grupos 1 e 2 para o ano de 2000, suas respectivas médias e desvios padrão.

Tabela 1 - Médias e desvios das variáveis discriminantes entre os grupos (ISDM 2000)

Variável	Média Grupo 1	Média Grupo 2	Média Geral	Desvio Padrão*
1. Linha de pobreza (R1)	50,67	21,99	36,61	18,11
2. Formalização entre os empregados (T1_2)	39,25	56,41	47,66	14,87
3. Esgotamento sanitário (H4)	31,59	65,78	48,34	26,65
4. Mortalidade (<5 anos) (S1_2)	77,53	73,25	75,43	26,41
5. Linha de extrema pobreza (R2)	25,46	6,53	16,18	13,19
6. Trabalho infantil (T2_1)	10,77	10,61	10,69	5,63
7. Coleta de lixo (H1)	38,98	73,32	55,80	23,50
8. Ocupação (T1_1)	87,39	90,47	88,90	6,46
9. Água canalizada (H3)	70,52	95,40	82,71	19,80
10. Crianças na creche (E1_1)	3,31	5,37	4,32	4,54
11. Crianças na pré-escola (E1_2)	46,56	61,32	53,79	15,77
12. Mortalidade de 5 a 74 anos (S2_2)	74,17	73,93	74,05	13,85
13. Mortalidade infantil (S1_1)	28,26	22,46	25,42	47,99
14. Indivíduos não alfabetizados (E3_3)	25,47	12,61	19,17	9,21

* Desvio padrão geral

Fonte: Resultados da pesquisa.

Entre as 14 variáveis que mais discriminam os grupos 1 e 2, observa-se a incidência de componentes das cinco dimensões do ISDM. Com relação à dimensão Renda, observa-se a importância dos dois componentes, a saber: percentual da população com renda *per capita* abaixo de R$140,00 (R1) e abaixo de R$70,00 (R2) na discriminação dos grupos 1 e 2 do ISDM. Nos municípios do Grupo 1 mais da metade da população encontra-se na linha de pobreza e mais de 25% está abaixo da linha de pobreza extrema. Em contrapartida, nos municípios do Grupo 2, que possuem ISDM acima de 5, a incidência da pobreza e da extrema pobreza é bem inferior ao Grupo 1, mas não pode ser considerado um índice baixo (21,99% e 6,53%, respectivamente). Esses resultados demonstram a grande disparidade entre os municípios mineiros quanto a renda e as altas taxas referentes à pobreza no início dos anos 2000 em todo o Estado.

Na dimensão Trabalho, o destaque é o percentual dos empregados ocupados no setor formal (T1_2), superior nos municípios do Grupo 2. No Grupo 1 a taxa de formalização entre os

empregados é inferior a 40%, o que também agrava os fatores referentes ao acesso a uma renda mínima e condições básicas de saúde e educação. Os outros indicadores da dimensão Trabalho que discriminam os grupos segundo o ISDM são o percentual das crianças de 10 a 14 anos que se encontram trabalhando ou procurando emprego (T2_1) e percentual da população economicamente ativa ocupada (T1_1). Apesar desses dois componentes possuírem valores médios mais próximos para ambos os grupos, os mesmos não deixam de caracterizar-se como fatores essenciais na definição do município pertencer ao Grupo 1 ou ao Grupo 2.

Diante das condições referentes à renda e ao trabalho, a dimensão Habitação reforça as diferenças entre os grupos de municípios segundo o desenvolvimento municipal. As condições relacionadas ao acesso ao esgotamento sanitário (H4), à coleta de lixo (H1) e a água canalizada (H3) são consideravelmente superiores nos municípios com ISDM superior à média brasileira (normalizada para 5).

A dimensão Saúde e Segurança também apresenta-se como destaque ao discriminar os grupos segundo o ISDM. As taxas referentes à mortalidade em todas as faixas etárias (infantil (S1_1), infantil por causas evitáveis (S1_2) e mortalidade de 5 a 74 anos por causas evitáveis (S2_2)) foram fatores discriminantes, mesmo que as médias dos grupos possam parecer similares em uma simples análise visual. A relação entre as taxas de mortalidade, principalmente as infantis, com as questões de saneamento básico e de condições gerais de vida potencializam tais indicadores, que se destaca nas regiões marcadas pela forte desigualdade social, como as regiões Norte e Nordeste do Brasil, incluindo a parte norte de Minas Gerais.

Por fim, mas não menos importante, as variáveis relacionadas ao acesso à educação também destacaram-se na discriminação dos municípios mais e menos desenvolvidos socialmente. O acesso das crianças à creche (E1_1) e à pré-escola (E1_2) bem como o percentual de indivíduos não alfabetizados (E3_3) foram fundamentais no processo de discriminação. No início dos anos 2000, o acesso à Educação Infantil, de responsabilidade dos poderes municipais, ainda era precário, devido principalmente à falta de recursos por parte dos agentes municipais e da obrigatoriedade constitucional de acesso à escola somente a partir dos 7 anos de idade. Dessa forma, para garantir um padrão mínimo de acesso ao ensino, a ação da União, mediante assistência técnica e financeira, era fundamental. Ademais, não havia uma infraestrutura de controle ao acesso e frequência nas escolas, nem políticas amplas relacionadas a alfabetização de jovens e adultos.

É possível, ainda, especificar a função discriminante, que indica a capacidade relativa das variáveis independentes em prever o comportamento da variável dependente. Para 2000, a função discriminante é dada por:

$$\begin{aligned} Y = {} & -0{,}275\,H1 + 0{,}298\,H3 - 0{,}272\,H4 + 1{,}095\,R1 - 0{,}449\,R2 - 0{,}207\,T1\_1 \\ & - 0{,}262\,T1\_2 + 0{,}223\,T2\_1 + 0{,}103\,S1\_1 + 0{,}221\,S1\_2 + 0{,}108\,S2\_2 \\ & + 0{,}167\,E1\_1 - 0{,}123\,E1\_2 + 0{,}161\,E3\_3 \end{aligned} \qquad (04)$$

Os resultados dos indicadores da qualidade de ajustamento da função discriminante mostram a capacidade de discriminação para a função, através da variância da variável dependente explicada pela função (*eigenvalue*) e da alta correlação canônica, que é o percentual de variância da variável dependente discriminado pelas variáveis independentes. O Lambda de Wilks, que testa a significância do *eigenvalue* para a função, foi de 0,260. Pelo teste de qui-quadrado, a função é significativa a 1%, ou seja, apropriada para a análise discriminante.

Adicionalmente, uma forma de verificar a taxa de sucesso da previsão dos municípios de um grupo utilizando-se a função discriminante é verificar o número desses municípios classificados corretamente, ou seja, usando os escores discriminantes individuais, pode-se prever se um município faz parte do Grupo 1 ou do Grupo 2. Após a previsão, compara-se o grupo indicado pela função discriminante com o verdadeiro grupo ao qual o município pertence. Em 2000, para o Grupo 1, do total de 435 municípios pertencentes a este, 418 (96,1%) municípios são classificados corretamente e para o caso do Grupo 2, do total de 418 municípios, tem-se a aprovação de classificação de 406 (97,1%) municípios. O resultado mostra-se satisfatório, uma vez que classifica corretamente, em média, 96,6% de todos os casos.

Em 2010, semelhante a 2000, as 14 variáveis que mais discriminam os grupos segundo o

desenvolvimento municipal também englobam as cinco dimensões do ISDM. Na Tabela 2 são apresentados os resultados para o ano de 2010.

Tabela 2 - Médias e desvios das variáveis discriminantes entre os grupos (ISDM 2010)

Variável	Média Grupo 1	Média Grupo 2	Média Geral	Desvio Padrão*
1. Linha de pobreza (R1)	29,35	11,16	18,84	11,60
2. Formalização entre os empregados (T1_2)	44,58	66,32	57,14	15,56
3. Esgotamento sanitário (H4)	35,74	69,37	55,18	26,22
4. Domicílio Próprio (H5)	78,56	73,81	75,82	8,73
5. Indivíduos não alfabetizados (E3_3)	20,48	9,74	14,27	7,17
6. Mortalidade de 5 a 74 anos (S2_2)	76,56	74,06	75,12	10,72
7. Mortalidade (<5 anos) (S1_2)	68,22	64,23	65,91	29,50
8. Trabalho infantil (T2_1)	10,61	7,10	8,58	5,05
9. Ocupação (T1_1)	92,59	94,27	93,56	3,19
10. Coleta de lixo (H1)	56,17	84,62	72,62	19,38
11. Crianças na série adequada (E2_4)	87,22	89,43	88,50	4,87
12. Densidade no domicílio (H6)	59,32	64,56	62,35	7,50
13. Frequência na escola (15-17 anos) (E3_1)	79,33	82,88	81,39	6,60
14. Linha de extrema pobreza (R2)	13,13	3,77	7,72	6,62

* Desvio padrão geral

Fonte: Resultados da pesquisa

A linha de pobreza (R1) prossegue como o fator que mais discrimina os grupos divididos segundo o índice do ISDM. O percentual da população com renda *per capita* abaixo de R$70,00 (R2) também destaca-se como fator discriminante. A relação estrita entre a dimensão renda e as demais dimensões pode explicar o papel da mesma na discriminação dos grupos 1 e 2. Apesar dos fatores relacionados à renda ainda influenciarem fortemente a existência de um desenvolvimento municipal alto ou baixo, cabe destacar as consideráveis reduções nos índices de pobreza e extrema pobreza tanto no Grupo 1 quanto no Grupo 2.

Na dimensão Trabalho, o destaque permanece com a questão da formalização dos empregados (T1_2) que, mesmo apresentando um ligeiro avanço, ainda discrimina as diferenças entre os grupos com ISDM acima e abaixo da média nacional. Os fatores trabalho infantil (T2_1) e taxa de ocupação (T1_1) também sofreram melhorias ao longo dos dez anos de análise, mas ainda apresentam impacto na definição do desenvolvimento dos municípios mineiros.

As diferentes características habitacionais também são aspectos diferenciadores dos municípios mineiros. Contudo, um resultado interessante nessa análise é que o percentual médio de pessoas que vivem em domicílio próprio de algum morador (H5) é superior nos municípios com menores indicadores de desenvolvimento municipal. Esse fato pode surpreender em um primeiro momento, mas ao verificar as características habitacionais, pode-se compreender melhor os resultados alcançados. O acesso ao esgotamento sanitário (H4) e coleta de lixo (H1) ainda são

incipientes em parte dos municípios mineiros, principalmente os do Grupo 1. Ademais, a densidade no domicílio (H6) é consideravelmente superior nas residências dos municípios com menores ISDM, ressaltando que as condições da habitação quanto às suas características estruturais e de acesso ao saneamento básico ainda são deficitárias, mesmo que o domicílio seja próprio.

As taxas de mortalidade por causas evitáveis ainda destacam-se na distinção entre os grupos 1 e 2 na dimensão Saúde e Segurança em 2010, com destaque ao agravamento da mortalidade de 5 a 74 anos (S2_2) que apresentou médias superiores às de 2000 em ambos os grupos. A mortalidade infantil por causas evitáveis (S1_2), ainda que sofrera relativa queda em relação a 2000, ainda influencia se o município apresenta níveis de desenvolvimento acima ou abaixo da média nacional.

Com relação à dimensão educação, o percentual de indivíduos não alfabetizados (E3_3) ganha destaque na discriminação entre grupos segundo o desenvolvimento municipal, e fatores qualitativos como crianças na série adequada (E2_4) e frequência na escola (E3_1) substituem os fatores de acesso à educação que discriminavam em 2000 e não são aspectos determinantes dez anos depois.

A função discriminante para os municípios mineiros para 2010 é dada por:

$$\begin{aligned} Y = {} & 0{,}267H1 + 0{,}318H4 + 0{,}247H5 + 0{,}109H6 - 0{,}563R1 + 0{,}213R2 + 0{,}232\,T1\_1 \\ & + 0{,}307\,T1\_2 - 0{,}119\,T2\_1 - 0{,}165\,S1\_2 - 0{,}198\,S2\_2 - 0{,}151\,E2\_4 \\ & + 0{,}111\,E3\_1 - 0{,}219\,E3\_3 \end{aligned} \qquad (05)$$

De forma semelhante à análise realizada para 2000, os indicadores da qualidade de ajustamento da função discriminante mostram a capacidade de discriminação para a função especificada. O Lambda de Wilks foi de 0,265, e, pelo teste de qui-quadrado, a função é significativa a 1%, apresentando-se apropriada para a análise discriminante.

Pela análise da taxa de sucesso da previsão dos municípios de um grupo utilizando-se a função discriminante, constata-se que, para o ano de 2010, 340 (94,4%), em um total de 360 municípios pertencentes ao Grupo 1, são corretamente classificados. Do mesmo modo, 474 de 493 municípios, são explicados corretamente na integração do Grupo 2. Em média, 95,4% dos casos agrupados foram corretamente classificados.

A evolução dos fatores discriminantes do desenvolvimento municipal entre 2000 e 2010

A dimensão Renda ganhou destaque como fator discriminante dos municípios mineiros segundo o ISDM. Tanto em 2000 quanto em 2010 o indicador do percentual da população abaixo da linha de pobreza (renda *per capita* mensal abaixo de R$140) foi o principal discriminante dos grupos 1 e 2 previamente definidos. No entanto, apesar da linha de pobreza permanecer como fator discriminante, cabe destacar o grande avanço promovido nessa dimensão, com surpreendente redução da pobreza em Minas Gerais e a relativa convergência entre os municípios dos grupos 1 e 2.

A considerável redução dos níveis de pobreza e extrema pobreza deve-se às políticas públicas de inclusão social intensificadas ao longo do decênio, como os programas Fome Zero, Bolsa Família, o fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), entre outros. A instituição do Programa de Combate à Miséria, em 2000, direcionou um pacote antipobreza do Governo Federal para os municípios com baixo desenvolvimento humano. Em 2003, foi anunciado o Programa Fome Zero, sendo a principal estratégia de enfrentamento da fome e da pobreza no Brasil.

Já o Programa Bolsa Família (PBF), criado pelo Governo Federal em 2004, consiste na junção de outros programas assistenciais existentes e o seu objetivo é beneficiar famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza em todo o país, mediante condicionalidades vinculadas à educação e à saúde. Tais condicionalidades, conforme Campello e Neri (2014), trouxeram impactos para as famílias atendidas pelo programa, sendo que na saúde identificou-se o aumento

das taxas de amamentação e vacinação e houve uma redução na hospitalização de crianças. Este fato reforça a importância das estratégias de promoção de uma renda mínima na busca de melhores níveis de desenvolvimento municipal.

Em âmbito estadual, o Programa Travessia, criado em 2007, se constituiu como a principal estratégia do Governo de Minas para o combate à pobreza e à vulnerabilidade social no Estado. Apesar do Governo de Minas ter alcançado resultados importantes na redução da pobreza com tal ação, o Programa Travessia ainda estava incipiente no período de análise deste estudo.

A evolução recente indica que a economia mineira manteve-se como a terceira maior do Brasil, tendo elevado seu valor agregado à produção nacional de 8,5%, em 2000, para 9,4% em 2010. Os reflexos dessa conjuntura econômica no mercado de trabalho incidiram na redução do desemprego, no aumento da formalização e dos rendimentos do trabalho (MINAS GERAIS, 2011). Contudo, as questões relativas à formalização entre os empregados e o nível de ocupação ainda são destaques da dimensão Trabalho na discriminação entre os municípios mineiros segundo o desenvolvimento local.

Outro ponto de destaque foi a questão do trabalho infantil, que foi fator discriminante nos dois períodos de análise. Apesar dos serviços socioeducativos e de convivência do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) para crianças e adolescentes menores de 16 anos, em risco ou retirados do trabalho infantil (BRASIL, 2005), o percentual das crianças de 10 a 14 anos que se encontram trabalhando ou procurando emprego ainda é uma realidade nos municípios mineiros, principalmente nos municípios que compõem o Grupo 1, onde a média pouco variou no período de dez anos.

Quanto à dimensão Habitação, observa-se que entre os anos 2000 e 2010 as condições relativas ao saneamento básico tiveram melhorias, mas ainda apresentam-se como fatores discrepantes entre os municípios mineiros. A questão relativa ao esgotamento sanitário sofreu uma pequena melhoria em ambos os grupos de municípios, mas o Grupo 2 possui quase o dobro do percentual de domicílios que tem esgotamento sanitário, evidenciando que as diferenças regionais ainda são evidentes quanto ao acesso a redes de esgoto e/ou pluviais. O mesmo fato ocorre quanto aos domicílios com coleta de lixo regular, mesmo que tenha havido aumento significativo da média geral na prestação deste serviço.

Esse resultado converge para os resultados de Rossoni et al. (2014) que avalia a política estadual de saneamento (criação da Copasa Serviços de Saneamento Integrados do Norte e Nordeste de Minas Gerais S/A (Copanor) e de projetos como "Vida no Vale") para as regiões Norte e Nordeste de Minas Gerais, majoritariamente pertencentes ao Grupo 1 de municípios com baixo ISDM. Os autores identificaram que apesar de serem constatados avanços quanto à implementação de políticas públicas mediante ações estruturais e estruturantes na questão do saneamento básico nas regiões Norte e Nordeste de Minas Gerais, ainda pode-se perceber discrepâncias em termos de racionalidade das ações de intervenção. Contudo, tais políticas podem ter promovido convergência na universalização do acesso à água canalizada entre os grupos de municípios analisados, deixando de ser um fator discriminante em 2010.

No âmbito nacional, o Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab), constitui o eixo central da política federal para o saneamento básico, promovendo a articulação nacional dos entes da federação para a implementação das diretrizes legais (BRASIL, 2007). Acredita-se que as questões relativas ao saneamento básico terão maior articulação com a execução das regras e metas definidas pelo Plansab, incluindo a elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico.

Ainda quanto à Habitação, cabe destacar os indicadores relativos ao percentual de pessoas que vivem em domicílio que é próprio de algum morador e à densidade do domicílio como fatores discriminantes dos grupos 1 e 2. Apesar do percentual de domicílios próprios ser superior no grupo com ISDM abaixo da média nacional, tais domicílios possuem uma densidade de moradores alta por dormitório e condições incipientes de saneamento básico.

Adicionalmente, deve-se considerar que as políticas de habitação instituídas com o Estatuto da Cidade em 2001 (BRASIL, 2001b), incluindo políticas como Minha Casa, Minha Vida do Governo Federal e Cohab Minas do Governo Estadual, traduzam melhorias para as condições habitacionais mineiras, mas não proporcionam convergência quanto a dimensão habitacional entre os municípios mineiros.

Em relação à taxa de sobrevivência infantil, o Governo de Minas lançou em 2003, o Programa Viva Vida de Redução da Mortalidade Infantil e Materna, com objetivo de dar assistência oportuna para todas as gestantes, neonatos e crianças. Segundo a Secretaria de Estado de Saúde (MINAS GERAIS, 2010), a taxa de óbitos em Minas Gerais caiu de 17,55 em 2003, para 14,06 em 2009, o que pode ser uma explicação para tal variável não se apresentar como discriminante entre municípios com maior e menor ISDM em 2010. Ademais, os cuidados pré-conceptivos, pré e pós-natal na Atenção Primária à Saúde (APS), desenvolvidos pela Estratégia Saúde da Família (ESF) em todo o Brasil, potencializam melhores resultados na APS, especialmente quanto à saúde infantil (BRASIL, 2009).

Contudo, o destaque é o aumento na mortalidade média de 5 a 74 anos por causas evitáveis entre 2000 e 2010, o que ampliou o papel de discriminante deste indicador entre os grupos de maior e menor desenvolvimento municipal. Apesar dos grandes avanços no sistema imunológico e procedimentos clínicos, as incidências de acidentes e exposição ao risco (falta de segurança) são fatores que agravam a situação e, consequentemente, elevam tal indicador de mortalidade.

Por fim, a trajetória decenal de análise da dimensão Educação apresenta um importante aspecto acerca dos fatores discriminantes dos grupos segundo o desenvolvimento municipal. De 2000 para 2010 houve um deslocamento de fatores quantitativos para fatores qualitativos. Em 2000, os fatores educacionais que mais discriminavam os municípios dos grupos 1 e 2 eram questão relativas ao acesso à Educação Básica, além do número de indivíduos com 18 anos ou mais não alfabetizados. Porém, em 2010, as questões relativas ao acesso à escola dão lugar a fatores mais qualitativos, como crianças na série adequada e frequência escolar. Ainda, em 2010, o indicador de indivíduos não alfabetizados ganha ainda maior destaque que em 2000, mesmo que tenha havido reduções nas médias de analfabetismo.

Em primeiro lugar, a inflexão entre indicadores discriminantes de acesso para indicadores de qualidade ocorre uma vez que o percentual de crianças que não frequentavam a creche e pré-escola em 2000 interfere no aparecimento da variável discriminante de crianças de 7 a 14 anos que não estão na série correta, segundo sua idade. Segundo o PMDI (MINAS GERAIS, 2011), 93,4% das crianças entre 6 a 14 anos estavam na escola em 2009, mas apenas 67,9% dos jovens com 16 anos ou mais o concluem. Já os jovens mineiros de 15 a 17 anos, 85% estão na escola, mas apenas 54,4% estavam cursando o Ensino Médio em 2010.

Quanto ao destaque dado pelo indicador discriminante de indivíduos não alfabetizados, observa-se que muitos esforços foram realizados, desde o destaque da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Plano Nacional de Educação (PNE) (BRASIL, 2001a). No momento da formulação do PNE 2001-2010, a preocupação maior era com os altos índices de analfabetismo e com a institucionalização da EJA, visando ampliar os níveis de escolaridade da população que ainda não havia concluído a educação básica na idade adequada. Em 2003, o Programa Brasil Alfabetizado foi mais uma importante meta para tentar erradicar o analfabetismo, mas o número de analfabetos continua grande no Brasil e, particularmente, em Minas Gerais.

Dessa forma, os resultados encontrados neste estudo para a educação, em especial para o fator indivíduos não alfabetizados, corroboram com o exposto por Castro (2009) que constata que a taxa de analfabetismo dentro de uma dada geração é pouco sensível a mudanças com o passar dos anos e a redução do analfabetismo ocorre pela escolarização da população mais nova e pela própria dinâmica populacional com a morte dos idosos analfabetos. Isso torna algumas políticas menos impactantes que o inicialmente planejado.

Cabe ressaltar que o processo de diminuição da disparidade, isto é, a homogeneização entre os dois grupos analisados não necessariamente reflete um resultado positivo, uma vez que esse pode ser refletido em uma melhora do grupo que anteriormente se encontrava em pior situação ou na diminuição do indicador dos municípios que se encontravam em melhor posição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e os indicadores/índices compostos criados posteriormente a este, como o Indicador Social de Desenvolvimento dos Municípios (ISDM) foram um importante avanço na construção de um aperfeiçoamento da relação entre sociedade e governo, pois possibilitaram um maior número de informações da realidade social em diferentes

esferas. Além disso, os indicadores facilitaram esforços da gestão destinados a melhorar a avaliação e implementação de políticas públicas.

Ao considerar o ISDM para os municípios de Minas Gerais, observou-se que o Estado vem apresentando melhorias de 2000 a 2010 em praticamente todos os componentes do indicador. Porém, no Estado de Minas Gerais ainda há uma grande disparidade de desenvolvimento entre os municípios localizados ao sul e oeste com os localizados ao norte. Os municípios do sul e oeste do Estado apresentam valores do ISDM acima da média brasileira, enquanto os do norte ainda ficam aquém de um resultado satisfatório.

Tendo em vista estes problemas, o objetivo desse trabalho foi contribuir na descrição do comportamento socioeconômico dos municípios mineiros através da utilização do indicador ISDM e averiguar se as políticas públicas com foco assistencialista/social estão refletindo em melhorias dos subindicadores que compõem o ISDM. Em virtude disso, optou-se por utilizar a análise discriminante a fim de verificar quais fatores possuem o poder de discriminar o desenvolvimento municipal nos períodos de 2000 e 2010.

A partir da análise discriminante, pode-se observar que nos períodos de 2000 e de 2010, 14 de 28 subindicadores tiveram poder de discriminação. Para o período de 2000, observou-se a incidência de componentes das cinco dimensões do ISDM, com destaque para os indicadores de pobreza, a formalização e acesso ao trabalho, as condições de saneamento básico dos domicílios, os indicadores de mortalidade e o acesso à educação básica. Já para 2010, as diferenças em relação ao período anterior foram a inclusão do acesso e densidade domiciliar, a supressão da mortalidade infantil e a substituição de questões de acesso à educação por fatores de qualidade educacional.

Um fator de destaque no estudo foi o aumento da mortalidade média por causas evitáveis de pessoas entre 5 e 74 anos de idade, que apesar dos grandes avanços no sistema imunológico e procedimentos clínicos, tem na incidência de acidentes e na criminalidade os fatores agravantes.

Na evolução dos fatores discriminantes do desenvolvimento municipal, verifica-se que as inúmeras políticas públicas federais e estaduais tiveram impactos importantes para as municipalidades mineiras, visto que houve uma significativa redução nos valores dos indicadores considerados ruins para o desenvolvimento municipal e um aumento para aqueles considerados positivos às melhorias municipais. Contudo, com poucas exceções, as políticas públicas efetivadas ainda não foram capazes de eliminar as disparidades geossociais em Minas Gerais. As exceções apresentadas são os acessos à água canalizada e à educação básica.

Ademais, observa-se que a política de acesso sem a devida preocupação com a qualidade do mesmo, muitas vezes comprometem indicadores qualitativos, como ocorre com as questões educacionais, referentes a crianças na série adequada e frequência escolar, e com fatores habitacionais, como acesso à casa própria sem as condições de saneamento básico.

Dessa forma, ainda há diversos fatores que carecem de atenção, principalmente nas dimensões relacionadas à renda e à educação, que são os fatores mais dispares para os municípios mineiros serem classificados com desenvolvimento inferior ou superior à média brasileira, visto o transbordamento que tais dimensões promovem nas demais.

Por fim, ressalta-se que as dimensões que não foram classificadas como discriminantes entre os grupos formados não devem ser negligenciadas, mas sim verificadas como uma política estadual, visto a relativa similaridade nas condições entre os diferentes municípios mineiros.

NOTAS

[1]O indicador que relaciona apenas a renda como fator de crescimento/desenvolvimento é denominado de primeira geração. O IDH e os indicadores posteriores são conhecidos como de segunda e terceira geração, respectivamente (JANNUZZI, 2002).

[2] Os componentes do ISDM encontram-se no Anexo A.

[3] A descrição de cada indicador básico encontra-se no Anexo B.

[4] Como os valores do ISDM variam entre 0 a 10, é atribuído o valor 5 para a média nacional normalizada segundo metodologia adotada pela Fundação Getúlio Vargas.

[5] Para o ISDM 2000 são 435 municípios mineiros no Grupo 1 e 418 municípios no Grupo 2. Já para o ISDM 2010 são 360 e 493 municípios mineiros para os grupos 1 e 2, respectivamente.

REFERÊNCIAS

BOHN, L.; ERVILHA, G. T.; DALBERTO, C. R. IDHM e Eficiência: o desenvolvimento municipal sob um novo prisma. 43º Encontro Nacional de Economia (ANPEC). *Anais...* Florianópolis – SC, 2015.

BRASIL. *Lei n° 10.172, de 9 de janeiro de 2001*. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências, 2001a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br. Acesso em 11 de maio de 2016.

BRASIL. *Lei n° 10.257, de 10 de julho de 2001*. Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências, 2001b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br. Acesso em 11 de maio de 2016.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Portaria GM/MDS nº 666 de 28 de dezembro de 2005.* Disciplina a integração entre Bolsa Família e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, 2005. Disponível em: http://www.mds.gov.br. Acesso em 11 de maio de 2016.

BRASIL. *Lei Nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007*. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico e dá outras providências, 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br. Acesso em 11 de maio de 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas. Saúde da Criança e Aleitamento Materno. *Manual de vigilância do óbito infantil e fetal e do Comitê de prevenção do óbito infantil e feta*l. Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

CAMPELLO, T.; NERI, M. C. *Bolsa Família Program:* a decade of social inclusion in Brazil - Executive Summary. Brasília: Ipea, 2014. 87p.

CASTRO, J. A. Evolução e Desigualdade na Educação Brasileira. *Educação & Sociedade,* vol. 30, n. 108, p. 673-697, out. 2009.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV). Centro de Microeconomia Aplicada. *Nota Técnica: Indicador Social de Desenvolvimento dos Municípios – ISDM*. São Paulo: C-Micro/FGV, 2012a.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV). Centro de Microeconomia Aplicada. *Sumário Executivo: Indicador Social de Desenvolvimento dos Municípios – ISDM*. São Paulo: C-Micro/FGV, 2012b.

HAIR JR. J. F.; BLACK, W. C.; BABIN, B. J.; ANDERSON, R. E.; TATHAM, R. L. *Análise Multivariada de Dados*. 6 ed. Porto Alegre: Bookman, 2009. 688p.

JANNUZZI, P. M. Considerações sobre o uso, mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais. *Revista de Administração Pública,* v. 36, n. 1, p. 51-72, 2002.

JOHNSON, R. A.; WICHERN, D. W. *Applied Multivariate Statistical Analysis*. 6rd ed. Englewood Cliffs, London: Pearson, 2007. 800 p.

KAYANO, J; CALDAS, E.L. *Indicadores para o diálogo*. Instituto Pólis, 2001.

MALHOTRA, N. K. *Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada.* 6 ed. Porto Alegre: Bookman, 2011. 719p.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Saúde. *Dados e informações.* 2010. Disponível em: http://www.saude.mg.gov.br. Acesso em 20 de março de 2016.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Planejamento; CDES – Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. *Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI) 2011-2030: gestão para a cidadania.* Belo Horizonte: Seplag; CDES, 2011. Disponível em: <http://goo.gl/2ktDRU>.

MINGOTI, S. A. *Análise de dados através de métodos de estatística multivariada: uma abordagem aplicada*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

ROSSONI, H. A. V.; BRIZON, E.; CHAIB, A.; SANTOS, L. A.; HELLER, L.; LIMA, S. C. R. B. Avaliação da Política Estadual de Saneamento para a Região Norte e Nordeste do Estado de Minas Gerais: uma

análise do Projeto Vida no Vale. *Revista de Políticas Públicas,* v. 18, n. 1, p. 241-254, jan./jun. 2014.

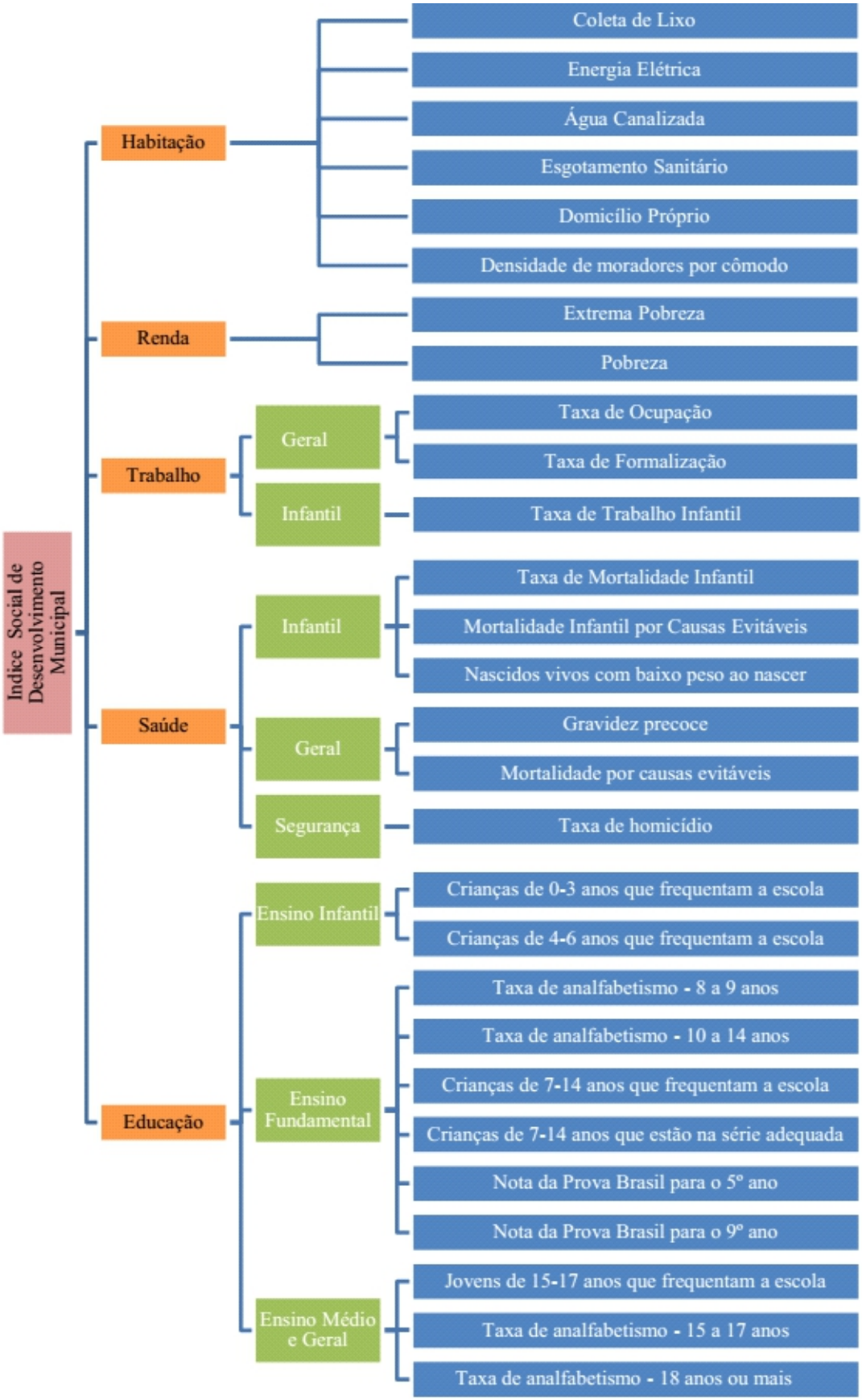
SHARMA, S. *Applied multivariate techniques.* New York: John Wiley & Sons, 1996. 493p.

SILVA, C; REVORÊDO, W. C. Economicidade da gestão pública municipal: um estudo das decisões do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco. *Revista Universo Contábil*, v. 1, n. 2, p. 09-22, 2005.

STANTON, E. A. The human development index: a history. *Working Paper Series,* n. 127. Amherst: Political Economy Research Institute, 2007.

VEIGA, J. E. *Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI*. Editora Garamond, 2005.

ANEXO A – ISDM e seus componentes



Fonte: FGV (2012a).

ANEXO B – Especificação dos componentes do ISDM

***Habitação**:* grau de acesso aos serviços básicos de infraestrutura e qualidade da moradia da população no município	
Coleta de lixo (H1)	Percentual de pessoas que vivem em domicílio que tem coleta de lixo realizada por serviço de limpeza ou cujo lixo é colocado em caçamba de serviço de limpeza
Energia elétrica (H2)	Percentual de pessoas que vivem em domicílio que tem acesso à energia elétrica provida por companhia distribuidora
Água canalizada (H3)	Percentual de pessoas que vivem em domicílio que tem acesso à água canalizada em pelo menos um cômodo
Esgotamento sanitário (H4)	Percentual de pessoas que vivem em domicílio que tem esgotamento sanitário do tipo rede geral de esgoto ou pluvial
Domicílio próprio (H5)	Percentual de pessoas que vivem em domicílio que é próprio de algum morador (já pagos ou ainda pagando)
Densidade de moradores por cômodo (H6)	Percentual de pessoas que vivem em domicílio que tem densidade de moradores por dormitório inferior a dois
Renda: avalia indicadores de pobreza da população do município	
Pobreza (R1)	Percentual da população residente com renda domiciliar mensal per capita abaixo de R$ 140, a preços de 2010
Extrema Pobreza (R2)	Percentual da população residente com renda domiciliar mensal per capita abaixo de R$ 70, a preços de 2010
Trabalho: observa como está o trabalho formal, a taxa de ocupação e o trabalho infantil no município	
Taxa de ocupação (T1_1)	Percentual da população economicamente ativa (PEA[a]) que esteja ocupada na semana de referência. Pessoas ocupadas podem ser empregados, empregadores, conta própria e não remunerados
Taxa de formalização (T1_2)	Percentual dos empregados ocupados[b] na semana de referência no setor formal, dentre o total de empregados da PEA
Taxa de trabalho infantil (T2_1)	Percentual das crianças de 10 a 14 anos que se encontram trabalhando ou procurando emprego na semana de referência em relação a população total residente dessa mesma faixa etária
Saúde e Segurança: observa os diferentes aspectos da qualidade da saúde, sendo os componentes Infantil, Geral e Segurança	

Taxa de mortalidade infantil (S1_1)	Taxa de sobrevivência infantil no primeiro ano de vida, representada pela diferença entre o número de nascidos vivos e o número de óbitos até um ano de idade (por mil nascidos vivos)
Mortalidade infantil por causas evitáveis (S1_2)	Percentual de óbitos de menores de cinco anos de idade por causas evitáveis[c], em relação ao total de óbitos com causa definida na população residente na faixa etária
Nascidos vivos com baixo peso ao nascer (S1_3)	Percentual de nascidos vivos com peso ao nascer de até 2.500 gramas, de mães residentes no município
Gravidez Precoce (S2_1)	Percentual das adolescentes de 10 a 19 anos que declaram nunca ter tido algum filho nascido vivo ou filho nascido morto
Mortalidade por causas evitáveis (S2_2)	Percentual de óbitos por causas evitáveis de pessoas entre 5 e 74 anos de idade, em relação ao total de óbitos com causa definida na população residente da mesma faixa etária
Taxa de homicídio (S3_1)	Percentual da população residente que foi vítima de homicídio (por cem mil habitantes)
Educação: avalia diferentes condições educacionais de acesso e resultados do ensino no município	
Crianças de 0-3 anos que frequentam a escola (E1_1)	Percentual de crianças de 0 a 3 anos que frequentam creche
Crianças de 4-6 anos que frequentam a escola (E1_2)	Percentual de crianças de 4 a 6 anos que frequentam pré-escola
Taxa de analfabetismo – 8 a 9 anos (E2_1)	Percentual de crianças de 8 ou 9 anos que não sabem ler ou escrever
Taxa de analfabetismo – 10 a 14 anos (E2_2)	Percentual de adolescentes de 10 a 14 anos que não sabem ler ou escrever
Crianças de 7-14 anos que frequentam a escola (E2_3)	Percentual de crianças de 7 a 14 anos que frequentam escola
Crianças de 7-14 anos que estão na série adequada (E2_4)	Percentual de crianças de 7 a 14 anos que estão na série correta segundo a idade, ou seja, que tem menos de 2 anos de atraso em relação à idade correta para a série que declararam frequentar
Nota da Prova Brasil para o 5º ano (E2_5)	Indicador que agrega os Índice de proficiências de Língua Portuguesa e Matemática padronizados na escala que vai de 0 a 10 de cada aluno
Nota da Prova Brasil para o 9º ano (E2_6)	Indicador que agrega os Índice de proficiências de Língua Portuguesa e Matemática padronizados na escala que vai de 0 a 10 de cada aluno

[a] Define-se como PEA a população entre 15 e 60 anos, que esteja ocupada (incluindo pessoas que estavam de férias) ou procurando emprego, exceto os deficientes físicos

[b] Definem-se como empregados ocupados no setor formal aqueles que possuem carteira de trabalho assinada

[c] Define-se como causas evitáveis de menores de cinco anos todas aquelas que sejam reduzíveis por: ações de imunização, adequada atenção à mulher na gestação, no parto e atenção ao recém-nascido, ações de diagnóstico e tratamento adequado ou ações de promoção à saúde vinculadas a ações de atenção

[d] Define-se como causas evitáveis de 5 a 74 anos todas aquelas que sejam reduzíveis por: ações de imunoprevenção; ações adequadas de promoção de saúde, prevenção, controle e atenção às doenças de causas infecciosas; ações adequadas de promoção à saúde, prevenção, controle e atenção às doenças não transmissíveis; ações adequadas de prevenção, controle e atenção às causas de morte materna; ações intersetoriais adequadas de promoção à saúde, prevenção e atenção às causas externas

Fonte: Elaboração própria com base em FGV (2012a).

POBREZA MULTIDIMENSIONAL DO BRASIL: CONSTRUÇÃO DE UM INDICADOR DE POBREZA UTILIZANDO A ANÁLISE FATORIAL EM 2014

Leticia Aparecida Lavoratto
Mestra em Agronegócios e Desenvolvimento Regional – UFMT
leticialavoratto@hotmail.com

Arturo Alejandro Zavala Zavala
Doutor, professor da Faculdade de Economia e do Programa de Pós-Graduação em Agronegócios e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT/FE)
arturoz@ufmt.br

RESUMO

A pobreza é um fenômeno complexo e de múltiplas dimensões, não se restringindo apenas à insuficiência de consumo, mas pelas privações aos quais os indivíduos estão expostos. Apresentou-se como a pobreza multidimensional é distribuída, através da criação de indicadores de baixa renda, vulnerabilidades e de pobreza. Após a criação desses indicadores realizou-se uma análise fatorial exploratória, para identificar cinco níveis de privações em que uma família possa estar. Os resultados mostraram que não há diferença significativa entre homens e mulheres se comparados com a média nacional na pobreza familiar. Além disso, as pessoas que não são de cor branca foram as que apresentaram os maiores índices de pobreza multidimensional comparadas com a média nacional, já para a área de residência, os indicadores das pessoas que residem nas áreas rurais apresentaram resultados acima da média nacional, evidenciando a fragilidade do meio rural. Os estados que apresentaram os maiores índices de pobreza multidimensional para o ano de 2014 foram o Maranhão, Pernambuco e Alagoas, enquanto que os estados das regiões Sul e Centro-Oeste obtiveram os menores índices de pobreza multidimensional.

Palavras-chave: Pobreza Multidimensional. Vulnerabilidades. Análise Fatorial.

ABSTRACT

Poverty is a complex phenomenon of multiple dimensions, not restricted to insufficient consumption, but rather to the privations to which individuals are exposed. It was presented how multidimensional poverty is distributed through the creation of indicators of low income, vulnerabilities and poverty. After the creation of these indicators an exploratory factorial analysis was carried out to identify five levels of deprivation in which a family may be. The results showed that there is no significant difference between men and women compared to the national average in family poverty. In addition, non-white people were those with the highest rates of multidimensional poverty compared to the national average, while for the area of residence, the indicators of people residing in rural areas presented results above the national average, Evidencing the fragility of the rural environment. The states with the highest rates of multidimensional poverty for the year 2014 were Maranhão, Pernambuco and Alagoas, while the states of the South and Central West regions had the lowest rates of multidimensional poverty.

Keywords: Multidimensional Poverty. Vulnerability.Factor Analysis.

REVISTA ELETRÔNICA DOCUMENTO MONUMENTO 21
REDM
NDIHR
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICA REGIONAL NDIHR

INTRODUÇÃO

Sendo facilmente reconhecida, a pobreza é um tema antigo. Adam Smith já a abordava desde o seu trabalho inicial, para ele a pobreza é revelada através do atraso econômico, condição essa que seria indiretamente eliminável através do crescimento de produção de todos os setores econômicos (ANDRADE, 1989).

No Brasil, a pobreza atinge milhões de brasileiros e apesar de não ser considerado um fenômeno baseado exclusivamente na renda, a concentração de renda é um fator de peso (MOREIRA, 2011). Até o ano de 2013 o Brasil vinha obtendo resultados expressivos em relação ao PIB - (Produto Interno Bruto) comparando com outras economias, porém a pobreza sempre foi um problema que esteve presente, atingindo milhões de brasileiros.

Sen (1999) afirma que países com alto PIB per capita podem ter baixa qualidade de vida, com grande massa populacional submetida, por exemplo, à mortalidade prematura. Caso semelhante a isso podem ser observado no Brasil e China, pois possuem baixo índice de desenvolvimento social, porém com PIB elevado.

A pobreza é reconhecida como um fenômeno complexo e de múltiplas dimensões, não se restringindo apenas à insuficiência de consumo, mas pelas privações aos quais os indivíduos estão expostos, sendo relacionada não apenas com a renda e o mercado de trabalho, mas também com políticas e relações sociais (ROCHA, 2005).

O presente artigo pretende analisar e identificar como se dá a distribuição da pobreza multidimensional para as famílias, utilizando dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do ano de 2014, através de indicadores de baixa renda, vulnerabilidades e de pobreza, criando índices para os homens e mulheres, pessoas de cor brancas e não brancas e para as pessoas que residem na área urbana e na área rural, comparando-os separadamente com a média da pobreza multidimensional do Brasil em 2014 e também os índices de pobreza multidimensional para cada Unidade de Federação.

O trabalho esta organizado em 5 seções além dessa introdução, logo após será realizada a conceituação da pobreza multidimensional, apresentando diferentes perspectivas encontradas por autores para identificá-la. Na segunda seção será apresentada a metodologia adotada pelo trabalho, a criação de um Índice de Pobreza Multidimensional que classificará as famílias como tendo ou não pobreza multidimensional. Este índice será formado por duas linhas (de baixa renda e de vulnerabilidade), semelhantes à proposta feito pelo Conselho Nacional de Avaliação de Políticas de Desenvolvimento Social – CONEVAL (2009). Após a criação desses indicadores será realizada uma análise fatorial exploratória, a qual identificará cinco níveis de pobreza em que uma família possa estar.

Em seguida serão apresentados os resultados encontrados que foram gerados por meio dos indicadores de Baixa Renda, Vulnerabilidades e de Pobreza formando o índice de pobreza multidimensional para todas as Unidades da Federação. Por fim serão realizadas as considerações finais sintetizando os principais resultados.

POBREZA MULTIDIMENSIONAL

Há um consenso cada vez mais amplo sobre a natureza multidimensional da pobreza, sendo associadas às condições de vida que vulneram a dignidade das pessoas, limitam seus direitos, restringem suas liberdades fundamentais, impedem a satisfação de suas necessidades básicas e impossibilitam sua plena integração social em que tais elementos não podem ser reduzidos a uma única característica ou dimensão (CONEVAL, 2009).

Ao analisar a ausência de capacidade em alguns indivíduos, Sen (2000) caracteriza a pobreza como sendo a privação dessas capacidades e a negação de oportunidades básicas para o desenvolvimento dos indivíduos como cidadãos. O cidadão é privado de ter uma boa saúde, educação, ter um padrão de vida descente, ter dignidade e amor próprio, poder desfrutar de sua vida e ter liberdade, entre muitas outras privações, segundo o autor, tais capacidades seriam o determinante da liberdade desses indivíduos. Dessa maneira, a pessoa que possuísse alto grau de privação seria considerada pobre, pelo fato de possuir pouca liberdade para viver a vida que valoriza.

Sen (2000) rejeita a determinação da quantidade de recursos na medida de bem-estar,

para ele o bem-estar está relacionado ao fato de estar bem, afirmando ainda que o padrão de vida não deve ser relacionado à quantidade de recursos de uma pessoa, mas em sua qualidade de vida e consequentemente em sua liberdade.

As privações que uma família possui estão relacionadas à pobreza de forma que tais privações restringem a liberdade dessa família. Essa privação pode ser mensurada tanto de forma relativa, ou seja, comparando-se famílias ou de forma absoluta, que delimita uma linha de análise (SEN, 2000).

Existem diversas formas de se mensurar essas privações, visto que a pobreza pode ser classificada por alguns como falta de renda enquanto que para outros é analisada como um fenômeno multidimensional, sendo medida por vários subitens que o pesquisador considera importantes para uma família. Dessa maneira, a falta desses subitens seria prejudicial a essas famílias, medindo assim a pobreza dessa família (SEN, 1999). Outras definições também são bastante empregadas nas literaturas sobre o assunto, como:

> Pobreza é fome, é falta de abrigo. Pobreza é estar doente e não poder ir ao médico. Pobreza é não poder ir à escola e não saber ler. Pobreza é não ter emprego, é temer o futuro, é viver um dia de cada vez. Pobreza é perder o seu filho para uma doença trazida pela água não tratada. Pobreza é falta de poder, falta de representação e liberdade (NARAYAN, 2000)

Para Barros, Carvalho e Franco (2006), não existe um padrão exato que defina a pobreza, porém há o reconhecimento de que a pobreza é um fenômeno de caráter multidimensional. Segundo eles, os índices de pobreza unidimensional são ineficientes porque consideram que todos os indivíduos utilizam a renda de forma semelhante, o que pode não ocorrer, sendo assim definem a pobreza como um fenômeno de caráter multidimensional.

Mestrum (2002 *apud* Lima 2005), afirma que a multidimensionalidade da pobreza tem como potencial situar os pobres e os nãos pobres dentro de uma sociedade, dividindo-os por um ponto de vista que não considere apenas a renda como causadora dessa pobreza, mas a diversos elementos importantes, possibilitando dessa forma, a verificação de grupos onde os elementos que são relacionados com a renda são satisfatórios, enquanto que os outros elementos que não estão relacionados à renda estão sendo insatisfatórios para esses indivíduos. Dessa forma, as análises de pobreza que consideram exclusivamente a renda e as análises feitas pelo pensamento utilitarista não poderiam avaliar a pobreza pela ótica multidimensional.

A pobreza necessita que seja construído um indicador que corresponda à abordagem multidimensional. Conforme Salama e Destremau (1999), a construção de itens para a pobreza é cheia de avaliações subjetivas que influenciam no resultado final da análise, dessa forma, deve-se considerar vários aspectos da pobreza para proporcionar um melhor entendimento do seu problema.

METODOLOGIA

O presente trabalho utiliza os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD 2014 divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, para criar um Índice de Pobreza Multidimensional que classificará as famílias como tendo ou não pobreza multidimensional. Os dados foram tratados e optou-se pela exclusão das famílias em que há dados ausentes ou subitens utilizados não respondidos. A criação das tabelas, mapas e análise fatorial foram realizadas através do programa **R-3.2.3 for Windows**

Esse índice será formado por duas linhas semelhante à proposta feita pelo CONEVAL (2009) para criação de um indicador de pobreza multidimensional comparável inter regionalmente. A primeira, linha de baixa renda, identifica as famílias com renda abaixo de 154 reais mensais *per capita* como tendo insuficiência de renda, com base no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). A segunda, linha de vulnerabilidade, identificará em cinco níveis as privações de uma família. Dessa forma, as famílias com pobreza multidimensional serão aquelas com insuficiência de renda e vulnerabilidade média ou pior.

Linha de baixa renda

Essa linha segregará as famílias que não possuem ao menos 154 reais mensais *per capita* como tendo baixa renda (BR):

$$BR = \begin{cases} 1 & Se\ Renda\ per\ capita < R\$154\ mensais\ per\ capita \\ 0 & Se\ Renda\ per\ capita \geq R\$154\ mensais\ per\ capita \end{cases}$$

É possível também criar uma linha extrema baixa renda (BRE):

$$BRE = \begin{cases} 1 & Se\ Renda\ per\ capita < R\$77\ mensais\ per\ capita \\ 0 & Se\ Renda\ per\ capita \geq R\$77\ mensais\ per\ capita \end{cases}$$

Linha de vulnerabilidade

Utilizando-se dos indicadores de vulnerabilidade e pobreza de Barros et al (2006) demonstradas em anexo e da análise fatorial exploratória, identifica-se cinco níveis em que uma família pode estar.

Segundo Lattin, Carroll e Green (2011), a análise fatorial é um método estatístico que supõem que as variâncias dos dados multivariados observados na amostra podem ser explicadas por um número menor de fatores específicos, na qual o estudo examina o inter-relacionamento entre os dados para encontrar um conjunto menor de fatores que revele o que as variáveis coletadas da amostra partilham em comum através do método de rotação *Varimax*, de acordo com os autores trata-se de um método de rotação ortogonal cuja pretensão é de que existam alguns pesos significativos para cada componente principal e que todos os outros pesos sejam próximos de zero, ou seja, tem como objetivo a maximização de variação entre consequentemente a tendência da população brasileira em 2014. Os testes da análise fatorial estão nos apêndices.

Para a criação da *Linha de vulnerabilidade* utiliza-se dos indicadores baseados em Barros, Silva e Franco (2006), (C, D, H, T e V) e com base no modelo geral de Lattin, Carroll e Green (2011) para análise fatorial exploratória demonstra em seu modelo geral que:

os pesos de cada componente. Dessa forma busca-se a tendência da amostra e

$$\left\{\begin{array}{l} I_1 = \lambda_{11}\varepsilon_1 + \lambda_{12}\varepsilon_2 + \cdots + \lambda_{1c}\varepsilon_c + \delta_1 \\ I_2 = \lambda_{21}\varepsilon_1 + \lambda_{22}\varepsilon_2 + \cdots + \lambda_{2c}\varepsilon_c + \delta_2 \\ I_3 = \lambda_{31}\varepsilon_1 + \lambda_{32}\varepsilon_2 + \cdots + \lambda_{3c}\varepsilon_c + \delta_3 \\ \vdots \\ I_p = \lambda_{p1}\varepsilon_1 + \lambda_{p2}\varepsilon_2 + \cdots + \lambda_{pc}\varepsilon_c + \delta_p \end{array}\right\} \quad (1)$$

Em notação matricial torna-se:

$$I = \lambda\varepsilon_c' + \delta \quad (2)$$

Respeitando a igualdade:

$$\mathrm{var}(I_i) = \mathrm{var}(\lambda\varepsilon_c' + \delta_i) = \lambda_i^2 + \mathrm{var}(\delta_i) = 1 \quad (3)$$

Sendo que I representa os dados da amostra, os coeficientes λ representam o grau que cada medita I reflete sobre os fatores ε, como a relação de I não é perfeitamente explicada pela interação de λ com os fatores ε adiciona-se o termo δ que explica a variância remanescente de I.

A criação da *Linha de vulnerabilidade* tem como base o modelo matricial de dois fatores da seguinte forma:

$$I_k = \lambda_{k1}X_1 + \lambda_{k2}X_2 + \delta_k \quad (4)$$

Sendo que I_k representa os dados da amostra, os coeficientes λ_{k1} e λ_{k2} representam o grau que cada medita I_k reflete sobre os fatores X_1 e X_2, como a relação de I_k não é perfeitamente explicada pela interação de λ_{k1} e λ_{k2} com os fatores X_1 e X_2, adiciona-se o termo δ_k que explica a variância remanescente de I_k. Com base nos indicadores de vulnerabilidade das famílias de Barros et. al. (2006) e com o modelo acima se encontra os seguintes fatores X_1 e X_2 representando cada dimensão da vulnerabilidade:

$$X_1 = \begin{bmatrix} X_{1C} \\ X_{1D} \\ X_{1H} \\ X_{1T} \\ X_{1V} \end{bmatrix} \quad X_2 = \begin{bmatrix} X_{2C} \\ X_{2D} \\ X_{2H} \\ X_{2T} \\ X_{2V} \end{bmatrix} \tag{5}$$

Recombinam-se os indicadores I_k em α_k:

$$\alpha_{ki} = \frac{\left(I_{ki} - \frac{1}{n}\sum_{i=1}^{n} I_{ki} \right)}{\sqrt{\frac{1}{n-1}\sum_{i=1}^{n}\left(I_{ki} - \frac{1}{n}\sum_{i=1}^{n} I_{ki} \right)^2}} \tag{6}$$

Sendo a matriz de α_k para cada dimensão representada por γ_i:

$$\gamma_i = [\alpha_{Ci} \quad \alpha_{Di} \quad \alpha_{Hi} \quad \alpha_{Ti} \quad \alpha_{Vi}]^T \tag{7}$$

$$W_{1i} = \gamma_i^t X_1 \tag{8}$$

$$W_{2i} = \gamma_i^T X_2 \tag{9}$$

A *Vulnerabilidade Familiar* – VF é construída pela interacão W_1 e W_2 com W_β da seguinte forma:

$$VF_i = \sqrt{(W_{1i} - W_\beta)^2 + (W_{2i} - W_\beta)^2} \tag{10}$$

Sendo que W_β é formando pela máxima vulnerabilidade da matriz γ_i (e consequentemente formando pela máxima vulnerabilidade de cada indicador de pobreza multidimensional) a *Vulnerabilidade Familiar* é formando pela comparação fatorial dos indicadores que representam as dimensões de que cada família está exposta.

Dessa forma, se constrói cinco intervalos de classes para delimitar os níveis de vulnerabilidade de cada família:

Quadro 1 – Delimitação dos intervalos de classes e níveis de vulnerabilidade.

Sigla	Nível de Vulnerabilidade	Intervalo de classe
VMB	Vulnerabilidade muito baixa	02,68 - 10,28
VB	Vulnerabilidade baixa	10,28 - 17,88
VM	Vulnerabilidade média	17,88 - 25,48
VA	Vulnerabilidade alta	25,48 - 33,08
VMA	Vulnerabilidade muito alta	33,08 - 40,67

Fonte: Dados da pesquisa.

Índice de pobreza multidimensional

$$IPM = \begin{cases} 1 & Se\ BR = 1\ e\ VF > 17{,}88 \\ 0 & caso\ contrário \end{cases}$$

O Índice de pobreza multidimensional – IPM classifica as famílias com presença de pobreza multidimensional como aquelas com baixa renda e vulnerabilidade média ou pior. O índice assumirá valor 1 se a família é classificada com pobreza.

RESULTADOS

Serão apresentados a seguir, os resultados encontrados com base nos dados da Pesquisa

Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD de 2014, através dos índices de pobreza multidimensional, gerados por meio dos indicadores de Baixa Renda, Vulnerabilidades e de Pobreza.

Os índices de pobreza multidimensional serão calculados e estão expostos nos quadros 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10, que contêm os índices para os homens, mulheres, pessoas de cor branca e não brancas e para as pessoas que residem tanto nas áreas urbanas quanto nas áreas rurais, comparando os resultados com as médias nacionais. Após cada quadro tem-se as figuras, que contém os mapas das Unidades de Federação onde são demonstrados quais os Estados apresentaram os maiores e os menores índices de pobreza multidimensional.

A seguir, tem-se um quadro contento as siglas e legendas que serão utilizadas nos próximos quadros.

Quadro 1 - Siglas e Legendas dos próximos quadros.

SIGLA	LEGENDA
UF	Unidade de Federação
BRE	Baixa Renda Extrema (77,00 Reais mensais Per Capita)
BR	Baixa Renda (154,00 Reais mensais Per Capita)
VMB	Vulnerabilidade Muito Baixa
VB	Vulnerabilidade Baixa
VM	Vulnerabilidade Média
VA	Vulnerabilidade Alta
VMA	Vulnerabilidade Muito Alta
IPM	Índice de Pobreza Multidimensional

Fonte: Dados da pesquisa.

Foram classificadas com pobreza multidimensional as famílias que obtiveram vulnerabilidade média ou superior e baixa renda, com isso é possível verificar as localidades com maior porcentagem de vulneráveis. A seguir apresenta-se o quadro 4 com o índice de pobreza multidimensional e os indicadores (Baixa Renda, Vulnerabilidades e Pobreza) para o Brasil em 2014.

Quadro 1 - Renda, vulnerabilidade e pobreza multidimensional do Brasil em 2014.

UF	BRE	BR	VMB	VB	VM	VA	VMA	IPM
Acre	0,06	0,10	0,12	0,01	0,03	0,27	0,69	0,10
Alagoas	0,08	0,14	0,09	0,01	0,12	0,62	0,26	0,14
Amapá	0,04	0,06	0,11	0,00	0,02	0,63	0,35	0,06
Amazonas	0,07	0,12	0,11	0,01	0,04	0,59	0,36	0,11
Bahia	0,06	0,10	0,06	0,01	0,35	0,59	0,05	0,10
Ceará	0,06	0,12	0,07	0,01	0,33	0,60	0,06	0,12
Distrito Federal	0,04	0,05	0,03	0,19	0,02	0,55	0,18	0,05
Espírito Santo	0,05	0,07	0,05	0,00	0,23	0,56	0,21	0,07
Goiás	0,04	0,05	0,05	0,14	0,21	0,55	0,10	0,05
Maranhão	0,09	0,16	0,13	0,01	0,09	0,79	0,11	0,16
Mato Grosso	0,05	0,05	0,05	0,01	0,23	0,58	0,18	0,05
Mato Grosso do Sul	0,02	0,03	0,07	0,03	0,17	0,57	0,23	0,03
Minas Gerais	0,04	0,06	0,04	0,01	0,40	0,54	0,05	0,05
Pará	0,09	0,13	0,10	0,01	0,04	0,69	0,26	0,13
Paraíba	0,08	0,13	0,09	0,01	0,17	0,58	0,24	0,12
Paraná	0,03	0,04	0,04	0,01	0,36	0,55	0,09	0,04
Pernambuco	0,11	0,14	0,06	0,01	0,31	0,62	0,06	0,14
Piauí	0,05	0,12	0,09	0,01	0,13	0,66	0,20	0,12
Rio de Janeiro	0,06	0,06	0,03	0,00	0,39	0,55	0,06	0,06
Rio Grande do Norte	0,06	0,11	0,07	0,00	0,12	0,63	0,25	0,11
Rio Grande do Sul	0,05	0,05	0,05	0,02	0,38	0,55	0,05	0,05
Rondônia	0,06	0,09	0,08	0,00	0,02	0,40	0,58	0,09
Roraima	0,07	0,09	0,06	0,00	0,01	0,40	0,58	0,09
Santa Catarina	0,04	0,05	0,03	0,01	0,28	0,55	0,16	0,05
São Paulo	0,09	0,09	0,02	0,00	0,42	0,53	0,04	0,09
Sergipe	0,07	0,12	0,09	0,01	0,19	0,60	0,20	0,12
Tocantins	0,08	0,13	0,10	0,00	0,04	0,75	0,20	0,13
BRASIL	**0,06**	**0,09**	**0,06**	**0,02**	**0,27**	**0,57**	**0,14**	**0,09**

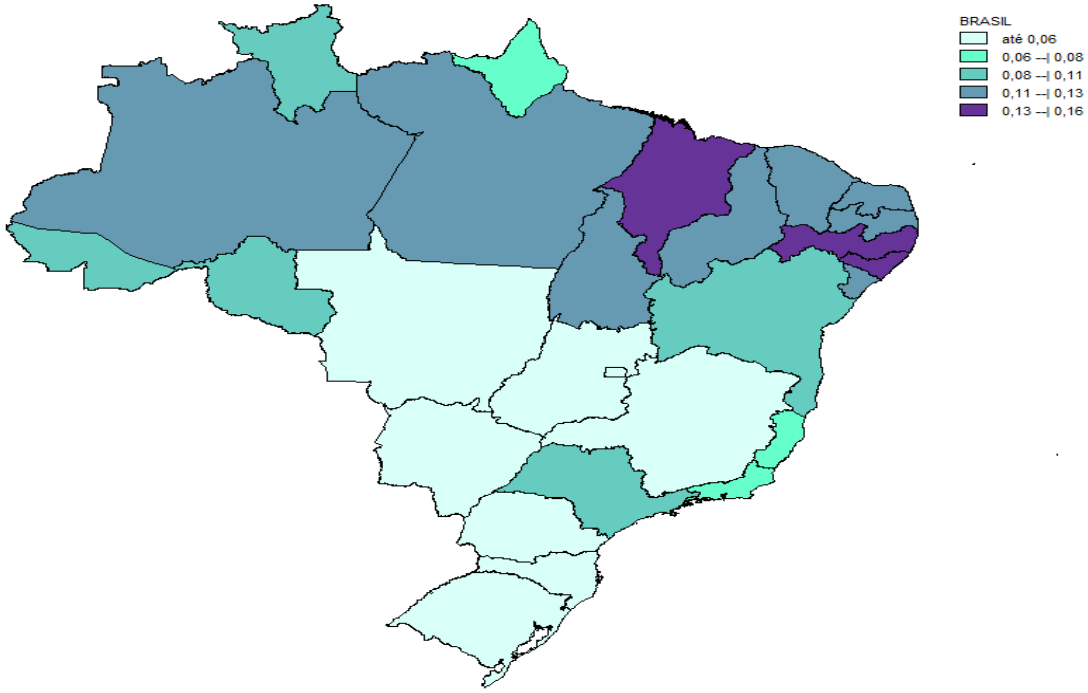
Fonte: Dados da pesquisa.

No quadro 4 é apresentada a pobreza multidimensional do Brasil para o ano de 2014. De acordo com os valores obtidos, o estado do Pernambuco foi o que apresentou o maior índice de Baixa Renda Extrema, já o estado do Maranhão apresentou os maiores índices de pobreza de acordo com os indicadores de Baixa Renda, Vulnerabilidade Muito Baixa e Vulnerabilidade Alta. O Distrito Federal apresentou o maior indicador de Vulnerabilidade Baixa, São Paulo teve o maior indicador de Vulnerabilidade Média e o Acre foi quem obteve o maior indicador Vulnerabilidade Muito Alta. Será representado na Figura 1 o mapa da pobreza multidimensional do Brasil em 2014.

De acordo com o mapa, as Unidades de Federação que obtiveram os maiores índices de pobreza multidimensional para o Brasil no ano de 2014 foram o Maranhão, Pernambuco e Alagoas, enquanto que Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Distrito Federal, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e o Rio Grande do Sul foram os que obtiveram os menores índices de pobreza multidimensional no Brasil em 2014. Cabe um destaque para o estado de São Paulo, que apresentou índice significativo de pobreza multidimensional.

Os resultados encontrados corroboram com os dados divulgados pelo IPEADATA, onde a Região Nordeste é a região brasileira mais carente e a sua população apresenta um nível de vida muito baixo. Os problemas sociais são mais acentuados e apresentam os piores índices de desenvolvimento, tais como: baixa renda, escolaridade, desemprego, mortalidade infantil, trabalho infantil e criminalidade. Outro ponto evidenciado é que há também grande concentração de renda sob controle de uma pequena minoria da população, fazendo com que haja grandes números de migrações para outros estados em busca de melhores condições de vida.

Figura 1- Mapa da pobreza multidimensional do Brasil em 2014.



Fonte: Dados da pesquisa.

No quadro 5 é apresentada a pobreza multidimensional dos homens no Brasil para o ano de 2014. Realiza-se uma comparação dos homens com a pobreza multidimensional do Brasil em 2014. Todos os indicadores (Baixa Renda, Vulnerabilidades e Pobreza) dos homens foram compatíveis com a média nacional, indicando que para a pobreza familiar, homens e mulheres não obtiveram diferenças significativas para o índice de pobreza proposto.

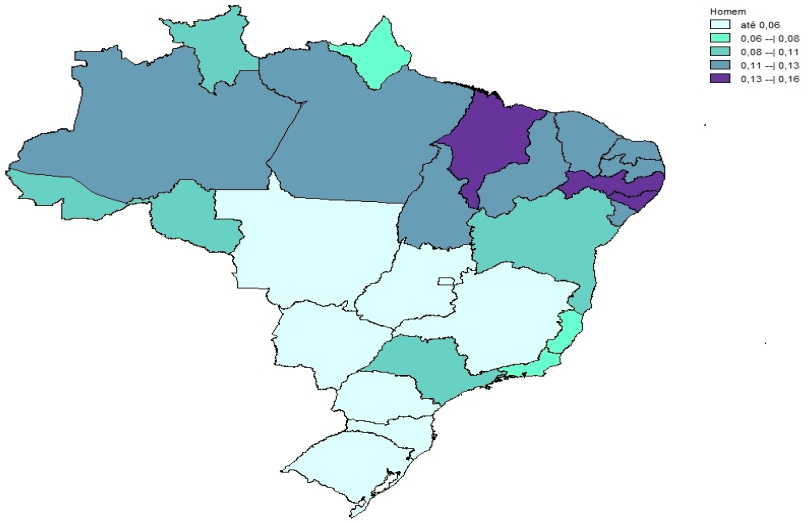
Quadro 1 - Renda, vulnerabilidade e pobreza multidimensional dos homens.

UF	BRE	BR	VMB	VB	VM	VA	VMA	IPM
Brasil – Homem	0,06	0,09	0,06	0,02	0,27	0,57	0,14	0,09
Acre	0,07	0,10	0,12	0,01	0,03	0,27	0,69	0,10
Alagoas	0,08	0,14	0,09	0,01	0,12	0,62	0,25	0,14
Amapá	0,04	0,06	0,11	0,00	0,02	0,62	0,36	0,06
Amazonas	0,08	0,12	0,11	0,01	0,04	0,59	0,36	0,12
Bahia	0,06	0,10	0,07	0,01	0,35	0,59	0,05	0,10
Ceará	0,06	0,12	0,07	0,01	0,32	0,60	0,07	0,12
Distrito Federal	0,04	0,05	0,03	0,20	0,02	0,55	0,18	0,05
Espírito Santo	0,05	0,06	0,04	0,00	0,22	0,56	0,22	0,06
Goiás	0,04	0,05	0,05	0,14	0,21	0,55	0,10	0,05
Maranhão	0,10	0,17	0,13	0,01	0,09	0,79	0,11	0,16
Mato Grosso	0,05	0,05	0,06	0,01	0,23	0,58	0,18	0,05
Mato Grosso do Sul	0,03	0,03	0,07	0,03	0,17	0,56	0,23	0,03
Minas Gerais	0,04	0,05	0,04	0,01	0,40	0,54	0,05	0,05
Pará	0,09	0,14	0,10	0,01	0,04	0,69	0,26	0,13
Paraíba	0,07	0,12	0,08	0,01	0,16	0,59	0,25	0,12
Paraná	0,04	0,04	0,04	0,01	0,36	0,55	0,09	0,04
Pernambuco	0,11	0,14	0,06	0,01	0,31	0,62	0,06	0,14
Piauí	0,05	0,12	0,09	0,01	0,13	0,66	0,21	0,12
Rio de Janeiro	0,06	0,06	0,03	0,00	0,38	0,55	0,06	0,06
Rio Grande do Norte	0,06	0,11	0,08	0,00	0,12	0,62	0,25	0,11
Rio Grande do Sul	0,04	0,05	0,05	0,02	0,38	0,54	0,06	0,05
Rondônia	0,06	0,09	0,08	0,00	0,02	0,40	0,58	0,09
Roraima	0,07	0,09	0,06	0,00	0,01	0,40	0,59	0,09
Santa Catarina	0,05	0,05	0,03	0,01	0,28	0,55	0,16	0,05
São Paulo	0,09	0,09	0,02	0,00	0,42	0,52	0,04	0,09
Sergipe	0,07	0,12	0,09	0,01	0,18	0,61	0,20	0,12
Tocantins	0,08	0,13	0,10	0,00	0,04	0,75	0,20	0,13
Total Brasil	**0,06**	**0,09**	**0,06**	**0,02**	**0,27**	**0,57**	**0,14**	**0,09**

Fonte: Dados da pesquisa.

Na Figura 2 apresenta-se o mapa que evidencia as Unidades da Federação e os índices de pobreza multidimensional para os homens.

Figura 1- Mapa da pobreza multidimensional dos homens.



Fonte: Dados da pesquisa.

O mapa identifica as Unidades de Federação (UF) que apresentaram os maiores índices de pobreza multidimensional para os homens estão destacados no mapa 2 com a cor roxa, foram elas: Maranhão, Pernambuco e Alagoas. Já as regiões mais claras do mapa são referentes às Unidades da Federação que apresentaram os menores índices de pobreza para os homens, são elas: Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Distrito Federal, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e o Rio Grande do Sul. Os resultados coincidem com a figura 1 que apresenta o mapa da pobreza multidimensional do Brasil em 2014.

Quadro 1 - Renda, vulnerabilidade e pobreza multidimensional das mulheres.

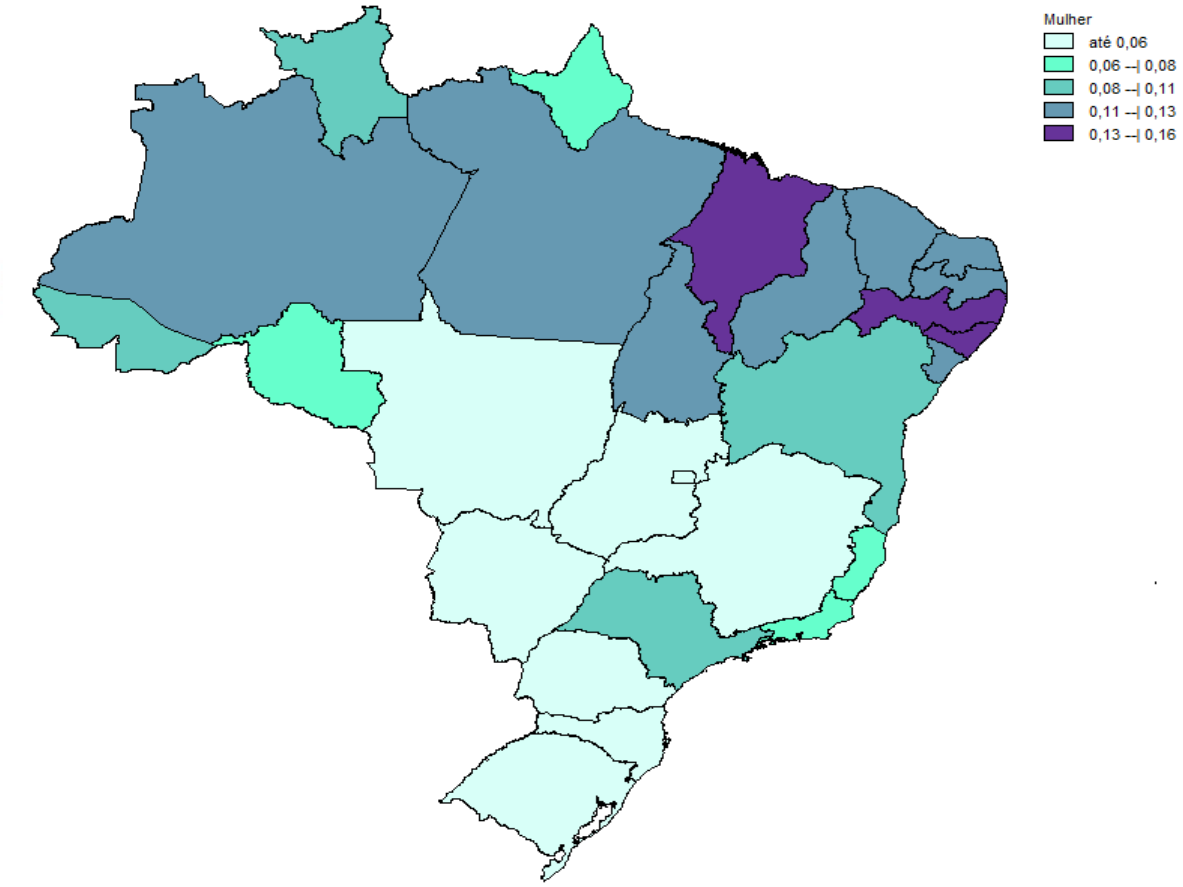
UF	BRE	BR	VMB	VB	VM	VA	VMA	IPM
Brasil – Mulher	0,06	0,09	0,06	0,02	0,27	0,58	0,13	0,09
Acre	0,06	0,10	0,12	0,01	0,03	0,26	0,70	0,09
Alagoas	0,08	0,15	0,09	0,01	0,11	0,62	0,26	0,14
Amapá	0,04	0,06	0,11	0,00	0,02	0,63	0,34	0,06
Amazonas	0,07	0,11	0,11	0,01	0,04	0,59	0,37	0,11
Bahia	0,06	0,10	0,06	0,01	0,35	0,59	0,04	0,10
Ceará	0,06	0,12	0,07	0,01	0,33	0,60	0,06	0,12
Distrito Federal	0,04	0,05	0,03	0,19	0,02	0,56	0,18	0,05
Espírito Santo	0,05	0,07	0,05	0,00	0,23	0,56	0,21	0,07
Goiás	0,04	0,05	0,05	0,14	0,21	0,55	0,09	0,05
Maranhão	0,09	0,16	0,13	0,01	0,08	0,80	0,11	0,16
Mato Grosso	0,04	0,05	0,05	0,01	0,22	0,58	0,18	0,05
Mato Grosso do Sul	0,02	0,03	0,07	0,03	0,16	0,57	0,23	0,03
Minas Gerais	0,04	0,06	0,04	0,01	0,40	0,55	0,05	0,05
Pará	0,09	0,13	0,10	0,01	0,04	0,68	0,26	0,13
Paraíba	0,09	0,13	0,09	0,01	0,17	0,58	0,24	0,13
Paraná	0,03	0,04	0,04	0,01	0,37	0,55	0,08	0,04
Pernambuco	0,11	0,15	0,06	0,01	0,31	0,62	0,06	0,14
Piauí	0,05	0,12	0,09	0,01	0,14	0,66	0,19	0,12
Rio de Janeiro	0,06	0,06	0,03	0,00	0,39	0,55	0,06	0,06
Rio Grande do Norte	0,06	0,11	0,07	0,00	0,11	0,63	0,25	0,11
Rio Grande do Sul	0,05	0,06	0,05	0,02	0,38	0,55	0,05	0,05
Rondônia	0,06	0,08	0,08	0,00	0,02	0,40	0,58	0,08
Roraima	0,07	0,09	0,07	0,00	0,01	0,41	0,58	0,09
Santa Catarina	0,04	0,05	0,03	0,01	0,28	0,55	0,16	0,05
São Paulo	0,09	0,10	0,02	0,00	0,42	0,53	0,04	0,09
Sergipe	0,06	0,12	0,09	0,01	0,19	0,59	0,20	0,12
Tocantins	0,08	0,13	0,10	0,00	0,04	0,75	0,20	0,12
Total Brasil	**0,06**	**0,09**	**0,06**	**0,02**	**0,27**	**0,57**	**0,14**	**0,09**

Fonte: Dados da pesquisa.

No quadro 6 tem-se a pobreza multidimensional do Brasil para as mulheres. Realiza-se uma comparação das mulheres com a pobreza multidimensional do Brasil em 2014. Da mesma forma que os homens, as mulheres também apresentaram todos os indicadores (Baixa Renda, Vulnerabilidades e Pobreza) compatíveis com a média nacional, reforçando a ideia de que não há diferenças significativas entre os sexos para a pobreza familiar.

Na Figura 3 são apresentados no mapa os índices de pobreza multidimensional para as mulheres em todas as Unidades da Federação.

Figura 1- Mapa da pobreza multidimensional das mulheres.



Fonte: Dados da pesquisa.

Os resultados encontrados mostram que tanto os maiores índices de pobreza multidimensional quanto os menores índices são iguais aos encontrados para os homens comparados com a pobreza multidimensional do Brasil em 2014, destaca-se o estado de Rondônia, cujo resultado encontrado para as mulheres é menor que o encontrado para os homens comparando-se com a pobreza do Brasil. Outra característica considerada para o índice de pobreza multidimensional das Unidades de federação foi com relação à cor.

No quadro 7 tem-se os índices de pobreza para as pessoas de cor branca. Realiza-se uma comparação das pessoas de cor branca com a pobreza multidimensional do Brasil em 2014. Os Indicadores de Baixa Renda e de Vulnerabilidade Baixa foram compatíveis com a média nacional. Já o indicador de Vulnerabilidade Média apresentou valores maiores que a média nacional, enquanto que os indicadores de Baixa Renda, Vulnerabilidade Muito Baixa, Vulnerabilidade Alta e Vulnerabilidade Muito Alta apresentaram valores abaixo da média nacional. Estão representados na figura 4 os índices de pobreza multidimensional para as pessoas de cor branca em todas as Unidades da Federação.

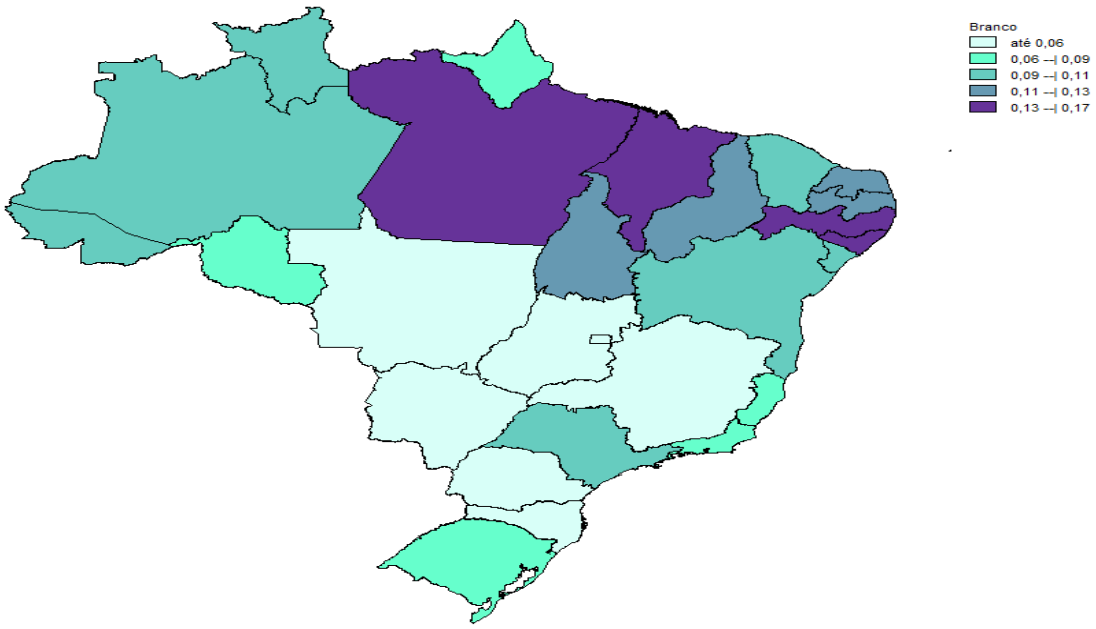
Quadro 1- Renda, vulnerabilidade e pobreza multidimensional dos brancos.

UF	BRE	BR	VMB	VB	VM	VA	VMA	IPM
Brasil – Branco	0,06	0,08	0,05	0,02	0,30	0,56	0,11	0,08
Acre	0,07	0,10	0,12	0,01	0,03	0,27	0,70	0,10
Alagoas	0,09	0,14	0,10	0,00	0,10	0,63	0,26	0,14
Amapá	0,05	0,08	0,13	0,00	0,05	0,60	0,35	0,08
Amazonas	0,06	0,10	0,10	0,00	0,03	0,61	0,35	0,10
Bahia	0,05	0,10	0,07	0,01	0,34	0,59	0,06	0,10
Ceará	0,06	0,11	0,07	0,01	0,33	0,61	0,06	0,11
Distrito Federal	0,04	0,04	0,04	0,16	0,01	0,55	0,20	0,04
Espírito Santo	0,06	0,07	0,05	0,00	0,24	0,56	0,19	0,07
Goiás	0,04	0,05	0,05	0,14	0,23	0,55	0,08	0,05
Maranhão	0,10	0,17	0,13	0,01	0,07	0,83	0,09	0,17
Mato Grosso	0,04	0,04	0,06	0,01	0,20	0,59	0,20	0,04
Mato Grosso do Sul	0,02	0,03	0,06	0,02	0,16	0,56	0,25	0,03
Minas Gerais	0,04	0,05	0,04	0,01	0,39	0,55	0,06	0,05
Pará	0,09	0,14	0,09	0,01	0,04	0,66	0,29	0,14
Paraíba	0,08	0,13	0,10	0,01	0,16	0,58	0,25	0,13
Paraná	0,03	0,04	0,04	0,01	0,36	0,55	0,09	0,04
Pernambuco	0,11	0,14	0,06	0,01	0,32	0,61	0,06	0,14
Piauí	0,05	0,13	0,11	0,01	0,13	0,67	0,19	0,13
Rio de Janeiro	0,05	0,06	0,03	0,00	0,39	0,55	0,05	0,06
Rio Grande do Norte	0,07	0,12	0,08	0,01	0,12	0,61	0,26	0,12
Rio Grande do Sul	0,05	0,06	0,05	0,02	0,37	0,55	0,05	0,06
Rondônia	0,06	0,08	0,07	0,00	0,01	0,40	0,59	0,08
Roraima	0,08	0,09	0,07	0,00	0,01	0,39	0,59	0,09
Santa Catarina	0,05	0,05	0,03	0,01	0,28	0,56	0,15	0,05
São Paulo	0,09	0,09	0,03	0,00	0,41	0,53	0,04	0,09
Sergipe	0,06	0,11	0,10	0,01	0,19	0,59	0,20	0,11
Tocantins	0,09	0,13	0,11	0,01	0,04	0,76	0,19	0,13
Total Brasil	**0,06**	**0,09**	**0,06**	**0,02**	**0,27**	**0,57**	**0,14**	**0,09**

Fonte: Dados da pesquisa.

Nota-se que as Unidades de Federação que apresentaram os maiores índices de pobreza multidimensional para as pessoas de cor branca foram o Maranhão, Pará, Pernambuco e Alagoas, evidenciando que as Regiões Norte e Nordeste são as mais vulneráveis. Em contrapartida as Unidades de Federação que obtiveram os menores índices de pobreza multidimensional para as pessoas de cor branca foram: Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Distrito Federal, Minas Gerais, Paraná e Santa Catarina.

Figura 1- Mapa da pobreza multidimensional dos brancos.



Fonte: Dados da pesquisa.

No quadro 8 é apresentada a pobreza multidimensional para as pessoas de cor não branca no Brasil. Realiza-se uma comparação das pessoas de cor não branca com a pobreza multidimensional do Brasil em 2014. O indicador de Vulnerabilidade Baixa apresentou valor compatível com a média nacional. Os indicadores de Baixa Renda, Baixa Renda Extrema, Vulnerabilidade Muito Baixa, Vulnerabilidade Alta e Vulnerabilidade Muito Alta obtiveram valores maiores que os da média nacional, enquanto que o índice de Vulnerabilidade Média obteve valor menor que o apresentado na média nacional.

Dessa maneira, de acordo com os resultados encontrados nos índices, tem-se que a pobreza multidimensional é maior para aquelas pessoas que não são de cor branca, comparadas a pobreza multidimensional do Brasil em 2014.

Quadro 1- Renda, vulnerabilidade e pobreza multidimensional dos não brancos.

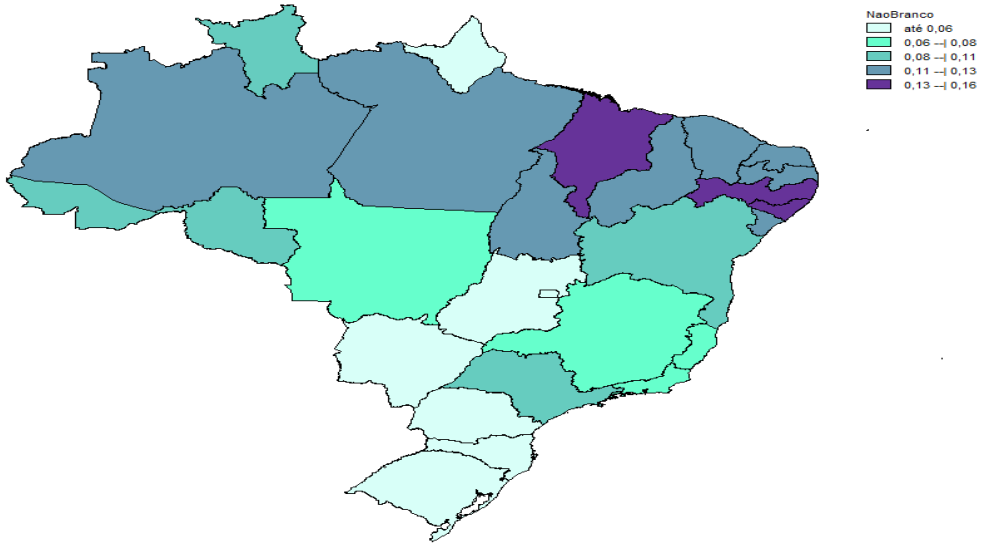
UF	BRE	BR	VMB	VB	VM	VA	VMA	IPM
Brasil – Não Branco	0,07	0,10	0,07	0,02	0,24	0,58	0,15	0,10
Acre	0,06	0,10	0,12	0,01	0,03	0,27	0,69	0,10
Alagoas	0,08	0,14	0,09	0,01	0,12	0,61	0,26	0,14
Amapá	0,03	0,05	0,10	0,00	0,01	0,63	0,35	0,05
Amazonas	0,07	0,12	0,11	0,01	0,04	0,59	0,37	0,12
Bahia	0,06	0,10	0,06	0,01	0,36	0,59	0,04	0,10
Ceará	0,06	0,12	0,07	0,01	0,33	0,60	0,07	0,12
Distrito Federal	0,04	0,05	0,03	0,21	0,02	0,56	0,17	0,05
Espírito Santo	0,05	0,06	0,04	0,00	0,22	0,56	0,22	0,06
Goiás	0,04	0,05	0,05	0,14	0,20	0,55	0,11	0,05
Maranhão	0,09	0,16	0,13	0,01	0,09	0,78	0,11	0,16
Mato Grosso	0,05	0,06	0,05	0,01	0,24	0,57	0,17	0,06
Mato Grosso do Sul	0,02	0,03	0,07	0,03	0,17	0,57	0,22	0,03
Minas Gerais	0,04	0,06	0,05	0,01	0,41	0,54	0,04	0,06
Pará	0,09	0,13	0,10	0,01	0,04	0,69	0,25	0,13
Paraíba	0,08	0,12	0,08	0,01	0,17	0,58	0,24	0,12
Paraná	0,03	0,04	0,04	0,00	0,37	0,54	0,08	0,04
Pernambuco	0,11	0,15	0,06	0,01	0,31	0,62	0,06	0,14
Piauí	0,05	0,12	0,08	0,01	0,13	0,66	0,20	0,12
Rio de Janeiro	0,06	0,07	0,03	0,00	0,38	0,55	0,07	0,07
Rio Grande do Norte	0,06	0,11	0,07	0,00	0,11	0,63	0,25	0,11
Rio Grande do Sul	0,04	0,05	0,05	0,02	0,40	0,52	0,06	0,05
Rondônia	0,06	0,09	0,08	0,00	0,02	0,40	0,58	0,09
Roraima	0,07	0,09	0,06	0,00	0,01	0,40	0,58	0,09
Santa Catarina	0,04	0,04	0,03	0,01	0,27	0,54	0,18	0,04
São Paulo	0,09	0,10	0,02	0,00	0,43	0,52	0,04	0,10
Sergipe	0,07	0,12	0,09	0,01	0,19	0,60	0,20	0,12
Tocantins	0,08	0,13	0,10	0,00	0,04	0,75	0,20	0,13
Total Brasil	**0,06**	**0,09**	**0,06**	**0,02**	**0,27**	**0,57**	**0,14**	**0,09**

Fonte: Dados da pesquisa.

Na figura 5 a seguir se apresenta a concentração da pobreza multidimensional para as pessoas não brancas em cada Unidade de Federação, comparando-se pessoas de cor não branca com a pobreza multidimensional do Brasil em 2014. De acordo com os indicadores, as Unidades de Federação que apresentaram os maiores índices de pobreza para as pessoas de cor não branca foram o Maranhão, Pernambuco e Alagoas, já as de menores índices foram Mato

Grosso do Sul, Goiás, Distrito Federal, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Figura 5- Mapa da pobreza multidimensional dos não brancos.



Fonte: Dados da pesquisa.

Considerou-se também neste trabalho o local de residência das pessoas, calculando os índices de pobreza multidimensional para os que residem na área urbana e para os que estão nas áreas rurais, comparando-os com a pobreza multidimensional do Brasil em 2014.

No quadro 9 tem-se os índices de pobreza multidimensional no Brasil para as pessoas que residem nas áreas urbanas. Realiza-se uma comparação das pessoas que residem na área urbana com a pobreza multidimensional do Brasil em 2014. Os indicadores apresentaram valores semelhantes aos da média nacional, exceto o índice de Vulnerabilidade Muito Alta que está abaixo da média nacional e o de Vulnerabilidade Média que apresentou valores acima da média nacional.

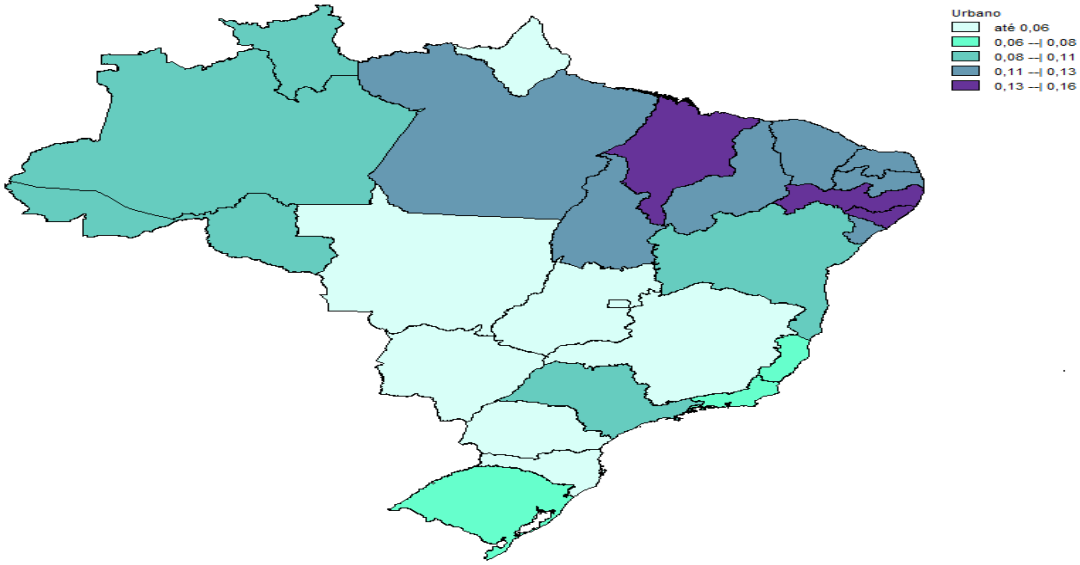
Quadro 9- Renda, vulnerabilidade e pobreza multidimensional área urbana.

UF	BRE	BR	VMB	VB	VM	VA	VMA	IPM
Brasil – Urbano	0,06	0,09	0,06	0,02	0,28	0,57	0,13	0,08
Acre	0,07	0,10	0,12	0,01	0,03	0,27	0,69	0,10
Alagoas	0,07	0,14	0,10	0,00	0,11	0,64	0,24	0,14
Amapá	0,04	0,05	0,11	0,00	0,02	0,63	0,35	0,05
Amazonas	0,07	0,11	0,11	0,01	0,03	0,59	0,37	0,10
Bahia	0,05	0,10	0,06	0,01	0,37	0,59	0,04	0,09
Ceará	0,06	0,11	0,07	0,01	0,35	0,59	0,05	0,11
Distrito Federal	0,04	0,05	0,03	0,19	0,02	0,55	0,18	0,05
Espírito Santo	0,06	0,07	0,04	0,00	0,24	0,56	0,20	0,07
Goiás	0,04	0,05	0,05	0,14	0,21	0,55	0,10	0,05
Maranhão	0,10	0,16	0,12	0,01	0,09	0,80	0,10	0,16
Mato Grosso	0,04	0,05	0,06	0,01	0,23	0,58	0,18	0,05
Mato Grosso do Sul	0,02	0,03	0,06	0,02	0,15	0,59	0,24	0,03
Minas Gerais	0,04	0,05	0,04	0,01	0,40	0,54	0,05	0,05
Pará	0,09	0,13	0,09	0,01	0,04	0,68	0,28	0,13
Paraíba	0,08	0,13	0,09	0,01	0,14	0,59	0,25	0,13
Paraná	0,03	0,04	0,04	0,01	0,37	0,54	0,08	0,04
Pernambuco	0,10	0,14	0,06	0,01	0,32	0,61	0,06	0,14
Piauí	0,05	0,13	0,08	0,01	0,18	0,64	0,17	0,13
Rio de Janeiro	0,06	0,06	0,03	0,00	0,39	0,55	0,06	0,06
Rio Grande do Norte	0,07	0,11	0,08	0,00	0,11	0,63	0,26	0,11
Rio Grande do Sul	0,05	0,06	0,05	0,02	0,38	0,54	0,06	0,06
Rondônia	0,07	0,09	0,08	0,00	0,02	0,37	0,61	0,09
Roraima	0,08	0,10	0,07	0,00	0,01	0,40	0,59	0,10
Santa Catarina	0,04	0,05	0,03	0,01	0,28	0,55	0,16	0,05
São Paulo	0,09	0,10	0,02	0,00	0,42	0,53	0,04	0,10
Sergipe	0,06	0,12	0,09	0,01	0,17	0,60	0,22	0,12
Tocantins	0,08	0,13	0,10	0,00	0,04	0,76	0,20	0,13
Total Brasil	**0,06**	**0,09**	**0,06**	**0,02**	**0,27**	**0,57**	**0,14**	**0,09**

Fonte: Dados da pesquisa.

No mapa abaixo representado na figura 6 contém o índice de pobreza multidimensional da área urbana de cada Unidade de Federação.

Figura 6- Mapa da pobreza multidimensional da área urbana.



Fonte: Dados da pesquisa.

Estão representados no mapa da figura 6 com as cores mais escuras os estados do Maranhão, Pernambuco e de Alagoas, foram eles que obtiveram os maiores índices de pobreza multidimensional para as pessoas que residem nas áreas urbanas. Enquanto isso, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Distrito Federal, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e o Amapá foram as Unidades de Federação que apresentaram os menores índices de pobreza multidimensional.

Quadro 1- Renda, vulnerabilidade e pobreza multidimensional da área rural.

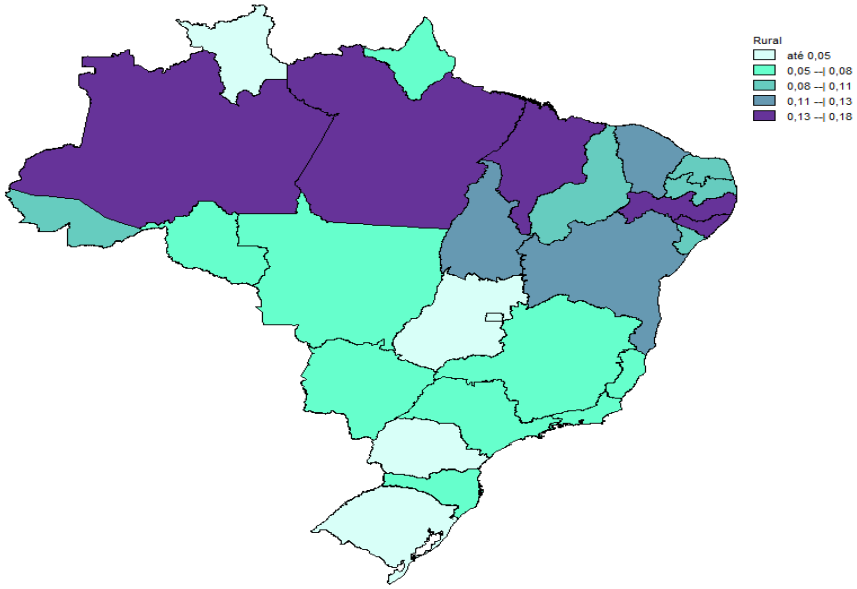
UF	BRE	BR	VMB	VB	VM	VA	VMA	IPM
Brasil – Rural	0,07	0,11	0,08	0,02	0,20	0,61	0,17	0,10
Acre	0,06	0,10	0,12	0,00	0,03	0,26	0,71	0,09
Alagoas	0,11	0,15	0,07	0,01	0,13	0,56	0,30	0,15
Amapá	0,04	0,08	0,10	0,00	0,00	0,59	0,41	0,08
Amazonas	0,10	0,15	0,11	0,00	0,05	0,59	0,36	0,15
Bahia	0,07	0,12	0,08	0,01	0,29	0,62	0,08	0,12
Ceará	0,06	0,14	0,08	0,01	0,25	0,63	0,11	0,13
Distrito Federal	0,04	0,04	0,03	0,14	0,02	0,65	0,19	0,04
Espírito Santo	0,04	0,06	0,05	0,00	0,16	0,53	0,30	0,06
Goiás	0,01	0,03	0,05	0,17	0,21	0,58	0,04	0,02
Maranhão	0,09	0,17	0,14	0,01	0,08	0,78	0,13	0,16
Mato Grosso	0,05	0,06	0,05	0,01	0,23	0,56	0,19	0,06
Mato Grosso do Sul	0,04	0,06	0,10	0,06	0,32	0,39	0,14	0,06
Minas Gerais	0,05	0,06	0,05	0,01	0,42	0,54	0,03	0,06
Pará	0,09	0,14	0,13	0,02	0,05	0,71	0,21	0,14
Paraíba	0,06	0,10	0,08	0,00	0,27	0,53	0,21	0,10
Paraná	0,04	0,04	0,04	0,01	0,29	0,61	0,09	0,04
Pernambuco	0,15	0,18	0,08	0,01	0,23	0,68	0,08	0,18
Piauí	0,05	0,11	0,10	0,01	0,04	0,70	0,25	0,11
Rio de Janeiro	0,07	0,07	0,03	0,00	0,29	0,57	0,14	0,07
Rio Grande do Norte	0,05	0,10	0,07	0,01	0,15	0,60	0,25	0,10
Rio Grande do Sul	0,03	0,04	0,05	0,02	0,37	0,58	0,03	0,04
Rondônia	0,05	0,08	0,07	0,00	0,01	0,50	0,49	0,08
Roraima	0,04	0,05	0,03	0,00	0,01	0,41	0,57	0,05
Santa Catarina	0,06	0,06	0,04	0,01	0,27	0,57	0,16	0,06
São Paulo	0,07	0,07	0,03	0,00	0,41	0,49	0,06	0,07
Sergipe	0,07	0,11	0,08	0,02	0,23	0,61	0,14	0,11
Tocantins	0,07	0,12	0,13	0,01	0,06	0,74	0,19	0,12
Total Brasil	**0,06**	**0,09**	**0,06**	**0,02**	**0,27**	**0,57**	**0,14**	**0,09**

Fonte: Dados da pesquisa.

Estão representados acima no quadro 10 os índices de pobreza multidimensional no Brasil para as pessoas que residem na área rural. Realiza-se uma comparação das pessoas que residem na área rural com a pobreza multidimensional do Brasil em 2014. Os indicadores que apresentaram valores acima da média nacional foram os de Baixa Renda, Baixa Renda Extrema, Vulnerabilidade Muito Baixa, Vulnerabilidade Alta, Vulnerabilidade Muito Alta. O indicador de Vulnerabilidade Média apresentou valores abaixo da média nacional

Na figura 7 estão representados os índices de pobreza multidimensional da área rural de todas as Unidades de Federação.

Figura 7- Mapa da pobreza multidimensional da área rural.



Fonte: Dados da pesquisa.

Os estados do Amazonas, Pará, Maranhão, Pernambuco e Alagoas foram os que apresentaram os maiores índices de pobreza multidimensional para a área rural. Os menores índices pertencem as seguintes Unidades de Federação: Goiás, Distrito Federal, Paraná, Rio Grande do Sul e Roraima.

É possível verificar que os índices de pobreza multidimensional para as áreas rurais estão presentes em muito mais Unidades de Federação do que comparada com as outras características que foram analisadas, estão localizadas, sobretudo nos estados do Norte e Nordeste, concluindo que de fato o meio rural é mais fragilizado do que o meio urbano.

Isso corrobora com o afirmado por Wanderley (2000), Mocelin (2010) e por Batista e Neder (2014) de que o meio rural é mais vulnerável aos problemas sociais e econômicos. Visto que há menos acesso à saúde, educação, saneamento básico, mercado de trabalho na área rural, obrigando algumas famílias a utilizarem mecanismos de subsistência que exigem algumas vezes trabalho infantil e baixa renda contribuindo para perpetuação da pobreza entre as gerações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar do Brasil não ser considerado como sendo um país pobre, possuí muitas pessoas que são consideradas pobres, possuindo um desafio histórico de romper com as desigualdades sociais, visto que muitos pobres ficam vulneráveis e afastados da sociedade moderna, muito além de possuírem condições mínimas de desenvolvimento humano.

A pobreza é reconhecida como um fenômeno complexo e de múltiplas dimensões, relacionada não apenas ao mercado de trabalho e a renda, mas também com políticas e as relações sociais. Dessa forma, há um consenso cada vez mais amplo da multidimensionalidade da pobreza, associada com as privações aos quais os indivíduos estão expostos.

Inicialmente as famílias foram classificadas com pobreza multidimensional através de indicadores de baixa renda, vulnerabilidades e de pobreza, criando índices para os homens e mulheres, pessoas de cor brancas e não brancas e para as pessoas que residem na área urbana e

na área rural, comprando-os com a pobreza multidimensional do Brasil em 2014. Foram apresentados também os mapas contendo a pobreza multidimensional para cada Unidade de Federação. Após a criação desses indicadores realizou-se uma análise fatorial exploratória, para identificar os cinco níveis de pobreza em que uma família possa estar.

Os resultados encontrados indicam que tanto para os homens quanto para as mulheres os indicadores de baixa renda, vulnerabilidade e de pobreza foram compatíveis com a média nacional. Com isso, é possível verificar que para a pobreza familiar a diferença entre ser homem ou mulher não é significativa, comparadas a pobreza multidimensional do Brasil em 2014.

Em uma comparação entre as pessoas de cor branca e pessoas não brancas com a pobreza multidimensional do Brasil em 2014, o trabalho apresentou que as pessoas que não são de cor branca possuem os maiores índices de pobreza multidimensional. Já para os residentes nas áreas urbanas ou nas áreas rurais, o trabalho apresentou resultados que evidenciam o quanto o meio rural é mais fragilizado do que as áreas urbanas, pois os indicadores de baixa renda, vulnerabilidade e pobreza para as pessoas que residem nas áreas rurais apresentaram resultados piores que a média nacional.

Observou-se também que os estados do Maranhão, Pernambuco e de Alagoas foram os que apresentaram os maiores índices de pobreza multidimensional, enquanto que Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Distrito Federal, Paraná, Santa Catarina e o Rio Grande do Sul estão entre as Unidades de federação que apresentaram os menores índices de pobreza multidimensional no Brasil no ano de 2014.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Regis de Castro. *Política e pobreza no Brasil.* Lua Nova: Revista de Cultura e Política, n. 19, p. 107-122, 1989.

BARROS, Ricardo Paes de; SILVA, Mirela de Carvalho Pereira da ; FRANCO, Samuel. *Pobreza Multidimensional no Brasil.* Rio de Janeiro, outubro de 2006. (Texto para discussão N°1227).

CONEVAL, Consejo Nacional de Evaluación de la Política de Desarrollo Social. *Metodología para la medición multidimensional de la pobreza en México,* México DF. CONEVAL, 2009.

LATTIN, James; CARROLL, J. Douglas; GREEN, Paul E. *Análise de Dados Multivariados*. São Paulo: Cengage Learning, 2011. 455 p.

LIMA, Ana Luiza Machado de Codes. *Modelagem de Equações Estruturais: uma Contribuição Metodológica para o Estudo da Pobreza*. Tese de doutorado. Universidade Federal da Bahia. Maio de 2005.

MAXWELL, S. *The meaning and measurement of poverty*. ODI Poverty Briefing, n. 3, fev. 1999.

MESTRUM, F. *Mondialisation et Pauvreté*: De l'Utilité de la Pauvreté Dans le Nouvel Ordre Mondial. Paris: L'Harmattan, 2002.

MOREIRA, Juliana Duffles Donato. *Estratégias de redução da pobreza e das desigualdades no Brasil.* Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Agosto de 2011.

NARAYAN, D. *Voices of the poor - Can anyone hear us?* Washington, D.C.: The World Bank, Oxford University Press, 2000.

PASQUALI, L. (2009). *Inteligência: um conceito equívoco*. Em: R. Primi. (Org.), *Temas em avaliação psicológica*. (pp. 56-60). Campinas, SP: IBAP.

PRIMI, R. *Inteligência: avanços nos modelos teóricos e nos instrumentos de medida. Avaliação Psicológica,* 2 (1), 67-77 (2003).

_____. *Validade de construto de um instrumento informatizado de avaliação dinâmica da inteligência fluida*. *Psico (PUCRS)*, *37*, 109-122. (2006).

ROCHA, Sonia. *Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?* 2. ed. Rio de Janeiro, FGV, 2005.

SALAMA, Pierre; DESTREMAU, Blandine. *O tamanho da pobreza*. Editora Garamond, 1999.

SEN, Amartya. *Developmentas Freedom: Winner of the nobel prize for economics*. First published. New York: Oxford University Press, 1999.

SEN, Amartya Kumar; MENDES, Ricardo Doninelli. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ANEXOS

Quadro11- Indicador de presença de vulnerabilidade das famílias.

Fecundidade:
V1. Alguma mulher teve filho nascido vivo no último ano.
V2. Alguma mulher teve filho nascido vivo nos últimos dois anos.
Atenção e cuidados especiais com crianças, adolescentes e jovens:
V3. Presença de criança.
V4. Presença de criança ou adolescente.
V5. Presença de criança, adolescente ou jovem.
Atenção e cuidados especiais com idosos:
V6. Presença de idoso.
Dependência demográfica:
V7. Ausência de cônjuge.
V8. Menos da metade dos membros encontram-se em idade ativa.
Presença da mãe:
V9. Existe criança no domicílio cuja mãe já tenha morrido.
V10. Existe criança no domicílio que não viva com a mãe.

Fonte: Barros, Silva e Franco (2006).

Quadro 12 - Indicador de acesso ao conhecimento.

Analfabetismo:
C1. Presença de adulto analfabeto.
C2. Presença de adulto analfabeto funcional.
Escolaridade:
C3. Ausência de adulto com fundamental completo.
C4. Ausência de adulto com secundário completo.
C5. Ausência de adulto com alguma educação superior.
Qualificação profissional:
C6. Ausência de trabalhador com qualificação média ou alta.

Fonte: Barros, Silva e Franco (2006).

Quadro 13 - Indicador de acesso ao trabalho

Disponibilidade de trabalho:
T1. Menos da metade dos membros em idade ativa encontram-se ocupados.
T2. Ausência de trabalhador que esteja a mais de seis meses no trabalho atual.
Qualidade do posto de trabalho:
T3. Ausência de ocupado no setor formal.
T4. Ausência de ocupado em atividade não-agrícola.
Remuneração:
T5. Ausência de ocupado com rendimento superior a 1 salário mínimo.
T6. Ausência de ocupado com rendimento superior a 2 salários mínimos.

Fonte: Barros, Silva e Franco (2006).

Quadro 14 - Indicador de disponibilidade

Extrema pobreza:
R1. Renda familiar per capita inferior à linha de extrema pobreza.
Pobreza:
R2. Renda familiar per capita inferior à linha de pobreza.
Capacidade de geração de renda:
R3. Maior parte da renda familiar advém de transferências.

Fonte: Barros, Silva e Franco (2006).

Quadro 15 - Indicador de desenvolvimento

Trabalho precoce:
D1. Presença de ao menos uma criança com menos de 14 anos trabalhando.
D2. Presença de ao menos uma criança com menos de 16 anos trabalhando.
Acesso à escola:
D3. Presença de ao menos uma criança de 0-6 anos fora da escola.
D4. Presença de ao menos uma criança de 7-14 anos fora da escola.
D5. Presença de ao menos uma criança de 7-17 anos fora da escola.
Progresso escolar:
D6. Presença de ao menos uma criança de até 14 anos com mais de 2 anos de atraso.
D7. Presença de ao menos um adolescente de 10 a 14 anos analfabeto.
D8. Presença de ao menos um jovem de 15 a 17 anos analfabeto.
D9. Presença de ao menos uma mãe que tenha algum filho que já tenha morrido.
D10. Presença de mais de uma mãe que tenha algum filho que já tenha morrido.
D11. Presença de mãe que já teve algum filho nascido morto.

Fonte: Barros, Silva e Franco (2006).

Quadro 16 - Indicador de condições habitacionais

Propriedade:
H1. Domicílio não é próprio.
H2. Domicílio não é nem próprio nem cedido.
Déficit habitacional:
H3. Densidade de 2 ou mais moradores por dormitório.
Abrigabilidade:
H4. Material de construção não é permanente.
Acesso a abastecimento de água:
H5. Acesso inadequado à água.
Acesso a saneamento:
H6. Esgotamento sanitário inadequado.
Acesso à coleta de lixo:
H7. Lixo não é coletado.
Acesso à energia elétrica:
H8. Sem acesso à eletricidade.
H9. Não tem ao menos a um dos itens: fogão ou geladeira.
H10. Não tem ao menos a um dos itens: fogão, geladeira, televisão ou rádio.
H11. Não tem ao menos a um dos itens: fogão, geladeira, televisão, rádio ou telefone.
H12. Não tem ao menos a um dos itens: fogão, geladeira, televisão, rádio, telefone ou computador.

Fonte: Barros, Silva e Franco (2006).

SETOR CERVEJEIRO E SUA COMPETITIVIDADE NO MERCADO INTERNACIONAL

Alice Giovani de Oliveira
Mestranda em Economia (UFV) MG
Universidade Federal de Viçosa (UFV)
alice.giovaniol@gmail.com

Elaine Aparecida Fernandes
Doutora em Economia Aplicada (UFV)MG
Universidade Federal de Viçosa (UFV)
eafernandes@ufv.br

RESUMO

O presente estudo consistiu na análise da competitividade da indústria cervejeira no mercado internacional no período que compreende os anos de 2010 a 2014. Para isso, foram utilizados dados dos sites World Integrated Trade Solution (WITS) e Euromonitor International e a Matriz de Competitividade da Cepal. Os resultados mostraram uma evolução do consumo aparente e da produção dos principais países produtores de cerveja. Observou-se que alguns grandes produtores têm produção coincidente com a demanda interna, como é o caso do Brasil; outros necessitam de importar para atender seu mercado consumidor, como os EUA; e alguns outros têm excedente na produção como ocorre com a Alemanha. No que se refere à competitividade do setor, observou-se que a cerveja vem perdendo espaço quando comparado seu volume comercializado ao volume de outras bebidas alcóolicas. Isso gera uma situação de vulnerabilidade ou de retrocesso para o setor. Uma das razões para essa perda de competitividade pode ser explicada pelas crises enfrentadas pelos maiores países consumidores da bebida e pela tendência de mudança do comportamento do consumidor que está, a cada momento, consumindo mais cervejas especiais como as artesanais e premium.

Palavras-chave: Indústria cervejeira. Competitividade internacional. Matriz de competitividade.

ABSTRACT

This paper consisted of an analysis of the competitiveness of beer industry in the international market during the period from 2010 to 2014. For this, data from the World Integrated Trade Solution (WITS) and Euromonitor International websites and the Competitiveness Matrix Cepal were used. The results showed an evolution of the apparent consumption and of the production of the main producing countries of beer. It was observed that some large producers have production coinciding with domestic demand, as is the case of Brazil; Others need to import to serve their consumer market, such as the US; And some others have surplus in production as it does with Germany. Regarding the competitiveness of the sector, it was observed that beer is losing space when compared its volume sold to the volume of other alcoholic beverages. This creates a situation of vulnerability or regression for the sector. One of the reasons for this loss of competitiveness can be explained by the crises faced by the major countries consuming the drink and by the trend of changing consumer behavior that is, at any moment, consuming more special beers such as the craft and premium.

Keywords: Beer industry. International competitiveness. Matrix of competitivenes.

REVISTA ELETRÔNICA DOCUMENTO 21 MONUMENTO
REDM
NDIHR
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICA REGIONAL NDIHR

INTRODUÇÃO

O Brasil vem apresentando resultados negativos no que se refere à complexidade tecnológica e competividade de seus produtos no mercado internacional. O ápice foi, recentemente, a notícia de que o país perdeu 6 posições, em termos de competitividade, na edição de 2016 do *ranking* de competitividade do Fórum Econômico Mundial. O Brasil ficou em 81° lugar, atrás de países como os outros membros BRICS[1], Chile, Colômbia, Peru, Uruguai, Vietnã, Ruanda, Guatemala e Sri Lanka. Esta colocação da economia brasileira foi a pior dos últimos 20 anos (WORLD ECONOMIC FORUM, 2016).

Diante desse contexto, o presente estudo buscou analisar o comportamento e a competitividade dos países maiores produtores de cerveja, dando enfoque à economia brasileira, no mercado internacional. Este setor foi escolhido por que vem passando por diversas transformações, com várias fusões e aquisições de seus maiores *players*[2]. Isso vêm modificando toda a estrutura econômica já existente. Além disso, sabendo-se que o Brasil é um grande produtor e consumidor do produto, ocupando a terceira colocação no *ranking* de produção, e vem aumentando suas exportações nos últimos anos, o estudo torna-se ainda mais interessante.

No que se refere à literatura empírica, existe uma abundância de trabalhos a respeito da competividade de diversos setores e produtos de vários países e também do Brasil, entretanto, estudos para o setor cervejeiro ainda são escassos. Gregorini (2006), Cunha (2011) e Moreira (2014) são alguns dos poucos autores que trabalharam com o tema para a economia brasileira.

Gregorini (2006) identifica e avalia as estratégias competitivas da Companhia de Bebidas das Américas no mercado brasileiro. As conclusões do autor são que a empresa utiliza de algumas estratégias tais como diferenciação de produto, diferenciação de preços, cooperação e alianças estratégicas e, por fim, estratégia de inovação tecnológica e todas estas estratégias levaram a empresa a ser a maior do setor no mercado brasileiro.

Cunha (2011) analisa a competitividade das microcervejarias de Santa Catarina e conclui que os principais fatores que afetam esta variável são: a qualidade dos produtos, como estratégia de diferenciação do produto; o crescimento da renda da população somado com um movimento de valorização do consumidor pelas pequenas cervejarias; e uma modificação na legislação tributária do Estado de Santa Catarina, incentivando a produção de chopes e cervejas artesanais.

Moreira (2014) discorre sobre a competitividade do segmento de cerveja no Brasil no período de 1997 a 2012 através do modelo de Cinco Forças de Porter. O autor mostra que existe um oligopólio altamente concentrado no setor, principalmente depois da criação da empresa AmBev. Além disso, verifica que o preço da bebida é dependente do mercado internacional, uma vez que a principal matéria prima da cerveja, o lúpulo, é importada. Outro resultado importante é que existe uma demanda crescente por bens substitutos, por mais que a cerveja ainda seja preferência nacional devido às altas temperaturas brasileiras. Por fim, os resultados mostram aumento de atratividade para pequenas cervejarias devido ao crescimento do consumo de cervejas artesanais. O estudo afirma que, no geral, o segmento de cerveja no Brasil possui baixa competitividade.

No que se refere à Matriz de Competividade da Cepal[3], existem vários trabalhos que a utilizam como método de análise. Este é o caso de Xavier (2001), Da Silva (2004), Pena e Herreros (2005), Cunha e Xavier (2010), Pereira, Porcile e Furtado (2011) e Carvalho, Silva e Negri Neto (2004). Xavier (2001) aborda os padrões de especialização comercial e sua interação com os saldos comerciais da economia brasileira e constata através da matriz de competitividade que no período recente ao desenvolvimento do estudo houve uma intensificação da participação de setores com contribuição negativa ao saldo comercial, parte disso pela inexistência de competitividade em setores ativos no mercado internacional.

Da Silva (2004) analisa a dinâmica do comércio agrícola brasileiro em relação ao valor adicionado nas *commodities* utilizando os conceitos de posicionamento e eficiência. O autor conclui que as exportações brasileiras não evoluem como esperado para países em desenvolvimento. Há um aumento de produtividade, entretanto esta é apenas para enfrentar a queda nos preços das *commodities* e não agrega valor adicionado e qualidade ao comércio internacional. Pena e Herreros (2005) observam a posição competitiva das exportações brasileiras no comércio internacional no período de 1985 a 2000 e concluem que estas se revelaram

"desfavoráveis e vulneráveis concomitantemente".

Através da matriz de competitividade, Cunha e Xavier (2010) identificam a situação dos setores ótimos, em declínio, com oportunidades perdidas e os setores em retrocesso da economia chinesa, enquanto Carvalho, Silva e Negri Neto (2004) identificam as mesmas situações, entretanto para os produtos do agronegócio brasileiro. Enquanto o primeiro estudo constata que a China se tornou mais eficiente nos setores intensivos em tecnologia, principalmente a partir dos anos 2000, o segundo trabalho conclui que as exportações brasileiras de produtos do agronegócio obtiveram desempenho fraco, principalmente quando se trata dos produtos principais da sua pauta, como a torta de soja e o café em grão.

Já Pereira, Porcile e Furtado (2011) mede o quanto a mudança estrutural do Brasil e o crescimento tecnológico tem influenciado as exportações do país. Para isso, utilizam o conceito cepalino de competitividade combinado aos indicadores de intensidade tecnológica e dinamismo da demanda com índices de Vantagem Comparativa Revelada (VCR). Eles destacam que o país possui potencial quanto à diversificação e crescimento de setores dinâmicos, entretanto, esse potencial não tem sido explorado devido à ausência de investimentos em pesquisa, tecnologia, capital humano e exportações, ao contrário do que ocorre em países asiáticos.

Fica evidente a ampla variedade de estudos sobre competitividade para vários produtos e setores, entretanto, a respeito da competitividade da indústria cervejeira, a literatura ainda é incipiente. Trabalhos que tratam do tema são, então, importantes e inovadores e podem contribuir para a literatura, para agentes públicos e privados no sentido de fornecer informações ainda pouco divulgadas do setor.

Com este intuito, o presente trabalho buscou, de forma geral, analisar a competitividade da indústria cervejeira no mercado internacional no período que compreende os anos de 2010 a 2014. De forma específica, pretendeu-se: a) caracterizar a evolução do consumo de cerveja dos países que mais produzem o produto no período selecionado; b) identificar as maiores firmas do setor cervejeiro no Brasil e suas maiores marcas e descrever sua evolução; e c) verificar a situação de competitividade das exportações dos principais países produtores de cerveja no mercado internacional nos anos de 2010-2014.

Para alcançar os objetivos propostos, o presente estudo estruturou-se em quatro seções, além da Introdução. Na seção 2, foi apresentado os aspectos empíricos e teóricos da competitividade no mercado internacional. Na seção 3 foi exposta a metodologia do estudo. Na seção 4 encontra-se o núcleo principal do artigo, onde foram apresentados os resultados deste trabalho. E, por fim, na seção 5 foram feitas as considerações finais.

Aspectos teóricos e empíricos sobre competitividade

Apesar dos estudos sobre competividade serem diversos, não há unanimidade a respeito de sua efetiva definição e, por conseguinte, a respeito da melhor metodologia para representá-la. De acordo com Farina e Nunes (pág. 2, 2003):

> "Competitividade não tem uma definição precisa. Pelo contrário, compreende tantas facetas de um mesmo problema que dificilmente se pode estabelecer uma definição ao mesmo tempo abrangente e útil. Do ponto de vista das teorias de concorrência, a competitividade pode ser definida como a capacidade sustentável de sobreviver e, de preferência, crescer em mercados correntes ou novos mercados. A sustentabilidade implica em que essa posição seja consistente com a realização de lucros não negativos"

Para Esteves Filho (1991), há duas maneiras de se estudar competitividade. A primeira é uma abordagem *ex-post* que diz respeito a posições, em termos de poder de competição, nos mercados doméstico e internacional. Essa abordagem é avaliada a partir dos resultados obtidos e é medida por indicadores como *Market share*[4], desempenho exportador[5] e coeficiente de proteção[6].

Por outro lado, existe também a abordagem *ex-ante* que associa competitividade com a capacidade de competir no longo prazo. Ela permite evidenciar a análise dos fatores determinantes da competitividade e assim avaliar a capacidade das empresas de manter, ampliar

e/ou conquistar novas posições competitivas nos mercados doméstico e internacional.

Em adição, as vantagens competitivas das firmas podem advir de consequências de fatores que lhes são próprios e específicos, como a utilização de uma tecnologia mais avançada, o aproveitamento de economias de escala, uma melhor capacitação da mão de obra ou uma gerência empresarial mais eficiente. Contudo, a capacidade competitiva das empresas pode resultar também, da presença de fatores externos à firma. Nesse sentido, o governo pode propiciar o fortalecimento da eficiência das empresas, tanto pelo exercício de políticas macroeconômicas e setoriais, quanto por intermédio da geração de economias externas (CHUDNOVSLY e PORTA, 1990).

Segundo Coutinho e Ferraz (1994), além dos fatores mencionados, existem outros, de caráter estrutural, que estão parcialmente fora da área de influência das empresas e que são condicionantes do desempenho competitivo das mesmas. Pode-se citar, como exemplo, as características dos mercados consumidores (oportunidade de acesso a mercados internacionais por exemplo), configuração da indústria em que a empresa atua (grau de verticalização e diversificação setorial) e concorrência (sistema fiscal-tributário incidente sobre as operações industriais, dentre outros).

Um enfoque mais tradicional defendido por alguns autores, dentre eles Corden (1994), diz que uma indústria é competitiva se produz bens *tradables*[7] e rentáveis. Neste sentido, uma redução da competitividade pode ser descrita como uma redução na rentabilidade de algumas ou mesmo de todas as indústrias produtoras de bens *tradables.* Para esse autor, a rentabilidade de uma indústria depende do preço dos produtos e dos salários. Assim, quando os salários aumentam mais rapidamente que o preço dos produtos, a rentabilidade da indústria tende a cair juntamente com a produção e o emprego. Ao melhorar a produtividade, mantendo constantes os preços dos produtos, aumenta a rentabilidade.

Nesta visão, pode-se distinguir três casos de competitividade. O primeiro se refere à competitividade setorial, que resulta de problemas de competitividade em alguns setores da produção de bens *tradeables,* sem que isso possa vir a ser um problema generalizado da produção de bens. O segundo diz respeito à apreciação real da taxa de câmbio que significa queda na rentabilidade da produção de bens *tradables*, sem redução na rentabilidade da economia em seu conjunto. Finalmente, tem-se o problema da queda da rentabilidade global da economia. Este último caso significa lento crescimento da produtividade, seja em termos absolutos ou relativos a outros países.

O desempenho competitivo é favorável para empresas que obtêm economias de escala, lideranças tecnológicas e alto grau de diferenciação de produtos. Essas características são resultantes dos efeitos interativos das condições de demanda do produto, das condições de oferta dos fatores, da estrutura e rivalidade entre as empresas, do desenvolvimento das indústrias correlatas e de apoio e das estratégias empresariais. A combinação desses quatro elementos modela o ambiente econômico no qual as empresas operam, promovendo ou impedindo a criação da vantagem competitiva. Porter (1993) ilustra a inter-relação entre esses elementos que constituem os determinantes da competitividade em um sistema.

Segundo Porter (1993), quando se fala em condições de demanda, refere-se as demandas externas e internas de produtos e/ou serviços por uma determinada indústria. A ação da demanda sobre o processo de criação das vantagens competitivas ocorre mediante a identificação e atendimento da composição dessa demanda, satisfazendo as necessidades do consumidor final, o engajamento empresarial no sentido de conquistar parcelas crescentes do mercado, a adequação da oferta ao padrão de crescimento do mercado e o domínio dos mecanismos pelos quais as preferências internacionais são internalizadas nos diferentes sistemas de produção domésticos.

A presença das indústrias correlatas e de apoio favorece a criação de vantagens às demais empresas industriais como resultado do acesso eficiente e rápido aos insumos economicamente rentáveis, possibilitando o surgimento de novas indústrias competitivas. E a presença de certo grau de rivalidade entre as empresas é fundamental para a criação e persistência da vantagem competitiva em uma indústria. Em adição, a estrutura também deve ser adequada ao desenvolvimento de fontes de vantagens competitivas (PORTER, 1993).

Outra variável importante que influencia o sistema de Porter é o acaso que é representado por acontecimentos que fogem ao controle da firma como guerras, descontinuidade tecnológica etc. O papel do governo é outro item importante e é tratado como um determinante em si, pois deve

influenciar a ação dos quatro determinantes acima, de modo a facilitar a obtenção das vantagens competitivas pelas empresas (PORTER, 1993).

Para Fajnzylber (1988, pág. 12), "a competitividade consiste na capacidade de um país manter e expandir sua participação nos mercados internacionais e elevar simultaneamente o padrão de vida da sua população". O conceito de competitividade é empregado como sinônimo de desempenho das exportações, sendo o mesmo *ex post*. Este calcula a competividade de acordo com seus impactos no comércio internacional, sendo mais competitiva a firma, indústria ou país que mais ampliar seus produtos no comércio externo. A clareza e simplicidade de tal conceito facilitam na criação de metodologias para o cálculo da competividade. Além disso, tal conceito abrange todas as condições que influenciam a situação de um agente no comércio internacional, tais como políticas externas, acordos internacionais, taxa de câmbio e condições de produção. Conforme Coutinho e Ferraz (1994), podem ser utilizados como instrumentos para ganho de competitividade recursos como desvalorização cambial, subsídios e políticas de incentivos à exportação.

Entretanto, outra linha de pensamento entende que o crescimento das exportações de um país na verdade é uma consequência da existência de competitividade, não sua própria personificação. Para estes, a competitividade é um aspecto estrutural, qualificando-a como a capacidade de uma nação produzir determinado bem de forma igual ou superior quando se trata de eficiência que seus concorrentes. Autores como Azevedo (2005) e Kupfer (1992) podem ser citados como exemplos e consideram a concorrência como variável importante para a competitividade. Azevedo (2005) afirma que essa variável serve de incentivo para que as empresas administrem melhor seus recursos escassos e invistam em inovações, obtendo assim qualidade e preços baixos. Já Kupfer (1992) estabelece que o padrão de concorrência é o determinante da competitividade.

Chugnovsky e Porta (1990) e Kupfer (1992) consideram a existência de uma competitividade diferenciada nos âmbitos macroeconômico e microeconômico. Enquanto o ambiente microeconômico está relacionado com a competitividade da empresa, o macroeconômico trata da competência de um país obter resultados socioeconômicos positivos. Jank (1996) assegura que a competitividade é influenciada por variáveis como tecnologia disponível, utilização ótima desta tecnologia, pelos preços domésticos, insumos de produção, salários, impostos e infraestrutura, pelas taxas de câmbio e a estabilidade econômica, pela proximidade dos mercados e pela estrutura de incentivos e subsídios (políticas públicas voltadas para cadeia de produção) e por barreiras tarifárias e não tarifárias.

Para Blecker (1996), a competitividade pode ser, dentre outras coisas, resultado de questões estruturais. Neste esquema analítico, uma firma compete com outras que atuam no mesmo ramo, mas também, com produtores potencialmente entrantes. Para melhorar sua competitividade, a firma pode recorrer a vários instrumentos, tais como melhorar sua gestão financeira, dispor de uma maior capacidade de inovação tanto de produtos quanto de processos, obter ganhos de produtividade da mão de obra e do capital superiores aos das firmas concorrentes e reduzir os custos por intermédio de uma maior integração vertical.

Diante do exposto e da constatação de que a competitividade das exportações pode ser também resultado de problemas estruturais, o presente trabalho procura identificar, para a economia brasileira, quais fatores influenciam, com maior peso, o desempenho das vendas externas de cerveja. Utiliza-se na análise, o procedimento formalizado pela Cepal (1991) denominado Matriz de Competitividade da Cepal[8]. Este enfoque identifica a dinâmica exportadora em pequenos intervalos de tempo, sendo capaz de captar alterações que mostram as tendências do setor.

Metodologia

A fim de identificar os produtos dos países da OCDE que ganharam ou perderam competitividade no mercado internacional, Fajnzylber (1991) e Mandeng (1991) propuseram avaliar esta variável de acordo com a participação das exportações dos países nas importações mundiais.

O presente trabalho segue esta linha de raciocínio e objetiva analisar o desempenho dos países maiores produtores de cerveja no mercado internacional e comparar o desempenho brasileiro com o desempenho dos seus principais concorrentes. Através dos conceitos de posicionamento e eficiência, examina-se o desempenho das exportações do produto *i* dos países.

Posicionamento (si) refere-se à participação das importações do produto i (Mi) nas importações mundiais totais (M). Se $\Delta si > 0$, afirma-se que o produto *i* está em uma condição vantajosa uma vez que sua participação nas importações mundiais totais teve um aumento. Antagonicamente, quando $\Delta si < 0$, o posicionamento de *i* é desfavorável.

Já a eficiência mostra a competitividade de um país *j* no mercado de um produto *i*, sendo *sij* a participação das exportações do produto *i* pelo país *j* (*Xij*) nas importações mundiais do produto *i* (*Mi*). A partir disso, pode-se chegar aos seguintes resultados para eficiência: se $\Delta sij > 0$, a participação do país *j* nas importações de *i* aumentou, portanto, o país tornou-se mais eficiente ou mais competitivo para o produto. O oposto ocorre quando $\Delta sij < 0$ onde a participação do país *j* nas importações de *i* diminuiu e assim o país tornou-se menos eficiente ou menos competitivo para o produto.

Ao se unir os resultados de Posicionamento e Eficiência, as exportações do produto *i* do país *j* podem se enquadrar nas seguintes situações:

a) $\Delta si > 0$ e $\Delta sij > 0$: situação ótima. O mercado do produto está em expansão enquanto o país aumenta participação no seu comércio internacional.

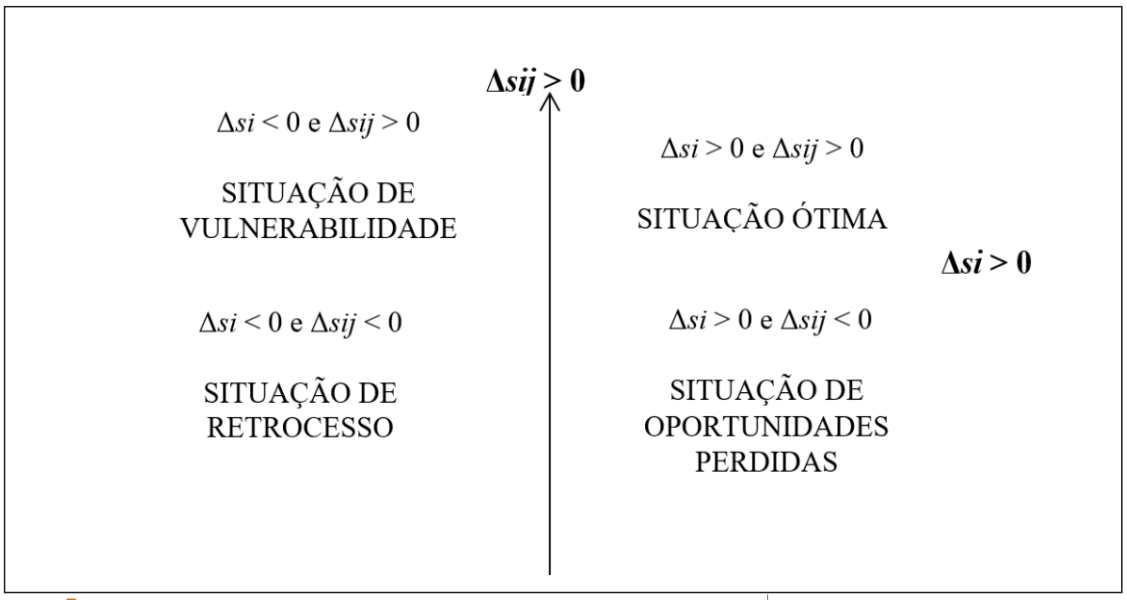
b) $\Delta si < 0$ e $\Delta sij > 0$: situação de vulnerabilidade. O produto está perdendo espaço no mercado, entretanto o país aumenta participação no seu comércio internacional.

c) $\Delta si < 0$ e $\Delta sij < 0$: situação de retrocesso. O produto está perdendo espaço no mercado e o país diminui sua participação no comércio internacional.

d) $\Delta si > 0$ e $\Delta sij < 0$: situação de oportunidades perdidas. O produto está ganhando espaço no mercado, entretanto o país diminui sua participação no comércio internacional.

A Figura 1 ilustra as possíveis situações.

Figura 1 – Matriz de Competitividade



Fonte: Adaptado de Carvalho, Silva e Negri Neto (2004).

No presente estudo, o produto *i* é a cerveja, incluindo também as cervejas sem álcool, enquanto foram selecionadas as importações de bebidas alcoólicas como a variável das importações mundiais totais (M).

Fonte de dados

Com intuito de verificar o grau de competitividade das exportações dos principais países produtores de cerveja no mercado internacional, nos períodos de 2010-2012 e 2013-2014, foram utilizados os dados extraídos dos *sites Euromonitor International*[9] e *World Integrated Trade Solution - WITS*.

Uma vez que o *ranking* mundial de maiores produtores mundiais da cerveja é realizado através da variável quantidade e não preço, foi mantida a mesma variável para o cálculo da competitividade dos países.

Através da provedora global de inteligência estratégica de mercado *Euromonitor International*, foram obtidas as quantidades importada e exportada de cerveja, em milhões de litros, de 48 países, dentre eles os principais *players* mundiais. Enquanto por meio do banco de dados *WITS*, extraiu-se a quantidade importada de todas as bebidas alcóolicas, em litros, convertidos, posteriormente, para milhões de litros, destes mesmos 48 países.

É importante salientar que os dados das importações de bebidas alcoólicas da Áustria em 2012, da Bélgica em 2010, da Espanha em 2012 e dos Estados Unidos no ano de 2014 não estavam disponíveis nas bases utilizadas. Sendo estes grandes países produtores mundiais de cerveja, não era correto apenas retirá-los da amostra. Assim, calculou-se a média aritmética simples da quantidade importada dos anos adjacentes ao que não havia dado, obtendo um valor aproximado desta variável.

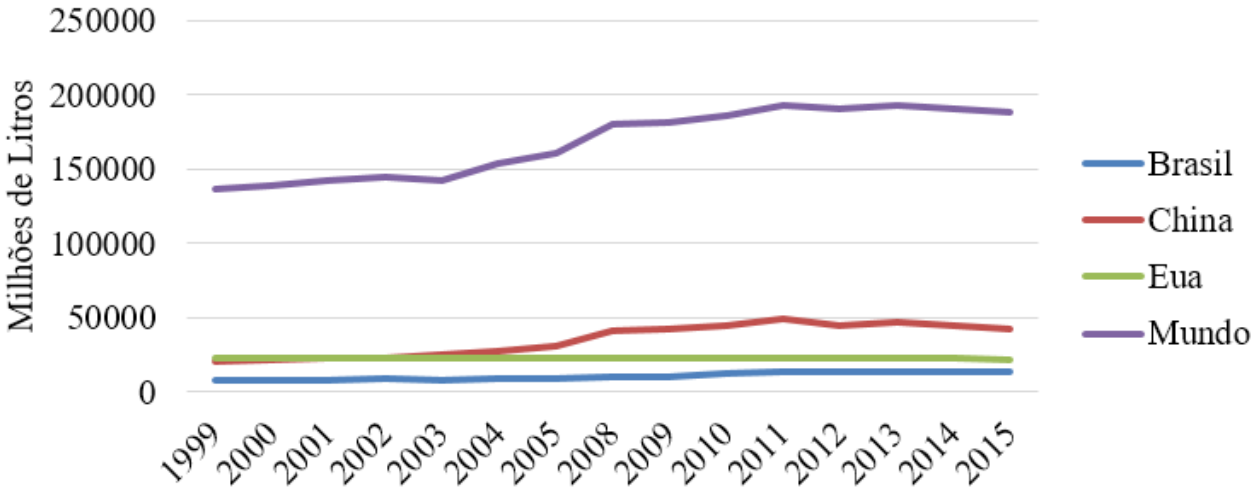
Quanto ao período selecionado, este não se estendeu aos anos de 2015 e 2016 devido à ausência de dados de consumo aparente, produção, exportação e importação de cerveja para a maioria dos países em análise.

Resultados e discussão

Evolução do consumo e produção dos maiores produtores mundiais

A produção mundial de cerveja, em 2015, foi de aproximadamente 189 milhões de quilolitros, entretanto, apresentou queda quando comparada aos dois anos anteriores. A Figura 2 ilustra a evolução da produção dos principais países produtores da bebida e o total mundial.

Figura 2 – Produção de Cerveja 1999-2015



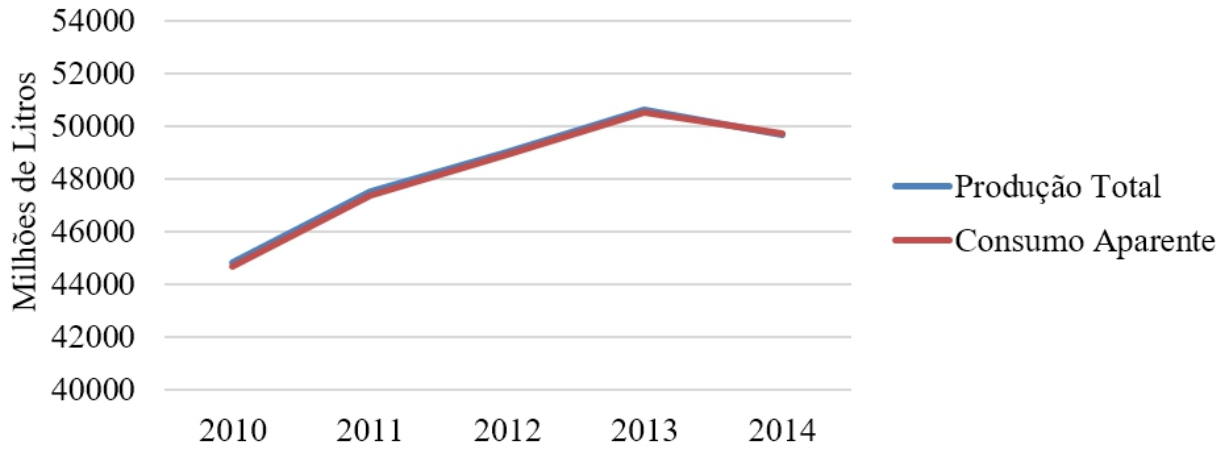
Fonte: Kirin Beer University. Elaboração própria.

Como observado na Figura 2, o comportamento da produção mundial acompanha a produção dos principais produtores mundiais e, em 2015, tem-se uma queda na tendência positiva observada após 2004.

Ao se analisar os maiores produtores, observa-se que além de maior produtora de cerveja, desde 2003, a China é também o país que mais consome a bebida no mundo (KIRIN BEER UNIVERSITY,

2015). A Figura 3 ilustra a evolução da produção e consumo aparente chinês de 2010 a 2014.

Figura 3 – Produção e Consumo Aparente de Cerveja na China



Fonte: Euromonitor International. Elaboração própria.

É importante ressaltar que o cálculo de Consumo Aparente é feito pela soma da produção nacional e as importações do produto, excluindo as exportações do mesmo. Para Carvalho e Ribeiro (2015), este indicador estabelece uma *proxy* eficiente do comportamento da demanda, já que partindo da ideia do equilíbrio entre oferta e demanda, os dados de oferta são bastante diversificados, o que gera complexidade de se construir medidas apropriadas de demanda.

O contínuo aumento no consumo chinês de cerveja, até o ano de 2013, foi impulsionado pelo crescimento populacional e pelo aumento do padrão de vida resultante de uma economia em expansão. Em 2013, outros fatores fomentaram esse crescimento como o aumento da demanda interna atrelada a ampliação no interesse por bebidas alcóolicas entre os jovens e adultos, e, além disso, o aumento do número de frequentadores de bares e clubes, que gerou acréscimo na demanda pelo produto nestes estabelecimentos. Outro fator importante foi a ampliação das vendas de bebidas alcóolicas pela internet, que passou a atender os consumidores que preferem degustar o produto sem sair de casa. A queda observada no consumo de cerveja chinês, no ano de 2014, pode ser justificada pelas condições climáticas ruins durante o verão, época em que a bebida é mais consumida.

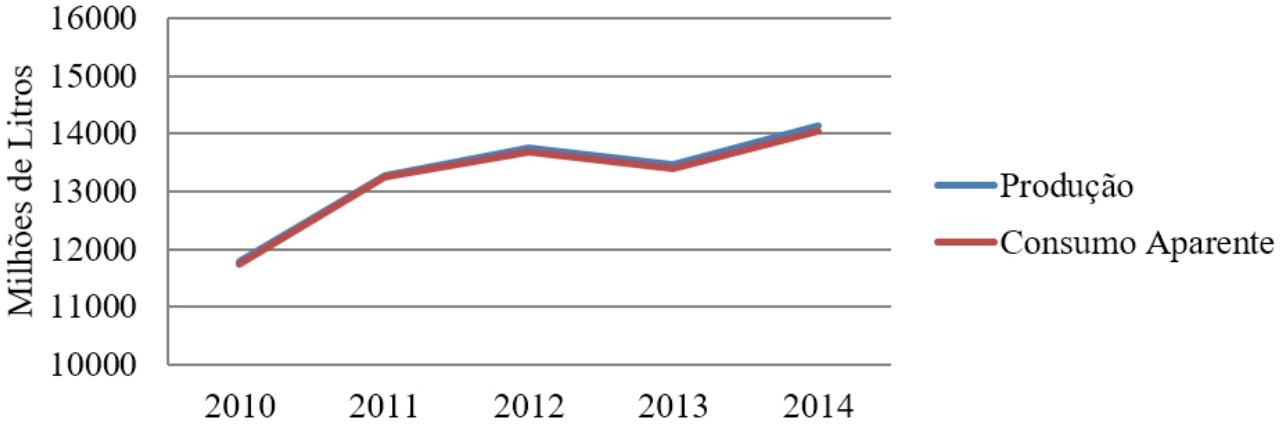
É importante salientar que, apesar de ser a maior produtora da bebida, a China, em 2014, ocupou apenas o 14º lugar no *ranking* de exportação da mesma. Este fato mostra que a produção chinesa é destinada, em sua maioria, para o consumo interno.

Assim como a China, outros principais produtores mundiais de cerveja têm esta produção direcionada, quase em sua totalidade, ao consumo nacional, como é o caso do Brasil e Japão, respectivamente o terceiro e sétimo maiores produtores de cerveja. As Figuras 4 e 5 ilustram a produção e o consumo de cerveja para esses países.

O forte crescimento econômico vivido pelo Brasil na década de 1990 possibilitou o aumento do consumo de cerveja (Figura 3) e este crescimento foi interrompido em 2013. Neste ano, as condições climáticas ruins no inverno e o aumento da taxação sobre bebidas alcóolicas afetaram consideravelmente o seu consumo. Já, em 2014, a recuperação se dá devido a Copa do Mundo realizada no país. (KIRIN BEER UNIVERSITY, 2015).

Apesar dos dados a respeito do consumo aparente brasileiro de cerveja, em 2015, ainda não terem sido divulgados, observa-se uma queda de 2,0% na produção da bebida no país neste ano (KIRIN BEER UNIVERSITY, 2016), indicando que a demanda deverá seguir a mesma tendência. Uma das possíveis explicações para esse resultado pode ser o quadro de recessão econômica vivenciado pelo país na atualidade.

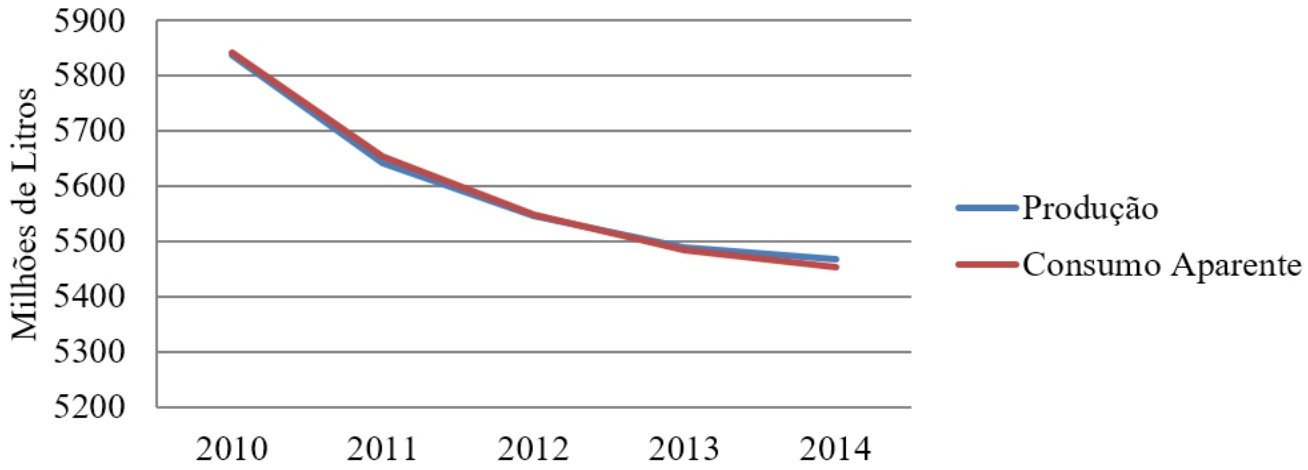
Figura 4 – Produção e Consumo Aparente de Cerveja no Brasil



Fonte: Euromonitor International. Elaboração própria.

Segundo dados do site Kirin Beer University (2015), o Japão mantém-se, por oito anos consecutivos, em sétimo lugar no *ranking* mundial de consumo de cerveja (Figura 5), apesar das constantes quedas. Estas quedas ocorreram devido ao mau tempo durante o verão de 2014, além de uma diversificação no paladar dos seus consumidores (estão aumentando o consumo de cervejas artesanais). Como já enunciado, a produção de cerveja no país também é destinada, em sua maioria, ao mercado interno.

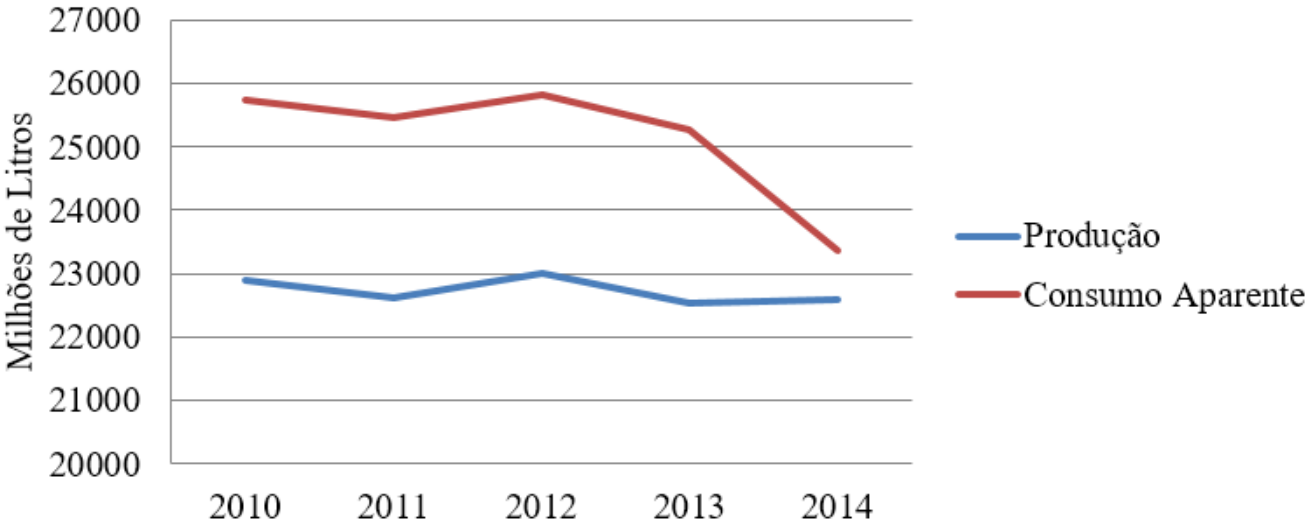
Figura 5 – Produção e Consumo Aparente de Cerveja no Japão



Fonte: Euromonitor International. Elaboração própria.

Entretanto, diferente dos países já apresentados, alguns dos outros maiores produtores da bebida possuem trajetória do consumo aparente diferente da produção da bebida, como é o caso dos Estados Unidos, Alemanha e México. No caso americano, o consumo aparente é superior à sua produção de cerveja, ainda que o país seja o segundo maior produtor da bebida no mundo. A produção não é suficiente para abastecer sua demanda interna, fundamentando a liderança do país no *ranking* de importação de cerveja em 2014. A Figura 6 mostra a evolução do consumo aparente e a produção da bebida no país.

Figura 6 – Produção e Consumo Aparente de Cerveja nos EUA

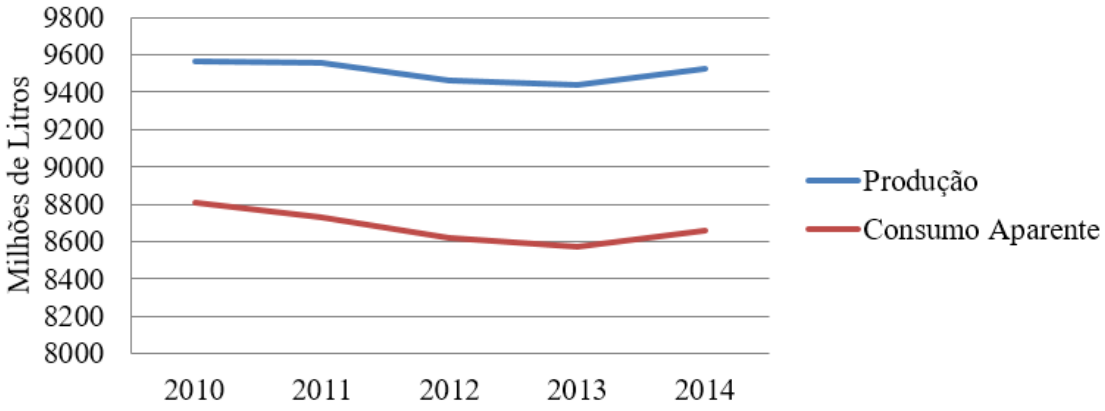


Fonte: Euromonitor International. Elaboração própria.

A intensa queda observada no consumo da bebida nos anos de 2013 e 2014 se dá devido a uma nova tendência do consumidor americano. Este está trocando a quantidade pela qualidade, optando por cervejas mais caras, como as artesanais e por outras bebidas alcoólicas como é o caso de vinhos e destilados (THE WALL STREET JOURNAL, 2016).

Já na Alemanha, o consumo aparente é inferior à sua produção, apesar de ambos seguirem a mesma tendência. A Figura 7 mostra a evolução do consumo aparente e a produção da cerveja alemã.

Figura 7 – Produção e Consumo Aparente de Cerveja na Alemanha



Fonte: Euromonitor International. Elaboração própria.

O país tem tradição e fama na produção de cerveja, consequência da garantia da produção da bebida apenas com malte, lúpulo e água, símbolo de alta qualidade e ausência de cereais baratos. Essa característica estimula a produção não só para a demanda interna como para a exportação.

Fica evidenciado que o direcionamento da produção mundial está diretamente relacionado com a produção dos principais países. Por sua vez, a produção destes países está interligada diretamente com seu consumo interno, exceto no caso de países em que a produção doméstica não é suficiente para atender sua demanda, ou casos em que o país destina sua produção à exportação.

A produção de cerveja no Brasil é efetivada por quatro grandes firmas: AmBev, Heineken, Brasil Kirin e Grupo Petrópolis. Juntas, essas firmas possuem cerca de 96% do mercado nacional, restando apenas 4% para as demais cervejarias, inclusive as produtoras de cerveja artesanal. A Tabela 2 mostra a evolução do *Market share* das principais empresas existentes no Brasil.

Tabela 2 – *Market Share* das produtoras de cerveja no Brasil

Firmas	Anos					
	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Anheuser-Busch InBev NV	66,2	63,5	62,9	62,2	62,9	63,3
Cervejaria Petrópolis AS	8,2	10,6	10,7	11,1	11,8	11,9
Kirin Holdings Co Ltd	-	15	15	14,7	12,5	11,9
Heineken NV	6,8	6,6	6,6	6,5	6,5	6,8
Bavaria NV	1,8	1,9	1,8	1,8	1,8	1,8
Schincariol Participações e Representações AS	15,4	-	-	-	-	-
Outras	1,6	2,3	3	3,6	4,6	4,2

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Euromonitor.

A Ambev, detentora da maior participação do mercado surgiu em 1999 a partir da união de duas tradicionais cervejarias brasileiras, Companhia Antarctica Paulista e Cervejaria Brahma. Segundo Camargos e Barbosa (2005), a união foi uma estratégia para vencer os desafios de um mercado nacional que começava a dar indícios de estagnação. Atualmente, a Ambev é uma parcela da multinacional AB Inbev.

Durante o ano de 2015, a empresa investiu de forma agressiva em marcas de maior valor agregado, como Stella Artois e Budweiser, representando, em conjunto, uma participação de 10% no volume total de cervejas *premium*[10] no Brasil. É uma cervejaria que, apesar de nova, teve grande crescimento e alcançou e ultrapassou rapidamente suas rivais.

Em segundo lugar no *ranking* de vendas está a Cervejaria Petrópolis. Segundo o *site* da própria empresa, a cervejaria, fundado na cidade de Petrópolis, região serrana do estado do Rio de Janeiro, é a única grande empresa com capital 100% nacional do setor. A empresa vem investindo muito em sua marca Itaipava, especialmente na região Nordeste do país, melhorando seus canais de distribuição e espera-se que continue a apresentar um bom desempenho nos próximos anos, ampliando sua presença também na região Norte.

A Brasil Kirin, divisão da Kirin Holdings Company, tem suas marcas distribuídas por mais de 20 centros de distribuição próprios e 190 revendas para atender cerca de 600 mil pontos de vendas em todo o Brasil. Surgiu em 2011 com a aquisição da antiga Schincariol, entretanto o novo nome só foi divulgado em novembro de 2012. A empresa apresentou desempenho negativo nos últimos anos em função da queda de vendas da sua principal marca, a Nova Schin (EUROMONITOR INTERNATIONAL, 2016).

A Heineken Brasil está presente no país desde maio de 2010, quando adquiriu as cervejas do grupo FEMSA. Dona de um portfólio com cervejas *premiuns*, conhecidas em todo mundo, a mesma gera cerca de 2 mil empregos e possui seis cervejarias espalhadas pelo Brasil (HEINEKEN BRASIL, 2016).

Em 2015, a Heineken Brasil manteve a quarta posição na categoria, com uma participação de 9% no volume total de vendas. O bom desempenho foi resultado da crescente disponibilidade da marca em todo o país, combinada com promoções e descontos oferecidos principalmente em grandes redes de varejo. A disponibilidade de diversos tipos de embalagens e tamanhos também contribuiu para que a marca fosse considerada uma boa opção para diferentes ocasiões de consumo (EUROMONITOR INTERNATIONAL, 2016).

Em relação às marcas de cerveja, o Brasil possui um portfólio variado, e o consumo varia de região para região. A Tabela 3 indica as marcas mais consumidas pelos brasileiros no período 2010-2015.

Tabela 3 – Marcas de Cerveja mais consumidas no Brasil

Marca	Empresa	Consumo (%)/ano					
		2010	2011	2012	2013	2014	2015
Skol	Anheuser-Busch InBev NV	31,3	30	29,4	28,6	28,8	28,8
Brahma	Anheuser-Busch InBev NV	18,1	17,3	17	16,6	16,8	16,9
Antarctica	Anheuser-Busch InBev NV	11,7	11,1	10,9	10,7	10,7	10,6
Nova Schin	Kirin Holdings Co Ltd	-	13,4	13,4	12,9	10,8	10,3
Itaipava	Cervejaria Petrópolis AS	5,5	7	7,1	7,3	7,8	8
Kaiser	Heineken NV	5,7	5,6	5,4	5,3	5,2	5,3
Crystal	Cervejaria Petrópolis AS	2,7	3,5	3,6	3,8	3,9	3,9
Bohemia	Anheuser-Busch InBev NV	1,6	1,6	1,8	2	2,1	2,3
Bavaria	Bavaria NV	1,8	1,9	1,8	1,8	1,8	1,8
Chopp Brahma	Anheuser-Busch InBev NV	1,1	1	1,2	1,4	1,4	1,6
Budweiser	Anheuser-Busch InBev NV	0,7	0,6	0,6	0,7	0,8	0,9
Cintra	Kirin Holdings Co Ltd	-	0,9	0,9	0,9	0,9	0,9
Polar	Anheuser-Busch InBev NV	0,7	0,7	0,7	0,8	0,8	0,9
Sol	Heineken NV	0,7	0,6	0,7	0,7	0,7	0,7
Original	Anheuser-Busch InBev NV	0,3	0,3	0,4	0,4	0,5	0,6
Heineken	Heineken NV	0,1	0,2	0,2	0,3	0,4	0,5
Outras	Outras	18	3,9	4,7	5,5	6,3	5,8

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da Euromonitor International.

Como era de se esperar, as marcas da empresa líder no mercado dominam as vendas, ocupando as três primeiras colocações. Essa colocação se dá devido aos investimentos em *marketing*, preços médios, tradição das marcas e o gosto e preferência da maioria da população.

Ao fechar a tríade, a seguir vem as cervejas com preço inferior as primeiras colocadas como Nova Schin, Itaipava e Kaiser. Estas marcas atendem aqueles consumidores que possuem menor poder aquisitivo ou não são tão exigentes, mas que consomem a cerveja em grande quantidade.

Após estas duas categorias, misturam-se no *ranking* as cervejas de baixo preço, como a cerveja Polar, que apesar de não atender ao paladar do consumidor, tem vendas consideráveis para as classes D e cervejas consideradas *premium*, como as marcas Bohemia, Budweiser e Heineken, marcas que cada vez mais vem ganhando espaço.

Análise da competitividade

Através do cálculo de posicionamento, explicitado na seção Metodologia, observou-se que a cerveja está em condição desfavorável em relação à competitividade no período analisado. A Tabela 4 explicita os resultados encontrados.

Tabela 4 – Cálculo de Posicionamento *(si)*

	2010-2012	2013-2014
Média Mi	9550,733333	9190,25
Média M	21925,12163	45698,64902
Mi/M	0,435606858	0,201105507
Variação Si	-0,23450135	

Fonte: Resultados da pesquisa.

Tal perda de posicionamento (*si* < 0) da cerveja quando comparado a outras bebidas alcoólicas pode ser fundamentada pelas crises econômicas observadas nos principais países consumidores e produtores, o que pode ter afetado o consumo e produção da bebida. Observou-se também que situações de mau tempo desestimularam o consumo e consequentemente a produção de grandes *players*, como a China, Brasil e Japão, abrindo mercado para os bens substitutos como bebidas alcoólicas que não tem seu consumo relacionado ao clima.

Além disso, a crescente mudança de comportamento do consumidor, incentivada pela tendência de "beba menos, beba melhor", pode também ter afetado negativamente a quantidade produzida desse produto.

A Tabela 5 mostra os indicadores de competitividade dos principais países produtores de cerveja e a situação de cada um diante do posicionamento negativo da cerveja e a variação nas exportações do produto para cada país.

Tabela 5 – Matriz de competitividade dos principais produtores mundiais de cerveja

Rank Produção 2014	Países	Situação	Sij[1]		Δ*sij*	Variação (%) das Exportações 2010/2012 - 2013/2014
			2010/2012	2013/2014		
1	China	Vulnerabilidade	2,24	2,76	0,52	18,82
2	EUA	Vulnerabilidade	4,02	5,6	1,59	34,22
3	Brasil	Vulnerabilidade	0,89	1,33	0,45	44,57
4	Alemanha	Vulnerabilidade	16,39	16,72	0,33	-1,83
5	México	Retrocesso	21,39	15,44	-5,95	-30,55
6	Rússia	Vulnerabilidade	1,17	2,56	1,39	110,94
7	Japão	Vulnerabilidade	0,33	0,56	0,23	64,13
9	Reino Unido	Retrocesso	6,99	0,06	-6,93	-11,39
10	Polônia	Vulnerabilidade	2,22	2,88	0,66	24,66
11	Espanha	Vulnerabilidade	1,15	1,77	0,62	48,23
13	Índia	Vulnerabilidade	0,33	0,4	0,06	14,97
15	Países Baixos	Vulnerabilidade	17,61	19,43	1,82	6,16
16	Argentina	Retrocesso	0,45	0,4	-0,05	-14,35
17	República Tcheca	Vulnerabilidade	3,46	4,09	0,63	13,90
18	Canadá	Retrocesso	3,05	2,45	-0,6	-22,70
19	Bélgica	Vulnerabilidade	12,31	13,53	1,22	5,77
20	Romênia	Vulnerabilidade	0,2	0,35	0,15	70,78
21	Peru	Retrocesso	0,58	0,13	-0,45	-78,12
22	Itália	Vulnerabilidade	2,08	2,2	0,12	1,57
23	Turquia	Retrocesso	1,13	1,02	-0,11	-13,16

Fonte: Resultados da pesquisa.

Apenas México, Reino Unido, Canadá, Peru, Turquia, Portugal e Irlanda obtiveram situação de retrocesso, onde há queda do comércio internacional de cerveja desses países acompanhando a queda nas importações do produto. Como já esperado pela metodologia, estes tiveram consideráveis quedas nas exportações do produto no período selecionado.

Assim como a maior parte dos países, a China, os Estados Unidos e o Brasil, maiores produtores de cerveja, encontraram-se em situação de vulnerabilidade, situação onde o país aumenta suas exportações de cerveja mesmo quando as importações do produto estão em queda. Estes países tiveram, respectivamente, aumentos de 19%, 34% e 44% na variação média da exportação de cerveja no período de 2013/2014 comparados ao período de 2010/2012.

A situação de vulnerabilidade indica que o país está seguindo o sentido oposto da tendência geral, aumentando suas exportações enquanto os outros países estão recuando no comércio. Entretanto, a cerveja possui diversas subcategorias. Como já discorrido, a cerveja artesanal vem ganhando muito espaço na demanda mundial e tanto o Brasil quanto os EUA têm investido suas exportações nesta categoria. Portanto, o aumento de suas exportações pode significar investimentos neste segmento de mercado.

Quando analisada as exportações dos países em relação às importações totais de cerveja, foi observado que a maioria dos países teve variação positiva nesse indicador. Isso mostra que os países passaram a destinar maior parte de suas produções ao mercado internacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O comércio internacional de cerveja ainda é incipiente, mas tem crescido ao longo da década de 2000. Diante desta constatação, o trabalho buscou analisar o comportamento e a competitividade de países selecionados, inclusive o Brasil, no mercado internacional, levando em consideração a cerveja. A análise foi feita considerando o período que compreende os anos de 2010 e 2014.

Dentre os maiores produtores mundiais, foi observado que nem sempre essa produção é destinada ao mercado externo, como é o caso da China e do Brasil. Entretanto, em outros países o comércio internacional da bebida é significativo, como é o caso dos Estados Unidos, que possui a segunda maior produção de cerveja no mundo e ainda assim precisa importar para atender sua demanda interna e a Alemanha, que possui sua produção bastante superior ao consumo aparente.

Em um primeiro momento, foi observado que nos períodos comparados, a cerveja perdeu posicionamento dentre as demais bebidas alcóolicas, por diversos fatores tanto do lado da oferta quanto da demanda. Essa perda de posicionamento impossibilitou que qualquer país em análise obtivesse situação ótima no setor cervejeiro. Importante ressaltar que a análise foi feita através do volume de importação e exportação dos países. Quando se trata de valor do comércio, a situação pode mudar, uma vez que essa nova tendência implica em consumo de categorias mais caras de cerveja, sendo plausível o aumento ou a manutenção da receita ou dispêndio do comércio mesmo com volumes menores. O estudo de competitividade pela matriz da Cepal do setor utilizando a variável valor é uma interessante sugestão de pesquisas futuras.

Visto que o cenário mundial aponta para uma mudança do comportamento do consumidor a fim de preferir bebidas de maior valor agregado às cervejas de médio e baixo preço, cabe às cervejarias brasileiras investir em qualidade dos produtos já existentes, além de motivar a produção de cervejas *premiums* e artesanais, mantendo assim a importância destas para a economia do país. Ademais, investimentos em indústria de outros diversos tipos de bebidas alcóolicas é estratégia inteligente em um mercado mundial em que a participação destas outras bebidas vem aumentando em detrimento da cerveja.

NOTAS

[1]Sigla formada pelas letras iniciais dos países considerados emergentes Brasil, Rússia, Índia e China.

[2]Empresas e/ou países que lideram a produção, venda, produtividade ou desempenho de determinado setor.

[3]Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. Criada em 1948 para contribuir com o desenvolvimento econômico da América Latina e reforçar as relações econômicas dos países da região entre si e com as demais nações do mundo.

[4]Grau de participação de uma empresa no mercado em termos das vendas de um determinado produto.
[5]Desempenhos das empresas/países em suas atividades com os mercados externos.
[6]Medida que mensura o grau de protecionismo comercial de um país.
[7]Bens que sofrem com a concorrência externa.
[8]Para maiores detalhes ver Fajnzylber (1991) e Mandeng (1991).
[9]China, EUA, Brasil, Alemanha, México, Rússia, Japão, Reino Unido, Polônia, Espanha, Índia, Países Baixos, Argentina, República Tcheca, Canadá, Bélgica, Romênia, Peru, Itália, Turquia, Áustria, Portugal, Irlanda, Chile, Dinamarca e Sérvia;
[10]Cervejas com maior concentração de lúpulo e malte. Tem como exemplos a Stella Artois e Heineken e Miller. Em alguns casos a palavra *premium* vem sendo usada para diferenciar cervejas que suas cervejarias desejam promover em especial, não sendo necessariamente uma *premium* de verdade. Em alguns casos, pode simplesmente significar apenas nível alcoólico acima de 5%.
[11]Exportações de cervejas do país j/Importações de cerveja de 48 países selecionados.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Paulo Furquim de. Contratos: uma perspectiva econômica. *Direito & Economia*. Rio de Janeiro: Elsevier, v. 4, 2005.

BECKER, Gary S. *Accounting for tastes*. Harvard University Press, 1996.

CAMARGOS, Marcos Antônio de; BARBOSA, Francisco Vidal. Da fusão Antárctica/Brahma à fusão com a Interbrew: uma análise da trajetória econômico-financeira e estratégica da AmBev. *Revista de Gestão USP,* São Paulo, v. 5, n. 3, p.47-63, set. 2005.

CARVALHO, Leonardo; RIBEIRO, Fernando. Indicadores de Consumo Aparente de Bens Industriais: metodologia e resultados. *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada-IPEA,* 2015.

CARVALHO, Maria Auxiliadora de; SILVA, César Roberto Leite da; NEGRI NETO, Afonso. Exportações brasileiras e produtos agrícolas e mudança na demanda mundial de alimentos. *Economia e Sociedade,* Campinas, v. 13, n. 2, p.133-145, dez. 2004.

CHUDNOVSKY, Daniel; PORTA, Fernando. La competitividad internacional: principales cuestiones conceptuales y metodológicas. *CENIT*. Buenos Aires. 1990.

CORDEN, W. Max; STEIN, Leslie. Victor Argy 1929–1993. *Economic Record,* [s.l.], v. 70, n. 208, p.74-79, mar. 1994.

COUTINHO, Luciano; FERRAZ, João Carlos. *Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira.* 2. ed. São Paulo: Papirus, 1994.

CUNHA, Samantha Ferreira e; XAVIER, Clésio Lourenço. Fluxos de investimento direto externo, competitividade e conteúdo tecnológico do comércio exterior da China no início do século XXI. *Revista de Economia Política*, [S. l.], v. 30, n. 3, p.491-510, set. 2010.

CUNHA, Tiago Vargas da. *COMPETITIVIDADE E SEGMENTAÇÃO NA INDÚSTRIA CERVEJEIRA: Uma Análise da Competitividade das Microcervejarias Catarinenses*. 2011. 117 f. Monografia (Especialização) - Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

DA SILVA, Cesar Roberto Leite. Evolução do comércio agrícola brasileiro segundo o valor adicionado. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 42., 2004, Cuiabá. *Artigo*. Cuiabá: Sober, 2004. p. 1 - 10.

ESTEVES FILHO, M. Competitividade: conceituação e fatores determinantes. *Rio de Janeiro: BNDES, 1991.*

EUROMONITOR INTERNATIONAL. *Euro Monitor World Cosmetics and Toiletries Directory*. 2016. Disponível em < http://www.euromonitor.com>. Acesso em: 17 nov. 2016.

FAJNZYLBER, Fernando. Competitividad internacional: evolución y lecciones. *Revista de La Cepal,* Santiago de Chile, v. 1, n. 36, p.7-24, dez. 1988.

FAJNZYLBER, Fernando. Inserción internacional e innovación institucional. *Revista de La Cepal*, Santiago de Chile, v. 1, n. 44, p.149-178, ago. 1991.

FARINA, Elizabeth M.M.Q.; NUNES, Rubens. *Desempenho do agronegócio no comércio exterior e governança nos sistemas agroindustriais das carnes de suínos e das carnes bovinas*. ANPEC-Associação Nacional dos Centros de Pós-graduação em Economia. Belo Horizonte, MG, 2003.

GREGORINI, Gizeli dos Santos. *Estratégia competitiva no mercado de bebidas: estudo de caso na Companhia de Bebidas das Américas - AMBEV*. 2006. 69 f. Monografia (Especialização) - Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006

GRUPO PETRÓPOLIS. Nossa história. 2016. Disponível em:

<http://www.grupopetropolis.com.br/empresa>. Acesso em 20 nov. 2016

HEINEKEN BRASIL. *Cervejaria Heineken*. 2016. Disponível em http://www.heinekenbrasil.com.br/cervejaria-heineken>. Acesso em 20 nov. 2016.

JANK, Marcos Sawaya. *Competitividade do agribusiness brasileiro: discussão teórica e evidências no sistema de carnes.* 195 f. 1996. Tese (Doutorado em Administração)-Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

KIRIN HOLDINGS COMPANY. *Global Beer Consumption by Country in 2014*. 2015. Disponível em: < http://www.kirinholdings.co.jp/english/news/2015/1224_01.html>. Acesso em: 17 nov. 2016.
KIRIN HOLDINGS COMPANY. **Globa***l Beer Production by Country in 2009*. 2010. Disponível em: < http://www.kirinholdings.co.jp/english/news/2010/0810_01.html>. Acesso em: 17 nov. 2016.

KIRIN HOLDINGS COMPANY. *Global Beer Production by Country in 2010*. 2011. Disponível em: < http://www.kirinholdings.co.jp/english/news/2011/0811_01.html>. Acesso em: 17 nov. 2016.

KIRIN HOLDINGS COMPANY. *Global Beer Production by Country in 2011*. 2012. Disponível em: <http://www.kirinholdings.co.jp/english/news/2012/0808_01.html>. Acesso em: 17 nov. 2016.

KIRIN HOLDINGS COMPANY. *Global Beer Production by Country in 2012*. 2013. Disponível em: < http://www.kirinholdings.co.jp/english/news/2013/0822_01.html>. Acesso em: 17 nov. 2016.

_____*Global Beer Production by Country in 2013*. 2014. Disponível em: <http://www.kirinholdings.co.jp/english/news/2014/0810_01.html>. Acesso em: 17 nov. 2016.

_____*Global Beer Production by Country in 2014*. 2015. Disponível em: < http://www.kirinholdings.co.jp/english/news/2015/0810_01.html>. Acesso em: 17 nov. 2016.

_____*Global Beer Production by Country in 2015*. 2016. Disponível em: <http://www.kirinholdings.co.jp/english/news/2016/0810_01.html>. Acesso em: 17 nov. 2016.

KUPFER, David. *Padrões de concorrência e competitividade*. Encontro Nacional da ANPEC, v. 20, 1992.

MANDENG, Ousmène Jacques. Competitividad internacional y especialización. *Revista de La*

Cepal, Santiago de Chile, v. 1, n. 45, p.25-42, dez. 1991.

MOREIRA, Élisson Telles. Análise da Competitividade do Segmento de Cerveja do Brasil, 1997–2012. *Informações Econômicas,* São Paulo v. 44, n. 3. Jun. 2014.

PENA, Heriberto Wagner Amanajás; HERREROS, Mário Miguel A. Garcia. O desempenho das exportações brasileiras no comércio internacional: uma análise do dinamismo através da matriz de competitividade, 1985 a 2000. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 25. 2005. Ribeirão Preto. *Artigo*. Sober 2005. p. 1 - 19.

PEREIRA, Wellington; PORCILE, Gabriel; FURTADO, João. Competitividade internacional e tecnologia: uma análise da estrutura das exportações brasileiras. *Economia e Sociedade,* Campinas, v. 20, n. 3. Dez, 2011.

PORTER, Michael E. *A vantagem competitiva das nações.* [s.l.]: Campus, 1993. 898 p.
THE WALL STREET JOURNAL. *Recuo das artesanais não deve ajudar grandes marcas de cerveja nos EUA*. Disponível em: < http://br.wsj.com/articles/SB12537609621557413642904582284291270068340>. Acesso em: 17 nov. 2016.

Torrens, Robert. *An essay on the external corn trade*. 1815.

WORLD ECONOMIC FORUM. *The Global Competitiveness Report 2015-2016:* Competitiveness Rankings. 2016. Disponível em: < http://reports.weforum.org/global-competitiveness-report-2015-2016/competitiveness-rankings/>. Acesso em: 17 nov. 2016.
XAVIER, Clesio L. *Padrões de especialização e saldos comerciais no Brasil*. Encontro Nacional De Economia, v. 29, 2001.

O MERCADO DE CELULOSE DE FIBRA CURTA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL – BRASIL: UMA ANÁLISE DA INTEGRAÇÃO E DA CAUSALIDADE ENTRE OS PREÇOS

Ana Paula da Silva
Professora Mestre da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia - FACE da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD, Dourados (MS)
ana_paulasoft@hotmail.com

Madalena Maria Schlindwein
Prof. Drª. da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia - FACE da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD, Dourados (MS)
madalenaschlindwein@ufgd.edu.br

Alexandre Bandeira Monteiro e Silva
Prof. Drº. da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia - FACE da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD, Dourados (MS)
abmseconomia@gmail.com

RESUMO

O aumento na produção de celulose no estado de Mato Grosso do Sul está diretamente ligado ao aumento de sua exportação e consequentemente sua participação na produção e exportação nacional. Por este motivo este trabalho analisou e mensurou a influência dos preços da celulose exportada de outros estados com o preço da celulose exportada do estado de Mato Grosso do Sul por meio de análise estatística, análise de correlação, testes de estacionariedade, teste de regressão linear, cointegração e causalidade.

Palavras-chave: Lei do preço único. Cointegração. Causalidade.

ABSTRACT

The increase in pulp production in the state of Mato Grosso do Sul is directly related to the increase in its exports and, consequently, its participation in national production and exports. For this reason, this work analyzed and measured the influence of pulp prices exported from other states to the price of pulp exported from the State of Mato Grosso do Sul through statistical analysis, correlation analysis, stationarity tests, cointegration, causality and test Linear regression.

Keywords: Law of the single price. Cointegration. Causality.

REVISTA ELETRÔNICA DOCUMENTO MONUMENTO 21
REDM
NDIHR
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICA REGIONAL NDIHR

INTRODUÇÃO

A produção e exportação de celulose no Brasil tem elevado os resultados da economia no setor florestal. A celulose é obtida principalmente da madeira de eucalipto e pinus. A produção de celulose no Brasil se destaca através do plantio de eucalipto. Na economia brasileira, o segmento de celulose e papel tem sido um dos mais bem-sucedidos da economia no setor florestal. O Brasil se destaca como o 4º produtor mundial de celulose geral e 1º produtor mundial de celulose de fibra curta. O país vem se destacando também com as exportações de celulose de fibra curta e papel, representando no ano de 2015, 4,1% da pauta total das exportações brasileiras (BRACELPA, 2015).

Segundo a Associação Brasileira de Celulose e Papel – Bracelpa (2015) a produção de celulose no Brasil atende uma demanda global, voltada à exportação, já a produção de papel atende a uma demanda regional, em que sua maior concentração fica na região sudeste do país. No ano de 2014, a Europa e a China se mantiveram como principais mercados externos para a celulose brasileira. Com relação ao mercado do papel, a América Latina se mantém como principal mercado, seguida pela Europa e América do Norte, respectivamente.

Outro desempenho positivo do segmento de celulose e papel no país ocorre devido à existência de empreendimentos industriais que possuem escalas de produção adequadas; capital e trabalho; emprego dos fatores de produção de terra; uso intensivo do capital e à qualidade internacionalmente reconhecida dos produtos nacionais (SOARES, 2010).

A participação geral do Brasil no comércio internacional é relativamente importante no setor de celulose, com 8,4% no *ranking* mundial de produção e obtendo a quarta posição no ano de 2012. Já a participação do setor de papel é menor, com 2,5% no *ranking* mundial de produção, alcançando a 10ª posição no ano de 2012 (BRACELPA, 2015).

A produção de celulose cresceu 4,5% em 2015, atingindo 17,2 milhões de toneladas. O principal destino de celulose brasileira continua sendo a Europa, responsável por 38,5% dessa exportação, seguida da China e América do Norte, com cerca de 33,2% e 17,6%, respectivamente (IBÁ, 2015).

A opção por realizar a pesquisa no Brasil, com foco no estado de Mato Grosso do Sul, justifica-se pelo fato de o país possuir a maior produtividade de celulose de fibra curta no mundo e pela fase de crescimento em produção e exportação de Mato Grosso do Sul. Faz-se a observação de que no ano de 2014 este estado destacou-se com 14,5% de área plantada com Eucalipto no Brasil, ocupando o terceiro lugar, sendo que Minas Gerais obteve 25,2% e São Paulo 17,6% de área plantada (BRACELPA, 2015). Dentro do contexto de produção, o estado de Mato Grosso do Sul vem se destacando com o monocultivo do eucalipto e novas fábricas. Destaca-se a região de Três Lagoas, formada pelos municípios de Três Lagoas, Selvíria, Brasilândia, Água Clara e Santa Rita do Pardo (PERPETUA; THOMAZ JÚNIOR, 2014).

As indústrias de papel e celulose de Mato Grosso do Sul obtiveram no ano de 2015, o rendimento de 2,72% superior a 2014, com aumento no faturamento de R$ 2,20 bilhões para R$ 2,26 bilhões. A produção de celulose no estado correspondeu no ano 2015 a aproximadamente 17% da produção nacional (FIEMS, 2016).

Partindo dessas premissas, a pesquisa tem como problemática de pesquisa a seguinte indagação: é possível apresentarintegração e causalidade dos preços no segmento de celulose do estado de Mato Grosso do Sul?

Neste sentido, o objetivo geral deste trabalho é analisar a integração e causalidade dos preços de celulose de fibra curta em Mato Grosso do Sul, em comparação com os principais estados produtores brasileiros, no período de 2010 a 2015.

A hipótese central deste trabalho é de que os preços da celulose de fibra curta de Mato Grosso do Sul são integrados e causados por outros estados.

A partir destas informações, é possível identificar as características da produção e dos preços da celulose exportada, assim como entender sua integração e a causalidade entre os preços. Se busca identificar se as alterações de preços de um mercado podem atingir os preços de outro mercado e se a determinação de preços dos mercados são independentes.

Os resultados poderão ser utilizados pelos setores relacionados à economia e como estímulo

a competitividade da produção de celulose e papel em Mato Grosso do Sul, dada a identificação das ligações do mercado e a integração entre os preços praticados no comércio exterior.

Este trabalho está divido em quatro partes além desta breve introdução. A segunda parte apresenta a revisão bibliográfica, com a qual se busca estabelecer um suporte conceitual para o estudo, destacando um panorama de entendimento de integração de mercados; o setor produtivo de celulose e papel no Mundo, no Brasil e em Mato Grosso do Sul. Na terceira é definido o embasamento metodológico, assim como a fonte de dados utilizados e o modelo empírico. Na quarta, apresentam-se os resultados e sua discussão, com destaque ao setor produtivo da celulose de fibra curta no Brasil. Por fim, constam as considerações finais e as referências que embasaram o estudo.

CELULOSE E PAPEL NO MUNDO, NO BRASIL E EM MATO GROSSO DO SUL

A análise de integração de mercados tem se tornado de grande relevância no desenvolvimento econômico de um país. A presença de mercados integrados favorece a diminuição de deficiências estruturais gerando um maior fluxo de informação entre as regiões. Também gera aumento na especialização e no comércio, e, consequentemente, melhorias no bem- estar dos produtores e consumidores. As medidas de políticas públicas e privadas em mercados integrados são mais eficazes, visto que apresentam ajustamento mais rápido e são mais abrangentes (ROSADO, 2006).

Fackler e Goodwin (2000) afirmam que para haver um grau de integração entre duas regiões não é necessário que as mesmas sejam parceiras de comércio, basta ter um fluxo de mercadoria e de informações dentro de um sistema de mercado do qual façam parte. Os autores afirmam ainda que é importante diferenciar o termo integração de mercado de outras formas de integração, visto que pode ocorrer de regiões estarem integradas economicamente, mas não estarem integradas em termos de qualquer mercado especifico.

Para este trabalho será tomado como referência a teoria da Lei do Preço Único (LPU), que afirma que bens idênticos serão vendidos pelo mesmo preço, independentemente da moeda na qual os preços serão cotados. A noção de integração de mercado definida pela LPU, se baseia no fato de que se forem abstraídos os custos de transferências, os mercados regionais que estão ligados pela arbitragem e pelo comércio terão um preço em comum e único para o produto semelhante considerado. A relação de equilíbrio de longo prazo entre os preços de bens comercializáveis de dois ou mais mercados distintos pode ser expressa por essa lei (FACKLER; GOODWIN, 2000).

Järvinen *et al* (2012) destacam a importância da produção de celulose para as principais regiões do mundo no período de 2005 a 2050. Com projeções baseadas em modelos de regressão padrão, os resultados mostraram que a demanda por papelão e produtos de higiene vão continuar a crescer mundialmente, e que o crescimento desta procura será mais importante na Ásia, África, América do Sul e Europa Oriental. Já a Europa Ocidental e América do Norte irão apresentar um crescimento mais lento em sua demanda. Outro resultado obtido pelos autores é que algumas mudanças demográficas, como o envelhecimento da população na Europa Ocidental e América do Norte, e uma continua urbanização na Ásia e na África, podem resultar em mudanças qualitativas no consumo futuro de produtos de papel (JÄRVINEN et al, 2012).

Soares (2010) analisou a competitividade e os preços da celulose e madeira de eucalipto no Brasil, utilizando modelos econométricos, de competitividade e de avaliação de políticas públicas no período de 2002 a julho de 2009. A autora concluiu que a produção de celulose e madeira de eucalipto no Brasil vem sofrendo com a implantação de políticas públicas distorcidas, mas ainda assim é competitiva e lucrativa.

Cardoso *et al* (2013) avaliaram a sazonalidade do preço da celulose brasileira destinada ao mercado norte-americano. A análise utilizou dados da exportação de celulose brasileira para os Estados Unidos no período de 1997 à 2010. Os autores concluíram que os preços mensais do produto variam até 18% em todo o ano, sendo sempre superiores no segundo semestre. Assim, este resultado ajuda as empresas do segmento no momento em que forem rever suas estratégias de venda para os Estados Unidos, dando preferência a períodos de preços altos. Já no período

de baixa de preços, as empresas podem buscar novos mercados ou verificar a possibilidade de armazenamento da produção.

No estado de Mato Grosso do Sul o desempenho industrial e o comércio exterior tem sido alvo de muitas análises, principalmente com a expansão da pasta química de madeira e do complexo de celulose. Em um estudo sobre o comércio exterior e as estruturas produtivas Lamoso (2011) destaca que a pasta química de madeira está entre os principais produtos exportados do estado. Casarotto e Caldarelli (2014) também afirmam este destaque da celulose, através de uma análise do perfil exportador do agronegócio no estado. Os autores utilizaram os índices Gini-Hirschman; contribuição para o saldo comercial (CS); vantagem comparativa revelada (VCR); comércio intraindústria (ICI) e taxa de cobertura. As exportações de celulose mostraram ser um dos segmentos mais fortes, indicando a forte dependência do agronegócio no estado. A partir de 2009 a celulose apresentou uma forte inserção no comércio exterior do estado, tornando-se a quarta força exportadora, sendo a pasta química de madeira não conífera, a soda/sulfato, semibranqueada o maior destaque. Embora a celulose tenha sido um dos destaques do resultado da análise, Casarotto e Caldarelli (2014) concluíram que existe uma diversificação das exportações, incluindo a carne, o soja e a cana-de-açúcar.

As instalações das indústrias de celulose e papel na região leste do estado de Mato Grosso do Sul fez com que a área se tornasse a principal no monocultivo de eucalipto. Fonseca e Junior (2014) afirmam que estas empresas instaladas mantêm projetos de ampliação da produção de celulose e papel na região. A empresa Fibria tem planos para dobrar a produção de celulose e papel em 2016. Isso acarretaria também no aumento do plantio de eucalipto e da produção da fábrica de celulose, passando de 1.300.000 toneladas para 3.500.000 toneladas por ano. A empresa Eldorado Brasil também tem planos de aumentar a produção de celulose no estado. Esta expansão na produção acarretará em um aumento nas exportações do estado e, consequentemente, um aquecimento na sua economia, e na sua participação na produção nacional de celulose e papel (FIEMS, 2016).

METODOLOGIA

A metodologia destaca a área de estudo, com foco central no estado de Mato Grosso do Sul, e os materiais e os métodos que serão utilizados para a análise dos dados da pesquisa. O foco do estudo é o estado de Mato Grosso do Sul, que é o 21° estado mais populoso do Brasil, com 2.619.657 habitantes, possui área territorial de 357.147,532 km^2, representa 4,2% do total da área do país segundo dados de 2014 (IBGE, 2015). Mato Grosso do Sul produz em torno de 17% do total de celulose, ou seja, aproximadamente 3 milhões de toneladas da produção total do país se origina do estado (FIBRIA, 2016).

Para a realização deste estudo utilizou-se como base a pesquisa quantitativa. Para se atender aos objetivos propostos neste trabalho, foram realizadas as seguintes etapas para as análises de séries temporais: Coeficiente de correlação, teste de raiz unitária, análise de regressão, cointegração, causalidade ou precedência temporal para as variáveis cointegradas. Os dados utilizados foram os preços de celulose de fibra curta exportada disponíveis no AGROSTAT e MDIC (2016) no período de 2010 a 2015. Como os preços estão em US$, foram deflacionados pelo deflator PPI (Producer Price Index).

COEFICIENTE DE CORRELAÇÃO

Para a análise dos dados, utilizou-se de estatísticas descritivas de média, variância e desvio-padrão. Foi feita também a correlação entre as séries de preços estudadas. A correlação, também chamada de coeficiente de correlação, indica a força e a direção do relacionamento linear entre duas variáveis aleatórias. No uso estatístico geral, correlação se refere à medida da relação entre duas variáveis, embora correlação não implique causalidade (GUJARATI, 2000).

Para Costa (2009), a correlação entre duas variáveis reflete o grau de relacionamento entre elas. Vários coeficientes são utilizados para situações diferentes, entre eles o mais conhecido é o coeficiente de correlação de Pearson, o qual é obtido dividindo a covariância de duas variáveis pelo produto de seus desvios padrão, para medir o grau de correlação (e direção dessas

variáveis pelo produto de seus desvios padrão e se positiva ou negativa) entre duas variáveis de escala métrica (intervalar ou de razão).

O coeficiente de correlação $\rho(X, Y)$ entre duas variáveis aleatórias X e Y com valores esperados μ_X e μ_Y e desvios padrão σ_X e σ_Y é definida como:

$$\rho(x,y) = \frac{cov(X,Y)}{\sigma x \sigma y} = \frac{E((X-\mu x)(Y-\mu y))}{\sigma x \sigma y} \quad (1)$$

onde, e é o operador valor esperado e *cov* significa covariância. Como $\mu_X = E(X)$, $\sigma_X^2 = E(x^2) - E^2(X)$ e, do mesmo modo para Y.

Para Hoffmannn (2006), as variáveis estão positivamente correlacionadas quando o valor de Y tende a aumentar quando o valor de X cresce, e negativamente correlacionados quando Y tende a diminuir quando X cresce: Quando X e Y não estão correlacionados terá um valor próximo de zero. A análise correlacionada indica a relação entre duas variáveis lineares e os valores sempre serão entre $-1 \leq \rho \leq 1$. O sinal indica a direção, se a correlação é positiva ou negativa, e o tamanho da variável indica a força da correlação, em que:

- $\rho = 1$ Significa uma correlação perfeita positiva entre as duas variáveis.
- $\rho = -1$ Significa uma correlação negativa perfeita entre as duas variáveis, isto é, se uma aumenta, a outra sempre diminui.
- $\rho = 0$ Significa que as duas variáveis não são dependentes linearmente uma da outra.

No entanto, isso não implica que não existe relação entre as variáveis, pode sim existir uma dependência não linear. Assim, o resultado $\rho = 0$ deve ser investigado por outros meios. Tem-se, ainda ρ positivo ou negativo:

- $\rho \geq 0{,}70$ indica uma forte correlação
- $0{,}30 < \rho < 0{,}70$ indica correlação moderada
- $\rho \leq 0{,}30$ fraca correlação

SÉRIES DE TEMPO ESTACIONÁRIAS E NÃO ESTACIONÁRIAS

Em Pindyck e Rubinfield (1991), tem-se que as séries de tempo são geradas por um processo estocástico em que as variáveis associadas possuem uma distribuição aleatória conjunta, isto é, existe alguma função de distribuição de probabilidade p (y1, y2, ..., yt) que atribui probabilidades a todas as combinações possíveis de valores de y1, ..., yt. Este processo estocástico que gera as séries pode ser assumido como estacionário se as duas características não se alterarem ao longo do tempo. Ocorrendo o contrário, as séries são ditas não estacionárias.

Conforme definição de Greene (1993), um processo estocástico yt é estacionário se satisfaz os seguintes itens:

1. E[yt] é independente de t.
2. *Var*[yt] é uma constante, independente de t.
3. *Cov*[yt, ys] é uma função de t-s, mas não de t ou s.

Nos modelos dinâmicos de séries temporais exige-se que as séries sejam estacionárias de modo a se poder fazer inferências e testes estatísticos que sejam válidos, além de permitir a operacionalização dos modelos.

Os modelos econométricos utilizados, de modo geral, pressupõem estacionariedade dos

dados, para que os resultados obtidos e as inferências feitas sejam válidas. Quando se analisa dados não estacionários sem alguma transformação dos mesmos em estacionários, se está incorrendo em erro, ficando os resultados de regressões sem nenhum significado. Segundo Griffiths *et al.* (1993), esses resultados são chamados de regressão espúria.

Um exemplo disto são regressões em nível com processo integrados de primeira ordem. Esses autores ainda chegaram à conclusão de que os estimadores obtidos são ineficientes e apresentam viés. Além disso, segundo Bittencourt (1995), as regressões estimadas não convergem em probabilidade, com a gravidade do problema não diminuindo com o aumento de amostra.

Raiz Unitária

Para a análise de Raiz unitária, foi feito o teste ADF (Dickey-Fuller Ampliado) e PP (Phillips-Perron) para a presença de uma raiz unitária em cada uma das séries logaritmo natural dos preços da celulose em Mato Grosso do Sul (LNPCMS), logaritmo natural dos preços da celulose em São Paulo (LNPCSP), logaritmo natural dos preços da celulose em Minas Gerais (LNPCMG) e logaritmo natural dos preços da celulose na Bahia (LNPCBA), através da estimação pelos mínimos quadrados da regressão:

$$\Delta Y_t = c_1 + \gamma_{t-1} + \sum_{j=1}^{p} \gamma_j \Delta Y_{t-j} + e_t \qquad (2)$$

Onde.

ΔYt = Diferença de primeira ordem das variaveis: LNPCMS, LNPCSP, LNPCMG e LNPCBA c1 e γ = são coeficientes

γ t-1 = Diferença da variável no período anterior

$j\Delta t$-j = Diferença de j-ésima ordem das variaveis: LNPCMS, LNPCSP, LNPCMG e LNPCBA et = Resíduos

Se os resíduos obtidos nesta relação de equilíbrio, εt, forem estacionários, ou seja, I(0), então as variáveis LNPCMS, LNPCSP, LNPCMG e LNPCBA são co-integradas de ordem (1,1).

Existem muitas maneiras de testar a presença de raiz unitária. A realce do trabalho, inicialmente, é dada ao uso da abordagem de Dickey-Fuller Ampliado (DFA) e Phillips-Perron como uma técnica para testar a hipótese nula, segundo a qual em uma das séries possuindo raiz unitária, então essa série é não-estacionária. Variações diferentes do teste de Dickey-Fuller(DF) são aplicáveis, com a hipótese nula sendo H0: $\gamma = 1$(série temporal não estacionária) contra a hipótese alternativa H1: $\gamma = 0$ (série temporal estacionária), e H0: $\varphi = 1$(série temporal não estacionária) contra a hipótese alternativa H1: $\varphi = 0$ (série temporal estacionária).

REGRESSÃO LINEAR SIMPLES

Os modelos avaliam o impacto dos preços da celulose no estado de Mato Grosso do Sul com o preço da celulose nos demais estados (São Paulo, Minas Gerais e Bahia) e entre esses estados no período de 2010 a 2015. Os preços foram transformados em Logaritmo Natural para estimar os modelos definidos pela equação:

$$LNPCY_t = \alpha + \beta 1 LNPCX_t + \varepsilon t \qquad (3)$$

Em que:

LNPCYt = Logaritmo natural do preço da celulose em Mato Grosso do Sul

LNPCXt = Logaritmo natural do preço da celulose em São Paulo (LNPCSP), Minas Gerais (LNPCMG) e Bahia (LNPCBA).

εt e θt = termo de erro.

A análise do modelo foi realizada por meio de regressão linear simples estimada pelo método de mínimos quadrados ordinários (MQO). Onde, a variável LNPCMS foi utilizada como dependente e as variáveis LNPCSP, LNPCMG e LNPCBA como independentes. Para estimar os testes do modelo, utilizou-se a ferramenta de dados do software *EViews* 8.

HETEROCEDASTICIDADE

A análise do estudo pode sugerir um comportamento na variância do erro relacionado a alguma variável explicativa, contudo existem métodos formais de análise dos resíduos. Esses métodos revelam a condição de heterocedasticidade, são teste White e teste dos multiplicadores de Lagrange.

Teste de White

O teste de White é um dos mais utilizados, pois é fácil a aplicação e não depende da hipótese de normalidade. Logo após definir o modelo e estimar seus coeficientes, o teste vai efetuar uma Regressão dos quadrados dos resíduos contra: as variaveis explicativas X, seus produtos cruzados e seus valores ao quadrado. O teste possui as seguintes hipóteses: H0:*Var*(εt) = a2 e H1: *Var*(εt) = ai2 .

O teste de White possui limitações como: incluir todas as combinações e termos formulados para o teste, pode consumir os graus de liberdade. Existe uma outra opção, aplicar o teste LM (Multiplicador de Lagrange).

Teste dos multiplicadores de Lagrange (LM)

O teste dos multiplicadores de Lagrange (LM) é também conhecido como o teste do escore. Este teste se baseia na abordagem de otimização, ou seja, nas condições de primeira ordem da função lagrangiana da função de log-verossimilhança. A estatistica do teste é dada por:

$$\mathbf{LM = g(\hat{\theta}r)\ [\ I(\hat{\theta}r)]^{-1}\ g(\hat{\theta}r)} \qquad \mathbf{(04)}$$

em que, $g(\hat{\theta}r)$ é o vetor escore do modelo restrito calculado sob a hipótese nula. $[I(\hat{\theta}r)]$ é a matriz de informação de Fisher calculada sob a hipótese nula. Assim, a estatística LM terá distribuição X_q^2 .

TESTE DE COINTEGRAÇÃO UTILIZANDO A METODOLOGIA DE JOHANSEN

Para quem utiliza séries de tempo em economia os testes de cointegração revestem-se de suma importância, pois possibilitam analisar e estudar relações estruturais entre variáveis econômicas. Especificamente, estes testes permitem verificar se as variáveis possuem ou não um relacionamento (equilíbrio) de longo prazo entre as variáveis.

A cointegração é interpretada na economia como se duas ou mais variáveis possuem uma relação de equilíbrio de longo prazo, mesmo que as séries possam conter tendências estocásticas I(1) (isto é, serem não estacionárias), elas irão mover-se juntas no tempo, e a diferença entre elas será estável I(0) isto é, estacionária. Optou-se pela metodologia de Johansen (1990) para verificar a cointegração das variáveis em estudo, que determina o número possível de vetores de cointegração existente entre as variáveis.

Considere-se um vetor auto-regressivo (VAR) de ordem p:

$$\mathbf{Yt = A1Yt\text{-}1 + ... + ApYt\text{-}p + B1Xt + ... BpXt\text{-}p + et} \qquad \mathbf{(5)}$$

Em que, ***A1… Ap*** são matrizes *N* x *N* de coeficientes que relacionam valores defasados das variaveis endógenas; ***B…Bp*** são matrizes *N* x *N* que relatam valores atuais e defasados de variaveis exógenas e **et** é um vetor *N* x 1 de erros.

É necessário ter o conhecimento do número de defasagens utilizado no modelo VAR em um passo anterior. Para a determinação do número dos vetores de integração, pode-se utilizar dois outros testes importantes denominados de estatística do traço (λtraço) e do máximo autovalor (λmax) (BAPTISTA; COELHO, 2004). A estatística do Traço (λtraço) (JOHANSEN; JUSELIUS, 1990), onde a hipótese nula (H0) é de que existem pelo menos *r* vetores de co- integração, é representado matematicamente como: H0: $\lambda i = 0$, $i = r + 1$, ..., n, ou seja, somente os primeiros *r* autovalores (λ) são diferentes de zero. Já o teste do máximo autovalor (λmax) tem as seguintes hipóteses: H0: o número de vetores de co-integração é igual a *r* vetores e H1: o número de vetores de co-integração é igual *r+1* vetores, representado matematicamente por:

$$\lambda_{\max(r,\, r+1)} = -T \ln (1-\lambda_{r+1}) \qquad (6)$$

onde λi são as raízes características obtidas da matriz , que representa os vetores de correção de erros (ENDERS, 1995), e T corresponde ao número de observações. Se os valores calculados forem maiores que os valores críticos, rejeita-se a hipótese nula de não co-integração, os valores críticos do teste do traço e do teste de máximo autovalor são dados por Johansen e Juselius (1990).

TESTE DE CAUSALIDADE OU PRECEDÊNCIA TEMPORAL PARA VARIÁVEIS COINTEGRADAS

Em séries temporais, aceitando-se que o futuro não pode causar o presente e o passado, é possível inferir causalidade. De acordo com esta possibilidade, Granger (1969) elaborou uma definição de causalidade possível de ser testada empiricamente e que permite o exame das ligações causais numa série temporal de dados econômicos.

Segundo Gujarati (2000), o teste de Granger supõe que as informações relevantes para previsão das respectivas variáveis, X e Y, estejam contidas exclusivamente nos dados de séries temporais destas variáveis. As relações causais possíveis de serem observadas entre estas variáveis são: a) Y causa X; b) X causa Y; c) X causa Y e Y causa X; d) Não existe relação causal entre as variáveis. O teste apresentado por Granger (1969) envolve a estimativa das seguintes regressões:

$$X_t = \sum_{j-1}^{m} a_j X_{t-j} + \sum b_j Y_{t-j} + U_t \qquad (7)$$

$$Y_t = \sum_{j-1}^{m} c_j X_{t-j} + \sum d_j Y_{t-j} + E_t \qquad (8)$$

Onde; Ut, Et são duas séries de resíduos ruído branco não relacionados; a, b, c, d são os coeficientes a serem estimados; m é o número de defasagens das variáveis dependentes e independentes; X e Y são as variáveis utilizadas.

De acordo com a equação (6), o valor presente de X (variável dependente) está relacionado aos valores passados de X e de Y. Da mesma forma, a equação (7) relaciona o valor presente da variável dependente Y aos valores passados das variáveis X e Y. As equações (6) e (7), são estimadas por mínimos quadrados ordinários (MQO).

Visto de maneira geral, o teste de causalidade de Granger é usado para testar exogeneidade de variáveis ou não, ou seja, está relacionado à previsibilidade de Y por meio de

X. Não serve para testar causa e efeito de X sobre Y, mas como elemento importante para prever.

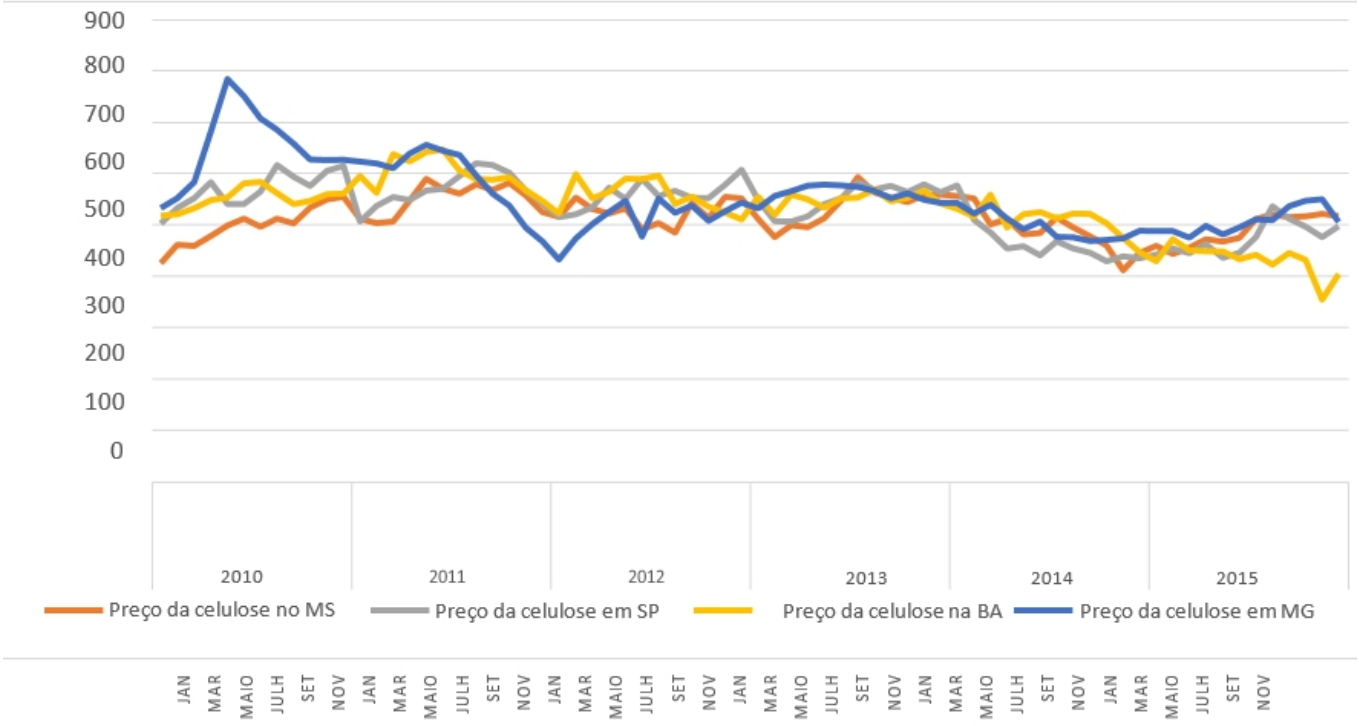
RESULTADOS E DISCUSÕES

A apresentação dos resultados consiste em análise da integração e causalidade dos preços de celulose entre os estados.

TESTE DE COINTEGRAÇÃO E CAUSALIDADE DA SÉRIE PREÇO DE CELULOSE NOS ESTADOS DE MATO GROSSO DO SUL, SÃO PAULO, MINAS GERAIS E BAHIA

Para o estudo foram escolhidos os estados de Mato Grosso do Sul, São Paulo, Minas Gerais e Bahia. E os preços analisados foram preços de celulose de fibra curta exportada. A fim de se obter uma ideia de como se comportam os preços de celulose nos estados de MS, SP, MG e BA, o Gráfico 1 mostra o esboço destes dados. Em uma série temporal, de janeiro de 2010 a dezembro de 2015, os dados apontam uma possível correlação, pois os preços da celulose no estado de MS, SP, MG e BA se movimentam juntos. Isso mostra que, aparentemente, haveria uma relação de equilíbrio de longo prazo entre elas e que as séries seriam correlacionadas e co- integradas (GRÁFICO 1).

Gráfico 1 - Comportamento dos preços da celulose de fibra curta exportadas, no período mensal de 2010 à 2015, nos estados de Mato Grosso do Sul, São Paulo, Minas Gerais e Bahia.



Fonte: Elaboração própria, conforme os dados da AGROSTAT (2016)

No Gráfico 1, verifica-se que no período de 2010 à 2015 os preços da celulose oscilam, o que se deve às variações do câmbio, aos preços e demanda da China e as paradas de manutenções que representam modificações nos custos caixa e, consequentemente, nos preços da celulose (FIBRIA, 2016).

Estatística descritiva da série preço celulose em Mato Grosso do Sul, São Paulo, Minas Gerais e Bahia

Nesta seção, são apresentadas as estatísticas descritivas da série preço da celulose em Mato Grosso do Sul, São Paulo, Minas Gerais e Bahia, respectivamente, descritos na Tabela 6. Destaque-

se que os valores foram transformados em Logaritmo Natural.
A análise dos dados mostra que no período total de 2010 a 2015, os preços da celulose de fibra curta atingiram valores médios elevados, sendo que o preço em MG teve uma média ainda maior em relação aos demais. Os valores que apresentaram maior volatilidade (maior desvio- padrão e maior amplitude de dados) foram nos estados da MG e SP. Já os preços no MS obtiveram menor volatilidade (menor desvio-padrão e menor amplitude dos dados). O menor desvio-padrão ocorreu nos preços dos estados de MS e BA, isto mostra que não há muita variabilidade e que todos os valores são próximos da média.

Tabela 6 - Preço da celulose: estatísticas descritivas para séries LNPCMS, LNPCSP, LNPCMG e LNPCBA no período 2010-2015.

Estatísticas	LNPCMS	LNPCSP	LNPCMG	LNPCBA
Média	6,157125	6,185725	6,236613	6,198327
Variância	0,00516	0,012127	0,018968	0,010749
Desvio-Padrão	0,071332	0,109357	0,136765	0,102954

Fonte: Resultados da Pesquisa.

O Gráfico 1 apresentou uma possível correlação entre os preços dos estados. Mas esta afirmação deve ser avaliada com critérios. Para isso foi feito uma verificação econométrica dos preços da celulose de fibra curta exportada. Mais precisamente, foi feita uma análise de correlação e cointegração dos preços da celulose no estado de Mato Grosso do Sul, São Paulo, Minas Gerais e Bahia assim como a causalidade desses preços.

Matriz de correlação das variáveis

A análise de correlação se faz importante por estudar o grau de relacionamento entre as variáveis. A ideia básica dessa análise é identificar padrões de comportamento da variável y, também chamada variável dependente, variável explicada, variável resposta, em função de outra variável x, chamada variável independente ou variável explicativa (BUSCARIOLLI e EMERICK, 2011).

A Tabela 7 mostra a correlação entre as séries de preços de celulose de fibra curta entre os estados no período analisado. Quando duas séries são perfeitamente correlacionadas, este número é igual a 1. Quando são negativamente correlacionadas, esse número é negativo, sendo o máximo -1, e se não apresentarem nenhuma correlação, este número será zero. Os Resultados apontam uma maior correlação entre o preço da celulose do MS e SP, SP e BA, MG e SP. E uma menor correlação entre o preço da BA e MS, MS e MG, e, BA e MG.

Tabela 7 - Correlação entre os preços da celulose Mato Grosso do Sul, São Paulo, Minas Gerais e Bahia no período de 2010 a 2015.

Correlaçã	LNPCMS	LNPCSP	LNPCMG	LNPCBA
LNPCMS	1.00000	0.71837	0.449220	0.305333
LNPCSP	0.71837	1.000000	0.652396	0.599185
LNPCMG	0.44922	0.652396	1.000000	0.512268
LNPCBA	0.30533	0.599185	0.512268	1.000000

Fonte: Resultados da Pesquisa.

Os preços do MS demonstraram uma menor correlação com os outros estados, mas ainda assim, pode-se afirmar uma correlação positiva entre estes preços. Neste contexto, pode-se verificar que os preços de um estado podem estar associados aos preços de outro estado.

Apesar das relações serem boas, a correlação não é a forma mais adequada de se afirmar que duas variáveis estão ligadas. Por este motivo, utilizou-se a análise de cointegração e

regressão entre os dados. Primeiramente foi realizado o teste ADF (Augmented Dick-Fuller) e o PP (Phillips-Perron) para que pudessem ser detectados problemas de presença de raiz unitária, ou seja, não-estacionariedade das séries. Sendo que a hipótese nula H0 é para não estacionariedade e a hipótese alternativa é de estacionariedade.

TESTE DE RAIZ UNITÁRIA

Como a análise será com séries temporais, precisa-se observar a estacionariedade delas antes de realizar qualquer análise. Segundo Buscariolli e Emerick (2011) para a série ser considerada estacionaria, a série deve apresentar média, variância e autocorrelação constantes ao longo do tempo e também para qualquer período da série. Para a aplicação de modelos e testes relativos às séries temporais, é necessário trabalhar com séries estacionárias. O teste de raiz unitária é consenso na literatura para saber se a série é ou não estacionária.

Aplicando os testes em nível para as séries preço da celulose em MS, SP, MG e BA, pode-se concluir que as mesmas são estacionárias e ou seja são integradas de ordem um (I(1)) (TABELA 8).

Tabela 8 - Testes de raiz unitária para os preços da celulose em Mato Grosso do Sul, São Paulo, Minas Gerais e Bahia no período de 2010 a 2015.

Testes	t-Estatístico	Prob.	I(.)
Teste ADF LNPCMS	0,4694	0,8137	I(1)*
Teste PP LNPCMS	0,6183	0,8476	I(1)*
Teste ADF LNPCSP	-0,0310	0,6691	I(1)*
Teste PP LNPCSP	-0,0223	0,6720	I(1)*
Teste ADF LNPCBA	-1,0729	0,2538	I(1)*
Teste PP LNPCBA	-1,3014	0,1767	I(1)*
Teste ADF LNPCMG	-0,1249	0,6372	I(1)*
Teste PP LNPCMG	-0,1198	0,6390	I(1)*

Fonte: Resultados da pesquisa.

Nota: todas as variáveis são expressas em termos de preços; ADF e PP referem-se aos testes de raiz unitária de Dickey-Fuller e Philips-Perron, respectivamente, em nível. I(1) refere-se à ordem de integração da série e, entre parênteses, encontra-se o número de integração.

*Significância a 1%.

Em outras palavras, os testes de raiz unitária em nível afirma que as séries são estacionárias. Assim suas características não se alteram ao longo do tempo em nível. Uma vez realizadas as regressões entre as variáveis que serão apresentadas mais adiante, o erro de regressão mostrou-se estacionário ou seja I(1).

REGRESSÃO LINEAR COM AR (1)

A utilização da regressão múltipla não gerou resultados satisfatórios devido a fraca correlação, por isso optou-se em fazer a regressão linear simples de um estado contra o outro. Embora os resultados tenham sido significativos, na análise dos testes sobre o pressuposto básicos do modelo de mínimos quadrados ordinários (M.Q.O), identificou-se a presença de autocorrelação dos resíduos. Devido à presença de influência do erro defasado sobre o erro presente, optou-se por incluir na regressão um componente AR(1) com intenção de minimizar ou eliminar a autocorrelação serial dos resíduos, sendo que, mesmo sem a inclusão do componente AR(1) os resultados também foram significativos.

Na regressão linear simples para o LNPCMS, o resultado obtido do R^2 Múltiplo em 0,68, 0,59 e 0,64 indicando que 68%, 0,59% e 0,64% respectivamente das variações de y (LNPCSP, LNPCBA e

LNPCMG) estão ajustadas na variável de x (preço celulose no MS). Isso indica que há uma correlação positiva entre essas variaveis (TABELA 9).

Tabela 9 - Regressão Linear com AR(1) das séries preço celulose em Mato Grosso do Sul, São Paulo, Minas Gerais e Bahia.

Variável Dependente		Coeficiente	Desvio-padrão	T-estatistic	Prob.	R^2 múltiplo	F-est.	Prob. (f est.)	Durbin-watson
LNPCMS	C	3,60	0,07	5,49	0,00	0,68	74,31	0,00	1,90
	LNPCSP	0,41	0,46	7,72	0,00				
	AR(1)	0,55	0,09	5,70	0,00				
LNPCMS	C	5,66	0,09	0,80	0,42	0,59	49,5	0,00	1,93
	LNPCBA	0,08	0,61	9,19	0,00				
	AR(1)	0,74	0,08	9,30	0,00				
LNPCMS	C	4,38	0.58	7,50	0,00	0,64	61,02	0,00	1,88
	LNPCMG	0,28	0.09	3,04	0,00				
	AR(1)	0,72	0.08	8,64	0,00				

Fonte: Resultados da pesquisa.

Observando os coeficientes gerados pela regressão linear (Tabela 9), os que tiveram resultados mais significativos em percentuais foram 0,41 e 0,28. Isto mostra que o aumento de 1% do preço da celulose de SP, gera um aumento de 0,41% no preço da celulose de MS. E para cada aumento de 1% do preço de Minas Gerais, ocorre um aumento de 0,28% no preço da celulose de Mato Grosso do Sul. O outro coeficiente não tive resultado significativo.

Com esses resultados (mais significativos) foram realizados testes de identificação de heterocedasticidade de White e o teste de LM para autocorrelação serial, a fim de verificar se os resultados são não tendenciosos e eficientes. Entretanto, se os resultados apresentarem a presença de heterocedasticidade ou autocorrelação, a teoria diz que as consequências disto envolvem resultados que ainda continuam não tendenciosos, mas que não serão mais eficientes.

TESTE DE HETEROCEDASTICIDADE

A Tabela 10 mostra a probabilidade no teste de heterocedasticidade de LNPCMS com LNPCSP e LNPCMS com LNPCMG foi de 0,37 e 0,26 respectivamente, e a um nível de significância de 1%. Desta forma se aceita a hipótese nula de que os erros são homocedásticos, rejeitando a um nível de significância de 1% a hipótese alternativa de existência de heterocedasticidade.

Tabela 10 - Resultados dos testes de heterocedasticidade (White)

Variáveis	Teste de heterocedasticidade - White		Pagan-Godfrey -	
LNPCMS* LNPCSP	F-estatístico	0,78	Prob. F(1,69)	0,37
	R^2	0,79	Prob.	0,37
LNPCMS* LNPCMG	F-estatístico	1,27	Prob. F(1,69)	0,26
	R^2	1,28	Prob.	0,25

Fonte: Resultados da pesquisa Nota: * é a variável dependente.

Na autocorrelação, o dado do valor-p para o teste LM (Tabela 11) com 2 lag de LNPCMS com LNPCSP e LNPCMS com LNPCMG foram de 0,51 e 0,86 respectivamente, a um nível de 5% de significância. Com esses resultados aceita-se a hipótese nula de ausência de autocorrelação e rejeita-se a hipótese alternativa de que há autocorrelação entre as séries.

Tabela 11 - Resultados do Teste LM (Multiplicador de Lagrange)

Variáveis	Teste de Breusch- Godfrey LM Test			
LNPCMS*	F-estatístico	0,66	Prob. F(2,66)	0,51
LNPCSP	R^2	1,40	Prob.	0,49
LNPCMS*	F-estatístico	0,14	Prob. F(2,66)	0,86
LNPCMG	R^2	0,31	Prob.	0,85

Fonte: Resultados da pesquisa Nota: * é a variável dependente.

Em cima dos resultados do teste de heterocedasticidade de White e o teste de LM para autocorrelação serial, verificou-se, que para LNPCMS com LNPCSP e LNPCMS com LNPCMG (Tabela 11) são não tendenciosos e eficientes.

TESTE DE JOHANSEN PARA COINTEGRAÇÃO

O modelo VAR foi construído para a série preço celulose MS, SP, BA, MG no período de 2010 a 2015. Como não se pode saber o quanto de defasagem é o adequado, seguiu-se o caminho de 6 defasagens, em que se observou que três dos critérios de defasagem indicam Lag 2 como adequado. Na Tabela 12 o asterisco (*) indica o número de defasagens que cada critério considera mais adequado. Os critérios são: LR: sequencial estatístico do teste LR modificado (cada teste ao nível de 5%); FPE: erro de predição definitiva; AIC: Critério de informação de Akaike; SC: Critério de informação de Schwarz; HQ: Critério de informação de Hannan-Quinn.

Tabela 12 - Determinação do número de defasagens no modelo VAR para as series de preços da celulose em Mato Grosso do Sul, São Paulo, Minas Gerais e Bahia.

Lag	LogL	LR	FPE	AIC	SC	HQ
0	298.964	N	1.17e-09	-9.217633	-9.082703	-9.164477
1	432.867	246.8846	2.93e-11	-12.90212	-12.63234*	-12.63634*
2	450.452	30.22389	2.81e-11*	-12.92747*	-12.22787	-12.47324
3	457.392	11.06075	3.79e-11	-12.64852	-11.77707	-12.06164
4	468.101	15.72894	4.60e-11	-12.50318	-10.20937	-11.59953
5	483.681	20.93575	4.89e-11	-12.49006	-9.656523	-11.37378
6	501.777	22.05439	4.94e-11	-12.55555	-9.182299	-11.22666

Fonte: Resultados da pesquisa.

Nota: *indica a ordem selecionada pelo critério.

Buscariolli e Emerick (2011) afirmam que não existe um consenso sobre qual desses estimadores é o melhor. O que se sabe é que cada um deles funciona melhor em uma determinada circunstancia e não tão bem em outras. Como na Tabela 12 a segunda defasagem está indicada pelos três critérios e, portanto, é a mais indicada a se adotar, é reconstruído o modelo VAR, porém utilizando 2 defasagens e o resultado final é o modelo adequado. No teste de Johansen para cointegração da análise de Soares (2010) para os preços de celulose no Brasil e EUA também indicou a segunda defasagem como a mais indicada.

Já determinado o número de defasagem, se efetuou o teste proposto por Johansen (1988) a fim de identificar a existência de relação de longo prazo entre as variáveis. O resultado obtido pelo teste do traço, apresentado na Tabela 13, mostra que a hipótese nula, de que não há nenhum vetor de cointegração (r = 0), foi rejeitada, a 5% de significância. Como se pode ver o valor calculado foi maior que o valor critico, assim rejeita-se a hipótese nula de não cointegração. Ou seja, existem r vetores de cointegração.

Tabela 13 - Teste do traço para cointegração de Johansen para as séries de preços da celulose em Mato Grosso do Sul, São Paulo, Minas Gerais e Bahia no período de 2010 a 2015.

Hipótese Nula	Hipótese Alternativa	Estatística do Teste	Valor Crítico (5%)
r = 0	r > 0	58.20501	47.85613
r = 1	r > 1	23.82249	29.79707
r = 2	r > 2	13.31279	15.49471
r = 3	r > 3	3.748770	3.841466

Fonte: Resultados da pesquisa.

Nota: o teste traço indica que há uma equação de cointegração a nível de 5% de significância.

O resultado obtido pelo teste do máximo, apresentados na Tabela 14, mostra que a hipótese nula, de que não há nenhum vetor de cointegração (r = 0), foi rejeitada, a 5% de significância. Como se pode observar, o valor calculado foi maior do que o valor crítico, assim rejeita-se a hipótese nula de não cointegração. Ou seja, existem r vetores de cointegração.

Tabela 14 - Teste do Máximo Autovalor para cointegração de Johansen para as séries preço celulose Mato Grosso do Sul, São Paulo, Minas Gerais e Bahia no período de 2010 a 2015.

Hipótese Nula	Hipótese Alternativa	Estatística do Teste	Valor Crítico (5%)
r = 0	r = 1	34.38252	27.58434
r = 1	r = 2	10.50970	21.13162
r = 2	r = 3	9.564019	14.26460
r = 3	r = 4	3.748770	13.84146

Fonte: Resultados da pesquisa.

Nota: o teste traço indica que há uma equação de cointegração.

Com a rejeição da hipótese nula nos dois testes, de que não existe nenhum vetor de cointegração, pode-se afirmar que as variáveis são cointegradas e que existe pelo menos uma relação de equilíbrio, de longo prazo, entre elas.

A normalização foi efetuada considerando o coeficiente da variável LNPCMS que assumiu valor igual a unidade. A Tabela 15 apresenta o vetor de cointegração, onde pode-se verificar que a estimativa do coeficiente de longo prazo β para a variável LNPCSP, LNPCBA, LNPCMG, mostrou que 79%, 28%, 09%, respectivamente, das variações nos preços da cellulose nesse estado compartilham uma relação de equilíbrio de longo prazo com o preço do estado de MS.

O que deve ter favorecido a influência dos preços de celulose exportada dos estados de São Paulo e Bahia, no Mato Grosso do Sul é o fato de que estes estados serem grandes produtores e principais exportadores de celulose no Brasil. O que se difere do estado de Minas Gerais, que apesar de ser o maior produtor de celulose do país, não é o maior exportador, como já foi visto na Tabela 2. Como os preços são de celulose exportada, os preços de Minas Gerais não tem grande influência nos preços de Mato Grosso do Sul, visto que o estado exporta menor quantidade de celulose (ver Tabela 2).

Tabela 15 - Estimativa do parâmetro de longo prazo β para as séries mensais de preços de celulose em Mato Grosso do Sul, São Paulo, Minas Gerais e Bahia no período de 2010 a 2015.

Series	Estimativa do parâmetro de longo prazo β
LNPCMS	1.000 0
LNPCSP	-0,7908* (0,10727)**
LNPCMG	-0,0918* (0,07907)**
LNPCBA	-0,2829* (0,10242)**

Fonte: Resultados da pesquisa.

Nota: * significativo em nível de 1%; ** o valor entre parêntese indica o desvio padrão.

TESTE DE CAUSALIDADE DE GRANGER

Os testes de causalidade de Granger foram realizados para as séries LNPCMS, LNPCSP, LNPCMGe LNPCBAe seus resultados são apresentados na Tabela 16. Como no modelo de VAR foram determinadas duas defasagens, foi sugerido para o teste de causalidade de Granger duas defasagens também, pois quanto maior o número de defasagem menos robusto é o resultado.

A identificação da causalidade permite inferir sobre a dinâmica da transmissão dos preços da celulose exportada, assim como o grau de integração existente entre eles. Duas alternativas foram analisadas: Não se rejeita a hipótese de que a variável x não causa a variável y; e aceita-se a hipótese de que a variável x não causa a variável y. Isto, como forma de verificar se há relação causal, em termos de previsibilidade entre os preços de celulose exportada no Mato Grosso do Sul, São Paulo, Minas Gerais e Bahia (TABELA 16).

Tabela 16 - Teste de causalidade de Granger entre os preços da celulose de Mato Grosso do Sul, São Paulo, Minas Gerais e Bahia no período de 2010 a 2015.

Direção da	Defasagem	Estatística-F	Prob.	Decisão
LNPCSP → LNPCMS	2	3.76078	0.0285	RH0
LNPCMS → LNPCSP	2	2.24167	0.1144	NRH0
LNPCBA → LNPCMS	2	1.14527	0.3245	NRH0
LNPCMS → LNPCBA	2	0.95152	0.3915	NRH0
LNPCMG → LNPCMS	2	2.98341	0.0576	RH0
LNPCMS → LNPCMG	2	2.42718	0.0962	RH0

Fonte: Resultados da pesquisa.

Nota: →: não causa; NRH0 significa não rejeita-se H0 e RH0 significa rejeita-se H0 a 10% de significância.

Na Tabela 16 é possível verificar que a hipótese de que SP não causa MS foi rejeitada ao nível de significância de 10%, ou seja, os preços de MS são causados pelos preços de SP. A hipótese de que os preços de MG não causam os preços de MS a nível de significância de 10%, também foi rejeitada, afirmando que os preços de MG causam os preços de MS. Também pode-se verificar que os preços de MS causam os preços de MG, também a nível de significância de 10%. Já os preços de MS não causam SP e nem BA, e os preços da BA não causa os preços de MS.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentar a análise de integração e causalidade entre os preços da celulose de fibra curta no estado de Mato Grosso do Sul no período de 2010 a 2015 foi o objetivo deste trabalho. Para este fim, utilizou-se de análise estatística, análise de correlação, testes de

estacionariedade, regressão linear, cointegração, causalidade

O estado de Mato Grosso do Sul vem se destacando com crescimento consecutivo de área plantada de eucalipto, é o segundo maior exportador de celulose e o terceiro de papel no

Brasil. A balança comercial do estado é positiva em todo o período analisado, sendo que a celulose não é importada, tornando assim os valores da balança comercial os mesmos das exportações de celulose.

Na regressão linear simples para o LNPCMS, o resultado mais significativo identificou o R^2 de 0,68, 0,59 e 0,64 respectivamente, indicando que as variáveis y (LNPCSP, LNPCBA e LNPCMG) estão ajustadas em 68%, 59% e 64% na variável de x (preço celulose no MS). Isso indica que há uma correlação positiva e forte entre essas variáveis.

No teste de causalidade pode-se verificar que os preços da celulose de fibra curta do estado de São Paulo causa os preços da celulose de fibra curta do estado de Mato Grosso do Sul. Da mesma forma, os preços da celulose do Mato Grosso do Sul causam os preços de Minas Gerais. E os preços de Minas Gerais causam os preços de Mato Grosso do Sul. Visto de modo geral, verificou-se que os preços da celulose de fibra curta no estado de Mato Grosso do Sul demonstraram forte correlação com os três estados, sendo que para o estado de São Paulo foi o mais significativo e em seguida Minas Gerais. Com o estado da Bahia houve pequena correlação com os preços da celulose de fibra curta no Mato Grosso do Sul, mas ainda assim é possível afirmar uma correlação entre os mesmos.

Isto acontece devido ao estado de Mato Grosso do Sul ser convergente de todos os caminhos aos principais centros consumidores do país, como São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Segundo o Diário digital (2016) o estado possui 4 ligações com o estado de São Paulo, a primeira delas é exclusivamente ferroviária e fica entre Três Lagoas e Castilho, a segunda é a ponte rodoviária Maurício Joppert, que liga a BR-267 em Bataguassu à SP-270 – Raposo Tavares em Presidente Epitáfio (SP). Outra fica entre os municípios de Brasilândia e Paulicéia (SP), com 1,705 metros de comprimento, ela liga a BR-158 à SP-294. A quarta ponte entre os estados é rodoferroviária e fica entre Aparecida do Taboado e Santa Fé do Sul (SP), com quatro quilômetros de extensão e fazendo o entroncamento da BR-436 com a SP-329 (Euclides da Cunha).

Esta ligação com o estado de São Paulo explica o resultado da pesquisa de que os preços da celulose de fibra curta exportada por Mato Grosso do Sul são cointegrados aos preços de São Paulo. Ou seja, 79% das variações dos preços da celulose do estado de SP compartilham uma relação de equilíbrio de longo prazo com o preço do estado de MS.

Desta forma, aceita-se parcialmente a hipótese central do trabalho, de que os preços da celulose de fibra curta de Mato Grosso são integrados a outros estados, e que estes preços são causados também por outros estados. O estado de São Paulo e Minas Gerais causam e influenciam os preços da celulose no estado de Mato Grosso do Sul, mas a Bahia não demonstrou influências e causalidade, apenas ser integrada ao estado de Mato Grosso do Sul.

O trabalho possui como limitação o período da pesquisa que foi limitado conforme os dados disponibilizados pelo AGROSTAT e MDIC, como a produção de celulose em Mato Grosso do Sul surgiu em 2009, os dados estão disponíveis a partir deste período. Contudo, sugere-se para pesquisas futuras: analisar a integração e causalidade dos preços de celulose de fibra curta em outros estados, afim de se fazer análises de comparações entre um período e outro.

REFERÊNCIAS

AGROSTAT – *Estatística do Comércio Exterior do Agronegócio Brasileiro* (2016). Disponivel em: http://www.heinekenbrasil.com.br/cervejaria-heineken>. Acesso em 20 nov. 2016. Acesso em: 16/12/2015

BACHA, C. J. C; MONTEBELLO, A. E. S. (2013) *Impactos da reestruturação do setor de celulose e papel no Brasil sobre o desempenho de suas indústrias.*
Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101- 41612013000100005. Acesso em: 22/12/2015

BAPTISTA, A. J. M. S. e COELHO A. B., *Previsão de inflação em Cabo Verde por meio de vetores autorregressivos. Anais do XLII Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural. Dinâmicas Setoriais e Desenvolvimento Regional.* Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, Cuiabá - MT, 2004.

BIAZUS, A.; HORA, A; LEITE, B.G.P. (2014). O potencial de investimento nos setores florestal, de celulose e de papel. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/liv_perspectivas/04_Perspectivas_do_Investimento_2010_13_PAPEL_E_CELULOSE.pdfAcesso em: 29/02/2016

BITTENCOURT, M. V. L. Formação de preços e caracterização do mercado de frango em São Paulo. Piracicaba: ESALQ/USP, 1995.142 p. Tese (Mestrado).

BOX, G. & JENKINS, G. Time series analysis, forecasting and control. San Francisco: Holden-Day. 1970.

BRACELPA- Associação Brasileira de Celulose e Papel. (2015). Disponível em: http://bracelpa.org.br/bra2/index.php Acesso em: 04/03/2016.

CARDOSO, M.V.; SOARES, P.R.C.; SILVA, J.C.G.L.; JUNIOR, R.T. Estudo da sazonalidade do preço da celulose brasileira no mercado dos Estados Unidos em períodos cíclicos como apoio a estratégias empresariais. 2013. Disponivel em: http://www.ipef.br/publicacoes/scientia/nr97/cap05.pdf. Acesso em: 15/08/2016.

CASAROTTO, E.L; CALDARELLI, C. E. (2014). Desempenho competitivo da pauta de exportações do agronegócio de Mato Grosso do Sul entre 1997 e 2011. Disponível em: http://www.redalyc.org/html/878/87832899011/ Acesso em: 04/03/2016

DIARIO DIGITAL. (2016) Disponível em: http://www.diariodigital.com.br/geral/ponte- entre-ms-e-sp-reforca-logistica-e-torna-estado-mais-competitivo/149438/ Acesso em: 22/10/2016.

ENDERS, W. Aplied Econometric Time Series. New York: John Wiley & Sons Inc. 1995. FACKLER, P.; GOODWIN, B. K. Spatial price analysis: a methodological review. North Carolina: Department of Agricultural and Resource Economics, North Carolina State University, 2000.

FIEMS (2015). Federação das Industrias no Mato Grosso do Sul. Disponível em: http://www.fiems.com.br/. Acesso em: 12/02/2016

FONSECA, R; JUNIOR, A.T. (2014). A Consolidação do complexo de celulose e papel na região leste de Mato Grosso Do Sul: Estudo de caso do município de Selvíria. Disponível em: file:///C:/Users/USER/Downloads/409-932-1-SM%20(2).pdf Acesso em: 04/03/2016.

GREENE, W. H. Econometric Analysis. 2 ed. Macmillan. 1993.

GRIFFITHS, W. E.; HILL, R.C. & JUDGE, G.G. Learning and praticin geconometrics. New York: John Wiley e Sons, Inc. 1993.

GUJARATI, Damodar N. Econometria Básica. São Paulo: Makron Books, 2000.

HARRIS, Richard I.D. Cointegration analysis in econometric modelling. London: Prentice Hall, 1995. 176p.

IBÁ (2015). Industria Brasileira de árvores. Disponível em: http://iba.org/pt/. Acesso em: 10/01/2016

JÄRVINEN, J; LAMBERG, J.A; NOKELAINEN, T; TIKKANEN, H.(2012) Global Demand for Paper products: 2006-2050. Department of History and Ethnology, University of Jyväskylä. Disponível em: http://link.springer.com/chapter/10.1007/978-94- 007-5431-7_12. Acessoem: 20/12/2015

JOHANSEN, S.; JUSELIUS, K. Maximum likelihood estimation and inference on cointegration — with applications to the demand for money. Oxford Bulletin of Economics and Statistics, 52: 169-210.1990.

LAMOSO, L.P. (2011). *Comércio exterior e estruturas produtivas no Mato Grosso do Sul.* Disponível em:
file:///C:/Users/USER/Downloads/24663-80432-1-PB%20(1).pdf Acesso em: 07/03/2016

MARÇAL, E. F; PEREIRA, P. L. V.; FILHO, O.C.S. *Paridade do poder de compra: testando dados brasileiros.* Revista brasileira de Economia. V.57N.1 Rio de Janeiro, 2003.

MASHKINA O. (2012). The pulp and paper industry evolution in Russia. Disponível em: http://link.springer.com/chapter/10.1007/978-94-007-5431-7_11#page-1 Acesso em 19/12/2015.

MDIC- Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Disponível em: http://www.mdic.gov.br/arquivos/dwnl_1352304909.pdf Acesso em: 04/03/2016.

MONTEBELLO, A. E. S; BACHA, C. J. C. (2011). O setor de celulose e papel na economia brasileira. Disponível em: http://www.revistaopapel.org.br/noticia-anexos/1359376212_a6276749358ba36fa276b9509b02b478_901527006.pdf Acesso em: 01/03/2016

PERPETUA, G. M; JUNIOR, A. T. Dinâmica geográfica da mobilidade do capital na produção de celulose e papel em Três Lagoas (MS). (2013). Disponível em: file:///C:/Users/Usuario/Downloads/296-1723-1-PB.pdfAcesso em: 05/03/2016

PINDYCK, R.S. & RUBINFIELD, D. L. Econometric models and economic forecasts. 3. Ed. Singapore: McGraw-Hill, 1991.

ROLIM, C. F. C. Restruturação produtiva, mundialização e novas territorialidades: um novo programa para os cursos de economia regional e urbana. Curitiba: PPGDE/UFPR, 1999. (Texto para discussão,n.6). Disponível em: http://www.economia.ufpr.br/. Acesso em: 17 dez. 2016.

ROSADO, P. L. Integração especial entre os mercados brasileiros de suínos. 2006. 117 p. Tese (Doutorado) - Departamento de Economia Rural. Universidade Federal de Viçosa. Viçosa-MG, 2006.

SALLES, T. T; SILVA, M. L; SOARES, N. S; MORAES, A. C.Exportação brasileira de papel e celulose: sua dinâmica pela equação gravitacional. (2011). Disponível em:http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-67622011000300020&script=sci_arttext. Acesso em 12/01/2016

SOARES, N. S; SOUSA, E. P; SILVA, M. L. (2010). Effects Of The Exchange Rate On ... International Prices Of Pulp And Paper In Brazilian Currency.Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/cerne/v16n2/a04v16n2.pdf.Acesso em: 09/01/2016

SOARES, N.S. (2010) Análise da competitividade e dos preços da celulose e da madeira de eucalipto no Brasil. Viçosa, Minas Gerais. Disponível em: http://www.ciflorestas.com.br/arquivos/doc_analise_brasil_25785.pdf. Acesso em: 10/01/2016

TOIVANEN, M. B. L; The South American Pulp and Paper Industry: The cases Brazil, Chile, and Uruguay.2012. Disponível em: http://link.springer.com/chapter/10.1007/978-94- 007-5431-7_10. Acesso em: 22/12/2015

A EVOLUÇÃO DO PENSAMENTO CIENTÍFICO SOBRE A POBREZA COMO UM EXEMPLO DE RETÓRICA NA ECONOMIA

Henrique Rogê Batista
Doutorando em Economia na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília – Brasília /DF
Departamento de Economia da Universidade de Brasília
henriqueroge@hotmail.com

RESUMO

A pobreza pode ser interpretada como um fenômeno socioeconômico complexo e que faz referência à situação de privação do indivíduo. Somente no início do século XX que o estudo sobre a pobreza passou a admitir um caráter científico. Na história econômica, seu conceito e determinantes foram constantemente revistos no sentido de ampliar e captar as privações socioeconômicas. O objetivo deste trabalho é descrever o conceito de pobreza ao longo da história de sua construção, de Rowntree a Sen, restringindo o debate aos conceitos das abordagens absoluta, relativa e da privação das capacidades, no sentido de contextualizar estas abordagens como um exemplo da retórica na economia, tal como a definição aristotélica. Esta análise é elaborada de forma a destacar a insuficiência de apenas uma variável em captar a situação de pobreza do indivíduo na medida em que determinadas dimensões não são passíveis de serem agregadas, mas atuam sobre a privação.

Palavras-chave: Pobreza. Retórica. Dimensionalidade.

ABSTRACT

Poverty can be interpreted as a complex socioeconomic phenomenon that refers to the individual situation of deprivation. Although there are previous studies, only in the early twentieth century the approach to poverty started to be accepted as a scientific character. Its concept and determinants were constantly revised to expand and capture the economic and social deprivation. The goal of this study is to describe the poverty concept along its historical construction, from Rowntree to Sen, restricting the debate to the concepts of absolute, relative and deprivation of capabilities, in order to contextualize these as an example of rhetoric in economy, such as the Aristotelian definition. The analysis is prepared as to the insufficiency of only one variable capable of capturing the poverty in certain dimensions that are not likely to be aggregated, but act on the welfare.

Keywords: Poverty. Rhetoric, Dimensionality.

REVISTA ELETRÔNICA DOCUMENTO MONUMENTO 21
REDM
NDIHR
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICA REGIONAL NDIHR

INTRODUÇÃO

A pobreza pode ser entendida como a privação de recursos de um indivíduo, família ou grupo. A preocupação com este tema tem sido expressa ao longo dos séculos e suas diferentes definições, interpretações e manifestações são objetos de estudo de historiadores, sociólogos e economistas (ATKINSON, 2008).

Pelo conceito bruto de privação, a pobreza é comum às sociedades antes da ascensão do capitalismo enquanto modo de produção. Entretanto, o momento histórico iniciado com a Revolução Industrial Inglesa do século XVIII e as pesquisas contemporâneas a esta revolução podem ser associados à gênese da ciência da pobreza tal como estudada atualmente. Para Coelho (2009) e Codes (2008) a pobreza é um problema não solucionado pelas forças de mercado, como previam alguns teóricos neoliberais.

Trata-se de um fenômeno que apresenta sua dinâmica própria, complexa e dotada de especificidades. Ademais, apesar de compor um debate antigo e extenso, seu conceito e a definição do número de determinantes em qualificar o indivíduo como pobre não é consenso entre os economistas. O ponto em questão é que os conceitos e metodologias de mensuração são passíveis de críticas em sua estrutura por apresentarem limitações e controvérsias na caracterização do problema.

A história do pensamento econômico é rica em exemplos que elucidam a resolução das grandes controvérsias por meio da retórica, a economia é uma ciência rica em história (ARIDA, 1996; McCloskey, 1985). O avanço da teoria econômica guarda laços estreitos entre a habilidade do uso das regras da retórica com teorias mais sofisticadas e condizentes com a realidade. É neste contexto que este ensaio desenvolve a evolução do pensamento científico sobre a pobreza, enquanto um exemplo de retórica na economia.

Não se trata, porém, de discutir a pobreza como fato econômico na interpretação dos grandes pensadores na história do pensamento econômico, mas de apresentar e analisar o conceito de pobreza na história da sua construção, ao longo da história do pensamento econômico, mais particularmente de Rowntree a Sen, no sentido da obtenção de definições cada vez mais sofisticadas, de tal forma a elucidar a importância de definições multidimensionais. O debate é estruturado, sobretudo, tendo em vista o papel da retórica na economia, inserido dentro de uma discussão não usualmente abordada dentro da literatura econômica sobre a pobreza. A análise tem em vista o desenvolvimento do sistema capitalista no que diz respeito ao progresso material e evolução dos costumes na sociedade, e sua consequente influência sobre novas necessidades que passam a ser consideradas como básicas e, portanto, que influem diretamente sobre o conceito da pobreza (KAGEYAMA e HOFFMANN, 2006; ESPINOLA e ZIMMERMANN, 2012; GAMBI, 2005).

A justificativa para este tipo de abordagem reside, principalmente, em permitir entender e elaborar um ferramental analítico que permita captar e compreender a pobreza enquanto um fenômeno socioeconômico inserido no debate retórico da economia. Esta abordagem é desenvolvida com a ciência de que a definição de pobreza está sendo usada em diferentes sentidos, o que destaca a necessidade de clarificar o conceito subjacente (ATKINSON, 2008).É sob tal contexto que este ensaio, estruturado em duas partes além desta introdução e das considerações finais, esboça a controvérsia em torno da pobreza do ponto de vista retórico da pobreza no sentido de convergir para um conceito multidimensional.

ANÁLISE HISTÓRICA E RETÓRICA DA POBREZA

A retórica, desde os gregos e na sua concepção aristotélica, diz respeito à arte de converter e persuadir que fora amplamente empregada nas ciências sociais, e constitui-se na utilização da linguagem visando convencer as partes. Trata-se do diálogo, do debate figurando-se como algo construtivo (REGO, 1996).

Apesar das suas raízes históricas, a análise da retórica na ciência econômica é relativamente recente e ganhou maior espaço acadêmico com as publicações de McCloskey (1983) no trabalho intitulado: *The Rhetoric of Economics*, no *Journal of Economic Literature*; e no Brasil, com a

publicação da obra *A História do Pensamento Econômico como Teoria e Retórica* de Arida (1983)[1].

Enquanto história intelectual, a história do pensamento econômico fornece o arcabouço necessário para a compreensão da retórica no conhecimento científico da economia, no contexto em que a crítica econômica pode ser interpretada segundo a forma com a qual se obtém resultados (McCloskey, 1985; ARIDA, 1996). O argumento se insere no contexto em que nenhuma controvérsia importante na teoria econômica foi resolvida através do teste ou da mensuração empírica[2]; o uso da interpretação e do convencimento leia-se retórica, se faz por exigências internas das ciências dotadas por seu próprio objeto de estudo (ARIDA, 1996). Logo, associar a retórica com a ciência implica no instrumental atribuído ao cientista visando convencer de forma coerente, racional e embasada de justificativas em suas premissas e teorias (SANTOS, 1989).

A retórica empregada de modo a aprimorar o exame e o discurso econômico ampliando a gama de discussões na economia mediante o exercício de examinar a linguagem em ação converge para o progresso científico-econômico e para a ampliação da cientificidade da discussão (McCLOSKEY, 1985, FERNÁNDEZ, 1996). Este argumento é estruturado segundo a crítica à 'economia moderna', tal como definido por McCloskey (1985), que faz referência à penetração do positivismo no pensamento econômico contemplando a ciência enquanto axiomática e matemática.

Tal como definida, toda teoria econômica tem seu momento retórico, pelo menos pelo fato desta teoria necessitar ser comunicada e difundida entre os economistas. O estudo deste exercício inevitavelmente contribui para o entendimento da dinâmica das ideias na história do pensamento econômico, além de permitir um maior entendimento da sua formação (GALA, 2003).

O esforço visando o convencimento passa pela relação debatedor-plateia via interação com o receptor. Neste contexto, a boa teoria seria, portanto, sinônima daquela de maior poder de convencimento e de persuasão (PERELMAN e TYTECA, 2000; PAULANI, 1996). Ressalta-se que a retórica não corresponde ao fato de questionar a eficiência da ciência, mas de desenvolver a sua dimensão crítica e humana por meio das negociações intersubjetivas (GRÁCIO, 1998).

Historicamente, o exercício de interpretação e convencimento poderia ser traduzido em regras comuns, inter-relacionadas e mutantes no tempo. Diante das divergências entre os programas de pesquisas, Arida (1996) pontua oito destas regras pertencentes a um núcleo comum, admitindo a existência de outras, necessárias para traduzir as condições mínimas para cientificidade do saber econômico; quais sejam: simplicidade, coerência, abrangência, generalidade, redução de metáforas, formalização, reinvenção da tradição e ignorância de interesses práticos e específicos[3].

Apesar deste núcleo comum de regras apresentadas por Arida (1996), as controvérsias não são facilmente solucionadas por meio da retórica, o debate de posições opostas diante do discurso persuasivo esbarra na manutenção do debate de forma coordenada e rebuscada (BIANCHI & SALVIANO, 1996). Por isso, os bônus da retórica estão condicionados à maneira com que é utilizada (McCLOSKEY, 1985).Ademais, o querer convencer e dizer a verdade podem ser compatíveis, mas não substitutos (BIANCHI & SALVIANO, 1996), ou seja, a utilização deste termo é virtuosa desde que o esforço de persuasão visando o convencimento não se sobreponha ao da busca pela verdade enquanto um esforço científico.

Tendo em vista este panorama da retórica na economia, tal abordagem será estendida para a análise científica da pobreza. Esta análise, que considera a controvérsia sobre a definição e número de determinantes para sua qualificação tem, conforme já mencionado, na Revolução Industrial Inglesa (século XIX) o ponto de partida do ponto de vista científico (TOWNSEND, 1993)[4]. O sistema de produção capitalista, ainda precoce, mostrou-se insuficiente em absorver a massa populacional que passara a integrar o meio urbano. A consequência deste processo é ilustrada pelo número de pessoas pobres que se elevou consideravelmente e fez a pobreza compor, mais intensamente, a pauta de discussões políticas e acadêmicas no sentido de entendê-la e elaborar mecanismos para sua mitigação. Entretanto, os debates em torno desta questão ainda são focos de divergência quanto à compreensão e aos mecanismos para superação.

A complexidade em abordar este tema decorre de diferentes razões, algumas dos quais

relacionadas entre si:

i) Por compor um debate cujo interesse pertence a diferentes autores, tais como o governo e grupos da sociedade civil, a discussão sobre o tema é passível de se tornar enviesada por interesses políticos e entraves ideológicos.

ii) Ao tratar de uma visão subjetiva e abstrata na definição de um grau suficiente de satisfação de necessidades do indivíduo, a discussão abre espaço para o juízo de valor dos envolvidos.

iii) A pobreza é questão socioeconômica sustentada pelo termo que diz respeito a objetivos universais de ordem individual e cultural: as 'necessidades'. Estas 'necessidades', por não serem fixas e definidas, abrem a discussão para um leque indefinido de privações, tornando o conceito tão amplo quanto deseja o pesquisador.

Tendo este panorama em vista, nesta primeira parte a pobreza é apresenta segundo as abordagens absoluta, relativa e de privação das capacidades[5].

POBREZA PELA ÓTICA ABSOLUTA

A maior parte dos trabalhos acadêmicos direciona seu foco para a análise absoluta da pobreza, a partir da qual são fixados níveis mínimos ou suficientes para garantir as necessidades do indivíduo. Ser pobre está associado com a insuficiência da renda que influi sobre o acesso àquilo necessário à manutenção e sobrevivência física.

Como apresentado por Townsend (1993), a partir do rápido aumento do número de pobres urbanos na Inglaterra, durante a Revolução Industrial, os gastos nas conhecidas "*Poor Laws*" passaram a ser questionados. A partir daí surgiu o esforço em buscar aquilo que poderia ser entendido como o mínimo necessário para a sobrevivência dos pobres. A busca deste mínimo esteve vinculada às pesquisas nutricionais da sobrevivência dos indivíduos, etapa que atribui um caráter mais científico aos estudos sobre a pobreza.

Este enfoque de sobrevivência, o mais restrito, obteve forte aceitação e perdurou até meados do século XX. A questão central girava em torno dos mínimos necessários ao indivíduo sob o aspecto físico em que quase a totalidade dos recursos era destinada à alimentação. (TOWNSEND, 1993).

A formalização, uma das regras da retórica de Arida (1996), da abordagem da pobreza é evidente na sua gênese enquanto pensamento econômico científico. Formalização interpretada segundo a forma de apresentação do argumento visando o convencimento, tendo em vista a capacidade interpretativa do público. Os dispersos trabalhos anteriores sobre o tema parecem não ter sido eficientes em estruturar um corpo argumentativo formal e convincente que fosse capaz de tornar clara e perceptível a interpretação científica da pobreza.

Entretanto, os autores deste enfoque estão sujeitos a críticas que culminariam em novos contextos de abordagem sobre o tema. A principal delas deve-se ao fato das necessidades nutricionais do indivíduo estarem condicionadas às suas atividades físicas, ocupação geográfica, dentre outros elementos que, consequentemente, fazem divergir as necessidades nutricionais entre indivíduos (TOWNSEND, 1993, ANAND, 2008, ROMÃO, 1982; SOARES, 2009; ROCHA, 2005).

É nesse contexto que surge o enfoque das necessidades básicas; Rowntree (1901) é considerado na literatura econômica como o primeiro autor a utilizar o termo 'pobreza absoluta'. Sua obra foi pioneira em elaborar estudos científicos abordando a pobreza no final do século XIX na cidade de York, na Inglaterra. Em sua obra: "*Poverty*", o autor fez um levantamento socioeconômico da cidade de York que serviria de base para estabelecer uma linha de pobreza. A metodologia consistia em determinar as necessidades nutricionais mínimas e bens necessários para a subsistência do indivíduo, e a cesta de alimentos capaz de suprir tais necessidades é convertida em valores monetários, tendo em vista o menor custo[6].

Apesar de não ser o primeiro a abordar a pobreza na Inglaterra[7], o mérito atribuído a Rowntree deve-se ao seu método científico que representou uma mudança significativa relativamente. Ao se voltar para a renda familiar, ele desenvolveu um padrão de pobreza com base em estimativas de exigências nutricionais e outros bens necessários (ATKINSON, 2008).Os mínimos necessários fazem referência às roupas, habitação, dentre outros, como destacado, sempre pensando na aquisição pelos preços mais baixos e nas quantidades necessárias para assegurar a subsistência física (GAMBI, 2005).

Identifica-se, nesse contexto, o esforço voltado a atribuir um 'tom científico' ao objeto de análise, o que equivale a uma estratégia de convencimento segundo McCloskey (1985). Desde a sua formulação, diversas instituições estiveram focadas-em levantar as necessidades de subsistência do indivíduo, tais como a Agência Nacional de Ciências dos Estados Unidos e a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação, corroborando a aceitação deste critério de definição de pobreza (SOARES, 2009). A concepção de subsistência perdura nos tempos atuais e guarda a essência da sua formulação inglesa, associada, estritamente, à pobreza absoluta, cujo foco circunscreve-se à sobrevivência física do indivíduo (ROCHA, 2005). A aceitação acadêmica da interpretação absoluta da pobreza pode estar associada, além da cientificidade, tal como descrito por McCloskey (1985), à sua facilidade da auto-identificação, ou seja, da possibilidade de traçar um núcleo comum no argumento dos autores inseridos nesta abordagem por guardar coerência em torno do conceito das necessidades mínimas implicando em sua plausibilidade, ou seja, cumprindo a regra de coerência da retórica de Arida (1996).

Assim como em outras esferas da análise econômica, a entrada dos EUA no debate sobre a pobreza se deu posteriormente às publicações britânicas. Anteriormente à década de 1960, os estudos americanos sobre a pobreza não foram sistemáticos, salvo poucas exceções[8]; o trabalho que veio ganhar destaque maior foi à pesquisa de Orshansky (1965): *Who's who among the poor: a demographic view of poverty*[9] (ATKINSON, 2008). Mollie Orshansky, em 1963, desenvolveu o indicador, que posteriormente passou por revisões, cuja pobreza fora definida a partir de requerimentos nutricionais mínimos da dieta do indivíduo, além de considerar a parcela da renda correspondente com outros itens[10]. Neste contexto, estimado o gasto total com alimentos nos EUA, considerou que as famílias dispendem um terço do orçamento familiar com alimentação, a partir do qual se definia o conceito e a linha de pobreza.

Portanto, conceituar a pobreza a partir das necessidades básicas corresponde a uma extensão do conceito de subsistência, no qual o acesso a uma cesta de bens torna-se essencial ao indivíduo de forma a garantir as manutenção e reprodução fisiológicas.

Alguns dos pontos positivos desta abordagem, subsistência e necessidades básicas, devem-se ao fato de conferir objetividade à noção de pobreza, pela facilidade de comparação das linhas de pobreza estimadas entre-pesquisas, dada a maior disponibilidade de dados sobre renda e consumo e a possibilidade de identificar os mínimos necessários à subsistência (TOWSEND, 1993; WILTGEN e REIS, 2012; ROCHA, 2005). Isso, entretanto, não blinda a abordagem de considerações sobre suas limitações e inconsistências (ROCHA 2005), muitas das quais semelhantes entre si. Não se deve perder de vista os avanços das necessidades básicas no sentido de incluir uma gama de bens, além dos nutricionais. Este avanço, entretanto, abre margem para o debate sobre o que deveria ser determinado como 'básico' ao indivíduo em uma determinada sociedade. Além disso, esta abordagem ainda é parcial, carece de elementos não-econômicos e limita-se à questão da sobrevivência física do indivíduo. As mesmas observações foram feitas por Atkinson (2008), Soares (2009), Rocha (2005) e Anand (2008) sobre subsistência ser perfeitamente relacionada com as necessidades básicas. Merece ser ressaltado que o indivíduo apresenta suas especificidades e, consequentemente, demanda por necessidades básicas particulares.

Feres e Villatoro (2012) observam que Townsend e os autores que utilizam a abordagem relativa atribuíram às limitações anteriormente expostas, a geração de resultados estatísticos passíveis de serem questionados[11]. O argumento se desenvolve com referência à abordagem absoluta, criticada por subestimar a pobreza nos países desenvolvidos, enquanto que nos países em desenvolvimento a crítica pesaria sobre a justificativa implícita para políticas minimalistas, baseadas nos níveis básicos de subsistência.

POBREZA PELA ÓTICA RELATIVA

Niemietz (2011) argumenta que os indivíduos vivem em sociedade e a pobreza absoluta deixa de contemplar esse aspecto ao restringir-se às necessidades físicas e, portanto, ao não captar o comportamento de gastos diante do contexto social. É principalmente a partir deste ponto que se origina a abordagem relativa. O surgimento e a popularidade desta análise no espaço acadêmico britânico devem-se a Townsend no início da década de 1960 e ganha espaço acadêmico, a partir de 1966, com as contribuições de Runciman (NIEMIETZ, 2011).

Townsend, em 1962, observou que não havia necessidades puramente físicas, as necessidades corresponderiam a um conceito puramente social e vinculado aos padrões gerais de vida da sociedade. O indivíduo ser rico ou pobre é resultado da sua quota-parte nos recursos totais da sociedade analisada. Já as contribuições de Runciman em 1966, que estão relacionadas às observações de Townsend, dizem respeito ao fato dos indivíduos avaliarem seus respectivos padrões de vida material tendo como base padrões de referência ditados, normalmente, por outros grupos da sociedade. Estas observações permitiram Runciman entender a existências de inquietações sociais mesmo diante da elevação dos padrões absolutos de vida.

Diferentemente de Rowntree (1901), que é considerado o primeiro autor a tratar de forma científica e de apresentar o conceito de pobreza absoluta, quando a análise é deslocada para a pobreza relativa a identificação do trabalho pioneiro em abordar o tema não é claro. Apesar de vários trabalhos atribuírem à Townsend o mérito em trabalhar com a pobreza relativa, tal como entendida na atualidade, é passível de se encontrar na literatura outros autores que tocaram no ponto central desta análise[12].

A conotação das necessidades básicas cederia então espaço para a interpretação da pobreza como privação relativa, esta transição foi responsável por uma abordagem mais abrangente e rigorosa da pobreza com visível contribuição científica e foco nos aspectos sociais (CRESPO e GUROVITZ, 2002). Sobre os limites da abordagem absoluta, a abordagem relativa apresenta êxito em extrapolar a noção das necessidades para além da questão meramente fisiológica. Ou seja, o conceito passou a ser determinado, também, cultural e socialmente.

Gambi (2005) observa que Sen compreende com clareza que a noção de relatividade passa a abranger as esferas temporais e espaciais, no contexto em que as necessidades do indivíduo não são fixas. A própria ocorrência de mudança na sociedade e na produção torna as necessidades passíveis de modificação no sentido de que vão aumentar e se adaptar continuamente. Ademais, via incorporação das especificidades temporais e de espaço, a abordagem relativa deu à definição de pobreza um leque mais amplo de determinantes (TOWNSEND, 1993).

Com a evolução histórica do conceito da pobreza, os autores da abordagem relativa associam a definição ao conceito de desigualdade de renda, onde o modo de vida dominante da sociedade analisada é ponto fundamental na qualificação de quem é pobre. Ou seja, além de atribuir ao conceito cunho macroeconômico, dão importância substantiva ao comportamento habitual dos membros de sua sociedade[13].

Um dos obstáculos em trabalhar com a interpretação relativa se deve às dificuldades em estabelecer paralelos de comparação entre diferentes sociedades que, consequentemente, apresentam distinta aceitação do que é ser considerado como mínimo. Tal como nas abordagens anteriores, permanece certa arbitrariedade da seleção dos parâmetros relevantes.

Cabe ainda ressaltar que, apesar de ampla, esta abordagem é incompleta, como aponta Romão (1982), ao não abordar a noção de destituição absoluta, e de levar a uma ambiguidade no uso indiferente dos termos 'pobreza' e 'desigualdade'. O posicionamento de Rocha (2005) reforça a crítica ao considerar a abordagem absoluta e relativa como não sendo estritamente diferenciáveis do ponto de vista empírico, ou seja, que tais enfoques não possuem limites claros na análise empírica.

POBREZA PELA ÓTICA DA PRIVAÇÃO DAS CAPACIDADES

No contexto acadêmico, a pobreza pela abordagem da capacitação foi desenvolvida segundo as críticas ao utilitarismo (FOSTER e SEN, 1997; ANAND, 2008; SILVA, LACERDA e NEDER, 2011). Do ponto de vista histórico, esta abordagem vem à luz diante do que Grusky e Kanbur (2004) consideraram como um período de relevantes debates sobre a pobreza. Coincide com o período posterior ao surgimento da Teoria das Necessidades Básicas[14] diante do contra argumento à ideia de que o crescimento econômico levaria ao desenvolvimento e, consequentemente, à redução da pobreza nos países subdesenvolvidos. Os argumentos por trás desta teoria apresentam visíveis contribuições teóricas para a abordagem das capacitações.

Silva, Lacerda e Neder (2011) atribuem aos trabalhos de Sen, no final da década de 1970 e início dos anos 1980, o ponto de partida da abordagem das capacidades e corresponde ao

avanço do enfoque da privação relativa, ou seja, tendo em vista a questão da desigualdade e do indivíduo inserido na sociedade (CRESPO e GUROVITZ, 2002). Esta ótica de interpretação obteve maior âmbito no meio acadêmico a partir de Amartya Sen[15]. Seu conceito ultrapassa a definição estritamente econômica e avança para as esferas política e social.

A abordagem das capacitações está relacionada à liberdade substantiva (capacitação) do indivíduo em escolher a vida desejável por meio dos seus estados e ações (funcionamentos realizados). Em consonância com as demais abordagens, o conceito de pobreza é desenvolvido segundo os determinantes selecionados pelos pesquisadores, o que conduz a dinâmica dos debates. Cada interpretação é responsável em determinar a abrangência da análise, todavia, pela regra da abrangência da retórica de Arida (1996), os argumentos inábeis em explicar toda evidência empírica guardam menor plausibilidade no debate sobre o tema. É nesse contexto que se insere a abordagem das capacidades, que atribui maior abrangência para a definição da pobreza, pois a situação de privação do indivíduo também passa a ser função da justiça social, da desigualdade, além dos aspectos das necessidades básicas humanas. A qualidade de vida do indivíduo extrapola a posse de *commodities* e a análise estrita da renda (RAVALLION, 1994, 2008).

Sob este ponto de vista, Ravallion (2008) destaca que o argumento de 'bem-estar' em Sen está assentado em termos das suas capacidades e que o indivíduo estará em melhores condições quando for capaz de participar plenamente das atividades econômicas e sociais.

De acordo com Sen (1993), "funcionamento" diz respeito ao conjunto de coisas de diferentes naturezas (saúde, alimentação, participação política, dentre outros) que o indivíduo pode considerar valioso fazer ou possuir. Os níveis mínimos passam a estar relacionados com os funcionamentos mais importantes para a sobrevivência do indivíduo, como gozar de boa saúde e estar nutrido, podendo estender-se ainda aos elementos de caráter político e social, como o exercício do poder político e estar feliz na sociedade (SEN 1993 e COBO, ATHIAS e MATTOS, 2013, ANAND, 2008). Como as capacitações básicas[16], que fazem referência à liberdade substantiva do indivíduo em realizar combinações de funcionamentos (SEN, 1993), se estendem a um aparato amplo, é o conjunto de capacitações que o indivíduo pode gozar para o seu funcionamento que vai determinar a sua situação de privação. Logo, em Sen (2000) a superação da pobreza leva em conta a ampliação das capacitações, no sentido de permitir ao indivíduo usufruir da vida desejável.

Com Sen a necessidade de ir além da informação da renda na análise da pobreza torna-se ponto crucial, no sentido de interpretar a pobreza como privação de capacidades (ANAND, 2008). O deslocamento para uma definição mais complexa e abrangente no sentido de definir a pobreza fica ainda mais evidente quando a insuficiência da renda não se restringe à frações do valor monetário de cesta de bens e serviços; e sim a incapacidade desta renda em gerar os níveis específicos de capacidade (SEN, 2000 e FOSTER e SEN, 1997). Sen (2000) e Foster e Sen (1997) ainda destacam que, por não guardar relação direta com o grau de suficiência das capacidades, a renda somente seria justificada para qualificação da pobreza quando correspondesse às capacitações mínimas para cada indivíduo.

Em suma, capacitação e funcionamento vão determinar a liberdade do indivíduo, liberdade no sentido deste indivíduo possuir oportunidades reais em optar pelo estilo de vida desejável. Dada a identificação do que poderia ser considerado como a combinação mínima de capacidades; a análise fornecerá a direção para determinar e conceituar a pobreza, além disto, a pobreza pela ótica da privação das capacidades flui no sentido de compreender sua natureza e causas (SEN, 1993 e 2000).

A generalidade, regra da retórica de Arida (1996), encaixa-se perfeitamente neste debate. O que se observou até aqui foi a capacidade de cada nova abordagem subsumir as abordagens anteriores, como foi o caso na passagem da ótica da subsistência para as necessidades básicas, das necessidades básicas para as relativas e das relativas para a das capacidades. Este debate sobre a pobreza assemelha-se, na história do pensamento econômico, à estratégia de Keynes em reduzir o pensamento dominante, o neoclássico, a um caso particular da sua Teoria Geral, ao considerar a posição de equilíbrio de pleno emprego como um caso especial da sua teoria, o que conferiu maior plausibilidade ao argumento (ARIDA, 1996). Ou seja, a renda é suficiente para definir e identificar os pobres nas abordagens da sobrevivência e das necessidades básicas, mas corresponde a um elemento específico da abordagem relativa; da mesma forma, a

interpretação das capacitações, ao considerar elementos de ordem política, resume a renda e desigualdade de renda a elementos relevantes, porém não suficientes em caracterizar a pobreza.

Apesar de mais de um século de debate sobre os conceitos e determinantes da pobreza de Rowntree à Sen, as discussões sobre o tema não cessaram e contribuições acadêmicas no sentido de ampliar a sua compreensão e escopo continuam[17].

DA EVOLUÇÃO DO CONCEITO À QUALIFICAÇÃO DOS POBRES PELO CRITÉRIO UNIDIMENSIONAL E MULTIDIMENSIONAL

A segunda parte deste trabalho busca estabelecer a conexão entre a evolução do conceito da pobreza, tal como apresentado anteriormente, e os determinantes necessários para qualificar a situação de privação do indivíduo.

Do exercício natural associado à evolução do pensamento científico sobre 'o que é ser pobre' emerge a demanda dos determinantes da privação do indivíduo (MARIN, OTTONELLI, 2008). Neste contexto, a definição da pobreza deixa de se restringir à privação de uma dimensão para uma gama de dimensões na medida em que o termo evoluiu e tornou-se mais completo e complexo.

Desde o trabalho de Sen em 1976, *Poverty: An Ordinal Approach to Measurement*, sua proposta da métrica do número de pobres em uma determinada sociedade passou a ser fortemente utilizada e aceita no meio acadêmico. Esta metodologia de mensuração passara por duas etapas, quais sejam: o esforço de 'identificação', que define os critérios para distinguir as pessoas pobres das não-pobres e; a 'agregação', que agrega a pobreza por meio da construção de índices de pobreza (ALKIRE *et al.*, 2015).

Esta seção restringe-se ao que Sen definiu como 'identificação', basicamente, consiste em analisar o critério binário que divide os indivíduos entre pobres e não-pobres. Do ponto de vista científico, este exercício passa pela avaliação subjetiva dos pesquisadores que interfere na metodologia e, portanto, nos resultados (SALAMA e DESTREMAU, 1999). Apesar da evolução do conceito e de metodologias em torno deste debate, ainda não podemos dizer da existência de um 'método perfeito', da mesma forma que a abordagem preferível está condicionada ao contexto analisado e passível de críticas (SOARES, 2009).

POBREZA UNIDIMENSIONAL

A pobreza unidimensional pode ser entendida a partir de uma única variável dimensional bem definida, normalmente de caráter cardinal, que por meio de um ponto de corte[18] estabelece o limite máximo abaixo do qual o indivíduo, família ou sociedade é considerado pobre (ALKIRE e FOSTER, 2011, RAVALLION, 2008). O bem-estar do indivíduo é, portanto, condicional à sua posição em relação a este limite máximo, de tal forma que quando situado abaixo dele tende a estar em pior situação relativa e usufruindo de baixos valores de 'bem-estar' quando comparados com os situados acima (RAVALLION, 2008).

Usufruindo da contextualização histórica e seguindo as definições de Cobo, Athias e Mattos (2013), Romão (1982) e Ravallion (2008) que salientaram o papel da renda diante de sua função focal de determinante unidimensional, é possível concluir que a gênese do pensamento científico da pobreza coincide com a metodologia unidimensional de 'identificação' da situação de pobreza. Dentro do enfoque absoluto, a renda disponível à unidade de observação (indivíduo, família ou sociedade) mostrou-se suficiente na classificação entre pobre ou não-pobre tendo em vista a satisfação dos mínimos necessários. Independente do montante de itens que compõe as necessidades básicas, por exemplo: alimentação, moradia e transporte; tal como apresentado por Rowntree em 1901, o ferramental unidimensional permitiu reduzir as diferentes privações na esfera monetária (ALKIRE e FOSTER, 2011). Esta, entretanto, corresponde à abordagem mais simples para a determinação e 'identificação' da pobreza (ATKINSON, 2008).

A abordagem unidimensional, por um lado, mostrou-se suficiente mesmo diante do avanço da interpretação da pobreza enquanto um fenômeno social e tendo em vista a questão da desigualdade de renda. O que, por outro lado, não negligencia o considerável avanço

acadêmico no sentido de captar a pobreza intra-abordagem unidimensional. O papel importante da renda na literatura econômica fez florescer vários métodos que se traduziram na utilização e popularização do conceito. Os mais abordados são o da insuficiência da renda, da razão da insuficiência da renda, do Índice de Sen de 1976 e do Índice de Foster, Greer e Thorbecke (FGT) de 1984[19].

Então, se o critério de seleção para qualificar o indivíduo enquanto pobre restringe-se a uma dimensão que não se sustenta na distribuição da renda refere-se, neste caso, à linha unidimensional absoluta. Por outro lado, se o critério de seleção ainda é unidimensional e o parâmetro de distribuição é o fator determinante do limite da linha de pobreza, trata-se, portanto, de uma linha unidimensional relativa.

A aceitação do método unidimensional monetário, apesar de se ter ciência de que outros elementos são relevantes para a interpretação da pobreza (educação, saúde, infraestrutura, dentre outros) se deve à capacidade que tem a posse da renda, expressada monetariamente e com alto grau de liquidez, de determinar a posse de outros ativos essenciais ao ser humano em uma sociedade capitalista por meio da troca.

Rowntree, Orshansky e os trabalhos posteriores inseridos nesta abordagem unidimensional encontraram na insuficiência da renda a privação contra o indivíduo racional, dado que, dispondo de renda, o indivíduo eliminaria automaticamente todas as suas privações na sequência correta das suas prioridades (MONTEIRO, 1995; COMIM e BAGOLIN, 2002, SALAHUDDIN e ZAMA, 2012).Soma-se a este argumento, a compreensão de que a renda é um importante determinante para o nível de consumo e por ser capaz de usufruir as necessidades mais básicas do indivíduo, compõe uma boa *proxy* na mensuração da carência (COBO, ATHIAS e MATTOS, 2013;ATKINSON, 1996; LAVINAS, 2009).

Além da renda, a literatura econômica sobre o tema mostra-se rica na seleção da variável correspondente à dimensão da condição de privação do indivíduo, no sentido de atribuir a diferentes variáveis tal função. O que corrobora na ausência de critérios *a priori* na seleção de qual variável deva ser adotada em análises unidimensionais da pobreza (ALKIRE e FOSTER, 2011). Neste contexto que se menciona o consumo[20], estabelecera situação de pobreza a partir do consumo, como destacam Loureiro e Suliano (2009), consiste na construção metodológica em quatro etapas: determinar o mínimo necessário de calorias ao indivíduo para uma vida produtiva; segundo, estimar o custo necessário em adquirir tais calorias; terceiro, estabelecer a cesta mínima de consumo por região e; quarto, estabelecer o paralelo do valor monetário da cesta com a renda domiciliar *per capita*.

Entretanto, apesar de compor o *mainstream* das análises sobre a pobreza, há uma série de críticas e argumentos em torno da abordagem unidimensional, tendo em vista que a unidade de observação que apresente uma elevada renda não implica, necessariamente, em baixos índices de pobreza e vice-versa (SEN, 1993). A construção de índices de pobreza baseados estritamente sobre aspectos monetários desloca o foco da análise para o mercado e deixa de captar os de ordem não monetária limitando a análise (SALAMA e DESTREMAU, 1999).

A síntese das críticas pode ser estruturada em cinco argumentos: i) a renda, ou qualquer outra variável, mesmo sendo uma boa *proxy* para as escolhas humanas, não corresponde a uma variável suficiente em si para este exercício; ii) no caso da renda, esta variável deve ser tratada como um meio, o seu dispêndio não necessariamente está vinculado ao 'bem-estar' da sociedade; iii) o nível de vida pode ser superior ao permitido pela variável de corte quando a unidade de observação for capaz de compartilhar o consumo com outras unidades; iv) diante de racionamentos, por exemplo, a posse da renda não é suficiente em suprir suas necessidades básicas; v) este método reduz a análise da pobreza a critérios que simplificam a classificação da pobreza, dado que outros elementos devem auxiliar nesta definição (ATKINSON, 2008; ANAND, 2008; SALAHUDDIN e ZAMAN, 2012; DUCLOS e ARAAR, 2006).

Portanto, optar pela renda para a determinação da pobreza deixa de captar as oscilações efetivas e complexas do 'bem-estar'. Mesmo quando o indivíduo é racional e sofre de privação, a renda não é despendida de forma eficiente pela ordem da prioridade. Estudos empíricos mostraram que nestas situações, gastos com vícios e outros itens não essenciais compõem a cesta familiar (SALAHUDDIN e ZAMAN, 2012).

Paralelo à evolução do conceito da pobreza, principalmente a partir do surgimento das

abordagens das capacitações, a gênese e popularização da análise multidimensional ilustra a incapacidade de resumir em apenas uma variável a conceituação da pobreza. Deve-se destacar, também, a ocorrência do desenvolvimento de técnicas de mensuração da pobreza que permitiram tal transição (ESPINOLA e ZIMMERMANN, 2012).

POBREZA MULTIDIMENSIONAL

Em síntese, a análise multidimensional da pobreza parte da concepção da insuficiência de uma variável em determinar a situação de privação do indivíduo, tendo em vista que ela agrega grupos de bens e serviços com alto grau de heterogeneidade e de forma arbitrária. O ponto fundamental para a seleção de outras dimensões para a 'identificação' da pobreza reside na capacidade de bens e serviços não monetários em determinar o bem-estar do indivíduo, quando a insuficiência da renda ou do consumo não desempenha uma boa *proxy*.

A presença da retórica, tal como abordada neste ensaio, elucida o debate em torno da 'identificação', conferindo cientificidade e progresso científico-econômico em torno do debate. Por considerar mais dimensões e apresentar técnicas de medição semelhante, a pobreza unidimensional corresponde ao caso particular da abordagem multidimensional (ALKIRE *et al.*, 2015). A 'identificação' multidimensional foi capaz de incluir a unidimensional como um caso particular e adquire maior plausibilidade no debate científico. Pela regra da generalidade da retórica de Arida (1996), considerar mais de uma dimensão para qualificar a pobreza foi capaz de reescrever a tese adversária em sua própria linguagem por meio da interpretação dos elementos envolvidos na análise.

A elevação da posse de ativos (físico, humano e social) das famílias pobres assume um papel de destaque ao permitir que tais famílias usufruam da utilidade destes ativos, da capacidade de aumentar a geração de renda e de condições mais favoráveis diante de choques adversos da renda (NERI, 2000). Assim, as necessidades básicas deixam de depender exclusivamente da renda, cuja insatisfação também é consequência da carência destes ativos.

É neste contexto que se discute a análise multidimensional da pobreza que diz respeito às limitações ao acesso a bens e serviços sociais no espaço socioeconômico. Esta análise de cunho mais qualitativo e bem articulado com o conceito de 'exclusão social' aborda outras dimensões da pobreza[21]. Sua inserção e aceitação acadêmica estão estritamente articuladas com a evolução do conceito de pobreza no sentido de uma definição mais ampla.

Agregar o valor monetário de uma determinada cesta de bens e serviços torna-se insuficiente em captar a pobreza pela definição das capacidades[22]. A renda é relevante até o ponto em que não prive o indivíduo de gerar o nível adequado de capacidades. Admitindo *n+1* dimensões, a unidade de observação pode ser privada em um, mas não em outros aspectos, embora particularmente haja situações graves em que sofra privações em várias dimensões, o que normalmente é referido na literatura como 'carências múltiplas' (ATKINSON, 2008).

Neste sentido, um conjunto de capacitações gozadas heterogeneamente entre os indivíduos vão condicionar o seu funcionamento, o bem-estar e, consequentemente, a situação de privação em várias dimensões (SEN, 2000; FOSTER e SEN, 1997). O índice de pobreza passa a se estender ao acesso aos recursos públicos e privados e ao usufruto dos seus direitos civis e políticos. A construção de métricas sob tal abordagem dá à pobreza ainda mais características relativas e subjetivas. Lopes, Macedo e Machado (2003) destacam que em Sen e nos demais atores desta abordagem, a pobreza leva à necessidade de um indicador que tenha uma correspondente abordagem multidimensional e que leve em consideração a forma com que o indivíduo percebe sua própria situação social.

Por lidar com uma quantidade ilimitada de determinantes[23], a interpretação multidimensional permite gerar informações sobre as causas, sintomas e consequências da pobreza, ampliando as perspectivas da análise (MESTRUM, 2002 apud CODES, 2008). Pela regra da abrangência da retórica em Arida (1996), a 'identificação' multidimensional aproxima-se mais da capacidade em explicar toda evidência empírica disponível o que confere maior aceitabilidade ao debate científico sobre a pobreza.

Neste contexto, como destacam Arim e Vigorito (2007), no campo acadêmico internacional tem se elevado o número de trabalhos direcionados à análise multidimensional, abordando

diferentes assuntos e enfoques teóricos (capacidades e funcionamento (Sem, 1992); direitos humanos (Townsend, 2005); análise subjetiva por questionário (Praag, 2005); fronteira de produção (Anderson, 2005); dentre outros) e metodologias de mensuração (análise de dados (Asselin, 2005 e Kamanou, 2005); análise de conjuntos difusos (Lemmi, 2005); índices FGT generalizados (Chakravarty e Bourguignon, 2003); dentre outros)[24].

Tais abordagens mostraram-se capazes de formalizar a 'identificação' da pobreza, em detrimento da exposição literal dos seus determinantes, o que representa a regra da formalização da retórica em Arida (1996). Também se torna notória a evidência da regra da coerência. Apesar dos critérios e elementos distintos adotados pelos enfoques teóricos, a 'identificação' da pobreza estruturada em diferentes determinantes permite traçar um núcleo comum no argumento dos autores inseridos nesta abordagem, o que lhes confere coerência em torno do conceito. Associadas ambas as regras da retórica, formalização e coerência, confere à interpretação multidimensional forte poder de convencimento e aceitabilidade.

Assim como o conceito de pobreza não interrompeu sua evolução com a abordagem das capacitações, a definição do número de dimensões e metodologia para 'identificação' dos pobres também tem se aprimorado quanto aos determinantes a serem considerados. Este aspecto inacabado e amplo está associado à abrangência do próprio debate diante da retórica na história econômica sobre o tema. Na história econômica, as evidências em torno das controvérsias atribuem à dinâmica do debate os resultados das discussões internas do programa de pesquisa em cada abordagem. Isso prolonga o debate, tanto quanto preciso, de acordo com a necessidade determinada internamente pelos paradoxos ou evidências ainda não devidamente explicadas (ARIDA, 1996).

Entretanto, mesmo com a contribuição acadêmica de Sen sobre a temática e os esforços recentes para construir medidas multidimensionais, Townsend (2006) observa que estes avanços ainda não compõem o *mainstream* das análises sobre a pobreza. Continuam prevalecendo abordagens tradicionais sobre a pobreza, limitando-se basicamente a três concepções que foram desenvolvidas desde 1980: subsistência, necessidades básicas e privação relativa.

Ademais, a análise multidimensional, apesar do rigor e do avanço matemático e teórico relativos às análises unidimensionais, é passiva de questionamentos quanto à sua estrutura. Soares (2009) cita três delas: i) as variáveis de composição do índice de pobreza não incorporam a totalidade daquelas que refletem as necessidades do indivíduo, resultado da ausência de critérios e normas para listar o que de fato compõe essas necessidades do indivíduo; ii) dada a construção do índice, torna-se matematicamente impossível determinar uma linha de corte que determine a situação de pobreza e que forneça, simultaneamente, um índice de média ponderada de seus componentes como, por exemplo, o município em que o indivíduo reside; iii) a definição de linha de corte é arbitrária. Além destes, Codes (2008) menciona a dificuldade em representar em termos quantitativos dimensões de diferentes naturezas em um único indicador.

Apesar de abordar apenas o conceito e a demanda por determinantes para identificação da pobreza, a exposição corrobora o fato de a pobreza ser interpretada enquanto um fenômeno socioeconômico complexo e de definição e identificação inacabados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A principal contribuição deste trabalho está em abordar a evolução do pensamento histórico da pobreza numa perspectiva não usualmente analisada pela literatura econômica. O esforço consiste em apresentar o contexto histórico, movendo-se no sentido de definições mais amplas, tendo em vista a retórica aristotélica e, consequentemente, a demanda por abordagens multidimensionais. Esta análise, entretanto, não cobre todas as definições da pobreza, mas é suficiente para corroborar a tendência de inflexão no *mainstream* dos estudos sobre a pobreza, da identificação unidimensional da pobreza para a multidimensional.

Tendo em vista a rica contribuição sobre a retórica em Arida (1996) e McCloskey (1985), observa-se que a histórica econômica atribuiu a cientificidade e a capacidade de convencimento à aceitação acadêmica de teses diante de controvérsias na economia. Reside nos procedimentos retóricos a capacidade de reflexão da economia no sentido de entender como as controvérsias foram solucionadas. Neste contexto, o esforço por definições mais

completas e sofisticadas da pobreza se configura como um exemplo claro de retórica e engloba algumas das regras da retórica definidas por Arida (1996). O debate sugere que as abordagens mais amplas da pobreza são resultados das restrições das interpretações anteriores que dão margem a reformulações e debates.

O número de dimensões para identificação está associado ao conceito e à interpretação atribuídos à pobreza. Considerar apenas uma variável mostrou ser razoável até a abordagem relativa. Com a introdução da abordagem das capacitações, alguns dos determinantes que inferem sobre o bem-estar do indivíduo não são passíveis de serem reduzidos a uma variável, o que justifica a ampliação do número de dimensões. Logo, o bem-estar é tanto maior, quanto menor o número de dimensões que o indivíduo encontra-se privado.

O ensaio destaca dois caracteres específicos da pobreza na análise da evolução histórica do seu conceito dos seus determinantes: o dinâmico e o peculiar. O dinâmico deve-se à ausência da definição de quais são as necessidades básicas do indivíduo; o que justifica o movimento em direção a interpretações que permitam captar melhor a privação e o bem-estar. O peculiar se deve ao fato de que o surgimento de definições mais completas não implica na eliminação das abordagens anteriores. Assim, é inegável o espaço acadêmico que a interpretação multidimensional tem adquirido nos anos recentes.

NOTAS

No presente ensaio, as conclusões e análises da obra de Arida (1983), originalmente publicadas como texto para discussão da PUC/RJ, baseiam-se na segunda versão do trabalho publicado na *Retórica na Economia*, organizado por José Márcio Rego.

[2] Não quer dizer que os testes ou exames empíricos, campo amplamente adotado por muitos pesquisadores para reforçar e consolidar suas respectivas posições no debate econômico, são desprovidos de relevância. A sofisticação dos instrumentais desenvolvidos é inquestionável, embora sem potencial efetivo para resolução de controvérsias. Ou seja, o ferramental econométrico se traduz em mitigado poder de decisão e é insuficiente para avaliar a verdade do debate econômico, sua utilização só faria sentido quando inserida e interpretada como o desdobramento de investigação efetuada dentro de uma dada matriz conceitual (ARIDA, 1996).

[3] Ver Arida (1996).

[4] O estudo desenvolvido neste ensaio da história do pensamento econômico para analisar a pobreza restringe-se à construção do seu conceito. O debate literário dado ao tema pelos autores clássicos não compõe, necessariamente, a abordagem neste estudo.

[5] Embora caiba destacar que existem várias outras abordagens, o agrupamento das diferentes conceituações da pobreza que foram desenvolvidas desde as *Laws Poor* na Inglaterra também não é consensual e fixa na literatura econômica, a título de exemplo: Codes (2005) aborda os enfoques da subsistência, das necessidades básicas, da privação relativa e da pobreza como privação de capacidades; Townsend (2006) cita a subsistência, as necessidades básicas e as privações relativas; Ravallion (1992) separa as linhas de pobreza entre absoluta, relativa, subjetiva e dual; por fim, Hagenaars e De Vos (1988) apud Kageyama e Hoffmann (2006) apontam a capacidade de associar as diferentes definições de pobreza a partir de três grandes categorias: a pobreza absoluta, pobreza relativa e pobreza subjetiva. A seleção das três abordagens deste ensaio está de acordo com as mais utilizadas na esfera acadêmica e considerando-se suficiente, dado o objetivo do trabalho.

[6] O *The Rowntree Society* apresenta a repercussão da análise de Rowntree, quando os resultados da pesquisa que incluiu mais de dois terços da população da cidade, foram divulgados em 1899, no qual cerca de 28% da população não usufruíam de alimento suficiente para mantê-los em boa saúde. Cabe ainda ressaltar o que Rowntree chamou de "pobreza primária", ou seja, os indivíduos em situação de pobreza que mesmo alocando da melhor forma possível o dinheiro disponível, não eram capazes de usufruir do necessário para uma vida normal e saudável.

[7] É verdade que antes de Rowntree (1901), outros autores já haviam estudado a pobreza no mundo anglo-saxão, Atkinson (2008) cita Eden (1797) e os trabalhos de Engels e Mayhew na contagem e levantamento da condição de vida dos pobres, respectivamente. Ressaltam-se ainda outros trabalhos que foram relevantes neste contexto da gênese científica pós a obra de

1901 de Rowntree: o desenvolvimento de métodos de pesquisa com Bowley (1912–13); os estudos de Bowley em Londres em 1915, 1920 e 1930; as novas pesquisas em 1936 e 1950 de Rowntree; e o esforço do americano de Hunter em 1904 para definir uma linha de pobreza.

[8] Apesar de não sistemáticos, em torno da década de 1960 importantes trabalhos americanos podem ser citados no sentido de despertar a atenção do público, políticos e acadêmicos: Lampman (1959), Harrington (1962) e Galbraith (1958) (ATKINSON, 2008).

[9] Feres e Villatoro (2012) apontam a repercussão do trabalho de Orshansky e sua relevante influência acadêmica sobre a América Latina.

[10] Os índices de Orshansky oficialmente adotados pelos EUA desde 1965 passaram, posteriormente, por reavaliações visando ajustes diante à estratégia de erradicação da pobreza; ver: Feres e Villatoro (2012), Nanaj e Duka (2014) e Atkinson (2008).

[11] Townsend e Abel-Smith (1965) com a publicação do trabalho '*The Poor and the Poorest*' comprovaram empiricamente a não erradicação da pobreza britânica, como outros trabalhos propunham. O que foi confirmado posteriormente pelas estimativas oficiais publicadas em 1970 pelo Departamento de Saúde e Segurança Social (ATKINSON, 2008).

[12] Rocha (2005), Niemietz (2011) e Nanaj e Duka (2014) são exemplos de autores que consideram Townsend entre os pioneiros na abordagem relativa. A título de exemplo, a noção de pobreza relativa já teria sido abordada anteriormente por Kenneth em 1958, ao destacar que mesmo a renda sendo adequada para a sobrevivência, as pessoas podem ser consideradas pobres tendo em vista a comunidade em que se encontra inserida, ou seja, no contexto em que elas não detêm a posse do que a comunidade mais ampla considera como o mínimo necessário para a decência (HANSEN e GAREY, 1998).

[13] Desde sua formulação, esta abordagem tem sido amplamente adotada pelos governos e acadêmicos europeus; entretanto, por levar em conta os hábitos de uma determinada sociedade, a comparação entre países deve captar esta heterogeneidade de hábitos, o que inclui os elementos de ordem cultural (ROCHA, 2005, TOWNSEND, 1993).

[14] A Teoria das Necessidades Básicas data da década de 1940, mas somente ganhou destaque nas décadas de 1960 e 1970. Nesse contexto, a pobreza é associada à ausência de renda e de um conjunto de necessidades que gerariam oportunidades para a vida plena do indivíduo (SILVA, LACERDA e NEDER, 2011).

[15] Nobel de Economia em 1998, as contribuições de Amartya Sen não se restringem à pobreza. Menciona-se também seus trabalhos na economia do bem-estar, teoria da escolha axiomática, comportamento econômico racional, desigualdades de gênero, dentre outros. Seus trabalhos no campo da economia do bem-estar que combinam originalidade funcional e teórica, foram também citados na premiação do Nobel de 1968, e por reconsiderar suposições básicas, (ANAND, 2008).

[16] Cabe destacar que o conceito de capacitação pode ser dividido em dois, a fim de distinguir o conjunto de capacitações entre os que garantem o mínimo adequado para a sobrevivência (básico) que são importantes ao indivíduo (geral) (SEN, 1993).

[17] Neste contexto é conveniente citar Narayan (2000) que expande o conceito de pobreza apresentado por Sen. O ponto crucial é o de que ninguém seria melhor que o próprio indivíduo pobre para retirar o véu que cobre o conceito da 'pobreza'. Por meio de entrevistas aos 'pobres', Narayan configura um caráter mais humano e social nas análises que permite constatar que além dos diversos determinantes da pobreza, a existência de fatores específicos, como a violência, limitariam oportunidades do indivíduo.

[18] Ponto de corte, ou variável de corte, sempre entendido como limite máximo de uma variável para determinar a pobreza. As variáveis normalmente empregadas na literatura econômica são a renda ou o consumo.

[19] A partir da insatisfação de Sen (1976), as medidas de pobreza anteriores foram revisadas do ponto de vista axiomático das suas respectivas formações, em que mantido as demais rendas constantes, o decréscimo da renda do indivíduo abaixo da linha de pobreza corresponderia a acréscimos do indicador de pobreza (ANAND, 2008). Já o Índice FGT resultou na métrica que considera o peso dos setores da população nas propriedades axiomáticas de Sen (1976) e a abordagem relativa da pobreza (ALKIRE e FOSTER, 2011; GRUSKY e KANBUR, 2004).

[20] Apesar de relacionados, as dimensões da renda e do consumo induzem a resultados dispares,

por se tratarem, obviamente, de metodologias particulares. A renda permite a mensuração da oportunidade do bem-estar, ao passo que o consumo traz informações a cerca da realização do bem-estar. Adicionalmente, cabe destacar que a totalidade da renda não é destinada ao consumo, da mesma forma que parte do consumo não, necessariamente, é resultado do dispêndio da renda (ATKINSON, 1989). Entretanto, as críticas e vantagens em optar pelo consumo, ou qualquer outro determinante, assemelham-se aos apresentados pela renda.

[21] Esta análise implica na constatação dos conteúdos e determinantes da pobreza, evitando o problema de subestimação da pobreza, como pode ocorrer na análise unidimensional, dado que este desconsidera a renda não monetária, como saúde e educação gratuitos.

[22] Na definição multidimensional da pobreza, Sen, apoiado sobre os conceitos de capacidades e liberdade de realização do indivíduo, ganhou espaço e influência acadêmica no debate sobre o assunto. Na sua concepção, a situação de pobreza refere-se à privação das capacidades básicas, o que é um avanço por conseguir fazer mais justiça social. A capacitação difere para cada indivíduo para a realização da sua liberdade, em que a pobreza representa a privação em alcançar conquistas mínimas nas dimensões de análises selecionadas.

[23] É ilimitada por envolver aspectos que inferem sobre o bem-estar de diversas naturezas, sendo que as carências e fatores socioeconômicos a ele associados estão inter-relacionados (Ver MESTRUM, 2002).

[24] Ver referências dos trabalhos citados em Arim e Vigorito (2007).

REFERÊNCIAS

ALKIRE, S. *et al*. *Multidimensional Poverty Measurement and Analysis: Chapter 2* – The Framework. Oxford Poverty & Human Development Initiative, Working paper nº 83, University of Oxford. Oxford, 2015. Disponível em: <http://www.ophi.org.uk/wp-content/uploads/OPHIWP083_Ch2.pdf>. Acessado em: 01/07/2015.

ALKIRE, S. e FOSTER, J. *Understandings and Misunderstandings of Multidimensional Poverty Measurement*. Oxford Poverty & Human Development Initiative. Working paper nº 43; University of Oxford. Oxford, 2011. Disponível em: http://www3.qeh.ox.ac.uk/pdf/ophiwp/OPHIWP043.pdf. Acessado em: 06/07/2015.

ANAND, S. *Sen, Amartya*. The New Palgrave Dictionary of Economics. Second edition. Steven N. Durlauf e Lawrence E. Blume (eds.). Palgrave Macmillan, 2008.

ARIDA, P. **A** *História do Pensamento Econômico como Teoria e Retórica*. In J.M. Rego (ed). Retórica na Economia, cap. 1, Ed. 34. São Paulo, 1996.

ARIM, R.; VIGORITO, A. *Un análisis multidimensional de la pobreza em Uruguay, 1991-2005*. Serie Documentos de Trabajo DT 10/06, Instituto de Economía, Universidad de la República, Uruguay, 2007.

ATKINSON, A. B. *Poverty*. The New Palgrave Dictionary of Economics. Second edition. Steven N. Durlauf e Lawrence E. Blume (eds.). Palgrave Macmillan, 2008.

BIANCHI, A. e SALVIANO, C. *Prebisch, a Cepal e seu discurso*. Retórica na Economia, José Márcio Rego (org.), Editora 34, São Paulo, 1996.

COBO, B.; ATHIAS, L.; MATTOS, G. G. *Multidimensional Poverty in Brazil through Fundamental Social Rights Compliance: An Analytic Proposal*. Anais do IARIW-IBGE, Conference on Income, Wealth and Well-Being in Latin America. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: http://www.iariw.org/papers/2013/CoboPaper.pdf. Acessado em: 20/04/2015.

CODES, A. L. M. *Modelagem de Equações Estruturais: uma Contribuição Metodológica para o*

Estudo da Pobreza. Tese de Doutorado, UFBA, Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, Salvador, 2005.
_____. *A trajetória do Pensamento científico sobre a pobreza: em direção a uma visão complexa*. Texto para Discussão nº 1332, IPEA. Brasília, 2008.

COELHO, R. C. *Estado, Governo e Mercado*. Departamento de Ciências da Administração - UFSC, Florianópolis: CAPES: UAB. Brasília, 2009.

COMIM, F.; BAGOLIN, I. *Aspectos Qualitativos da Pobreza no Rio Grande do Sul*. Ensaios FEE, Número especial, v23, p.467-490. Porto Alegre, 2002.

CRESPO, A. P. A.; GUROVITZ, E. *Pobreza como um fenômeno multidimensional*. RAE-eletrônica, v 1, nº 2. São Paulo, 2002.

DUCLOS, J. Y.; ARAAR, A. *Economic Studies in Inequality Social Exclusion and Well-Being. In: Poverty and Equity: Measurement, Policy and Estimation With Dad*. Published by Springer. International Development Research Centre, v. 2. New York, 2006. Disponivel em: <http://personal.psc.isr.umich.edu/~davidl/GhanaCourse/Day8/Duclos%20and%20Araar_Poverty%20and%20Equity%20and%20Estimation%20with%20DAD.pdf>. Acesso em: 12/05/2015.

ESPINOLA, G. M.; ZIMMERMANN, C. R. *Definição e mensuração da pobreza: algumas considerações sobre o debate recente*. Anais do Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades, ANINTER-SH/ PPGSD-UFF. Niterói-RJ - 2012.

FERES, J. C. e VILLATORO, P. *La viabilidad de erradicar la pobreza: Un examen conceptual y metodológico*. Serie Estudios estadísticos y prospectivos, nº 78. CEPAL, División de Estadísticas. Santiago, 2012.

FERNÁNDEZ, R. *A retórica e a procura da Verdade em Economia*. Retórica na Economia, José Márcio Rego (org.), Editora 34, São Paulo, 1996.

FOSTER, J.; SEN, A. *On Economic Inequality after a Quarter Century*. In: SEN, Amartya. On economic inequality (Expanded Edition). Oxford University Press, Oxford, 1997.

GALA, P. A. *Retórica na Economia Institucional de Douglass North*. Revista de Economia Política, vol. 23, nº 2 (90), abril-junho/2003.

GAMBI, Mauricio Olavarria. *Pobreza, Crecimiento Económico y Política Sociales*. Editora Universitária. 1º edição, Santiago – Chile, 2005.
GRÁCIO, R. *Consequências da retórica: para uma revalorização do múltiplo e do controverso*. Porto: Edições ASA, 1998.

GRUSKY, D.; KANBUR, R. *Conceptual ferment in poverty and inequality measurement: the view from economics and sociology*. In: GRUSKY, D.; KANBUR, R. (eds.) *Poverty and Inequality*.Stanford University Press. California, 2006.

HANSEN, K. V. e GAREY, A. I. *Families in the U.S.: Kinship and Domestic Politics: Kinship and Domestic Politics*. Temple University Press, Philadelphia, 1998.

KAGEYAMA, A.; HOFFMANN, R. *Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional.* Economia e Sociedade, v. 15, n. 1 (26), p. 79-112. Campinas, 2006.

LAVINAS, L. *Pobreza: métricas e evolução recente no Brasil e no Nordeste*. Seminário Internacional Desenvolvimento Regional do Nordeste. Recife, 2009. Disponível em: < http://fonseas.org.br/novosite/wp-content/uploads/2012/07/Pobreza-metricas-e-evolucao-

recente-no-Brasil-e-no-Nordeste-Lena-Lavinas.pdf>. Acessado em: 12/06/2015.

LOPES, H. M.; MACEDO, P. B. R.; e MACHADO, A. F. *Indicador de Pobreza:Aplicação de uma abordagem multidimencional ao caso brasileiro.* Texto para discussão nº223. Cedeplar – UFMG, Belo Horizonte - 2003.

LOUREIRO, A. O. F.; SULIANO, D. C. *As principais linhas de pobreza utilizadas no Brasil.* Nota técnica nº 38. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará, 2009.

MARIN, S. R.; OTTONELLI, J. *Medida Multidimensional da Pobreza: um exercício em Palmeira das Missões – Palmeira das Missões – RS*. REDES, Santa Cruz do Sul, v. 13, n. 3, p. 241 - 265, set/dez. 2008.

MCCLOSKEY, D. *The Rhetoric of Economics.* Journal of Economic Literature, 21, 1983.
_____. *A Retórica da Economia*. Retórica na Economia, José Márcio Rego (org.), Editora 34, São Paulo, 1996.

MONTEIRO, C. A. *A dimensão da pobreza, da fome e da desnutrição no Brasil*. Estudos Avançados, São Paulo, v. 9, n. 24, 1995.
NANAJ, A.; DUKA, R. *From Unidimensional forwards multidimensional poverty meansurement (multidimensional poverty index Albania M.P.I.)*. Anais do 10th International Conference of ASECU. Romania - 2014. Disponível em: <http://www.asecu.gr/files/10th_conf_files/nanaj-duka.pdf>. Acessado em 03/07/2015.

NARAYAN, D. *Voices of the poor: Can anyone hear us?* The World Bank, Oxford University Press, Washington, D.C, 2000.

NERI, M. *Políticas estruturais de combate à pobreza no Brasil*. Desigualdade e Pobreza no Brasil. R. Henriques (Org.), p.503-526. IPEA, Rio de Janeiro, 2000.

NIEMIETZ, K. *A New Understanding of Poverty: Poverty Measurement and Policy Implications*. The Institute of Economic Affairs. Great Britain, 2011.

PAULANI, L. M. *Ideias sem lugar — Sobre a retórica na economia de McCloskey*. Retórica na Economia, José Márcio Rego (org.), Editora 34, São Paulo, 1996.

PERELMAN, CH. e TYTECA, L., O. *The New Rhetoric, a Treatise on Argumentation*. University of Notre Dame Press, Notre Dame, 2000, 1958 (1ed.).

RAVALLION, M. *Poverty Comparisons: a Guide to Concepts and Methods*. The World Bank, Working Paper, nº 88. Washington, DC, 1994.
_____. *Poverty Lines*. The New Palgrave Dictionary of Economics. Second edition. Steven N. Durlauf e Lawrence E. Blume (eds.). Palgrave Macmillan, 2008.

REGO, J. M. *Retórica na Economia — ideias no lugar*. Retórica na Economia, José Márcio Rego (org.), Editora 34, São Paulo, 1996.

ROCHA, S. *Pobreza no Brasil: Afinal, de que se Trata?* Editora FGV, 2º ed. Rio de Janeiro, 2005.
ROMÃO, M. E. C. *Considerações sobre o conceito da pobreza*. Revista Brasileira de Economia. 36 (4): p. 355-370. Rio de Janeiro - RJ, 1982.

ROWNTREE, B. S. *Poverty: a study of town life*. Macmillan, London, 1901.
ROWNTREE SOCIETY. Rowntree Resources. Disponível em: < http://www.rowntreesociety.org.uk/resources-2/>. Acessado em: 10/09/2015.
SALAHUDDIN, T.; ZAMAN, A. *Multidimensional Poverty Measurement in Pakistan: Time Series Trends and Breakdown*. The Pakistan Development Review, 51:4 Part II, pp. 493–504. Pakistan, 2012.

Disponível em: < http://www.pide.org.pk/pdf/PDR/2012/Volume4/493-504.pdf>. Acessado em: 03/07/2015.

SALAMA, P., DESTERMAU, B. *O tamanho da pobreza*. Economia Política da Distribuição de Renda. Editora Garamond. Rio de Janeiro, 1999.

Sen, A. K. *Capability and well-being*. In: NUSSBAUM, Martha; SEN, Amartya (Ed.). The quality of life. Oxford: Clarendon Press, 1993.
_____. *Desenvolvimento como Liberdade*. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SANTOS, B. S. *Introdução de uma ciência pós-moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

SILVA, A. M. R.; LACERDA, F. C. C.; NEDER, H. D. Evolução do estudo da pobreza: da abordagem monetária à privação de capacitações. Bahia Análise & Dados, v. 21, p. 509-527, 2011.

SOARES, S. S. D. *Metodologias para estabelecer a linha de pobreza: objetivas, subjetivas, relativas, multidimensionais*. IPEA, Texto para Discussão nº 1381. Rio de Janeiro, 2009.
TOWNSEND, P. *The International Analysis of Poverty*. Hertfordshire: Harvester Wheatsheaf, 1993.
_____. *Introduction to Compendium of best practices in poverty measurement*. Rio Group. Organized by the Expert Group on Poverty. Rio de Janeiro, 2006.

WILTGEN, R. P.; REIS, C. N. *POBREZA URBANA: uma Proxy da Região Metropolitana de Porto Alegre*. Anais do 6º Encontro de Economia Gaúcha, Porto Alegre - 2012. Disponível em: <http://www.pucrs.br/eventos/eeg/?p=trabalho

AS FACES DO MUNICÍPIO MATO-GROSSENSE DE SORRISO NA HISTÓRIA ORAL

Arthur Ricardo Pinheiro de S. Moraes
Mestre em Agronegócio e Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)
artpinheiro@outlook.com

RESUMO

Este artigo analisa o crescimento do município mato-grossense de Sorriso, o qual, a partir do aumento da exportação da atividade primária, alterou sensivelmente a realidade local. Do início de sua colonização, datada de 1970, até a o início da segunda década do século XXI, o avanço produtivo na cultura da soja, impulsionada pela melhoria tecnológica, causou principalmente uma alta econômica e um impulso populacional, fazendo com que Sorriso se tornasse uma das mais povoadas de Mato Grosso. Colonizada principalmente por paranaenses e catarinenses, Sorriso, também conhecida como "capital nacional do agronegócio", se tornou um dos principais municípios atraentes à imigração, provocando um novo fluxo imigratório, a partir do início do século XX, tal qual ocorrido na época de sua colonização. Nesta pesquisa, a partir da oralidade e da economia, são apresentadas a pluralidade das faces de Sorriso.

Palavras-chave: Desenvolvimento Econômico Urbano, Agronegócio, Sorriso.

ABSTRACT

This article analyzes the growth of Sorriso, a city from Mato Grosso, which, from the increase of the export of the primary activity, significantly altered the local reality. From the beginning of its colonization, from the 1970s, until the beginning of the second decade of the 21st century, the productive advance in the soybean crop, driven by the technological improvement, caused mainly an economic boom and a population impulse, making Sorriso one of the most populated of Mato Grosso. Colonized mainly by people from Paraná and Santa Catarina, Sorriso, also known as the "national capital of agribusiness", became one of the main attractive municipalities to immigration, provoking a new immigrant flow, from the beginning of the XX century, as it happened in the time of its colonization. In this research, with the orality and economy, the plurality of the faces of Sorriso are presented.

Keywords: Urban Economic Development, Agribusiness, Sorriso.

REVISTA ELETRÔNICA DOCUMENTO 21 MONUMENTO
REDM
NDIHR
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICA REGIONAL NDIHR

O CAMINHO PERCORRIDO PARA TRAZER AS FACES DE SORRISO

Este artigo tem por objetivo trazer as diversas faces de Sorriso. Sua história é repleta de relatos de vidas de imigrantes, que chegaram em busca de mudanças. Impactada pelo agronegócio, ou melhor, pela cultura da soja, o município encontrou uma base econômica com que pudesse dialogar.

Sorriso foi elevada à categoria de Distrito em 26 de dezembro de 1980, quando era pertencente ao município de Nobres. E, transformada em município seis anos depois, no dia 13 de maio de 1986, através da Lei 5.002/86 segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O primeiro prefeito de Sorriso foi Alcino Manfroi, eleito em 16 de outubro de 1986. Posteriormente, prefeitos que estiveram à frente da prefeitura municipal de Sorriso foram os seguintes: José Domingos (1989 a 1992 e 1997 a 2004), Ignácio Schevinski Netto (1993 a 1996), Clomir Bedin (2009 a 2012) e Dilceu Rossato (2005 a 2008 e 2013 a 2016) (SORRISO NOSSO ORGULHO NOSSA TERRA, 2014).

Em 2016, Sorriso completou 30 anos de trajetória. Seu traçado econômico se assimila a de muitos municípios de Mato Grosso, que tem por base o setor agroexportador potencializado pela mão-de-obra colonizadora do século XIX. Sendo um município novo e de destaque, estudar o impacto do agronegócio pode trazer respostas na relação crescimento versus desenvolvimento.

Sorriso tem se destacado em Mato Grosso na produção agrícola, e passou a ser conhecida como a "capital nacional do agronegócio". Segundo a Folha de São Paulo (19 de fevereiro de 2017, A18), "Sorriso, cidade de Mato Grosso considerada a maior produtora de soja do mundo, pode voltar a honrar seu nome, após um 2016 difícil. [...] Sorriso planta 600 mil hectares de soja, 400 mil hectares de milho e 40 mil de outros produtos, como algodão e feijão". Além desses produtos, possui destaque em áreas como milho, avicultura, pecuária, piscicultura e suinocultura.

A partir de incentivos para a colonização do interior do Estado naquela década, no ano de 1975 o catarinense Claudino Francio iniciou a Colonizadora Feliz que se tornou o embrião para a formação do futuro município. Posteriormente novas famílias formadas basicamente por paranaenses, do sudoeste do Estado, e catarinenses chegaram à região atraídas pela oferta de terras e financiamento barato. E logo depois chegaram novas famílias do Rio Grande do Sul e um pouco de São Paulo (DIAS e BORTONCELLO, 2003).

Com uma população estimada para 2015 de 80.298 habitantes sua densidade demográfica é apresentada como 7,13 hab./km² e uma área de territorial de 9.329,603 km². No ano de 2011 a cidade, situada a 420 quilômetros da capital, atingiu um PIB de 2.934.743 mil reais e um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,774 em 2010. (IBGE, 2014). O seu PIB *per capita* atingiu em 2011 R$ 42.597,95.

Um fato importante sobre Sorriso é que o município cresceu mais de 3 vezes o seu número de habitantes em 20 anos, entre o período de 1992 a 2002. Assim, de acordo com dados do IBGE (2016), passou da 27ª cidade mais habitada do Mato Grosso, para a atual 7ª colocada, a qual permanece até o último dado disponível, referente ao ano de 2015. O dado populacional é uma importante fonte a ser analisada, pois ela pode nos indicar o quanto um município obteve crescimento, não só sobre o prisma econômico.

Para a produção deste artigo, como base, a pesquisa exploratória foi determinante, pois a partir dela, conseguiu-se percorrer o tema sem muitas restrições (GIL, 2002). Assim, diversas formas de abordagens puderam ser realizadas, sem que o resultado ficasse peso a uma explicação mais direta e sem conexões. Portanto, para um trabalho de pesquisa econômica como este, aonde as soluções não são determinísticas, novas indagações e desafios poderão ser despertados.

A entrevista oral foi o recurso encontrado para contar com uma fonte mais original. Por meio de entrevistas realizadas no município, foi possível reconstituir diversos meandros da trajetória de Sorriso. De acordo com Marconi e Lakatos (2003), não possui uma técnica probabilística de amostragem, como o é comumente a pesquisa exploratória. No entanto, procurou-se abordar a maior gama de diversidade de personagens. Dentre eles: um produtor rural, um empresário, ou um líder comunitário.

Foram realizadas entrevistas orais com seis pessoas pertencentes ao município: Fernando Frozza[1], sulista de Francisco Beltrão, Paraná, e que desempenha a atividade de docente na

Universidade de Cuiabá (UNIC); o deputado estadual José Domingos[2] que nasceu em Nortelândia, Mato Grosso, mas que chegou ao município no ano de 1982; o produtor rural Ignácio Schevinski[3], que nasceu em Ijuí, no Rio Grande do Sul, e passou a residir em Cuiabá a partir do ano de 1976, porém em mesma época já possuía terras e trabalhava com lavoura em Sorriso; o empresário Angelo Dalmolin[4], gaúcho da cidade de Erechim, e que chegou ao município em 1976, e se destacou na região com a empresa Posto Sorrisão, focada na venda de combustíveis automotores; Francisco Leal[5], líder comunitário no município, que nasceu em Açailândia, Maranhão, e chegou em Sorriso, em 2000; e, por último, o engenheiro florestal, e agrimensor de Sorriso no início de sua colonização, Eloy Brandão[6], que nasceu em Francisco Beltrão e chegou ao município em 1982.

Acerca da técnica de entrevista oral, cabe ressaltar que o método da oralidade temático foi o mais indicado para o caso de um assunto específico e preestabelecido. Nesta modalidade, houve a necessidade do uso de um questionário, que, no entanto, foi aplicado de forma indutiva, contextualizada com a história do indivíduo. Assim, ela acabou sendo gerada a partir de estímulos de fatos vivenciados ou mesmo de versões históricas de conhecimento do entrevistado (MEIHY, 1998).

Um dos temas centrais trabalhados nesse artigo diz respeito à discussão da figura do imigrante. Desde a colonização, o município de Sorriso tornou-se um atrativo para muitos brasileiros, em busca da concretização de seus sonhos.

De acordo com argumentos do economista argentino Raúl Prebisch (2000), caso a imigração em países periféricos, como o caso brasileiro, fosse composta por uma massa trabalhadora, o problema da escassez poderia ser acentuado. Mas de outra forma, se a mão-de-obra fosse mais tecnificada, ou "eficiente", como ele observa, poderia gerar um incremento na melhoria técnica agrícola e industrial. E de fato, isso parece ter ocorrido em Sorriso, pelo fato dos colonos vindos do Sul, terem trazido consigo experiências agrícolas acumuladas.

Raúl Prebisch (2000, p. 214) ainda faz a alusão não só aos "trabalhadores eficientes" que poderiam vir a habitar novas regiões periféricas, como novos empresários que poderiam surgir em meio a massa:

> [...] das massas saíram não apenas trabalhadores eficientes, que tendem a aumentar o nível médio de produtividade, mas também que muitos desses trabalhadores transformaram-se, posteriormente em empresários com influência considerável na orientação e no ritmo do desenvolvimento econômico.

Joseph Alois Schumpeter (1988), no livro "A Teoria do Desenvolvimento Econômico", atribui uma visão bastante importante para o papel desses empresários. Sua visão de desenvolvimento foca na "realização de novas combinações", que resultam na "inovação". As inovações, segundo Schumpeter, são uma condição necessária para o desenvolvimento, mas não suficiente. E, são justamente os empresários os agentes dessas transformações.

De posse dos argumentos de Raúl Prebisch e de Joseph Alois Shumpeter, a indagação que fica é quem de fato alavancou Sorriso: os trabalhadores, os empresários, ou a conjugação dessas formas em busca da sobrevivência?

LUTAS E CONQUISTAS NOS CAMINHOS DE SORRISO

A força de vontade e a coragem aqui tomam forma como o "aventureiro" de Sergio Buarque de Holanda (2014), graças as narrativas dos entrevistados, que, dentre alguns, vivem na cidade mesmo antes da fundação do município. Para o estabelecimento de uma nova comunidade em meio a área rural, as dificuldades brotavam a cada instante. Além do ambiente inóspito em meio a mosquitos, abelhas, marimbondos, e de se encontrarem longe da família, a infraestrutura desafiava a permanência na região.

Sorriso cresceu através de sua força agrícola. Seus colonizadores vieram para a região com o pleno propósito de implantar no local a atividade, o que de certo era um complexo desafio, pois não conheciam as tipificações dos solos que viriam a encontrar, já que não possuíam base técnica para produção no cerrado. Então de início, tudo se iniciou utilizando as mesmas práticas técnicas adotadas da região de onde vieram. Utilizavam a motosserra e o machado como forma

de abrir área em meio à floresta. Só meses mais tarde descobriram e passaram a adotar práticas locais mais adaptadas às características locais.

O passo conseguinte à vinda do colono à região foi a de escolher qual a cultura seria a mais indicada para início das atividades no local. Segundo Ignácio Schevinski, se elegeu o arroz porque era uma planta que se dava bem nessa região. Como não existia calcário e eram poucos os adubos naquele momento, o arroz foi uma planta que se adaptaria mais facilmente àquela situação, já que ela não é uma planta tão exigente que nem a soja. Também não existiam muitas variedades de sojas disponíveis, o que dificultaria a implementação da cultura. Ela só viria a ser iniciada em 1981 e 1982. Isso foi possível com o auxílio da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Fundada em 1973, ela desenvolveu variedades específicas para a região em que se encontravam.

De acordo com Schevinski, a variedade da soja das regiões de onde vieram os colonizadores, quando se tentava implantar aqui, fazia crescer uma planta muito pequena. Não crescia e nem desenvolvia porque o clima era outro muito diferente e nem o Sul de Mato Grosso plantava soja. A EMBRAPA começou desenvolvendo o IAC-2, depois IAC-7 e mais outras nasceram até chegar a enorme diversidade de variedades que é hoje. A EMBRAPA foi extremamente importante para o início da colonização, principalmente porque era difícil a uma empresa particular vir aqui para realizar uma pesquisa, exigindo muito investimento. Segundo o Ignácio Schevinski, até hoje ela realiza pesquisas, porém muitas outras multiplicadoras de semente surgiram, incluindo a Fundação Mato Grosso. No entanto, historicamente, a EMBRAPA deve a sua maior relevância.

Para José Domingos, referente a utilização do arroz como primeira fonte de produção sorrisense, discorre:

> [...] a cultura do arroz era a cultura desbravadora em virtude de o solo de cerrado ser muito ácido. E a única cultura que resistia a um índice de saturação de alumínio elevado era a cultura do arroz. Então ela veio como uma cultura para amansar o solo, como dizem os sulistas.

E, foi assim, que a soja em Sorriso começou a ser produzida. Ela foi escolhida, porque como relata Ignácio, ela já era uma cultura que dava dinheiro na época. Havia mercado externo, e porque, principalmente, no Sul se exportava e os sulistas já conheciam. Foi uma influência de Rondonópolis e São Gabriel do Oeste, que utilizando o arroz como atividade produtora em áreas recém-abertas, posteriormente passaram a implementar a soja e em seguida veio historicamente o milho. Também a conhecida expansão de crédito durante as décadas da expansão da colonização e o seu preço no mercado internacional favorecia os produtores (FERREIRA, 2004).

Na história de Sorriso, os relatos valorizando o esforço e a resistência são diversos. Situação recorrente em muitos municípios do interior de Mato Grosso. Elas são repletas de dificuldades e acompanhadas de narrativas de desbravamento, conforme relata José Domingos:

> Além da saudade que tanto eu tinha da minha família na capital do Estado, como os demais sorrisenses, já que a maioria da sua população é oriunda do Sul do País. Ou de Santa Catarina, ou do Rio Grande do Sul ou Paraná tinha a saudade o maior problema. Depois da distância que nos separava, segundo e por último era falta da infraestrutura. A falta de infraestrutura era muito grande. Não tinha televisão, não tinha telefone, não tinha água e não tinha energia. Então isso era um fator limitante para a sua sobrevivência e acima de tudo, resistência naquele município.

A infraestrutura é presente como uma das maiores queixas pelos entrevistados. A BR-163 é um dos pontos nevrálgicos da discussão. Ignácio Schevinski conta em entrevista que, quando chegou em Mato Grosso em 1976, o 9º BEC estava levantando a estrada e admitia que elas eram boas. Porém, certo tempo depois elas já não eram mais suficientes para suprir a demanda logística que crescia ano a ano. Conforme Schevinski:

> Na época o 9º BEC estava levantando aqui. Era boa a estrada até, ela estava recém pronta. O 9º BEC estava cascalhando e naquele tempo não tinha nenhum trânsito. Não encontrava nenhum caminhão saindo porque não tinha nada para levar. De vez enquanto vinha uma mudança, começou a

> entrar gente. De 1979 para a frente começou a ficar ruim, por que a gente começou a produzir, começou a sair madeira, começou a sair já arroz e daí começou a acabar com as estradas. [...] Eram cheios de lama, atoleiro. As vezes chegava a ficar 15, 20 dias que não passava ninguém. Cheio de caminhão que estava atolado. Quando parava a chuva o pessoal saia de novo. Praticamente só andava na época da estiagem.

Corroborando com a visão de Schevinski, José Domingos acrescenta acerca da rodovia que foi determinante para o crescimento da cidade:

> Naquela época as estradas eram muitos ruins. Até porque do Posto Gil, que era o entroncamento da BR-163 com a BR-364, que era o município de Diamantino, mais ou menos uns 150, 170 quilômetros da capital, era pavimentada. Daí para lá não tinha pavimento. Na época das chuvas era muita lama, atoleiros e aquelas cabeças de figueiredo que era apelidado na época. E durante o período de seca, além dos buracos e trepidações, era muito poeira. Era totalmente desumano uma viagem daqui da capital para Sorriso. De ônibus era praticamente 12, 14, 16 horas de viagem. De carro, dependendo da época do ano, era em torno de 8 horas de viagem, além do sofrimento que era interminável.

Para o agrimensor Eloy Brandão, que chegou em Sorriso no ano de 1982, o principal e primeiro problema, que enfrentou o pioneiro, foi a falta de estradas. O acesso para Sorriso era precário. No entanto, ele lembra que o agrimensor naturalmente se depara com tal situação. Segundo Brandão: "O trabalho do agrimensor é um ponta de lança. Ele convive com problemas, com dificuldades no dia-a-dia, carro atolado, doenças e essas coisas. Para usar a frase do Euclides da Cunha, 'O nordestino é antes de tudo um forte'. Eu acho que dá para parafrasear isso em relação ao agrimensor. Se não, ele não encara".

Brandão narra que quando chegou em Sorriso, o colonizador lhe forneceu um barraco pequeno, de 5x6 metros. Nela geralmente havia os equipamentos de trabalho do morador, uma rede para dormir e um fogareiro. Assim, sua habitação era muito simples, e o mesmo não se importava com tal situação, argumentando que:

> [...] era um conforto necessário para a época e convivíamos muito bem. Não passávamos fome. Então, o fato de dormir em rede a gente acostuma. Até hoje eu durmo em rede. É questão de aprender a usar. Eu percebo que o sulista não sabe usar a rede. E eu convivi com nordestino. Então aprendi a usar a rede e até hoje uso. Tiro a minha soneca na rede. Não havia luxo. No nosso trabalho não havia glamour. Conforto não existia. Mas fazia parte daquele momento histórico de Sorriso. Um momento de pessoas bravas, no sentido de ser lutador.

O entrevistado Eloy Brandão cita ainda um momento que ouviu uma frase de Claudino Francio, em respeito às pessoas que voltavam para suas casas no Sul: "Isso aqui não é terra para frouxo".

Alguns alimentos eram demandados de Sinop, Vera e Cuiabá. A alimentação, naquela época, segundo Ignácio Schevinski, além do tradicional arroz e feijão, era muito comum a compra de carne seca, já que não havia geladeira para manter os alimentos. Mais tarde começou a criação de galinhas, por exemplo e a alimentação deixou de ser dependente do comércio com outras regiões. Alguns alimentos como salame e vinho, produtos tipicamente do Sul, eram trazidos pelos visitantes.

Segundo Angelo Dalmolin, em período posterior, chegou à Sorriso o sulista Dorival Brandão, que tempo antes habitava o município de Sinop. Ali Dalmolin abriu um mercado próximo a lavoura para facilitar o início de seu comércio, vendendo os produtos da lavoura, charque, farinha e azeite, trazia-os de fora.

De acordo com relato de José Domingos, ao chegar ao município em 1982, todas as casas eram insalubres, de madeira e com tanta poeira que chegava a ser insuportável. Não existia energia nem água naquele momento. Com relação a água, se utilizava o córrego que se

encontra na atual área verde de Sorriso. Colocaram uma roda de água nesse córrego e ela jorrava em direção a um restaurante que havia, construído pelo próprio Claudino Francio que servia também de residência para o seu irmão, Nelson Francio. Mais tarde, quando a população de Sorriso começou a participar ativamente do processo, foi dado início a utilização da água do Rio Lira. Nele se usava uma roda de água maior, e os moradores utilizavam a água para tomar banho e beber. Naquela época não havia poço artesiano.

Mais tarde, com a utilização de um motor, segundo Eloy Brandão em um ponto da cidade passou a se ter um poço semi-artesiano, também conhecido como cacimba. Colocavam o motor ali para tirar a água.

Segundo Dias e Bortoncello (2003) o problema da água em Sorriso sempre foi recorrente, pois o município cresceu mais rápido do que o sistema de distribuição. E isso perdurou até o ano 2000, quando se iniciou a "Águas de Sorriso", gerenciando o sistema de água do município.

Em 1987, com a posse do primeiro prefeito eleito pela cidade, Alcino Manfrói, foi conseguida a liberação de mais motores para a cidade, ampliando a capacidade energética do município. Porém, assim como o sistema de abastecimento da água, o da energia também não suportaria a capacidade demandada pelo município em advento da enorme velocidade que crescia a população do município. A energia era obtida através do lampião, que era ou comprado ou construído manualmente, e do querosene (DIAS e BORTONCELLO, 2003).

Posteriormente, segundo Ignácio, as famílias que chegavam, e mesmo as que viviam já aqui, passaram a ter um pequeno gerador. Eram comprados por uma família ou em conjunto, no eixo comercial em Cuiabá, que naquela época já possuía um grande centro comercial que abastecia o interior do Estado. Os motores eram gerados à manivela e possuíam a potência de 3cv ou 4cv. E dessa forma, podia-se até fazer um poço e tirar água dele. Esse motor apesar de durar poucas horas e do combustível do diesel utilizado ser extremamente caro, se mostrou diversamente útil para a população. Além do uso para a retirada da água do poço, ele era usado no período da noite durante algumas horas e para, ou mesmo para gelar a água a ser bebida.

Eloy Brandão, no entanto, lembra que não eram todas as casas que haviam geradores. Eram mais comuns nas famílias que possuíssem um maior poder aquisitivo. Mais tarde, um pouco depois de se tornar município, criaram um conjunto gerador em prol da comunidade. Ali já havia energia com um pouco mais de eficiência, aonde ela se iniciava às 6 horas da tarde e ia até às 10 horas em todas as casas e depois era desligada. Quem quisesse usavam o motor que houvessem em suas casas. Depois, enquanto a cidade foi expandindo cada vez mais, se criou uma usina termoelétrica com motores grandes, e assim, por mais algum tempo a energia continuou a ser produzida por óleo diesel. Até que finalmente chegou o "Linhão". Nas palavras de Eloy: "Aí chegou a redenção da gente! De lá até hoje nós temos energia 24 horas por dia."

Conforme argumenta Dias e Bortoncello (2003), o problema da energia viria a ser melhorado só no ultimo decênio do século XX, quando o governador Jayme Veríssimo de Campos, interligou Sorriso ao linhão. Chama atenção a sinergia entre a comunidade em prol da infraestrutura da cidade. Os habitantes, quando a condição financeira permitia, ajudavam com a compra de postes, ou quem tivesse caminhão fazia o frete, ou mesmo quem não possuía condições algumas, participava do trabalho manual. Essa união entre os colonos foi uma característica marcante do desenvolvimento da região. Um exemplo disso foram os mutirões, relatados por Ignácio Schevinski, que marcaram a história de Sorriso:

> Todo mundo se ajudava, faziam comissões. Ia pleitear para o pessoal que nem próprio telefone. Quando começou o telefone aqui, nós comercializamos 600 aparelhos. Nós fizemos uma comissão e eu fui o presidente. Formamos a comissão e compramos da TELEMAT 600 aparelhos porque eram 600 pessoas que queriam. Ninguém queria ficar fora, então você vê a dificuldade. Nós compramos em dólar. Então dentro desses aparelhos no embutimos a central que está até hoje ali. Nós é que fizemos aquela central. Como existia problema de energia que era motor a diesel, nós compramos aqueles motorzinhos que ligam automaticamente e embutimos dentro dos aparelhos. Cada aparelho custou para a comissão "X", e nós vendemos por "Y" para embutir junto o custo da central. Essa comissão era

> formada por só cinco pessoas, éramos nós que corríamos atrás. Isso foi em 1982. E assim foi com o telefone. A energia veio na época que eu fui prefeito em 1994. Nem Sinop não tinha. Quando veio o Linhão, nós entramos juntos. Foi em 1994, dia 08 de dezembro. Fui eu que apertei e liguei.

A BR-163 deteve profunda importância na fundação de vários municípios. Vera, por exemplo, fora fundada na expectativa da proximidade da estrada ao local, o que não procedeu. Com uma alteração no projeto inicial que resultou na alteração de seu traçado, fundou-se a cidade de Sinop.

A infraestrutura educacional também não era das melhores. Schevinski por exemplo, morava em Sorriso, porém sua família morava em Cuiabá, para que os seus filhos pudessem ter uma educação mais robusta.

José Domingos fornece destaque para a origem da população sorrisense, originária do Sul do país. Essa população é um dos pilares para tornar a potência que o município é hoje. Segundo o ex-prefeito, o sulista encontrou no município algumas particularidades extremamente importantes para o desenvolvimento da agricultura de exportação e capitalização, como a soja, o milho, o algodão, girassol, criação de granjas de qualidade através da suinocultura e até mesmo avicultura. Os novos colonizadores encontraram um clima com temperatura média de 26° a 28°. Um regime de chuva bem definido e com solos extremamente fantásticos. Uma vegetação fácil de ser removida para o desenvolvimento das principais atividades econômicas que hoje se destacam no município. Assim, o que você investiu na terra, ela devolve e a um curto prazo. Essas particularidades fizeram a diferença no crescimento exponencial de Sorriso, muito acima da maioria das outras cidades.

De acordo com Ignácio Schevinski, diferente de outras regiões do Mato Grosso, em Sorriso, a pecuária não se teve espaço. A razão disso era que a carne bovina não possuía um preço que satisfazia o colono, e o solo da região, seis meses de seca e seis meses de chuva, não propiciava a atividade da pecuária. Apesar disso, chegou a possuir bem timidamente, de início atividade na produção leiteira. Segundo Ignácio Schevinski, a atividade até chegou a iniciar-se, mas logo em seguida encolheu, pois a pecuária não era uma atividade rentável no olhar do colono do Sul:

> A pecuária é uma atividade de médio e longo prazo. E agricultura você planta hoje e em 120 dias você já está com dinheiro no bolso. Então como o nosso povo lá do Sul é muito imediatista, deixou o boi de lado e passou mais para a agricultura. Ainda tem um pouco de boi aqui, mas antes tinha muito mais, porque haviam épocas também que o preço do arroz e da soja estavam ruins. O boi não exige muita máquina, muita mão-de-obra então muitas pessoas partiram para o boi. Mas só que voltou de novo. Agora aqui tem muito pouco. Nessa região nossa de lavoura mecanizada quase não tem. Algodão também tem, não é muito mas tem. É uma cultura bem complicada.

Assim, além das dificuldades dos problemas da escassez dos insumos para a própria prática a ser desenvolvida, da falta de sementes selecionadas, soma-se ainda a dificuldade de se realizar os concertos dos equipamentos de modo que chegava a atrasar a colheita e o concerto muitas vezes chegavam a preços muito altos. Nada era fácil para o colonizador. Aqui se encontrava só o trabalho e a única "facilidade" com que ele se deparava eram os próprios subsídios para poderem crescer. Nas palavras de Ignácio Schevinski:

> Na época aqui quando começou, se comprava terras muito baratas. O jovem vinha do RS, PR, e SP. E lá já estavam supervalorizadas as terras. Vendiam 1 hectare aqui e compravam 100 aqui. Então isso fez o pessoal vir para cá. "Olha eu tenho 10 hectares aqui, vou comprar mil lá. Meu Deus, vou comprar mil hectares! Mas eu vou ser fazendeiro grande! ". O pessoal não veio aqui porque tinha conforto. Para você ter ideia em 1994 que chegou energia. Então não tinha conforto nenhum. Era só trabalho, trabalho e trabalho.

Schevinski, assim como tantos outros colonos possuíam uma pequena porção de terra no Sul. O pensamento natural era de que Mato Grosso poderia ser uma possibilidade para expandir

os negócios, aumentando as terras e expandindo a lavoura.

Angelo Dalmolin acrescenta que grande parte da razão de Sorriso ter dado certo foi a própria força dos sulistas. A união entre os novos colonos que chegavam é desses motivos. Apesar do grande aporte financeiro que muito fazendeiros que chegaram a Sorriso, os que não o possuíam, vieram com experiência, o que facilitou na expansão inicial:

> O ponto de reunião era aos domingos. Eram poucas casas na época, mas tinha uma casinha ali que era a escolinha de madeira. E ali nos rezávamos o terço e ali fazíamos a reunião momentânea. Conversava um com o outro, nós todos nos conhecíamos. E então, um ali transmitia ideia para o outro. "Eu fiz isso, não deu certo. Plantei aquilo, não deu certo". Pegamos um engenheiro muito bom, chamado Aréssio Paquer, bom agrônomo. Muito bom! Então ele dizia, tem que colocar isso, colocar aquilo, temperar a terra com isso. E lá fomos nós.

E assim o município foi crescendo. Através das dificuldades relatadas pelos entrevistados, as vozes eram uníssonas em destacar as barreiras que os colonos obtiveram quando chegaram ao município e o quão grande foi o esforço para superá-las. Também é notória a influência que a BR-163 exerceu na escolha do município como futura habitação. Os reflexos são vistos até hoje, como na manutenção da vinda e atração de cada vez mais imigrantes rumo ao município. Muitos destes chegaram principalmente após o ano 2000. A partir desse período, uma nova grande leva imigratória passou a atingir Sorriso.

Como se tem conhecimento, o município vive da exportação primária, principalmente da *commodities* da soja. De acordo com dados do Sistema de Análise das Informações de Comércio Exterior (ALICEWEB, 2016) o salto da produção de soja se iniciou logo início do século XX. Em período anterior os números eram quase que irrelevantes se compararmos aos atuais números. De 2001 em diante, os valores da exportação adquiriram patamares cada vez mais elevados, principalmente nos anos de 1998, 2007, 2008 e 2011. O primeiro teve um crescimento percentual de 348,21% no valor arrecadado. Porém chama-se mais a atenção para os outros três anos, pois os valores para estes já se encontravam bem altos, de modo que o resultado se mostrou ainda mais surpreendente. De 2007 a 2008, o valor arrecadado com a exportação da oleaginosa cresceu 964,39%, sendo considerado anos de maiores crescimentos no período em análise. Já o ano de 2011 registrou um aumento percentual de 122,41% em comparação ao ano anterior.

Essa exportação foi também muito impulsionada pelo aumento do preço da saca de soja para a praça de Sorriso. De acordo com dados do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA, 2016), na praça de Sorriso, o preço da saca de soja de 60 kg, em grãos, obteve um crescimento de 102,45%, na variação entre 2002 e 2012, passando de R$ 27,74 a saca para R$ 56,16. Durante esse período de 10 anos, o grão registrou aumentos expressivos principalmente nos anos de 2003, 2007, 2008 e 2012, com variações de 18,53%, 39,61%, 36,79% e 46,32%, respectivamente. No ano de 2012, também se obteve a maior alta no preço da saca.

A premissa do crescimento econômico, advindo da mistura entre o crescimento no volume exportado e o aumento do preço da soja, foram vitais para tornar o município um expoente chamariz da migração brasileira.

Os anos com maiores índices de crescimento verificado dentre o período de 1991 e 2015 foram eles: 1996, com aumento de 32,08%; 1998, com 8,49%; 2004, com 9,95%; 2007, com crescimento de 8,91%; e por último 2010, com incremento percentual de 10,82% de habitantes. Em nenhum período houve uma redução no número de habitantes. No entanto, a menor variação registrada dentre a série foi a do último ano da análise. De 2014 para 2015 houve um crescimento de 3,30% no número de residentes em Sorriso. E cada vez mais, o percentual vem diminuindo nos últimos anos. Enquanto a média de crescimento da década passada foi de 6,84% ao ano, de 2011 até 2015, o aumento de habitantes registrou média de 3,84% (IBGE, 2016).

A cidade de Sorriso era a 27ª cidade mais populosa do Estado no ano de 1991 e no último ano de análise, 2015, ela já era a 7ª mais populosa. O crescimento não se deu exclusivamente por aumento na taxa de natalidade, e sim pela atração de trabalhadores das mais variadas regiões do país.

De acordo com dados do IBGE (Censo Demográfico, 2010), a maior parcela da população

advém da própria população local, como habitantes de cidades vizinhas ou mesmo que compõem uma parte do Estado. No entanto, a população sul e nordestina, detém uma parcela significativa dos habitantes sorrissense.

Umas das razões para esse arrefecimento no quadro de habitantes é a situação mais enxuta de oferta de empregos no município. Em entrevista com Francisco Leal, nordestino que chegou a Sorriso em busca de uma melhor condição de vida, relata que o volume ofertado de empregos já foi mais intenso em anos anteriores. Quando questionado se ele recomendaria a vinda de mais emigrantes para Sorriso o mesmo argumenta: "Normalmente sim, mas como está um desemprego tão grande, uma crise tão grande, é melhor sofrer no seu lugar do que em um lugar estranho e depois não ter como voltar. Porque agora está assim".

Francisco Leal é um dos muitos casos de novos moradores de Sorriso que vieram do Nordeste, mais especificamente do Maranhão, em busca de empregos. Francisco conta que veio casado e sem filhos de Açailândia, no interior do Maranhão. E ficou sabendo da prosperidade financeira em que se encontrava o município a partir de um cunhado que chegou em Sorriso em 1996. Seu cunhado, também nordestino, foi um dos muitos que chegaram a cidade no ano em que, conforme a tabela contendo o quadro populacional, foi um período em que obteve o maior crescimento populacional, de 32,08%. Conforme argumenta Francisco: "A gente veio na proposta de uma melhoria de vida porque Sorriso era muito visado na época no Nordeste. O povo falava muito e a gente veio atrás de oportunidade que nem outro nordestino qualquer".

Assim como vem o nordestino, o sulista também chega ao município em busca de uma melhoria de vida, mesmo que com uma identidade distinta, como é o caso de Fernando Frozza. Fernando nasceu em Francisco Beltrão, no Paraná, onde residiu até 2004, quando em dezembro do mesmo ano passou a habitar Sorriso. Com uma mão-de-obra mais tecnificada, tendo graduação e uma especialização, passou a atuar na gestão de uma fazenda.

Cabe observar, que o preço da soja obteve acréscimos históricos nos últimos anos. Seu valor atinge ano a ano, patamares mais elevados, impulsionados, muitas vezes pela alta do dólar. Como exemplo o caso de 2015: a cotação do dólar atingiu uma alta percentual de 41,79%, passando de R$ 2,35 para R$ 3,34. Essa acentuada alta de R$ 0,99 centavos, foi o suficiente para impulsionar a saca de soja para valores até então nunca alcançados. Até outubro de 2016, o preço da saca de 60 kg fechou com média de R$ 68,22, alta de 19,98% (Banco Central, 2016).

Com valores tão altos no agronegócio é fatídico que a atração de agricultores para tal cultura tenha sido intensificada, conjuntamente com a sua produção, ao longo da última década e início da posterior. Inclui também a isso, a renda obtida para o produtor, que agora possui um capital muito superior em sua terra a aquele comparado ao do ano 2000. Esse capital pode ser utilizado para realizar novos investimentos em máquinas, insumos, compra de terras, ou mesmo melhoria de mão-de-obra empregada. E aí vem ao fato de o número de imigrantes ter sido acrescido ano a ano no município de Sorriso. Seja esse imigrante um trabalhador tecnificado ou não, as ofertas de emprego, como descreve Francisco Leal, eram muitas.

Outro dado interessante informado pelo IBGE (Censo Demográfico, 2010) foi a situação de domicílio por parte dos moradores em período de 1991 até 2010. A população urbana é a maior parte dos residentes, no entanto, a rural também obteve um crescimento. A população residente na área urbana avançou 178,40% e 85,11% respetivamente de 1991 para os anos 2000 e 2000 para 2010. Hoje essa população representa 87,74% da totalidade. No entanto, no ano 2000 ela foi ainda maior, representando 88,55%, graças ao aumento da população no campo, que dobrou entre 2000 e 2010. Esses dados revelam muito a respeito das características dos habitantes da cidade, e mostra que a área urbana do município é o que gera a maior atração de habitantes, mesmo que a área rural também tenha sido beneficiada. Isso também revela o impacto que o setor de serviços vem influenciando no município. O terceiro setor passou a obter a maior participação do PIB a partir do ano de 2005. Enquanto isso o agronegócio foi perdendo representatividade para o setor de serviços e até mesmo da indústria.

Vale ressaltar que o setor de serviços de Sorriso sofre um impacto direto do agronegócio. Muitas atividades do agronegócio são ligadas diretamente ao setor de serviços. Ou mesmo parte da renda gerada a partir do agronegócio é revertida em gastos com serviços. No entanto, um outro fator que pode explicar a disparidade entre a participação do agronegócio e do setor de serviços é o próprio sojicultor. Muitas das terras dos agricultores pertencem a municípios vizinhos,

que acabam por gerar renda, a partir do setor primário, para estas. No entanto, por fixarem residência em Sorriso, grande parte dos serviços utilizados são usufruídos no município de Sorriso, e não na cidade da fazenda.

Eloy Brandão, agrimensor, que foi um dos responsáveis pela demarcação espacial do território do município, desde a sua fundação, em entrevista, argumenta que quando acabou as terras do município, ela se expandiu para áreas de cidades vizinhas. Muitos produtores então passaram a expandir suas terras para cidades como Nova Ubiratã, Vera, Ipiranga do Norte e Tapurah. Porém, sempre com residência fixa em Sorriso. Desta forma, Sorriso tem concentrado muito da indústria de serviços da região. Os produtores de soja, mesmo com sua fazenda pertencendo a outros municípios, vivem em verdade, em Sorriso, pois ela é mais desenvolvida e possui muito da infraestrutura necessária para uma boa qualidade de vida, como educação e saúde. Coisas que poderiam encontrar só na capital do Estado, Cuiabá, mas que se localiza há muitos quilômetros de distância de seu trabalho. Assim, Sorriso vem se constituindo em um pequeno polo no Norte do cerrado mato-grossense. É provável que cidades como as destacadas no entorno de Sorriso nunca irão crescer como a mesma, porque grande parte de seus moradores e seus imóveis, residem em Sorriso.

A imigração foi fundamental no crescimento econômico do município. Durante o processo de expansão de Sorriso, acentuada na metade da década passada o volume de imigrantes cresceu a taxas elevadas, mediante a maior oferta de emprego a partir do avanço no setor primário. Parte da massa era composta de mão-de-obra tecnificada e não tecnificada. Mesmo a massa trabalhadora não-tecnificada, também se encontrava na nova realidade do município, que, acompanhando a evolução no quadro populacional e o crescimento econômico, passou a requisitar de pessoas para empregos diversos que não necessariamente fossem especializados, como o caso da família de Francisco Leal, que imigrou do Nordeste para Sorriso, e começou a trabalhar com serviços gerais na COOPSERVS (Cooperativa dos Prestadores de Serviço de Sorriso).

A figura do empresário, era extremamente importante para Schumpeter. Ele afirmava que, diferente de como pensavam os clássicos e neoclássicos, o desenvolvimento deveria surgir de explosões descontinuas em um mundo dinâmico. Exemplos dessas explosões foram a expansão da malha ferroviária ou o avanço da indústria automobilística. Esse cenário, portanto, intrinsicamente geraria um elevado grau de risco e incerteza nas decisões de investimento. O que difere das outras duas escolas citadas, onde o desenvolvimento gradual e suave possibilitaria investimentos mais racionais (MEYER; BALDWIN, 1968). Portanto, diante de uma situação de insegurança, caberia ao empresário o papel de arriscar em meio às inovações, pois caso não o fosse, nenhum outro grupo da população o faria, e se admitira apenas variações pequenas de desenvolvimento.

De fato, a crença de Schumpeter se assemelha em alguns pontos e nos fazem compreender o papel dos novos habitantes de Sorriso. A visão empresarial iniciada em Sorriso por Claudino Francio, o qual dedicou parte de sua vida a atrair não só novos habitantes como investimentos para região, tornaram isso um impulso para o avanço econômico da região. A atividade da agricultura, beneficiada por investimentos creditícios (tal qual o empresário de Schumpeter) aliadas ao grande investimento em máquinas ultramodernas tornaram o negócio no local altamente rentável.

Sobrinho (2009) entende que a cultura da soja abriu novos espaços e fronteiras, criando novas territorialidades, e um novo conceito espacial. Segundo a qual, resultou em: "modificações positivas e negativas, de caráter econômico, social e cultural, para uma região considerada até poucas décadas com um 'grande vazio', ou seja, fazendo 'brotar' áreas economicamente produtivas, bem como inúmeras cidades em espaços primariamente ocupados por cerrados".

Por outro lado, o método de produção agrícola adotado em Sorriso continua extremamente excludente. Grande propriedades são geridas nas mãos de poucos produtores, resultando em impactos sócias negativas para a sociedade, que acaba por obrigar os pequenos a migrar para os grandes centros urbanos e acentuando o problema do crescimento demográfico nessas regiões. E a situação tende a se agravar à medida que novas técnicas mais modernas reduzem cada vez mais os custos de produção e diminui a necessidade de funcionários (SOBRINHO, 2009).

Arruda (2009), em tom crítico, argumenta que muitos desses surgimentos de novas cidades

foram idealizadas pelas empresas privadas, como é o caso de Sorriso. Através disso, as empresas: "assumem o papel de criar mecanismos capazes de viabiliza a concretização de seus interesses capitalistas por meio da implementação de estruturas espaciais, como estradas vicinais, construção de cidades e, etc.".

Ainda, segundo Arruda (2009, p. 182):

> O processo de colonização, como instrumento político, possibilitou o uso do espaço como estratégia para o povoamento regional, intensificou o processo de urbanização nessas áreas, assim como constituiu a possibilidade para que os capitalistas auferissem, além da renda fundiária rural, a urbana. Embora a atividade rural seja a base econômica desses municípios, o povoamento da área urbana foi uma estratégia utilizada pela colonizadora para a valorização das terras rurais.

É importante registrar também, que o crescimento do Produto Nacional Bruto (PNB) além de relevante, mede o aumento da riqueza da produção de uma nação. No caso do Brasil, grande parte desse enriquecimento encontra-se ainda fortemente concentrado nas mãos de poucos indivíduos. Sendo assim, apenas uma pequena margem da população pode usufruir de um aumento de renda.

Celso Furtado (1974) analisa que, em uma economia desenvolvida, as melhorias tecnológicas avançam por processos graduais, como novas máquinas agrícolas mais eficientes que antigas. Desta forma, os impactos gerados são pouco perceptíveis ao longo do tempo. De modo diferente ocorre nos países de economia subdesenvolvida. Esta, convive com movimentos bruscos de avanços tecnológicos que chegam a alterar de súbito a estrutura de insumos e passa a necessitar de um complexo sistema operacional e a manutenção que dificilmente esses países periféricos possuem. Esse cenário provoca uma completa tendência ao volume de importação e posteriormente uma queda na balança comercial e consequentemente na de pagamentos. Essa é uma das preocupações existentes em países como o Brasil. As melhorias tecnológicas aderidas pela cultura do crescimento, geraram um avanço econômico ímpar, na primeira década do século XXI. No entanto, as "explosões de inovações", também preconizado por Schumpeter, gerou agravantes negativos para uma realidade que não compactuava com as modernas máquinas que se inseriram no campo.

Outra atenção dispensada por Celso Furtado (1974) e pensadores da escola cepalina diz respeito à deterioração dos termos de intercâmbio, que tende a desfavorecer os produtos primários tipicamente exportados pela periferia. Raúl Prebisch (2010) argumenta que, posta a divisão internacional de trabalho entre periferia e centro, a primeira tende a reduzir a importância de seu material exportado com o avanço tecnológico. Isso porque a proporção de matéria prima utilizada nos produtos finais foi reduzindo. Prebisch cita três fatores claros que evidenciam essa tendência: a tecnologia reduz a proporção de matéria prima no bem final, melhor utilização das matérias primas e criação de matérias sintéticos como opções aos naturais. E ainda, avanços técnicos dos países desenvolvidos permitem que, por mais limites que possam ser impostos em tais regiões, como por exemplo a escassez de terras, consigam competir em condições favoráveis com os países periféricos. De outra forma, outra solução possível de ser adotada pelo centro é o protecionismo a fim de estimular a produção primária das culturas locais.

Se os países da América Latina, optassem por crescer somente em razão de suas exportações primárias, seu avanço econômico seria ainda menor em relação aos países ricos. Por isso, a industrialização, como alternativa para um método de crescimento, se mostra muito mais positiva em vista dos impactos realizados através dela: absorve parte da mão-de-obra disponível da população, desenvolve mais emprego para atividades correlatas ao produto manufaturado e eleva a renda *per capita* acarretando em uma maior demanda de serviços (PREBISCH, 2010).

Um outro agravante, segundo Raúl Prebisch (2010), no método de crescimento praticado a partir da agroexportação, fundamenta na importação de máquina altamente tecnológicas criadas a partir de necessidades dos grandes centros. Essas máquinas são criadas a partir das realidades locais, onde, devido a menor oferta e mais cara de mão-de-obra, a densidade de capital empregada é tal, que em um equilíbrio, garante elevação de renda *per capita* e geração de empregos. De forma distinta ocorre na periferia, onde, importadas tais custosas máquinas,

pouco se adequam aos padrões locais, mesmo com uma maior e mais barata oferta de mão-de-obra. Em síntese: desenvolvimento técnico depende de combinar investimentos para aumentar a produtividade e economizar mão-de-obra. No entanto os países periféricos, vem se defrontando com a técnica de economizar tal insumo, mesmo possuindo-o em abundância, graças a indivisibilidade dos equipamentos. O empresário, no entanto, não se atenta aos problemas gerados pela escassez de oferta de emprego, mesmo possuindo poupança suficiente para investimentos nas novas tecnologias dos grandes centros. Em vez disso, o lucro gerado em sua produção destinado a agroexportação, é reinvestido em novos equipamentos ainda mais modernos, agravando ainda mais a situação e exportando todo o lucro local e o potencial de absorção de emprego. Essa situação é observada, por exemplo, na fala do empresário Ignácio Shevinski: "O pessoal do Nordeste não tem qualificação. Então chega aqui para carregar pau, para carpir. Mas não tem mais isso aqui hoje. Hoje é tudo mecanizado, tudo no botãozinho. O trator hoje é todo digitado".

Em contraposição, Francisco Leal destaca a dura realidade para o trabalhador que vive no campo, ressaltando suas impressões desde 2000, quando chegou ao município:

> No começo eu não tenho do que reclamar. Na época precisava de muita mão-de-obra. Você escolhia aonde você queria trabalhar. A mão-de-obra era escassa. Se faltava profissionais em todas as áreas. Carros de som anunciavam a oferta de emprego na rua. Não tinha profissionais na área. Agora com essa crise mudou. [...] Hoje você tem os domingos, segundas e terças-feiras onde vão ônibus para o Nordeste de ida e volta. Está mais indo cheio do que voltando. Porque os que vão estão falando: "Olha, lá não está bom mais. Porque a falta de emprego está muito grande lá".

Portanto, é perceptível uma mudança na realidade sorrisense, onde, apesar da crise generalizada ocorrida em meio ao segundo decênio do século XXI, o próprio trabalhador, seja com mão-de-obra tecnificada ou não, pouco compreende sobre o impacto negativo que a agricultura altamente mecanizada provoca e culpa a crise pelo aumento da falta da oportunidade. Mesmo em um ambiente de queda na conjuntura econômica, o agronegócio é um dos setores que melhor se sobressaíram em ambiente de crise. Portanto, não é possível culpar ela, a crise, como a única responsável pela queda no número de empregos na cidade.

Sorriso, ao concentrar uma grande parte de sua atenção na atividade primária, cresce a sua produção em comparação à maioria das cidades brasileiras, se configurando como, de acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano, referente ao ano de 2010, o 9º município com maior IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) do Estado, registrando um valor de 0,744, o que é considerado alto. No entanto, permanece dependente da importação de um custoso aparato tecnológico disponibilizado pelos grandes centros industriais. Conforme discutido, a deterioração nas relações de troca entre a periferia e os grandes centros, tendem a favorecer na balança para os países desenvolvidos, na medida em que nos tornamos dependentes de seus métodos de produção. Enquanto isso, o centro depende cada vez menos da periferia, na medida que: passam a produzir materiais sintéticos que podem substituir a matéria prima importada pela periferia; fazem melhor uso da matéria prima e também otimizam a sua proporção no bem final, diminuindo assim o tamanho da quantidade importada. No final, temos uma troca desfavorável na produção de um minúsculo *chip* eletrônico em troca de dezenas de troncos de árvore, por exemplo.

O método de consumo nos meios de produção, é também muito ávido, o que expande ainda mais o incremento de capital, e acentua a queda na oferta de mão-de-obra. Como observa, em entrevista, Eloy Brandão:

> A nossa agricultura é altamente tecnificada. Uma marca do nosso tempo é a mudança. A tecnologia consagrada ontem já não serve mais para hoje. Então isso confere uma marca para Sorriso que é a mudança. É um município muito jovem, com 30 anos de município. Nós estamos aí em torno de 80.000 habitantes, não vou saber exato. Pouco tempo para tanta obra. Acho que é uma cidade diferenciada.

De fato, o crescimento de Sorriso ocorreu de uma forma acentuadamente rápida. De

acordo com dados do IBGE, a população registrada no município em 1992, era de 17.245 mil habitantes. Em 2015, passados 23 anos depois, o município possui 80.298 mil habitantes, e é a 7º cidade mais povoada do Estado. Isso nos mostra que o município cresceu e mudou muito ao longo desse tempo. O maior responsável por esse impacto é o crescimento do agronegócio, dos novos empreendimentos na atividade primária e do consequente aumento na oferta de emprego. Ou podemos dizer que a figura do empresário, tal qual a visão de Schumpeter, foi o maior responsável por essa rápida evolução não só econômica, mas também na mudança cultural de Sorriso.

Quando questionado a Eloy Brandão, sobre a estrutura atual de Sorriso em comparação com antigamente, o mesmo argumenta:

> Não dá para comparar. Sorriso cresceu bastante e é uma cidade moderna. A gente viaja por aí no Brasil e eu não vejo muitas cidades com a característica de Sorriso. Sorriso é uma cidade aonde tem uma classe média muito forte e vou arriscar um palpite. Classe média que dá a cara da cidade. Então nós temos um padrão de residência de boa qualidade em um número significativo, que eu não vejo em outras cidades. É bem particular.

A melhoria no padrão de vida é visível ainda mais se compararmos com a típica situação de um nordestino imigrante, conforme descrito pelo entrevistado Francisco Leal. Questionado se a situação hoje, para eles, é mais favorável em comparação ao seu local de origem, ele descreve: "Com certeza! A situação deles está bem melhor hoje. Apesar de terem ganho casa popular, estão bem melhor que lá. A crise está no País inteiro, mas lá o sofrimento está bem pior".

Em geral, portanto, se verifica uma melhoria na qualidade de vida das pessoas que buscam novas oportunidades em Sorriso, saindo de suas regiões com uma qualidade inferior e podendo assim elevar seu padrão.

No entanto, não só de pontos positivos vive uma cidade como Sorriso. A globalização, a rápida expansão, a inserção no mercado externo e a melhoria de renda de parte da população trouxe reflexos negativos para o município. Podemos observar as mesmas críticas em praticamente todos os entrevistados:

Para Francisco Leal:

> Olha, como é uma cidade que está crescendo hoje, já está chegando no *top* das cidades médias. Era uma cidade muito gostosa de se viver. Não tinha tanta violência como está tendo hoje. Mas pelos índices de violência que a gente vê nas outras cidades, Sorriso é uma cidade boa de se viver. É uma cidade que preserva a cultura do Sul e nordestina.

Eloy Brandão, não só sobre segurança, mas também sobre educação, dissertou:

> O padrão das escolas tem que melhorar, dar um salto de qualidade. E a segurança está péssima. É o ponto mais crítico. Porque é uma coisa nova. O Brasil está vivendo uma situação de violência que eu não me lembro de ter convivido no passado. Sorriso a gente não precisava ter muro na casa. Hoje você precisa ter muro, cerca elétrica, guarda, enfim. O número de assaltos está muito grande em Sorriso. Eu penso que por ser uma cidade que gera muita riqueza, atrai pessoas que querem ganhar dinheiro de uma maneira mais fácil. [...] Mas o fato é que é um lado negativo de Sorriso que tem crescido bastante. É uma pena.

O entrevistado Fernando Frozza quando questionado se o município seria seguro para se viver, argumenta:

> A preocupação com segurança é uma constante. Como o município fez muita publicidade da cidade, se atraiu muita gente para lá. Só que quando você atrai muitas pessoas para lá, não existe um filtro. Então até por meio dessas revistas e publicações que a Veja falando muito bem do município, existiu uma propaganda que "olha, você vem aqui que você vai crescer, você vai se desenvolver". É quase como um sonho americano, vamos dizer assim. Eu posso dizer que eu vim nessa balada do sonho americano.

Sorriso, dessa forma, se mostra um município que possui uma qualidade de vida superior a maioria das cidades de Mato Grosso e muitas cidades brasileiras. No entanto, não consegue fugir de alguns "vícios" típicos de regiões periféricas centralizadoras de renda, como é a situação da violência presente em todas as regiões do País. Portanto, dificilmente podemos dizer que a cidade é plenamente desenvolvida.

O mais importante a ser retirado disso, é a fonte que carrega com sigo muitos dos problemas tipicamente brasileiros. O que se observa, é que grande parte da população não se dá conta que é o próprio método de crescimento que agrava os problemas sociais. Como afirma Celso Furtado (1974, p.61): "A orientação das atividades econômicas impondo concentração da renda e acarretando a coexistência de formas suntuárias de consumo com a miséria de grandes massas, é origem de tensões

Furtado (1974, p.16), no livro, "O Mito do Desenvolvimento Econômico", mostra a maior dificuldade de um pensamento voltado para este modelo de expansão econômica:

> As grandes metrópoles modernas com seu ar irrespirável, crescente criminalidade, deterioração dos serviços públicos, fuga da juventude anti-cultura, surgiram como um pesadelo no sonho de progresso linear em que se embalavam os teóricos do crescimento. Menos atenção ainda se havia dado ao impacto no meio físico de um sistema de decisões cujos objetivos últimos são satisfazer interesses privados.

Segundo Cavalcanti (2001), o crescente aumento no número de condomínios, grades, videocâmaras e demais investimentos em segurança nas casas e nos estabelecimentos do município são reflexos da insegurança. Podem levar a uma miragem onde, apesar do crescimento do PIB, pouco impacto é gerado no desenvolvimento. Agravada ainda, por uma sociedade consumista, que tem de consumir a qualquer preço e à alta valorização da posse de objetos, os quais fatalmente encerrarão seu ciclo de vida à medida que novos produtos adentram o mercado e diminuem a vida útil do antigo, acelerando ainda mais o crescimento econômico, porém provocando maior desperdício dos recursos naturais.

Portanto, a concentração de renda, intensamente desigual nas regiões periféricas, uma das razões que acentua os desníveis sociais e provoca distúrbios e o caos em cidades modeladas e voltadas unicamente para o crescimento econômico. Sem uma visão panorâmica da realidade e dos impactos que nos entorna, é difícil notar as relações entre essa problemática e o crescimento intensamente voltado para mecanização e exportação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O incremento tecnológico, cada vez mais buscado pelos produtores rurais, acentua as desigualdades sociais a partir do momento que parte dessa grande massa ofertada de mão-de-obra deixa de entrar no mercado de trabalho, por terem sido substuídos por modernas máquinas que concentram todo o processo produtivo e fazem o trabalho que seria necessário dezenas de trabalhadores para obter a mesma produção. Apesar de gerar mais crescimento econômico, não é capaz de mitigar o impacto causado por si. Por tanto, muitos trabalhadores se tornam desempregados e impactam em tensões sociais que resultam em uma pior condição de vida, não só para o próprio trabalhador, quanto também para o município. Por estes motivos, não se pode afirmar que o Sorriso é um município desenvolvido, mesmo que ele possua um valor de IDHM superior a maioria dos outros municípios. A desigualdade e a tensão social são características intrínsecas de países em regiões periféficas.

Essa realidade é ainda mais bruta, quando analisamos o mesmo impacto buscado pela inovação, idealizada por Schumpeter. Como o escrito afirma, a inovação gera mudanças bruscas na realidade dos indivíduos, que apenas empresários se atreveriam a aventurar. Esse câmbio não permitiu que a massa trabalhadora pudesse se educar ao longo do tempo, de forma que a insersão da tecnologia resultou em impacto de imediato. Possivelmente, caso voltado para tecnologias próprias, como busca Prebisch, mitigaria essa brucas mudança de cenário, a partir do momento que o desenvolvimento de tecnologias próprias exigiria um processo mais lento e continuo, ao qual um trabalhador rural, poderia se adaptar de uma forma menos conflituosa à

nova realidade.

A história econômica de Sorriso se confunde com a história da produção. Nela se encaixa não só os pioneiros que adentraram o cerrado para criar novas territorialidades, mas também os novos imigrantes, que hoje compõem uma importante força para o crescimento. As falas dos entrevistados neste artigo, apesar de comporem diferentes estratos da sociedade, se mostraram uníssonas em uma observação: "a cidade de Sorriso oportunizou qualidade de vida para cada um de seus habitantes".

Esse quebra-cabeça formado por distintos pensamentos tornaram Sorriso uma nova casa para muitos desses "aventureiros". Com frequência, eles dizem o quanto amam Sorriso. Desta forma, as qualidades positivas existentes na cidade afloraram em meio a muitos habitantes, o que acabou por tornar o município um chamariz para brasileiros e, com a divulgação intensa, sua ascensão ocorreu principalmente durante a década de 2010, quando a soja se tornou o novo ouro para muitos agricultores do cerrado mato-grossense.

O valor da soja foi influenciado pela alta do dólar, e muitos produtores foram levados a cultivar a soja em suas propriedades. Com o incremento na renda dos produtores, ocorreram avanços na infraestrutura no município, das quais uma grande parte partiu de iniciativas privados.

Com Celso Furtado, foi possível notar o crescimento desordenado e desigual ocorrido em Sorriso, além da tecnologia inadequada aos aspectos culturais de um pais com dificuldades de alcançar o desenvolvimento. Apesar de possuir um IDHM de 0,774, o 9º maior do estado, ainda persiste a concentração de renda na mão de poucos indivíduos, criando um fosso cada vez mais profundo dentro da pirâmide social. As consequências são profundas e visíveis. Além do que, tendem a crescer na medida que mais renda vai sendo concentrada e menos emprego e gerado. Muito do incremento de capital é gerado a partir do melhoramento da tecnologia, trazendo, portanto, desemprego, e exigindo uma maior qualificação da mão-de-obra do imigrante. O resultado então, acaba sendo uma quantidade de trabalhadores não qualificados, diante de uma menor oferta de empregos e, portanto, concentrando o acréscimo da renda. Diante de tal cenário, a criminalidade tende a aumentar, levando a novos desafios.

O crescimento econômico é extremamente importante para uma nação. Mas é preciso estar atento às particularidades que certos tipos de crescimento trazem intrinsicamente consigo. Tal aspecto não deve, de nenhuma forma, deixar de atender ao desenvolvimento econômico, pois caso o faça, os reflexos podem ser cada vez mais agressivos e refletidos na sociedade.

Para uma parte dos entrevistados, a raiz do problema em Sorriso parece encontrar-se no fraco dispêndio com segurança. Porém, é bem provável que mesmo com o maior gasto em segurança, o cenário de insegurança persista, pois, a origem de todos os problemas encontra-se na falta de investimento em saúde, educação e cultura.

Portanto, torna-se necessário discutir esmiuçadamente essas questões, e buscar diferentes caminhos para o a construção de um novo modelo de desenvolvimento. Caso contrário, os problemas só tenderão ao agravamento e ao caos social.

REFERÊNCIAS

AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes. Apresentação. In: *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

ARRUDA, Zuleika Alves. *As "agrocidades" e as interfaces entre mundo rural e urbano: repercussões sociespaciais do agronegócio no território mato-grossense*. In: ROMANCINI, Sônia Regina (Org.) *Novas Territorialidades nas Cidades Mato-Grossenses*. Cuiabá: EdUFMT, 2009.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. Disponível em: < http://www.atlasbrasil.org.br/2013/ranking>. Consulta realizada em: 13 de janeiro de 2017.

BANCO CENTRAL. Disponível em: < http://www4.bcb.gov.br/pec/taxas/port/ptaxnpesq.asp?id=txcotacao >. Consulta realizada

em: 08 de janeiro de 2017.

BORGES, Fernando Tadeu de Miranda. *Do Extrativismo à Pecuária: algumas observações sobre a História Econômica de Mato-Grosso, 1870 a 1930.* Cuiabá: Genus, 1991.

CASTRO, Sueli Pereira; BARROZO, João Carlos; COVEZZI, Marinete; PRETI, Oreste. *A Colonização Oficial em Mato Grosso: "a nata e a borra da sociedade"*. Cuiabá: EDUFMT, 1994.

CAVALCANTI, Clóvis. *Celso Furtado e o mito do desenvolvimento econômico.* Trabalhos para discussão, n. 104, março de 2001.

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA. Disponível em: < http://www.cepea.esalq.usp.br/br > Consulta realizada em: 08 de novembro de 2016.

CENSO DEMOGRÁFICO 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default_resultados_amostra.shtm> Consulta realizada em: 08 de setembro de 2016.

DIAS, Elisia Aparecida & BORTONCELLO, Odila. *Resgate Histórico do Município de Sorriso: "Portal da Agricultura no Cerrado Mato-grossense*. Cuiabá, 2003.

FERREIRA, João Carlos Vicente e SILVA, Pe. José de Moura. *Cidades de Mato Grosso*. Memoria Brasileira, 2008.

FERREIRA, João Carlos Vicente. *Enciclopédia Ilustrada de Mato Grosso*. Cuiabá: Buriti, 2014.

FURTADO, Celso. *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2009.

FURTADO, Celso. *O Mito do Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1974.

GOMES, Bruna; FERNANDES, Reinaldo. *"44% da população de Mato Grosso vive em vulnerabilidade social"*. Circuito Mato Grosso. Disponível em <http://circuitomt.com.br/editorias/cidades/91234-44-da-populaaao-de-mt-vive-na-linha-da-pobreza.html>. Consulta realizada em 25 de agosto de 2016.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Estatísticas do Cadastro Central de Empresas: 2011*. Rio de Janeiro, 2013.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMÍCA APLICADA. Disponível em < http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx> Consulta realizada em: 15 de outubro de 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: < http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=44 >. Consulta realizada em: 17 de dezembro de 2016.

IMEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual da História Oral*. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

MORAES, Arthur Ricardo Pinheiro de Souza. *Notas Sobre a Cultura na Economia de Mato Grosso da segunda metade do século XX a segunda década do século XXI*. 38 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas). Faculdade de Ciências Econômicas. Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2014.

NETO, Vitale Joanoni. *Fronteiras da Crença: Ocupação do Norte de Mato Grosso após 1970.* Cuiabá: Carlini & Caniato Editorial; EdUFMT – Editora da Universidade Federal de Mato Grosso,

2007.

PORTAL TRANSPARÊNCIA. Disponível em: < http://www.portaltransparencia.gov.br/ > Consulta realizada em: 30 de agosto de 2016.

PREBISCH, Raúl. *Problemas teóricos e práticos do crescimento econômico*. In. BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Cinqüenta anos de pensamento na Cepal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

RIBEIRO, Alexandro Rodrigues; SILVA, Fábio Carlos. A Colonização Promovida por Empresas e Famílias do Centro-Sul do Brasil no Estado de Mato Grosso 1958 – 2008. *Papers do NAEA*, nº 274, 2010.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SCHUMPETER, Joseph A. *A Teoria do Desenvolvimento Econômico*. São Paulo: Editora Abril, 1982.

SINGER, Paul. *Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana*. São Paulo: Editora Nacional, 1977.

SISTEMA DE ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES DE COMÉRCIO EXTERIOR. Aliceweb. Disponível em: <http://aliceweb.mdic.gov.br//consulta-municipio/index/type/exportacaoMunicipios >. Consulta realizada em 29 de junho de 2016.

SOBRINHO, Rosangela Alves. *Dinâmica territorial, agronegócio e re-territorialização: o Município de Diamantino/MT*. In: ROMANCINI, Sônia Regina (Org.) *Novas Territorialidades nas Cidades Mato-Grossenses*. Cuiabá: EdUFMT, 2009.

SORRISO NOSSO ORGULHO NOSSA TERRA. Sorriso: Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Sorriso, 2014.



O Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional coloca a disposição de seus usuários a versão interativa da Revista Eletrônica Documento/Monumento, periódico eletrônico voltado a divulgação de artigos científicos produzidos por professores, alunos e técnicos.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
INSTITUTO DE GEOGRAFIA, HISTÓRIA E DOCUMENTAÇÃO
Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional

REVISTA ELETRÔNICA

REDM

DOCUMENTO MONUMENTO

8 anos divulgando o conhecimento!
2009-2017

www.ufmt.br/ndihr/revista

Patrocínio:
NDIHR

Apoio: Pró-Reitoria de Cultura, Extensão e Vivência/UFMT
Pró-Reitoria Administrativa/UFMT